

Organizadores

Maria das Graças Martins da Silva

Delarim Martins Gomes

Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária:

perspectivas múltiplas I

Organizadores

Maria das Graças Martins da Silva

Delarim Martins Gomes

Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: perspectivas múltiplas I

CUIABÁ-MT
KCM Editora
2015

© 2015. Maria das Graças Martins da Silva e Delarim Martins Gomes.

**A originalidade dos artigos e as opiniões emitidas são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
A KCM Editora não se responsabiliza pelos textos e opiniões emitidas pelos autores.**

MARCAS REGISTRADAS:

A KCM editora resguardou as titularidades das marcas registradas e de suas respectivas proprietárias ao fornecer informações sobre nomes de empresas, produtos e serviços citados nesta publicação.

S586e

Silva, Maria das Graças Martins da (org.).
Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária:
perspectivas múltiplas I./ Organizado por Maria das Graças
Martins da Silva e Delarim Martins Gomes. Cuiabá-MT:
KCM Editora, 2015.
548p.; 20 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7769-209-5

1.Educação de Jovens e Adultos. 2.Economia Solidária.
3.EJA. I.Gomes, Delarim Martins (org.). II.Título.

CDU 37

APOIO:

Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão - MEC/
SECADI

Coordenação Geral de Educação de Jovens e
Adultos - MEC/SECADI/CGEJA

Secretaria de Estado de Educação de
Mato Grosso - SEDUC

Secretaria Municipal de Educação de
Cuiabá - SME

Comitê de Formação Inicial e Continuada
de Profissionais do Magistério da Educação
Básica - COMFOR/UFMT

Instituto de Educação - IE/UFMT

Produção editorial

KCM Editora

Editor

Rommel Kunze

Designer Gráfico

Marcelo Barreto

Assistente de produção

Letícia Dias

Revisão

Marinaldo Custódio

Realização Editorial

KCM Editora

Tel.: (65) 3624-3223

Site: www.kcmeditora.com.br

E-mail: kcmeditora@terra.com.br

■ APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária – EJA EcoSol resulta de uma parceria bem sucedida entre o Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e a Secretaria de Educação do Município de Cuiabá. O Comitê de Formação Inicial e Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica, da Universidade Federal de Mato Grosso (COMFOR/UFMT) foi o mediador da sinergia entre esses diversos órgãos para possibilitar a oferta do curso.

Trata-se de um projeto financiado pelo Ministério da Educação, por iniciativa da Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos/CGEJA e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação/SECADI.

O curso, oferecido em nível de pós-graduação Lato sensu sob a temática de educação de jovens e adultos e economia solidária; é uma iniciativa pioneira no estado de Mato Grosso, tendo se apresentando com a proposta de estimular o conhecimento das formas coletivas de organização desenvolvidas por populações rurais e urbanas para o enfrentamento das crises do mundo do trabalho.

A ideia fundante era, a partir do contexto nacional da economia solidária, valorizar ou fazer aflorar iniciativas econômico-solidárias, no entorno de nucleação do trabalho docente dos cursistas.

Portanto, a partir da interface entre essas duas áreas de conhecimentos e práticas, o referido curso pretendia se constituir em momento privilegiado de formação continuada de professores das escolas públicas de educação básica, envolvidos com a educação de jovens e adultos, possibilitando-lhes momentos efetivos de reflexão; conhecimento da realidade da economia solidária no município em que atuam; e que se convertam em atores da integração de seus alunos às iniciativas locais de economia solidária.

A par dessas intencionalidades, o curso se desenvolveu e, finalmente concluído, possibilita a socialização de um dos principais produtos gerados por essa experiência de formação continuada: o trabalho de conclusão do curso, configurado na produção de artigos, cujos temas se direcionam à formação desenvolvida.

Desse modo, tornamos público um conjunto de 63 artigos, fruto das pesquisas e reflexões dos estudantes/cursistas/professores de EJA atuantes em economia solidária. Os artigos formam duas coletâneas, publicadas na forma de e-book. Uma coletânea reúne artigos dos docentes vinculados à Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso; a outra, de docentes da Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá. Dada a significativa quantidade de textos e sua diversidade, procuramos aglutiná-los em eixos temáticos, assim representados:

- Reflexões sobre o curso EJA EcoSol e atuação docente na EJA;
- Relações EJA e EcoSol: implicações e complementaridades;
- Diversidade de sujeitos na EJA: docentes e alunos;
- Educar, na EJA, com respeito a minorias;
- Educar, na EJA, com atenção ao idoso e suas necessidades;
- Evasão na EJA: uma questão de difícil superação;
- Possíveis e diferentes estratégias de inclusão da EcoSol na EJA (clube de trocas, reaproveitamento de material reciclável, peculiaridades da EJA no campo).

Assim, tem-se um panorama das pesquisas concluídas no âmbito do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, as quais evidenciam a riqueza temática propiciada pela integração dos campos de conhecimento “educação de jovens e adultos e economia solidária”. As coletâneas expressam, pois, as múltiplas vivências e os “achados” da realidade em tela, oportunizando vislumbrar a complexidade e os desafios que lhe são peculiares. É este rico painel que os títulos das coletâneas intencionam sintetizar: **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária: perspectivas múltiplas I e II.**

Cuiabá, novembro de 2015

Maria das Graças Martins da Silva

Delarim Martins Gomes

1

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DA EJA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DO CEJA MARISA MARIANO EM BARRA DO GARÇAS -MT	17
1 INTRODUÇÃO	18
2 REVISÃO LITERÁRIA	19
2.1 Educação de Jovens e Adultos: breve histórico	19
2.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)	22
2.3 Economia Solidária	24
2.4 A Representação Social	25
3 METODOLOGIA	27
4 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO CEJA	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6 REFERÊNCIAS	34

2

EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) E UMA POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DO SABÃO LÍQUIDO CASEIRO	38
1 INTRODUÇÃO	39
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	40
3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA	41
4 O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	43
5 A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A EXPERIÊNCIA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA	44
5.1 Materiais e procedimentos para realização do sabão líquido caseiro	45
6 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA REALIZADA	45
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
8 REFERÊNCIAS	51

3

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A FORMAÇÃO PARA VIDA E O TRABALHO	53
1 INTRODUÇÃO	54
2 REFERENCIAL TEÓRICO	55
2.1 Educação e Economia Solidária	57
3 METODOLOGIA	59
3.1 Caracterização da Pesquisa	60
3.2 Caracterização do Campo	60
3.3 Sujeitos da Pesquisa	60
3.4 Caracterização dos Sujeitos	61
3.5 Instrumentos de Coleta de Dados	61
3.6 Procedimentos de Coleta de Dados	62
3.7 Procedimentos de Análise dos Dados	62
4 ANÁLISE DOS DADOS	63
5 CONSIDERAÇÕES	67
6 REFERÊNCIAS	69

4	ECONOMIA SOLIDÁRIA E EJA: UMA “DOCE” RELAÇÃO	70
	1 INTRODUÇÃO	71
	2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA OS TRABALHADORES	72
	3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	74
	4 EJA E ECOSOL: DA “DOCE” RELAÇÃO À RELAÇÃO NECESSÁRIA	76
	5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	80
	6 REFERÊNCIAS	82

5	ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO	83
	1 INTRODUÇÃO	84
	2 ESCOLA ESTADUAL CEZINA ANTÔNIA BOTELHO	85
	3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	87
	4 ECONOMIA SOLIDÁRIA	89
	5 O PERFIL DO ALUNO DA EJA E SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO	91
	6 REFERÊNCIAS	95

6	ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	96
	1 INTRODUÇÃO	97
	2 REVISÃO DE LITERATURA	98
	2.1 Contextualizando os sujeitos da EJA	98
	2.2 Mas, afinal, qual é o lugar e a relação da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos?	100
	2.2.1 Educação Solidária	101
	2.2.2 Conscientização dialógica e conscientização formativa: uma relação de interdependência	104
	3 METODOLOGIA	105
	3.1 Sujeitos da pesquisa	105
	3.2 Instrumento da coleta	106
	3.3 Como foi o tratamento dos dados	106
	4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	106
	4.1 Descrição das respostas	106
	4.2 A análise como possibilidade de compreender	108
	5 CONSIDERAÇÕES	109
	6 REFERÊNCIAS	111

7

O TRABALHO COLETIVO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	112
1 INTRODUÇÃO	113
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS SUJEITOS	114
2.1 Conceituando a Educação de Jovens e Adultos	114
2.2 Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos	116
3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	118
3.1 O trabalho coletivo	119
4 O TRABALHO COLETIVO ENQUANTO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONSTRUINDO UMA CULTURA MAIS SOLIDÁRIA	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
6 REFERÊNCIAS	125

8

COMUNIDADE DA TENDA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO EM EJA E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO SOLIDÁRIO	128
1 INTRODUÇÃO	129
2 A COMUNIDADE PESQUISADA: NOÇÕES GERAIS DE TRABALHO E DE ESCOLA	130
3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA A TURMA DE EJA	133
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
5 REFERÊNCIAS	134

9

JOVENS E ADULTOS SUJEITOS DE CONHECIMENTO E SINGULARIDADES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CEJA ANTONIO CASAGRANDE	136
1 INTRODUÇÃO	137
2 A EDUCAÇÃO NECESSÁRIA AO SUJEITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	138
3 O CEJA ANTONIO CASAGRANDE	140
4 ESPECIFICIDADES DOS SUJEITOS DO CEJA ANTONIO CASAGRANDE	143
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
6 REFERÊNCIAS	149

10

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM ARTICULAÇÃO COM A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	150
1 INTRODUÇÃO	151
2 O CEJA ROSÁRIO OESTE – MT	152
2.1 Ações do CEJA no sentido de fazer com que seu público alvo exercitem a autonomia	152
3 A ARTICULAÇÃO DA ECOSOL E EJA	153
4 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	156
5 A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA	158
6 AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CIDADANIA	160
7 EDUCAÇÃO DIALÓGICA	161
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
9 REFERÊNCIAS	163

11	TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE EJA	165
	1 INTRODUÇÃO	166
	2 OS SUJEITOS DE EJA/EDUCANDO: O OLHAR A PARTIR DA VIVÊNCIA DA PESQUISADORA	168
	3 DESAFIOS DE EJA PARA OS EDUCADORES	170
	4 TECNOLOGIAS NA ESCOLA DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM NA EJA	171
	5 O PREPARO E A FORMAÇÃO DO DOCENTE NA FORMAÇÃO DE EJA E AS TECNOLOGIAS NESTE SÉCULO	176
	6 RESULTADOS DA PESQUISA	177
	7 CONTEXTO E ESPAÇOS FÍSICOS DA ESCOLA	178
	8 OS RESULTADOS COM BASE NOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS SEGMENTOS 01 E 02	180
	9 CONCLUSÃO	181
	10 REFERÊNCIAS	183

12	A IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO DISCIPLINA NO CURRÍCULO DA ESCOLA CEZINA ANTONIO BOTELHO PARA O NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)	185
	1 INTRODUÇÃO	186
	2 O PERFIL DA ESCOLA E AS COMUNIDADES DO ENTORNO	187
	3 AS DIFICULDADES DE ATENDIMENTO EM SALAS MULTISSERVIADAS	188
	4 A 1ª FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA ESCOLA ANEXA CEZINA ANTONIO BOTELHO	188
	5 A PESQUISA	191
	6 CONCLUSÃO	193
	7 REFERÊNCIAS	195

13	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PLANTIO DA MANDIOCA NA REGIÃO DA COMUNIDADE JOÃO CARRO - MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT	196
	1 INTRODUÇÃO	197
	2 DIAGNÓSTICO	200
	3 COMUNIDADE JOÃO CARRO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT	202
	4 O CULTIVO DA MANDIOCA	203
	5 O PERFIL DO TRABALHADOR DO CAMPO	204
	6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	205
	7 EJA NO BRASIL	207
	8 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JOÃO CARRO – MT	209
	9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	211
	10 REFERÊNCIAS	212

14	A IMPORTÂNCIA DO SINTEP/MT PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CUIABÁ	213
	1 INTRODUÇÃO	214
	2 A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	215
	3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO E CUIABÁ	216
	4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	216
	5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MATO GROSSO	218
	6 SINTEP/MT	219
	7 HISTÓRICO DE LUTAS E CONQUISTAS	220
	8 COM A PALAVRA @S PROFESSORES/AS SINDICALIZAD@S	223
	9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	224
	10 REFERÊNCIAS	226
15	A ‘FESTA DA SEMENTE’: MUDANDO CONSCIÊNCIAS, MUDANDO UM CENÁRIO	228
	1 INTRODUÇÃO	229
	2 ECONOMIA SOLIDÁRIA	230
	3 A FESTA DA SEMENTE: ORIGENS E FINALIDADES	231
	4 DEPOIMENTOS DA COMUNIDADE SOBRE O SENTIDO DA FESTA DA SEMENTE	238
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	240
	6 REFERÊNCIAS	241
16	JOVENS E ADULTOS DO CAMPO EM BUSCA DE CONHECIMENTO PARA MUDAR SUA REALIDADE	243
	1 INTRODUÇÃO	244
	2 CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO PAULO FREIRE	244
	3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA/PROEJA COMO MODALIDADE DE ENSINO	246
	4 A APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS: PEDAGOGIA OU ANDRAGOGIA	248
	5 RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	251
	6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
	7 REFERÊNCIAS	255

17	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALGUMAS POSSIBILIDADES	256
1	INTRODUÇÃO	257
2	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	258
2.1	A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil	258
2.2	Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso	259
2.3	A Educação de Jovens e Adultos na sala de aula	261
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA	262
3.1	Contexto histórico da Economia Solidária no Brasil	263
3.2	A Economia Solidária em Mato Grosso	265
4	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADES	266
5	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	269
6	REFERÊNCIAS	269

18	OS DESAFIOS DO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA ARTICULAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA	272
1	INTRODUÇÃO	273
2	A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	274
2.1	A inclusão no contexto da Educação de Jovens e Adultos	275
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA	276
3.1	Os Pressupostos da Economia Solidária	276
3.2	O histórico da Economia Solidária	277
3.3	As Especificidades da Economia Solidária	278
4	A ESCOLA ALMIRA DE AMORIM SILVA	278
4.1	A escolha da Escola Almira de Amorim Silva como local de pesquisa	279
4.2	O perfil dos alunos da EJA da Escola Almira de Amorim Silva	280
4.3	O desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos e a articulação com a Economia Solidária na Escola Almira de Amorim Silva	281
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	284
6	REFERÊNCIAS	285

19	A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO EJA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	286
1	INTRODUÇÃO	287
2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	288
2.1	O desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos para a cidadania	289
3	O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARTICULAÇÃO COM OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	290
4	O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA MEDIANTE ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	294
5	A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	295
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	295
7	REFERÊNCIAS	296

20	QUEM SÃO OS JOVENS E ADULTOS DA EDUCAÇÃO PRISIONAL? ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PENITENCIÁRIA CENTRAL DE CUIABA/MT E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA _____	297
	1 INTRODUÇÃO _____	298
	2 BREVE HISTÓRICO DA EJA E RESGATE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL _____	303
	3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA _____	307
	4 PÚBLICO PESQUISADO _____	307
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	308
	6 REFERÊNCIAS _____	309
21	A EJA QUE TEMOS E A EJA QUE QUEREMOS! E O QUE A ECONOMIA SOLIDÁRIA TEM A VER COM ISSO? _____	310
	1 INTRODUÇÃO _____	311
	2 E AÍ NOS DEPARAMOS COM O EJA QUE TEMOS... _____	312
	3 COMO ESSA MODALIDADE DE ENSINO É VISTA _____	314
	4 ANÁLISE DOS DADOS _____	317
	5 CONSIDERAÇÕES _____	320
	6 REFERÊNCIAS _____	321
22	O MAGNETISMO NO ENSINO DE FÍSICA: UMA ABORDAGEM DE EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDARIA NO CEJA LECÍNIO MONTEIRO-MT _____	323
	1 INTRODUÇÃO _____	324
	2 O MAGNETISMO E FUNDAMENTOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) _____	326
	3 O MAGNETISMO NO ENSINO DE FÍSICA _____	328
	3.1 A realidade dos alunos dos 2º e 3º anos da EJA _____	330
	3.2 Questões sobre o magnetismo _____	332
	3.3 Mapa conceitual _____	333
	4 RESULTADOS OBTIDOS DO ESTUDO DE MAGNETISMO _____	336
	5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	337
	6 REFERÊNCIAS _____	338
23	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE PARA MINIMIZAR A EVASÃO ESCOLAR: ANÁLISE NO CEJA ALMIRA AMORIM E SILVA _____	340
	1 INTRODUÇÃO _____	341
	2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS _____	342
	2.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil: contexto histórico _____	342
	2.2 O público alvo da Educação de Jovens e Adultos _____	344
	2.3 Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos _____	345
	3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA _____	346
	4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO _____	348

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	350
5.1 Metodologia	350
5.2 O local da pesquisa	351
5.3 A amostra da pesquisa	351
5.4 Resultados e discussões	352
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	353
7 REFERÊNCIAS	354

24	SUJEITOS DA EJA: BUSCANDO O PROTAGONISMO DE CIDADANIA PLENA	356
1	INTRODUÇÃO	357
2	CONTEXTUALIZANDO EDUCAÇÃO	359
3	BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	360
4	A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	363
5	CEJA ANTONIO CASAGRANDE	369
5.1.	A pedagogia do Ceja Antonio Casagrande	370
6	CONCLUSÃO	374
7	REFERÊNCIAS	375

25	PERFIL DOS ALUNOS DO EJA	377
1	INTRODUÇÃO	378
2	O PERFIL DOS ALUNOS DO EJA	379
3	ANÁLISE COMPREENSIVA DO PERFIL DOS ALUNOS DO CEJA PROF. ^ª ALMIRA AMORIM E SILVA	382
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	391
5	REFERÊNCIAS	394

26	AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	395
1	INTRODUÇÃO	396
2	AS ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	397
3	O ENSINO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA EJA	399
4	A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA EJA SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA	401
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	406
6	REFERÊNCIAS	408

27	FEIRA DE TROCAS: UMA EXPERIÊNCIA NA EJA DA COMUNIDADE DE AGUAÇU-CUIABÁ/MT	410
1	INTRODUÇÃO	411
2	O QUE É A EJA?	413
3	A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA	416
4	CLUBES OU FEIRAS DE TROCAS – UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EJA	420
5	DA TEORIA À PRÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA EM FEIRA DE TROCAS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA UDENEY GONÇALVES DE AMORIM	424
6	CONSIDERAÇÕES	426
7	REFERÊNCIAS	427

28	A ECOSOL COMO ALTERNATIVA PARA A SUPERAÇÃO DA DEFICIÊNCIA NA OFERTA CURRICULAR DA EJA	429
1	INTRODUÇÃO	430
2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO COMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLARIDADE DAS CLASSES TRABALHADORAS	431
3	AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E O PROEJA	434
4	O ALUNO TRABALHADOR: PRESENÇA MARCANTE E DOMINANTE NA EJA	436
5	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM COMPONENTE CURRICULAR NA EJA	439
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	442
7	REFERÊNCIAS	442

29	EDUCAÇÃO E TRABALHO: A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	444
1	INTRODUÇÃO	445
2	BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	446
3	BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	452
4	ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA	453
5	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	454
6	ANALISANDO OS RESULTADOS	457
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	459
8	REFERÊNCIAS	460

30	A ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS DA EJA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESCOLA ESTADUAL ALMIRA DE AMORIM E SILVA: A PRÁTICA DO CLUBE DE TROCA COMO ELEMENTO EDUCATIVO ____	462
	1 INTRODUÇÃO _____	463
	2 ECONOMIA SOLIDÁRIA _____	463
	3 ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO BRASIL _____	465
	4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DIFICULDADES E PERSPECTIVAS _____	467
	5 RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE TROCAS _____	468
	6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS _____	476
	7 REFERÊNCIAS _____	477
31	A PERSPECTIVA DO ALUNO DA EJA SOBRE A EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CEZINA ANTONIA BOTELHO NO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT _____	478
	1 INTRODUÇÃO _____	479
	2 EJA: COMPREENDENDO SUAS CARACTERÍSTICAS _____	481
	3 A APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS E SUA PERCEPÇÃO _____	484
	4 RESULTADOS DA PESQUISA: OS DEPOIMENTOS DOS SUJEITOS DA EJA _____	485
	5 CONCLUSÃO _____	490
	6 REFERÊNCIAS _____	491
32	O ENSINO INTERDISCIPLINAR ATRAVES DA EXPERIMENTAÇÃO DA QUÍMICA DO SABÃO CASEIRO NO CEJA ALMIRA DE AMORIM ____	493
	1 INTRODUÇÃO _____	494
	2 METODOLOGIA _____	496
	3 O CEJA ALMIRA _____	496
	4 ECONOMIA SOLIDARIA - CEJA ALMIRA AMORIM E SILVA _____	508
	5 DISCUSSÕES E RESULTADOS _____	508
	6 REFERÊNCIAS _____	511
33	EXPERIÊNCIAS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONFECÇÃO DE SABONETES GLICERINADOS: UM OLHAR SOBRE O CEJA ALMIRA DE AMORIM E SILVA _____	514
	1 INTRODUÇÃO _____	515
	2 DESENVOLVIMENTO _____	521
	3 CONCLUSÃO _____	527
	4 REFERÊNCIAS _____	528

OS LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA: SEUS CONTEÚDOS E ORIENTAÇÃO PARA A FORMAÇÃO HUMANA, A CIDADANIA E OS MUNDOS DO TRABALHO _____ 529

1 INTRODUÇÃO _____	530
2 REFERENCIAL TEÓRICO _____	532
2.1 Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária _____	532
2.2 O livro didático e o tratamento de conteúdos _____	540
3 METODOLOGIA _____	542
4 ANÁLISE DOS DADOS _____	542
4.1 O que dizem os livros didáticos _____	543
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	544
6 REFERÊNCIAS _____	545
7 ANEXOS _____	547

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DA EJA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DO CEJA MARISA MARIANO EM BARRA DO

ALEXSANDRA PEREIRA SILVA DE SOUZA¹
JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT²

Resumo: Este estudo teve por escopo compreender a representação social de alunos da Educação de Jovens e Adultos a partir da economia solidária. Para tanto, procurou-se abordar aspectos históricos e conceituais da construção da educação dos jovens e adultos marginalizados, como sujeitos, pela economia desigualizadora que lhes é imposta. A pesquisa, então, observou práticas de construção do saber que ampliam os horizontes para um pensar construtivo. Por meio de revisão bibliográfica e pesquisa semidiretiva foi possível observar a representação social destes alunos, que considera relativa a importância da EJA nas suas relações, ao passo que identifica uma interpretação de economia solidária muito distante daquilo que se sonha para estes alunos. Este estudo observou que a Economia Solidária deve ser melhor compreendida pelos discentes a fim de que, tal método de externalização de saberes, na forma de representações sociais solidárias, venha a permitir a produção efetiva de saberes por meio da diversidade de representações, de forma consciente, em um ato de verdadeira cidadania.

Palavras-chave: EJA. Economia Solidária. Representação Social.

1 Especialista em Gestão Educacional (UNISEB). Especializanda em EJA-Economia Solidária (UFMT). Licenciada em Ciências Biológicas (UFMT). Professora da COOPEMA-Barra do Garças-MT. E-mail: alexiabmz@hotmail.com.

2 Pós Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrun@hotmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade compreender como os jovens e adultos percebem a economia solidária na sua prática cotidiana como algo construtivo e constitutivo de suas vidas nos mundos do trabalho e, portanto, como um caminho prático e unificador, que tanto envolve os atos do saber fazer, como gera uma nova atitude na forma de pensar a economia.

Com efeito, a economia solidária possibilita a inclusão social como um direito de todos os homens e mulheres independente de sua cor, religião, posição social ou histórico familiar. Desde a década de 1920, há uma preocupação com estes menos favorecidos educacionalmente, embora o maior empenho fosse dar certa visibilidade econômica ao país que possuía até então, muitos analfabetos. De qualquer forma, ao longo do tempo, pessoas interessadas na construção de seres críticos e donos de sua própria aprendizagem como Paulo Freire, se mobilizaram para que a grande massa da população tivesse condições subjetivas e objetivas, ou seja, tivesse acesso aos direitos civis, sociais e políticos, para então exercer sua cidadania com discernimento e compreensão das lógicas macroestruturais e na conjuntura que se estabelece no tempo e nos lugares menores.

As relações do ambiente externo com o interno nos sujeitos faz com que estes reconstruam sua situação social e material. Partindo desta premissa, a Economia Solidária é real e possível, não apenas opiniões e conjecturas de pequenos grupos que se organizam no campo das ideias. Contudo, ela está além das figuras sociais e econômica que consideramos como única opção. Estar inserido no mercado capitalista faz parte da sociedade que cada um de nós está configurando, mas a educação está além de nos preparar para uma mera posição de prestígio. Ao se estabelecer uma relação entre capital e trabalho, entre a economia e a sociedade não devemos deixar de atribuir a importância da didática, no âmbito do ensino de ciências, da matemática, do uso das línguas e das práticas corporais e fazer delas instituidoras do processo de aprendizagem da EJA legando aos educandos meios capazes deles realizarem suas próprias leituras acerca do papel que desenvolvem na sociedade como produtores e consumidores.

Hoje, a preocupação é por uma educação voltada para a formação integral do ser humano com responsabilidade social e política, que envolvam processos de transformação, reconstrução e apropriação dos saberes e diante das mudan-

ças ocorridas no âmbito escolar e das crises oriundas dos processos sociais de consumo e produção, a escola se organiza sob uma nova forma, surgindo novos modos de produção e comunicação.

De acordo com Carvalho (2010, p.14), o professor contribui para a aprendizagem à medida que ele cria condições para que isso ocorra e destaca que, “em cada uma de nossas aulas, se quisermos realmente que nossos alunos aprendam o que ensinamos, temos de criar um ambiente intelectualmente ativo que os envolva, organizando grupos cooperativos e facilitando o intercâmbio entre eles”.

Uma nova forma de viver é possível a partir das escolhas que cada um deverá tomar levando em consideração, tanto as opções que lhes são demonstradas na sua condição de sujeito histórico, confrontado com a vida, quanto no seu confronto com as situações de aprendizagem vivenciadas na EJA.

Assim sendo, por meio de pesquisa bibliográfica, apoiado em material eletrônico (internet), em matérias de jornais e livros de autores renomados, este estudo analisa as ponderações de entendimentos quanto às mudanças ocorridas na educação de jovens e adultos bem como no exercício da economia solidária como prática educativa dos educandos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Marisa Mariano em Barra do Garças – MT.

Partindo deste pressuposto, é relevante diante de tantos avanços tecnológicos, comportamentais e sociais, investigar: se esta educação para os jovens e adultos têm atendido suas necessidades enquanto ser social e de que forma as representações sociais (assimilação e construção psicossocial) tem se configurado, analisando como seus integrantes se apropriam dos princípios de economia solidária em suas vidas, bem como da educação, no contexto de economia solidária, como práxis de suas necessidades enquanto seres sociais.

■ 2 REVISÃO LITERÁRIA

2.1 Educação de Jovens e Adultos: breve histórico

Historicamente, desde a década de 1920, o Brasil teve um olhar sobre a questão da educação de adultos, mas com a criação do Plano de Ensino Supletivo para Adolescentes e Adultos Analfabetos, em 1947, tal preocupação se intensificou. Inspirado no Método Laubach³ e idealizado por Lourenço Filho que

3 Método utilizado na alfabetização de adultos em toda a Ásia e em vários países da América Latina. Maiores detalhes da obra, vide: VIEIRA, David Gueiros. Método Paulo Freire, ou Método Laubach. Centro de Referência Paulo Freire, março de 2004.

defendia a necessidade de instrução de toda a população como um meio desejável para garantia do desenvolvimento econômico.

“Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária.” (PAIVA, 1987, p. 126). Em 1950, de acordo com Beisiegel (1974), a educação estava voltada à promoção das massas marginalizadas, como uma forma de promoção cultural do povo até então linchado da sociedade culta, entendendo que se o adulto tivesse certa cultura seria este o meio de contribuir com a sociedade para as transformações sociais, a partir de seu próprio lar e comunidade. Desta forma, foi entendida como “um processo educativo mais amplo, envolvendo a todos – crianças, adolescentes e adultos – no esforço de elevação dos níveis educacionais das comunidades” (BEISIEGEL, 1974, p. 98).

Em 1961, o conceito adotado era: “Ser um conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades” (RAPÔSO, 1985, p. 56). Sob este novo aspecto e dadas às devidas contribuições de Laubach, Paulo Freire leva em consideração o sujeito da aprendizagem bem como a cultura local, tornando esse processo para o educando real, uma vez que ele entendia o ser como sujeito de sua aprendizagem. No processo de alfabetização haviam palavras geradoras que apresentavam graus de dificuldades fonéticas e também a análise de problemas sociais que os levavam a serem críticos.

Com o Regime Militar instaurado a partir de 1964, estes movimentos foram proibidos e encerrados já em 1966 (STOLTZ et al, 2009). “Os militares, por considerarem o programa uma ameaça aos seus objetivos, acabaram com o movimento, prendendo e exilando alguns de seus integrantes” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 53). Segundo Govoni (1980), foi a partir de 1965 que se começava a pensar na educação funcional; não apenas a alfabetização dos desfavorecidos, mas a alfabetização para promoção cultural, embora a grande preocupação fosse o prestígio diante dos países desenvolvidos, de forma assistencialista e conservadora pelos militares.

Em 1967, o próprio governo militar lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a preocupação de ensinar a ler, escrever e contar. De caráter conservador, voltado à uma alfabetização funcional nos adultos ile-

trados que os capacitava a trabalhar, produzir e consumir melhor (BEISIEGEL, 1974, p. 83), ou seja, desta maneira se alcançava as grandes massas que eram excluídas da vida nacional, mas sem autonomia do educando ou conscientização crítica que visasse a transformação do mesmo, bem longe do idealizado e possível no modelo de Paulo Freire.

“As orientações metodológicas e os materiais didáticos do MOBRAL reproduziram muitos procedimentos consagrados nas experiências de inícios dos anos 60, mas esvaziando-os de todo sentido crítico e problematizador.” (BRASIL, 2001, p. 28).

De acordo com Jannuzzi (1979, p. 4), no MOBRAL a educação era:

[...] como o processo que auxilia o homem a explicitar suas capacidades, desenvolvendo-se como pessoa que se relaciona com os outros e com o meio, adquirindo condições de assumir sua responsabilidade como agente e seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico, social e cultural. (JANNUZZI, 1979, p. 4).

Até então, a educação era importante, principalmente, para formar sujeitos operantes no mercado de trabalho, não sendo permitido ao educando a possibilidade de explorar as suas potencialidades e se sentir socialmente incluso.

Com descrédito, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, em 1985, se extingue e surge a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar).

Pode se conjecturar que esses movimentos foram eficientes dentro dos propósitos, mas mantendo as classes desfavorecidas acomodadas em seu lugar, fazendo valer a máxima da dualidade do sistema educacional no Brasil, pois para aqueles com maior capital cultural, outro nível educacional se projetava.

A partir de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), regulamenta e estabelece como responsabilidade do Estado, o dever de ofertar esta modalidade de ensino com modelo pedagógico próprio, bem como metodologia de ensino, capacitação e formação de educadores, entre outros.

2.2 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A educação de jovens e adultos – EJA – é a educação voltada para jovens a partir de 15 anos e adultos, que por algum motivo não concluíram o ensino no tempo regular, estando atreladas a este fato as dificuldades financeiras que forçam os jovens a trabalhar e assumirem a reponsabilidade financeira, mas não apenas este fator, como também, as relações familiares e sociais.

Os adjetivos aqui propalados são muitos: excluídos, esquecidos, pobres, sem teto, classe dos desfavorecidos entre outros. Mas na verdade o que existe é uma exclusão social, de direitos garantidos para o pleno desenvolvimento do ser humano. De acordo com Nóvoa (2007):

A pior discriminação, a pior forma de exclusão é deixar a criança sair da escola sem ter adquirido nenhuma aprendizagem, nenhum conhecimento, sem as ferramentas mínimas para se integrar e participar ativamente das sociedades do conhecimento. (NÓVOA, 2007, p.12).

Infelizmente, até o momento, essa situação ainda é presente em nossa sociedade, pois se antes a restrição era oriunda ao atrelamento das classes, hoje, as questões são ainda mais profundas. Dentro deste contexto, a educação de jovens e adultos surge como uma emancipação e efetivação da democracia educacional, mas que ainda se configura em aspectos sociológicos como o direito à educação no exercício da cidadania, não deixando de envolver as inter-relações entre escola, trabalho e classe social. Entretanto, conforme já citado, a evasão escolar é bem atual, bem como o fracasso escolar e a repetência, que hoje são mascarados pela progressão, que se por um lado não retém o aprendente, por outro lado, não permite uma aprendizagem qualitativa, permitindo tão somente uma inferência de números nas estatísticas oficiais.

Os processos de construção do homem não se restringem somente à infância como ao longo de toda a sua vida, cada sujeito ou autor (porque escreve a sua própria história) constrói e reconstrói normas, maneiras de pensar e agir, valores que são socializados, então, cada indivíduo “exerce uma certa influência sobre a orientação da formação social” (LESNE, 1977, p. 25).

Pensar a EJA é pensar na diversidade cultural, social, étnica, religiosa, etária e de gênero. Nesse entendimento, se posicionam as Orientações Curriculares

para a Educação Básica (2010), destacando o direito à autonomia dos sujeitos da EJA nos processos de aprendizagem, bem como a ação educativa pautada em desafios éticos, políticos, tecnológicos e sociais. Neste processo é, portanto, garantida aos educandos a inter-relação de suas vivências, suas visões de mundo, com o ambiente escolar em que estão inseridos.

O grande legado da EJA é que hoje, de acordo com Arroyo (2005, p. 225), “ter o ser humano e sua humanização como problema pedagógico” permite a construção de uma nova forma de perceber os educandos da EJA. Corrobora-mos como Arroyo no sentido de que as conquistas nas construções do pensar EJA nos remete, hoje, ao discernimento de que o indivíduo é um ser pensante e evolutivo cognitivamente e por isso a construção do seu saber se faz em cada relação que ele tem com o meio que o cerca. Sua autonomia crítica é que o faz um ser histórico e que o identifica, não por nome, endereço, mas na sua complexidade individual.

Ao dar o nome a alguém, ao chamar alguém de uma maneira, torna esse alguém determinado, isso, porém, pode me fazer esquecer o momento anterior em que esse alguém se tornou presente para mim [...]. (CIAMPA, 2001, p.132).

De acordo com as Orientações Curriculares da EJA, deve-se considerar o perfil dos educandos e o saber pedagógico que se faz assegurando as funções reparadora, equalizadora e qualificadora no processo educacional, mas de forma significativa para o mesmo.

Na educação de jovens e adultos lidamos como a diversidade geracional; não são infantes em desenvolvimento, mas jovens e adultos com históricos de vida distintos e ao mesmo tempo comuns e o docente têm que vê-los de modo que:

O educador, podemos pensar, é aquele que prepara uma refeição, que propõe a vida em grupo, que compartilha alimento, que celebra o saber. É do entusiasmo do educador que nasce o brilho nos olhos dos aprendizes. Brilho que reflete também o olhar do mestre. (MARTINS; PICOSQUE; GUERRA, 1998, p.118).

“Somos um ser ativo, cuja ação regida pela lei do interesse ou da necessidade só poderá dar seu pleno rendimento se se fizer um apelo aos móveis autônomos dessas atividades” (PIAGET, 1970, p. 154), ou seja, sob este aspecto podemos ver certa semelhança entre crianças e adultos, entretanto seus interesses se pautam no “fato do adulto ir em busca de escolaridade, respondendo às pressões de ordem social e econômica para adquirir um diploma já demonstra por si só que o seu processo de aprendizagem deve ser diferenciado em relação ao da criança.” (ROCCO, 1979, p.19).

2.3 Economia Solidária

A economia solidária, diversa do liberalismo em que os valores e triunfos individuais são exaltados, envolve a gestão coletiva, cujas decisões são tomadas em prol de todos, e que se configura com transparência e total envolvimento de todos os indivíduos para que haja a autogestão. Paul Singer, entende a economia solidária como emancipatória do modo capitalista refletindo que “a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER, 2002, p. 10).

Ela estabelece, então, novas relações econômicas e sociais, que vão em sentido contrário ao proposto na economia contemporânea, visto que essas relações são construídas e reconstruídas pelos sujeitos envolvidos, nas relações de trabalho, nos envolvimento sociais ou seja nas relações humanas independente de suas condições socioeconômicas.

A economia solidária considera a acumulação de saberes, oriundos de sua vivência e a não sua posição econômica; traz a valorização humana, estimula a criatividade e uma vida mais consciente. Mas falar em solidariedade é mais fácil do que viver, partindo do princípio que ser solidário é doar-se em prol do outro. Culturalmente, não fomos ensinados e nem estimulados a essa prática. É uma reeducação para todos em meio ao capitalismo vigente que impera nas relações humanas. Kruppa pondera que:

Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almeja-

dos. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. (KRUPPA, 2005, p. 16).

Dentro desta nova perspectiva, a educação de jovens e adultos se fundamenta nesta nova construção de mundo, considerado todo o histórico do indivíduo sendo uma nova alternativa de vida. Como o ser humano está sempre em processo de autoconstrução, a economia solidária “promove o trabalho humano como ser, saber, criar e fazer” (ARRUDA, 2005, p. 34).

Desta feita, novas formas de relações sociais de igualdade são construídas quando as conquistas são pela ação do coletivo. Considerando este aspecto, a economia solidária e a educação podem estar agregadas em prol do todo. Segundo Kruppa:

A Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução de vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, por meio de uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. E, portanto, uma economia com defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças. (KRUPPA, 2005, p. 27).

Neste sentido, SINGER (2005, p.19) destaca que “é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática”. A solidariedade como prática é um aprendizado de vivência de uma nova sociedade que valoriza os saberes na construção de relacionamentos sociais e econômicos.

2.4 A Representação Social

A representação social nasce na sociologia e na antropologia como o coração da psicologia social a partir de Durkheim e Lévi-Bruhl, que nos remetem a

uma nova construção de entendimento da psicologia social, a partir da internalização dos saberes ou sentidos comuns que se configuram nas conversações ou ajuntamentos de pessoas.

Para Durkheim (1989, p.154), a primeira representação social do homem, no mundo e consigo mesmo, foi de ordem religiosa. Para ele, as representações coletivas são exteriores ao indivíduo e acabam exercendo pressão ou sendo impostas sobre o individualismo, estabelecendo, portanto, que o pensamento coletivo é superior ao pensamento individual.

Moscovici amplia a visão de Durkheim no sentido de que não há separação entre o individual e o coletivo, visto que as sociedades se caracterizam “por seu pluralismo e pela rapidez com que as mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem”. O autor destaca, ainda, que, nos dias de hoje, poucas representações são verdadeiramente coletivas (MOSCOVICI 1978, p. 44-45).

Corroborando com Moscovici, na concepção de Guareschi e Jovchelovitch (2002): “não existe sujeito sem sistema e nem sistema sem sujeito” e por isso mesmo as pessoas independentemente de cultura, crenças, religião ou ideologia, vão assimilar, por meio dos relacionamentos sociais, saberes e, individualmente, construir significados distintos por meio de conhecimentos culturais. Contribuindo com este entendimento, Jodelet pondera que:

Colocar o indivíduo como agente implica reconhecer neste último um potencial de escolha de suas ações, permitindo-lhe escapar da passividade diante das pressões ou constrangimentos sociais e intervir, de maneira autônoma, no sistema das relações sociais, como detentor de suas decisões e senhor de suas ações. (JODELET, 2009, p. 689).

A representação social considera o indivíduo como parte da construção social onde ele está inserido. A leitura individual de cada indivíduo e sua releitura de mundo, contribui para sua representação sobre fatos ou pensamentos ditos verdadeiros. Particularidades de crenças, certezas pessoais de um indivíduo ou grupos de pessoas, suas percepções culturais, sociais, políticas entre outras, contribui para a sua percepção social que não é dissociada de seu mundo individual, sendo então conquistadas sob tensões culturais e familiares, gerando transformações.

É necessário levar em consideração a construção do ser a partir de seu discernimento do ambiente e ele como sujeito deste ambiente. Em seu livro “As Regras do Método Sociológico”, Durkheim afirma que “as representações coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. [...] se ela aceita ou condena certos modos de conduta, é porque entram em choque ou não com alguns dos seus sentimentos fundamentais [...]” (DURKHEIM 1978, p. 79).

As representações sociais condizem com a realidade psicossocial de cada sujeito, que se traduz na forma que o sujeito se vê e traduz o seu ambiente social. Segundo Minayo (1995, p. 89), “representações sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. Portanto, não se configura como um ambiente estático e social mais em continua construção por cada indivíduo que o compõem.

■ 3 METODOLOGIA

Por meio de pesquisa semiestruturada ou semidiretiva, conforme Thiollent e Minayo (1987), foram construídas questões objetivas e subjetivas, em que o entrevistado pode falar sem ressalvas a partir de questões formulados como instrumento de pesquisa, permitindo, assim, inferir sobre alguns aspectos socioculturais dos educandos.

Rosa considera a pesquisa como uma prática de contextualização:

[...] a entrevista é uma ferramenta imprescindível para se trabalhar buscando-se contextualizar o comportamento dos sujeitos, fazendo a sua vinculação com os sentimentos, crenças e valores e permitindo, sobretudo, que se obtenham dados sobre o passado recente ou longínquo, de maneira explícita, porém tranquila e em comunhão com o seu entrevistador, que deverá, inicialmente, transmitir atitudes que se transformem em transferência e troca mútua de confiabilidade. (ROSA, 2006, p. 16).

Foram aplicadas aos alunos de uma turma do ensino médio perguntas para compreender sua representação social a respeito de algumas situações como: o que os levou a estudar na EJA; o que eles entendem por economia solidária; como o aprendizado da EJA é utilizado por eles e como os conteúdos

e conhecimentos os ajudam nos problemas domésticos, no trabalho e na sociedade de modo geral.

Com perguntas por meio de um roteiro, o entrevistado fica mais livre, haja vista que as respostas não são condicionadas, o que para Triviños (2006, p. 152) “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”, permitindo, assim, que o pesquisador se mantenha atuante e consciente no processo de coleta das informações.

Tendo em vista que o objeto de estudo é a representação social dos alunos da EJA sobre a economia solidária, Triviños pondera sobre a entrevista semiestruturada que:

[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação. (TRIVIÑOS, 2006, p.146).

Assim, é possível por meio de perguntas interrogativas e explicativas, analisar a representação social dos educandos no meio social e histórico a partir de impressões que eles têm a respeito de sua perspectiva de vida.

O que responderam nossos sujeitos pesquisados da Educação de Jovens e Adultos sobre as suas relações e percepções com a economia solidária e a interpretação desses dados com o referencial teórico da pesquisa é o que se pretende doravante.

■ 4 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO CEJA

Partindo da premissa de que um grupo envolve não apenas o somatório dos sentimentos e ações de cada indivíduo, conforme afirma MOSCOVICI (1996) é possível compreender a diversidade de leituras que os educandos do CEJA Marisa Mariano têm a respeito de economia solidária dentro da EJA. Olhemos para elas:

“O conhecimento que eu tenho e que através do EJA o formado grupos que torna uma cooperativa de materiais recicláveis que gera lucros” (Aluno 13)

“Entendo que por um lado a EJA torna cada pessoa ser mais igual

a outras, tornando assim uma igualdade social". (Aluno 3)
 "Entendo onde todos que participam ganham da mesma forma"
 (Aluno 8)

Ramírez (1975, p.32) diz que "cada homem é um organismo inteligente único, que vive num meio social" por isso mesmo tem uma forma individual de assimilar e de reagir no meio em que vive.

Apesar de estarmos em ambientes sociais, que impregnam um capital cultural nos sujeitos e que determina em certa medida seu discernimento sobre as coisas, nossa leitura se configura de maneira distinta, a partir de análises, intuições e criticidade individual, que traz ou não significado ou ressignificado a cada uma. Mas as três respostas evidenciam que a participação coletiva e a igualdade são aspectos que se distinguiram.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. (FREIRE, 1992, p. 11-12).

A interpretação e interação dos indivíduos no ambiente social e cultural expressam como suas ações nesse contexto se traduzem. Quanto aos aspectos socioculturais e econômicos serem ainda determinantes nos posicionamentos dos sujeitos, ficou evidente nas posturas dos sujeitos. Podemos perceber neste mesmo grupo que alguns estavam totalmente alheios à economia solidária.

"Não compreendo ainda, desculpas." (Aluno 20)
 "Desconheço economia solidária." (Aluno 18)
 "Não conheço, nunca ouvi falar." (Aluno 16)
 "Não entendo nada disso" (Aluno 14)
 "São quando as pessoas se unem em prol de resolver um problema financeiro o administrativo." (Aluno 9)
 "Um aluno não respondeu nada." (Aluno 6)

Por meio de análises, processos de mundos pessoais e interpessoais, bem como socioculturais, se configuram na representação onde os saberes são construídos. Para Jovchelovitch:

A representação, eu busco demonstrar, está na base de todos os sistemas de saber e compreender sua gênese, desenvolvimento e modo de concretização na vida social, nos fornece a chave para entender a relação que amarra o conhecimento à pessoa, a comunidade e mundos de vida. É por meio da representação que a podemos compreender tanto a diversidade como a expressividade de todos os sistemas de conhecimento. (JOVCHELOVITCH, 2007, p. 21).

Ainda segundo Jovchelovitch (2004), a representação se constitui entre os sujeitos e o mundo que o cerca, nas instituições sociais e nas estruturas individuais, a construção do simbólico com acúmulo de significados que vão se desenvolvendo em suas relações.

A variação que ocorre nas experiências humanas e como estas se organizam na realidades da humanidade permite capacidades distintas e nem sempre como um pensamento único.

Como cada sujeito interpreta sua realidade se configura na representação social dele em relação ao meio. Mazzotti (2008, p. 22) explica que “em sua atividade representativa, ele não reproduz passivamente um objeto dado [...] pois ao apreendê-lo de uma dada maneira, ele próprio se situa no universo social e material.”

[...] relevância precisa ser definida em termos de potencial que certos conhecimentos e processos educacionais possuem de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem desempenhar na mudança de seus ambientes e no desenvolvimento de seus países. (MOREIRA, 1994, p.20).

Isso corrobora com alguns recortes da questão 7, em que a intenção era perceber como os alunos utilizam o aprendizado das aulas da EJA, configurando-se em representações bem distintas.

“Utilizo nada porque a maioria das coisas explicada aqui não tem nada a ver com o que eu quero aprender”. (Aluno 11)

“Utilizo como um tipo de educação diferente de outras escolas como o mesmo curso do ensino médio. E apoio a forma de aprendizagem da EJA.” (Aluno 2)

“Algumas coisas dão para se usar no dia-a-dia, como por ex. Ed.

Física, mas a maioria não". (Aluno 1)

"Utilizo no dia a dia e no meu futuro na universidade". (Aluno 3)

"Utilizo em meu trabalho, em meu curso em casa, em negócios e no dia a dia." (Aluno 9)

De acordo com Jodelet, a representação social é conceituada como:

[...] uma forma específica de conhecimento, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. De uma maneira mais ampla, ele designa uma forma de pensamento social. (JODELET, 1990, p.361-362)

Como os conteúdos serão apreendidos ou os processos que o envolvem, promovem uma relação entre o sujeito e o mundo que culmina com a representação social. Essa apropriação do saber vai depender da condição cultural de cada sujeito, onde podem ser absorvidos ou ignorados não tendo relevância para os que o recebem. E, ao olharmos para as respostas descritas acima, fica evidente o quanto Paulo Freire ainda permanece vivo ao alertar que os conteúdos devem fazer sentido com as relações que os sujeitos têm no seu dia a dia. Portanto, a escola e seus saberes não podem estar totalmente dissociados das realidades sociais das comunidades.

Quando abordados sobre de que forma os conteúdos e conhecimentos que aprendem na EJA os ajudam nos problemas domésticos, no trabalho e na sociedade de modo geral, muitos explicaram sua importância.

"Sim, alguns conteúdos estudados aqui já me ajudaram na sociedade". (Aluno 2)

"Sim no dia a dia como se comporto falo melhor". (Aluno 5)

"Me ajuda muito em relação aos meus filhos que estão na idade escolar, estava com dificuldades em ajuda-los". (Aluno 8)

"Alguns a maioria dos conteúdos passados na EJA...Não vão ser útil para mim lá fora ou seja vou começar aprender algo que preste na faculdade mesmo". (Aluno 11)

Os educandos trabalhadores da EJA de alguma forma associam a competência didática com a possível transformação social e, portanto, é necessário que se entendam na "condição de intelectuais orgânicos da classe-que-vive-do-próprio-trabalho." (BERNARDIM, 2007, p.172).

Ainda segundo Jodelet:

A marca social dos conteúdos ou dos processos se refere às condições e aos contextos nos quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam e às funções que elas servem na interação do sujeito com o mundo e com os outros. (JODELET, 1990, p.361-362).

Cada sujeito ou grupo de pessoas acessam de maneira diferente as informações a partir de valores que lhes são próprios e a partir daí ele os apreende individualmente em suas relações. Segundo Paulo Freire:

Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para muda-la. (FREIRE, 1979, p.19).

Esta reflexão o leva à sua representação social a partir de um ambiente concreto, portanto, “a educação não é um instrumento válido, se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade a qual o homem está radicado” (FREIRE, 1979, p.19).

A representação social é ter sentido à vida, desenvolvida dentro de um contexto onde “[...] aprender e ensinar não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (FREIRE, 1997, p.67). É neste processo que cada um de nós interpreta sua realidade e se coloca nela como agente que participa da própria construção social como da representação do que o cerca.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de Jovens e Adultos foi pensada a partir de Paulo Freire como um processo libertador dentro de seu contexto histórico, com conteúdo e métodos que lhes sejam significativos. Contribuindo com esta educação, a economia solidária vem propor uma nova forma social e econômica entre as pessoas como um ato pedagógico à medida que considera o bem-estar, os saberes, num ato de solidariedade para a promoção de todos, sem exclusão ou privilégios, dada a posição econômica do indivíduo.

Por mais que discussões e contribuições ao longo dos anos tenham efetivamente participado da construção da educação de jovens e adultos, ainda esbarramos na limitação de não atender às expectativas destes que, dentro de seus contextos sociais, econômicos e psicológicos demonstram necessidades tão particulares quanto do grupo social escolar em que vivem.

Não há dúvida de que a economia solidária vem para contribuir nas relações sociais, onde se valoriza o sujeito e não apenas a sua produção, entretanto há de se considerar que ainda é um desafio demonstrar que é possível uma nova economia que seja pautada nas relações humanas que visem o bem em comum. Uma economia que considere que as pessoas são diferentes e devem ter “espaço” para o exercício de suas diferenças.

Observou-se que os entrevistados do CEJA Marisa Mariano apreendem os conteúdos, os quais se apresentam intimamente ligados às imagens, valores, informações e observações individuais e coletivas que representam sua condição social a partir de significações por eles apreendidas. Não obstante, faz-se necessária uma análise do que realmente é importante para estes educandos e como a economia solidária tem o condão de conduzi-los pelo caminho de um saber que possa ser constituído a partir das diversas realidades inseridas no mundo capitalista vigente.

Esta importância da economia solidária deve ser melhor compreendida pelos discentes a fim de que, uma vez sistematizado e apreendido este método de externalização de saberes, na forma de representações sociais solidárias, os mesmos venham a produzir seus saberes e socializá-los por meio das diversas e diferentes representações, sendo este um exercício consciente e um ato de verdadeira cidadania.

Há que se considerar o indivíduo como parte integrante, e intrínseca, deste processo de educação, bem como se deve salientar a relevância de sua releitura de mundo. Entretanto, como cada sujeito se apropria ou apreende cada informação por ele internalizada, e como esta interfere no pensamento coletivo, configuram suas representações sociais, não importando suas condições sociais, religiosas e financeiras.

■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. A. **A Educação de Jovens e Adultos em tempo de exclusão**. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

BERNARDIM, Márcio Luiz. **Educação do Trabalhador**: Da Escolaridade Tardia à Educação Necessária. Brasília: UNICENTRO, 2007.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado de Educação Popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BRASIL, Cristiane Costa. **História de Alfabetização de Adultos**: de 1960 até os dias de hoje. Brasília, UCB, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para Jovens e Adultos**: Ensino Fundamental: Proposta Curricular – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

CARVALHO, A. M. P. et al. **Ciências no Ensino Fundamental**: o conhecimento físico. São Paulo: Scipione, 2010.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIAMPA, Antônio da Costa. **Políticas de identidade e identidades políticas**. In: Uma psicologia que se interroga. São Paulo, Edicon, 2002.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

_____. **Formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulinas, 1989.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GOVONI, Ilário. **Alfabetização de Adultos como Mudança Sócio-Cultural**. Teresina: Edições Punaré, 1980.

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra. **Textos em Representações Sociais**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

HADDAD, Sergio. PIERRO, Maria Clara Di. **O estado da arte das pesquisas em educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

JANUZZI, Gilberta Martinho. **Confronto Pedagógico**: Paulo Freire e MOBRAL. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

JODELET, Denise. O Movimento de Retorno ao Sujeito e a abordagem das Representações Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 679-712, set./dez. 2009.

_____. **Représentation sociale**: phénomène, concept et théorie. In: S.MOSCOVIC (dir.). *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A., JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 63-85

_____. **Educação & Linguagem**. v. 15, n. 25, p. 228-243, jan/jun. 2007.

_____. (2004) *Psicologia social: saber, comunidade e cultura*. **Psicologia e Sociedade**, p. 20 – 31. 2004.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

LESNE, Marcel. **Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, Maria Tereza Telles. **Didática do Ensino de Arte**: língua do mundo. São Paulo: FTD, 1998.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações Sociais: Aspectos Teóricos e Aplicações à Educação. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 18 - 43, jan/jun. 2008.

MINAYO, Maria Cecília. O conceito das representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVICH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOREIRA, Antônio Flávio. **Escola, currículo e a construção do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1994.

MOSCOVICI, F. **Desenvolvimento Interpessoal**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1998.

_____. **A Representação Social da Psicanálise**. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NÓVOA, Antônio. **Desafio do trabalho do professor no mundo contemporâneo**. São Paulo: SINPRO, 2007.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.

PIAGET, JEAN. **Psicologia e Pedagogia**. Rio de Janeiro: Editora Florense, 1970.

RAMÍREZ G., Maria del Sagrario. **Métodos de Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB: discurso e prática, 1961 – 1967**. São Luís: UFMA, 1985.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. **Educação de Adultos: Uma Contribuição para seu Estudo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. São Paulo: Autêntica, 2006.

STOLTZ, Tânia et al. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

SÊGA, Rafael Augustus. O Conceito de Representação Social nas Obras de Denise Jodelet e Serg Moscovic. **Anos 90, Porto Alegre, n.13, jul. de 2000**.

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André R. (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a. pp.11-28.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, P.; Souza, A. R. (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28. (Coleção Economia).

_____. A Economia solidária como um

ato pedagógico. In: _____. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005. Cap. 5, p.13-20.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2006.

VIEIRA, David Gueiros. **Método Paulo Freire ou Método Laubach**. Centro de Referência Paulo Freire. 2004. Disponível em: < <http://acervo.paulofreire.org>.> Acesso em: 25 jan. 2015.

EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) E UMA POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DO SABÃO LÍQUIDO CASEIRO

ANA PAULA FERREIRA DA SILVA¹
ROSE CLÉIA RAMOS DA SILVA²

Resumo: O presente artigo aborda a educação de jovens e adultos e a economia solidária, buscando compreender o papel desta modalidade de educação na formação e criação de uma alternativa de geração de trabalho e renda que atenda este público específico da Educação de Jovens e Adultos. O estudo empírico pautou-se na análise da nova prática pedagógica que faz uma mediação entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária (ECOSOL), de forma a promover uma educação mais humana e comprometida socialmente com uma prática emancipatória e com um projeto democrático popular de sociedade. A Economia Solidária visa a inclusão dos sujeitos que não foram escolarizados em idade regular e precisam do processo de escolarização, como condição *sinequa non* para superarem suas dificuldades em relação à produção e à renda, enfim, às questões afetas a qualidade de vida. O diálogo teórico que subsidiou esta pesquisa pautou-se em Singer (2005), Arroyo (1999), Eugenio (2004) e Freire (2006). O estudo empírico foi realizado junto ao CEJA Licínio Monteiro da Silva, com os alunos matriculados no segundo segmento do segundo ano. Num universo de 12 alunos matriculados no referido segmento, 100% participaram da oficina. Os resultados evidenciaram que os estudantes ficaram satisfeitos com os saberes adquiridos com a EJA-ECOSOL, no que tange às experiências de produção de sabão líquido, percebendo, inclusive, como boas possibilidades de renda para as suas famílias e para si mesmos.

Palavras-chave: EJA. Oficinas de aprendizagem de sabão líquido. Economia Solidária.

1 Ana Paula Ferreira da Silva, Graduação em Ciências Biológica pelo Centro Universitário de Várzea Grande Univag (2004). Pós-Graduada em Ciências Naturais para o Ensino Fundamental pela UFMT. Professora efetiva da Rede Pública. Atualmente desempenha sua função como Professora Estadual de Educação do Estado MT; cursando Especialização Lato Sensu em EJA e Economia Solidária pela UFMT. E-mail: annapaula27@yahoo.com.br

2 Rose Cléia Ramos da Silva possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1998), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002), doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2011). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEPGFEB), atuando como docente e pesquisadora no Instituto de Educação e em seu Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, com ênfase nos seguintes temas: Gestão e Financiamento da Educação Básica, conselhos de políticas públicas e conselhos de educação e escolares, controle social, e ainda, temas de abordagem mais ampla, como as relações de democratização entre o Estado e a sociedade civil.

■ 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o sistema capitalista tem proporcionado altos índices de desemprego e subemprego, onde uma grande massa de indivíduos está fora do mercado de trabalho formal e assalariado. Dessa forma, este artigo tem por objetivo desenvolver uma análise dos eixos investigativos que permeiam a experiência da produção de sabão líquido caseiro, apresentando uma reflexão sobre a aproximação entre a EJA e a economia solidária.

Este estudo pautou-se na experiência realizada com a produção de sabão líquido caseiro, na Escola Estadual de Educação de Jovens e Adultos, Licínio Monteiro da Silva, localizada na região central do município de Várzea Grande/MT. O estudo da experiência em questão merece atenção pela possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, de conceber o trabalho como princípio educativo capaz de resgatar a dignidade do sujeito e a Educação de Jovens e Adultos como possibilidade de conexão destes dois eixos. Considerando a interface da EJA com a Economia Solidária, o trabalho de produção de sabão teve como principal objetivo dar aos alunos novas possibilidades de renda através do aprendizado do produto que é comumente utilizado em seus cotidianos.

Segundo Azambuja (2009), os valores da Economia Solidária para educação são muitos e podem validar práticas democráticas efetivas para a sociedade.

O perfil ideológico de solidariedade, como o próprio nome já deixa evidente, é o perfil ideológico de Economia Solidária, isto é, trata-se de trabalhadores que expressam valores e princípios como solidariedade, igualdade, participação e democracia. Nesse sentido, a orientação na ação social organizada dos trabalhadores deste perfil é, principalmente, a consolidação do modelo autogestionário. Isso se expressa quando os trabalhadores de perfil solidário falam da preocupação de todos os sócios da cooperativa em “mudarem seu comportamento de empregado, para cooperativado”, isto é, não basta apenas que cada um exerça a sua função no processo produtivo (modelo de assalariamento), mas que cada um participe da gestão da cooperativa e assim, fazer com que cada cooperativado se reconheça como integrante de um projeto coletivo. (AZAMBUJA, 2009, p. 303).

Nessa direção, uma situação que pode estar ao mesmo tempo contribuindo para a diminuição do desemprego e da desvalorização do trabalho, criando assim, a possibilidade de construção de relações sociais pautadas pelo respeito, igualdade, solidariedade e democratização. Estas bases caminham no sentido de desenvolver um projeto popular em uma perspectiva conscientizadora e emancipadora, fomentando assim, uma sociedade mais justa. Uma vinculação que parece ultrapassar os limites teóricos da EJA como modalidade escolar que contempla uma dívida social com os sujeitos que não tiveram acesso à educação na idade própria, apresentando um caminho que se articula na tentativa da inclusão social, econômica e cultural.

■ 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é classificada como parte integrante da Educação Básica, logo, deve ser analisada com o mesmo compromisso presente no ensino fundamental.

O processo ensino-aprendizagem acontece de forma diferenciada do que se faz no processo ensino-aprendizagem da forma regular, pois de acordo com a (Lei nº 9.394/1996 - LDB), os conteúdos devem se adequar à realidade, à diversidade cultural e social para assim motivá-los à aprendizagem. Diante do exposto, considera-se que as ações pedagógicas são fundamentais para a execução do processo formativo dos jovens e adultos que necessitam avançar na sua escolaridade e, como também no seu aprendizado, dessa forma as condições sociais, históricas e culturais desses sujeitos são informações necessárias para um trabalho ser realizado com efetividade, pois esses sujeitos buscam na escola a sua inclusão social e a construção de um novo saber que não se realizará com eficiência se o educador não levar em consideração a realidade a que esses educandos estão inseridos em suas vidas.

Como comenta Freire (2006):

O conceito de Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendido na perspectiva de uma educação voltada para a emancipação dos sujeitos das classes populares e tal trabalho educativo pressupõe a valorização da cultura popular e dos conhecimentos prévios que esses sujeitos trazem para o universo escolar.

Partindo dessa compreensão, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno. Estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constante busca.

Na prática diária se observa que o aluno da EJA quer ver a aplicação do que se está aprendendo, por esse motivo é necessário mudar a forma de ensino. Para isso, é preciso expor o conteúdo relacionando-se ao contexto em que o aluno está inserido, para que assim ele possa ter uma visão mais ampla e crítica do conhecimento. Essa concepção embasada na própria Constituição Brasileira de 1999, no artigo 22 da LDB: “A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhes meios de progredir no trabalho em estudos posteriores” (BRASIL, 1999). Para isso, é necessário que a qualidade do ensino melhore, aplicando metodologias adequadas à realidade econômica, política e social do meio onde se insere a escola. Busca-se através dessa prática compreender o papel da educação de jovens e adultos na formação em economia solidária, uma formação para uma alternativa de geração de trabalho e renda através da produção e criação.

A prática pedagógica procura analisar um novo vínculo entre a educação e o trabalho, de forma a promover uma educação mais humana e comprometida com o projeto democrático popular de sociedade. Através dessa prática em questão, merece atenção pela possibilidade de construção entre a educação e o trabalho para conceber o trabalho como princípio educativo capaz de resgatar a dignidade do sujeito e a educação de jovens e adultos.

■ 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para Singer (2005), a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente represente essa intenção) e retomar a questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante. Desse modo, a Economia Solidária é uma alternativa de combate à precarização do emprego e a não exclusão deste no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da inserção da robótica e da computação nos meios de produção.

Nesse sentido, Ribeiro afirma:

De um lado coloca-se como uma via para a superação das relações sociais de produção capitalista; de outro, mantém-se presa destas relações pela necessidade de relacionar-se com o mercado, no qual vende e compra seus produtos. (RIBEIRO, 2002, p. 93).

A Economia Solidária é um termo que engloba diversas perspectivas que se aproximam em uma intenção comum: a alternativa de desenvolvimento sustentável. Conforme Tiriba (1998, p. 189), muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, como: “Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal, subterrânea, invisível, submersa [...]”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular. Iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

Para Tiriba (1998), a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e trabalho. A Economia Solidária, nesse contexto, não é só é uma possibilidade de gerar trabalho e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

E é exatamente aí que surge a possibilidade de aliar estes conhecimentos do mundo do trabalho e da vida com o processo educacional, neste caso, com a modalidade e educação de jovens e adultos.

Nessa perspectiva, considera-se a economia solidária uma perspectiva educativa como um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para satisfação e necessidades de todos os envolvidos no processo, de modo a minimizar as desigualdades econômicas e sociais e a resgatar valores da solidariedade humana.

■ 4 O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Brasil, o ensino de Ciências Naturais é relativamente recente na escola de ensino fundamental. De acordo com (FUMAGALLI, 1998), antes de 1961, o ensino dessa disciplina não era obrigatório. Era feito de forma extraoficial, nas duas últimas séries do antigo ginásio. Ademais, estava centrado na transmissão de informações difundindo a concepção de ciência como uma atividade neutra, objetiva e promotora do progresso humano.

A partir de 1961, com a LDB Lei nº 5.692, as ciências naturais passam a ser ensinadas em todas as séries do ginásio. Foi apenas em 1971 que esse ensino passou a ser notório desde os primeiros anos escolares.

Na década de 1970, no contexto da corrida espacial, a preocupação com a realização de atividades práticas no ensino de ciências, se tornou marcante. Difundiu-se, então, a crença no método científico como estratégia metodológica mais adequada para o ensino de ciências. Contudo, a história revela que, de uma maneira geral, os professores desconheciam as propostas de ensino que chegavam à escola e tinham pouca identificação com a metodologia científica.

Nos anos 1980, apareceram as discussões sobre a relação educação/sociedade, em paralelo à “Ciência, Tecnologia e Sociedade” (CST), que são importantes até hoje. Iniciou-se então, uma aproximação entre o ensino de Ciências Naturais e o ensino de Ciências Humanas / Sociais, reforçando a percepção da ciência como construção humana e não como “verdade natural”. A História e a Filosofia da Ciência tornaram-se importante no processo educacional, pois a partir dos conhecimentos das teorias do passado, pode-se ajudar o estudante a compreender as concepções do presente.

Na atualidade, o contexto histórico mostra-se extremamente complexo e exige atenção ao sentido que a ciência e a tecnologia têm na vida humana. Torna-se necessário compreender que a ciência é uma atividade humana condicionada pelo jogo de interesses da sociedade capitalista e que as relações de poder se expressam também na escola. Daí a necessidade do professor analisar criticamente a sua prática pedagógica para potencializar aprendizagens significativas.

Nessa direção, atribui-se ao ensino de ciências na EJA uma importante função, a qual pode contribuir para que os discentes compreendam melhor o

mundo em que vivem, tomem decisões sobre as questões relacionadas às Ciências, Tecnologias, Sociedade e Ambiente, para assim agir em prol de uma sustentabilidade socioambiental do planeta e de uma melhor qualidade de vida para a humanidade. Com base nas discussões da educação de jovens e adultos é importante que o ensino de ciências para essa modalidade seja problematizador a fim de que esses discentes possam refletir sobre suas concepções espontâneas e seus conhecimentos prévios, além de confrontar ideias com os seus colegas em busca de ressignificação de seus saberes.

■ 5 A PRÁTICA PEDAGÓGICA E A EXPERIÊNCIA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A contextualização é fundamental no ensino aprendizagem do aluno da Educação de Jovens e Adultos, pois está mais próxima de sua realidade e vivência.

Esta proposta metodológica foi aplicada a uma turma de 2º segmento do EJA. O CEJA Licínio Monteiro da Silva está localizado na Rua Pedro Pedrossian, na cidade de Várzea Grande - MT. A implementação da proposta teve início no dia 03 de Junho de 2014, com um coletivo formado por 12 alunos e foi finalizado no dia 05 de Junho de 2014, no período noturno no horário das 18 h às 22 h. Nos dias 03 e 04 de junho foi realizada junto aos alunos em sala de aula uma revisão dos conteúdos, devido já ter sido trabalhado anteriormente esses conteúdos, como introdução ao estudo da química, classificação dos elementos químicos (tabela periódica). Misturas e substâncias, em soluções. A economia solidária e o trabalho foram abordados através da contextualização com textos informativos, leituras e discussões (coleção Cadernos de EJA).

Cabe lembrar que o consumo exagerado despertou a sociedade, levando-a perceber que a natureza possui recursos limitados e que é necessária uma medida sustentável para mediar à situação atual e melhorar as condições de vida dos seres vivos. Nesse sentido, a conscientização e sensibilização para reutilização do óleo de cozinha usado para produção do sabão líquido caseiro. É importante salientar que o óleo reciclado, evita a contaminação de milhões de litro de água todos os dias e pode ser usado na fabricação de sabão, entre outras aplicações relevantes. Dessa maneira, contribuímos efetivamente para a conservação do meio ambiente e a importância da educação ambiental como ferramenta para mudança socioambiental. No dia 05 de junho aconteceu a aula prática da produção do

sabão líquido caseiro com a participação dos alunos, professora e uma funcionária da escola. Após o término da aula prática os alunos tiveram muito interesse em relatar suas experiências em participar dessa oficina.

5.1 Materiais e procedimentos para realização do sabão líquido caseiro

Os materiais utilizados foram:

- 3 litros de óleo de cozinha usado
- 1 litro de álcool combustível
- 1 kg de soda
- 50 litros de água

Por sua vez, os procedimentos utilizados foram:

- ✓ Misture o óleo de cozinha com álcool, num recipiente com capacidade Para 50 litros (mínimo)
- ✓ Misture a soda com 2 l de água natural.
- ✓ Misture a soda diluída com a mistura do álcool / óleo aos poucos irá virar uma pasta.
- ✓ Esquente 5 l de água e acrescente à mistura, mexer até ficar homogênea, acrescente água até completar o limite do recipiente.
- ✓ Após término da aula prática os alunos tiveram muito interesse em relatar sua experiência e em participar dessa prática de produção de sabão líquido caseiro.

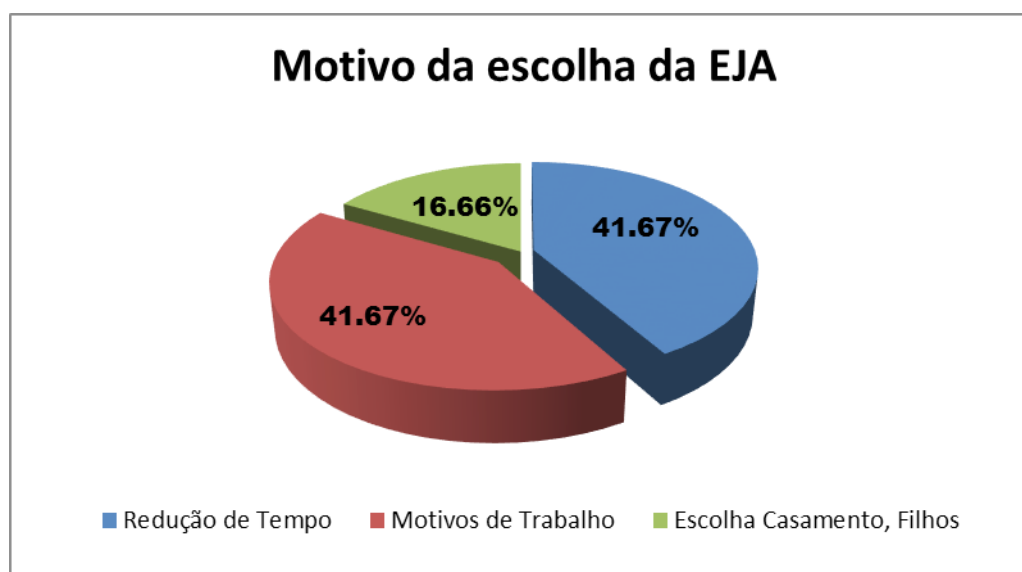
■ 6 A PERCEÇÃO DOS ALUNOS EM RELAÇÃO À EXPERIÊNCIA REALIZADA

Em uma classe da Educação de Jovens e Adultos existe uma variedade de pessoas com diferentes faixas etárias, histórias de vida e condições sociais, que constituem fatores da diversidade deste sistema de ensino. Após o término da aula prática, onde os alunos produziram o sabão líquido caseiro, os mesmos responderam um questionário contendo questões sobre as causas e os motivos que os influen-

ciaram a optar pela Educação de Jovens e Adultos. Perguntou-se, ainda: os mesmos possuem alguma profissão? Por fim, se ele como aluno da Educação de Jovens e Adultos consegue reconhecer a prática da produção do sabão líquido caseiro como uma possibilidade de gerar trabalho e renda. Com essas questões buscou-se identificar se a EJA-ECOSOL tem sido uma experiência boa em suas vidas.

Foi aplicado um questionário de opinião sobre as causas e motivos que influenciaram estes alunos a optar pela Educação de Jovens e Adultos, sendo que o resultado pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Escolha da EJA



Fonte: elaborado pela autora. 2015

Ao perguntar aos alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre as causas e os motivos que os levaram a escolher essa modalidade de ensino, os mesmos responderam que foram vários motivos que influenciaram na opção pela EJA. Uma porcentagem de 41,67% disse que optou pela EJA por causa do trabalho que normalmente ocupa a maioria do tempo, impedindo muitas vezes estes alunos de concluírem seus estudos no Ensino Regular, pois se pode constatar na fala de alguns alunos, como através do discurso do aluno A: *Optei pela EJA porque trabalho o dia todo e não teria tempo para estudar no período da manhã*. Observa-se através do gráfico que a redução do tempo de estudo na EJA é um dos motivos que foi citado por 41,67% dos alunos, questão da redução do tempo durante o período noturno foi citado por alguns alunos, pois de acordo com

aluno C: *Optei pela EJA para poder terminar meu curso mais rápido, pois o tempo de estudar é menor, pode-se observar, através destas afirmações, que os alunos da EJA têm necessidade de um ensino com uma carga horária menor e de qualidade voltado para as questões do cotidiano.*

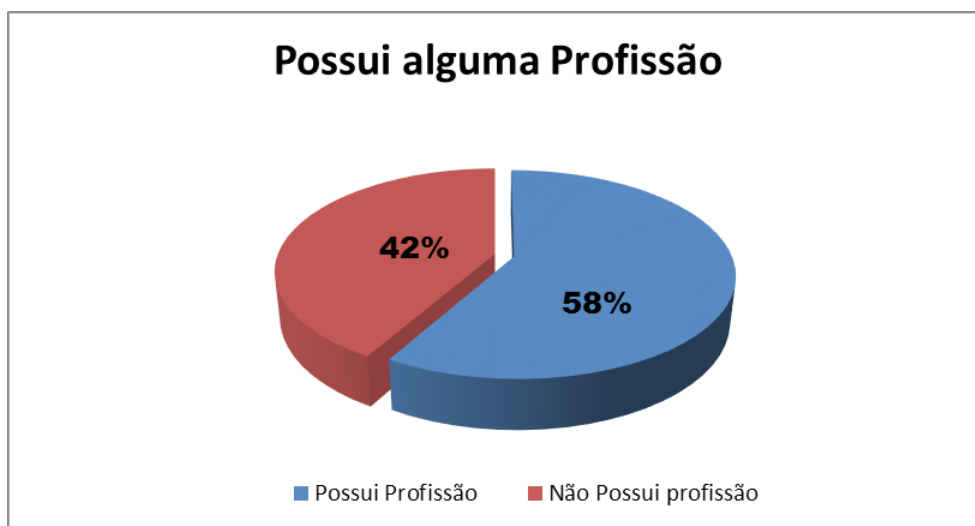
Por sua vez, 16,66% dos alunos disseram estar estudando na EJA porque tiveram que fazer escolha entre casamento, família e filhos, e que só no presente momento puderam retornar.

Nesse contexto cultural, a Educação de Jovens e Adultos não é mais apenas de analfabetos, mas também de pessoas que interromperam o processo escolar, esta é a população identificada como destinatária dos programas da EJA. Aqui se encontram, então, os jovens que não tiveram acesso, por diversos motivos, a escola na idade apropriada ou aqueles que apresentam uma trajetória de escolarização irregular e de insucesso, geralmente pertencentes aos grupos socioeconômicos desfavorecidos (EUGÊNIO, 2004).

Uma sala de EJA possui alunos com os mais variados perfis e que exigem a necessidade de ser considerado pelo professor, pois ao mesmo tempo em que um aluno está na sala de aula apenas para obter seu diploma, existem outros que sonham em terminar seus estudos para poder começar a fazer uma faculdade e desempenhar seu papel na sociedade.

A partir da análise da pesquisa foi possível identificar o perfil da turma de estudantes em relação sua profissão, como se observa na figura 2.

Figura 2 – Profissão



Na figura 2 observa-se que 58% querem retornar aos estudos por causa de uma promoção de emprego, ou seja, já possui uma profissão.

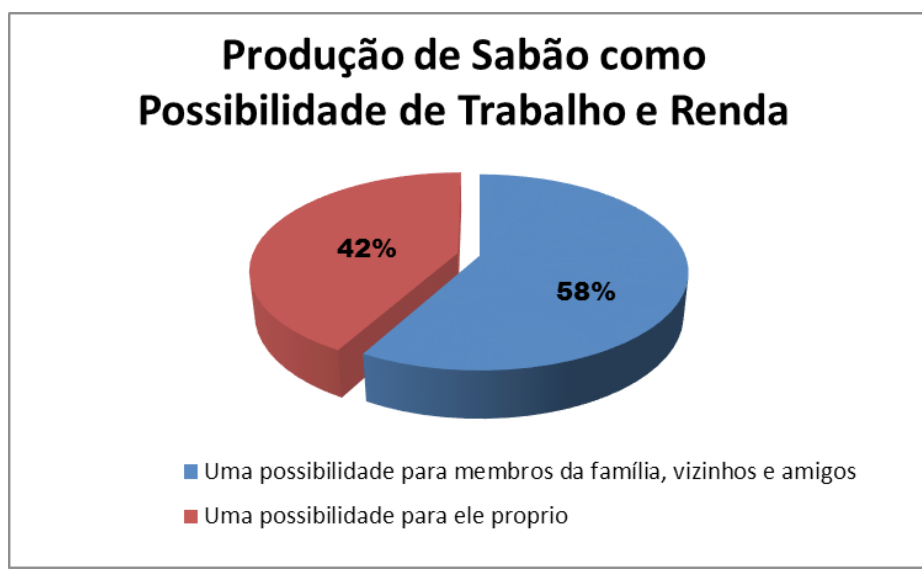
Por sua vez, 42%, como nos mostra a figura 2, não possui uma profissão. Trabalham no serviço que aparecer no momento e esse é o motivo de voltar aos estudos, isto é, por necessidade e melhores oportunidades.

Essa população da EJA comporta uma grande diversidade e precisam de motivações para o retorno aos estudos. São discentes inseridos, sobretudo em subempregos e que ainda esperam ingressar no trabalho formal (ARROYO, 2007).

A diversidade apresentada no dado universo desta pesquisa permite-nos constatar que o professor da Educação de Jovens e Adultos precisa ter a sensibilidade de adequar suas ações pedagógicas ao perfil dos alunos o qual está trabalhando, utilizando uma metodologia de ensino que possa suprir as necessidades e interesses desse público, que além de ser composto por sujeitos trabalhadores, em sua maioria, há que se considerar que muitos já possuem idade avançada.

Em relação ao que os alunos perceberam sobre a produção que realizaram, a figura 3 mostra que:

Figura 3 – Trabalho e renda



Fonte: elaborado pela autora. 2015

Dentre os alunos avaliados, 42% responderam que vê como uma possibilidade para ele próprio. Consegue reconhecer que a prática da produção do sabão líquido caseiro poderá servir como uma geração de trabalho e renda, pois

é fácil de produzir e os produtos não possuem custo muito alto. Como observamos através do discurso da aluna D: *Vou guardar os óleos usados da minha casa para produzir sabão e ganhar meu próprio dinheiro.*

Já 58% dos alunos responderam que enxergam como uma possibilidade para membros da sua família, amigos e vizinhos. Por se tratar de um produto de limpeza, ou seja, algo que precisamos utilizar diariamente, logo reconhece como uma possibilidade de gerar trabalho e renda, onde muitos membros da família que não trabalham fora foram citados por eles, tendo assim uma possibilidade de ter um trabalho e uma renda para ajudar no orçamento familiar. E relataram também que após a prática da produção do sabão líquido caseiro, conseguiram perceber que a química está em tudo, inclusive no sabão.

Para o aluno D: *Nossa que interessante! Eu não sabia que podíamos fazer sabão utilizando óleo usado! Que massa! Agora irei passar essa receita para todos os meus conhecidos.* E a aluna E destacou: *Eu irei repetir o mesmo experimento da fabricação do sabão em minha casa, pois quero mostrar à minha família algo que eu mesma fiz.*

A contextualização é fundamental no ensino aprendizagem do aluno da Educação de Jovens e Adultos, pois está mais próxima de sua realidade e vivência, então baseado nestes conceitos procurou-se abordar o conteúdo seguindo as recomendações das Práticas Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (BRASIL, MEC, 2001).

Nesse dado contexto, percebemos a importância de facilitar a compreensão dos alunos quanto aos conteúdos de ciências trabalhados no ensino fundamental (introdução ao estudo da química, classificação dos elementos químicos, tabela periódica, misturas de substâncias em soluções, etc.) de forma interativa, buscando a conscientização destes alunos quanto aos problemas ambientais causados pelo descarte inadequado dos resíduos do óleo de cozinha. Faz-se oportuna a introdução dos conteúdos relacionando os conhecimentos que se referem à vida cotidiana das pessoas e os conhecimentos mais elaborados desenvolvidos em nível científico.

Diante das respostas, percebemos a possível aproximação entre a Educação de Jovens e Adultos e uma alternativa de geração de trabalho e renda e capaz de construir novas bases para a educação. Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre

a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho.

■ 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados foram observados, analisados e descritos através das apresentações percentuais visando interpretar e buscar os fatores que aproximam Educação de Jovens e Adultos com a prática da produção do sabão líquido caseiro com a Economia Solidária.

Através desta experiência pode-se observar que os alunos ficaram mais motivados e interessados em conhecer na prática como ocorrem as reações químicas, além de aprender o significado e a importância da disciplina para a sociedade. Pela utilização da experimentação em sala de aula puderam desenvolver o conhecimento científico através do senso comum e mostrar que o principal objetivo do ensino de Ciências é a formação de cidadãos que saibam aplicar o que foi aprendido em sala de aula no cotidiano.

Partimos do pressuposto que os alunos da EJA devem ter uma proposta de ensino que atenda às suas necessidades e perspectivas, já que estes são constituídos de um grupo distinto e complexo para o sistema educacional do país, por suas vivências e experiências adquiridas ao longo da vida. Com ênfase neste conceito foi levado em consideração o conhecimento prévio dos alunos durante a realização da prática da produção do sabão caseiro que teve um resultado positivo.

Vale destacar que, através das respostas dos alunos, foi possível também uma socialização importante da prática da produção do sabão, eles entenderam com o trabalho realizado que é possível gerar trabalho e renda de forma solidária e cooperativa, por serem produtos usados com muita frequência no seu cotidiano e por ser viável economicamente quanto à produção, além disso, por socializarem os conhecimentos coletivamente. É nessa perspectiva que a economia solidária busca desenvolver alternativa para geração de trabalho e renda. E enxerga essa possibilidade desse novo vínculo entre o trabalho pedagógico da EJA com mundo do trabalho.

Constatou-se com este estudo que a EJA-ECOSOL pode contribuir efetivamente com a melhora de vida dos sujeitos que precisam, tão legitimamente,

da escola pública, pois estamos lidando com sujeitos das classes populares que não tiveram condições de avançar em seus processos de escolarização e têm o direito de realizar os seus estudos com dignidade.

■ 8 REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os Valores da Economia Solidária. Sociologias**. Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jun. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100012&lng=pt&nr-m=iso> Acesso em 12 jun. 2015.

ARROYO, Miguel Gonzalez. As Relações Sociais na Escola e a Formação do Trabalhador. In: FERRETI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, (Orgs). **Trabalho Formação e Currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. P.13 – 41.

BRASIL. Lei n.394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

EUGÊNIO, B.G. **O currículo na Educação de Jovens e Adultos: entre o formal e o cotidiano numa Escola Municipal em Belo Horizonte**. Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006, p.15-17.

FUMAGALLI, Laura. **Didática das Ciências Naturais**: O Ensino das Ciências Naturais no Nível Fundamental da Educação Formal: Argumentos a seu favor. Capítulo I, Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 18.

RIBEIRO, Marlene. Formação Cooperativa e Educação Escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? In: VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Santa Catarina: NUP, 2002.

SECAD – **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade**, 2007 (Coleção Cadernos de EJA).

SINGER, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005, p.13-20.

TIRIBA, Lia. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: Contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do Trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A FORMAÇÃO PARA VIDA E O TRABALHO

ARLENE MARIA DE MORAES ALBUQUERQUE¹
JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT²

Resumo: Este artigo surgiu a partir de uma inquietação sobre as (im)possíveis relações entre a Educação de Jovens e Adultos, a Economia Solidária e, se ambas constituem-se em ferramentas de formação para a vida e para o trabalho. O objetivo geral é identificar e descrever experiências significativas de qualificação para o mundo de trabalho em alunos egressos da EJA. Os objetivos específicos são: verificar como as disciplinas da EJA tratavam a questão da preparação para o trabalho; investigar nos egressos sujeitos da pesquisa a presença dos princípios da Economia Solidária em sua formação; descrever relatos de egressos da EJA sobre suas experiências no mundo de trabalho. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo descritivo, envolvendo quatro sujeitos ex-alunos da EJA, da Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica, situada a 28 km de Chapada dos Guimarães. O instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Os relatos dos sujeitos da pesquisa destacam que a relação entre EJA e Economia Solidária é entendida na Comunidade de Cachoeira Rica de modo bem peculiar, pois um dos informantes destacou que por lá a Economia Solidária é desenvolvida em forma de trocas, pois se o vizinho precisa de um peixe e se não tem dinheiro trocamos com ovos e, assim sucessivamente, hoje tem a piscicultura, um novo ganho de alguns moradores. Ao final, são apresentadas algumas sugestões para a formação de educadores dentro de uma perspectiva da conscientização e participação na vida cotidiana.

Palavras chave: Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. Vida e Trabalho.

1 Licenciada em normal superior pela universidade de Tocantins (UNITINS). Especializanda em EJA ECOSOL EMPREENDIMIENTOS PELA UFMT (TURMA SEDUC).

2 Pós Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrun@hotmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa envolvendo Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária como preparação para a vida e para o trabalho refere-se a uma provocação que me ocorreu durante o curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária. Surgiu por dois motivos. O primeiro deve-se ao fato do próprio Curso de Especialização trazer no nome a Economia Solidária. Por isso, em todas as disciplinas que configuraram o curso ouviu-se falar muito dessa relação, mas que nem sempre recebeu o aprofundamento e a clareza necessários. O segundo, e esse é o motivo no qual sou mais diretamente implicada, pelo fato de ter sido professora da Educação de Jovens e Adultos e tendo convivido com os alunos da EJA. Nos relatos como educadora que sou e de educadores sobre seus educandos, geralmente os caracterizavam como que se não acreditassem ou vissem com desdém o discurso sobre a Economia Solidária. A essa ambiência de descrédito pode-se somar algumas representações de professores da EJA que estiveram no Curso de Pós-Graduação: EJA e Economia Solidária que, possivelmente, consideram a relação EJA e Economia Solidária como que “bater em ferro frio”.

Portanto, tendo em vista que em diversos momentos, no decorrer das aulas do Curso de Especialização, os professores caracterizam seus sujeitos alunos da EJA, e os apresentam como sujeitos incrédulos com a relação entre EJA e a Economia Solidária. E essa descrença, no projeto utópico de Educação e Economia Solidária, foi também impregnando as representações dos Educadores da EJA e cursistas. Portanto, o tema surgiu como um desafio diante desse indício de realidade, o que me fez pesquisar.

Nesse sentido, algumas questões se levantaram para ajudar a problematizar a constatação de que os alunos da EJA não estavam realmente preocupados quando voltavam aos bancos escolares para se tornarem mais solidários, ou até, mais críticos no tocante as suas relações e envolvimento com o modo de produção e distribuição capitalista. Dentre as questões, vejamos algumas: 1. Ao voltarem para a escola os alunos querem a certificação para se inserir o mais rápido possível nas relações convencionais do capital e trabalho?; 2. Em seus argumentos os alunos da EJA têm clareza que a Economia Solidária é uma forma de estabelecer relações que tencionam a assertiva de que a escola deve preparar para o trabalho (diga-se as relações de trabalho capitalista ou da Teoria do Capital Hu-

mano)?; 3. Existem disciplinas ou matérias específicas, ou temas transversais, no currículo da EJA, que tratam o conceito da Economia Solidária? Em caso positivo; 4. Como esse conceito ou conteúdo é apresentado e tratado pelas disciplinas?; 5. A Educação de Jovens e Adultos prepara para os mundos do trabalho, ou ela prepara para o trabalho em suas relações convencionais entre capital e trabalho?

Tendo como base as questões anunciadas, levanta-se o seguinte problema de pesquisa: A Educação de Jovens e Adultos e o seu *modus operandi* prepararam os alunos para que tipo de trabalho?

Para que uma pesquisa seja completa, a pessoa envolvida neste processo precisa estar focada em suas ações, manter sempre um objetivo em suas pesquisas, não cansar e transcrever algo sem ao menos dar a devida atenção à coerência da sua pesquisa, se há alguma correlação com a medida proposta e o desencadeamento do estudo.

Portanto, para que haja o bom entendimento do investigador, é necessária a qualidade e clareza do que está sendo pesquisado, mostrando assim a capacidade daquele que o fez.

Segundo Triviños (1987), a definição do problema de pesquisa, às vezes, torna-se árdua, especialmente quando as pessoas envolvidas no desejo de pesquisa têm pouca experiência; invadem terrenos nos quais tem escassas informações ou sua concepção do mundo e sua posição teórica não estão conscientemente delineados ou apenas existem em forma inconsciente.

Em consonância com o problema, levantou-se o objetivo geral: Identificar e descrever em alunos egressos da EJA, experiências significativas de qualificação para o mundo de trabalho.

Os objetivos específicos são: Verificar como as disciplinas da EJA tratavam a questão da preparação para o trabalho; investigar nos egressos sujeitos da pesquisa a presença dos princípios da Economia Solidária em sua formação; descrever relatos de egressos da EJA sobre suas experiências no mundo de trabalho.

■ 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta pedagógica da EJA está referendada no dever do Estado em garantir a Educação Básica às pessoas jovens e adultas, na especificidade dos

tempos humanos. Com a Educação de Jovens e adultos deve-se ter o cuidado para que não se cometa um reducionismo pedagógico, pois de acordo com as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais de Mato Grosso (2010):

Desfocada dos sujeitos, a política de EJA frequentemente trata jovens e adultos como crianças de escola regular, e ignora a características de diversidades identitárias que formam esses sujeitos. Essas características constituem singularidades pelos modos de ver e pronunciar o mundo, complexamente imbricados as expressões culturais com universos particulares muito além dos lugares em que vivem. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES DAS DIVERSIDADES EDUCACIONAIS DE MATO GROSSO, 2010, p.176).

Nesse sentido, ressaltamos na pesquisa a importância da ação pedagógica da Educação para a vida e o trabalho em diálogo com a Economia Solidária, o que implica necessariamente para ser uma proposição de educação razoável e, que faça sentido na vida dos sujeitos educandos, que os conteúdos sejam ferramentas capazes de estabelecer pontos com as exigências do mundo de vida desses jovens e adultos que já estão de longo tempo imbricados nas relações do mundo do trabalho.

Outros elementos que podemos entender aqui como problemáticas da Educação de Jovens e Adultos, é o fato de a procura por escolarização variar muito entre as zonas rurais e urbanas, regiões geográficas, e faixas etárias e sexo, sendo também afetada pela estrutura setorial do emprego e a competitividade do mercado de trabalho local. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE DIVERSIDADES EDUCACIONAIS, 2010, p. 201).

Tendo em vista os aspectos descritos, pretende-se com esta pesquisa compreender o papel de Educação de Jovens e Adultos e sua relação com a Economia Solidária como formação para uma alternativa de geração de trabalho e renda.

Em oito anos no exercício de docência com a EJA, tenho ouvido e lido a respeito da Educação e suas funções de socialização para as quais consta a ênfase de preparação para a cidadania e para o mundo de trabalho. Durante o curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, problematizou-se a função da mera reprodutora da Educação, para uma possível inserção dos jovens e adultos no mundo de trabalho e o Exercício de sua

cidadania. Nesse sentido, o conceito de Economia Solidária nos estimulou a produzir várias reflexões.

2.1 Educação e Economia Solidária

Segundo Singer (2005), a Economia Solidária é considerada como uma forma de produção e como alternativa de superação ao capitalismo. Ela foi concebida como modo de produção que prioriza o trabalho coletivo dos meios sociais de produção, a união de cooperativas e associações.

A Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico: é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral. Paul Singer entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social. Assim, a Economia Solidária se levanta como um movimento de insatisfação às relações do capital e trabalho, senão vejamos:

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2002, p. 28).

Já se sabe que no modo de produção capitalista, muitas empresas usam mão de obra daqueles que necessitam para aumentar o lucro dos proprietários. Em contrapartida a essa orientação, ocorre uma movimentação que está se organizando por iniciativa de muitos trabalhadores e formando grupos que visam o trabalho coletivo, para que os participantes obtenham lucros, tornando-se donos de pequenos empreendimentos exigindo direitos iguais. No entanto, esse processo nem sempre foi assim, porque para se constituírem empreendimentos de educação e economia solidária, percorreram um longo e lento processo. Se não vejamos o que nos apresenta Borges:

A construção de saberes por meio das experiências vivenciadas na economia solidária constitui eminentemente um processo educativo, pois estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem através das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. Articulado a esses saberes tem-se, fundamentalmente, o conhecimento gerado pelas demandas formativas, direcionado para a organização econômica do empreendimento solidário. (BORGES, 2014, p. 129).

No sentido, contrário dessa organização coletiva, na empresa capitalista, todos os espaços dos trabalhadores e a organização dos mesmos dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar o lucro dos donos. Por isso, as relações de produção desse tipo de empresa tendem a ser autoritárias, sendo que administrativamente o seu *modus operandi* se estabelece com relações verticais entre comandantes e comandados.

Nas empresas solidárias, essa lógica centralizadora e vertical de estabelecer relações de comando não se justifica, pois todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. (SINGER, 2005, p. 15).

Paul Singer é emblemático quando destaca que a Economia Solidária é um ato pedagógico em si, pois isso dá o entendimento que ela vai se configurando como um processo levado a cabo a partir da insatisfação dos envolvidos, geralmente os subalternos e desprivilegiados. Olhemos essa passagem:

Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados. (2005, p. 19).

Nesse sentido, pode se afirmar que economia solidária é um ato ou uma atitude de rebeldia, pois se afirma, de acordo com Singer (2005), que “é a vida que ensina

aos mais fracos, aos social e economicamente debilitados, o valor, na verdade, a imprescindibilidade da solidariedade". (SINGER, 2005, p. 19) Para corroborar nesse aspecto, vale novamente uma citação do autor para elucidar a condição da solidariedade como imposição da necessidade, mas que vai muito além. Olhemos a passagem:

A economia solidária é um passo decisivo, 'para além' desse aprendizado pela vivência, pois ela propõe a solidariedade não só pela imposição da necessidade, mas como opção consciente por outro modo de produção. [...] A experiência de vida dos inferiorizados lhes ensina a prática da solidariedade com resposta à necessidade, em situações de perigo ou de extrema carência. "A economia solidária lhes propõe a solidariedade como prática sistemática, cotidiana, embebida num relacionamento social e econômico, especialmente construído para isso". (SINGER, 2005, p. 20).

A economia solidária se configura, portanto, como processo, pois é a experiência de vida pregressa dos sujeitos trabalhadores que conta. Desse modo, é inconcebível se pensar a economia solidária como uma ação no "aqui e agora" ou como um estágio atual dissociado da história de vida e luta por melhores condições de vida e econômicas desses sujeitos trabalhadores. A solidariedade é imprescindível o tempo todo, mas é mais imprescindível no "momento inaugural" tanto se for uma tomada da empresa, quanto se for a criação de uma nova empresa, pois é nesse momento que existe a necessidade de muita labuta com remuneração mínima, para que o novo empreendimento seja viável economicamente.

Com efeito, é bem provável que, para efeito da relação, a economia não pode deixar de ser solidária, ainda que o período heroico tenha sido superado, tendo em vista que um empreendimento coletivo exige efetiva cooperação de todos que compõe. Leia-se nessa passagem uma evidência significativa de que a atitude pedagógica deve cortar transversalmente todo o percurso de uma experiência de economia solidária, portanto, ela, somente e só, pode se fazer como processo.

■ 3 METODOLOGIA

Esta seção tem como objetivo apresentar os principais procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, buscando, assim, facilitar o entendimento quanto às decisões acerca da estratégia da pesquisa.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Para uma melhor compreensão acerca do envolvimento dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos e o uso que fazem dos princípios da Economia Solidária da Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica, situada a 28 km de Chapada dos Guimarães, foi utilizada como *locus* da pesquisa que teve a abordagem qualitativa, pois “envolve a obtenção de dados discutidos, obtidos de contato direto com o fenômeno estudado, enfatizando mais o processo que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva dos envolvidos no fenômeno” (LUDKE, 1986, p. 13).

Nas abordagens qualitativas constatou-se a existência de alguns tipos de estudo, dos quais optou-se pelo estudo descritivo que tem como principal objetivo a descrição das características de um tipo de população ou fenômeno ou mesmo, o estabelecimento de relação entre as variáveis (GIL, 2006). Triviños (1987, p. 10) corrobora, afirmando que “o estudo descritivo pretende descrever com “exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade.”

Desta forma, justificou-se o uso do estudo descritivo para o delineamento desta pesquisa por entender que este recorte possui um grande potencial para conhecer e compreender melhor a temática estudada.

3.2 Caracterização do Campo

A Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica situa-se a 28 km de Chapada dos Guimarães. Nela, há anos trabalhei como professora na EJA (Educação do Campo) e esta recebia alunos em idade superada ao ensino normal, conseguindo levá-los ao superior e até mesmo resgatando valores e autoestima de muitos educandos. A Escola atualmente sobrevive de salas anexas, com atendimento ainda com a EJA e na sede mantém somente uma sala da EJA, ainda levando muitos a construir sonhos com a aprendizagem e conhecimento.

3.3 Sujeitos da Pesquisa

Participaram desta pesquisa quatro alunos que estudaram na Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica, situada na comunidade de Cachoeira Rica (Peba) e que hoje são pessoas ricas de conhecimento e alcançaram êxito no trabalho e autoestima em sua vida pessoal e profissional através da Educação na EJA.

3.4 Caracterização dos Sujeitos

Ao propor localizar os antigos alunos da Educação de Jovens e Adultos, aqueles que já passaram por todo o processo de ensino, o objetivo é saber o que e como eles se beneficiaram com o aprendizado e como se utilizam deste conhecimento, atualmente, em sua vida, além de descobrir que trabalho foi alcançado por eles, e como se sentem, depois de ter vencido essa etapa da Educação de Jovens e Adultos. Desse modo, Triyiños reconhece que algumas delas podem estar relacionadas com a capacidade de recordar do entrevistado, com sua “visão áurea” de determinados momentos de sua existência. É um fato reconhecido por todos que pessoas que avançam muito na velhice tendem a salientar melhor as causas que ocorrem em sua juventude, em sua idade precoce, antes que os fenômenos da idade adulta tardia (TRIVIÑOS, 1987, p. 136).

Com efeito, ao escolher e listar os ex-alunos da EJA a serem entrevistados, em propósito foi para que eles possam relatar os benefícios absorvidos em sua vida atual, e se realmente vale a pena voltar a estudar depois de muitos anos (TRIVIÑOS, 1987, p. 136).

Para uma melhor compreensão do estudo e do objetivo trabalhado nesta pesquisa tivemos a participação de quatro pessoas sendo de ambos os sexos. Aqueles que participaram e se prontificaram para acessibilidade de uma pesquisa que destituída de qualquer rigor estatístico exagerado. Os critérios para a seleção desta amostra foram educandos que concluíram seus estudos na EJA.

3.5 Instrumentos de Coleta de Dados

Como instrumentos para coleta de dados utilizou-se questionário e entrevista. Segundo Gil (2006), questionário é um conjunto de questões respondidas pelo pesquisador que se caracteriza como um meio mais rápido e barato de obtenção de informações além de garantir o anonimato do pesquisado. Para Chizzotti (2005, p. 55):

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes, respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada.

Nesse sentido, justifica-se a utilização de tal instrumento para a obtenção dos dados da temática estudada. O questionário foi composto por perguntas fechadas e abertas, algumas sobre os dados de identificação dos sujeitos como, nome, sexo, estado civil e fonte de renda.

Segundo Triviños (1987), a entrevista semiestruturada parte de questionamentos básicos, sustentados em hipóteses e teorias, que interessam o estudo, e que, posteriormente, oferece amplo campo de interrogativas.

A entrevista é um instrumento interessante, na medida em que os sujeitos individualmente poderão ser submetidos a várias entrevistas, não só com o intuito de obter o máximo de informações, mas também para avaliar as variações de respostas em diferentes momentos.

Se a entrevista gravada é acompanhada de anotações gerais sobre atitudes e comportamentos do entrevistado, pode contribuir melhor ainda aos esclarecimentos que persegue o pesquisador. Às vezes, também são necessários desenhos e planos elaborados pelo informante e/o pelo pesquisador. Uma fotografia fornecida pelo informante ou feita na hora pode constituir-se em material valioso.

3.6 Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados se deu através de nove perguntas pertinentes a sua passagem pela modalidade do ensino da EJA. O primeiro momento foi marcado pelo contato telefônico com os ex-estudantes da EJA, explicando o motivo da entrevista e o objetivo da mesma. No segundo momento, ainda por contato telefônico, foi agendado o encontro, com data e local adequados tanto para o entrevistador quanto para os entrevistados, o terceiro momento foi reservado para a realização da entrevista que contou com a filmadora de um celular para auxiliar o entrevistador, que realizou perguntas que foram formuladas com o intuito de descobrir a opinião dos participantes, que concluíram os estudos na EJA, para contar a sua história antes, durante e depois, do processo de escolarização, suas dificuldades e seus êxitos alcançados.

3.7 Procedimentos de Análise dos Dados

Para concretude da análise dos dados foi feita uma triangulação entre o dado empírico apanhado nas respostas dos alunos egressos a partir dos dados

das entrevistas semiestruturadas, relacionando e estabelecendo nexos com a teoria utilizada, sem deixar de colocar o ponto de vista do pesquisador, que é o sujeito que realizou a pesquisa.

■ 4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados desta pesquisa foram colhidos de forma a responder ao objetivo do estudo, que foi identificar e descrever em alunos egressos da EJA, suas experiências significativas de qualificação para o mundo de trabalho e verificamos o quanto a volta às aulas foi relevante no sentido de lhes dar empregabilidade e aumento da autoestima.

Nesse sentido, ao serem perguntados como foi voltar a estudar depois de tantos anos, nas respostas uma categoria se destacou: o caso de uma oportunidade em que ocorreu uma escola real e concreta no lugar e no tempo certo. Vejamos as falas de dois sujeitos:

Foi difícil pelo seguinte, porque não encontrava um lugar, no local que estudava, quando cheguei em Cachoeira Rica abriram-se as portas para estudar e eu não pude desperdiçar a oportunidade. (Informante 1)

Eu morava na zona rural muitos anos e tive a oportunidade de mudar para Cachoeira Rica, onde tinha o projeto da EJA e o incentivo dos professores, diretores, e eu voltei a estudar. (Informante 2).

No entanto, a outra informante destacou que a volta à escola foi ocasionada pelo constante estímulo das crianças que estudavam. Isso a levou voltar para a escola.

Ao relacionar necessidades do dia a dia com o conhecimento, nas respostas uma categoria, ficou evidenciada que além de ler e escrever o conhecimento possibilita a autoestima dos educandos, oportunizando novas relações. Nesse sentido, um informante destacou que, de início, ele se sentia um pouco rejeitado por não saber nem ler nem escrever, mas que a gestão escolar lhe estimulou bastante. Em outro informante se percebe como a EJA contribui para um melhor relacionamento com as pessoas, senão vejamos: “Tive o privilégio de achar uma porta aberta para voltar a estudar em busca de conhecimento também para lidar com o povo”.

Quando a vontade e a determinação superam obstáculos, a diferença de idade deixa de ser uma barreira e a vontade de estudar e garantir o futuro cresce. Vejamos na fala de um dos sujeitos: “Eu na sala de aula tinha rapazes de 16, 17 anos, mas nós tivemos o incentivo dos professores e alunos, todos interagiram juntos e conseguimos vencer”.

Porém, a informante 3 relatou não ter dificuldades, mas sim em ter sido obrigada desistir pelo fato de seus pais adoecerem. Vejamos:

Não, eu estava sempre animada, estudava à noite, à tarde fazia o dever, a noite queria ir pra escola, desisti porque fui obrigada, meus pais chegavam doente não tinha quem cuidava, eu era a única filha que cuidava deles.

Quando perguntados sobre a dificuldade de lidar com a diferença de idade houve uma análise diferenciada, pelo fato de um sujeito mais velho ter algum problema maior de autoestima devido a estudar com jovens: “Com certeza, por o seguinte, porque eu de 40 anos estudava com crianças de 15 ,16 anos, isso foi um fator vergonhoso, de ficar junto com criança”.

Outro informante citou o estímulo como forma de lidar com a diferença: “Eu na sala de aula tinha rapazes de 16, 17 anos, mas nós tivemos o incentivo dos professores e professoras, todos interagiram juntos e conseguimos vencer”.

A informante 3, relatou não ter problemas com essa diferença, pois tinha um bom convívio com todos. Vejamos:

Pra mim não foi, sou amiga de todo mundo, todo mundo gosta de mim, eu sei lidar com todo mundo, fazia eles me ajudar, ainda me ajudavam nas matérias que eram difíceis.

Programar os estudos com o trabalho não foi um problema para os educandos. As respostas deles evidenciam a EJA como um lugar que se faz com possibilidades de diversos tempos de estudo, sendo assim, um excelente projeto com variadas opções. “Foi ótimo pelo seguinte, eu tive o privilégio de trabalhar no dia de semana e ficava no sábado e domingo na sala de aula”.

Outra facilidade citada, em favor do tempo de estudo, além do trabalho, foi o de fazer as tarefas e lidar com o serviço domiciliar.

Como disse, trabalhava de manhã, à tarde fazia serviço e a minha tarefa, à noite ia pra escola e chegava 10 horas da noite em casa.

Muitos buscam a educação como forma de plena realização (imediatas ou mediatas), uma das principais realizações é a de cursar uma faculdade. Vejamos:

Muitas portas se abriram para mim depois que conclui meu ensino médio, a primeira foi de fazer a faculdade, antes eu não tinha e isso foi um fator positivo que eu tive a voltar a estudar no colégio naquela época. (Informante 1).

A resposta acima evidencia que encontrar uma escola, seja localizada no meio urbano ou no campo parece se configurar ainda com uma das alternativas ou determinantes de que a Escola continua sendo um fator de ascensão social, a exemplo de como havia defendido Fernando de Azevedo, na década de 1930, no Brasil.

O outro depoimento, também é emblemático, no sentido de que com o advento da Terceira Revolução tecnológica, a escola é um caminho rumo ao sucesso, senão vejamos na resposta:

Eu tive o privilégio, porque sempre chegar lá na frente, e pra eu fazer uma faculdade era necessário passar pelo EJA e continuar minhas fundamentações para uma faculdade possíveis. (Informante 2).

As respostas indicam que a escola é uma passagem, por vezes dolorida, no entanto, ela possibilita realizações que hoje são reais. Olhemos para o relato: “Hoje estou fazendo uma faculdade, estudo lá na FEICS. E faço curso de Teologia e já estou no 5º semestre”. (Informante 2) .

“Ir à escola: um curto tempo que se precisa passar para ganhar outras realizações”. Isso resumido pelos educandos, que quando perguntados se valeu a pena estudar depois de tanto tempo, não se delongaram em falar que sim, que voltar a estudar foi um marco para suas vidas e sentem-se felizes por adquirir mais conhecimento. O Informante 1 asseverou que:

Valeu sim, porque eu sempre sonhava com conhecimento, com alguns avanços né e abriram-se as portas para mim e eu abracei é

nessas horas eu me sinto feliz porque eu não sou mais uma pessoa analfabeta.

Sempre existirão dificuldades em nossos caminhos, porém para os educandos, as dificuldades são superadas quando estes fazem o seu tempo. Tendo o trabalho como dificuldade maior, relacionaram-no com os estudos.

Sendo o trabalho, sempre queria qualificação né, sempre eu sonhei em ser uma pessoa qualificada, ainda estou concorrendo a cargos, com a qualificação e se eu não tivesse estudado antes eu não teria adquirido a qualificação. (Informante 1).

Para os adultos o tempo de trabalho e o tempo de estudo nem sempre estabelecem relações de bom convívio, no entanto, na próxima passagem percebe-se uma relação costurada com afinho e dedicação.

Dificuldade porque eu não sabia que eu queria aprender né pra mim teve dificuldade porque a gente trabalha muito chega cansada, mas a gente tem que fazer o tempo, nós é que fez o tempo. (Informante 3).

O incentivo foi um dos principais motivos que fizeram os educandos optarem pelo EJA e voltarem a estudar depois de tanto tempo, e como mensagem deixaram também um incentivo para aqueles que não completaram seus estudos e estão fora da sala de aula, destacando a importância de obter conhecimento. Relatam que:

Incentivo que todos que estão fora da sala de aula, voltem a estudar. Primeiro, a oportunidade é pra todos, o conhecimento não ocupa espaço na mente das pessoas e no incentivo todas vão em busca do conhecimento e a única forma de adquirir o conhecimento só por intermédio do Estado, nas salas de aula.

Concluindo as informações da EJA e Economia Solidária, percebe-se que ela é entendida na Comunidade de Cachoeira Rica de modo bem peculiar, pois o informante quatro (4) disse que por lá a Economia Solidária é desenvolvida em forma de trocas, de modo que se o vizinho precisa de um peixe e não tem

dinheiro troca-se por ovos e, assim sucessivamente. Hoje tem a piscicultura, um novo ganho de alguns moradores, porém, beneficia poucos e os tanques não são construídos em forma de cooperativa e sim com iniciativa particular e que estudando na EJA faz ele entender melhor sobre ser solidário e gerenciar seu tanque de peixe com mais precisão.

■ 5 CONSIDERAÇÕES

Nós, como aprendizes da prática EJA e ECOSOL, temos que mostrar a visão da cooperação na Economia Solidária e o trabalho para nossos educandos, de forma que aprendem a pensar no outro, no companheirismo e na coletividade.

Na conclusão do Curso EJA e ECOSOL, verificam-se momentos muito interessantes e gratificantes para oportunizar práticas sociais, como a conscientização, além de valores, como sustentabilidade, cooperação e ser solidários para com o próximo.

Quanto às contribuições da Educação de Jovens e Adultos para a Economia Solidária, a partir da pesquisa realizada, conclui-se que essas contribuições realmente existem, mas precisam ser mais aprofundadas. Todo o conhecimento na EJA contribui na vida dos seus educandos, entretanto, o ECOSOL precisa ser mais explorado nas salas de aula, a adequação dos conteúdos da EJA à realidade dos alunos é algo que se faz necessário. Nossos educadores da EJA precisam ser educados para os princípios da Economia Solidária.

É necessário apresentar e aprofundar mais a didática do sujeito em relação com a economia e com as relações do trabalho que se encontra em processo, podendo possibilitar aos estudantes trabalhar com valores de solidariedade.

Apesar de acreditar na possibilidade de transformação a EJA e ECOSOL, precisa-se, ainda, de uma longa caminhada para poder oferecer oportunidades igualitárias, e possibilitar a construção de uma sociedade mais justa, não naturalizando as desigualdades e acreditando que um mundo melhor seja possível.

Como educadores temos de realizar experiências concretas no âmbito da EJA e Economia Solidária, pois na esfera da legislação educacional temos que a educação deve se pautar na solidariedade em lugar da indiferença, cuidar e respeitar a natureza, ao invés de devastá-la.

Constitui-se na democracia e não no autoritarismo. Nela, ao contrário, se compartilhar o que se ganha e não somente o que se perde, quando a promoção do trabalho, da vida, do saber e da criatividade ocupa o espaço do capital e da propriedade privada (ORIENTAÇÕES CURRICULARES DAS DIVERSIDADES EDUCACIONAIS –MT, 2011, p. 230).

Nesse sentido, a Educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.

A Economia Solidária prende-se à experiência de vida pregressa dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo a ultrapassa. Isso fica claro quando se examina a saga das empresas recuperadas.

Geralmente, no início do processo, no chamado “momento inaugural”, a solidariedade impõe-se tanto pela luta para que a empresa seja entregue aos ex-empregados, como pela necessidade de muita labuta com remuneração mínima, para que a nova cooperativa (ou associação) viabilize-se economicamente.

Cabe-se destacar que a solidariedade continua essencial, mesmo quando o período heroico é superado, pois um empreendimento coletivo exige a efetiva cooperação entre todos que a compõem. É nesse momento que o ato pedagógico faz-se indispensável (SINGER, 2005, p. 20).

Trata-se, pois, de uma nova prática solidária, que se alimenta da antiga, mas exige uma formação específica. Trata-se, em essência, da construção de uma nova sociedade, dentro e em oposição à velha.

Essa formação exige a interação dos que se envolvem na construção concreta dos empreendimentos solidários, em sua grande variedade. Depende da articulação deles entre si e que haja conhecimentos desta experiência, em interação com os seus intelectuais orgânicos, que pensam, sistematizam e discutem a Economia Solidária, numa temporalidade histórica e em uma espacialidade internacional. Assim, a Economia Solidária produz o aprendizado conjunto que a impulsiona em sua trajetória (SINGER, 2005, p.20).

Enfim, podemos afirmar que a trajetória histórica da EJA em nosso país sempre sofreu interferências do contexto histórico e sócio-político de cada época e,

na atualidade, a ênfase na Educação de Jovens e Adultos, instituição de grande contribuição para a nossa sociedade, certamente, poderá continuar se o trabalho docente também estiver qualificado para essa modalidade de ensino, oferecendo, assim, uma educação de qualidade com ideais reflexivos e transformadores.

■ 6 REFERÊNCIAS

BORGES, J. L. Educação e Desenvolvimento de Empreendimentos Solidários. In: ZART, L.L.; VAILANT, C. (Org.) **Educação e Socioeconomia Solidária - Incubação em Economia Solidária**: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014, p. 129 a 147.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU; 1986.

SINGER P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRAUPPA, S. M. P. (Org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005. p. 13-20.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.

DENIZE CORREA DA COSTA¹ILZA NUNES DA CUNHA POLINI²

Resumo: A investigação das possíveis relações entre dois eixos temáticos: educação de jovens e adultos (EJA) e economia solidária é o que direciona o trabalho de Especialização EJA/ECOSOL em Educação, na tentativa de refletir sobre o papel da EJA na formação para a geração de trabalho e renda. Trata-se de um “novo” vínculo entre a educação e o trabalho e a produção. Neste trabalho trataremos da atividade de extração e a comercialização do mel como fonte de renda de um processo solidário na Fazenda Cupim da Comunidade Bocaiuval em Santo Antonio do Leverger em Mato Grosso – MT. Na perspectiva solidária, conscientizadora e humana os sítiantes, 300 pessoas que moram vizinhos a fazenda Cupim se dedicam ao cultivo, extração e distribuição do mel como fonte de renda. A pesquisa aconteceu através de entrevistas e observações dos/nos espaços escolares na Escola Estadual do Campo Gustavo Dutra, também no município de Santo Antonio do Leverger - MT. Ouvimos um ex-aluno desta escola, o Senhor Neri, que participa das atividades do cultivo do mel na Fazenda Cupim. Percebe-se que essa relação da produção coletiva e do trabalho solidário, se traduz como um movimento que colabora na formação humana do sujeito. As atividades realizadas nestes espaços de produção do mel e da vida procuram desenvolver a autonomia intelectual, moral e social. É uma educação fora dos espaços escolares, mas igualmente comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Economia solidária. Cultivo de mel.

1 Graduada em Ciências Biológicas pela UNIVAG – Várzea Grande, professora da Rede Estadual e Particular de Cuiabá-MT. E-mail: professorabiologia2010@hotmail.com

2 Mestre em Educação pela UFMT- Cuiabá na Linha dos Movimentos Sociais e Educação, professora da Rede Estadual e Municipal de SINOP-MT. E-mail: ilzapolini@hotmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de inquietações e leituras sobre Educação de Jovens e Adultos, na tentativa de refletir sobre as possíveis aproximações entre dois eixos investigativos: a educação de jovens e adultos e a economia solidária.

O trabalho procura identificar as relações existentes entre a educação de jovens e adultos com as atividades da economia solidária. A investigação realizada na Comunidade de Bocaiuva em Santo Antonio do Leverger em Mato Grosso – MT, especificamente tendo como sede as terras da Fazenda Cupim e das dez famílias sitiantes que juntos formam esta comunidade. Ouvimos também um ex-aluno desta escola, o Senhor Neri, (42 anos), que apesar de ter estudado numa escola do campo e ter cursado uma disciplina específica sobre a economia solidária, em nenhum momento faz referência ao assunto.

O trabalho coletivo e solidário surgiu a partir de cinco filhos desses agricultores moradores da comunidade que frequentaram aulas nas escolas de CEJA, que tiveram a ideia do trabalho coletivo e solidário. As escolas que eles estudaram foram Escola Vera Pereira, Escola José de Mesquita, Escola Estadual Prof. Paciana Torres de Santana e Escola Estadual Gustavo Dutra, que fica localizada na Serra de São Vicente, localidade mais próxima da Comunidade de Bocaiuva em Santo Antonio do Leverger em Mato Grosso – MT.

Estes ex-alunos do CEJA, no ano 2011, decidiram unir-se no trabalho com a atividade de extração do mel, levando com eles outras cinco famílias da comunidade e novos estudantes filhos dessas famílias a se integraram no projeto solidário, totalizando cerca de 300 pessoas.

A pesquisa realizada no apiário tinha o intuito de verificar a relação entre a educação e o trabalho, identificar as possíveis relações entre ambas, além de perceber se a educação contribui para promover uma prática emancipatória e um projeto democrático de sociedade. Neste sentido, a pesquisa aborda a questão do desemprego, que tem levado setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda.

O estudo desta experiência em questão merece atenção pela possibilidade da confirmação das relações existentes entre EJA e Economia solidária e de como ambas podem contribuir no processo de autonomia dos sujeitos. Uma situação que pode estar ao mesmo tempo contribuindo para a diminuição do desemprego e da desvalorização do trabalhador, criando possibilidade

de construir as relações sociais pautadas no respeito, igualdade, solidariedade e democratização.

A presente pesquisa caminha no sentido de também divulgar um projeto popular com a possibilidade de uma sociedade diferente, além de uma vinculação que parece ultrapassar os limites teóricos da EJA como modalidade escolar, que contempla uma dívida social com os sujeitos que não tiveram acesso à educação no tempo oportuno, apresentando um caminho que se articula na tentativa da inclusão social, econômica e cultural.

Especificamente, neste artigo, desenvolvemos uma breve análise dos eixos investigativos que orientam o trabalho e fazemos um exercício de reflexão sobre a aproximação entre a EJA e a economia solidária.

■ 2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA OS TRABALHADORES

O atual contexto do capitalismo tem originado uma grande produção do desemprego. Deste modo, os sujeitos ficam fora do mercado formal de trabalho assalariado, porque não conseguem vender a sua força de trabalho. Esse fato é decorrente de um sistema de produção que se configura pela busca incessante do lucro, em uma sociedade que se define pelo poder do dinheiro. Para Mészáros (2005),

Sistema este que declarou homens e mulheres como figuras fundamentais para a transformação de matérias em mercadorias, explorando a função do trabalho de forma alienante e desvinculada do processo educacional de pensar, para não correr o risco de se transgredir a ordem do determinismo neoliberal, pois a sociedade deve se sujeitar às exigências do mercado sem questionar os seus métodos. (MÉSZÁROS, 2005, p. 53).

No capitalismo, se não se é dono dos meios de produção, é necessário vender a sua força de trabalho para conseguir sobreviver. Justamente esta é a característica deste sistema: a concentração dos meios de produção em poucas mãos, a livre competição e o esforço dos trabalhadores para um mesmo fim, o de potencializar os lucros dos donos das empresas (SINGER, 2005). Alia-se a esta situação a questão do desemprego estrutural; e a geração de trabalho e renda como alternativa de superação deste cenário.

Para Singer (2005), a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente representa essa intenção) e retomar a questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante. Segundo Ribeiro,

Desse modo, a Economia Solidária é uma alternativa à precarização do emprego ou a exclusão deste no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da inserção da robótica e da computação nos meios de produção. (RIBEIRO, 2003, p. 93).

A possibilidade do trabalho coletivo, solidário e autogerido se apresentam como possibilidade de homens e mulheres, fugindo da lógica capitalista e excludente, definir quando como e de que forma produzir, diferente do que se apresenta hoje, em que o trabalhador não é dono nem do seu tempo e nem do produto que produz. Assim, segundo Ribeiro, “de um lado coloca-se como uma via para a superação das relações sociais de produção capitalista; de outro, mantém-se presa destas relações pela necessidade de relacionar-se com o mercado, no qual vende e compra seus produtos.” (2003, p. 93).

A Economia Solidária é um termo que engloba diversas perspectivas que se aproximam em uma intenção comum: a alternativa de desenvolvimento sustentável. Conforme Tiriba (1998, p. 189), muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, como: “Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal, subterrânea, invisível, submersa...”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular. Iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda, e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

A Economia Solidária, nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

A sua definição como meio de produção capaz de superar o capitalismo, apresentando-se sob a forma de cooperativas, associações, grupo de produção, centros comunitários, provém de alguns princípios que orientam o desenvolvimento de seu trabalho. Outra definição que podemos caracterizar de Economia

solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Nesta economia não existem mais exploradores e explorados, pois ninguém pretende levar vantagem sobre os outros, e muito menos gerar riquezas através da destruição da natureza. Para Tiriba:

A questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e trabalho. (2004, p. 80).

A base da Economia Solidária é formada pelas relações de cooperação, pelo fortalecimento do grupo e das comunidades, sem patrão e sem empregados, e todos pensando no bem de todos e no seu próprio bem. Uma das bases teóricas mais importantes é a compreensão de que os trabalhadores têm controle sobre os lucros e, a partir desta lógica, de que as relações sociais são pautadas pelo respeito, coletividade, solidariedade e democracia. Todos devem colaborar uns com os outros, pois: “O bom desempenho e o bem estar de cada um influem no resultado dos objetivos e na renda de todos” (CAMP, 2006, p. 09).

Essa cooperação compreende que todos os seus envolvidos têm a mesma importância e, que mesmo executando tarefas diferentes dentro do empreendimento solidário, conhecem os seus processos e trabalham em torno de um objetivo comum e em busca dos mesmos resultados. (RIBEIRO, 2003, p.94).

A cooperação como marca significativa da Economia Solidária, indica que todos os trabalhadores são responsáveis, participando tanto das sobras quanto dos prejuízos. Essa situação demonstra-se contrária à apresentada nas relações sociais trabalhistas capitalistas, nas quais os trabalhadores se limitam a cumprir apenas as tarefas específicas delimitadas e são excluídos da maior parte do montante de lucros, mas nem sempre dos seus prejuízos.

■ 3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos que, a partir da Lei 9.394/96, se regulariza e supera o antigo ensino supletivo de proposição de um currículo escolar aligei-

rado e homogêneo, configura-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo (MOLL, 2004) e inovador, porque passa a se constituir como modalidade específica de Educação Básica, que atende aqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores. As práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA, em sua maioria, também sofrem modificação e passam a poder envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

Uma Educação necessita de amadurecimento e ninguém amadurece de um dia para o outro e preciso evoluir gradativamente. Na EJA isso acontece diariamente, como Freire (2011, p.105) menciona: “a gente vai amadurecendo todo dia ou não”. Para isso, é necessário ter autonomia.

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser pra si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É nesse sentido que uma pedagogia da autonomia tem que estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 2011, p. 105).

Como comenta Freire (2006, p. 15):

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras.

Percebe-se que os conteúdos trabalhados com a população atendida na EJA precisam ter relação com seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. Partindo dessa compreensão, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais,

que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (FREIRE, 2011, p. 111).

Estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constante busca. A educação de jovens e adultos reitera essa necessidade de partir do conhecimento que o aluno traz da vida, e é a partir desse conhecimento que propomos neste trabalho, ainda que sem grandes aprofundamentos, discutir também, a prática de produção e extração de mel que é realizada na Fazenda Cupim, da Comunidade Bocaiual, em Santo Antonio do Leverger, em Mato Grosso-MT.

Os sitiantes residentes na localidade acima especificada trabalham em processo coletivo, tanto no manejo, como na extração e da distribuição do mel, e a distribuição da renda é igualitária entre os pares.

A experiência que pretendemos relatar neste trabalho é de uma educação que extrapola os muros da escola como única instituição social capaz de ensinar. Uma escola de EJA que reaviva a palavra e a experiência pregressa do educando como ponto de partida das aulas, pois como Freire (2011, p. 117) diz ensinar não é transferir inteligência do ponto de vista de quem conhece ao educando, mas instigá-lo no sentido de que como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o inteligido. É exatamente nesta experiência ampliada de educação que tenho atentado na relação ou aproximação entre os dois eixos centrais de investigação do meu estudo: a EJA e a economia solidária.

■ 4 EJA E ECOSOL: DA “DOCE” RELAÇÃO À RELAÇÃO NECESSÁRIA

Iniciamos descrevendo como a união de cinco amigos levou o grupo ao cultivo do mel, um alimento puro, saudável e de muita boa qualidade. Mais que apenas cultivar o mel, estes amigos desejavam o cultivo da vida, da possibilidade de manter uma renda através de um trabalho coletivo, solidário. Esses amigos são o Sr. Manoel (48 anos), historiador, Sr. Kerginaldo (52 anos), metalúrgico e proprietário da sede (Fazenda Cupim), Sr. Neri (43 anos), que terminou os estudos na EJA, Sr. Luiz Carlos (49 anos), biólogo, e Sr. Denimar (50 anos), com Ensino Médio completo, todos moradores de Cuiabá – MT.

Unidos por um sonho de produzir de forma coletiva, sem ainda saber que na verdade faziam uma economia solidária, decidiram, então, produzir em uma área rural com há predominância da criação de animais de corte e leite, e, por este motivo, o uso do agrotóxico quase não existe, sendo esta uma das grandes preocupações do grupo, considerando que as “arquitetas” do mel necessitam de um ambiente onde as plantas não sejam afetadas por quaisquer tipos de defensivos agrícolas. A qualidade do mel depende também da vida das abelhas. Neste sentido, como diz Altieri:

O fundamento de qualquer análise da sustentabilidade agrícola deve residir em dados que descrevem o ambiente físico e os impactos físicos das opções alternativas de produção. Todavia, como demonstram os estudos de caso, com frequência falta essa informação mais básica, e os dados existentes são quase sempre incompletos em âmbito temporal ou geográfico. (ALTIERI, 1998, p. 107).

O grupo também tem a preocupação com o meio ambiente, com o habitat das abelhas, afinal de contas da vida delas depende a atividade que eles desenvolvem. Sem ainda perceber, o grupo pratica a agroecologia na perspectiva do cuidado com os seres humanos. Eles também priorizam o convívio respeitoso com a natureza.

A primeira comunidade que começou a experiência solidária de produzir o mel foi a de Pimenteira, na região do Pantanal, que é próxima da localização do núcleo da Fazenda Cupim, onde eles já trabalhavam na perspectiva da Economia Solidária. Depois disso, a vontade de colocar em prática e desenvolver o projeto cresceu. O pólo de Radiação, que é o núcleo dessa Economia Solidária na Fazenda Cupim, fica localizado na região de Santo Antonio do Leverger em Mato Grosso, a 210 quilômetros da capital, Cuiabá.

Com o crescimento do cultivo do mel, o grupo da comunidade Pimenteira propôs aos sitiantes das propriedades vizinhas parceria, para, juntos, participarem de uma economia solidária, em que cada um dos participantes receberia 10% da produção e dos lucros. Cada sitiante teria caixas em suas terras e cada um ficaria responsável pela manutenção do apiário, seus cuidados e manuseio.

No início, houve muita resistência, ainda mais pelos sitiantes mais antigos com suas crenças e concepções sobre o a criação. Viam as abelhas como uma

ameaça e não como uma aliada, e só depois de muita conversa e explicações é que se consegue implantar o apiário nestas fazendas próximas. Hoje, dez propriedades aderiram a essa proposta de produzir de forma coletiva e solidária.

Lembrando que o mel produzido na baixada mato-grossense é de ótima qualidade, pois não possui agrotóxicos que nas regiões onde se produz soja tem muito, pois é nisso que o governo se interessa. (Senhor Manoel).

Quanto à oficialização do empreendimento solidário, a luta é para que se tenha uma cooperativa registrada, já foram feitas várias solicitações aos órgãos competentes, com pedidos formalizados, mas ainda não se obteve resultados satisfatórios. Por esse motivo, ainda são uma equipe de amigos que realizam a Economia Solidária, sem nenhuma documentação e sem possibilidade de pleitear, por exemplo, financiamentos.

A escrita do projeto feita pela comunidade, juntamente com seus parceiros, demonstra uma forma organizada, coletiva de como se processa o trabalho solidário no empreendimento do apiário. Importante também dizer da participação dos reeducandos do Presídio Carumbé, localizado em Cuiabá, que, sendo estudantes do CEJA da escola Nova Chance, confeccionam as caixas que são usadas no apiário, para as abelhas “depositarem” seu mel. Esses jovens e adultos que ajudam o grupo, talvez sem saber o quanto, a cada três dias trabalhados reduzem-se um dia de sua pena estabelecida pela lei (FÓRUM DA EJA).

A ideia de ter inserido no projeto o cronograma de recursos é muito significativo e demonstra a transparência na utilização dos recursos privados para o desenvolvimento do projeto e futuras prestações de conta. Outra descrição do projeto que também é muito importante são as parcerias estabelecidas com a SEJUS – Secretaria de Justiça e a INDEPPA/FUNAC – Instituto Nacional de Desenvolvimento e Pesquisa, uma ONG que participa da arrecadação e distribuição dos recursos financeiros oriundos para este projeto.

A descrição de como são confeccionadas as caixas pelos reeducandos do CEJA da escola Nova Chance, são muito úteis e isto foi socializado com os pequenos agricultores da associação da Fazenda Cupim, que levaram esta teoria para a sala de aula a fim de socializar com os demais colegas de turma do CEJA Vera Pereira, José de Mesquita, Escola Estadual Prof. Paciana Torres de Santana e Escola Estadual Gustavo Dutra.

Esta articulação mostra que a realidade educacional visando o processo de economia solidária é um só. Não importando o local onde é desenvolvida, a parceria entre os estudantes é de grande importância no processo ensino aprendizagem.

A relação entre o desenvolvimento do trabalho solidário e a Escola Estadual Gustavo Dutra, localizada na comunidade de São Vicente do município de Santo Antonio do Leverger-MT, com a parte pedagógica da EJA da Escola Estadual CEJA Vera Pereira, localizada no bairro Praceiro, nesta capital, e com base na observação da entrevista, obtivemos as seguintes respostas do entrevistado, o senhor Neri, que é um dos integrantes do empreendimento da Fazenda Cupim.

Quando perguntamos se já havia estudado na EJA, ele responde:

Terminei meus estudos na EJA. (NERI)

Quando perguntamos o porquê da EJA ele relata:

Porque quando mais novo não consegui terminar meus estudos, pois tinha que trabalhar fora pra ajudar no sustento da casa e naquela época o dinheiro me parecia mais importante que os estudos. (NERI).

Quando questionado se gosta da EJA, ele diz:

Sim, pois os professores são bem dedicados e compreensivos com os alunos, ajudando eles nas suas necessidades e contribuindo para a aprendizagem. (NERI).

Sobre o que gostariam que mudasse na EJA ele relata:

Gostaria que todos os alunos fossem mais comprometidos assim como eu fui, pois é uma escola onde estamos tendo uma segunda chance de aprendizagem e não podemos desperdiçar, e também gostaria que todos os profissionais do ramo da educação nos tratassem com o mesmo respeito e dedicação que os funcionários que estão na EJA, pois só quem está vivendo aquela realidade que sabe o quanto é difícil e o quanto passamos por dificuldades e apertos. (NERI).

Sobre quais benefícios o estudo da EJA trouxe em sua vida, o entrevistado diz:

Depois que conclui os meus estudos na EJA, minha vida mudou, agora tenho um certificado de conclusão, consegui empregos novos e fui mais bem visto pela própria sociedade. (NERI).

Ao ser questionado em que o estudo da EJA lhe ajudou no que realiza hoje, ele responde:

Hoje trabalho com a Economia Solidária na produção de manejo de apiário, e a conclusão dos estudos me tornou mais responsável e com isso consegui mostrar aos meus companheiros que sou confiável pra realizar qualquer atividade dentro de nossa cooperativa, por mais que não somos registrados, mais mesmo assim, temos várias responsabilidades que agora depois que conclui os estudos, eu participo ativamente e consigo me interagir sem problemas nenhum. Sou muito grato pela EJA ter me acolhido e não permitido que eu desistisse até a conclusão final. (NERI).

Os diálogos com o Senhor Neuri evidenciam a importância do estudo da EJA para pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na época oportuna por diversos fatores e motivos, e dependem do processo de vida familiar de cada pessoa.

Paulo Freire expressa que a escola deve ser um lugar de trabalho, de ensino, de aprendizagem. Um lugar em que a convivência permita estar continuamente se superando, porque a escola é o espaço privilegiado para pensar. Ele, que sempre acreditou na capacidade criadora dos homens e mulheres, pensando assim, apresenta a escola como instância da sociedade. Paulo Freire diz que: “não é a educação que forma a sociedade de uma determinada maneira, senão que esta, tendo-se formado a si mesma de certa forma, estabelece a educação que está de acordo com os valores que guiam essa sociedade.” (2011, p. 30).

■ 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Podemos dizer que a EJA e a Economia Solidária se articulam intimamente na perspectiva de valorização do humano em sua pluralidade, nos seus saberes de vida e preocupação com o coletivo, do qual este educando faz parte e apon-

ta para um trabalho configurado sob a ótica da emancipação, da compreensão da educação como ato permanente, dialógico fundado na autonomia, na valorização do sujeito como ser social.

Logo, esta educação voltada para a formação integral do sujeito, que valoriza a palavra dos educandos e o trabalho solidário, aponta para a perspectiva de dialogar com a hipótese de que “[...] todo o ato educativo tem uma intencionalidade política que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte uma opção política por um protótipo de ser humano.” (ARROYO, 1999, p. 29).

Quando se pensa nestas ações que embasam o desenvolvimento educacional na EJA percebe-se que muitas delas se guiam por aquilo que Oliveira (2003) descreve como fundamental: a escola como espaço, por excelência, da aprendizagem da cidadania e não somente do que está legitimado como saber pela classe dominante. A intenção de auxiliar na constituição da cidadania, do trabalho coletivo, da transformação da realidade, da conscientização, demonstra o direcionamento ideológico e político desta forma de ensino.

Portanto, a aproximação entre os eixos investigativos, educação de jovens e adultos e uma alternativa de geração de trabalho e renda, reflete-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação. Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada. E essa relação se traduz como um movimento que colabora na formação humana do sujeito, pois uma educação que procura desenvolver a autonomia intelectual, moral e social é uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

Estas bases contemplam uma opção, um entendimento de que a educação pode estar a serviço de outro mundo possível, mais solidário, mais humano e que na perspectiva do cuidado conviva harmoniosa e respeitosamente com o meio ambiente, praticando a agroecologia.

■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **As Relações Sociais na Escola e a Formação do Trabalhador**. In: FERRETI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. P. 13-41.

ALTIERI, Miguel. **A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

CAMP. **Saiba Mais sobre Economia Solidária**. Porto Alegre: CAMP, jul. 2006.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. P. 15-1.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. In: MOLL, J. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 9-17.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Democracia Social, cidadania ativa e emancipação na sociedade multicultural. In: **Currículo Praticado: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães e autores. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica**, v.5, n.1, jan./ Jun. 2003.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005. P. 13-20.

TIRIBA, Lia. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 189-217.

TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs.). **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2004. P. 75- 101.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO

ESTER REGINA DE FIGUEIREDO¹
ROSANGELA CARNEIRO GÓES²

Resumo: Este artigo é fruto de trabalho de conclusão do curso que realizei como requisito para a Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária pela Universidade Federal de Mato Grosso. O presente estudo toma como cenário os alunos da EJA da Escola Estadual Cezina Antônia Botelho, no Município de Acorizal, onde a autora há sete anos trabalha com a modalidade da EJA Campo. Tem como objetivo conhecer a realidade social e econômica dos educandos, bem como sua história de vida e seus projetos a partir do retorno à sala de aula. A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa, sendo que a coleta de dados foi feita por meio de questionário.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Escola do Campo.

1 Licenciada em Ciências Biológicas. Pós-graduação Lato Sensu em EJA e Economia Solidária.

2 Professora da Rede Municipal de Ensino de Cuiabá. Assessora Pedagógica do Projeto Redes de Centro de Formação Em Economia Solidária da Região Centro – Oeste / Eco/CUT. Mestre em Educação pela UFMT.

■ 1 INTRODUÇÃO

A globalização econômica é um fenômeno típico da intensificação das transformações

e de sua expansão por diversas regiões do globo, a partir da década de 1970. As transformações são caracterizadas pela automação com a introdução de robôs entre outras tecnologias, no processo de produção e pela disseminação do uso da informática e dos diversos meios de comunicação associados tanto à atividade produtiva (industrial e agropecuária) como nas outras atividades econômicas (financeiras, comerciais, lazer e entretenimento).

Essa nova fase de desenvolvimento tecnológico passou a ser classificada por muitos

pesquisadores como terceira revolução industrial, em razão do aumento da capacidade de produção das empresas das redes de infraestrutura (energia e telecomunicação em particular) e da presença de sistemas informatizados nas mais variadas atividades econômica e na vida cotidiana das pessoas.

O desenvolvimento da técnica, da ciência e da informação, no entanto, está desigualmente disseminado pelo espaço geográfico mundial. Há lugares em que sua presença é grande, notadamente, nos países desenvolvidos; em outros, é bastante irregular, como nos países subdesenvolvidos.

Os críticos da globalização apontam para o número crescente de pessoas vivendo na pobreza. O mundo está numa corrida entre o crescimento econômico e o populacional, onde até agora, a população está ganhando. Ainda que o percentual de pessoas que vivem na pobreza esteja diminuindo, o número absoluto está aumentando. Segundo o critério do Banco Mundial, pobres são: os que vivem com menos de dois dólares por dia, na pobreza absoluta ou extrema, as pessoas vivem com menos de um dólar por dia (giadapalavra.blogspot.com.br).

Pensemos por um minuto no que significa viver com um ou dois dólares por um dia. A

vida das pessoas pobres na economia capitalista é brutal. O capital sempre ficará com o patrão gerando uma acumulação de bens, onde o poder e a ga-

nância acabam destruindo a família, o meio ambiente, ou seja, não se preocupa com o outro, é individualista.

Devemos pensar em soluções para resolver o problema da pobreza. A nosso ver, isto só será possível através da solidariedade. Nisso, a Economia Solidária representa uma possibilidade concreta de mudança nos últimos anos. Como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, é uma resposta a favor da inclusão social. Aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas.

O presente estudo toma como cenário os alunos da EJA da Escola Estadual Cezina Antônia Botelho, com o objetivo de conhecer a realidade social e econômica dos educandos, bem como, sua história de vida e seus projetos com o retorno a sala de aula. A metodologia utilizada foi a pesquisa quantitativa, sendo que a coleta de dados foi feita por meio de questionário.

■ 2 ESCOLA ESTADUAL CEZINA ANTÔNIA BOTELHO

A Escola Cezina Antônia Botelho foi criada no ano de 1988. A luta da comunidade para que a educação do campo atingisse o nível de unidade educativa voltada para os povos do campo, deu-se desde a sua fundação até os dias atuais, com muita luta e sempre voltadas para as diretrizes que amparam a educação do campo, desde a Constituição Federal³ de 1988, no artigo 205, sendo tratada em relação às condições e garantias dos direitos a educação, nos diferentes níveis e modalidades. Sendo assim, esta escola foi criada para atender realmente diferentes níveis e modalidade, já que na década de 80, a escola atendia através da Fundação Júlio Muller, de 1° a 4° série, o que se tornou insuficiente para atender a demanda. Então, através do decreto de nº592 de 25/02/1988, funda-se a escola, iniciando então a luta para implantar a Educação de Jovens e Adultos, aproximadamente no ano de 1992, com o programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral); em 2003, com o Programa Letração e Letramento; e, em 2009, com o Programa Brasil Alfabetizado.

Nesta unidade, oferta-se a modalidade EJA desde 2006, com relativo sucesso. A partir das políticas públicas educacionais foram inseridas nesta unidade, através do PPP – Projeto Político Pedagógico – disciplinas diversificadas voltadas para o campo. Foi elaborado em 2011 e executado em 2012 no Ensino Médio, e em 2013 no Ensino Fundamental. Estas disciplinas estão implantadas também nas salas anexas com possibilidade de serem inseridas na escola sede.

As bases legais da educação garantiram a construção das políticas. A Educação do Campo, felizmente, não é um programa e sim uma política. Há muito a ser feito, porém, os avanços são visíveis.

A escola objeto do presente estudo possui 54 funcionários, sendo dezoito administrativos e 36 professores, que atendem 376 alunos, que estão matriculados atualmente na escola.

O plano de curso/curricular é elaborado na própria escola, pela equipe técnica com a participação dos professores. O regimento escolar é o documento que regula a vida e o funcionamento da escola, e todos os segmentos da escola conhecem o regimento.

O aluno tem conhecimento dos seus direitos e deveres na escola, através de exposição no quadro mural, bem como de reuniões feitas com eles.

O estudante tem direito assegurado na escola, de um ambiente acolhedor, que possibilite o seu desenvolvimento físico, intelectual, cultural, etc. O aluno deve zelar pela conservação do prédio escolar, ser pontual com as aulas e serem assíduos.

Os representantes da comunidade escolar são eleitos pelos próprios colegas, onde estes representam nas ocasiões em que se fizerem necessárias, dentro e fora do estabelecimento de ensino.

Das atribuições de cada setor, a direção, é o órgão responsável pela gestão escolar. A coordenação controla e avalia as atividades pedagógicas, a secretária é o órgão responsável por toda escrituração, fichário, correspondência e arquivo escolar. A equipe pedagógica deverá trabalhar em perfeito entrosamento entre si e em sintonia com a direção, buscando sempre a melhoria do processo ensino e aprendizagem. O conselho de classe reúne direção, coordenação e professores para fazer um estudo aprofundando na vida escolar do educando.

O conselho deliberativo deve cumprir as determinações constantes na legislação em vigor e adotar decisões e trabalhar em concordância com a direção.

A escola conta com equipamentos tecnológicos, como: computador na secretária e computador integrado (Eproinfo), sala de informática com Internet, televisores com vídeo (DVD), aparelho de som, uma máquina de tirar xerox, lousa digital, máquina e câmera digital e são todos utilizados com muita frequência.

Há sala para professores, secretaria, sala da direção e coordenação, uma cozinha arejada e limpa com refeitório e um banheiro para funcionários e banheiro feminino e masculino para alunos (normal e para deficiente físico).

Há sete salas de aula com ventiladores de teto, bebedouros para os alunos, quadra de esporte coberto.

Esta recebe os recursos financeiros do PDE - Plano de Desenvolvimento Escolar - a merenda escolar, verbas para pequenos reparos. A escola já obteve reformas de mesas, compra de materiais pedagógicos e também possui PPP - Projeto Político Pedagógico.

Atualmente, no ano de 2015, existem nove turmas de EJA, sendo duas turmas na sede e sete turmas nas salas anexas, totalizando 117 alunos.

■ 3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é parte integrante do projeto sociopolítico da luta popular na sociedade de classes. É parte do processo global de formação de homens e mulheres dotados de consciência social e de responsabilidade histórica, aptos à intervenção coletiva organizada sobre a realidade, a partir de sua comunidade local sempre em busca da melhoria de qualidade de vida para todos. Segundo Haddad:

Falar sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil é falar sobre algo pouco conhecido. Além do mais, quando conhecido, sabe-se mais sobre suas mazelas do que sobre suas virtudes. A Educação de adultos no Brasil se constitui muito mais como produto da miséria social do que do desenvolvimento. É consequência dos males do sistema público regular de ensino e das precárias condições de vida da maioria da população, que acabam por condicionar o aproveitamento da escolaridade na época apropriada. Este marco condicionaste-a miséria social que acaba por definir as diversas maneiras de se pensar e realizar a Educação de Jovens e Adultos. É uma educação para pobres, pra jovens e adultos, das camadas populares, para aquelas que são maioria nas sociedades do terceiro mundo, para os excluídos do desenvolvimento e dos sistemas educacionais de ensino. Mesmo constatando que aqueles que conseguem ter acesso aos programas de Educação de Jovens e

Adultos são os com “melhores condições” entre os mais pobres, isto não retira a validade intencional do seu direcionamento aos excluídos. (HADDAD, 1994, p.86).

A educação de jovens e adultos é um produto da miséria social na qual a maioria da população brasileira vive e é voltada para essa camada social.

Há vários anos a legislação brasileira insere preceitos à educação básica, como a formação geral e universal. Entretanto, as leis de educação anteriores tratam a questão de forma bastante reducionista em relação à atual, tanto no que se refere às concepções quanto às alternativas de organização.

A educação se desenvolve na vida familiar nos convívios sociais, em instituições, tanto na área da pesquisa, na área de ensino e nas organizações da sociedade. A abordagem conceitual coloca em evidências componentes que garantem o entendimento da função social da educação, que assegure a todos um ensino de qualidade. A partir da nova perspectiva, a educação básica, direito de cada indivíduo e dever do Estado, constitui-se na plenitude democrática.

É a formação de indivíduos conscientes que tenham uma participação crítica, no exercício da cidadania, se tornando o sujeito desta ação na história.

A atual lei é unificada e baseia-se nos parâmetros, com uma concepção unificada de educação básica, com três etapas: Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Com a ampliação dos conceitos da Educação Básica, reflete nas ligações de vários níveis. A condição de não criança tem repercussões de diversas ordens do ponto de vista da incorporação do aluno ao sistema e na prática escolar. A Constituição de 1988 representou um avanço na direção da conquista desse direito ao estabelecer como obrigatório e gratuito e dever do Estado, e não apenas a educação de crianças de sete a quatorze anos como consta a Constituição anterior. O Artigo 208 da Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988), assegura que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: I. Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II. Progressiva extensão de obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio.

A prática comunitária social possibilita ao educando certa aprendizagem que deve ser levada com respeito pelo educador. Os meios de vivência social

implicam ao educando uma vasta fonte de informações, que podem ser utilizadas na prática do ensino, onde há uma troca de conhecimentos.

De acordo com Freire (1996, p.33), a partir da curiosidade ingênua do aluno com relação às experiências vividas pelo mesmo, o educando desenvolve a crítica, dando uma nova visão ao objeto estudado.

Incentivando a curiosidade crítica, deve também possibilitar uma estética de questionamento ético, temos a capacidade de criticar, concordar, isto nos faz seres éticos. (Devemos educar para poder formar o educando). Dando-lhe a opção de escolha, tornamos capazes de comparar, de valorizar, de decidir, de romper, tudo isso nós fizemos seres éticos. (FREIRE, 1996.p.33).

Para acontecer isso com o aluno, a escola desempenha um papel importante na preparação do aluno para o mundo, fornecendo-lhe um instrumento, por meio da aquisição de conteúdo e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

■ 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária - Ecosol - é uma alternativa de vida solidária, que envolve relações culturais, sociais, políticas, religiosas entre grupos de pessoas que buscam qualidade de vida, para além da economia capitalista desumana e exploratória.

A Ecosol tem base associativista e cooperativista e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida.

Ela surgiu na Primeira Revolução Industrial, como reações dos artesãos expulsos do mercado de trabalho devido às máquinas a vapor, entre os séculos XVIII e XIX. Surgem na Inglaterra (Grã-Bretanha) as primeiras uniões de ofícios e as primeiras cooperativas. E com isso se espalha pela Europa e depois pelos demais continentes.

O seu crescimento no contexto brasileiro deve-se a variados fatores, dentre os quais destacamos a resistência de trabalhadores e trabalhadoras à exclusão social, desemprego e desocupação rural resultantes da expansão

dos efeitos negativos da globalização de produção capitalista. Tal resistência se manifesta primeiramente de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de economia popular, normalmente de caráter individual ou familiar. Essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão, além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseadas em valores, como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo pela ganância.

No Brasil, nas últimas décadas, a crescente organização da Ecosol, como um movimento, vem ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito a sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno.

Foi criada em 2003 a Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, com a missão de valorizar mais cooperação e a autogestão e contribuir para combater a pobreza e a desigualdade social. Simultaneamente à criação desta secretária, foi criada, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento.

Os empreendimentos da Ecosol buscam implementar soluções de gestão coletivas, democráticas e autogestionárias. As decisões mais importantes costumam ser tomadas em assembleias de sócios, em que vigora o princípio *“de que cada cabeça é um voto”* de igual peso, sem que importe a função ou posição administrativa desse sócio no empreendimento.

Dentre os instrumentos para facilitar a comercialização dos produtos da economia solidaria, como alternativa, existe o escambo e, com finalidade específica, existe a moeda social. Os princípios da economia solidária são a autogestão, democracia, cooperação, centralidade ao ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente. Os eixos temáticos da economia solidaria são a produção, comercialização e consumo, marco legal, finanças solidárias, educação em economia solidária e formação política e assessoria técnica.

■ 5 O PERFIL DO ALUNO DA EJA E SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

A pesquisa foi realizada com vinte e quatro alunos das turmas EJA Campo 1º Segmento, 1ºAno do Ensino Fundamental, e EJA Campo Multi 1º e 2º ano do Ensino Médio, sendo treze homens e onze mulheres.

Idade	17 a 26	31 a 41	42 a 50	51 a 77	Total
Quantidade	6	7	7	4	24

Todos moram no campo, sendo que quinze residem na comunidade do Aleixo, sete em Baús e dois no Carumbé.

Onde moram	No campo	No campo	No campo
Comunidade	Aleixo	Baús	Carumbé
Quantidade	15	7	2

Quanto ao estado civil, dezoito são casados e seis solteiros.

Estado civil	Casado	Solteiro
Quantidade	18	6

Quanto à idade, citaram apenas os filhos menores de dezoito anos, sendo cinco na faixa de três a nove anos e doze na faixa de dez a dezesseis.

Idade dos filhos	3 ao 9	10 a 16
Quantidade	5	12

Quanto a quem cuida das crianças no período em que estudam: oito ficam com o pai, quatro com a mãe, dois com a vó, um com o vizinho e dois levam para a escola. Essas duas crianças que vão à escola muito pequenas, e tanto o pai e a mãe estudam, não ficando ninguém em casa e os vizinhos moram muitos longes. Por isso, os pais não tem como deixar em casa.

Com quem deixa os filhos	Quantidade
Pai	8
Mãe	4
Vó	2
Vizinho	1
Leva para escola	2

A quantidade de aluno que trabalham na EJA são dezesseis, quatro aposentados, quatro não trabalham fora, pois são donas de casa. E a escola ainda não tem condições de oferecer um espaço adequado aos filhos dos alunos trabalhadores.

Você trabalha	Sim	Não	Aposentado
Quantidade	16	4	4

Quanto à profissão dos alunos temos: um tratorista, um açougueiro, quatro aposentados, duas empregadas domésticas, quatro donas de casa, um pescador, um servente e dez trabalhos com serviços braçais. Essa denominação “serviço braçal” é, em geral, quem trabalha em fazenda, chácara ou sítio, como roçam, carpem, lidam com o gado, porco, etc.

Profissão	Quantidade
Tratorista	1
Serviço braçal	10
Açougueiro	1
Aposentado	4
Empregada Doméstica	2
Dona de casa	4
Pescador	1
Servente	1

Quanto aos locais de trabalho: onze trabalham em fazendas, três em comércio, um no rio e um na construção civil, e este que trabalha na construção civil, vai e volta todos os dias em Cuiabá de moto.

Local de trabalho	Quantidade
Fazenda	11
Comercio	3
Rio	1
Construção civil	1

Outras coisas que os alunos da EJA gostam de fazer referem-se a: um trabalha na rede elétrica (manutenção); três gostam de passear; três de jogar futebol; quatro fazem doces caseiros, um vende e outros dividem o doce com a família; quatro lidam com gado; dois de cozinhar, sendo que cozinham na festa de santo que tem em Baús; dois gostam de pescar; dois de vendas em geral, vendem verduras e legumes na Br. 010, onde o ponto de venda é bom. Uma gosta de fazer sabão caseiro; uma gosta fazer de artesanato; uma de costurar, essa jovem costura para toda a família.

Outras coisas que gosta de fazer	Quantidade
Rede elétrica (Serviços de manutenção)	1
Passear	3
Jogar futebol	3
Fazer doces caseiros	4

Lida com gado	4
Vendas em geral	2
Cozinhar	2
Costurar	1
Sabão caseiro	1
Artesanato	1

A renda familiar varia muito, sendo onze na faixa de 500 a 900; onze na faixa de 1000 a 1600; e de 2.000 a 3000 são duas. Mesmo aqueles que têm renda de 500 reais vivem bem, o custo de vida é baixo, a alimentação é natural e caseira, consomem poucos produtos enlatados, criam galinha caipira e porco, não gastam com o transporte, utilizam a bicicleta como transportes, o gasto com a energia elétrica e a água é pouco e também a uma troca de produtos entre as pessoas da comunidade. A vida em comunidade acontece naturalmente.

Renda familiar	500 a 900	1.000 a 1.600	2.000 a 3.000
Quantidade	11	11	2

Os dezessete alunos utilizam o ônibus, e chegam a pé na escola sete. Os que chegam a pé moram próximo da escola, ou seja, residem no Distrito de Baús.

Como chega à escola	Ônibus	Pé
Quantidade	17	7

Merendam na escola vinte e dois e dois não. Esses se alimentam na escola, não tem tempo de jantar, porque as aulas começam as 18h00min e a maioria trabalha em serviço braçal, por isso, a merenda tem que ser reforçada.

Merendam na escola	Sim	Não
Quantidade	22	2

Os motivos que levaram esses alunos a voltarem a estudar na EJA foram bem diversos. Um foi para prestar concurso. Para passar o tempo outro. Três porque foram reprovados no ensino regular e não tinham mais idade para permanecer nesta modalidade. Três para adquirir conhecimento. Sete para ler e escrever. Para obter o certificado nove, os quais voltaram devido a necessidade de arrumar um emprego melhor, pois trabalham no sol, em serviço braçal.

Motivo pelo qual voltou a estudar	Quantidade
Prestar concurso público	1
Passa tempo	1
Reprovação	3
Adquirir conhecimento	3

Certificação (arrumar um emprego melhor)	9
Escrever e ler	7

As dificuldades para continuar a estudar são também diversas: um afirma que é o esquecimento; dois se referem ao transporte; nove fazem referência à falta de tempo; dois sentem muita dificuldade em aprender matemática; quatro têm problema na visão; uma tem deficiência física nas mãos. A falta de tempo é devido ao fato de trabalharem por diária e terem de ficar até as 17:00, sendo nessa hora eles teriam que estar prontos para pegar o ônibus, as vezes, até faltam a escola. Cinco disseram não ter dificuldades.

Dificuldades para continuar a estudar	Quantidade
Esquecimento	1
Transporte	2
Falta de tempo	9
Matemática	2
Problema de visão	4
Deficiência física	1
Nenhuma dificuldade	5

As sugestões para facilitar o acesso à escola foram: duas pessoas citaram o transporte, porque tem que andar quatro quilômetros para pegar o ônibus na BR, visto que o ônibus não vai até a comunidade do Carumbé. E vinte e duas não têm dificuldades de acesso à escola.

Sugestões para facilitar o acesso à escola	Transporte	Nenhuma
Quantidade	2	20

Na questão sobre o que gostariam que fosse diferente na escola, foram identificadas as respostas: arrumar a quadra de esportes (seis), colocar o ar condicionado nas salas (doze), melhorar a Internet (quatro). Duas disseram que tudo está em bom estado.

Mudanças que você gostaria na escola	Quantidade
Arrumar a quadra	6
Ar condicionado nas salas	12
Melhorar o acesso à internet	4
Tudo bom	2

Quando questionamos o que a vida desses alunos tem a ver com a Economia Solidária percebemos que a Economia Solidária está presente no cotidiano da EJA de forma informal, não científica, mas não sem a devida importância. É cultural e tradicional no meio rural e nas pequenas comunidades.

É um processo que tem sua base na educação informal, porém, presente e repassado por gerações, conhecimento a ser considerado, teorizado e evidenciado na Educação de Jovens e Adultos.

Quanto à dimensão educativa, os alunos responderam que a Economia Solidária está ligada ao cotidiano deles, visto que a base da Economia Solidária são as relações sociais solidárias. Ela é uma prática passada de geração para geração, principalmente no meio rural, onde todos se conhecem. A prática econômica ligada ao capitalismo ainda não esfriou o amor fraternal das comunidades rurais e nem dos alunos da Educação de Jovens e Adultos da EE Cezina Antônia Botelho.

■ 6 REFERÊNCIAS

Apologistadapalavra.blogspot.com.br/país-cuja-população-vive-comum.html. Acesso em: 30 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. DICEI. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1996, p. 33.

HADDAD, Sérgio. Tendências Atuais na Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: **Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**.

SENAES/TEM, 2003. **Caderno de apresentação da Secretaria Nacional de Economia Solidária**. Brasília: Senaes/TEM.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

FERNANDA APARECIDA DOS SANTOS¹
JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT²

Resumo: Esse artigo refere-se a uma análise realizada com base em pesquisa desenvolvida com os alunos em Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Escola Estadual, localizada no município de Várzea Grande no estado de Mato Grosso. Trata-se de aspectos de sujeitos em sua relação com a idade adulta e a questão da volta às salas de aula em busca de certificação para o mercado de trabalho. Realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, envolvendo uma entrevista com dezoito questões, realizada com três alunos da EJA, sendo que todos esses sujeitos da pesquisa foram mulheres, dentre elas uma dona de casa, outra empregada doméstica e, a última, vendedora. Nosso objetivo foi localizar e compreender a presença dos princípios da Economia Solidária na formação de Jovens e adultos. Considera-se que o ensino ministrado na EJA é importante para obtenção de qualificação para o trabalho, fato que viabiliza certificação de escolaridade, pois os mesmos precisam buscar e qualificar-se para que consigam uma boa vaga no mercado de trabalho. As respostas dos sujeitos da pesquisa evidenciam que a Economia Solidária mostra uma maneira diferenciada de trabalhar em grupos, necessitando um ao outro, trabalhando em conjunto e união.

Palavras-chave: EJA-Educação de Jovens e Adultos. Trabalho. Retorno à escola.

1 Especializanda em Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos ,(UFMT) graduada em Licenciatura de Língua Portuguesa e inglesa e, respectivas literaturas, pela UNIVAG de Várzea Grande-MT, atualmente é professora da Rede Sesi-MT.

2 Pós Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrundt@hotmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se insere ao lado dos estudos que procuram investigar, junto aos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a sua relação com os princípios da Economia Solidária. Nossos sujeitos de pesquisa foram os alunos da EJA da Escola Estadual, situada no município de Várzea Grande – MT.

No decorrer dos primeiros passos da pesquisa levantamos algumas questões para desencadear a nossa reflexão e escrita, dentre as quais se destacam: Quais os conhecimentos que os alunos da EJA tem sobre a Economia Solidária? Quais disciplinas poderiam trabalhar com os princípios da Economia Solidária? De qual maneira poderia trabalhar a Economia Solidária? O que os alunos entendem e fazem por/com os princípios da Economia Solidária?

Realizadas as questões e em consonância com elas, elaboramos o objetivo geral, que é localizar e compreender a presença dos princípios da Economia Solidária na formação de jovens e adultos.

Os objetivos específicos são:

- Apresentar um quadro da trajetória da inclusão dos princípios da Economia Solidária na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Descrever algumas experiências de jovens e adultos egressos da EJA, relacionadas com a Economia Solidária e o trabalho realizado pela escola que tem afinidade com os princípios da Economia Solidária;
- Verificar as possibilidades de utilização da Economia Solidária no cotidiano profissional dos alunos.

Ao selecionar esses objetivos e questões que poderiam nos ajudar a compreender a realidade da EJA e o desencadeamento em ações na/com a Economia Solidária, nos surgiu a problemática: Que orientação a disciplina de Português incorporou para ter as características atuais? Quais os métodos que foram utilizados para embasar as práticas pedagógicas do professor nesta instituição?

A partir desses questionamentos o trabalho tomou seu corpo. A escolha para esta pesquisa surgiu devido a três fatores motivadores.

O primeiro fator nasceu do envolvimento, como professora, com as atividades da escola, no período de tempo em que estive envolvida com o ensino da EJA.

O segundo fator diz respeito a minha curiosidade durante as vivências e experiências nas aulas de Português com as turmas da EJA, quando me questionava com o seguinte: será que as aulas de português, as metodologias e os conteúdos do ensino para as turmas da EJA, poderiam ficar mais atrativas ao meu aluno de forma com que ele tenha mais interesse pela disciplina e tenham vontade de participar sempre das aulas se os conteúdos incorporassem questões do cotidiano dos alunos?

O terceiro fator foi procurar conhecer mais sobre a Economia Solidária e desenvolver essa economia com os alunos da EJA, afinal, com essa experiência realizada com os alunos, os mesmos poderiam fabricar artesanatos com materiais recicláveis para manter o seu próprio sustento e de sua família.

Considerou-se que ao realizar uma pesquisa sobre os sujeitos da EJA, que são criadores de suas possibilidades de interação e diálogo, não fosse possível desmerecer a história de vida dos alunos e de suas ações, sua formação inicial e busca pela formação continuada e os demais trabalhos que os acompanham ao longo de sua formação. Assim, partiu-se para analisar a história de vida de cada um deles, suas experiências e interesses que visam uma vida e um futuro melhor.

Como base no estudo como sendo de caso e também de cunho qualitativo, embasamo-nos na obra de Paul Singer, para respaldarmos a coleta de dados. Assim, tratamos os dados coletados. A coleta dos dados foi realizada sob a forma de entrevista semiestruturada.

Aos alunos da escola estadual, no total de três, o instrumento que possibilitou a coleta das necessárias informações foi sob a forma de entrevista. Mas, com os dados fornecidos, tivemos a oportunidade da realização de um trabalho, não com tanta riqueza de dados, mas com riqueza de informações coletadas pelos questionários e entrevistas.

■ 2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contextualizando os sujeitos da EJA

Podemos pensar em alguma forma de caracterização dos sujeitos da EJA? Alguns estudos, dentre os quais se destacam as *Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais-MT (2010)* e o Levantamento realizado na disciplina

Os sujeitos de EJA, do *Curso de Especialização de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária*, procuraram caracterizar esses sujeitos e evidenciam que os sujeitos da EJA são pessoas que buscam concluir seus estudos, pois quando eram jovens não tiveram oportunidade, fato que se configura em um dos determinantes para que sejam excluídos da sociedade, principalmente, no que concerne à diminuição das oportunidades relacionadas com o emprego e trabalho. Portanto, voltar para a escola é, ainda, uma possibilidade de busca do emprego desejado.

No mundo em que vivemos hoje é preciso inteirar-se e buscar conhecimento, pois o mercado de trabalho é muito exigente. O professor que atua na área da EJA precisa de um preparo especial, pois para manter o aluno no curso, terá que trabalhar de maneira a cativar o seu aluno, fazendo com que o mesmo tenha vontade de voltar sempre às aulas.

Sabe-se que não é função exclusiva de a escola preparar para o mercado de trabalho. No entanto, o mercado de trabalho busca pessoas qualificadas, mas para isso é necessário que haja um interesse e incentivo, a escola seria um dos caminhos. Temos que perceber que há uma diversidade entre os sujeitos, cada qual com sua experiência de vida, histórias, sofrimentos. Por isso, a importância do profissional da EJA estar bem qualificado para compreender o universo de diversidades com as quais o professor se depara na contemporaneidade, pode fazer a diferença.

Segundo Freire (1996) “ninguém ensina nada a ninguém, aprendemos juntos”. Uma experiência vivida nas turmas da EJA foi de suma importância, pois fez com que eu me aproximasse mais das experiências vividas de cada um. Na ocasião, pode-se verificar a seguinte situação: pois havia uma quantidade de sujeitos de idade avançada e era bastante visível que eles estavam em busca de conhecimento; já os jovens apresentavam certo desinteresse.

A Educação de Jovens e Adultos traz de volta à escola as pessoas que por alguma forma e dificuldade não foram escolarizadas no período normal e, assim, estão tendo esta nova oportunidade. No entanto, mesmo com essa oportunidade, se torna difícil a retomada do seu aprendizado, mas com a autoestima elevada e persistência, é possível que conseguimos fazer com que essas pessoas tenham acesso ao saber sistematizado.

A partir dessa caracterização dos sujeitos da EJA, se torna imprescindível que um dos principais trabalhos da EJA tenha de ser a valorização do conhecimento prévio e o reconhecimento dos alunos como portadores de culturas e saberes.

2.2 Mas, afinal, qual é o lugar e a relação da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos?

Esse tópico é destinado a realizar a discussão entre a EJA e a Economia Solidária e para tanto, precisou-se fazer uma pequena revisão de literatura acerca da segunda e sua relação com a educação. Assim, iniciaremos, pensando e provocando em como podemos utilizar a Economia Solidária nas turmas da EJA.

Nesse sentido, nos balizaremos sobre o trabalho de Borges (2014) e seguiremos também a sua orientação como o corte metodológico para elucidar essa relação entre educação e Economia Solidária.

Para tanto, não se pode esperar que a educação em si, ou na Educação de Jovens e Adultos, possa ter criado um conceito de Economia Solidária sem o embate com a realidade. Certamente, a construção dos saberes relacionados com a Economia Solidária, não se constituíram a partir de uma ideia vazia, ou somente a *priori* dada, esperando para ser implementada. Esta construção,

[...] estabelece formas de aprendizado decorrentes de relações sociais em mobilizações políticas e interações no âmbito produtivo. Esses elementos carregam em si atos pedagógicos, construídos em espaços dialógicos, que se estabelecem através das diferenças individuais e dos sonhos coletivos, caracterizados por demandas particularmente locais. (BORGES, 2014, 129).

A citação evidencia que a Economia Solidária não nasce de um capricho do capitalismo. Ela surge a partir de sonhos coletivos que fogem aos ditames da Teoria do Capital Humano. A Economia Solidária surgiu para a superação do capitalismo, pois o mesmo dá-se devido a mercados competitivos. No meio capitalista todos têm o propósito de maximizar o lucro dos donos, já na parte que envolve a economia solidária, todos têm o mesmo lucro, pois dividem em cima do que é faturado (SINGER, 2005). Isso faz com que a sociedade torne-se mais unida e perceba a importância de trabalhar em grupo. Numa empresa solidária

todos trabalham iguais e têm a decisão sobre o futuro da empresa. Na empresa que desenvolve a Economia Solidária, o trabalhador tem tanto lucro como prejuízos e é responsável pelo o que acontece. É importante que os trabalhadores de uma empresa solidária sejam munidos da convicção da solidariedade, nem sempre isso acontece, pois alguns são mais relapsos, e os demais acabam se sentindo prejudicados devido a isso.

A melhor forma de aprender a Economia Solidária é realizando-a e pesquisas realizadas com os alunos da EJA relataram que não tinham ouvido falar sobre a Economia Solidária. Ao perguntarmos para cada um deles, alguns responderam que acreditavam ser algo como solidariedade.

Assim, para termos fundamento sobre o que estamos falando, nossa discussão terá sua base no trabalho de Borges (2014) e optamos por sua orientação como corte metodológico para elucidar essa relação entre educação e Economia Solidária.

Para feitura desse propósito, Borges (2014) é emblemático, na medida em que propõe realizar a análise da relação em duas partes.

Uma procede-se a reconstrução dos elementos teóricos e conceituais acerca da educação solidária. São os referenciais ligados ao processo educativo como possibilidades de construção de processos dialógicos e de formação dos agentes sociais envolvidos no constante movimento da Economia Solidária.

A outra, a exemplo do autor supra citado, pretendemos abordar também a importância da educação para o desenvolvimento da Economia Solidária. Com efeito, serão apresentados alguns estágios configuradores do processo que envolve experiências com a Economia Solidária, e certamente, imbricando os processos de conscientização dialógica e conscientização formativa. Desse processo relacional, decorrem quatro estágios que dependem do grau de conscientização dos trabalhadores nas empreitadas solidárias, quais sejam: desenvolvimento preambular, desenvolvimento político, desenvolvimento formal e desenvolvimento integral.

2.2.1 Educação Solidária

Diz-se da educação que é solidária, àquela que surge do amalgamento da produção coletiva dos saberes, quando sujeitos comuns acorrem para a construção coletiva de respostas para problemas comuns aos sujeitos que configu-

ram determinado contexto. Esses sujeitos criam um lugar, ainda que no início tenha um alto grau de utopia, para “inventar/reinventar soluções para problemas específicos caracteriza a aplicabilidade prática de potenciais inerentemente vinculados à educação em seu sentido criativo.” (BORGES, 2014, p. 129). Se é criação, ela só pode estar imersa e marcada pelos espaços da tessitura da dinâmica das relações humanas, que são continuamente inacabadas por conta de sua reinvenção constante.

Nesse mesmo sentido, parece razoável uma citação de Mance (2003), na qual se posiciona, ao defender que:

[...] a educação solidária não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais. (MANCE apud BORGES, 2014, p. 130).

Nesse sentido, a educação solidária não é e não poderá ser, tão somente, um conceito ou um conhecimento teórico, ela precisa se fazer além de sua dimensão conceitual, na dimensão procedimental e atitudinal, na perspectiva de modificar as realidades nas quais os sujeitos estão imersos no seu cotidiano. A educação solidária que não se propõe firmar compromissos tácitos entre os agentes sociais na busca por melhores condições de trabalho e de vida é uma proposta educacional fadada à esterilidade. É o que bem nos lembra Boaventura de Souza Santos, em seu clássico livro *Um discurso sobre as ciências*, no qual desfere uma crítica contundente às ciências pela sua capacidade de desperdiçar a experiências humana. Dentre as quatro teses que levanta para a assunção de um novo paradigma, não mais dado à regulação, mas se fazendo pelo viés da emancipação, nos traz de modo brilhante a quarta tese de que *todo o conhecimento visa transformar-se em senso comum*. O corolário dessa posição é que:

[...] em vez de considerar a matemática simplesmente como um saber formal e auto-referencial, pode partir-se das metáforas de

base e das experiências a elas associadas para mostrar o processo de formalização, sem desperdiçar as experiências e competências dos actores. Dessa forma, uma das condições para a aquisição dos saberes formais da matemática passa por saber os conhecimentos que os actores adquiriram e usam em contexto, e usá-los, por sua vez, como recursos para a aprendizagem formal, sem os desqualificar. (NUNES, 2004, p. 75).

Nesse encontro entre os aspectos objetivos e subjetivos, como uma síntese múltipla de desejos, das necessidades e esperanças, mas é a realidade concreta em que homens e mulheres se movem que irá fazer viver a utopia concreta da solidariedade, ainda que mediada pelas condições sociais, políticas e económicas existentes.

Um aspecto interessante da educação solidária é que ela pressupõe e deve comportar a diversidade, pois abarca os pluralismos, agregando as diferentes relações sociais em que os actores estão imersos. No aspecto da diversidade, Amartya Sen (2001) coloca que uma condição para a liberdade é o reconhecimento que os seres humanos são profundamente diversos. No entanto, essa diversidade não pode ser justificativa para exclusão de sujeitos. Nesse aspecto, a diversidade dos sujeitos em uma proposta educacional pode ser o ponto de partida para a educação compreensiva. Vejamos Sen:

A poderosa retórica da 'igualdade dos homens' tende frequentemente a desviar a atenção destas diferenças. Ainda que tal retórica ('todos homens nascem iguais') seja em geral considerada parte essencial do igualitarismo, o efeito de ignorar-se as variações interpessoais pode ser, na verdade, profundamente não igualitário, ao esconder o fato de que a igual consideração de todos pode demandar um tratamento bastante desigual em favor dos que estão em desvantagem. (SEN, apud BORGES, 2014, p. 131).

A citação deixa evidências de que a educação que se quer solidária, deve superar o paradigma da regulação, que na pedagogia se faz homogeneizador, não abarcando, portanto, as diversidades que constituem os sujeitos.

2.2.2 Conscientização dialógica e conscientização formativa: uma relação de interdependência

O processo de crescimento pessoal é construído através do nosso dia a dia. Isso faz com que nós seres humanos tenhamos um crescimento, é por meio das nossas experiências cotidianas que aprendemos uns com os outros. As práticas solidárias predis põem as pessoas a que se envolvam, ajudem e participem, pois sem a ajuda das mesmas não seria possível acontecer algo digno de ser solidário.

Desta forma, a idéia de participação [...] é aquela que parte da premissa que a prática participativa, para ser efetiva, implica necessariamente processos contínuos e cumulativos de sociabilização, da produção de sociabilidades, de educação reflexiva e emancipadora; significa, ainda, a posse de informações cada vez mais amplas, totalizadoras e complexas e, sobretudo, a capacidade que adquirirem os sujeitos nesse processo, de produzirem ou induzirem campos de conflitos capazes de gerar ou inventar novos valores, códigos, práticas e direitos para si e para toda a sociedade (ALMEIDA; VILLAR; NAKANO, apud BORGES, 2014, p. 132).

Os casos de agrupamento em torno de situações exigem reciprocidade, um comportamento que desenvolve por meio de práticas solidárias e aprendizagem sociopolítica, realizando arranjos participativos. A ação coletiva dá-se por meio de iniciativas solidárias, que promovem a descoberta.

Como conscientizar as pessoas sobre a educação solidária? Ela deve vir através de concepções originais, por meio das escolas, e também em espaços próprios.

A educação apresenta elementos estruturalmente determinados. Na sociedade em que vivemos, considerada como capitalista, o conhecimento é fundamentado, principalmente, ao trabalho, à tecnologia, ao consumo e as disputas entre melhores empregos. Afinal, a população necessita de uma boa formação e qualificação, isso faz com que as pessoas busquem uma melhoria de vida, por meio de cursos. Mas a realidade mesmo é outra, no mundo atual, existe muita falta de interesse e comprometimento do governo, que deveria investir mais na educação.

Para que as pessoas possam trabalhar, vender e produzir, elas necessitam de um conhecimento específico, não apenas este, visto que empreendimentos são compostos por diversos indivíduos, com visões particulares sobre a sua realidade.

Embora a escola possua a função principal de possibilitar o acesso ao saber sistematizado, ele é capaz de desenvolver competências e habilidades, que nos deixam criar condições de oportunizar os empreendimentos coletivos.

Segundo Singer, o conceito de Economia Solidária possui diversas acepções (Economia Social, Economia Popular), mas conserva, em comum, a contraposição entre a solidariedade e o individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista. Trata-se de organizações de produtores em forma de autogestão: na igualdade de direitos de todos os membros; na propriedade comum do capital, numa distribuição mais igualitária, bem como em sua gestão democrática.

■ 3 METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva, envolvendo uma entrevista com dezoito questões, realizada com três alunos da EJA, sendo que todos esses sujeitos da pesquisa eram mulheres. Junto a elas foi questionado sobre o perfil da professora e sobre suas aprendizagens durante o tempo inserido na EJA. Também perguntamos o que os alunos pretendiam daqui a uns dois anos, quais os fatos que os levaram a não frequentar uma escola durante o período em que eram jovens, o que cada aluno espera para o seu futuro e se conhecem ou já ouviram falar sobre Economia Solidária, como isso poderia ajudá-lo em sua vida.

3.1 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram três alunas da EJA, uma dona de casa, outra empregada doméstica e a última, vendedora. Cada uma com sua história de vida diferenciada, devido a falta de acesso à educação na infância e a falta de incentivo dos pais para estudar e gravidez na adolescência atrasaram seus estudos. Elas acreditam que a experiência na EJA será única, pois além das amizades que fizeram, o conhecimento adquirido será algo que levarão para sempre em sua vida, sem contar que será de suma importância para conseguirem um emprego digno e com melhoria de salário e de vida.

3.2 Instrumento da coleta

O instrumento da coleta dos dados utilizado foi uma entrevista, com roteiro composto por dezoito questões, sendo questionadas sobre a participação dos alunos nas aulas da EJA. As perguntas foram feitas para cada entrevistado em um tempo estimado de quinze minutos aproximadamente. Sendo feitas a pessoas não aptas a leitura, a linguagem foi adaptada ao nível do entrevistado, devido a isso não foram feitas questões longas, mas sim questões curtas de fácil entendimento.

3.3 Como foi o tratamento dos dados

O tratamento dos dados realizou-se com sucesso, pois os entrevistados agiram de maneira calma e sincera, relatando realmente o que havia acontecido em sua vida e como e porque cada um apresentava referente situação. O principal motivo que fez me interessar sobre a história de vida de cada um foi por um impulso de trazer a sua singularidade com relação ao seu envolvimento, ou não, com a EJA e a Economia Solidária. Observou-se o autocontrole emocional e a boa comunicação oral, pois ao serem entrevistados, percebeu-se que ao relatarem sobre sua vida buscavam ter uma vida melhor e apresentavam interesse e garra para avançar mais um degrau, com a conquista de um diploma e uma bagagem com novos conhecimentos.

■ 4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Tendo em vista que o nosso objetivo geral da pesquisa, é compreender a presença dos princípios da Economia Solidária na formação dos alunos da EJA. Com efeito, procurou-se nesse espaço estabelecer nexos e relações entre os dados capturados junto a três alunas da escola com o referencial teórico utilizado na pesquisa em suas representações na EJA.

4.1 Descrição das respostas

A primeira entrevistada foi uma mulher entre 30 a 50 anos de idade, que relatou que trabalhava, está morando em Várzea Grande, frequenta a igreja, mas não cita a religião. O motivo pelo qual desistiu de estudar foi a gravidez na adolescência, pois atrasaram seus estudos.

Ao ser indagada sobre Economia Solidária, ela diz que não ouviu falar, mas imagina que seja algo como solidariedade, parceria, grupo de pessoas unidas. Antes de estudar na EJA, ficava em casa somente, e relata que a dificuldade encontrada no dia a dia foi encontrar um bom serviço. Destacou que os valores importantes seriam o respeito, a generosidade, a educação e a alegria, tudo isso se tornaria de suma importância para uma boa convivência com o grupo.

A segunda entrevistada, uma mulher entre 30 a 50 anos, relatou-nos que reside em Várzea Grande, trabalha como vendedora, sempre frequenta a igreja, e que não teve acesso à educação quando era criança, seus pais não incentivavam, mas que no futuro pretende fazer um curso superior, e continuar educando seus filhos, dando a eles uma vida digna, a qual ela não teve, quando era criança. Ao questioná-la sobre a Economia Solidária disse que não ouviu falar, mas que pensa ser algo como amizade, solidariedade e parceria. Sobre o que ela fazia antes de ingressar na EJA nos diz que ficava em casa, cuidando dos filhos, da casa e do marido. Ao citar as suas dificuldades, descobrimos que arrumar um bom emprego foi a maior dificuldade que ela encontrou, segundo o relato de que faz falta o ensino fundamental. Disse que sua prioridade será terminar os estudos e cursar uma faculdade. Os valores citados foram o conhecimento, a amizade, a educação e o aprendizado. A Economia Solidária poderia gerar uma renda extra por meio da reciclagem.

Já a terceira e última entrevistada, uma mulher entre 30 a 50 anos, também cursa a EJA e trabalha como diarista, é frequentadora da igreja, reside no município de Várzea Grande. Relata que não estudou porque não tinha responsabilidade, não gostava, achava sem importância. Mas hoje pretende terminar o curso para ter uma boa profissão, e se aperfeiçoar. Não conhece o conceito Economia Solidária, mas entende que seja algo como grupo, parceiros e solidariedade. Ela relata que a EJA é importante para melhorar o seu aprendizado. Seu objetivo hoje é mudar de vida, arrumar um bom emprego e fazer uma faculdade. Os valores citados, ela acredita serem a amizade, o respeito e a educação. Ao perguntar como a Economia Solidária poderia ajudá-la em sua vida, ela diz que seria desenvolver trabalhos que possam gerar fontes de renda, fazer novas amizades e adquirir experiências.

De acordo com a entrevista, todas as mulheres que foram questionadas, responderam que pretendem terminar os seus estudos e ingressar numa gradu-

ação. Elas entendem que a Economia Solidária seria uma forma de parceria, solidariedade, tornando, assim, algo a desenvolver, fazendo com que isso gerasse uma renda extra para o sustento de sua família. Sem contar que poderiam fazer novas amizades e trocar experiências de vida.

4.2 A análise como possibilidade de compreender

Na medida em que adotamos o termo análise como uma possibilidade, partimos do pressuposto de que não existe uma verdade *a priori* dada, mas que se pretendeu trazer os dados colhidos da realidade social, pessoal, e humana destas mulheres submetidas ao processo educacional tardio, estabelecendo-se uma leitura compreensiva.

Com efeito, quando perguntamos quando os sujeitos perceberam a importância de estarem estudando na EJA, várias respostas fizeram a relação como adquirir novos conhecimentos, aprender a ler e escrever bem, o vínculo de amizades que cultivariam.

Houve a valorização de todas as respostas, independentemente do nível ou teor da resposta, pois precisávamos saber delas mesmas, o que pensam, dizem e como se percebem sendo alunos da EJA, tão somente porque queríamos retratar sobre “a opinião de cada um e sua vivência na EJA junto com a Economia Solidária”.

Considerando que a pesquisa se propôs como objetivo geral elaborar um conjunto de elementos para a representação de alunos da EJA, identificando o perfil dos alunos entrevistados e sua participação juntamente com a Economia Solidária, visando dar expressão aos sujeitos e para que o trabalho não se limitasse a teoria, buscou junto aos usuários, caracterizá-los, saber o que entendem por Economia Solidária, detectando o que compreendem sobre esse assunto. É plausível se pensar que pelo teor das respostas dos sujeitos pesquisados, acerca do entendimento que possuem sobre o conceito de Economia Solidária, que os temas específicos tratados nos componentes curriculares ainda não estavam fazendo sentido com os temas relevantes da comunidade escolar na Educação de Jovens e Adultos, ora em discussão. É sabido que o que confere sentido e significado às práticas são os temas colocados pela comunidade escolar e pela própria disciplina, na condição de área de conhecimento. Ou seja, a comunidade escolar contribui com temas gerais que exigem de cada componente curricular

uma atuação pedagógica (ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO, 2006)

Buscou também junto aos alunos da escolarização da EJA, ouvir a experiência de cada aluno. Pode-se chegar, assim, a algumas conclusões: o público alvo da pesquisa é diversificado, pois cada entrevistada relatou a sua desistência nos estudos, em profissão e escolaridade. Vale destacar que o senso comum, por vezes, é mais que revelador de saberes e conhecimentos oriundos da realidade e da sensibilidade estética dos sujeitos. Vejamos algumas características que mais que impossibilidades, são possibilidades do senso comum.

[...] é interdisciplinar e não metódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida. [...] O senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade ou convence. Finalmente, o senso comum, nas palavras de Dewey, funde a utilização com a fruição, o emocional com o intelectual e o prático. (DEWEY; BENTLEY apud SANTOS, 2007, p. 108).

Quando perguntados sobre a Economia Solidária, as respostas foram semelhantes, como solidariedade, parceria e generosidade. Constatou-se a quebra com a referência tradicional de conhecimento, como se fosse a ausência do conhecimento. E porque nos preocupamos com o conhecimento da Economia Solidária na EJA? Tudo isso é por considerar a Economia Solidária como ato pedagógico, como assevera Paul Singer (2005), sendo ele um antídoto ao capitalismo, pois este, no mundo atual, incita as pessoas a se tornarem individualistas. Porém, as respostas evidenciam indícios de iniciativas do mundo das realidades vividas pelas pessoas em suas rotinas que fazem relação com a Economia Solidária, ao proporem desenvolver a solidariedade, a troca e a parceria.

■ 5 CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista os objetivos da pesquisa sobre a EJA, foi observado que os adultos que voltam aos estudos no EJA buscam, em sua maioria, a certificação do ensino médio para ingresso, ou obter uma situação mais favorável no mundo do trabalho. Também têm intenção de ingressar na universidade pública. A EJA surge com o objetivo de atender àquelas pessoas que não tiveram ou, não

punderam estudar em sua idade/série adequadas. Porém, da construção a consolidação desta ideia, muitos são os desafios. O caminho daqueles que decidem ingressar ou retomar o papel de aluno e transformar-se em cidadão letrado, crítico e participativo na sociedade, é bastante árduo, pois exige destas pessoas muita força de vontade e determinação. Constatou-se que com o desenvolvimento do tema sobre os alunos da EJA, cada pessoa entrevistada relatou sobre seus motivos de desistência da sala de aula, a pesquisa realizada nos mostrou que os alunos que voltaram a estudar, buscam uma melhoria de vida e, principalmente, ingressar em uma faculdade.

A pesquisa realizada foi de suma importância para o aprendizado do pesquisador, pois envolve o seu trabalho e melhoria com as turmas da EJA, já as dificuldades encontradas durante o trabalho foram que ao pesquisar os alunos selecionados para o trabalho, alguns tiveram certo receio em relatar sua experiência de vida e motivo de desistência de frequentar a escola.

As dificuldades encontradas no que diz respeito à aprendizagem são mínimas, diante de tamanho empenho, tanto por parte do educando como do educador, que está sempre buscando a diversidade, e não mede esforços para mantê-los em sala de aula.

O desenvolvimento do tema nos permitiu, enquanto educadores, desenvolver muitos dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de especialização EJA e Economia Solidária.

Quando articulamos a proposta de um planejamento, estamos falando de um planejamento com algumas dificuldades, pois dependeu da parceria dos alunos, juntamente com as professoras, realizando a aula sobre reciclagem e utilizando seus trabalhos para gerar rendas para algumas famílias.

Enfim, considera-se que família, escola, sociedade, bem como o Poder Público, são corresponsáveis pela formação educacional de jovens e adultos. Observa-se que a evasão escolar constitui uma negação desta formação. Desta forma, necessita-se buscar todos os meios possíveis, com vistas de esclarecer esse problema e garantir a todos o princípio da igualdade.

Conclui-se o quanto é importante a formação dos professores para atuarem com o público da EJA. O quanto é importante uma boa preparação, pois busca-se base em diversos autores com o intuito de mudar o olhar sobre esses

alunos, observando na profissão não só mais uma maneira de “ganhar o seu sustento”, mas, sim, como possibilidade de resgatar vidas de pessoas que se apresentavam desmotivadas.

■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOUZA, K. C. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

BOGDAN, R.C. & BIRTEN, S.K **Qualitative research for education; na introduction for to theory and methods**. Boston, Allyn and Bacon, 1982. 253 p., p 27-30.

BORGES, J. L. Educação e Desenvolvimento de Empreendimentos Solidários. In: ZART, L.L.; VAILANT, C. (Orgs.) **Educação e Socioeconomia Solidária- Incubação em Economia Solidária**: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014, p. 129 a 147.

BRASIL. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea** (1996-2004). Brasília: Unesco/MEC, 2004. (Coleção Educação para Todos).

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o ensino médio**: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006, vol. 1, 239 p.

FREIRE, P.. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, J. C. O trabalho auto gestor em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.19, n.56, 2004, p. 45-62.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**. /Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010. 308p.

OLIVEIRA, M. K. de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 1999.

SINGER, P. A economia Solidária como ato pedagógico. In.: KRUPPA, S. M. P.(Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. INEP. Brasília, 2013, p. 13-20.

7

O TRABALHO COLETIVO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FLÁVIA ANGÉLICA DE AMORIM VILELA¹

ANA CLAUDIA PEREIRA RUBIO²

Resumo: Cresce a consciência do direito à educação entre a população jovem e adulta excluída do sistema escolar regular, porém, isso não é garantia bem de acesso à educação escolarizada de um processo de aprendizagem que possibilite enriquecimento de seus conhecimentos e/ou melhoria de suas qualificações profissionais ou técnicas. Já que atender às necessidades desses educandos requer habilidades e competências específicas que sejam significativas tanto no processo de escolarização quanto na formação de cidadãos cômicos de seu papel na sociedade. Este artigo busca discutir sobre o trabalho coletivo enquanto prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos, a fim de promover a construção de uma cultura mais solidária. Para tanto utilizamos como suporte metodológico: a pesquisa bibliográfica, baseada no entendimento de autores respeitados, como Bachelard (1972), Freire (2000; 2005), Leontiev (1978) e Singer (2005). A partir das leituras sobre o assunto foi possível perceber que o trabalho coletivo revela-se ser uma prática pedagógica eficiente na reelaboração de uma Educação de Jovens e Adultos em novos moldes, na qual a aprendizagem se dá de forma coletiva nos mais diferentes tempos e modos, considerando necessidade do educando enquanto sujeito que já tem determinado conhecimento sobre mundo, que reflete e que produz.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Trabalho coletivo. Prática Pedagógica. Educação de Jovens e Adultos.

1 Aluna do Curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Economia Solidária – UFMT/ SEDUC (2013). E-mail: fla_vilela@hotmail.com.

2 Orientadora. Mestranda em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: anaclaudiariobio@yahoo.com.br.

■ 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) envolve um universo plural, devido aos diversos processos vividos por cada sujeito, indo muito além do ambiente escolar, perpassando caminhos que envolvem a vida em família, comunidade, sociedade, entre outros.

A educação é inerente à vida humana, ou seja, ela diz respeito à existência humana durante toda sua duração e em todos os seus sentidos. É por isso que se justifica, lógica e sociologicamente, as adversidades acerca da Educação de Jovens e Adultos (PINTO, 2010).

A diversidade geracional e cultural presente na EJA é representada por um grupo de brasileiros com pouca ou nenhuma escolarização, resultado de fatores sociais, econômicos ou culturais que impedem o acesso destes à escola, comprometendo o ensino aprendizagem, levando o aluno a retenção, repetência ou até mesmo evasão escolar. (MEYER, 2008).

Há tempos, buscam-se métodos e práticas educativas adequadas a essa realidade cultural e ao nível de subjetividade da EJA. Um olhar voltado para o educando como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de trazer para a escola um conhecimento vasto e diferenciado, que contribua efetivamente, para sua permanência na escola e uma aprendizagem com qualidade. Este artigo tem como objetivo discutir o trabalho coletivo como uma prática pedagógica capaz de contemplar a diversidade da EJA, ressaltando-o como elemento fundamental do fazer cotidiano na produção da vida social.

A escolaridade deveria ser o caminho para uma maior igualdade entre os seres humanos, mas não é o que parece acontecer, pois, em pleno século XXI, o que ainda se constata são práticas pedagógicas individualistas, que não levam em conta o processo de aquisição, construção e reconstrução do conhecimento.

Diante da responsabilidade de reelaborar uma Educação de Jovens e Adultos pautada em práticas pedagógicas diferenciadas que propicie no desenvolvimento do conhecimento, apontando novas possibilidades de aprendizagens que atendam de forma humana dessas classes que estão excluídas do sistema, é o que orienta o aprofundamento neste estudo.

Dessa forma, desenvolvemos um trabalho de pesquisa bibliográfica, a partir de Bachelard (1972), Freire (2000; 2005), Leontiev (1978) e Singer (2005),

cujos referenciais teóricos foram fundamentais para a compreensão do trabalho coletivo enquanto prática pedagógica capaz de estimular a criação de novos conhecimentos, que possam ressignificar valores e práticas sociais na EJA.

Para tanto, apresentamos alguns posicionamentos de ordem teórica referentes à Educação de Jovens e Adultos, Práticas Pedagógicas e Trabalho Coletivo. Na primeira seção, um breve panorama sobre Educação de Jovens e adultos e seus sujeitos. Em seguida, na segunda seção, reflexões sobre Práticas Pedagógicas, as concepções de ensino e aprendizagem da EJA. E na última seção, discutimos aspectos relevantes do trabalho coletivo como prática pedagógica capaz de promover a construção de conhecimentos, refletindo sobre elementos, como participação e organização do trabalho, valores e questões fundamentais para convivência em grupo, decorrentes de uma prática social consciente, que relacione e valorize os saberes adquiridos com a realidade dos educandos, para a construção de uma cultura mais solidária.

■ 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SEUS SUJEITOS

2.1 Conceituando a Educação de Jovens e Adultos

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma das modalidades do ensino regular, que se diferencia em sua estrutura, tanto na metodologia de ensino quanto na sua duração, tendo como público as pessoas que não tiveram a oportunidade do ingresso ou da continuidade no ensino fundamental e no médio na idade apropriada.

A idade mínima para cursar o EJA é de 15 anos e 18 anos, para o ensino fundamental e o ensino médio, respectivamente.

Para analisar o histórico da educação de jovens e adultos no Brasil deve-se ter conhecimento de alguns fatos marcantes. O país na década de 30 sofria urbanização desordenada devido à superpopulação urbana, oriunda do processo de industrialização e o da migração do homem do campo para a cidade.

Com esse processo, surgiu a classe operária no Brasil, composta principalmente de imigrantes, os quais deram início às primeiras escolas para adultos no país, sem qualquer atuação do Estado, que não priorizava essa situação.

Nos meados do século XX houve transformações econômicas, que trouxeram a preocupação com a política educacional, inclusive a escolarização dos adultos, pois o mercado passou a exigir um nível de conhecimento mais complexo.

Com o recenseamento na década de 40, ficou demonstrado que 55% da população maior de 18 anos era analfabeta. Situação que intensificou a intervenção do Estado contra o analfabetismo.

Durante a ditadura a educação passou a ser uma forma de moldar os indivíduos de acordo com as normas do governo. O MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado nesse período, programa que deu continuidade à alfabetização de adultos, mas não tornava o aluno um indivíduo crítico e político.

Como o ensino no MOBRAL foi marcado pela a descontinuidade na alfabetização, o programa acabou sendo substituído, em 1985, pela Fundação Educar que tinha o objetivo de promover o exercício de programas não formais de alfabetização e educação básica, dirigido àqueles que não ingressaram no sistema educacional ou não continuaram.

Esse programa acabou em 1990. Década que teve a educação de jovens e adultos marcada pela falta de materiais e de práticas de ensino inadequados, o que trouxe a necessidade de uma nova proposta para a educação de jovens e adultos:

Garantir a esse segmento social que vem sendo marginalizado nas esferas sócioeconômicas e educacionais, um acesso à cultura letrada que lhe possibilite uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. (RIBEIRO, 2001 p. 34).

Com a falta de estrutura para o ensino dos jovens e adultos, é evidente a necessidade de fomentar um processo educativo que coloque o indivíduo no mercado de trabalho, respeitando sua capacidade criativa, de interação e modificação da realidade opressora.

De acordo com a Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais a EJA deve exercer três funções, sendo:

A primeira é a função Reparadora, que se fundamenta na restauração de um direito que foi negado ao sujeito, como o de uma escola de qualidade, ou ainda mais, o direito à igualdade de acesso a um bem real, social e importante. A segunda função é a Equalizadora, que é o aspecto da inclusão do sujeito na sociedade de forma ampla, seja no mercado de trabalho, na vida social ou nos canais de participação, é uma forma de reparação corretiva. E ainda há a função

Qualificadora, que se refere ao preparo das habilidades técnicas e intelectuais do educando para o que o espera na sociedade. Esta função é um apelo para uma educação contínua e a construção de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

Essas suas funções levam em consideração as quatro dimensões da educação a serem trabalhadas, estabelecidas pela Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA, que são: o trabalho, a cultura, a ciência e a tecnologia. De modo geral, a inter-relação desses fenômenos sociais contribui:

[...] para a organização das relações humanas, em especial as significações que emergem das relações de trabalho, empoderamento que advém do domínio da ciência e de questionamentos a ela endereçados, os vínculos desta com as tecnologias, o modo como estas se articulam com o trabalho e como essas inter-relações configuram a cultura contemporânea. (BRASIL, 2002, p.22).

Assim, a EJA é uma forma de realizar um trilha de desenvolvimento para todos os indivíduos, independente da idade, permitindo que jovens e adultos tenham seus conhecimentos atualizados, demonstrem suas habilidades, troquem experiências e ingressem em novas formas de trabalho e cultura.

2.2 Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos

O educando da EJA apresenta um conjunto de características muito peculiar que envolve o retorno à escola ou início da vida escolar como sendo a via possível para se alcançar um lugar ou postos mais elevados no mercado de trabalho, pois as empresas cada vez mais exigem empregados com boa formação acadêmica, capacitados e competentes. No caso das mulheres – donas de casa, em específico – a escola é uma oportunidade de vivenciarem uma atividade produtiva diferente das realizadas no interior do próprio lar (FREIRE, 2000).

Em geral, eles chegam à escola com grande receio de não conseguir cumprir com as exigências institucionais e, ao mesmo tempo, apresentam uma visão de escola completamente atrelada à perspectiva empirista de educação. Isto o leva a refutar quaisquer propostas de ensino que sejam distintas do conhecido e clássico “modelo de uma aula transmitida via quadro de giz, com pouco diálogo, muita cópia e repleta de exercícios repetitivos para que o aluno execute.” (FREIRE, 2000, p. 70).

E boa parte dos educandos da EJA vive, ou já viveu, um processo de marginalização e exclusão, tendo, assim, um ensino fundamentado no conhecimento de regras e memorização de fórmulas, ou até mesmo centralizado em conteúdos poucos significativos, que pouco contribuirão para uma formação de qualidade.

A aprendizagem, nada mais é que o “processo de reconstrução do conhecimento científico a partir do conhecimento empírico” (BACHELARD, 1972, p. 62). Sendo assim, toda experiência que o sujeito possui deve ser aproveitada e levada em consideração, pois é através dela que poderá se construir a identidade do mesmo.

Portanto, conhecer as especificidades dos alunos que constituem a EJA, como por exemplo: saber quais são seus interesses, suas características cognitivas, sua faixa etária, sua condição econômica e compreender que eles vivem situações de preconceito, vergonha, discriminação, críticas, entre outros, tanto no cotidiano familiar quanto na vida em comunidade, é primordial para haja uma aprendizagem de qualidade.

De fato, esses alunos possuem inúmeras potencialidades de aprendizagem que quando estimuladas aumentam a autoestima dos mesmos, possibilitando-os reconhecer que podem aprender no cotidiano da vida escolar.

Logo, o educador tem papel de extrema importância no processo de transformação da escola, segundo as necessidades, interesses e valores de todos que a fazem, pois, com intervenção pedagógica adequada o educador contribuirá para o surgimento de novos padrões educacionais, e conseqüentemente para efetivação da aprendizagem.

Assim, o grande desafio do educador é se preparar para receber e trabalhar jovens e adultos, oriundos das diferentes camadas sociais, que, por sua vez, estão reingressando a escola na busca de melhores condições de vida, atendendo às expectativas desses alunos, no que tange aos processos formativos, qualificação profissional até outras dimensões extraescolares.

Cabe à escola, também, rever sua proposta pedagógica para poder adequá-la às necessidades de seus educandos. E refletir e estabelecer a finalidade da educação, percebendo a diversidade conceitual com um olhar crítico para as especificidades de cada grupo para qual a escola está a serviço, em virtude da heterogeneidade que lhe é basicamente característica, e que, quando identificada, poderá melhor subsidiar a prática.

Neste sentido, torna-se necessária a reflexão sobre as concepções de ensino e aprendizagem, frente às práticas pedagógicas, a fim de garantir-lhes o direito à educação, estabelecendo um processo de aprendizagem que possibilite enriquecimento do conhecimento e/ou a melhoria das qualificações profissionais e técnicas dos educandos, de acordo com suas necessidades.

■ 3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ao refletirmos sobre as bases epistemológicas que sustentam algumas concepções de ensino e de aprendizagem presentes atualmente nas unidades escolares, notamos que essas concepções, realmente, se identificam com os ideais defendidos pelo empirismo, também denominado tradicional. Ou seja, “o conhecimento científico é construído a partir da observação dos fatos da natureza, puramente, sem interferência do sujeito que observa.” (BACHELARD, 1972, p.53).

De acordo com Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos:

[...] a educação deve possibilitar aos jovens e adultos o acesso aos conhecimentos que permitam a compreensão das diferentes formas de explicar o mundo, seus fenômenos naturais, sua organização social e seus processos produtivos. (BRASIL, 2000, p.).

Portanto, é fundamental que se tenha a preocupação de inseri-los no universo escolar a fim de garantir-lhes o direito a aprendizagem, e, conseqüentemente, a uma formação humana, voltada para formação do cidadão crítico capaz de trilhar seu próprio caminho.

Freire acredita “que é na interação, nas relações sociais que os sujeitos se constituem e produzem conhecimento, pois entende que somente através do trabalho em conjunto dos homens seria possível à mudança.” (FREIRE, 2005, p. 42).

Assim, pensar uma proposta de ensino que valorize a construção de estratégias coletivas, que contribua para resolução de problemas, dê espaços para que se comprove e justifique os resultados, incentive a criatividade, a iniciativa pessoal, as atividades em grupo e trabalhe no sentido de promover a autonomia advinda da confiança na própria capacidade de enfrentar desafios, revela-se de grande importância, não somente para a formação acadêmica, mas também e, principalmente, para a formação das bases da cidadania na EJA (FREIRE, 2000).

Analisando esses aspectos pedagógicos, percebemos a necessidade de uma ruptura nas abordagens metodológicas atuais de ensino tradicional, a fim de solucionar as dificuldades de aprendizagem encontradas na Educação de Jovens e Adultos, como a dificuldade de compreender os conteúdos e, principalmente, de adquirir independência intelectual e emocional para realizar com sucesso seus trabalhos e suas responsabilidades.

As dificuldades de aprendizagem levam em conta todas as esferas em que o indivíduo participa (família, escola, sociedade, etc) (FONSECA, 1995). Portanto, quando o educando recebe uma intervenção pedagógica enriquecida, ou seja, que contemple essas esferas, quanto à aprendizagem, este assimila as informações significativas e desbloqueia suas dificuldades, podendo assim modificar todo seu potencial dinâmico durante o processo.

Para Bachelard “a ruptura entre o saber e o conhecimento comum e o científico torna-se o principal motor de evolução e progresso do saber, enquanto única via à superação de obstáculos.” (BACHELARD, 1972, p. 55).

Assim, para garantir uma educação de qualidade aos jovens e adultos com ensino adequado àqueles que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular, é preciso repensar as práticas pedagógicas, criar condições que favoreçam a construção da postura do ser humano na e com a sociedade, possibilitando-lhe entender e explicar a realidade, enfrentar os problemas do dia a dia, buscar soluções, tomar decisões e pôr-se criticamente diante da realidade e intervir para transformá-la e transformar a si mesmo.

Neste sentido, o trabalho coletivo como uma prática educativa coletiva e cooperativa constitui-se como uma excelente alternativa para se efetivar a aprendizagem na EJA, já que estabelece relações entre os sujeitos, caracterizando-os tanto como aprendizes e quanto ensinantes.

Para melhor compreensão dessa prática, a seguir apresentamos algumas concepções de trabalho coletivo.

3.1 O trabalho coletivo

Para o início da análise do Trabalho Coletivo, faz-se necessária a compreensão etimológica do termo coletivo. Tem-se que a palavra se origina do latim *collectivus* que significa: “1. Recolhido; 2. Que é fundado no raciocínio, conclu-

dente; 3. Colher juntamente, recolher, juntar, reunir; 4. Ligar juntamente, atar juntamente, reunir, prender; 5. Ter elementos ligados em conjunto” (VICENTINI, 2006, pg. 64). Assim, esse termo, tem o sentido juntar, reunir, união de pessoas.

Trabalho coletivo é uma expressão que tem vários sentidos. Para Marx, significa a vinculação de diversos tipos de trabalho, organizando-os em conjunto na sociedade. E, em sua visão, essa era a alavanca do processo de trabalho global, “a força de trabalho socialmente combinada” (MARX, 1983, p. 91).

Marx entendia que o sistema capitalista criou o trabalhador coletivo, que eram indivíduos agrupados para que em um esforço coletivo produzissem produtos. Trabalhando lado a lado de forma planejada, no mesmo processo produtivo, ou em processos diferentes, mas que tinham ligações, ou seja, trabalhando em cooperação. Desenvolvendo capacidades de sua espécie, deixando para trás deficiências individuais.

No sentido mais comum, coletivo antagoniza o individual. Nesse sentido, trabalho coletivo é a coordenação do trabalho que integra os membros em ações conjuntas, assim, o trabalho coletivo se diferencia do individual, que cada indivíduo, por sua própria responsabilidade, segue o seu caminho.

Essa expressão, ainda pode ser entendida como o trabalho em equipe. Esse é o sentido aplicado no modelo de produção toyotista, que é um modelo de produção que visa a eficiência do trabalho em equipe, em um processo produtivo que depende da participação, cooperação e integração dos trabalhadores. Modelo contrário à escola taylorista e fordista³, em que o trabalho é individual e especializado.

Contudo, analisando o trabalho coletivo na perspectiva da educação, não há que se falar apenas em um somatório de trabalhos individuais, como é na visão do taylorista/fordista, em que simplifica o trabalho coletivo à reunião de tra-

3 O padrão de acumulação taylorista surgiu no início do século XX, iniciado por Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e utilizado por Henry Ford (1863-1947), no intuito de adaptar o trabalhador às necessidades do capital, por meio do controle do processo de trabalho. O taylorismo dedicou-se a estudar formas de organizar melhor o trabalho, para que ele tivesse o maior rendimento possível. Elaboraram-se os fundamentos da organização dos processos de trabalho a fim de exercer maior controle e disciplina sobre os trabalhadores. Dentre as propostas do chamado taylorismo, está o controle hierarquizado do processo de trabalho por meio de uma camada social de administradores, divisão entre trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução, em que o trabalho cerebral deve restringir-se ao departamento de planejamento e controle. Henry Ford (1863 -1947) aplicou e desenvolveu os princípios de Taylor, introduzindo a linha de montagem, que gerou uma produtividade ainda maior do trabalho, por meio do funcionamento ininterrupto, da parcelarização das atividades e da automatização do trabalho (OLIVEIRA, 2006b).

balhadores da educação em uma escola, principalmente se segregassem tarefas, determinando a cada um uma parte, construindo, assim, uma dicotomia entre o professor e sua produção, distanciando da formação do processo coletivo.

O trabalho coletivo voltado à educação se apresenta através da colaboração, cooperação, colegiabilidade, parceria, trabalho em equipe, troca, trabalho em comum, demonstrando a amplitude do conceito da expressão “trabalho coletivo”, sob essa ótica (BORGES, 2006). Essa amplitude está relacionada com a possibilidade de implantar várias atividades no ensino. Da mesma forma, Vicentini afirma que:

[...] esta gama de termos se refere ao fato de diferirem quanto às suas particularidades no modo de conceber e viabilizar as práticas coletivas. No entanto, nestes há algo em comum, conceitualmente falando, que é o grupo como possibilidade de trabalho [...]. (VICENTINI, 2006, p. 57).

Assim, compreende-se que mesmo essa diversidade conceitual, há o ponto comum que é a reunião de pessoas como uma forma para o trabalho. Essa diversidade decorre do próprio contexto do ensino, em que as relações não são apenas baseadas no ensino científico, mas também sobre assuntos cotidianos, como amizade, conflitos pessoais, colaborações pontuais e fatos imprevistos.

Portanto, verificam-se várias maneiras de exercer o trabalho coletivo, pois esse vem para suprir a demanda dos sujeitos envolvidos e das relações estabelecidas.

■ 4 O TRABALHO COLETIVO ENQUANTO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CONSTRUINDO UMA CULTURA MAIS SOLIDÁRIA

O trabalho coletivo enquanto prática educativa tem como ponto de partida a ação coletiva e sistematizada do cotidiano do trabalho e da vida, na busca de novos saberes e valores que permitam transformar práticas sociais e melhorar as relações de convivência na comunidade, tornando os sujeitos conscientes de sua própria prática.

Leontiev (1978, p. 97) explica que “é no trabalho em grupo que os indivíduos desenvolvem a consciência”, ou seja, dão significados e sentidos às suas diferentes ações, e compartilham conhecimento, como uma realização social.

Ao se tornar uma atividade consciente, o trabalho coletivo:

[...] possibilita uma sintonia entre o individual e social de maneira que cada sujeito faça sua parte com a visão do todo, promovendo sentido tanto à atividade subjetiva quanto objetiva do grupo. (ASBAHR, 2005, p. 110).

Isso quer dizer que esta prática não exclui a dimensão individual de cada indivíduo constituinte do grupo. Pelo contrário, leva em consideração as leituras que cada um faz da realidade que o cerca, do mundo que deseja, dos sujeitos a sua volta, do trabalho que desenvolve, do significado da educação, vendo-os como elementos individuais necessários para o desenvolvimento coletivo.

A relação de um com outro resulta na busca de soluções compartilhadas para resolução dos problemas encontrados, visando um objetivo em comum (SINGER, 2005). Assim, não há como negar que as atividades coletivas podem oferecer mais vantagens para as aprendizagens e o desenvolvimento, do que aquelas individualizadas.

Freire (2000), ao fazer uma retrospectiva da vida escolar dos educandos da EJA, verifica que o processo de aprendizagem propiciado pela escola fica aquém do atendimento ao sujeito em sua formação humana.

Para Versari (2007, p. 2), “o processo de humanização do sujeito ocorre à medida que o homem apropria-se da cultura historicamente constituída”. O termo cultura, por sua vez, “comporta a idéia de coletividade, cujos conhecimentos e valores culturais são construídos e repassados aos indivíduos de forma interativa.” (LARAIA, 2011, p. 33).

Nesse sentido, entendemos que os processos pedagógicos se constituem como um elemento da cultura. Então, para que a EJA alcance o objetivo de formação humana, é necessário valorizar as identidades socioculturais dos educando durante a construção do conhecimento, refletindo acerca do seu universo da aprendizagem.

A dimensão do trabalho coletivo vinculada ao processo educativo pode nos levar a compreendê-lo como processo a partir do qual os conhecimentos são construídos através da ajuda mútua, princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade, onde os saberes dos membros do grupo são valorizados e reconstruídos na riqueza da diversidade ofertada pela coletividade (SINGER, 2005).

Sem dúvida, essa relação social coletivista, democrática e igualitária, proporcionada pelo trabalho coletivo é o primeiro passo para construção de uma nova sociedade. “Combinar adequadamente diferenças individuais e igualdade de direitos e deveres é uma das principais características de uma cultura mais solidária.” (SINGER, 2005, p.16). E é também um dos principais desafios da formação humana, o que vem de encontro à necessidade da Educação de Jovens e Adultos nos Brasil.

Por se tratar de um público diversificado, mas com um objetivo em comum encontrar subsídios motivadores para superar os entraves que permeiam o fracasso escolar já ocorrido anteriormente, na Educação de Jovens e Adultos há uma expectativa de que a educação vá além que adequar os jovens e adultos às necessidades do mercado, que abra caminhos para descobrir outros mercados, outras relações sociais, cuja racionalidade seja baseada numa cultura solidária, onde haja respeito e valorização da diversidade cultural.

Ao se utilizar do trabalho coletivo, a prática pedagógica encontra nele um excelente espaço de aprendizagem, permitindo identificar suas forças, fraquezas, dúvidas e necessidades de reconstrução, socialização de conhecimentos, formação de identidade grupal e transformação das suas práticas pedagógicas (DAMIANI, 2008).

Portanto, o caráter formativo estabelecido pela relação entre o trabalho e a educação busca desenvolver as diferentes potencialidades dos indivíduos, a partir ações coletivas do compartilhamento e valorização de conhecimentos, principalmente culturais.

Por esta razão, essa prática educacional se mostra efetiva na Educação de Jovens e Adultos, pois ela não apenas questiona a lógica excludente do mercado capitalista, mas principalmente, considera os educandos como sujeitos que trazem experiências de vida e conhecimentos acumulados, fazedores de História, capazes de intervir na realidade, cultivando uma educação de cooperação e solidariedade, elementos fundamentais para condição humana e para construção de uma cultura mais solidária.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, a educação de jovens e adultos vem tendo maior atenção da política educacional do país, que passou a se preocupar com o acesso daqueles que por algum motivo não tiveram a oportunidade de usufruir de um dos direitos fundamentais do homem, a educação.

Nem sempre essa modalidade de ensino foi um ponto importante para o Estado. No começo era uma educação feita pelos próprios adultos, que viam a educação como essencial. Situação que foi se modificando com a valorização da alfabetização, que foi exigida pelo mercado de trabalho, e, então, a educação de adultos passou a ter uma importância econômica.

Mas nem por isso o ensino foi praticado de um modo adequado, uma vez que o ensino não era capaz de formar um indivíduo político e crítico. Fato que começa a ser modificado com a definição das atuais funções da educação de jovens e adultos, que demonstram a necessidade de formar um indivíduo de uma forma ampla.

O indivíduo que ingressa na EJA tem nela a esperança de uma condição melhor de vida. Para tanto, o ensino oferecido deve respeitar a pluralidade cultural trazida por seus sujeitos, preparando-os tanto para os desafios profissionais, quanto aos sociais.

Para que isso ocorra, as práticas pedagógicas devem se preocupar em transmitir o conhecimento técnico, e também oferecer uma formação integral, rompendo com as práticas tradicionais, e buscando formas de envolver o aluno, para que ele seja parte do processo educacional.

Na tentativa de solucionar essas indagações acerca da Educação de Jovens e Adultos e suas práticas pedagógicas, o presente estudo apresenta o trabalho coletivo como prática pedagógica, que se constrói paulatinamente, a partir das necessidades dos educandos, fundamentada pela cooperação e pela solidariedade, capaz de desenvolver um projeto de educação calçado numa prática educativa democrática e cidadã, que se constitua significativa no processo de formação dos mesmos.

Diante disso, acreditamos que o trabalho coletivo enquanto prática pedagógica seja a melhor alternativa para efetivação da aprendizagem do educando da EJA, excluído pela sociedade, uma vez que o trabalho coletivo na educação

constitui-se de ações de colaboração, cooperação, igualdade e solidariedade, que articula diferentes saberes. Trata-se de um trabalho em comum, de aquisição, construção e reconstrução do conhecimento, para suprir as necessidades dos sujeitos e das relações que envolvem o ensino, mostrando-se uma prática educativa coletiva, que não só facilita o processo de aprendizagem, ou seja, a produção de novos conhecimentos, mas, principalmente, estimula valores fundamentais para uma formação humana mais solidária.

Contudo, tendo em vista a complexidade dessa problemática, o presente estudo não aprofundou suficiente, atendo-se mais a apresentar o trabalho coletivo como ferramenta adequada para o desenvolvimento da aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos. Assim, sugerimos a realização de um novo estudo, com aprofundamento em outros aspectos que são igualmente constitutivos de um trabalho coletivo, e por sua vez, conduzem à construção de uma sociedade mais solidária.

■ 6 REFERÊNCIAS

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, n. 029, p. 108 – 118, maio-ago. 2005.

BACHELARD, Gaston. Conhecimento comum e conhecimento científico. **Tempo Brasileiro**, São Paulo, 1972.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos**. Brasília, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**. Volume 1. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2000.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006.

BORGES, C. Colaboração docente e reforma dos programas escolares no Quebec. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 44, p.229-255, dez. 2006.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, Curitiba, UFPR, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em: <http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/unb/theme/coord_ped/pix/f/pdf.gif> Acesso em: 07 maio 2015.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. Paulo. Prefácio. In: GADOTTI; ROMÃO (orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, Moacir. Educar para a cooperação. In: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

LIBÂNEO, J. C. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, J. C; SANTOS, A. (Orgs.). **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade**. Campinas: Alínea, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.3.

MEYER, C. **Educar para a diversidade e cidadania**. Construindo a Educação. São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Marta K. **Educação como Exercício de Diversidade: Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED 2007, p. 61-83.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portello (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005.

PIMENTA, S. G. Questões sobre a organização do trabalho na escola. **Ideias**, São Paulo, v. 16, 1993.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação para jovens e adultos:** ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente:** elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TIRIBA, Lia. **Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

VERSARI, Z. C. **O pedagogo e o trabalho coletivo na escola:** uma articulação necessária. 2007 b. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1033-4.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

VICENTINI, A.A.F. **O trabalho coletivo docente:** contribuições para o desenvolvimento profissional dos professores. 2006. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas. 2006.

COMUNIDADE DA TENDA: A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO EM EJA E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO SOLIDÁRIO

JANIRA DAS NEVES REIS¹

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA²

Resumo: O objetivo desta pesquisa, realizada junto aos estudantes da EJA da Comunidade da Tenda, é debater sobre a importância da volta à sala de aula, uma vez que a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso ou que não concluíram os estudos no ensino fundamental ou médio na idade apropriada. A pesquisa utilizou questionário, que foi aplicado aos alunos da EJA que moram no campo e sobrevivem da agricultura familiar, que hoje faz parte do contexto social da Escola Estadual Ponce de Arruda, sala anexa na Comunidade da Tenda. A pesquisa apontou que os homens estão envolvidos nas atividades da terra e as mulheres e jovens desenvolvem outras atividades. Percebeu-se que os alunos da EJA têm traços de vidas, origens, idades e ritmos de aprendizagens diferentes, mas a maioria são agricultores. Também se concluiu que os mesmos dão muito importância a sua escolarização, sobretudo, levando em conta o trabalho que na Aldeia (Acorizal) desenvolvem.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Economia solidária. Comunidade.

1 Cursista do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária (UFMT).

2 Docente da UFMT. Doutora e pós-doutora em Educação.

■ 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, em convênio com a Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso, ofertou o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* Eja e Economia Solidária. A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso ou não de concluírem os estudos no ensino fundamental ou médio na idade apropriada.

É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos. Na concepção de EJA, há um sentido de não se limitar apenas à escolaridade, mas também a educação como direito humano fundamental para a contribuição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

Por meio da realização deste curso de Economia Solidária foi possível realizar uma pesquisa com os estudantes da EJA da Escola Estadual Ponce de Arruda, Sala Anexa, na Comunidade da Tenda, para identificar suas impressões sobre seu processo de escolarização e como o mesmo se integra na relação de trabalho que desenvolvem.

Por meio da pesquisa *in loco* foi possível conhecer melhor a realidade dos estudantes quanto ao seu meio de sobrevivência e relações afetivas com a comunidade. Identificamos que são pessoas simples que realizam o trabalho com a agricultura familiar, em solidariedade com a família e pessoas da comunidade.

A prática de economia solidária é um jeito diferente de vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, e essa economia é uma importante parcela para a população que se vê excluída.

Assim sendo, a economia solidária teve um papel significativo no processo de centralidade na construção de novas relações, no plano econômico, social, além de impulsionar a procura pela escola dos envolvidos.

Dessa forma, este texto trata da necessidade do associativismo para a melhoria das condições de trabalho e renda, bem como busca entender como isso se relaciona à escolarização dos trabalhadores.

Neste contexto, evidencia alguns aspectos da prática em economia solidária, do associativismo e do trabalho para o empreendimento, considerando a realidade da citada comunidade, que se situa no município de Acorizal, localizado a 70 km da capital Cuiabá-MT.

Um dos desafios para alguns desses sujeitos da EJA é o retorno à sala de aula, com o objetivo de adquirir o conhecimento e aprendizagem da leitura e escrita, de modo que favoreça seu modo de trabalho.

■ 2 A COMUNIDADE PESQUISADA: NOÇÕES GERAIS DE TRABALHO E DE ESCOLA

A Comunidade Tenda, situada no município de Acorizal-MT, possui aproximadamente duzentos habitantes, sendo que a economia predominante entre os moradores se refere à agricultura familiar.

A pesquisa sobre a economia solidária foi desenvolvida *in loco* nessa comunidade e mostra que a solidariedade só pode ser realizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar e consumir.

Segundo Souza (1993), é fundamental colocar o desenvolvimento humano no centro de qualquer tipo de desenvolvimento e particularmente do chamado desenvolvimento econômico. Para o autor, não existe o econômico sem o social, o social e fundante, determinante o econômico e derivado resultado subordinado.

Observou-se que os produtos cultivados no campo, como, por exemplo, a plantação de mandioca era transportada em pequenas conduções pelos agricultores até o local de manejo. As etapas de produção observadas nessa lida envolvem: lavagens descasque, ralo, prensa, e, por ultimo, forno.

Alguns desses sujeitos envolvidos nessas atividades são os alunos da EJA, aqui contemplados. Percebeu-se que os alunos têm traços de vida, origens, vivências profissionais e ritmos de aprendizagens diferentes entre si. São pessoas que vivem no mundo do trabalho informal, sendo trabalhadores proletariados, donas de casa, jovens e idosos. Ficou constatado que os alunos da EJA são oriundos, principalmente, da agricultura familiar.

Esses dados foram levantados por meio de um levantamento juntos aos documentos de matriculas dos trabalhadores-estudantes na secretaria da Escola Estadual Ponce de Arruda que atende a modalidade de Educação de jovens e adultos (EJA). Para esclarecer esses dados também foi levada em consideração a vivência como educadora dessa modalidade de ensino.

Esses sujeitos possuem ligações intrínsecas com a economia solidária, devido ao sistema de produção nos trabalhos desenvolvidos nas produções de farinha, desde a plantação até o produto final, onde é encaminhado à farinheira.

O termo “farinheira” refere-se ao local onde a comunidade transforma a matéria prima em farinha de mandioca, sempre em regime de mutirão, sendo essa cultivada sobre o princípio de coletividade. Os laços de solidariedade são visíveis na relação entre as famílias no processo da fabricação da farinha de mandioca e derivados, além das plantações de ramas e cultivo da cana de açúcar para a fabricação de rapadura e outros derivados.

Por meio dessa pesquisa foi possível observar o quanto a economia solidária tem um papel expressivo na geração de renda e emprego no município de Acorizal.

O referido modo de trabalhar reforça a ideia de que cada um é seu “patrão”, não necessitando receber ordens. Esse é o depoimento de dona Helena de Arruda, aluna de EJA e agricultora na comunidade da Tenda, que sorri no momento em que assim se expressa.

A esse propósito, encontramos a afirmação de Singer (2002, p. 9): “A economia capital é o direito à liberdade solidária, é outro modo de produção, cujo princípio básico é a propriedade coletiva ou individual.”

Quanto ao diálogo entre relação EJA e economia solidária os estudos apontam que se trata de uma forma de interação que resiste ao capitalismo. Então, o ensino aprendido que integra esses campos de conhecimento veio ao encontro das necessidades da apropriação da leitura e da escrita, fator essencial para o desenvolvimento de uma autogestão.

Para muitos autores, essa forma de convivência e produção é uma forma de promover a existência e a vida (TIRIBA, 1998; SINGER, 2005; KRUPPA, 2005).

Para esses moradores, em sentido comum, parece simples a questão de se associarem na comunidade, devido a serem moradores antigos na região. Eles vivem nas próprias terras, deixadas muitas vezes por herança de familiares.

Quanto à comunidade escolar, eles veem como um espaço de socialização, em que discutem diversos assuntos. Para alguns, o aprendizado é, pois, é um meio de travar uma luta contra o analfabetismo. Eles parecem saber que ad-

quirir o formal escolar, superar o analfabetismo vem a ser superar uma condição social de exclusão.

É importante ressaltar que foi notório o retorno de alguns desses sujeitos para a sala de aula, influenciados pela valorização dos seus produtos desenvolvidos em comunidade.

O aprendizado tornou-se significativo nessa construção, de prática de uma autogestão. Uma das experiências comprovadas desta nova forma de trabalho foi o clube de troca, onde alguns desses agricultores colocaram em prática procedimentos solidários. O clube de troca funciona da seguinte maneira: os agricultores levam seus produtos e lá trocam entre si por produtos que outros que necessitam. Pode-se perceber que não existe apenas troca de produtos, mas relatos das experiências de trabalho, como o manejo com a terra.

Assim, as mãos que mexem a terra entram em sincronia com lápis e caderno e os clubes de troca contribuem para que esse circuito se efetive, de algum modo contagiando um e outro.

Sobre isso, Tiriba (2008, p.48) descreve que a educação pode acontecer em outros espaços e não somente nas escolas. Trata-se de uma cultura proveniente do trabalho, tendo como princípio educativo, de modo que se criam laços capazes de produzir o que educa a si mesmo e aos outros.

Segundo Singer (2002) e Euclides Mance (1999), a economia solidária é uma forma de combater a desigualdades sociais e econômicas e a escola têm papel importante no contexto de empoderamento das pessoas, na valorização do associativismo como ferramenta de avanço sobre o capitalismo. A comercialização desses produtos, na maioria das vezes, acontece nas informações passadas e repassadas, quase sempre no diálogo bem informal (boca a boca), diretamente nas portas das residências e nos dias de feiras que acontecem no município de Acorizal e em municípios vizinhos, como Rosário Oeste e Jangada - MT.

Superar a ideia de que a escola só vale pelo que é capaz de informar é o desafio de uma concepção de EJA que tem o sujeito no centro da política educacional.

A EJA tem sido apontada como a modalidade de ensino que congrega um fazer pautado nas atividades e na expressão de valores culturais e sociais que os estudantes buscam, para além do conhecimento informativo. Não é raro perceber o quanto o estudante de EJA considera a sua escola “diferente”, exatamente

porque nela pode exercitar valores sociais, éticos, vivenciar a experiências de vida, de trabalho, reavivar seus afetos e a amorosidade, sempre destacados por Paulo Freire.

■ 3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO PARA A TURMA DE EJA

Esta pesquisa escolheu uma turma de EJA da Escola Estadual Ponce de Arruda para maior conhecimento da sua realidade, principalmente no que se refere ao seu processo de escolarização.

Um questionário foi aplicado à turma de alunos (as).

As questões abaixo relacionadas constavam no questionário que foi respondido, conforme a narrativa que segue.

1- **O que levou a motivação de estar na turma de EJA?**

Ter conhecimento da leitura e escrita, fator essencial para o ser humano para o resgate da identidade e melhoria na lida com o trabalho.

2- **Quando criança você teve oportunidade de ir à escola?**

Para uns, iniciaram os estudos, mas não concluíram por responsabilidade próprias e outros o direito de estudar foi negados quando criança, devido à falta de acesso à escola, além de necessidade de trabalho e falta de recursos financeiros.

3- **O que mudariam na sua vida voltando à escola para estudar?**

A visão de mundo, no que se relaciona à política, à sociedade e a relação com o trabalho.

4- **Como é o seu envolvimento com a as pessoas da família e com a comunidade?**

Na última questão perguntada aos estudantes da EJA, segundo eles, o citado envolvimento é muito bom. Quanto à comunidade, existe uma parceria de amizade e interação nos trabalhos.

■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostram que o estudo tem importância na vida de cada um deles. Seus depoimentos revelam que somente o conhecimento poderá intervir na sua realidade, contribuindo para transformar o trabalho duro e braçal em pequena indústria para a fabricação da farinha e de outros derivados da mandioca.

Afirmaram que suas oportunidades foram negadas diante da situação de luta pelo pão de cada dia, onde todos precisavam se debruçar sobre o trabalho. Com o retorno à escola, foi retirada as vendas dos seus olhos, podendo enxergar a diversidade social, econômica e política do seu país, estado e município. Mostraram que a união faz a força, que o trabalho solidário faz parte do homem do campo, que não vive isolado.

A partir dos estudos e da pesquisa realizada foi possível concluir que existe a sociabilidade entre os integrantes da “farinheira”. Isso se expressa pela aproximação interpessoal e a motivação para dar continuidade nesses empreendimentos, o da educação e o do trabalho solidário.

O conceito do associativismo o qual lhes foi apresentado em situação de aula veio ao encontro do conhecimento do trabalho, fortalecendo, assim, a cadeia produtiva da comunidade, sem deixar de lado suas opiniões.

■ 5 REFERÊNCIAS

MANCE, Euclides André. **A revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós- capitalista à globalização atual.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária.** Perseu Abramo. Economia Nacional, 2002.

_____. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Inep, 2005, p.13-20.

SOUZA, Herbert. **Acervo IBASE memória.** Novembro de 1993.

TIRIBA, LIA. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção:** questões de pesquisa. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/.../9566>. Acesso em: 09 set. 2015

JOVENS E ADULTOS SUJEITOS DE CONHECIMENTO E SINGULARIDADES: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PERFIL DO ESTUDANTE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CEJA ANTONIO CASAGRANDE

JOÃO PAULO DA SILVA¹

“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.”

Paulo Freire

Resumo: Este artigo propõe reflexões sobre o perfil do educando da Educação de Jovens e Adultos-EJA do Centro de Educação de Jovens e Adultos-CEJA Antonio Casagrande, na perspectiva de identificar quem são, onde estão e suas expectativas no sentido de ampliar seus conhecimentos. Os estudantes da EJA constroem ao longo de sua vida um leque de saberes necessário a sua sobrevivência, desta forma, cabe à escola potencializar, através da educação acadêmica, seus conhecimentos, proporcionando assim maior qualidade de vida a este sujeito (OCs da EJA). Por meio de uma pesquisa realizada com 285 estudantes do CEJA Antonio Casagrande, situado no município de Tangará da Serra-MT, identificou-se algumas especificidades destes sujeitos de conhecimentos.

Palavras-chave: Sujeito da EJA. CEJA Antonio Casagrande. Conteúdo. Significativo. Conhecimento. Perfil.

¹ Graduado em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Professor do CEJA Antonio Casagrande no município de Tangará da Serra-MT. E-mail: jpsilvaga@gmail.com.

■ 1 INTRODUÇÃO

O tema educação de pessoas jovens e adultas não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade cultural. Isto é, apesar do corte por idade (jovens e adultos são, basicamente, “não crianças”), esse território da educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea.

O desafio deste artigo está em descrever, com base em pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo, as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos-EJA, tanto nos aspectos econômicos e sociais, quanto nos culturais. O público desta modalidade de ensino trás consigo conhecimentos e saberes adquiridos através de experiências vividas, como: no trabalho, na família, na igreja, enfim, conhecimento construído e reconstruído em toda sua convivência no meio social e cultural que percorreu em sua trajetória de vida.

A modalidade de EJA é organizada nas três principais funções, a saber: reparadora, equalizadora e qualificadora.

A função reparadora se refere à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis através da restauração de um direito que lhes foi negado – o direito a uma educação de qualidade, bem como o reconhecimento da igualdade ontológica² de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante.

Equalizadora relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços das estéticas e nos canais de participação.

Qualificadora significa propiciar a garantia da construção do conhecimento básico e técnico para a vida, tanto nos aspectos pessoais quanto profissionais. (BRASIL, 2000)

Compreender a educação como um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal no caminho possível para formar pessoas e superar as desigualdades e a exclusão é um desafio aos educandos e educadores da EJA.

2 Processo de formação humana, como o contínuo movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história (SAVIANI, 2010).

Assim, a Educação de Jovens e Adultos representa uma dívida social não reparada para com os cidadãos que não tiveram acesso, em idade própria. “Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.” (BRASIL, 2000).

Nessa perspectiva, a EJA configura-se como campo possível de inclusão dos brasileiros com baixa ou nenhuma escolarização formal, constituindo em um caminho para superação das desigualdades sociais e da exclusão das pessoas que não puderam iniciar ou concluir os estudos na educação básica na idade escolar.

Em razão das especificidades da EJA, esta modalidade de ensino requer que os educadores desenvolvam, com base em diagnóstico dos educandos, uma metodologia flexível e específica, com currículo contextualizado e significativo, viabilizando assim a construção e o emprego de metodologias adequadas.

Portanto, esse processo deve ser considerado como um momento significativo de reconstrução das experiências de vida articuladas com os saberes escolares, numa concepção de educação continuada ao longo e para a vida, cumprindo, simultaneamente as funções reparadora, equalizadora e qualificadora.

A fim de conceber a educação e seu campo de atuação, não obstante, os expressivos avanços registrados na educação brasileira nos últimos anos, é importante salientar que o país ainda tem grandes desafios a enfrentar no que se refere ao atendimento da modalidade EJA. São acentuadas desigualdades regionais, onde os piores índices de analfabetismo se encontram no Nordeste e Norte.

A demanda por alfabetização compreende cerca de 14,5 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos. Segundo levantamento do Censo 2010, o Brasil terá de dobrar o ritmo de queda do analfabetismo para conseguir cumprir a meta assumida perante a ONU – correspondente à taxa de 6,7% até 2015.

■ 2 A EDUCAÇÃO NECESSÁRIA AO SUJEITO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

É na perspectiva de uma formação capaz de contemplar os direitos civis, políticos e sociais do cidadão pleno que nascem os CEJAS Centro de Educação de Jovens e Adultos. Os mesmos propõem-se a capacitar integralmente jovens

e adultos para o mundo e o mercado do trabalho em articulação com os conteúdos básicos com a Economia Solidária³.

Neste sentido, se faz importante destacar que a Educação de Jovens e Adultos se constitui parte do processo formativo de homens e mulheres Brasil afora, uma vez que o processo educativo humano deve acontecer ao longo da vida e não apenas de forma parcelar.

Corroborando com esta ideia, Paulo Freire argumenta que:

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e se refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber, de saber que sabem, de saber que não sabem. De saber melhor o que já sabem, de saber que não sabem. A educação tem sentido porque, para serem, mulheres e homens precisam de estar sendo. (FREIRE, 2000,p. 40).

Contudo, temos que ter clareza de que se faz importante no contexto da educação de adultos ultrapassarmos a questão da alfabetização inicial para a alfabetização plena, uma vez que os homens e mulheres pertencentes a esta modalidade de ensino, possuem saberes vastos em diversas áreas do conhecimento, produzidos via educação popular ou informal que se constituem em um

[...] processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas „adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos e aperfeiçoam suas qualificações técnicas ou profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as da sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa

3 Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (TIRIBA, 2007).

sociedade multicultural onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (DECLARAÇÃO DE HAMBURGO, 1997, ARTIGO III).

Assim, se faz necessário que:

[...] para superar e ir além das iniciativas baseadas em alfabetização a curto prazo e campanhas pós alfabetização, através de políticas e programas de longo prazo, intersetoriais e integrais, que promovam ambientes de alfabetização e de aprendizagem sustentados. Sob nenhuma circunstância (por exemplo, em um afã de superar os baixos índices nas estatísticas de alfabetização) os Estados devem comprometer a qualidade e a relevância da aprendizagem. (ICAE, 2009, p. 3).

O desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, em qualquer unidade de ensino, é um grande desafio, e no CEJA Antonio Casagrande não é diferente. A oferta da Educação de Jovens e Adultos consiste em um diferencial, no sentido de promover a inclusão de homens e mulheres, os quais são: adolescente, jovens e adultos, cuja vida é perpassada por diferentes formas de adversidade.

■ 3 O CEJA ANTONIO CASAGRANDE

Para a modalidade EJA foi atribuído, por várias décadas, o estereótipo de aligeiramento dos estudos ou de alfabetização de adultos. Em programas que não priorizam a qualidade da EJA, com o intuito de romper este paradigma do sistema educacional, nascem, a partir de 2008 em Mato Grosso, os CEJAs com uma proposta que possibilita aos sujeitos tempos e espaços flexíveis, com oferta diferenciada que compreenda a educação formal e informal integrada ao mundo do trabalho e para a vida.

Assim, é necessário que o processo de ensino-aprendizagem na EJA seja coerente com o seu papel na socialização dos sujeitos, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica voltada à formação humana, agregando elementos e valores que os levam à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural e o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um

processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça.

No ano letivo de 2009, inicia a oferta na modalidade EJA nos três turnos, e através do Decreto nº 1989, publicado em 10 de junho de 2009, com a nova nomeação de CEJA Antonio Casagrande. A escola atendia esta modalidade de ensino no período noturno já há alguns anos, o que possibilitou a criação do Centro.

A proposta metodológica desenvolvida no CEJA Antonio Casagrande é representada pela Mandala, a seguir apresentada (Figura 1), que tem como identidade “QUALIDADE DE VIDA” e como fenômenos: *Trabalho, Meio Ambiente, Educação e Saúde e Diversidade Cultural*, em que é trabalhada a interdisciplinaridade nas Áreas de Conhecimento Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e Linguagem. Assim, procura atender as Orientações Curriculares da EJA e aos critérios de sua criação, que sinteticamente é a construção da identidade para a oferta de EJA em Mato Grosso de forma que atenda com qualidade a modalidade.



Figura 01: Mandala. PPP do CEJA Antonio Casagrande, 2014.

Diante do processo ensino-aprendizagem proposto para o público de EJA, deve-se buscar o trabalho coletivo, observando, discutindo e planejando, vencendo as dificuldades, expectativas e necessidades, requerendo momentos individuais e coletivos para atingir os objetivos desejados.

É assim que as áreas se entrelaçam em um só caminho e o professor, educador, tendo sempre em mente de que o seu papel é o de agente de transformação social, de ser mediador e também reconhecer e valorizar a diversidade dos saberes dos educandos.

Desta forma, é utilizada a metodologia da problematização com o Método do Arco de Charles Maguerez, (*adup.* MATO GROSSO, 2014) representado através do esquema seguinte:



Figura 02: Método do Arco. PPP do CEJA Antonio Casagrande, 2014.

Partindo da realidade, referenciada por um tema, texto ou situação, o primeiro momento é da observação da realidade e de construção de um problema. O segundo, mediante levantamento dos problemas, identificam-se vários pontos chave.

Partindo daí, prioriza-se o de maior importância e necessidade. Na teorização, o papel do professor é muito importante, pois além de estimular os estudantes a participar ativamente, dá condições através do conhecimento científico (leitura, vídeos, revistas, palestras e outros), que os mesmos construam seus próprios conceitos a respeito do ponto chave determinado. Confrontada a realidade com a teorização, o estudante, naturalmente, move-se a quarta fase, a de formulação de hipóteses para o problema em estudo. Neste momento, os educandos elaboram as possíveis soluções para os problemas, ou seja, usam a realidade para aprender com ela, ao mesmo tempo em que se prepara para transformá-la.

Na última etapa, o estudante pratica e fixa as soluções que o grupo identificou como mais viáveis e aplicáveis. Aprende a generalizar o aprendido para utilização em situações diferentes e discriminar em quais circunstâncias não é possível ou conveniente a aplicação, sabendo qual escolher.

■ 4 ESPECIFICIDADES DOS SUJEITOS DO CEJA ANTONIO CASAGRANDE

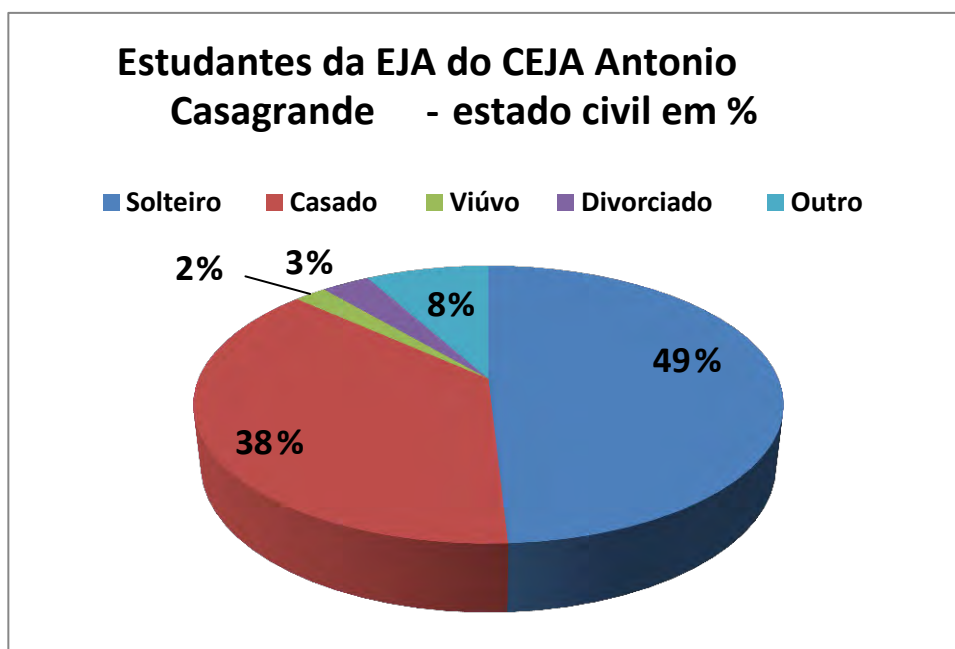
Por meio de uma pesquisa realizada com 285 estudantes do CEJA Antonio Casagrande buscou-se identificar o perfil e as especificidades dos sujeitos da EJA neste Centro de ensino.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário, elaborado pela equipe gestora, aplicado nos três períodos, que fundamentou a elaboração do diagnóstico do Projeto Político Pedagógico - PPP - da unidade escolar. As informações desta amostra de educandos proporcionarão uma análise e possibilidade de construir hipóteses do perfil dos sujeitos da EJA nesta escola.

Entre os estudantes pesquisados, constatou-se que a maioria é composta de mulheres, correspondendo 58% (cinquenta e oito por cento) do total de estudantes.

Observa-se também que apenas 132 estudantes têm filhos, e entre estes, aproximadamente 4% têm mais de quatro filhos, sendo que somente um educando tem seis filhos.

Em relação à vivência conjugal, dos 285 alunos, 140 são solteiros e 107 casados, sendo a maior parte, 39%, compreendida na faixa etária de 18 a 25 ano, e com o universo pesquisado variando de 15 a 62 anos de idade.



Observa-se que em relação à religião 54% dos estudantes são católicos e 32% evangélico, e que apenas 132 estudantes têm filhos e entre estes aproximadamente 4% têm mais de quatro filhos e somente um educando tem seis filhos. É o que se mostra no gráfico 2, a seguir apresentado.

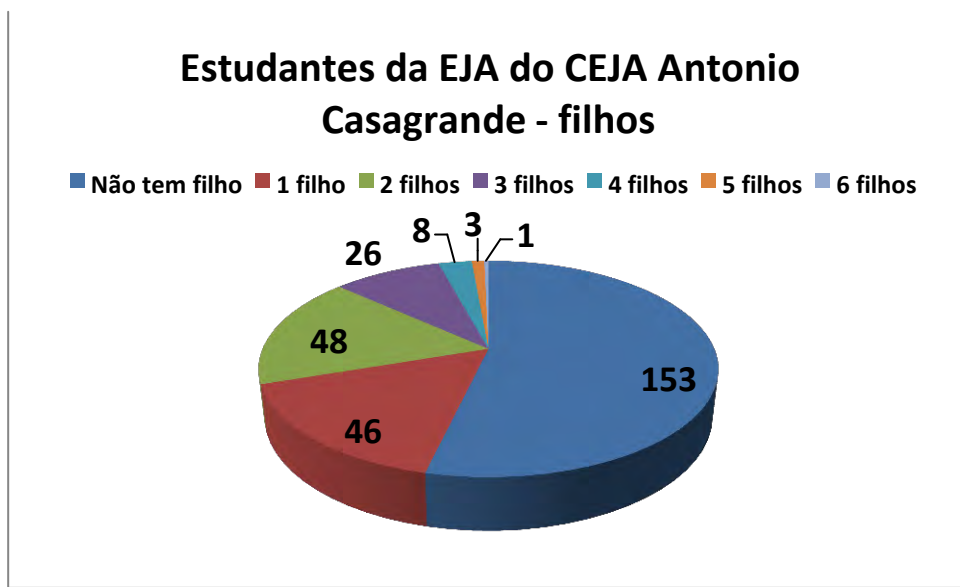


Gráfico 02 – quantidade de filhos.

Quanto à renda familiar dos pesquisados, aproximadamente metade está contido na faixa de 1 a 3 salários mínimos SM. Segundo a SAE Secretaria de Assuntos Estratégicos, estes estudantes estão compreendidos entre as classes de renda: pobre, vulnerável e baixa classe média. Percebe-se que 14% dos alunos estavam com renda familiar até um salário mínimo, o que corresponde as duas subdivisões menores da classe baixa, as quais são: extremamente pobre e pobre. Acima da média classe média, 11% dos pesquisados possuem a renda familiar acima de três salários mínimos. Observou-se uma divergência nos dados coletados com os valores estabelecidos pela SAE nas classes de renda.

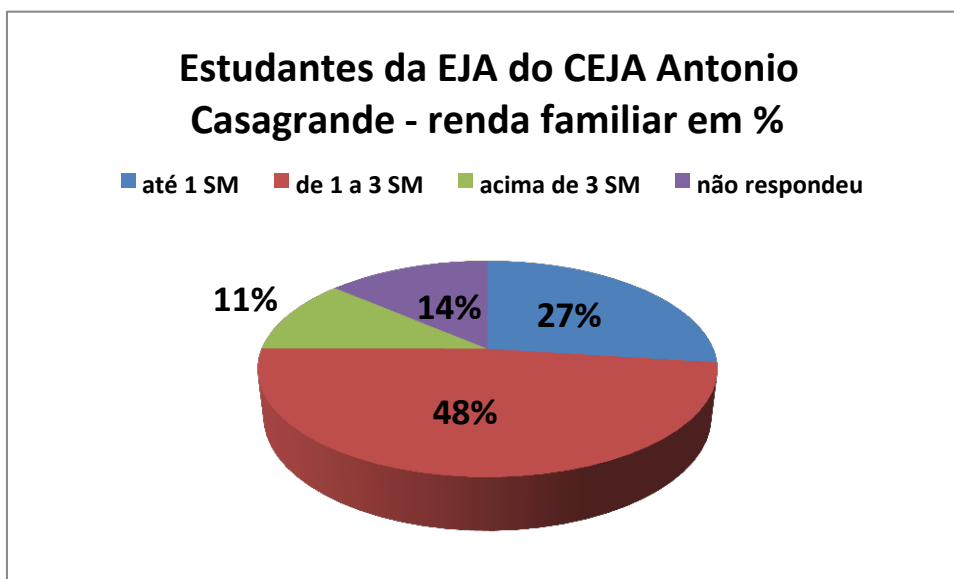


Gráfico 03 – renda familiar.

Os sujeitos da EJA têm o direito a uma educação de qualidade e que atenda as suas especificidades, através de políticas públicas que garantam a entrada, permanência e conclusão dos cursos por eles matriculados.

Conforme mostram os dados anteriores sobre a renda familiar, pode-se entender que a maioria dos estudantes da EJA, ocupa trabalhos subalternos e sem estabilidade de permanência ou promoção de cargos e, muitas vezes, com horários rígidos que impossibilitam o ingresso a cursos de EJA, com mais quatro horas diárias. Neste sentido, a não permanência e a não conclusão destes sujeitos em cursos da EJA "são admitidas como movimentos, que respondem a condições da vida adulta (de que também muitos jovens são presas precoces), já que a escola não é a atividade primeira dessas faixas etárias, mas sim o trabalho, a família, etc." (ORIENTAÇÕES CURRICULARES).

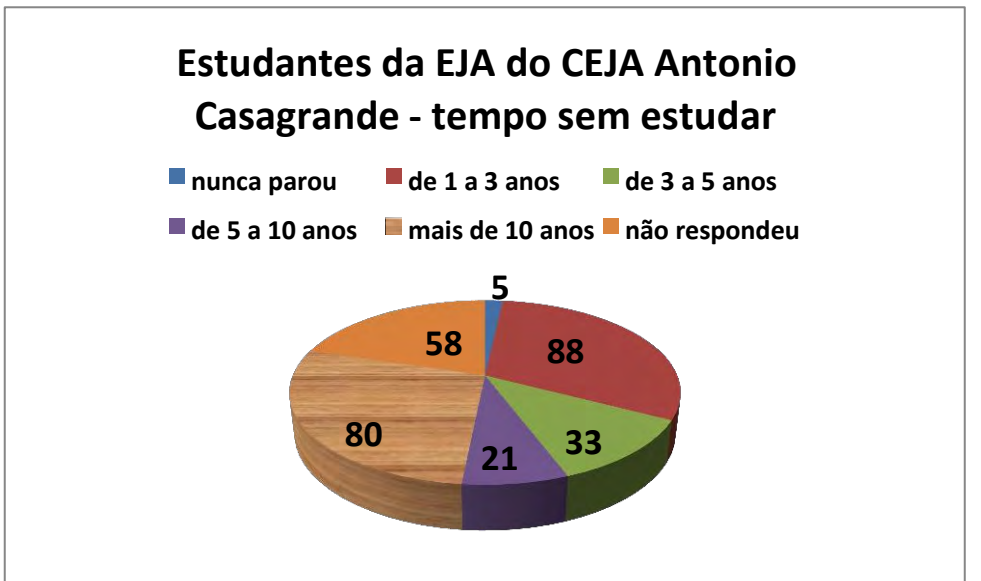


Gráfico 04 – tempo sem estudar.

Diante deste contexto, os indicadores mostram que aproximadamente 50% dos estudantes entrevistados voltaram à escola após três anos ou mais que estavam fora dessa instituição.

Quanto ao motivo de matricular-se no CEJA a opinião da maioria dos estudantes responderam: *aceleração dos estudos*. No questionário, foi identificada a marcação de mais de uma alternativa pelo mesmo respondente, sendo assim, aproximadamente 62% dos estudantes cursam o Ensino Fundamental ou Médio motivados pela conclusão mais rápida da educação básica.

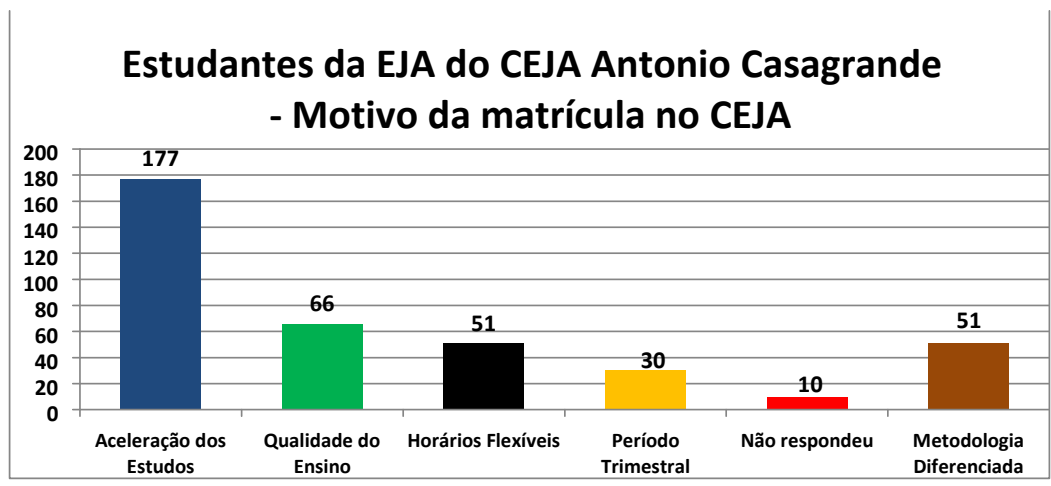


Gráfico 05 –motivo da matrícula.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O adulto, para a educação de jovens e adultos, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo.

Ele é, geralmente, o migrante que chega às cidades proveniente de áreas rurais empobrecidas, adolescentes que passaram por várias retenções em escolas cicladas ou seriadas, donas de casa que resolveram retomar ou iniciar sua vida escolar, filho de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), ele próprio com uma passagem curta e não sistemática pela escola e trabalhando em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência no trabalho rural na infância e na adolescência, que busca a escola tardiamente para alfabetizar-se ou concluir a educação básica.

E o jovem, relativamente incorporado de forma recente ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa bio psicológica da vida.

Para uma discussão aprofundada da constituição da juventude como conceito nas ciências sociais contemporâneas, como o adulto anteriormente descrito, ele é também um excluído da escola, porém, geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas da escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o Ensino Fundamental ou mesmo o Ensino Médio. É bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer mais relacionadas com a sociedade letrada, escolarizada e urbana.

Refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos, por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de “não-criança”, de excluídos da escola e a de membros de determinados grupos culturais.

Para além dessas características gerais, entretanto, tratar o adulto de forma abstrata, universal, remete a certo estereótipo de adulto, muito provavelmente correspondente ao homem ocidental, urbano, branco, pertencente a camadas

médias da população, com um nível instrucional relativamente elevado e com uma inserção no mundo do trabalho em uma ocupação razoavelmente qualificada. E a compreensão da psicologia do adulto pouco escolarizado, objeto de interesse da área de educação de jovens e adultos, acaba sendo uma contraposição a esse estereótipo.

Embora nos falte uma boa psicologia do adulto e a construção de tal psicologia esteja, necessariamente, fortemente atrelada a fatores culturais, podemos arrolar algumas características desta etapa da vida que distinguiriam, de maneira geral, o adulto da criança e do adolescente.

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente.

Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Com relação à inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto.

Assim, por um lado, podemos arrolar algumas características do funcionamento cognitivo, normalmente associadas aos jovens e adultos a que aqui nos dirigimos, tais como pensamento referido ao contexto da experiência pessoal imediata, dificuldade de operação com categorias abstratas, dificuldade de utilização de estratégias de planejamento e controle da própria atividade cognitiva, pouca utilização de procedimentos meta-cognitivos.

Por outro lado, sabemos que nesse mesmo grupo há pessoas que não apresentam essas características, assim como em outros grupos culturais, com outra história de formação intelectual, há pessoas com essas mesmas características.

A escola voltada à Educação de Jovens e Adultos, portanto, é ao mesmo tempo um local de confronto de culturas (cujo maior efeito é, muitas vezes, uma espécie de “domesticação” dos membros dos grupos pouco ou não escolarizados, no sentido de conformá-los a um padrão dominante de funcionamento intelectual) e, como qualquer situação de interação social, um local de encontro de singularidades.

■ 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação CNE. **Parecer CNE/CEB nº 011**, de 10 de maio de 2000.

_____. Secretaria de Assuntos Estratégica. **Cartilha Vozes da Classe Média**. Disponível em <<http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Cartilha-Vozes-ClasseMedia.pdf>> Acesso em: 18/05/2015.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

ICAE. **Documento de incidência da sociedade civil**. Montevideo: ICAE, 2009.

MATO GROSSO. **Projeto Político Pedagógico PPP do Centro de Educação de Jovens e Adultos CEJA Antonio Casagrande**, 2014.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. CEDES**, vol.27, n..71, p.85-98, abr 2007.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo**. Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. (V, 1997. Hamburgo Alemanha). Brasília, 1999.

JOILDO JOVINO DE OLIVEIRA

Resumo: O presente artigo busca evidenciar a possibilidade do desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos em articulação com a prática da Economia Solidária. Trata-se de um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica e documental. A ideia que se procura fundamentar no decorrer deste artigo é a que a Educação de Jovens e Adultos consiste num mecanismo de ressignificação de vidas. Nesta direção, é na perspectiva de uma educação como um ato político, compromisso ético e experiência estética que o CEJA Rosário Oeste em articulação com os preceitos da Ecosol, tem se esforçado para realizar o processo educativo junto aos Jovens e Adultos, por conceber Educação de Jovens e Adultos como possibilidade viável que se traduzirá numa relação mútua na edificação do conhecimento na perspectiva de “Ser Mais”.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. CEJA Rosário Oeste.

■ 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que tem por objetivo atender um público específico, pessoas defasadas em idade e série, que interromperam os estudos por algum motivo, que inclui jovens, adultos e velhos a partir de 15 anos de idade para o ensino fundamental e 18 anos de idade para o Ensino Médio, sem limite máximo de idade para estudar na modalidade da EJA.

O funcionamento da EJA possui como eixos organizadores: o trabalho como princípio educativo; a educação ao longo da vida; a ampliação das práticas de cidadania; e a Educação Dialógica.

A proposta da EJA está associada à autonomia do estudante e revela a capacidade de organizar sozinho os seus estudos, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas, sem total dependência do professor e administrando eficazmente o seu tempo de dedicação no aprendizado e escolhendo de forma eficiente as fontes de informação disponíveis.

A concepção de mundo de uma pessoa que regressa aos estudos na idade adulta, muitas vezes após anos afastados da escola, ou mesmo daquele adulto que está começando agora sua trajetória escolar, é bem peculiar.

São pessoas que já formaram sua visão de mundo pelas experiências vividas e que têm suas crenças e valores já constituídos. Além disso, os alunos jovens e adultos, ao contrário das demais modalidades de ensino, são tipos humanos diversos, com seus traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos e estruturas de aprendizagem diferenciadas.

Vivem no mundo adulto do trabalho, têm responsabilidades sociais e familiares e formaram seus valores éticos e morais a partir da experiência e do ambiente da realidade cultural em que estão inseridos. Neste contexto, o professor da EJA deve estar preparado para lidar e agrupar essas diversas experiências trazidas pelo educando e usá-las a seu favor e transformá-las em conhecimento significativo para o educando no processo de ensino aprendizagem.

Por isso, a identidade do aluno da EJA apresenta uma diversidade muito grande porque são alunos(as) trabalhadores e trabalhadoras, na sua grande maioria, autônomos, desempregados, casados, união estável, solteiros e, principalmente, mães solteiras, sem tempo para estudar e com autoestima baixa.

Ao chegarem à escola, deparam-se com diferentes culturas, etnias, religiões e crenças, o que, às vezes, faz com que não consigam socializar-se e continuar os estudos, ou seja, esses alunos são diferentes entre si, tanto que diz respeito aos seus ciclos de vida. São alunos que têm uma cultura própria. Contamos com nossas ações pedagógicas para mediar esses conflitos existentes entre eles, sensibilizando-nos sob o fato que o estudo vai proporcionar um leque de oportunidades para o crescimento intelectual e profissional de cada um deles.

■ 2 O CEJA ROSÁRIO OESTE – MT

O Centro de Educação de Jovens e Adultos “25 de Junho” é mantido pela Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso, através da Secretária de Estado de Educação MT. Oferece curso na modalidade Educação de Jovens e Adultos nas modalidades – 1ª / 2ª ano do I e II segmento, e Ensino Médio, por Área do Conhecimento.

O atendimento aos discentes é realizado nos períodos matutino, vespertino e noturno. O Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA tem a finalidade de constituir identidade própria para a modalidade EJA e oferece formas diferenciadas de atendimento que compreende a Educação Formal e Informal integrada ao mundo do trabalho ao longo da vida e a necessidade de reconhecer as especificidades dos sujeitos da educação de Jovens e Adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos.

O público alvo do CEJA é composto de jovens, adultos e pessoas idosas que se encontram defasados em idade e série, a partir de 15 anos, ou seja, pessoas que por algum motivo não tiveram oportunidade de estudar no tempo certo.

2.1 Ações do CEJA no sentido de fazer com que seu público alvo exercitem a autonomia

A ação pedagógica refere-se à implementação ou reorganização do currículo da Eja, visando incluir a Economia Solidária (ECOSOL) como parte integrante da OC, pois a mesma é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Para aplicar na prática o trabalho como princípio educativo o procedimento ou o caminho mais adequado seria a implantação da Ecosol na OC/EJA, além de outras metodologias, como:

- Reorganização do tempo;
- Uso de variadas linguagens;
- Currículo contextualizado;
- Articulação com empresas;
- Atendimento aos filhos;
- Atendimento individual;
- Acolhimento e merenda.

É urgente a presença de educadores criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes, que lutem lado a lado pela causa dos educandos a partir do conhecimento das condições de vida do analfabeto, como o salário, o emprego, a moradia, suas histórias, suas lutas, organização, conhecimento, habilidades. Só assim podemos falar realmente de “saber ensinando”, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, aprendido pelos educandos.

■ 3 A ARTICULAÇÃO DA ECOSOL E EJA

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar ninguém, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, sem patrão nem empregado, cada um pensando no bem de todos e no seu próprio bem.

A Economia Solidária consiste em uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável global e coletivo. Também é entendida como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda (SINGER, 2000).

Segundo Singer (2000), a economia solidária surgiu como movimento social na Inglaterra, durante o século XIX, como forma de resistência - por parte da população socialmente excluída - ao crescimento desenfreado do capitalismo industrial.

No Brasil, o movimento só ganhou força no final do século passado, mas tem crescido consideravelmente nos últimos anos e já faz do país uma referên-

cia internacional no assunto. Segundo Ana Lúcia Cortegoso, (2008), membro da coordenação colegiada da INCOOP - Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos, as formas de organização solidária possuem um papel importante para a população que tem dificuldade de acesso às condições impostas pelo mercado.

Sempre que o movimento de economia solidária se reúne, fica claro que a intenção é realizar uma transformação social, questionando a forma como a economia está organizada e propondo outra maneira de promover o desenvolvimento, com menos concentração de renda e melhor distribuição da riqueza, esclarece Daniel Tygel, secretário executivo do FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Tygel afirma que, muitas vezes, a motivação para se criar essas organizações solidárias realmente surge como uma estratégia de sobrevivência por parte dos trabalhadores. Mas, depois que se articulam, a iniciativa acaba ganhando uma dimensão organizativa mais ampla e um aspecto de movimento social.

Como discente do Curso de Especialização referente a EJA Economia Solidária, passei a gostar da ECOSOL quando conheci os conceitos e os seus dez princípios que a regem.

Minha percepção é a de que a Economia Solidária será uma aproximação da Educação de Jovens Adultos que tem uma possibilidade de amenizar uma dos principais problemas da EJA que é a evasão.

Segundo Tiriba (2007), constituem-se em princípios de Economia Solidária:

1. Autogestão: Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.

2. Democracia: A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.

3. Cooperação: em vez de forçar a competição, convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a "guerra sem tréguas" em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.

4. Centralidade do ser humano: as pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos e de todas.

5. Valorização da diversidade: reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.

6. Emancipação: a economia solidária emancipa, liberta.

7. Valorização do saber local, da cultura do saber local e da tecnologia popular.

8. Valorização da aprendizagem e da formação permanentes.

9. Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.

10. Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocupar com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função com a qualidade de vida, da felicidade, das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável socialmente justo e economicamente dinâmico estimula a criação entre os elos do que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a locação local articulada com a perspectiva mais ampla, nacional ou internacional (TIRIBA, 2007, p.85-98).

A principal importância é que a economia solidária é uma alternativa à exclusão social, promovida pelas chamadas políticas neoliberais/capitalismo. A economia solidária surge como reação “à exclusão social, à penúria, à perda do autorrespeito e da esperança, o que leva alguns a encará-la como compensação às injustiças do capitalismo”.

Isso significa que:

A economia solidária ainda tem muito o que dar, temos que entender a economia solidária ao ensino das crianças e dos jovens,

temos que aprimorar todos os esforços coletivos para que os brasileiros tenham a vida que merecem, tornando o país mais justo, mais igual e democrático. (SINGER, 2000, p 317).

Diante do exposto, tendo em vista que o público da Eja no Ceja Rosário Oeste é praticamente o mesmo público da Ecosol, e se houver esta aproximação entre os conteúdos da Economia Solidária com os conteúdos da Educação de Jovens e Adultos, é possível que Educação e trabalho possam desenvolver juntos as transformações e ou mudanças que a Educação de Jovens e Adultos necessita.

■ 4 PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva do trabalho enquanto princípio educativo, vai ser completada com a implementação de organizações curriculares nas unidades escolares que ofertam tal modalidade, uma vez que para Marx, em uma sociedade genérica, o trabalho possui uma dimensão ontológica, ou seja, individual de criação da vida humana, por ser o trabalho um processo histórico, mediante o qual o homem transforma a natureza e a si mesmo, torna-se humano e aprende através do trabalho, o qual se constitui em uma:

[...] atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal de metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1983, p.153).

Na visão de Gramsci, o trabalho se institui como princípio educativo, por ser práxis que comporta como um de seus fundamentos a integração entre ciência, cultura e trabalho, pois:

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais”

da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. (GRAMSCI, 2001, p.19).

A crença de Gramsci é a de que a escola reflete a mesma divisão do trabalho existente na sociedade capitalista, contudo, acredita o autor que se a escola conseguir integrar ciência, cultura e trabalho na perspectiva de uma escola unitária, a crise da divisão do trabalho intelectual e manual poderá ser amenizada, pois:

A tendência atual é a de abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou de conservar apenas um seu reduzido exemplar, destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em prepara-se para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. (GRAMSCI, 2001, p. 33).

Diante das assertivas de Marx (1983) e de Gramsci (2001), o trabalho como princípio educativo funciona como norteador dos processos de humanização e de atualização histórica do próprio homem, por ser práxis que comporta como um de seus fundamentos, a integração entre ciência, cultura e trabalho, mas ao mesmo tempo, o trabalho na formação histórica do capitalismo impõe limites à emancipação humana. Essa compreensão é possível através de estudos de autores marxistas que trazem a contradição como metodologia de análise.

Portanto, a categoria princípio educativo do trabalho, compreendida no âmbito do capitalismo, determinada pelas bases materiais de produção, nos remete a pensar na sua dupla face: a primeira, contribui para a educação do trabalhador, onde desta forma ele possa reconhecer-se no produto de sua obra, aprendendo a se organizar, reivindicar seus direitos, desmistificar ideologias, dominar conteúdos do trabalho, compreender as relações sociais e a função que nela desempenham; a segunda, o trabalho na formação social do capita-

lismo, ao se instituir como alienação, reforça o sentido da adaptação e impõe limites a emancipação humana.

■ 5 A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA

O direito de aprender por toda a vida contempla o compromisso da EJA com o ensino e a aprendizagem de conteúdos, que assegure a inclusão na aquisição do conhecimento social e historicamente acumulado pela humanidade, mas também com a disposição consciente de que os aprendizados constituem.

A educação e a aprendizagem de adultos têm recebido mais atenção e reconhecimento a partir do conceito de aprendizagem ao longo da vida, que se torna agora o principal paradigma para a teoria e a prática educacional.

No Brasil, o cenário que envolve a EJA reflete questões inerentes ao fracasso escolar, os altos índices de analfabetismo, a reprovação e a evasão, entre outros problemas. Leva-nos também a refletir sobre educação como direito de todas e todos ao longo da vida. Alfabetizar hoje, mais do que nunca, significa ter como suporte uma análise política-crítica da realidade. Desenvolvida continuamente, ela será capaz de configurar a identidade e dar significado à vida. Por isso, alfabetização de jovens e adultos é um compromisso com a aprendizagem crítica e tem como dimensão a educação ao longo da vida.

A alfabetização é um direito humano, uma ferramenta de empoderamento pessoal e um meio para o desenvolvimento social e humano. É um ato de conhecimento, de criação e não de simples memorização. É pela alfabetização que os sujeitos se aproximam da cultura letrada, ela é matriz de consciência, neste sentido, empoderamento é o eixo que une consciência e liberdade, por isso alfabetização é um ato político carregado de experiência existencial, que traz em seu bojo o sonho possível de transformação da realidade social de homens e mulheres.

Conforme assevera Freire, a educação ao longo da vida deve ser entendida como um conjunto de processos de aprendizagem que possibilite aos adultos o desenvolvimento de suas capacidades, o enriquecimento de seus conhecimentos e a melhoria de suas competências técnicas ou profissionais, pois “Estar no mundo implica necessariamente estar com o mundo e com os outros.” (FREIRE, 2002, p.20).

Na especificidade da EJA reafirmamos a necessidade de se pensar a educação ao longo da vida nas dimensões:

- social, que implica em aprender com a experiência dos outros sujeitos, de saber conviver com as diferenças, de contribuir para melhorar a sociedade, enfim, de educarmo-nos para vivermos em grupo com respeito à diversidade.

- pessoal, que nos coloca como um ser que se constrói ao longo da vida, na busca do desenvolvimento da nossa potencialidade, no desafio maravilhoso de crescer, de evoluir mais em todas as áreas, de tornamo-nos pessoas mais livres, de aprender a conviver com as dificuldades, de aprender a conviver com as pessoas, com os animais, com o planeta e com o universo.

- profissional, que se faz na oportunidade de desenvolvimento constante em relação ao trabalho e na lógica de uma qualificação profissional social.

Nesta direção, afirma Gadotti:

No século que findou, dois projetos de sociedade fracassaram relativamente ao processo civilizatório: um porque privilegiou o eu, eliminando o nós; o outro porque privilegiou o nós, desconsiderando o eu. Neste novo século, confrontam-se dois projetos antagônicos de sociedade: um subordina o social ao econômico e ao império do mercado; outro prioriza o social. Faz-se necessário construir um projeto de sociedade onde o ser humano seja resgatado na sua plenitude de eu e nós, com base na prioridade do social sobre o econômico. Para que este novo mundo seja possível, é necessário que toda a humanidade entenda e aceite a educação transformadora como pré-condição. Esta educação tem como pressupostos o princípio de que ninguém ensina nada a ninguém e que todos aprendem em comum, a partir da leitura coletiva do mundo. (GADOTTI, 2006 p 20).

Partindo da ideia de que a educação é inerente à vida humana, portanto, com capacidade para possibilitar a transformação e mudança da sociedade, na mesma medida, entendemos ser ela insuficiente para resolver todas as questões que perpassam a vida humana. Assim, necessário se faz que a educação se faça presente na vida humana desde o seu nascimento até a morte, de forma combinada com as demais experiências da vida, a fim de que a educação possa, em uma perspectiva plena agir como instrumento de seu próprio desenvolvimento.

■ 6 AMPLIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CIDADANIA

A ampliação das práticas de cidadania visa o direito a liberdade e igualdade, as escolhas e os usos sociais do conhecimento, entendendo ser necessário formar o educando para o exercício da cidadania objetiva e crítica. Neste sentido, a EJA requer como investimento central ações educativas com foco na possibilidade de exercício pleno da cidadania e na capacidade de ação social e política dos sujeitos da EJA.

A educação, como pressuposto para o alcance da cidadania, tem como pilares os princípios de liberdade e igualdade, condição essencial para a convivência em sociedade.

Com base nos princípios de igualdade e liberdade, a sociedade deverá oferecer, principalmente através da educação básica, condições igualitárias para que os indivíduos tenham acesso ao exercício de uma cidadania ativa. Na prática, portanto, contrariando este discurso, a escola tem criado artifícios que inviabilizam a universalização de uma educação pública, desarticulando os interesses dos segmentos sociais e culturais tradicionalmente excluídos do conceito e das práticas que implicam a cidadania. O que vemos na maioria de nossas escolas hoje é a manutenção de um ensino fragmentado, formando cérebros passivos, reproduzindo a inconsistência de um discurso muitas vezes dito diferente e atual. E percebemos que o principal instrumento de manutenção desta realidade é o currículo.

Diante do exposto, nossa compreensão é a de que a EJA não deve resumir-se à aquisição do código escolar, mas deve ir mais além. Os sujeitos da prática devem ser compreendidos como sujeitos sociais, ativos e autônomos (FREIRE 1996).

A escola, em uma perspectiva de educação ao longo da vida, surge como instituição responsável pela educação formal dos cidadãos, quando a sociedade assimila a preocupação com o desenvolvimento pleno do ser humano. Permeada de diferentes práticas, concepções e tradições educativas, a escola influencia diretamente na construção da sociedade que temos. Desta forma, o currículo escolar, insere-se como fator relevante tanto para a construção da sociedade, como para o desenvolvimento do ser humano a ele confiado e o sucesso da aprendizagem.

■ 7 EDUCAÇÃO DIALÓGICA

A Educação dialógica articulada à EJA incorpora o ideário Freiriano de educação dialógica, partindo do planejamento das aulas teóricas, oficinas pedagógicas e culturais, objetivando estabelecer diálogos com saberes presentes nas experiências dos educadores nas suas culturas de origem.

Freire chama a atenção para o fato de que se o processo educativo se constrói segundo uma proposta de diálogo, não é fora do diálogo que irá se encontrar o conteúdo desta educação. O educador que simplesmente elabora e organiza o conteúdo do trabalho pedagógico a partir de seu entendimento de mundo, de sua visão de realidade e através disso disserta, deposita ideias suas nos educandos, os quais passam a reproduzir elementos que não fazem parte de seu contexto, e sim do educador, acaba somente perpetuando um ato de imposição ideológica já constante na sociedade.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição, um conjunto de ideias a ser depositado nos educandos, mas a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada (FREIRE, 2005).

As impressões de mundo que se representam em ideias construídas pelo homem em seu ato de pensar o mundo não são ideias somente de uns a serem transferidas a outros. A condição material em que estão os homens é o que define o seu modo de pensar, de viver e de representar o seu modo de vida, e não a condição idealizada por alguns como sendo a melhor, como um modelo de vida e a ser seguido, que em nada faz ligação com a situação existencial presente na vida da maioria dos homens. “Quem atua sobre os homens para, doutrinando-os, adaptá-los cada vez mais à realidade que deve permanecer intocada, são os dominadores”. É fato que todo homem está ligado naturalmente ao mundo que o cerca e que o trás anseios, dúvidas e esperanças, e é, portanto, sobre estes anseios, dúvidas e esperanças referidas à realidade, que se encontra o conteúdo da educação autêntica, dialógica.

Na EJA, a busca para construção e organização do conteúdo programático deve ser a partir da situação presente, existencial e concreta, somada à uma reflexão do conjunto das cosmovisões da população.

Nessa direção, o conteúdo programático deve assumir um papel de ação política, levantando as contradições, estas sempre referenciadas materialmente, por meio da problematização das situações existenciais, o que possibilita uma reflexão da realidade que é desafiadora e exige uma resposta tanto no nível intelectual como no da ação. Dessa maneira, o conteúdo programático deve expor o educando aos temores de uma consciência oprimida (FREIRE, 2005).

■ 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da ideia de que a Educação de Jovens e Adultos, a fim de cumprir com sua função humanizadora e crítica do ser humano, precisa ser desenvolvida mediante princípios essenciais de valorização e crescimento humano, se faz necessário considerar o trabalho enquanto principio educativo; da educação ao longo da vida; da ampliação das práticas de cidadania e da Educação Dialógica em articulação com os preceitos da economia solidária.

O CEJA Rosário Oeste, ao longo dos últimos anos, tem se esforçado no sentido de ressignificar suas ações para atender as reais necessidades de seus alunos, homens, mulheres e jovens em diferentes realidades que possuem em comum o fato de buscar na educação o sentido para sua razão de ser e estar no mundo e na vida em sociedade com capacidade para atuar nela de forma responsável e cidadã.

Diante do exposto, o CEJA Rosário Oeste tem se utilizado da Economia Solidária para possibilitar uma formação condizente com as exigências do mundo moderno, tendo por foco, além da construção da cidadania, também a criticidade e a capacidade de empreendedorismo a partir de elementos simples do dia a dia.

A EJA se constitui como um elemento essencial de ressignificação não só de valores, mais de sonhos e possibilidades para pessoas marcadas pelas muitas formas de adversidade ao longo da vida, mais que depositam na esperança a certeza de dias melhores via processos educativos.

Podemos afirmar, portanto, que muito existe por fazer, a fim de que a educação de jovens e adultos seja realizada em sua plenitude. Muitos são os desafios a serem vencidos.

Acreditamos que, não obstante os desafios que, assim como eu, os educadores precisam avançar na sua busca de ser mais, o que necessariamente pressupõe riscos e dúvidas ao inovar, ao construir uma educação da possibilidade: Não temos muitas certezas, mais corremos os riscos que têm a ver inclusive com os caminhos metodológicos trilhados para a construção da pedagogia do oprimido, considerando que não existe uma fórmula pré-dada ou um molde metodológico para a educação de homens e mulheres marcados pelas muitas adversidades impostas por diversas histórias de vida.

Nesta direção, por compreendermos que a educação é inerente à vida humana, portanto, concebida historicamente como mecanismo de transformação e mudança da sociedade. Consequentemente, responsável pela plena formação humana para a vida, compreendemos que a mesma só poderá produzir o efeito de plenitude se for compreendida e produzida como um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética (FREIRE, 2003).

É na perspectiva de uma educação como um ato político, compromisso ético e experiência estética que o CEJA Rosário Oeste, em articulação com os preceitos da Ecosol, tem se esforçado para realizar o processo educativo junto aos Jovens e Adultos, por conceber Educação de Jovens e Adultos como possibilidade viável que se traduzirá numa relação mútua na edificação do conhecimento na perspectiva de “Ser Mais”.

■ 9 REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 1995

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. CE-DES**, vol.27, n..71, p.85-98, Abr 2007.

GRAMSCI, A. Caderno 12: Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do Cárcere**. Trad. De Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, K. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. In: _____. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE EJA

JOSELINA DOMINGAS DA COSTA SILVA¹

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA²

“A escola precisa problematizar, desafiar e agregar conhecimento. Os métodos interativos deverão substituir a mera transmissão de conteúdo, adotando novas práticas a fim de formar indivíduos pensantes, superando o modelo tradicional de ensino”. (LEITE, 2008, p.72).

Resumo: O presente trabalho de pesquisa discute o emprego e as contribuições do uso das tecnologias no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e tem por objetivo investigar o conhecimento dos educadores e educando, frente às inovações tecnológicas atuais e de que forma as tecnologias vêm sendo utilizadas nas classes de EJA, se estão ou não sendo utilizadas, e o motivo. Por fim, pretende apresentar reflexões sobre o preparo do trabalho docente e sobre a formação dos sujeitos da EJA, na interação com uma sociedade altamente tecnológica. Para formar o indivíduo crítico, criativo e solidário para o mundo do trabalho, a escola deve participar do processo de mudanças, repensando as várias questões introduzidas pelo uso de novas tecnologias, em especial no que diz respeito ao público da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: EJA. Tecnologia. Educação. Tecnologias Educacionais.

1 Joselina Domingas da Costa Silva, Graduada em Pedagogia, joselinacostaazl@gmail.com

2 Maria das Graças Martins da Silva. Doutora em Educação. IE/UFMT.

■ 1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é investigar o acesso e o conhecimento, tanto dos educandos quanto dos educadores na educação de Jovens e Adultos (EJA), referente às tecnologias e suas contribuições no ensino aprendizagem, entre outras questões inerentes a mesma na educação e na vida cotidiana dos envolvidos.

O referido tema foi escolhido porque é considerado um ramo de conhecimento atual na educação e pode se valer de recursos inovadores, que possivelmente contribuirão no ensino e na aprendizagem de crianças e de adultos. Certos autores discorrem sobre o mesmo, ainda assim, este assunto causa desconfiança e resistência por parte da própria escola e dos educadores.

De todo modo, pode ser uma grande ferramenta ao dispor do professor e dos alunos de Educação de Jovens e Adultos, na busca da construção do conhecimento e, conseqüentemente, como ferramenta de trabalho nas suas atividades.

Esta pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual do Campo Ponce de Arruda (sede) e em três salas anexas de EJA (1º e 2º segmentos e Ensino Médio), em comunidades diferentes, situadas no município de Acorizal- MT.

Os sujeitos envolvidos são 05 (cinco) alunos e 05 (cinco) professores do ensino de EJA. Os critérios de escolha deles foram: os três alunos mais jovens da turma e dois mais idosos provenientes de comunidades diferentes. Também foram levados em conta os conflitos muitas vezes existentes na sala de aula devido ao uso do celular e também pelo interesse que eles demonstram ter pelo computador.

Por sua vez, a escolha dos cinco professores de EJA justificou-se por três serem residentes na área urbana e dois residentes no campo. Importa esclarecer que todos atuam no Ensino de Jovens e Adultos na referida escola do campo.

Neste trabalho, foram utilizados diferentes instrumentos para coleta de dados, como questionários e observação.

Foi realizada uma observação no interior da escola e na sala de aula, para verificar o Projeto Político Pedagógico e as propostas curriculares para as escolas do/no campo, as práticas de ensino e as condições físicas do prédio e das salas anexas de EJA. Estas salas anexas encontram em funcionamento no período noturno na Comunidade de Campo Limpo e Aldeia, no município de Acorizal - MT.

Atualmente, a tecnologia está presente em diversos setores da sociedade. Trata-se de um componente social importante na vida moderna. A mídia impressa e eletrônica, o vídeo, o computador, as redes e apropriação de suas linguagens e estéticas, não se referem à utopia ou devaneio, pois influenciam várias situações, como habitação, o diálogo social, afetivo, político, profissional. O cidadão da sociedade informático-mediática necessita adquirir habilitação técnica e linguística que lhe permita transitar e sobreviver no meio informacional na qual está imerso.

E quem contribuirá para prestar essa instrução para a formação de um cidadão inteirado de sua realidade? A escola, pois se constitui um lugar de posturas e mudanças sociais.

Em nosso trabalho de educadores devemos sempre oportunizar aos alunos o acesso à informática e a construção de conhecimentos coletivos. Ao oferecermos este tipo de vivência, buscamos a motivação do aluno e o comprometimento do mesmo com a aprendizagem individual e do grupo ao qual ele pertence. A escola mudou, não vivemos mais aquele ensino metódico e puramente mensurável, onde o professor detinha todo o conhecimento. (HAETINGER, 2005, p.71).

A sociedade, seus padrões e ritmos mudaram. Estamos no século XXI, onde as máquinas são responsáveis por grande parte do desenvolvimento mundial. Precisamos então, como educadores, analisar como podemos utilizar os recursos tecnológicos como ferramenta para o ensino aprendizagem de EJA nas escolas do/no campo. Que ações pedagógicas adotarão para facilitar a construção de conhecimentos e a inclusão dos adultos no mundo globalizado através das tecnologias?

A informática educativa deve ser uma realidade no ambiente escolar, independente da modalidade de ensino e do contexto onde está inserido. Acreditamos que a informática aplicada aos processos educacionais pode oferecer um dos caminhos possíveis de mudanças para a velha escola. Claro que não será a solução de todos os problemas na educação, mas como um recurso a serviço dos professores. Sendo assim:

O computador jamais poderá ser utilizado de forma a ameaçar o contato com a própria realidade, a alienar as pessoas, mas ao contrário, deverá ser usado sempre para fortalecê-la, por meio de tomada de consciência de si mesma como alguém capaz de aprender a interagir neste contexto midiático com segurança e autonomia. (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

O desafio dos educadores da atualidade é ensinar aos alunos a metalinguagem, a diversidade de linguagem existente e sua utilização na vida prática. Conforme Macluhan (1997, p. 33): “Atualmente a resposta é ensinar estudantes nas escolas como se meta comunicarem’ e como aprenderem’ meta habilidades de forma que possam se adaptar ao mundo tecnológico em transformação”.

Os motivos que me levaram a desenvolver esta pesquisa devem-se aos inúmeros obstáculos que os educadores e educando tem enfrentado nas escolas do/no campo referente à presença e também a ausência dos aparelhos digitais dentro e fora do contexto da sala de aula. Assim, pretendo que a pesquisa contribua para compreender essa realidade e, se possível, altera-la em alguma medida.

■ 2 OS SUJEITOS DE EJA/EDUCANDO: O OLHAR A PARTIR DA VIVÊNCIA DA PESQUISADORA

Com base em nossas experiências como educadora da EJA na rede pública de ensino, podemos observar que o perfil dos alunos é o seguinte: são na sua maioria pequenos agricultores e pecuaristas, encarregados de fazenda, aposentados, beneficiados de bolsas benefício, trabalhadores braçais, desempregados, dona de casa, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais. São alunos com suas diferenças culturais, etnia, religião, crenças. Os jovens e adultos são trabalhadores que lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc. que estão na raiz do problema do analfabetismo). O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem os seus processos de aprendizagem. O analfabetismo é a expressão de pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta. Nesse sentido:

Os olhares sobre a condição social, política e cultural dos alunos de EJA têm condicionado as diversas concepções da educação que lhes é oferecida, os lugares sociais a eles reservados – marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis... - tem condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas públicas oficiais. (ARROYO, 2001, p. 10).

A partir das nossas experiências e vivências com o ensino de EJA, podemos observar que o aluno trabalhador chega tarde à escola, cansado e com sono, querendo sair mais cedo (isso quando eles vêm para a aula). Na maior parte das vezes, eles acham dificuldade em acompanhar os conteúdos propostos ou o que está sendo ensinado não traz a sua realidade para o seu cotidiano. São motivos que levam à evasão da escola, sendo que o fator mais recorrente é o dos alunos que faltam às aulas ou desistem porque precisam trabalhar.

O trabalho é mais importante para eles. É uma necessidade para os que precisam, e há uma questão a ser superada pela escola, ou seja, combinar escola e trabalho. Essa combinação também é problema do ponto de vista do docente, da grade curricular, da própria gestão da escola, causando desconforto para esses jovens e adultos que estudam no horário da noite. O não reconhecimento da heterogeneidade no aluno da EJA contribui para aprofundar as desigualdades educacionais ao invés de combatê-las.

Conforme os dados da pesquisa que realizamos, todos os alunos de EJA têm uma história de vida marcante. São alunos jovens que, às vezes, ultrapassam a idade estabelecida para estudar diurno ou que por algum motivo não concluíram os estudos, e os adultos e idosos que são na maioria das vezes resultados da reprovação e evasão escolar. Outros não tiveram a oportunidade de estudar. São diversas trajetórias escolares interrompidas e negadas na escola básica. Muitos deles são repetentes desde sua vida infantil, e são levados a estudar a noite por ser problemático no diurno, sentem-se fracassados ou desestimulados por não ter sua permanência na escola. Estes alunos dificilmente procuram escolas para matricular-se, necessitando de serem localizados pelas escolas e educadores, e depois conscientizá-los sobre a importância e às necessidades de voltar à escola para aprender e concluir seus estudos. Não há como deixar de pontuar a questão da reprodução da exclusão social cometida pelo sistema de ensino da escola tradicional. Porém, na escola de EJA atual não é impossível encontrar algumas alternativas e colocar em prática.

Tão importante quanto o direito à escola é garantir que todos aprendam com uma educação de qualidade. Neste sentido, não são os nossos sistemas educacionais que tem direito a certos tipos de alunos. É o sistema escolar de um país que tem que se ajustar para satisfazer as necessidades de todos os alunos. É necessário tornar a aprendizagem mais significativa para todos, terem propostas alternativas que estejam comprometidas com uma educação de qualidade para esses jovens e adultos. Nas novas escolas os espaços procuram refletir uma nova postura e visão de sociedade, mais dinâmica, na qual a formação do cidadão passe pela experiência da atividade coletiva.

Nos dias de hoje, alguns educadores guiados por um novo ambiente de transformações, procuram criar alternativas para a escola e para o ensino, numa crítica ao modelo pedagógico tradicional originado no século passado, autoritário, reducionista e baseado na memorização de conteúdos. A busca por novos paradigmas de aprendizagem e pelo traçado de caminhos para a escola do novo milênio se traduz em teorias e métodos que correspondem com as reais necessidades dos educando. É preciso buscar a reflexão sobre o papel da escola, do professor, e que sujeitos de EJA queremos e necessitamos formar.

■ 3 DESAFIOS DE EJA PARA OS EDUCADORES

Conhecer o perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso do aluno que vê o professor como um modelo a seguir. Dentre as atribuições do professor está o compromisso em mostrar que a EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo a esta reescrever sua história e, também, compreender melhor o aluno e sua realidade diária, acreditando nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. De acordo com Nóvoa (2002, p. 23), “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa como agente, e a escola como lugar de crescimento profissional permanente.”

Os professores da EJA têm como desafio buscar ampliar suas habilidades e competência específica para desenvolver uma boa prática pedagógica em seu trabalho. Na profissão que exercem, eles têm que estar preparados para lidar com pressões internas. Por exemplo, será que estamos indo ao encontro das necessidades do nosso educando? Qual o porquê das evasões?

As respostas podem ser encontradas por meio de uma autoavaliação feita pelo educador em relação as suas práticas desenvolvidas em sala de aula. Trabalhar com Jovens e Adultos requer uma organização e planejamentos dos conteúdos, pois estes devem ser fundamentados na capacidade de tomar decisões, visando toda a complexidade do processo educacional. Sendo assim:

Em primeiro lugar, evitar que a educação exclua a contemporaneidade, reduzindo-se apenas às formas clássicas de conhecimento. Em segundo lugar, contrariar tendências de desvalorização do conhecimento, a pedagogia está indissociavelmente ligada aos conteúdos de ensino. Em terceiro lugar, admitir novas formas de relação ao saber; a realidade atual do mundo da ciência e da arte define-se por uma complexidade e uma imprevisibilidade que a escola não pode continuar a ignorar. Em quarto lugar, compreender o impacto das tecnologias da informação e da comunicação, que transportam formas novas de conhecer e de aprender [...]. (NÓVOA, 2002, p. 21).

Sabemos que a modalidade da EJA tem as suas especificidades. Portanto, os profissionais da Educação de Jovens e Adultos podem representar um importante avanço nas políticas de acesso e permanência dessa modalidade de ensino, pois ela pode representar o elo entre as políticas e uma possível efetivação destas na prática pedagógica do professor. Esses profissionais comprometidos com a pluralidade e com respeito à diversidade das culturas apresentadas pelos jovens e adultos precisam participar de uma formação continuada permanente, para poder ir de encontro às especificidades de cada educando na EJA.

■ 4 TECNOLOGIAS NA ESCOLA DO CAMPO: CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM NA EJA

Atualmente, vê-se uma ascensão da tecnologia, seja na vida social, em grandes ou pequenos projetos de empresas e também em instituições de ensino. As tecnologias estão ficando cada vez mais acessível às pessoas. Percebe-se que a compra de produtos com tecnologia digital tem crescido bastante, em todas as camadas e ou classes sociais. Porém, ainda não de forma generalizada, restando muita gente vivendo de forma isolada ou sem ter recurso financeiro disponível que possibilite ter o mesmo contato com as tecnologias atuais.

Se os alunos do ensino regular, que permanecem muito mais tempo na escola, às vezes apresentam dificuldade de aprendizagem, a dificuldade para os alunos da EJA dá-se de forma maior, considerando o cansaço, o desgaste físico e mental, a idade, a baixa visão, a evasão, que são considerados os principais obstáculos no ensino de EJA. Diante disto, é necessário que professores busquem recursos para que a aprendizagem dos alunos seja mais atraente e significativa.

O direito à educação de jovens e adultos deverá ultrapassar a oferta de uma segunda oportunidade de escolarização. Um novo olhar deverá ser construído, reconhecendo-os como jovem e adulto em tempos e percursos de jovens e adultos, reconhecendo-os como sujeitos dos direitos humanos. Dessa forma, a EJA adquire novas dimensões e o olhar sobre os educandos se alarga. Segundo Oliveira (2005, p. 22): “Somente educadores preparados e comprometidos com a aprendizagem dos educando podem dar sustentação a médio e longo prazo a mudanças no ambiente escolar, tão necessária ao processo educacional e pedagógico.”

As tecnologias, ao contrário do que muitas pessoas pensam, estão presentes na vida do homem desde a antiguidade e são reconhecidos como meios eficazes de comunicação e informação. Sendo assim: “A tecnologia sempre esteve presente na história da humanidade contribuindo efetivamente para a sua evolução, propagando-se cada vez mais, em um ritmo intenso e acelerado.” (SANTOS, 2011, p. 19).

Dessa forma, os meios de informação são todas as formas de gerar, armazenar, veicular, processar e reproduzir a informação. Os meios de comunicação são de fato uma forma de veicular informação, desde a pré-história, através de vestígios e sinais desenhados nas paredes de cavernas até os mais tradicionais, como o uso de pergaminhos, de tambores na selva, de livros, de revistas, do rádio, da televisão, do telefone e das redes de computadores, etc.

Desde o surgimento das primeiras sociedades até as complexas cidades pós-industriais, o homem inventou o fogo, construiu cidades, dominou a energia. Hoje compreendemos por tecnologia os objetos técnicos, as máquinas e seus respectivos processos de fabricação. (LEMOS, 2007, p. 25-26).

Assim sendo, as tecnologias constituem algo inovador, capaz de proporcionar as pessoas e especialmente os sujeitos da EJA, mais informação, praticidade e conhecimento, e dessa forma, incluir na sociedade digital. Acredita-se que os sujeitos de EJA, após conhecer e aprender a utilizar as tecnologias, principalmente o computador e a internet, poderão não somente pesquisar e ampliar seus conhecimentos, como a partir daí transformar as suas realidades, tornando-se sujeitos participantes ativos e atualizados no mundo do trabalho, nesta sociedade moderna.

Compreende-se que uso das tecnologias deverá estar presente no trabalho como princípio educativo na EJA e não para torná-los alienados, bitolados, consumistas ou individualistas, mas como meios de contribuição com o grupo no desenvolvimento do trabalho solidário e na formação do cidadão autoconfiante e autônomo.

Contudo, cabe saber se as escolas públicas estão preparadas para atender essa demanda, e se os estudantes adultos encontram-se preparados para conviver na nova sociedade digital. De acordo com Oliveira Netto (2005, p. 25): “As maneiras de ensinar e aprender, na relação professor-aluno, deve ser repensado. O educador torna-se o mediador, aquele que provoca, cria perturbações sensibiliza para aprendizagem, é o facilitador, [...] procurando ajudar cada um a avançar na construção do próprio conhecimento.”

Sabe-se que não é novidade na escola ouvir reclamações de professores a respeito do uso de aparelhos celulares pelos alunos na sala de aula, sem os professores perceberem ou procurarem saber o que eles estão acessando ou para que esteja sendo usado. É possível que ao invés da proibição, deva-se estimular a desenvolver metodologias adequadas para ensinar este ou aquele conteúdo na sua área de conhecimento e dessa forma oportunizar os sujeitos da EJA a compreender melhor como usufruir dos equipamentos com mais aproveitamento e responsabilidade.

Entende-se que a escola deve ser um espaço político e democrático, onde se ensina e aprende, e tem o compromisso de mediar o conhecimento, propondo possibilidades aos educandos de inteiração com objetos de situações reais que possam facilitar a compreensão do mundo que o cercam.

De fato, a escola, e principalmente os professores, precisam encarar as tecnologias de forma natural, buscando oportunidades para todos os sujeitos da

EJA e nas atividades de Economia Solidária, de aperfeiçoar-se para a operação dessas novidades tecnológicas. Acredita-se que dificuldades são muitas, incertezas quanto ao alcance dos objetivos propostos, porém de certo se tem que, enquanto o docente não tiver consciência de seu papel de agente transformador, mudanças não ocorrerão.

Nesse sentido, torna-se inaceitável, na época em que estamos, em pleno século XXI, que os professores ainda trabalhem apenas com quadro e giz. Diante das descobertas tecnológicas atuais, a escola passa a ser uma unidade de difusão dessas novas mídias, incrementando o uso das mesmas na vida dos alunos da EJA, conforme as suas realidades.

Para que essas decisões (de introduzir o computador ao ensino) sejam tomadas com conhecimento de causa, é necessário que conheçam o que o computador pode e o que não pode fazer na educação, o que pode ser mais bem feito com o auxílio do computador e o que pode muito bem ser feito sem ele. Só assim os educadores colocarão o computador a serviço dos objetivos por eles fixados. Se eles não se preocuparem com essas questões, o computador provavelmente será mais cedo ou mais tarde, introduzido no ensino, mas em condições tais que os objetivos da educação acabarão tendo que se curvar às limitações da máquina. (CHAVES, 1988, p, 64).

No entanto, num determinado contexto, mesmo que a escola não ofereça subsídios para a inserção das tecnologias o professor tem o dever, como agente de transformação e formador de opiniões, de oferecer para seus educandos, conhecimentos e interações com essas tecnologias, tendo em vista que fazem parte do cotidiano de muitos deles.

Com relação ao professor, segundo Haetinger (2005, p.70), "se continuar não interagindo o ensino com a vida prática dos alunos está correndo o risco de ficar falando sozinho, na sala de aula ou no universo virtual."

Nesse sentido, é de fundamental importância esta temática para procurar entender a importância das tecnologias, tanto na educação das crianças quanto de adultos no ambiente da sala de aula, servindo como fonte de pesquisas e estudos posteriores para educadores e educando.

Através das tecnologias, tanto o homem da cidade como do campo poderão manter-se atualizado e conectado com o mundo globalizado, permitindo o estreitamento das distâncias que separavam ou mantinham as pessoas isoladas do restante do planeta. Nesse sentido, aproximando mais as pessoas e fortalecendo os laços afetivos e as relações humanas, sendo a tecnologia considerada um importantíssimo meio de reforçar ainda mais as lutas de classes através de uma educação libertadora que possa impactar ou melhorar de forma significativa a qualidade de vida dos estudantes da EJA.

Desse modo mais e mais pessoas entrarão no mercado de troca de informações. Perderão suas identidades privadas, mas ganharão a capacidade de interconectar-se com qualquer pessoa sobre a face da Terra. O referendun eletrônico espontâneo varrerá o mundo. O conceito de nacionalismo desaparecerá e cairão os governos regionais quando as incompatibilidades políticas da astronave Terra criar um governo mundial. (MCLUHAN; POWERS, 1996, p. 123).

Na reflexão de questões relacionadas à inserção das Tecnologias no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos, percebe-se que não é possível estudar a evolução humana sem levar em conta a sua atuação numa sociedade altamente tecnológica. É imprescindível ressaltar que a tecnologia está presente em nosso dia-a-dia, é um processo histórico e não se pode negá-lo e nem pensar em retrocesso.

A informática na sociedade globalizada traz implicações diretas ou indiretas ao modo de vida de todos e conhecer as representações dos professores no uso de novas tecnologias é útil para que tomemos consciência da realidade, dos problemas, a fim de contribuir para a construção do conhecimento.

Um dos grandes desafios reside no papel do professor, o qual deve estar imerso em um contínuo processo de alfabetização tecnológica, que lhe permita fazer uma leitura crítica de cada mídia, permitindo ao aluno também fazer o mesmo. Conforme Leite, (2008. p.71). “Dentre os principais fatores que dificultam a utilização do computador na sala de aula, destacamos a resistência docente. Quando se fala em presença tecnológica na escola, instalasse um pânico nos profissionais da educação, que temem que as máquinas tomem o seu lugar.”

■ 5 O PREPARO E A FORMAÇÃO DO DOCENTE NA FORMAÇÃO DE EJA E AS TECNOLOGIAS NESTE SÉCULO

Ao novo educador compete refazer a educação, reinventá-la, criar as condições objetivas para que uma educação realmente democrática seja possível, criar uma alternativa pedagógica que favoreça o aparecimento de um novo tipo de pessoas, solidárias, preocupadas em superar o individualismo criado pela exploração do trabalho.

Há exigências notórias de mudanças na identidade profissional e nas formas de trabalho dos professores decorrentes dessa transformação no mundo da produção e do trabalho, nas tecnologias e nos meios de comunicação e informação nos paradigmas do conhecimento, nas formas de exercício da cidadania, nos objetivos da formação que articulam aspectos cognitivos, sociais, afetivos, estéticos. (LIBANÊO, 2002, p.35).

O ensino hoje requer mudança no papel do profissional de educação que possa estimular o aluno a buscar e selecionar as fontes de informação voltadas ao ensino e à pesquisa, estudando-as e recriando-as.

O uso das TIC no ambiente escolar precisa ser visto pelos professores, não como uma ameaça a sua forma de ensinar, mas como um aliado para a promoção do aprendizado, porém, não esquecendo que o professor é quem determina o conteúdo e o aluno é o sujeito que manifesta o melhor caminho para poder assimilá-lo.

Com razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino e assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo e jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer. (Título, VIII).

Nesse sentido, está posto mais um desafio para o novo papel do educador com vistas a uma educação interativa e dinâmica, promovendo saberes individuais e coletivos com o uso de novas tecnologias.

■ 6 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados obtidos com a participação dos sujeitos de EJA e descritos a seguir, foram obtidos da pesquisa realizada através da aplicação de questionários para os professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, que participaram de forma significativa para o levantamento de dados necessários a este trabalho de pesquisa sobre tecnologia educacional na modalidade EJA. De igual forma, utilizou-se da observação e descrição do espaço físico da escola e dos recursos tecnológicos disponíveis.

Sendo assim, foram organizados e descritos da seguinte forma:

Questionário: 01- Segmento do professor

- 1- Qual é a sua área de formação/atuação?
- 2- Qual sua idade?
- 3- Possui alguma formação em tecnologias?
- 4- Quais os incentivos educacionais quanto ao uso das tecnologias?
- 5- Você possui seus próprios recursos tecnológicos? Que tipo?
- 6- Você acredita que as tecnologias podem ser ferramentas para o ensino aprendizagem de EJA?
- 7- Você possui alguma dificuldade em usar os recursos tecnológicos? Quais?
- 8- Quantas vezes por semana você costuma preparar suas aulas fazendo uso do computador, internet e outros?
- 9- Você costuma levar os alunos de EJA a inteirar-se com o computador e internet? De que forma e onde?
- 10- Quais os recursos disponíveis na escola de EJA onde trabalha?

Questionário: 02 - Segmento dos alunos

- 1- Quais são os tipos de recursos tecnológicos você tem na sua casa?
- 2- Você sabe operar o computador, a internet e outros aparelhos eletrônicos?
- 3- Na escola onde você estuda, costuma participar de aulas com o auxílio de tecnologias?
- 4- Quais são os recursos tecnológicos utilizados pelos professores na sala de aula?
- 5- Quais são os recursos tecnológicos mais utilizados por vocês?
- 6- Você tem acesso ao computador e internet? Onde?
- 7- Quais são as suas dificuldades em relação ao uso das tecnologias?
- 8- Qual é a sua idade?
- 9- Você mora no campo ou na cidade?
- 10- Você acha importante para sua formação aprender tecnologias?

■ 7 CONTEXTO E ESPAÇOS FÍSICOS DA ESCOLA

A Escola Estadual Ponce de Arruda apresenta um espaço físico adequado para atender sua clientela que são de origem campesina. Esta escola possui sede localizada no Distrito de Aldeia no município de Acorizal no Estado de Mato Grosso. Atende as modalidades de Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e adultos (EJA/Educação Especial). Possui um quadro de profissionais habilitado com formação superior, um diretor, uma coordenadora e uma profes-

sora integradora de EJA. A Escola possui treze turmas de EJA, sendo duas de EJA educação especial. As salas anexas de EJA estão localizadas em comunidade distantes, sendo: 01 (uma) na Comunidade de Aldeia, 02 (duas) na Comunidade de Xavier, 01 (uma) na Comunidade de Toca do Lobo - Bairro de Nova Acorizal, 01 (uma) na Comunidade de Laranjeira, 02 (duas) na Comunidade de Córrego Fundo, 01 (uma) na Comunidade de Chapéu de Sol, 04 (quatro) na Comunidade de Campo Limpo, sendo 01 (uma) EJA/Especial, e 01 (uma) Sala de Educação Especial EJA/ na Comunidade de Aldeia.

Quanto às dependências físicas da escola ela possui 01(uma) secretaria climatizada, (01) uma sala de professores com banheiro interno climatizado, 01(uma) sala de articulação, 01(uma) biblioteca com 02(dois) ventiladores, 01 (um) cozinha ventilada e 01 (um) salão de refeitório, 01(um) almoxarifado, 05 (cinco) salas de aula ventiladas, 02(dois) banheiros adaptados para alunos especiais, 02(dois) banheiros normal sendo um masculino e um feminino, 01(um) laboratório de informática climatizado com 10 computadores antigos e sucateados no qual somente três funcionando e executando programa Linux que quase sempre estão com problemas na rede e muita lenta, sendo 02 (dois) da sala especial funcionando com Windows e Wi-fire da escola, 02 (dois) computadores na secretaria funcionando com o programa Windows, 02 (duas) impressoras com uma funcionando, 02(dois) projetores com um funcionando, 01(uma) câmera digital, observamos também 10 condicionadores de ar amontoados em uma sala sem disponibilização de recursos para instalação nas salas há mais de um ano.

A escola também possui uma horta escolar, um espaço gramado com jardim na frente da escola e atrás, uma área reservado para as práticas agrícolas como plantação de mandioca, milho, mamão, abóbora, maracujá, banana, etc. A área da escola é toda cercada com tela e murada na frente. É uma escola nova que possui uma boa estrutura, mas que apresenta uma grande deficiência referente às tecnologias e, principalmente, com computadores e internet.

O Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) foi recentemente reelaborado pela Comunidade escolar com objetivos de atualização, adequação do Currículo e contemplação das práticas da Educação do Campo. E reelaborado, conforme as Orientações Curriculares da Escola do Campo e Ciclo de Formação Humana de MT.

A escola caracteriza-se como escola do campo, e procura seguir as teorias educacionais de linhas progressistas, tendo o educador Paulo Freire como grande referência. Desse modo, o Currículo da escola encontra-se na fase de correção e aprovação pelos setores e segmentos responsáveis. Enquanto as salas anexas de EJA estão funcionando em prédios das escolas do Município cedidos para a escola Ponce de Arruda para o ensino de educação de jovens e adultos. Essas comunidades apresentam uma distância da escola sede de aproximadamente entre cinco, sete, doze e vinte e cinco quilômetros de distância, tendo que os professores locomoverem para esses locais de atendimento através de transportes escolar ou próprios. Essas salas anexas de EJA não possuem recursos tecnológicos como computador e internet. Muitas salas funcionam meio improvisadas pelos professores em escolas abandonadas pelo município. Os ônibus escolares que transportam os alunos das comunidades do campo até a escola sede são do município e são cinco veículos na linha sendo ônibus e micro-ônibus, que quase sempre não consegue atender as demandas das escolas municipais e estaduais do município de Acorizal. Dessa forma, dificultando o transporte de alunos de EJA para alguma programação da escola ou eventos escolares.

■ 8 OS RESULTADOS COM BASE NOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS SEGMENTOS 01 E 02

a) Segmento 01: os professores

O questionário foi aplicado a cinco professores da EJA, com formações em áreas diferentes, e os dados coletados foram os seguintes: De cinco professores somente três possuem alguma formação em tecnologias, como PITEC, IED, TICS e cursos em redes.

Os cinco professores disseram estar sempre recebendo incentivo por parte da escola, referente ao uso das tecnologias na educação, porém nem sempre é possível devido às dificuldades encontradas. De cinco professores, todos possuem algum tipo de recursos tecnológicos em casa, porém, nem todos sabem usar corretamente os mesmos. De cinco professores, dois possuem o computador e a internet em casa e três conseguem acessar em outro local, muitas ve-

zes com auxílio de alguém. Os cinco professores reconhecem que é necessário o uso das tecnologias no ensino de EJA, até para preparar sua aula, mas nem sempre estão disponíveis ou acessíveis. Os cinco professores alegaram que na escola sede possui um laboratório de informática deficiente que quase sempre os computadores e a internet não estão funcionando. Além disso, fica muito distante das salas anexas.

b) Segmento 02: os alunos

Conforme o levantamento de dados a partir da aplicação do questionário obteve-se os seguintes resultados: de cinco alunos, dois disseram ter em casa televisão e celular, três disseram ter somente celular. De cinco alunos, dois disseram conhecer e saber operar o computador e a internet, três afirmam conhecer, mas não saber. Os cinco alunos disseram que os professores costumam usar projetores como recurso em suas aulas. Porém, os cinco alunos afirmaram não participar de aulas envolvendo-os com as tecnologias como o computador e a internet. De cinco alunos, dois deles disseram que o recurso tecnológico mais utilizado por eles é a internet no celular, enquanto que dois disseram ser somente o celular e um diz ser o celular, o computador, a internet e outros. De cinco alunos, dois disseram ter acesso ao computador em casa ou na Lan House, e três disseram não ter nenhum dos mesmos acessos. Os cinco alunos apresentaram ter ainda dificuldade com o computador. Porém, os cinco alunos demonstraram interesse em aprender a manusear e fazer uso das tecnologias porque consideram muito importantes.

■ 9 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi investigar o acesso e o conhecimento tanto dos educando quanto dos educadores no ensino de Jovens e Adultos (EJA) referente às tecnologias e outras questões inerentes a mesma na educação e na vida cotidiana dos envolvidos.

De acordo com a pesquisa realizada, podemos constatar que a construção do conhecimento somente acontece na relação do sujeito com o objeto. Nesse caso, os sujeitos somente aprendem se tais equipamentos estão ao seu alcance, ao seu dispor. As facilidades e dificuldades apresentadas tanto pelos educadores quanto pelos educando da EJA nas salas anexas a Escola Estadual Ponce de

Arruda decorrem da falta de formação, presença ou ausência das tecnologias no contexto de suas vivências escolares e práticas cotidianas ou realidades sociais.

Nota-se que os recursos e investimentos destinados à Educação de Jovens e Adultos são insuficientes para atender esta demanda. Consideramos este atendimento ainda muito precário e longe dos ideais de escola que queremos para a educação do campo, necessitando avançarmos ainda mais nas lutas em busca de melhorias no atendimento e na qualidade do ensino público.

Nesse contexto, a escola deveria estar preparada e não deveria deixar de assumir mais esse compromisso de propiciar no âmbito do contexto escolar e aos jovens e adultos a inteiração com os recursos de mídias, mantendo as relações com suas práticas e realidades cotidianas vivenciadas nos convívio social, juntamente com a família, no grupo das associações, no comércio, no grupo de colegas de igreja, na escola etc.

Está posto, portanto, o desafio de ensinar e aprender na relação professor-aluno em busca de conhecer e aprender a manusear e usufruir das tecnologias, não somente para aprender a ler e escrever, fazer estudos ou fazer cálculos, mas como meio de comunicar-se e manter-se informado e atualizado sobre tudo o que acontece no mundo inteiro. Percebemos que a escola está atrasada em relação à nova sociedade e a clientela que recebe e atende.

Enquanto o ensino continuar precário ou muitas escolas públicas e professores ignorarem tais conhecimentos, a sociedade aos poucos vai inovando e multiplicando sujeitos fascinados pela revolução tecnológica do século XXI, cada vez mais inovador. E a escola, que deveria ser um espaço fascinante, torna-se cada vez mais desinteressante para os alunos. Diante disso, precisamos repensar o Ensino de Jovem e Adulto, numa perspectiva de escola e educação progressista e prepará-los para a inclusão tanto para o mundo do trabalho quanto o globalizado.

Por meio desta pesquisa, podemos constatar que as tecnologias usadas corretamente com objetivos de educar pode ser um dos recursos de última geração para a sedução dos alunos do momento virtual em busca de uma aprendizagem significativa. Sabemos que essas ferramentas digitais estão presentes em todos os contextos sociais, muitas vezes, de forma bem precárias, mas oportunizando as pessoas a entrar em contato com o mundo tecnológico e a inclusão digital.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da educação básica, que se destina à inclusão escolar de um público que, por motivos diversos, foi excluído da educação durante sua infância ou adolescência. Essa modalidade de ensino não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender as especificidades dos sujeitos que pretende abranger. Outro aspecto observado é que as escolas do campo não apresentam um currículo específico para a Educação de Jovens e Adultos, necessitando ser repensada essa questão, em termos do que ensinar, como ensinar e para quem ensinar.

■ 10 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão.** Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n. 11, abril 2001.

ALMEIDA, José Fernando. **Educação e Informática.** 19. Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000**, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: 10 de maio de 2000.

CHAVES, Eduardo O. C. Valdemar W. **O Uso de Computadores em Escolas:** fundamentos e Críticas. Ed. Scipione, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Wendel (Org.); Dimmi Amora et. al. **Tecnologia e educação:** as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.

HAETINGER, Max G. **O Universo Criativo da Criança na Educação:** Coleção Criar. Vol.03. Rio Grande do Sul, 2005.

LEMOS André. **Cibercultura:** Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

LIBÂNEO, J.C. **Adeus Professor, Adeus Professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Lígia Silva. Mídia e a perspectiva da tecnologia educacional no processo pedagógico contemporâneo. In: FREIRE, Wendel; AMORA, Dimmi. (Orgs.). **Tecnologia e educação:** as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

MCLUHAN, Marshall & POWER, Bruce Rua **La aldeã global**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1996.

_____. **A Galáxia de Gutenberg**: a formação do homem tipográfico. Tradução Leônidas Gontijo de Carvalho & Anísio Teixeira. Editora Nacional. São Paulo. 1997.

MORAN, José M: MASETTO, Marcos T: BEHRENS, Marilda. **As Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 5. Ed. São Paulo: Papiros, 2002.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa 2002.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **Novas tecnologias & universidade**: da didática tradicionalista à inteligência artificial: desafios e armadilhas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANTOS, Janiele Lopes dos. **Usabilidade do site da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa, PB, 2011.

A IMPLANTAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO DISCIPLINA NO CURRÍCULO DA ESCOLA CEZINA ANTONIO BOTELHO PARA O NÍVEL MÉDIO E FUNDAMENTAL E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

JUSSARA OLIVEIRA DAS NEVES¹

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA²

Resumo: O objetivo desta pesquisa é identificar os pontos positivos que educadores, alunos e comunidades envolvidas realizaram durante e após a implantação da economia solidária como disciplina na matriz curricular da Escola Cezina Antonio Botelho localizada no município de Acorizal MT, destacando quais as possibilidades da mesma ser inserida na modalidade de Educação de jovens e adultos (EJA). Os dados da pesquisa foram coletados na secretaria da escola citada e através de questionário dirigido a educadores, alunos e membros das comunidades envolvidos na experiência. A pesquisa aponta que estas intervenções e debates sobre economia solidária e o currículo EJA muito têm colaborado para favorecer as práticas pedagógicas no chão das escolas.

Palavras-chave: Economia solidária. Currículo. Educação de jovens e adultos.

1 Jussara Oliveira das Neves, Graduada em Biologia, sara.bio@hotmail.com.

2 Maria das Graças Martins da Silva. Docente do Instituto de Educação/UFMT. Doutora em Educação.

■ 1 INTRODUÇÃO

A inclusão da economia solidária como disciplina na matriz curricular da escola Cezina Antonio Botelho, situada no distrito de Baús, município de Acorizal, em Mato Grosso, constituiu um processo que durou aproximadamente três anos.

Esta pesquisa pretende identificar os pontos positivos que educadores, alunos e comunidades envolvidas destacaram, durante e após a implantação da economia solidária como disciplina na matriz curricular na escola citada acima.

A referida escola recebeu a inserção das disciplinas de economia solidária agroecologia e agricultura familiar por ser considerada escola do campo e pelo perfil dos estudantes serem predominantemente oriundos da agricultura familiar.

As disciplinas chamadas de matriz diversificadas estão presentes na matriz curricular prevista para as escolas da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso e fazem parte de uma reivindicação recorrente dos educadores das escolas do campo.

No caso da Escola Cezina Antonio Botelho tal reivindicação está assegurada no Plano Político Pedagógico (PPP) da escola.

A população desta escola se compõe de crianças, adolescentes e jovens estudantes do ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos (EJA) nas salas anexas da escola Cezina Antonio Botelho, na comunidade da Chapada da Vacaria, situada a trinta quilômetros da escola sede, no município de Acorizal.

Os dados desta pesquisa foram coletados pela secretaria da escola sede, contendo questionário dirigido aos educadores, educandos e membros da comunidade envolvida no projeto, entre os anos de 2010 a 2013.

Foram pesquisados três educadores. Em relação aos educandos, foram coletados dados em forma de questionário, participando desta pesquisa um total de quarenta e três alunos.

Por sua vez, a pesquisa também traz o relato de membros da comunidade, abrangendo um total de quatro pessoas, escolhidas em razão da participação na experiência que culminou com a implantação do currículo citado.

Cabe esclarecer que esta pesquisadora é professora da escola Cezina Antonio Botelho, tendo participado da experiência de inserção do currículo antes

citado. Em razão dessa vivência certos dados tem como fonte a própria pesquisadora, na condição de docente .

Parte-se do princípio de que a economia solidária representa uma prática regida pelos valores de autogestão, democracia, cooperação, solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade humana e valorização do trabalho, tendo em vista um projeto de desenvolvimento global e coletivo. Além disso, a mesma tem como estratégia o enfretamento da exclusão social e da precarização do trabalho, sustentando-se em formas coletivas justas e solidárias de geração de trabalho e renda.

Considerando que a economia solidaria já acontece e está presente no campo e na cidade, ela pode ser uma ferramenta capaz de mobilizar e se estender a uma diversidade de grupos, uma vez que está voltada para atender o ser humano. Destaco sua presença na EJA na educação do campo, ambiental, quilombola, prisional, entre outros, com vistas a conquista da emancipação na medida em que for posta em prática.

Diante a implantação da economia solidária como disciplina também no currículo EJA torna-se possível a realização de experiências inovadoras, haja vista que os sujeitos atendidos na EJA são representantes de uma diversidade rica e que não deixam de ser unidas por certos traços comuns.

■ 2 O PERFIL DA ESCOLA E AS COMUNIDADES DO ENTORNO

A escola estadual Cezina Antonio Botelho está localizada no distrito de Baús, município de Acorizal, e atende uma demanda de aproximadamente quatrocentos alunos, em sua maioria da zona rural. Possui como salas anexas um ambiente com cinco salas de aulas, atendendo ao ensino fundamental, médio e EJA, sendo todas as turmas multisseriadas.

As salas anexas estão localizadas na comunidade da Chapada da Vacaria, situada a trinta quilômetros da escola sede e atende, além da demanda da própria comunidade, cerca de seis vizinhas, totalizando cento e dez estudantes, todos oriundos de pequenas propriedades rurais, cujas famílias são da agricultura familiar.

O surgimento desta escola anexa deu-se pelo movimento comunitário visando melhor comodidade para seus filhos devido à distância e a estrada de difícil acesso. Anteriormente, estes alunos eram atendidos na escola sede e com

a implantação da escola anexas às turmas tornaram-se multisseriadas devido ao baixo número de estudantes.

■ 3 AS DIFICULDADES DE ATENDIMENTO EM SALAS MULTISSERIADAS

Devido às dificuldades encontradas pelos professores para atender a demanda multisseriadas da escola anexas, houve a necessidade da elaboração de um projeto interno apenas para as salas anexas. O projeto consistia em trabalhar termos ligados ao uso da terra, tais como: associativismo e agricultura familiar, incentivando a prática da agroecologia e do desenvolvimento cultural.

Dentro deste contexto, surgiu a ideia de assegurar que no ano seguinte (2010) houvesse continuidade dos trabalhos, haja vista que além dos resultados satisfatório os professores eram em sua maioria contratados.

A gestão escolar realizou-se de comum acordo com os professores, juntamente com a gerência de educação do campo da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso (SEDUC).

Assim, elaborou-se o “projeto Terra”.

Este projeto, além de atender as expectativas, beneficiou os professores, ampliando a carga horária para novecentas horas. No ano seguinte (2011), houve a necessidade de assegurar o projeto no Plano Político Pedagógico (PPP). Assim, com a participação dos professores e da gestão escolar, o projeto foi inserido, porém, somente no ano de 2012 a gerência de educação do campo da SEDUC, após analisar resultados, implantou na matriz curricular da escola anexa para o ensino médio as disciplinas diversificadas de agroecologia, economia solidária e agricultura familiar.

■ 4 A 1ª FEIRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA ESCOLA ANEXA CEZINA ANTONIO BOTELHO

Em novembro de 2012, a escola anexa, juntamente com a comunidade, organizou uma feira de economia solidária, com a presença e participação das associações das comunidades rurais do entorno da escola e sindicato rural.

A feira demonstrou a capacidade da economia solidária como detentora de um movimento amplo e profundo, cujas raízes históricas se encontram nas

ações e nas lutas de organizações de trabalhadores e nos movimentos populares, um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar com o apoio dos governos.

A feira em si foi a base para demonstrar que a economia solidária pode transitar em todas as áreas do conhecimento, independente da maneira de que a unidade organiza seu espaço e seu tempo pedagógico. Tal organização teve como protagonista o aluno, que pode socializar outras habilidades ou saberes e os professores, neste contexto, serem mediadores do saber, segundo a ótica de Paulo Freire (1976).

A partir desta experiência, a escola se firmou como detentora das disciplinas diversificadas. No entanto, havia a necessidade das disciplinas de agroecologia, economia solidária e agricultura familiar atingirem também o nível fundamental e a EJA. Essa feira esta proposta nas orientações curriculares, haja vista que pode ser utilizada como motivos de celebração e aproximação com a comunidade, além de melhorar as práticas pedagógicas relacionadas à economia solidária.

Convém alertar que a Coordenação de Jovens e Adultos (CJA) apenas sugere que os profissionais que participassem da economia solidária organizem com os estudantes, cooperativas, associações e outras formas de trabalho cooperado. Cabe, assim, aos profissionais fomentar discussões e apontar outras possibilidades de economia diferentes de uma proposta pautada no capitalismo, na qual não há espaço para todos.

Diante disso, no ano de 2013, a matriz curricular da escola anexa passou por nova alteração, atendendo também o nível fundamental. No ano de 2014 não foi possível atender a EJA, contudo, estamos no caminho certo, disse Frank Eduardo, gerente da educação do campo da SEDUC na época. Para conseguir implantar esta matriz as escolas devem construir as mesmas. Precisa trabalhar para depois inseri-las. É um processo longo e demorado, pois para isso existem regras.

Porém, a ausência do currículo na matriz da EJA não significa que este não faça parte do currículo da escola anexa, pois enquanto aguarda a implantação das disciplinas na matriz curricular da escola a mesma trabalha temas que mais se aproximam da realidade dos sujeitos clientes da EJA. Na certeza de que estas disciplinas vão contribuir e fortalecer a economia solidária dentro da moda-

lidade EJA, a coordenadoria de educação de jovens e adultos orienta trabalhar a economia solidária como tema transversal.

Segundo as Orientações Curriculares (2010), trabalhar a mesma no curso EJA favorece a construção do conhecimento porque permite o entendimento deste trabalho como processo de democratização da economia solidária e de alternativas alienantes e assalariadas que as relações capitalistas lhes impõe. Há também o objetivo de evitar que muitos saiam das pequenas cidades ou do campo em geral sem formação. O trabalho na cidade traz a ilusão de melhor qualidade de vida, ilusão a qual os estudantes da EJA estão expostos.

Sendo assim, o mundo do trabalho não deve separar-se do seu currículo, pois o papel da escola é fomentar discussões e apontar outras formas de trabalho. A economia solidária favorece o emprego da metodologia da educação popular, que é a educação pautada no diálogo, pois amplia as práticas da cidadania a medida que se permite problematizar a realidade e superar as condições de negação e silenciamento os quais os jovens e adultos estudantes da modalidade EJA estão submetidos na economia da forma capitalista (ORIENTAÇÕES CURRICULARES, 2010).

É justo, nesta perspectiva, que a economia solidária deva ser inserida na proposta curricular da EJA, seja como assunção de valores distintos ao do capitalismo, seja, principalmente, como possibilidade de conhecimento a partir da realidade (MELO NETO, 2004; SINGER; 2005).

A integração da realidade com o currículo é debate recorrente entre os educadores, porém, sem práticas tem sido difícil o diálogo. Além disso, há de se considerar a falta de comprometimento político e a fragilidade de formação inicial e continuada.

Ainda segundo as Orientações Curriculares (2010), os documentos e estudos que tratam da EJA na atualidade estabelece do ponto de vista teórico que há estreita ligação entre a EJA e o mundo do trabalho, mesmo quando abordados na ótica tradicional.

Contudo, as práticas pedagógicas capazes de efetivar esta aproximação ainda são raras e carecem de maior quantidade e qualidade.

A economia solidária, na compreensão de Paul Singer (2005), nasceu com o capitalismo e o persegue com sua própria sombra; porém, ela surge hoje como

fonte de resposta para se opor ao mesmo e recuperar a concepção do trabalho num sentido mais humano.

Neste sentido, entendemos que a economia é um caminho de comunicação com aqueles e aquelas que desejam pensar alternativas econômicas para as muitas pessoas que estão em desamparo existencial porque não tem trabalho nem renda.

É ainda comunicação com aqueles e aquelas que não se dão bem com relações de trabalho de dominação e exploração, que caracterizam nossa sociedade. São esperançosos e tem projetos de construção de uma sociedade solidária no qual predomina o princípio da cooperação (ABDALLA, 2002). Sendo assim, o mundo do trabalho e a modalidade EJA são fortemente ligados.

■ 5 A PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada na secretaria da escola Cezina Antonia Botelho, sede das salas anexas, onde foi desenvolvida a experiência citada na introdução, além da secretaria da escola, onde foram recolhidos dados do PPP da unidade. Também foi aplicado um questionário aos educando, educadores e membros da comunidade.

O questionário foi dirigido a três educadores, 42 alunos e quatro membros da comunidade. Estes sujeitos foram escolhidos para responder ao questionário por terem participado diretamente da experiência que resultou no processo de implantação do currículo citado.

As perguntas dirigidas aos educados e membros da comunidade foram as seguintes, as quais são seguidas de breve exposição das respostas coletadas:

1º O que é economia solidária?

A maioria dos entrevistados respondeu, resumidamente, que economia solidária é um jeito de produzir e comercializar bens e serviços de maneira coletiva e com preço justo dentro do contexto de que o trabalhador, estudante da EJA possa prover com dignidade a sua existência.

2º Qual sua relação com a economia solidária?

Nessa questão, a maioria respondeu que a relação é boa, pois os pais já a praticam há muito tempo com outros nomes, tais como: mutirão, mixurum, meia escambo, partilha entre outros.

3º o que você entende por agroecologia?

Sobre a agroecologia, a resposta predominante pode ser assim sintetizada: agroecologia é produzir com sustentabilidade, repetindo e manejando o solo.

4º Qual seu envolvimento com a agricultura familiar?

Sobre o envolvimento com a agricultura familiar prevaleceu a resposta de que o envolvimento é diário, haja vista que a agricultura familiar faz parte da sua realidade.

5º Qual a definição de trabalho coletivo?

Nessa última pergunta, a resposta predominante foi: trabalhar igualitariamente para o bem de todos.

Neste sentido, pode-se perceber que a economia solidária recupera o sentimento de pertencimento das pessoas a uma comunidade, a um grupo social, a uma organização social, que se constitui para assegurar a sua existência ou a reprodução social da vida.

O que precisamos fazer para a economia dar certo é mudar a nossa forma de pensar, da ideologia da competição para a cooperação, da concorrência para a solidariedade. Isto implica também mudanças culturais, ou seja, na forma como nos comportamos em sociedade. Porém, a economia solidária é possível, e está acontecendo (ZART; LAUDERNIR LUIZ, 2013).

É gratificante sabermos e termos a consciência de que existem alternativas em processo de construção, no campo das organizações populares. Então, é necessário reconhecer que os sujeitos ao se organizar a partir da economia solidária e da agroecologia precisam de um novo conhecimento.

Neste sentido, se faz necessário que a educação formal faça sua parte, pensando num currículo que satisfaça essa necessidade.

Sobre o resultado da pesquisa obtido por meio do questionário dirigido aos **educadores**, temos o que segue:

1º Qual a importância da implantação da economia solidária no currículo EJA?

Os professores foram unânimes em responder que a possibilidade de aproximar o currículo da realidade dos sujeitos atendidos na EJA seria de suma importância para um melhor desenvolvimento no processo de ensino-aprendizagem.

2º Como você define a economia solidária?

Em relação à pergunta como você define a economia solidária a maioria respondeu que educadores e educadoras que estiverem trabalhando com modalidade EJA deve se envolver com a mesma, pois ela como ferramenta pedagógica pode auxiliar na problemática relacionada ao ensino da modalidade EJA.

3º Qual seu envolvimento com a economia solidária?

Dois dos três educadores que responderam sobre qual seu envolvimento com a economia solidária disseram que possuem envolvimento com mesma por meio de associações e um respondeu que a ligação com economia solidária se deu por intermédio da escola em qual a mesma trabalha.

■ 6 CONCLUSÃO

Considerando a pesquisa realizada na escola Cezina Antonio Botelho sobre a implantação da economia solidária na matriz curricular desta e a possibilidade da implantação da mesma na EJA, cujo objetivo foi identificar os pontos negativos e positivos que educando, educadores e comunidade perceberam com a implantação do currículo citado, ficou evidente que a experiência é viável e que fomentar as discussões sobre o mundo do trabalho e o currículo EJA nas escolas requer a introdução da temática da economia solidária.

Entretanto, as práticas neste sentido são escassas. Ademais, a educação não acontece exclusivamente nas escolas e nem de maneiras formal. É uma construção que se efetua durante toda a vida, o que implica ampliar a compreensão acerca das práticas pedagógicas direcionadas ao público EJA.

É importante afirmar que o trabalho pedagógico em economia solidária no currículo EJA pode ser uma ferramenta para os professores e professoras que enfrentam dificuldade para realizar o trabalho por área de conhecimento haja

vista que a formação inicial é disciplinar e a organização pedagógica para esta prática exige planejamento coletivo.

De acordo com Sousa, March e Machado (2004), a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção eliminaram a possibilidade de que todos os homens pudessem ver o mundo de uma forma comum. Situação com a qual a economia solidária vem para romper, pois nela não há separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, muito menos entre quem pensa e quem realiza o trabalho, não há patrões nem empregados e o trabalho é produto da ação e da tomada coletiva de decisões de homens e mulheres sobre o qual é necessária a sua realização com vista a transformação social.

Como ferramenta pedagógica, a economia solidária usa uma metodologia que pode romper com a ideia de que professores e alunos são a mesma coisa.

Pode romper, conforme pondera Singer (2002.), com o modelo em que o primeiro só ensina e o segundo só aprende, como se um mais nada tivesse a aprender e o outro nada a ensinar, como se o aluno fosse uma folha em branco, apesar do conhecimento que possui.

Neste sentido, de acordo com o que nos ensinou Paulo Freire (2000), é necessário que se tenha uma troca de conhecimento, pois professores e alunos sabem coisas diferentes.

Nessa perspectiva, é possível se criar um sistema de aprendizagem autogestionário. Ainda segundo as Orientações Curriculares (2010), embora o Estado seja responsável pela organização teórica do currículo não é ele quem as põe em prática no chão das escolas ou nos centros de jovens e adultos (CEJAS).

Em nossos casos de educação de jovens e adultos, tal ação será o fruto do comprometimento do profissional da educação em sua base a partir das práticas pedagógicas engajadas identificadas com os sujeitos da EJA. Da mesma forma, engajada com o currículo da EJA. Apesar de escassos muitos educadores têm colaborado para garantir avanços. Os mesmos distinguem limites, mas também apontam possibilidade e não se restringem apenas a proposição de políticas capazes de atender as necessidades dos sujeitos da EJA. Também atuam no acompanhamento da execução das políticas propostas, realizando o controle social e outras funções principais.

Diante do exposto, fica clara a preocupação da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso (SEDUC) em melhorar o currículo da modalidade EJA, como um princípio educativo a partir do trabalho e de educação ao longo da vida, porque se realiza em espaços e tempos também diversos, dentro e fora das escolas, desenvolvendo, assim, condições para a ampliação da prática da cidadania.

■ 7 REFERÊNCIAS

ABDALLA, Mauricio. **O princípio da cooperação em busca de uma nova racionalidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia de a autonomia** - saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MELO NETO, José Francisco. **Autogestão e educação**, 1º edição João Pessoa, ED. Universidade Federal da Paraíba, 2004.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES: **Diversidades educacionais**. Secretaria de educação de estado de educação de Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

SINGER, Paul, **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perceu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. A Economia solidaria como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia Portela **economia solidária e educação de jovens e adultos**. INEP/MEC. Brasília. DF, 2005.

SOUZA, Ana Inês; MARCH, Lourdes e MACHADO, Maria Izabel. O trabalho no capitalismo: Alienação e desumanização. **Caderno 3 da série "História social do trabalho"**. Curitiba PR: Editora Gráfica Popular, 2004.

ZART, Laudénir Luiz. **Sócio economia solidária**. UNEMAT Editora, 2013.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: O PLANTIO DA MANDIOCA NA REGIÃO DA COMUNIDADE JOÃO CARRO - MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

LEILA DA CONCEIÇÃO BEZERRA¹

ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS²

Resumo: No Brasil, a educação é alvo de muitas mudanças, porém, elas não foram suficientes para acompanhar a revolução técnica e científico. A Educação para Jovens e Adultos, nova designação do Ensino Supletivo, caracteriza-se como uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos dos alunos, adquiridos a partir das vivências diárias e no mundo de trabalho. Trata-se de uma modalidade de ensino, portanto, diferente do ensino regular em sua estrutura, regime escolar e, em particular, a metodologia. Caracteriza-se pela sua flexibilidade e pelo ensejo de soluções novas, exigidas pelas diferentes realidades.

Palavras-chave: EJA. Economia Solidária. Educação do Campo. Cultura de Mandioca.

1 Professora da rede pública estadual, aluna do curso de pós-graduação lato sensu EJAECOSOL (UFMT).

2 Professor da rede estadual de mato grosso e da rede municipal de Cuiabá, licenciado em Educação Física pela UFPEL e mestre em Educação pela UFMT, integrante da rede de educadores de economia solidaria da região centro-oeste.

■ 1 INTRODUÇÃO

Em nossa região, é comum nos depararmos com famílias que se encontram em vulnerabilidade social, sendo importante, nesta ótica, apresentar-lhes outra forma social de produção, tanto econômica quanto social, como é a Economia Solidária. Nova para alguns, antiga para outros, pois, de acordo com Singer (2005), este modo de produção foi criado praticamente junto com o capitalismo, como se fosse a sombra deste.

A proposta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) recomenda que as ofertas possam garantir aos estudantes jovens e adultos trabalhadores, autonomia e conseqüentemente, o exercício da cidadania com plena participação na sociedade.

São várias as dificuldades com relação às propostas governamentais, que tem por objetivo a redução dos problemas causados pelo analfabetismo, bem como do próprio analfabetismo, tais como a falta de uma proposta conceitual de alfabetização voltada para jovens e adultos. Estes ajudaram a produzir as riquezas do País e são portadores de uma cultura muito rica, mas o Estado não consegue ou não tem a vontade necessária para pensar ofertas educativas contextualizadas às situações de vivências daqueles que estarão sendo alfabetizados, quando as realiza.

Diante do fato que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento e de que a EJA tem um papel essencial nesse sentido, é necessário mediar o conhecimento para que se possa avançar na compreensão dos conhecimentos já adquiridos, possibilitando, assim, tornar-se um espaço no qual os alunos possam trabalhar e, ao mesmo tempo, ampliar seu desenvolvimento intelectual.

A economia solidária pode ser um meio capaz de reorganizar os sentidos do trabalho em uma nova configuração de geração de renda. À medida que o capitalismo não cumpre o que discursivamente se propõe, ela torna-se de suma importância para a economia brasileira, sobretudo do ponto de vista socioeconômico. As pessoas de baixa renda ou excluídas tem se inserido neste movimento, seja para iniciar uma cadeia de bons negócios, mas, em especial, para a sua subsistência.

O cenário político e econômico das últimas décadas apontou para uma crescente desvinculação das categorias emprego, trabalho e estudo. Diante dos

quadros de empobrecimento, devido à “desocupação estrutural”, novas temáticas de geração de renda tornam-se opções necessárias.

Recentemente, em nossa história da educação se realizou a separação entre educação propedêutica e a profissional, uma para a elite e outra para as classes populares, a primeira visando o ingresso ao ensino superior e a segunda apenas o curso técnico. Quando se discute hoje o ensino médio integrado, se está propondo uma escola única.

Considera-se, que este artigo poderá contribuir para as famílias da região João Carro, através das iniciativas solidárias, com uma nova perspectiva quanto à organização das pessoas e do trabalho, bem com a inserção de novos valores como, por exemplo, autonomia, autogestão, democracia, responsabilidade, igualdade, justiça social e solidariedade.

No caso, a cultura da mandioca representa uma produtividade rápida e eficaz, com garantia de rentabilidade e menor custo de produção, uma vez que o cultivo pode ser em solo menos férteis, desde que seja drenado e pouco argiloso. A mandioca gera emprego e renda nas áreas rurais com o procedimento de produção e industrialização, chegando até mesmo a comercialização de seus derivados.

As necessidades do mundo atual levaram as pessoas a retornarem à escola em busca dos conhecimentos sistematizados, que só a escola pode possibilitar às pessoas, como também o desenvolvimento de habilidades, hábitos e capacidades cognitivas, para que possam atuar e transformar sua realidade, a partir do seu entorno, bem como conquistar o direito à cidadania.

O trabalho, meios de transportes, cansaço do aluno, desemprego, falta de moradia, entre outros, são fatores importantes que devem ser considerados quando da implantação de temáticas de ensino, ou seja, do currículo da EJA, os quais visam favorecer àqueles que não puderam e não podem frequentar regularmente a escola e para quem estes temas fazem parte da problemática cotidiana.

Considerando a Economia Solidária como uma dessas temáticas de trabalho, vem influenciando no sentido de despertar o empenho desse cultivo, uma forma inovadora na geração de trabalho, uma vez que representa um retorno de curto prazo e menos custos.

O cultivo da mandioca faz parte da cultura da região para a população. Em geral, são pequenos agricultores em busca de manter ativos no mercado, associados em cooperativas e com a necessidade de produzir e comercializar de forma coletiva procuram ingressar ou retornar a escola para dar prosseguimento aos estudos.

De uma maneira geral, a Educação de Jovens e Adultos EJA se destina às classes operárias, visando suprir ou remediar deficiência da organização e ajustar às novas condições de trabalho. A questão é até que ponto os alunos podem se educar, sem a necessidade de se afastarem do emprego ou do trabalho, no caso da economia solidária?

O objetivo que se tem é o de inserir a Economia Solidária na prática de que realiza o plantio de mandioca, para colaborar com a melhoria da qualidade de vida e o bem viver das famílias residentes na Comunidade João Carro - Município de Chapada dos Guimarães-MT. Objetiva-se, ainda, com esse estudo, sugerir meios específicos, tais como: realizar palestras sobre Economia Solidária; pesquisar cultivos de mandioca; oferecer cursos semi profissionalizantes na área do plantio da mandioca; combinar as épocas de plantio com os ciclos de cultivos e as épocas de colheita; garantir um fornecimento contínuo de matéria-prima para o processamento industrial; proporcionar elo entre as famílias envolvidas na pesquisa; Criar espaços de trabalho comunitário; e reajustar os currículos.

O estudo é direcionado a mulheres, homens, jovens e adolescentes acima de dezesseis anos, que não possuem renda e que possam trabalhar e ter uma renda alternativa e, ao mesmo tempo, dar continuidade aos seus estudos.

Este artigo caracteriza-se por utilizar pesquisa qualitativa, cujo objetivo é cooperar para a formação de políticas, programas e ações de apoio à capacitação profissional e à construção da cidadania das pessoas na comunidade. Procura-se intervir na realidade deste bairro com intuito de mudança e transformação desta realidade local, isto é, da comunidade João Carro e o seu entorno.

Foi executada uma pesquisa social, com base empírica concebida e realizada em estreita associação com uma os moradores da comunidade, buscando uma ação, que tivesse como perspectiva a resolução de um problema coletivo. Buscou-se que a população possa superar as condições existentes e que diversos dos problemas diagnosticados fossem envolvidos ou resolvidos de modo cooperativo e participativo.

Segundo Thiollent, (1997, p.145), "a pesquisa-ação é um método de condução de pesquisa aplicada, orientada para elaboração de diagnóstico, identificação de problemas e busca de soluções."

Depois de elaborada a pesquisa de campo, e para que alcançasse embasamento foi aplicada uma coleta de dados junto aos moradores da comunidade João Carro, no município de Chapada dos Guimarães/Mato Grosso.

Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica, coletadas informações em material publicado em livros, revistas, redes eletrônicas, material disponível. Para Gil (1999, p. 85), a pesquisa "bibliográfica é produzida mediante material elaborado, principalmente livros e artigos científicos, essencial para o desenvolvimento da pesquisa."

■ 2 DIAGNÓSTICO

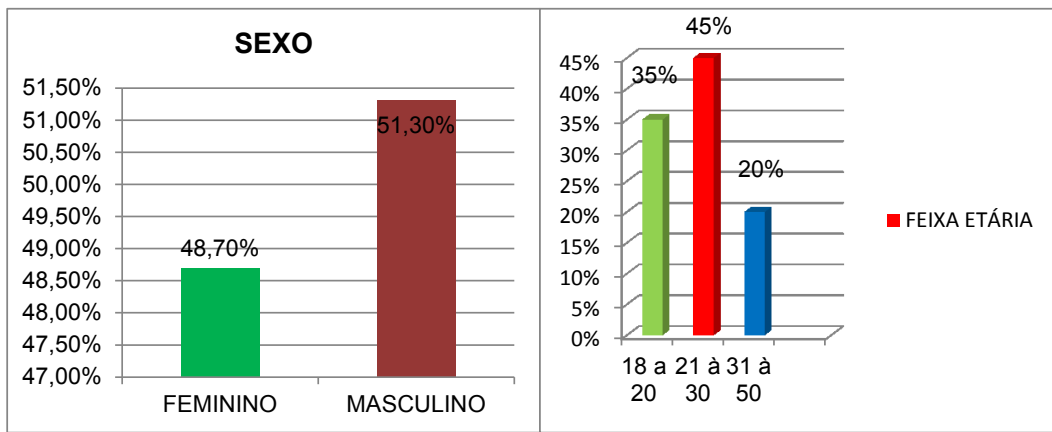
O presente artigo tem como objetivo apresentar um retrato social da Comunidade João Carro, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social, que vivem nas comunidades carentes da região.

O referido bairro fica localizado no município de Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, Latitude:15.4528, Longitude: 55.7392 15° 27' 10" Sul, 55° 44' 21", na mesorregião Oeste Mato Grossense, sessenta e sete quilômetros da capital estadual Cuiabá. O bairro conta hoje com uma Escola Municipal, fundada em 2013.

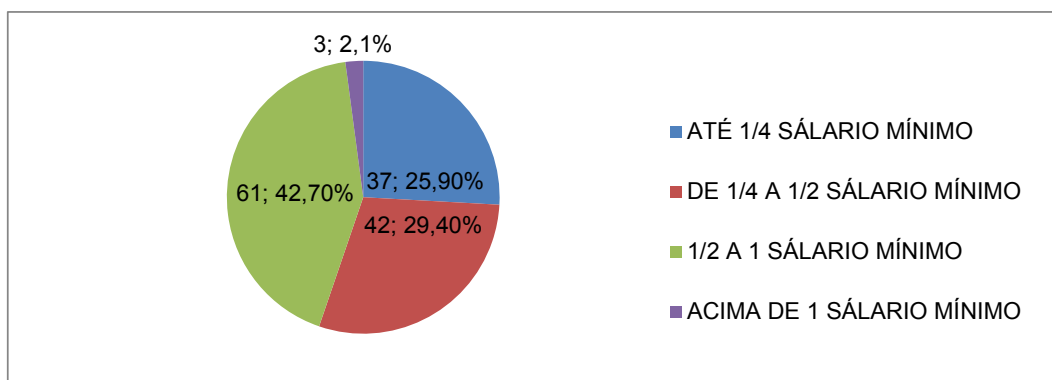
Nesta escola, os alunos falam sobre as formas diferenciadas de atendimento à EJA no campo. Isso porque o estabelecimento de ensino atende 195 estudantes em cinco salas anexas, que funcionam na comunidade vizinha de João Carro, numa escola municipal.

A maior parte dos alunos vem das redondezas, deslocando-se de ônibus, bicicletas, motos e outras formas de locomoção. Nesse aspecto, solicitamos aos professores serem mais flexíveis aos alunos do EJA, pois são trabalhadores do campo, bem como desempregados, na maioria das vezes.

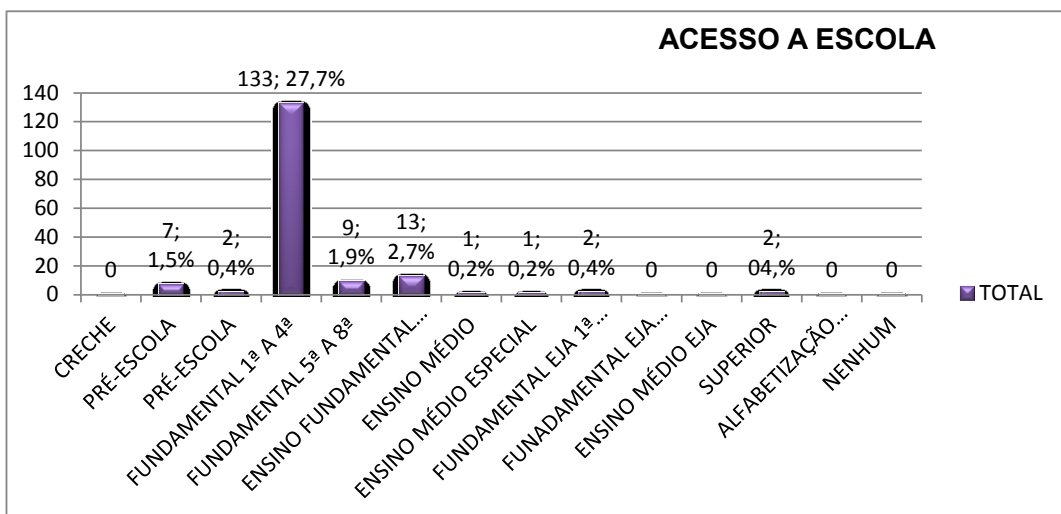
Na comunidade, existem na EJA aproximadamente 195 alunos, que frequentam a unidade escolar, sendo 48,7% do sexo masculino e 51,3% do sexo feminino. Por sua vez, a faixa etária é de 18 à 50 anos, conforme demonstra o gráfico abaixo.



Quanto à renda familiar, o resultado aponta o seguinte;



Identificamos que o citado bairro não oferece o ensino fundamental regular de nove anos, ensino fundamental especial, ensino médio especial, fundamental supletivo (5ª a 8ª), pré-vestibular e alfabetização para adultos.



ACESSO A ESCOLA	TOTAL	%
CRECHE	0	0,00%
PRÉ-ESCOLA	7	1,50%
PRÉ-ESCOLA	2	0,40%
FUNDAMENTAL 1ª A 4ª	133	27,70%
FUNDAMENTAL 5ª A 8ª	9	1,90%
ENSINO FUNDAMENTAL ESPECIAL	13	2,70%
ENSINO MÉDIO	1	0,20%
ENSINO MÉDIO ESPECIAL	1	0%
FUNDAMENTAL EJA 1ª A 4ª	2	0,40%
FUNADAMENTAL EJA 5ªA 8ª	0	0,00%
ENSINO MÉDIO EJA	0	0,00%
SUPERIOR	2	0,40%
ALFABETIZAÇÃO ADULTOS	0	0,00%
NENHUM	0	0,00%

Entendemos que a frequência relativa é a proporção de elementos que a classe possui, em relação ao número total de elementos da amostra. Neste caso, está representada em termo de porcentagem, como exemplo a tabela do gênero do responsável pela renda da unidade familiar: masculino = 15 (10,5%) e feminino = 128 (89,5%).

■ 3 COMUNIDADE JOÃO CARRO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT

A Comunidade João Carro, localizada no município Chapada dos Guimarães Mato Grosso, é considerada uma das maiores comunidades rural do município, localizada na região do Manso, próxima ao lago. Abarca cerca de 100 famílias e funciona como polo central, pois é nesta comunidade que funciona a escola, posto de saúde, correio, padaria, mercado, mercearia, e o comércio em geral. Atende diretamente sete comunidades e, indiretamente, muito mais. Considerando estas outras comunidades, o atendimento abarca cerca de 900 famílias. Trata-se de um lugar tranquilo pacato, com índice de violência baixo, onde se percebe muitas pessoas se mudando para lá, fazendo com que cresçam os problemas sociais.

Uma boa parte dos moradores é sitiante de pequeno e médio porte. No município, a sustentabilidade da agricultura familiar faz o diferencial. A transformação e a organização do espaço do município, cujos modificadores foram os

empreendedores particulares, manou o plantio de mandioca. Produtores rurais de Chapada dos Guimarães (67 km ao Norte de Cuiabá) estão vendendo seu produto, o saco de 60 quilos, para os atacadistas de Cuiabá e Várzea Grande³³.

Só com a venda da mandioca, os produtores não conseguem quitar o financiamento junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), considerando o custo da sua produção. Na região, são cultivados 300 hectares de mandioca, com uma produção estimada de 3.750 toneladas, e comercializadas diariamente em torno de 30 toneladas.

Diante das expectativas, os 150 produtores de mandioca da comunidade local e vizinhanças, localizadas no entorno do lago de Manso, têm o desejo de obter retorno financeiro, a partir do meio do ano. Mais para o final, o preço da mandioca aumenta, devido a insuficiência no mercado, e na região a produtividade é a mesma. Isso é causado também porque o solo apresenta boa fertilidade, é arenoso e fica fácil a retirada da raiz da mandioca, tanto no período da seca como das chuvas, sem causar a quebra do produto.

É notável os produtores tentando evitar prejuízos, ativar a fabricação de farinha com a transformação da mandioca *in natura*. Com isso, os produtores poderão obter lucro e renda da lavoura. O supervisor da Empaer⁴ explica que para produzir um fardo são necessários 240 quilos de mandioca, ou seja, quatro sacos. E a farinheira tem capacidade para produzir 675 quilos de farinha por dia.

■ 4 O CULTIVO DA MANDIOCA

O Brasil ocupa a segunda posição na produção mundial de mandioca (12,7% do total). O cultivo se dá em todas as regiões. Ela possui um valor importante na alimentação humana e animal, como elemento para numerosos produtos industriais, além disso, favorece a geração de emprego e de renda, e, principalmente, no processamento de farinha as atividades mandioqueiras proporcionam uma renda.

De acordo com a Embrapa, “o plantio da mandioca é realizado com manivas ou manivas-sementes”, podendo ser feito, também, tradicionalmente. A

3 <http://www.mt.gov.br/imprime.php?sid=166&cid=78075>

4 http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_centrosul/importancia.htm

partir dos conhecimentos empírico das pessoas, os toletes, em geral, parte das haste do terço médio da planta, com 20 cm em média de comprimento e com 5 a 7 gemas. A seleção das ramas é fator muito importante para o preparo das manivas. Devido à multiplicação vegetativa, a seleção das ramas e o preparo das manivas são pontos importantes para o sucesso da plantação.

Para o plantio, deve se preparar o material para o desenvolvimento da cultura da mandioca, fato que resulta em aumento de produção com menores custos. Nesta fase, alguns feitos de ordem fitossanitária e agrônômica devem ser ponderados.

Vale lembrar que o material de plantio deve estar livre de pragas e doenças. Devem ser impedidos mandiocais com alta ocorrência de bacteriose, broca da haste, ácaros, percevejo de renda, ou que sofreram granizos ou geadas.

■ 5 O PERFIL DO TRABALHADOR DO CAMPO

O perfil socioeconômico dos trabalhadores no campo da Comunidade João Carro - Município de Chapada dos Guimarães - MT, não é dos melhores. Geralmente, esses trabalhadores são pessoas de poder aquisitivo baixo, vivem na periferia da cidade e desempenham suas atividades no campo. Outra parte destes trabalhadores são os migrantes. Estas categorias de operários vivem também em situações difíceis. Alguns deles moram em alojamentos oferecidos pelos “gatos” ou agenciadores. Em alguns alojamentos existem as cantinas, onde vendem seus produtos cultivados como, por exemplo, a farinha e a coxinha (salgado) entre outras coisas, criando, desta forma, uma espécie de dependência.

A questão social existente é de calamidade. Por exemplo, ausência de transporte regular, falta de ônibus e quando, existentes, são de péssima qualidade. Até hoje a proposta de melhoria das estradas e a promessa do asfalto, estão apenas no papel. Esta melhora, possibilitaria a melhoria condições de trabalho e de vida das pessoas. Muitos acordos coletivos se reduzem a promessas. Não se tornam realidade.

A partir de um diálogo com os trabalhadores da Comunidade João Carro, podemos perceber que existe por parte de alguns moradores a compreensão de que o processo precisa evoluir para que atinja os objetivos da comunidade:

[...] se bem que a gente tem o capital, mas posso transformar o dinheiro em farinha. Porém tem que ver o lado sócio econômico da pessoa. Se diversificar a produção, você também está diversificado a forma de entrada de dinheiro. Está aumentando a fonte de renda, está também aumentando o número de trabalhadores. Veja bem o que nós estamos vivendo hoje, essa questão de sequestro, é fruto de uma ganância sem medida⁵. (Grifo da autora).

Diante desta conversa com o Sr. Joaquim Rodrigues da Silva, conclui-se ser necessário um incentivo a essa gente trabalhadora do campo. Um esclarecimento, ou talvez a proposta de pensar um programa por parte dos profissionais da área, para melhorar o plantio. Muitas vezes, o produtor tem o capital para investir, porém, não tem a iniciativa e lhe falta um planejamento mais efetivo para melhorar sua produtividade.

■ 6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Índice de Alfabetização:

Ano			População alfabetizada		Analfabetos porcentual		
2010	5103007	Chapada dos Guimarães-MT	13.149	11.481	87,3	1.668	12,7%

DADOS retirados do SISTEMA BRASIL ALFABETIZADO - SBA 2014

Turmas Atendidas em 2014:

Turmas: 98, sendo 08 urbanas e 90 do campo

Alunos atendidos no referido período: 782

Alfabetizadores: 69. Coordenadores: 15, totalizando 84 bolsistas.

A Secretaria de Educação, consciente da relevância social na formação de Jovens e Adultos de quinze anos em diante que não tiveram acesso à educação na idade regular de quatro aos dezessete anos⁶, tem definido sua proposta educacional, baseando-se em novas relações para garantir a este educando,

5 Depoimento extraído informalmente de um membro da comunidade, o qual denominaremos, Sr. Joaquim. Plantador de mandioca da Comunidade João Carro.

6 EMENDA CONSTITUCIONAL n° 59, de 11 de novembro de 2009 da Presidência da Republica.

jovens e adultos trabalhador autonomia e, conseqüentemente, o exercício da cidadania com plena participação na sociedade.

Na V Conferencia Internacional sobre a Educação de Adultos, realizada em Hamburgo, em 1997, considerou-se a Educação como requisito fundamental para a humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro. Reafirmou-se, assim, que a educação é indispensável ao desenvolvimento do homem e da mulher enquanto cidadãos e na construção de um mundo em que a violência cede lugar ao diálogo e a cultura da paz, baseada na justiça.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desenvolve uma proposta política pedagógica, respaldada pela lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDBEN – que, no Artigo 4º, inciso I, determina, como dever do Estado, garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Contudo, a oferta por si só não é o bastante, é necessária que tenha significado para o estudante. Deste modo,

a alfabetização só ganhará sentido na vida de jovens e adultos se eles puderem aprender algo mais que juntar letras. Eles precisam desenvolver novas habilidades e criar novas motivações para transformar a si mesmos, interessar-se por questões que afetam a todos e intervir na realidade da qual fazem parte simultaneamente ao aprendizado da escrita. (SOARES, 1990).

A proposta educacional está fundamentada em uma pedagogia cuja base da ação educativa pauta-se na experiência da vida do educando. É necessário, portanto, que o diálogo se faça presente em todas as ações pedagógicas, proporcionando vivências coletivas de valores, pesquisas e interação com outro, garantindo a este segmento social o acesso à cultura letrada. Pessoas adultas, outrora excluídas da educação formal, podem desenvolver suas habilidades, enriquecer seus conhecimentos e aperfeiçoar suas qualificações técnicas e profissionais em sala de aula, contribuindo para a satisfação de suas necessidades no contexto social em que estão inseridas.

O currículo da EJA parte da compreensão de que se aprende de forma dinâmica e dialógica, uma vez que se constrói o conhecimento a partir da relação com o outro e com o objeto a ser conhecido. O processo de ensino e aprendizagem baseia-se nas experiências vividas pelos alunos, problematizando o conhe-

cimento acumulado pela humanidade no intuito de recriá-los e reelabora-los. Então, é necessário que as aulas sejam planejadas e realizadas com o objetivo de colaborar na promoção da capacidade do educando saber pensar, relacionar e questionar numa ambiência do aprender a aprender, como Demo (1995, p.98):

[...] aquilo que se intenaliza via decúria ou mera aprendizagem passa. Permanece apenas a capacidade de aprender a aprender, saber pensar, relacionar, questionar. Ainda sinaliza a direção do domínio metodológico propedêutico, mais que dos conteúdos. Este sempre esquecemos, O que fica é a habilidade de sempre de novo e de novo, reconstruir conhecimento.

■ 7 EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos em nosso País foi realizada inicialmente pelos jesuítas, através da catequização dos indígenas e data do período colonial.

Saber ler e escrever é tomado como ferramenta capaz, por si só, de levar à prosperidade e o bem estar social, porém a mera habilidade não é suficiente. É preciso que os programas de alfabetização sejam articulados a outras políticas e as mudanças mais ampla. (VÓVIO, 2004).

Na virada do século, 13,% dos brasileiros com 15 anos ou mais foram considerados analfabetos e 27, 3% frequentaram menos de quatro anos de escola (INEP, 2001). Passos fundamentais no sentido de reparar essa enorme dívida social foram dados no campo legal: por exemplo, o direito à educação para todos assegurados pela Constituição Federal de 1988, as metas de redução significativa do analfabetismo propostas pelo Plano Nacional de Educação, assim como a garantia de atendimento a jovens e adultos no ensino fundamental e médio. Porém, há uma grande distância entre as intenções promulgadas nas leis e o seu cumprimento efetivo: um grupo significativo da população não pode compartilhar de atividades socioculturais relevantes nas quais a linguagem escrita toma parte, como ler e escrever de forma autônoma para se divertir ou informar sobre questões que afetam diretamente suas vidas.

O Programa Alfabetização Solidária, empreendido pelo governo federal até 2002, constituiu-se em uma ONG, em 2003. Dirige ações a municípios e regiões com índices elevados de analfabetismo, mediante parcerias com universidades públicas e privadas, que atuam na formação e no acompanhamento das ações.

Em 2003, a educação de jovens e adultos retornou a agenda política, em especial sob o tema da alfabetização, apontada com uma estratégia para fazer frente à exclusão e à desigualdade, vista como uma via para a construção de uma sociedade democrática, para a garantia de direitos humanos e para a promoção da tolerância e a solidariedade. Coexistem atualmente programas organizados pelo Ministério da Educação, por outras organizações da sociedade civil, tais como:

O Programa Brasil Alfabetizado, iniciado pelo Ministério de Educação e Cultura em 2003, destina recursos a organizações da sociedade civil, organismos públicos estaduais e municipais e instituições de ensino superior para desenvolverem seus projetos de alfabetização. Prevê, ainda, incentivo à leitura por meio de distribuição de livros aos recém-alfabetizados.

Os Programas Mova são implementados e financiados por governos municipais e estaduais, em parceria com organizações da sociedade civil. As parceiras responsabilizam-se pelo desenvolvimento das ações de alfabetização, enquanto o órgão público subvenciona o programa e promove a formação dos educadores.

Algumas destas iniciativas assemelham-se às campanhas de alfabetização empreendidas em meados do século XX, caracterizadas por curta duração e desarticulação de outros programas nos quais jovens e adultos pudessem dar continuidade ao processo de aprendizagem. Saber ler e escrever é tomado como ferramenta capaz, por si só, de levar à prosperidade e ao cuidado de si e da família. Porém, a mera aquisição de conhecimentos e habilidades não é suficiente para alcançar tal resultado, é preciso que tais iniciativas estejam articuladas a outras políticas e a mudanças sociais mais amplas.

É comum nessas ações uma visão que limita o problema da alfabetização ao mero domínio do mecanismo de escrita (TORRES, 2001, p. 145). Adotando um único método para a alfabetizar, utilizam textos construídos artificialmente para aquisição da leitura e da escrita, lidam com uma visão única de leitor, privi-

legiam um tipo de escritas e uma única norma para a fala. A ênfase do processo educativo recai sobre o ensino, transferência de conhecimentos linguísticos a pessoas que pouco ou nada sabe sobre a linguagem escrita.

À dispersão e à diversidade de ofertas nesse campo deveria corresponder uma variedade de conceitos de alfabetização de jovens e adultos a uma visão ampla de educação, que se estende ao longo de toda a vida. É preciso assegurar oportunidades de continuidade de estudo em níveis mais elevados ou em programas educativos nos quais as pessoas possam continuar aprendendo ao longo de toda a vida.

É preciso reconhecer que jovens e adultos são portadores de cultura e que essa bagagem cultural é diversa e relacionada às suas biografias e ao contexto em que vivem. Entre outros aspetos, isso exige investigar as situações que vivenciam e a maneira como participam delas, o contexto em que estão inseridos e as atividades a que se dedicam. Exige, por fim, organizar os projetos educativos pautados tanto por essa bagagem cultural quanto pelas necessidades básicas e expectativas desses grupos.

É preciso superar a ideia de que educação se faz por meio de práticas uniformes, organizadas de modo independente das capacidades e expectativas dos sujeitos. É preciso superar a noção de que o foco da alfabetização concentra-se em ler, em escrever para aprender o sistema de funcionamento da escrita.

É preciso fortalecer e apoiar os educadores, no sentido de serem investigadores criativos e reflexivos em suas práticas e de estabelecerem interações com os educandos nas quais respeitem sua cultura, seus valores e seu processo de aprendizagem, de saberem escutar e interpretar suas expectativas. É preciso atenção à constituição de ambientes propícios para que os projetos de alfabetização.

■ 8 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS JOÃO CARRO – MT

A Educação de Jovens e Adultos permite um desafio no país, seja pela dificuldade de se concretizar políticas públicas competentes, seja pela ausência de um conhecimento sistematizado acerca dos professores e procedimentos de ensino/aprendizagem dessa modalidade. Nas últimas décadas o Ministério da Educação desencadeou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania onde toda a sociedade fora convocada a participar do esforço de erradicar o analfabetismo no país.

A Escola Professor Jacondino Bezerra da Comunidade João Carro funciona como sala anexa da EE São José⁷, o que revela a descontinuidade das políticas públicas para essa modalidade nos estados e, conseqüentemente, nos municípios.

Conscientes da necessidade de um campo para a educação de jovens e adultos a instituição organizou seus projetos pedagógicos voltados para a questão posta pela sociedade, para que sejam analisadas, refletidas e transformadas. Dessa forma, essa modalidade foi compreendida como uma das arenas importantes para construção de uma sociedade justa e democrática.

Haja vista que a história de educação de jovens e adultos da rede municipais da Comunidade João Carro acompanha o desenvolvimento político educacional e econômico da região/Estado, o município, através da SMEC, implantou o Programa de Alfabetização de Adultos (PAA), na década de 80. Nessa época, existiam poucas escolas voltadas a atender essa modalidade de ensino. Pouco se conhecia sobre o programa educativo eficiente e pouco se sabia sobre a aprendizagem dos adultos.

A maioria dos professores era leiga, e atuava com interferência partidária.

Nos anos de 1989 a 1992, a educação de adultos passa a ser afetada dentro do ensino regular, e somente a partir do ano de 1993 é que a rede municipal de educação implanta o 1º Grau, que atualmente é conhecido por ensino supletivo.

Depois de uma pesquisa por amostragem sistemática na Comunidade João Carro, observamos que a grande maioria da sua população é de baixa renda, e se faz preciso a implementação de projetos socioculturais e de geração de renda, como a proposta para melhorar o plantio da agricultura da mandioca seguida da possível farinha, que proporcionaria um rápido retorno financeiro. As famílias deste bairro teriam uma excelente opção para o crescimento da renda familiar, podendo no futuro formarem cooperativas para melhor escoar sua produção.

O projeto de intervenção é uma maneira e oferecer a oportunidade para estas famílias que se encontram em vulnerabilidade social, sendo preciso apresentar as mesmas uma nova forma social de produção. "Economia Solidária" é um meio de reorganizar os sentidos do trabalho em uma nova configuração de geração de renda.

7 Escola Estadual de Água Fria, distrito de Chapada dos Guimarães sede das salas anexas da EM Prof. Jacondino Bezerra em João Carro.

O cenário político-econômico das últimas décadas apontou para uma crescente desvinculação das categorias emprego e trabalho. Diante dos quadros de empobrecimento, devido à “desocupação estrutural”, novas modalidades de geração de renda tornam-se opções necessárias.

Considera-se que este projeto poderá contribuir para as famílias da Comunidade João Carro, através das iniciativas solidárias, com uma nova perspectiva quanto à organização, novos valores como autonomia, autogestão, democracia, responsabilidade, igualdade, justiça social e solidariedade. Como incentivo à população foi criada a associação das mulheres, com o intuito de que os jovens se inspirassem com seus trabalhos próprios e continuassem na comunidade. Hoje, a associação conta com a participação de mais ou menos 30 pessoas do sexo feminino, sendo que as mesmas produzem artesanatos e salgados para a venda, trazendo renda e oferecendo serviços a comunidade.

■ 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado do levantamento de dados, chegamos ao entendimento de que a grande maioria das famílias vive na Comunidade João Carlos, em situação de vulnerabilidade social devido à falta de trabalho e incentivo para melhorar a qualidade de vida. Observamos que em muitas famílias desta comunidade falta o necessário para viver uma vida digna, favorecendo a criminalidade (roubos, assaltos...).

Diante dos fatos, há uma preocupação de colaborar para o resgate da cidadania, recuperando a autoestima da população em risco social crianças, adolescente, jovens e mulheres. Sobretudo com o desejo de oferecer oportunidades para arcar com as pequenas despesas do dia-a-dia, é necessária a Economia Solidária, que oferece ações para as famílias, considerando ser ela a mola propulsora para o desenvolvimento humano da sociedade.

É possível uma economia onde as pessoas sejam movidas pelo desejo de cooperar um com os outros, existindo um modelo econômico com alternativa ao desenvolvimento baseando-se na justiça social e na sua realização.

O estudo realizado permitiu fortalecer o conceito da Economia Solidária, que tem a potencialidade de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e da cidadania e melhoria da

qualidade de vida das pessoas envolvidas. Compreendemos que a Economia Solidária é portadora de uma ética e cultura modificadora das relações humanas, comunitárias e sociais, recolocando a centralidade do ser humano, seu bem estar e a sua sustentabilidade.

Propõe-se constituição de empreendimentos coletivos solidários, em que as pessoas diretamente envolvidas tenham alternativas de autonomia e emancipação e, conseqüentemente, livrem-se da natural dependência e submissão das entidades públicas e de outros agentes externos.

Em suma, expressamos nossa firme disposição de constituir, no âmbito da comunidade, juntamente com outras entidades, um espaço solidário para a agricultura de mandioca, e, por fim, incentivar a permanência dessas pessoas em sala de aula, ou seja, na EJA.

■ 10 REFERÊNCIAS

CHIANCA, T.; MARINO, E.; SCHIESARI, L. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. Coleção gestão e sustentabilidade. São Paulo: I Fonte/Editora Global; 2011 GODOI.

DEMO, P. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez, 2001.

FARIA, Wendell Fiori de. **Educação de Jovens e Adultos**: Pedagogia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – M.T.E, **Secretária Nacional de Economia Solidária** – SENAES.

SOARES, M. Universidade, alfabetização e Cidadania. **Caminhos**, Belo Horizonte, n.º 1, 37, 45, jun. 1990.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-Ação nas Organizações**. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

VOVIO, Cláudia Lemos; JÓIA, **Orlando**. **Alfabetização de Jovens e Adultos**: Dianosticando necessidades de aprendizagem. Brasília: MEC; Ação Educativa, 1996. (Programa Educação para a Qualidade do trabalho).

Outras Fontes:

<http://www.camarachapadadosguimaraes.mt.gov.br/noticias-em-geral/366--saiba-como-foi-a-sessao-itinerante-na-comunidade-rural-de-joao-carro>.

http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_centrosul/importancia.htm.

A IMPORTÂNCIA DO SINTEP/MT PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CUIABÁ

LUCIANE MORAES DE MACEDO XAVIER¹
ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS²

Resumo: Este artigo discute a importância do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso no fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos – EJA, e da economia solidária. Inicia o trabalho por uma revisão histórica da Educação de Jovens e Adultos e da Economia Solidária e das suas lutas e conquistas, de modo a ouvir os profissionais que estão no chão da escola. Conclui com uma análise das possibilidades do Sindicato, além de atuante, se faça mais presente na escola, promovendo a educação de qualidade e solidária, e, na formação política, possa contribuir para a formulação das políticas públicas do Estado, em particular, para as da EJA.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos. SINTEP/MT.

1 Luciane Moraes de Macedo Xavier, Licenciada em Letras – Português/Inglês. Professora de Língua Inglesa no ensino Fundamental 3º ciclo nas Escolas Estaduais Hermelinda de Figueiredo e Souza Bandeira em Mato Grosso e discente do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária – UFMT. luciane.macedoxavier@gmail.com

2 Antônio Marcos Passos de Mattos, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006), graduado em Educação Física e Técnico em Desporto pela Universidade Federal de Pelotas - RS, Escola Superior de Educação Física – ESEF. Professor da Rede Estadual de Mato Grosso e do município de Cuiabá, Educador voluntário do Centro formação em Economia Solidária. ampmattos@gmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como norte (ou sul) mostrar a importância do Sindicato no fortalecimento da EJA e da Economia Solidária para a modalidade EJA, mediante o uso de pesquisa, frente ao evidente interesse em se ouvir os/as professores/as que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

A questão suladora³ foi percebida da seguinte maneira: qual a importância em ser sindicalizado e como essa postura auxilia nas práticas de Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos?

A metodologia empregada foi baseada na pesquisa bibliográfica e descritiva, com abordagem qualitativa e entrevista estruturada.

Conforme descreve Minayo (2010, p.57), o método qualitativo pode ser definido como:

[...] o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (IBGE, 1976; Parga Nina et.al 1985), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.

Ao se falar em entrevista como técnica de comunicação e coleta de dados, Cruz e Ribeiro (2003, p. 19) ressaltam o seguinte conceito:

A técnica da entrevista pode ser entendida como uma conversa orientada para um fim específico, ou seja, recolher dados e informações. O que torna necessário ao pesquisador ter sempre um plano para a entrevista, para que, no momento em que ela esteja sendo realizada, as informações necessárias não deixem de ser colhidas.

3 De Paulo Freire, é uma expressão usada com intuito de substituir o termo norteador como conotação ideológica, norte/superior; sul/inferior. Encontra-se no livro Pedagogia da Esperança.

Tem-se como objetivo principal mostrar a importância em se organizar como sociedade, a partir das demandas da escola e dos seus sujeitos.

Sabe-se que o SINTEP/MT é uma instituição atuante e tem um histórico respeitável na luta da classe trabalhadora da educação.

A pesquisa qualitativa teve como enfoque principal ouvir o profissional da educação que está no chão da escola e que atua na Educação de Jovens e Adultos praticando a Economia Solidária, com o objetivo de destacar os processos educativos, práticas formais, não formais e informais.

■ 2 A HISTÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária possui seu próprio meio de produção. Sabemos que são meios sociais que funcionam apenas coletivamente, como nos afirma Singer:

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela (2005 p.13).

No final do século XX, a Economia Solidária, no Brasil, ressurgiu como uma forma de resgatar a dignidade dos trabalhadores, através da inclusão social, em tempos de exclusão. Houve o avanço da economia solidária, a partir dos movimentos e agrupamentos sociais que se apoiavam e auxiliavam na organização de feiras, cooperativas e associações comunitárias. Surgiram muitas iniciativas e em diversos setores, alcançando não apenas os grandes centros do País, chegando aos estados e municípios mais longínquos e as pequenas cidades.

Atualmente, as organizações estão muito mais desenvolvidas e estruturadas.

Em 2003, a partir da demanda dos movimentos sociais, foi criada pelo governo federal a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – com o objetivo de fortalecer, divulgar, integrar esta prática social que, no entender do

auto gestor francês, Daniel Mothé, pode ser entendida com uma experimentação social, que se constrói gota a gota.

■ 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM MATO GROSSO E CUIABÁ

Nas duas últimas décadas, as experiências vivenciadas no País produziram influências também em nosso Estado.

Observou-se o avanço das cooperativas, associações e outras formas de trabalho e práticas coletivas em todo o Brasil.

Mato Grosso não ficou de fora desta expansão, cuja fragilidade vinda do neoliberalismo, como sistema político e econômico, provocou certa urgência em encontrar alternativas de geração de emprego e de renda.

Esta situação fez fortalecer em nosso Estado, a organização de sindicatos, cooperativas, associações e outras práticas coletivas.

O avanço da economia solidária no país e o enfoque dado pelo governo federal, também a fez avançar em Cuiabá. Um exemplo é o fechamento de lixões, que abriu portas para associações, cooperativas e trabalhadores/as do setor de catadores de resíduos sólidos.

■ 4 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Pode-se dizer que a Educação de Jovens e Adultos, no Brasil, está fortemente ligada às experiências e à visão de Paulo Freire, que trabalhou com este público, respeitando o contexto do indivíduo, seu universo vocabular, isto é, a sua cultura.

Ele nos mostrou que “aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação dinâmica que vincula linguagem à realidade.” (FREIRE, 1997, p.81).

Em 1934, a criação do Plano Nacional de Educação estabeleceu o ensino de Jovens e Adultos como dever do Estado e o MEC promoveu, em 1947, a Campanha de Alfabetização de Educação de Adultos.

Concomitantemente, instituições internacionais voltavam seus olhares para os feitos do Brasil, em favor da alfabetização da sua população.

O país vivia um momento de transição, saindo do rural/agrícola para urbano/industrial, e necessário era alfabetizar para se ter mão de obra qualificada.

Marx afirma: “A educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania.” (1991, p.27).

Com o Golpe Militar, em 1964, as iniciativas de fortalecer o povo, atender os seus desejos e necessidades, foram canceladas e reprimidas.

Já na década de 70, houve a criação do MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, sendo implementados centros de estudos supletivos no país todo.

Neste sentido, Arroyo provoca a olhar para as experiências de educação popular do final dos anos 50 e início dos anos 60.

Trazê-las às políticas de Educação de Jovens e Adultos, para ele, assim é analisado:

A herança legada pelas experiências de educação de jovens e adultos inspiradas no movimento de educação popular não é apenas digna de ser lembrada e incorporada, quando pensamos em políticas e projetos de EJA, mas continua tão atual quanto nas origens de sua história, nas décadas de 50 e 60, porque a condição social e humana dos jovens e adultos que inspiraram essas experiências e concepções também continua atual [...] em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida. Tão atuais que não perderam sua radicalidade, porque a realidade vivida pelos jovens e adultos populares continua radicalmente excluída. (ARROYO, 2001, p. 11).

O MOBREAL foi extinto em 1985 e em seu lugar teve vida a Fundação EDUCAR. O período era o de redemocratização do país, o que fortalecia as discussões em torno da EJA, do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, passando a ser amparado pela Constituição de 1988, também para os Jovens e Adultos. Indicava-se que esta obrigatoriedade fosse ampliada para o Ensino Médio, tão logo o ensino fundamental fosse universalizado.

Mato Grosso, por sua vez, estendeu a obrigatoriedade do Ensino Médio à sua população, muito antes dos demais entes da federação.

A sociedade aproveitava o momento de redemocratização para se organizar em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade. A vitória, que parecia breve e certa, não aconteceu. Em 1990, no governo Collor, com o “enxugamento” da máquina administrativa, foi transferida a responsabilidade para o estado e municípios e, assim, foi por mais de uma década.

Em 2003, no governo Lula, uma das metas era erradicar o analfabetismo. O Programa Brasil Alfabetizado, em Mato Grosso, com a denominação de Letração, foi criado com objetivo de dar assistência aos projetos de desenvolvimento atuantes na alfabetização de jovens e adultos.

No Estado de Mato Grosso, nos anos 90, percebeu-se que 47,5% dos discentes do Supletivo haviam abandonado o ensino regular, motivados pelo trabalho.

Lamentando essa situação, Rosa Maria Torres pontua:

Tudo isso é preocupante não só pelo abandono educativo de jovens e adultos enquanto tais, mas também pela visão estreita que tal descuido revela em relação à própria meta (considerada prioritária) da universalização da educação primária infantil. Deixar de lado a educação de adultos é ignorar mais uma vez o ponto de vista da demanda educativa, a importância da família como suporte fundamental para o bem estar e a aprendizagem infantil, e, em última instância, como fator relevante nas condições de aprendizagem no meio escolar. Educar os adultos-pais e mães de família e os adultos-comunidade é indispensável para o alcance da própria Educação Básica para Todas as Crianças, e educar os adultos-professores é condição sine qua non para expandir e melhorar as condições de ensino. (TORRES, 1999, p. 20).

■ 5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MATO GROSSO

A Resolução 137/91 fez iniciar uma nova discussão sobre a educação de jovens e adultos. A “suplência” tinha o propósito de suprir a procura/necessidade daqueles que tinham mais que quatorze anos.

A oferta, que era semestral, durou até 2000, quando foi publicada a Resolução 180/2000/CEE/MT, que extinguiu o ensino supletivo.

Em 2008, foram implantados os Cejas, com vistas a garantir uma oferta capaz de dar identidade à Modalidade e garantir flexibilidade.

Tratava de se construir uma política para EJA capaz de garantir e respeitar tempo e o espaço para a diversidade, como bem nos mostra Arroyo (1997):

A história oficial da EJA se confunde com a história do lugar social reservado aos setores populares. É uma modalidade do trato dado pelas elites aos adultos populares. Entretanto, não podemos esquecer que o lugar social, político, cultural pretendido pelos excluídos como sujeitos coletivos na diversidade de seus movimentos sociais e pelo pensamento pedagógico progressista tem inspirado concepções e práticas de educação de jovens e adultos extremamente avançadas, criativas e promissoras nas últimas quatro décadas. Essa história faz parte também da memória da EJA.

Embora a EJA seja um direito assegurado em lei, há toda uma luta para torná-la direito na prática. Por isso, a luta é contínua. Para avançar nela, o SINTEP/MT ajudou a criar em Mato Grosso o Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos – FPDEJA. Até hoje existe esta parceria, na luta por uma educação de jovens e adultos com qualidade.

■ 6 SINTEP/MT

Em 29 de Junho de 1965, iniciava a história do SINTEP/MT como instituição organizada, ainda como Associação Mato-grossense de Professores Primários – AMPP, mas em 1971 já não fazia sentido abranger apenas professores primários, uma vez que o primário e o ginásio se fundiram no ensino obrigatório de oito anos.

Então, a AMPP evoluiu para Associação Mato-grossense de Professores – AMP, mas caminhou a passos lentos, de 71 a 79, perdendo filiados porque o momento era o da divisão do Estado.

A chapa vencedora em 1979 organizou a primeira greve do Magistério de Mato Grosso, obrigando o então governador Frederico Campos a organizar um concurso público, que aconteceu no ano seguinte.

Em 1986, a AMP se consolidava como Associação Mato-grossense de Profissionais da Educação – AMPE, com a finalidade de estender e garantir direitos aos profissionais da Rede Municipal.

A nova Constituição de 1988, promulgada no dia 5 de outubro do mesmo ano, ficou conhecida como Constituição Cidadã, pois visava restabelecer os principais direitos do cidadão brasileiro. Era uma evidente resposta ao período ditatorial que a antecedeu.

Nela ficou assegurado, entre outros direitos, o de livre associação e sindicalização. A então AMPE, em um Congresso em Cáceres, confirmou-se como SINTEP/MT – Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso.

Atualmente, o SINTEP/MT conta mais de 15.000 filiados e 139 sub-sedes e possui uma história de luta pelo direito à educação ao lado do/da trabalhador/a.

■ 7 HISTÓRICO DE LUTAS E CONQUISTAS

O SINTEP/MT tem sua existência marcada pela defesa do direito à Educação Pública em Mato Grosso. Como tal, a luta sempre se pautou pelas condições de acesso e permanência com qualidade na escola, em todas as etapas da educação básica.

No entanto, somos sabedores da condição de negação do direito à educação, que historicamente fez com que governos negligenciassem as condições necessárias ao seu acesso à significativa parcela da população.

A escola elitista e excludente terminava não só por impedir a entrada de parcela significativa da população na escola, como a expulsava, por consequência dos métodos de ensino autoritários. Ou promovia sua evasão, por não possibilitar condições adequadas aos jovens trabalhadores, que acabavam por se evadir da escola, porque não conseguiam conciliar os tempos de trabalho e de estudo.

Historicamente, o próprio Estado aprofundava esse quadro de negação do direito à educação, quando promovia, nos diversos sistemas, uma abreviação deste direito.

Por décadas, o país tentou melhorar índices de escolaridade com os chamados supletivos, que nada mais eram que uma abreviação grotesca do perí-

odo regular na escola, em um condensamento tal da matriz curricular, que, ao final, promovia apenas os índices educacionais.

O SINTEP/MT sempre se posicionou contrário a essas formas abreviadas de educação escolar. Sempre defendeu o direito à educação, e, no caso dos adultos, que não tiveram condições de frequentar a escola na sua idade própria, segundo a concepção de alguns estudiosos, a defesa era de uma condição de ensino e de escola, que pudesse adequar-se às condições de tempo e de espaço, para atender os jovens e adultos da classe trabalhadora.

É nesse sentido, que, na busca de superar as classes de supletivo, passou a pensar na Política de Educação de Jovens e Adultos, como condição para assegurar o direito àqueles/as que não tiveram acesso à escola na idade própria.

A resolução nº 180 do Conselho Estadual de Educação de MT foi o grande início da transformação das escolas de suplência em Escolas de Educação de Jovens e Adultos⁴.

O SINTEP/MT participou diretamente da elaboração desta resolução, mas não só um ano antes da Resolução 180.

Foram conquistas da categoria as três leis educacionais que transformariam o marco educacional na Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso: a LC 49/98 (que instituiu o sistema de ensino de MT), a LC 50/98 (que instituiu a carreira dos profissionais da Educação em MT e a Lei 49/98, que instituiu a Gestão Democrática nas escolas em Mato Grosso).

Estas leis e suas regulamentações deram a segurança de uma Política de EJA em nosso Estado.

No caso da EJA, temos grandes desafios, uma vez que a realidade do Estado é de grande mobilidade populacional, que traz consequências diretas para a educação como, por exemplo, na condição do analfabetismo de adultos.

O SINTEP/MT teve participação em conquistas, como a criação dos Cejas, um processo de atribuição de aulas específicas.

Há muito a ser feito, em termos de assegurar o direito à educação em Mato Grosso. O SINTEP/MT, como espaço formulador de políticas públicas é filiado à CUT.

4 Atualmente, a resolução que normatiza a EJA é a Res. n. 005/2011 CEE/MT.

A atuação do SINTEP/MT extrapola os limites da Educação e tem se firmado como referência na discussão e proposição de políticas públicas e temas de interesse social, marcando presença nos Conselhos, como, por exemplo, no Conselho Nacional das Cidades, na discussão de políticas de desenvolvimento urbano, no Conselho dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual do Trabalho, Conselho Estadual dos Direitos Humanos, entre outros.

Nas esferas municipais, diversos outros conselhos buscam assegurar a participação do SINTEP/MT para contar com as possibilidades de maior inserção juntos às escolas e a mobilização das mesmas.

Sem descuidar da pauta corporativa por melhores condições de trabalho e por uma educação de qualidade, o SINTEP/MT se consolidou como sindicato cidadão.

Vem empenhando-se na defesa de questões de interesse social, como sustentabilidade, trabalho decente, proteção da infância, transporte e moradia, relações étnicas, prevenção ao HIV/AIDS e direitos das pessoas vivendo com HIV-AIDS, respeito às identidades de gênero e orientações sexuais, a não privatização dos serviços públicos, etc.

De forma indireta, o SINTEP/MT atua para promover a agricultura familiar, a reforma agrária e a economia solidária, sendo parceiro nas realizações de eventos e programas desenvolvidos nos âmbitos de governos ou da sociedade civil organizada.

A meta é continuar propiciando espaços de discussão e formação dos profissionais da educação nos mais diversos temas de relevância social, além das pautas específicas.

No âmbito da Economia Solidária, é dado apoio através da CUT para a formação de Rede de Economia Solidária, que se organiza no Centro Oeste, por intermédio da coordenação do ECOCUT – Escola Centro-Oeste da CUT.

Sempre que solicitados, tem se colocado como parceiro das atividades de formação e no desenvolvimento de projetos.

Assim, consta no Plano de Luta, “Ampliar a participação do SINTEP/MT, junto a parceiros sociais, mobilizando a sociedade e a categoria na discussão e formulação de políticas públicas que promovam direitos sociais para a maioria da população.”

Com sua luta histórica, o SINTEP/MT vê a necessidade de se ampliar as oportunidades de economia, educação, saúde com o viés de políticas públicas que venham incluir e favorecer a maioria da população e tem feito este apontamento para o conjunto da sociedade e para os/as trabalhadores/as da Educação.

■ 8 COM A PALAVRA @S PROFESSORES/AS SINDICALIZAD@S

Foram entrevistados dois professores sindicalizados, que chamaremos de P1 e P2, os quais foram questionados sobre experiências com a Educação de Jovens e Adultos e práticas de Economia Solidária, bem como a importância do SINTEP/M nessas práticas.

O entrevistado P1 informou que começou a ministrar aulas na educação de jovens e adultos, ainda quando estava na graduação, como alfabetizadora e acredita que hoje muitos discentes da EJA, “além de concluir seus estudos, resgatam sua autoestima” e a importância em se manter a proximidade com o sujeito da EJA. Quando ele se ausenta, essa proximidade gera contato e, muitas vezes, faz com que seja criado um vínculo, também com a unidade escolar e o discente passa a se sentir parte.

O entrevistado P2 foi levado à EJA pela oportunidade de trabalho e possibilidade de experiência e a “valorização humanística do discente da EJA” nessa modalidade de ensino.

Ao ser questionado sobre a existência de preconceito, P1 apontou que quando aparece, é entre os mais jovens e que desaparece conforme passam a adquirir conhecimento. Já P2 informou que, ao perceber preconceito, faz uma reflexão, esclarecendo que todos estão buscando formação.

Ao abordar o tema Economia Solidária, P1 disse não conhecer com este nome, mas, após esclarecimentos, compreendeu e afirmou que a Economia Solidária está presente entre os discentes da Escola Estadual Heliodoro Capistrano da Silva. Todavia, desconhece as lutas e conquistas tanto da Educação de Jovens e Adultos quanto da Economia Solidária.

O entrevistado P2 conhece e percebe a prática da Economia Solidária na escola.

De acordo com P1 e P2, ser sindicalizado não lhes auxiliou nas práticas da economia solidária, porém, acreditam que deveria haver mais incentivo através

de Formação. P2 reconhece que a Educação de Jovens e Adultos oportunizou a muitos a retomada dos estudos.

■ 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta do Sindicato pela causa da educação em prol da qualidade, liberdade e da democracia, precisa sair um pouco mais do prédio do SINTEP/MT e das leis, para reconquistar a base da categoria, de modo que o sindicalizado saiba por que se sindicalizou, que queira ser ativo nas assembleias, encontros e congressos, que conheça e queira ser parte da história e das pessoas que fizeram e fazem parte dessa luta de classe.

Para isso, é necessário que se faça a formação sindical também no ambiente escolar, para resgatar a gana da militância. Formação esta que servirá para que o docente da educação de jovens e adultos sintam-se fortalecido, pois não são poucos os desafios.

O desafio é ampliar, promover, mapear e organizar os grupos de produção da economia solidária, pois se muito já se conquistou, muito mais há para se transformar no âmbito escolar. “Trata-se de apontar possibilidades e alternativas a jovens e adultos estudantes, para enfrentar os desafios e as competições existentes no capitalismo, inclusive à sobrevivência”.

Entretanto, o histórico de lutas evidencia que é preciso haver qualificação e formação, para que o docente acolha, respeite o tempo, o espaço e especificidades de cada discente, promovendo educação de qualidade e solidária.

O SINTEP/MT, entidade cuja finalidade é a de defender o direito dos Profissionais do Ensino Público, neste movimento de luta e conquistas, em sintonia com a Economia Solidária, estão entrelaçados com a modalidade Educação de Jovens e Adultos como um ato pedagógico, um ato possível.

Neste sentido, a prática educativa dos profissionais do ensino público filiados ao SINTEP/MT se propõe a uma nova prática social.

Parafraseando Paul Singer “a única maneira de aprender a economia solidária é praticando-a, seus valores fundamentais, precedem a prática.”

Assim sendo, percebem-se ricas possibilidades para o fortalecimento e consolidação de políticas públicas. Esta política pública conquistada, no caso os

centros de Educação de Jovens e Adultos – Cejas, beneficia tanto os educandos da EJA quanto os profissionais do ensino público, que optaram na docência por atuar nesta modalidade de ensino.

No Mato Grosso, existem vinte e cinco Centros de Educação de Jovens e Adultos. Em Cuiabá são quatro Centros, respeitando o tempo e o espaço com flexibilidade e valorizando a identidade do público da EJA.

Considerando a modalidade Educação de Jovens e Adultos, a Economia Solidária e o SINTEP, podemos perceber uma forte aproximação conceitual existente entre ambas.

Para melhor explicar as convergências, vislumbram-se as potencialidades, em particular quando se organizam por coletivos, onde o elemento metodológico é a pedagogia participativa.

Nesta perspectiva, a metodologia procura sempre partir da realidade concreta, pressupondo o diagnóstico, planejamento e avaliação, promovendo a trocas de experiências. A educação, portanto, deve ser instrumento de autonomia e emancipação.

Dessa forma, a contribuição do SINTEP/MT na formulação das políticas públicas de EJA, tomando como referência a criação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Mato Grosso, foi de extrema importância para que os estudantes jovens e adultos mato-grossenses pudessem ser beneficiados com educação de qualidade.

Com base nas Orientações Curriculares da EJA, que possui como eixos a dialogicidade, a ampliação de práticas da cidadania, aprendizagem ao longo da vida e o trabalho como princípio educativo, verifica-se relação com a Economia Solidária, bem como, com os seus princípios: democracia, cooperação, emancipação, valorização da diversidade, valorização do saber local, valorização da aprendizagem e da formação permanente, justiça social na produção, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras, a autogestão e a centralidade no ser humano.

Neste sentido, tanto os eixos estruturantes da EJA, quanto os princípios da Economia Solidária, convergem.

Pode se apontar neles, ricas possibilidades na promoção de justiça social. A proposta do “Bem Viver”, dirigida aos profissionais do Ensino Público, conse-

quentemente, aos estudantes jovens e adultos nos Cejas, como política pública de atendimento à diversidade, contribui com um Projeto Político Pedagógico de formação política, técnica e humana para a elevação da escolaridade.

Em suma, a EJA, Economia Solidária e o SINTEP acreditam e implementam esse projeto, que, além de educativo é econômico, social e político, valoriza tanto o ser humano quanto o trabalho.

■ 10 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

CANDAU, Maria Vera. **A didática em questão**. 13 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. **CONSTRUÇÃO COLETIVA**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, vol. 27, São Paulo, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 41a edição, Coleção: Questões de Nossa Época, Cortez Editora: São Paulo - SP, 2001.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 26 ed. Rio de Janeiro: RJ: Paz e Terra, 1997.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 1, 2000.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MATO GROSSO. Secretaria de Educação. **O ensino supletivo**. Informe de pesquisa. Cuiabá: Seduc, 1998.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**./Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010.

MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.

MONLEVADE, João A. C. **História do Movimento Sindical da Educação no Brasil e Mato Grosso**, Programa de Formação do SINTEP/MT, no 1º Eixo - Concepção Política e Sindical.

SINGER, Paul. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Sonia M. Portella Kruppa (Org.). Brasília: Inep, 2005.

TORRES, Rosa Maria. (1992). **Educación para todos**: La propuesta, la respuesta (1990-1999). Buenos Aires (apresentada no Painel Nueve años despues de Jomtien, Conferência Anual da Sociedade Internacional de Educação Comparada, Toronto, 14-18 de abr. 1999).

A 'FESTA DA SEMENTE': MUDANDO CONSCIÊNCIAS, MUDANDO UM CENÁRIO

LUCIDIO EGÍDIO DE SALES

Resumo: O texto tem por objetivo refletir sobre a importância do coletivo “comunidade”, lugar onde as pessoas se encontram, trocam experiências, trocam sementes crioulas, o que, no caso estudado, se expressa pela Festa da Semente. Para tanto, utilizou como procedimento metodológico pesquisa de campo, levantamento bibliográfico, registros fotográficos e entrevistas. A Festa da Semente foi para muitas comunidades do campo uma mudança de ideias, uma construção de expectativas e realizações de sonhos que se transformou em grandes conquistas. As mulheres começaram a entender através das rodas de conversa que é possível o empoderamento da mulher e do jovem do campo. Conclusivamente, foi possível verificar que a preservação e o acesso às sementes nativas são a garantia de que a geração atual e a futura tenham direito a uma alimentação saudável em quantidade e qualidade.

Palavras-chave: Sementes. Agricultura familiar. Comunidade.

■ 1 INTRODUÇÃO

Este texto tem por objetivo apresentar reflexões sobre a importância da vivência em comunidade, espaço coletivo de socialização, onde as pessoas se encontram, trocam experiências, e, particularmente no estudo em tela, além disso, trocam sementes crioulas, considerando a Festa da Semente.

O estudo utilizou como procedimento metodológico pesquisa de campo, levantamento bibliográfico, registros fotográficos e entrevistas com membros da comunidade que integram e promovem a Festa da Semente, evento que se realiza nas comunidades rurais do município de Jangada – MT. Por mais de dez anos consecutivos, a referida festa reúne membros de associação de produtores rurais, Grupo de Mulheres do Município de Jangada-MT Irmã Vera – Freira Irmãs Azuis – Acorizal – MT e comunidade em geral.

Inicialmente, cabe ponderar que os seres humanos, nos primórdios, se alimentavam principalmente de plantas, raízes e frutos. Segundo Seghese, (2006, p.12):

Com o passar do tempo desenvolveram o hábito de alimentarem-se com carnes e outros vegetais. Os seres humanos, diante da necessidade de sobrevivência, desenvolveram a prática de coleta de alimentos, tarefa realizada principalmente pelas mulheres. São elas que pela observação vão percebendo que as sementes jogadas ao redor de suas moradas nascem, crescem e produzem frutos, facilitando a coleta, sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas. É desta forma que se desenvolve a agricultura.

A propósito, Gaspareto (2003, p. 93), em um estudo sobre as mulheres camponesas, ressalta que o processo de observação também possibilitou que as mulheres criassem e desenvolvessem técnicas de coleta e armazenamento de sementes, iniciando o cultivo das plantas. Usavam, por exemplo: aventais de bolso, sacolas, cestas, tuias de madeira, vasos de barro ou de pedra, que eram guardados em lugares secos e ventilados. Quando chegava o período de plantio, muitas vezes observando as fases da lua, o clima e as estações do ano, as sementes eram novamente lançadas a terra, reproduzindo-se e garantindo o alimento.

De algum modo resgatando aquilo que na atualidade soa como “passado distante”, a Festa da Semente trata-se de um evento comunitário que se propõe a debater sobre a produção e reprodução de sementes crioulas, tendo como base a produção ecológica e a promoção de alimentos saudáveis.

Com vistas a enfrentar uma realidade adversa, comunidades reunidas em torno da agricultura familiar têm desenvolvido aprendizados e experiências que se aproximam da economia solidária. Nesse contexto, a Festa da Semente, mais do que um evento anual, reflete uma proposta de relação diferenciada com a natureza e entre um coletivo de moradores.

■ 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com os dados da “Campanha permanente contra o uso de agrotóxicos e pela vida” (2014), cada brasileiro consome, de forma invisível, 5,2 litros de veneno por ano, condição que coloca o país como o maior consumidor mundial de agrotóxicos, desde 2009. Esse consumo está embutido nos alimentos ingeridos, na água e no ar que respiramos. Para além do aumento da utilização de agrotóxicos, o avanço na liberação dos cultivos geneticamente modificados tem colocado em risco a autonomia produtiva e a saúde no Brasil. Nesse bojo, há de considerar, ainda, que tal realidade, via de regra, associa-se a uma relação de produção exploratória e predatória ao meio ambiente, baseada no agronegócio.

No contraponto a essa tendência, para Brasil (2014), a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, e sim cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária se apresenta como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse contexto, surge a necessidade de troca de conhecimento e de experiências entre indivíduos da agricultura familiar para sanar problemas como, por

exemplo, a escassez de sementes para o plantio, evitando o risco de que a mesma contribua para o desaparecimento de várias espécies de plantas nativas ou não. O princípio da economia solidaria vem ao encontro das necessidades dos pequenos produtores, o que, no presente estudo, se realiza pela Festa da Semente.

■ 3 A FESTA DA SEMENTE: ORIGENS E FINALIDADES

Os Bancos de Sementes (BS) surgem no Brasil em meados da década de 1970, por meio da atuação de setores da Igreja Católica junto às comunidades nas CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), em alguns estados do nordeste brasileiro (CORDEIRO, 1993). Anos depois esse movimento propositivo chega ao município de Jangada- MT, a partir de idas e vindas da Comissão Pastoral da Terra pelas comunidades rurais do município. Como saldo, é aguçada a percepção de que um dos problemas da agricultura familiar residia na falta de sementes para o plantio diversificado nas roças.

As conversas com as pessoas, aqui e acolá, promoveram a recuperação da memória histórica, levando a constatar que os antepassados sempre tinham sementes ou, se não tivessem, iam até seus vizinhos para consegui-las ou trocar por outras. Eram donos das sementes, situação oposta a de então. Os moradores percebiam que ao realizar o plantio dependiam de comprá-las no comércio. Foi desse entendimento da realidade que nasceu a festa de troca das sementes, enriquecida com a troca de mudas de plantas medicinais e de árvores frutíferas.

Em setembro de 2003, na comunidade da Barra do Buriti (localizada em Jangada), aconteceu a primeira Festa da Semente com o tema "Plantando vida, colhendo esperança na troca de sementes". Na ocasião, houve, igualmente, troca de experiências e informações.

As famílias que tinham sementes crioulas de arroz, feijão, milho mudas de rama e de cana, trouxeram para doar ou trocar com outras. Isso desencadeou um processo dinâmico de resgatar e cuidar da própria semente tradicional ou crioula. Como saldo, os participantes ficaram admirados com o conhecimento que eles próprios possuíam na e por causa da convivência com a "mãe terra". A partir daí todos os anos, nos meses de setembro ou outubro, acontece a Festa da Semente, com a participação de mulheres, homens, crianças e jovens. A festa é programada em vários momentos, entrelaçando cantos e danças que contam os presentes.

Ao longo do ano, as sementes são guardadas com carinho e comprometimento, para que possam ser compartilhadas na Festa da Semente, como pode ser visualizado pela Figura 1, que representa esse cuidado.

Figura 1. Sementes compartilhadas na Festa da Semente Semente.



Fonte: Registro do autor.

A programação do evento se inicia com uma acolhida e uma confraternização culinária, expressa pelo chá com pão, biscoito, bolo de arroz e outras especialidades produzidas pela comunidade. A marca da abertura do encontro é a presença efetiva da comunidade local, que protagoniza o ritual de acolhimento.

É parte importante o momento de espiritualidade ligada ao tema terra, água, sementes e vida. Os temas de reflexão são vários, de acordo com cada ano. O primeiro tema foi o resgate de nossas sementes nativas e crioulas e como armazená-las. Depois vieram outros temas, como: uso de remédios naturais para controle de pragas e doenças com caldas e inseticidas naturais; combate ao agrotóxico e as consequências com o seu uso na contaminação da natureza, alimentos e pessoas; conservação e recuperação das matas ciliares e fontes de água; como fazer adubação natural, adubação verde, bio fertilizantes, compostagem; Brasil sem transgênicos; diversificação de produtos naturais para garantir a segurança alimentar da família; somos sementes você e eu.

O processo reflexivo do referido evento pauta-se pela troca de experiências e narrativa das expectativas perante o coletivo, momento capturado pela Figura 2.

Figura 2. Depoimentos da comunidade na Festa da Semente



Fonte: Registro do autor

São realizadas partilhas em grupos e cochichos no grupão. O almoço é impregnado pela simbologia do alimento natural, consumido com a noção de que foi fruto de um trabalho colaborativo. Não menos importante é a expressão da cultura local: a dança do siriri e a reza cantada pedindo chuva. A festa ganha fôlego com o baile, ocasião de manifestar as danças e as músicas do rasqueado cuiabano. Encerra-se o encontro com a benção das sementes e mudas, e, por fim, acontecem as trocas de mudas e sementes.

A alegria é estampada na face quando a troca é realizada, como mostra a figura 3.

Figura 3: A alegria da troca da semente, na Festa da Semente



Fonte: Registro do autor

Por meio desta festa, as pessoas vão tomando consciência de que as grandes empresas capitalistas estão rompendo os elos afetivos entre o ser humano e a natureza.

No Brasil, o pacote de modernização da agricultura foi implantado nas décadas de 1960 e 1970, sob o argumento de que a nova proposta iria combater a fome, facilitar os trabalhos e enriquecer os agricultores. Foram desenvolvidos campanhas e programas de aceitação e propaganda desse modelo de agricultura nas escolas, nas universidades, nos meios de comunicação social e na sociedade em geral, criando-se e organizando-se clubes de mães, clubes, cooperativas, assistência técnica, entre outros, como forma de viabilizar o referido modelo.

Nesse circuito, foi criada a ideia entre os camponeses de que as sementes compradas produziam mais e quem possuía sementes crioulas não poderia, inclusive, fazer financiamento. Aos poucos, se foi construindo uma cultura de desprezo e desvalorização de tudo que fosse produzido nas propriedades camponesas, mudando, assim, os costumes e hábitos de produzir os alimentos para a autossustentação da família.

Contudo, parte da população apresentou resistência, resultando na preservação de um antigo modo de viver e se relacionar com a natureza.

A figura 4 ilustra essa condição, destacando as trocas solidárias de plantas medicinais.

Figura 4. As plantas medicinais também estão presentes na Festa da Semente



Fonte: Registro do autor.

Segundo o Ministério da Agricultura, no livro *Produção Integrada no Brasil* (BRASIL, 2009), a ciência desenvolveu, entre outras coisas, as sementes híbridas. Estas sementes só produzem bem com quantidade de adubos. Elas aumentam a produção, a custo do empobrecimento do solo, pois a necessidade de adubo é crescente - prática que provoca desequilíbrio na natureza.

As sementes criolas estão sendo maciçamente substituídas pelas sementes híbridas e, também, pelas transgênicas.

As sementes transgênicas foram criadas e são propriedades privadas de empresas multinacionais, tais como: Syngenta, Monsanto, Dupont, Bayer e Delta & Pine Land. Essas empresas dominam também outros setores que são interligados tecnicamente com as sementes, por exemplo, fertilizantes agroquímicos, produtos farmacêuticos e produtos veterinários.

No entanto, as sementes crioulas são patrimônio de toda a humanidade e o seu valor não deve ser negligenciado, conforme destaca Almeida (2008):

Sementes da paixão na Paraíba ou variedades crioulas no Paraná. Não importa a forma regional como as variedades locais são designadas. O que está em jogo, por trás dessas terminologias, é a segurança alimentar, a manutenção das culturas locais, e a conservação da natureza para manter o valioso patrimônio genético do qual são detentoras, as comunidades de agricultores familiares adotam complexas estratégias. São diferenciados mecanismos de seleção, armazenamento e intercâmbio de sementes que infelizmente vêm sendo negligenciados pelos formuladores e executores das políticas públicas, no momento em que desqualificam as sementes produzidas nas propriedades.

De acordo com Carvalho (2003), as sementes varietais ou crioulas são as sementes mantidas e melhoradas há mais de 10.000 anos pelos mais diversos povos do mundo. Nelas reside uma ampla variedade genética que os camponeses têm se utilizado para enfrentar variações climáticas sazonais ou não, condições edáficas distintas, pragas, etc.

A agricultura de subsistência cultiva as principais plantas alimentícias há mais de 10.000 anos. As sementes crioulas são originárias das seleções dos agricultores e proibi-los da reprodução de variedades é roubar a herança de milênios.

Entende-se que as famílias de agricultores protegerão melhor os recursos genéticos vegetais que os bancos de genes. O acesso ao material genético é um direito natural da Humanidade, não tem propriedade privada. Muitos agricultores familiares já tiveram essa percepção e começam a proteger suas sementes, buscando a independência em relação às grandes corporações. O plantio das sementes crioulas (tradicionais), portanto, remete o agricultor às suas raízes.

Há de ressaltar que a semente não representa somente o grão, mas, também, toda a cultura perdida desde a implantação da revolução verde. Quer dizer, resgatar as sementes crioulas representa recuperar saberes, espaços socioculturais, ritos, mitos e significados que ficaram sepultados na história das comunidades. Toda essa luta de resistência nos informa que outro mundo é possível.

O trabalho com sementes é algo especial, pois é aí que residem as origens da agricultura, do pequeno agricultor e agricultora. Não é possível trabalhar agricultura orgânica ou ecológica sem abordar a temática das sementes crioulas, que são a base da origem da nossa comida. Isso significa mais autonomia, resgate cultural, religioso, místico.

É necessário ressaltar, ainda, que o tema das sementes está diretamente ligado ao da fome mundial, pois na medida em que algumas multinacionais controlam a distribuição das sementes, toda a sociedade se torna refém de um sistema que passa a ditar o que comer, determina preços, quem come e quem não tem acesso à comida, etc.

A perpetuação e a melhoria do capital genético de uma propriedade rural são inteiramente responsabilizadas pela manipulação e seleção das sementes e da qualidade genética dos animais por ele criada.

Com a expansão dos sistemas agrícolas, tendo como base o uso de insumos industriais, sendo caracterizadas pelo uso de sementes híbridas e transgênicas, as sementes nativas e ou crioulas vem perdendo espaço de cultivo. Os agricultores estão perdendo sua autonomia, inclusive na escolha do que plantar e criar, pois o mercado impõe padrões, variedades, formas, modelos, incentivações por meios de comunicação, exposições agropecuárias, feiras, etc.

No entanto, em contrapartida, o nível de consciência vem aumentando. Há mais indivíduos percebendo o processo de manipulação utilizado pelo sistema capitalista, e em vários lugares do mundo surgem iniciativas para novas posturas de escolha e uso diante dos processos produtivos. Um deles se expressa pela busca pelo material genético nativo/crioulo, como forma de aumentar a autonomia dos agricultores.

No processo de consciência ecológica, percebe-se que o conhecimento sobre as sementes ou suas variedades vem de gerações muito antigas. Ou seja: houve um tempo em que as plantas cultivadas e os animais eram selvagens e para que essas pudessem ser plantadas, desenvolvidas e ter produção e colheita cada vez melhor e em maior escala, seria necessária a intervenção do ser humano, a exemplo da domesticação.

A domesticação de um elemento pode ser tão intensa e profunda, que pode fazer deste elemento melhorado um dependente da situação onde foi

criado e das necessidades para que foram selecionadas. Cada seleção vai exigir uma qualidade do ambiente que vai ter que ser atendida, ou de outra forma a característica selecionada não vai acontecer na sua totalidade.

Com os deslocamentos humanos, mudando de região em busca de melhores espaços e de expansão para a comercialização, as espécies domesticadas foram sendo disseminadas para outras regiões. E cada vez mais também se adequando a estes novos espaços.

A batata, a mandioca, a abóbora, o milho, o pimentão, o feijão, o mamão, a goiaba, o caju, o maracujá, entre outras, foram plantas domesticadas na América do Sul, onde até hoje encontramos uma grande diversidade destas culturas e também dos seus parentes silvestres.

As trocas de sementes também são responsáveis pela disseminação e preservação dessas variedades. Mas vale a pena saber que a partir do momento em que a ação humana deixa de acontecer, elas permanecem na natureza por pouco tempo ou desaparecem através das competições que ocorrem com outras plantas silvestres. Esse é um aspecto que diferencia as plantas domesticadas/cultivadas, das plantas silvestres, ou selvagens, e que mostra a estreita ligação entre as plantas cultivadas e o ser humano.

■ 4 DEPOIMENTOS DA COMUNIDADE SOBRE O SENTIDO DA FESTA DA SEMENTE

A Festa da Semente não só proporcionaram às comunidades a troca e preservação das sementes como também as mais diversas experiências, entre essas a experiência da formação. Muitos jovens e mulheres que são até então a parte menos privilegiada da área do campo, inclusive, contemplados por políticas públicas, nas rodas de conversas tomaram atitudes de retornar à escola, sendo uns para continuar sua formação e outros para iniciar a formação escolar.

Dessa festividade, portanto, emana um sentimento coletivo de autoafirmação, de busca de autonomia pessoal e das comunidades em que vivem.

Na figura 5 é possível perceber a congregação de membros da comunidade em torno das mudas compartilhadas.

Figura 5. O engajamento da Comunidade na Festa da Semente



Fonte: Registro do autor

Com vistas e retratar e entender essa realidade, a seguir, expõe-se relatos de pessoas que fazem parte da citada comunidade e são engajadas na luta pela preservação da semente.

Assim, conforme o relato da Irmã Vera sobre essa luta:

“A economia solidária está presente em todos os momentos da festa da troca de sementes, pois além da troca de sementes e mudas que também podem ser vendidas, também tem as doações dos produtos. A alimentação é doada ou se compra, é dali mesmo das comunidades. Além de Jangada participam desse evento pessoas dos municípios de Nossa Senhora do Livramento, Acorizal e Cuiabá. Inclusive no município de Nossa Senhora do Livramento neste ano de 2015 vai acontecer o 5º Festa da semente que nasceu desta de Jangada MT. Muitas pessoas que participam da festa da semente retornaram aos estudos (Educação de Jovens e Adultos-EJA) principalmente as mulheres, incentivadas pelas palestras, oficinas e trocas de experiências, elas entenderam que é necessário aprofundar os seus conhecimentos”. (Irmã Vera – Freira Irmãs Azuis – Acorizal – MT).

Em outro depoimento, a Sra. Robertina Sales descreve sua luta desde quando começou a participar da Festa da Semente e o que isso trouxe de novo para sua convivência, sua vida:

“Eu quando comecei a participar, fui por convite da Irmã Vera, ela sempre insistia para gente ir, um dia eu fui e gostei. A partir daí comecei a ir em quase todos, a não ser uma vez que estava num encontro em Brasília da Marcha das Margaridas, aí não pude ir. Nas rodas de conversa na festa da semente a Gloria falava que as mulheres precisavam se empoderar dos seus espaços, assim também resolvi voltar para escola e fazer o EJA – Educação de Jovens e Adultos, durante essa época também fiz parte da chapa que assumiu o sindicato rural e comecei a trabalhar lá. Foram grandes experiências, tudo através das rodas nas festas da semente.” **Robertina Sales – Moradora de Comunidade de Raizama – Jangada / MT.**

O depoimento seguinte foi de Dona Carmela:

“Minha vida em comunidade começou a partir da festa da semente, aí que pudemos saber das necessidades um do outro e pudemos nos ajudar, ajudar a manter nossas roças com as sementes crioulas, principalmente a roça de milho que é a fonte de alimentação dos animais. Aprendemos fazer tantas coisas depois disso, as oficinas de reaproveitamento de alimentos entre tantas outras. Meus filhos e marido também sempre participaram juntos.” **Carmela Mialho – Comunidade de Novo Mato Grosso – Jangada/MT.**

Verifica-se a importância da integração entre os participantes da Festa da Semente. Pode-se notar que as trocas de sementes contribuem com a expansão de conhecimentos, intercâmbios entre municípios, enriquecimento de fontes nutricionais, além de despertar a curiosidade para o aprendizado, e, com isso, agregar conhecimentos para trabalhar naquilo que estão inseridos, que é agricultura familiar.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Festa da Semente propõe manter vivo o debate e as ações referentes à preservação e ao acesso às sementes, a redução na utilização de agrotóxicos, o acesso à alimentação saudável e a autonomia da região.

Entende-se que as sementes guardam consigo uma história social, intimamente relacionada com a história de famílias que a preservam. A preservação e

o acesso às sementes são a garantia de que a atual geração, e as gerações futuras, tenham direito a uma alimentação saudável, em quantidade e qualidade, bem como a biodiversidade preservada.

O trabalho coletivo e o sentimento de pertença ao local onde se vive são fatores constituintes do êxito das atividades da Festa da Semente no campo. Trata-se de uma atividade singular porque propicia ligações de respeito pela vida, pelo alimento, pelo outro. Isso se contrapõe ao modo de mercado capitalista de domínio privado das sementes, no qual a moeda corrente se torna o modelo de produção e de consumo alimentar.

■ 6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula; TARDIN, José Maria; PETERSEN, Paulo. **Conservando a Biodiversidade em ecossistemas cultivados**: Ação comunitária na manutenção de variedades locais no Agreste da Paraíba e no Centro-Sul do Paraná. 2008. Disponível em: http://www.aspta.org.br/publique/media/cultivando_diversidade.pdf Acesso em: 01 jun. 2015.

BRASIL. Secretária de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Produção integrada no Brasil**: agropecuária sustentável, alimentos seguros. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **A Economia Solidária**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

CARVALHO, H. M. **Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CORDEIRO, A. FARIA A. A. **Gestão de bancos de sementes comunitários**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1993.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 75-94, jul /dez. 2002.

GASPARETO Sirlei A. Kroth. **A educação que queremos deve nos educar para um novo projeto de agricultura**: a agroecologia. 2003.

GOTSCH, Ernst. **Homem e Natureza**: Cultura na Agricultura. Recife: Ed. Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, 2006.

GAIGER, Luís I. Sentido e Possibilidades da Economia Solidária Hoje. In: KRAYCHETE, G.; COSTA, B. (Org.). **Economia dos Setores populares**: entre a Realidade e a Utopia. Petrópolis: Vozes, 2000.

SEGHESE, Marcos Alberto. **Projeto Vida no Campo**. A Vida em Harmonia com a Natureza. São Paulo, 2006.

JOVENS E ADULTOS DO CAMPO EM BUSCA DE CONHECIMENTO PARA MUDAR SUA REALIDADE

MARIA AUXILIADORA LEITE¹

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA²

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria”. (Paulo Freire).

Resumo: O texto tem por objetivo refletir sobre uma experiência vivenciada na educação de jovens e adultos, tendo como parâmetro a vivência da educadora, além dos estudos propiciados pela pesquisa bibliográfica sobre o tema. Os resultados apontaram que a educação de adultos requer mais que métodos de ensino e material pronto e acabado, devendo-se considerar a bagagem diversificada dos alunos, que necessita ser trabalhada em sala de aula e enriquecida pelo currículo escolar e seus conteúdos.

Palavras-chave: EJA. Conhecimento. Alfabetização. Andragogia.

1 Maria Auxiliadora Leite, Graduada em Matemática. melrian_auxiliadora@hotmail.com

2 Maria das Graças Martins da Silva. Pós-doutorado em Educação. Docente da UFMT.

■ 1 INTRODUÇÃO

O presente texto tem por objetivo refletir sobre uma experiência vivenciada na educação de jovens e adultos (EJA). Cabe explicar que a própria vivência como educadora serviu como parâmetro para as reflexões, além dos estudos propiciados pela pesquisa bibliográfica sobre o tema.

A experiência foi idealizada e realizada em sala de aula com os alfabetizando da Escola Estadual Luiza Soares Boabaid devido a vários questionamento e indagações oriundas das pessoas adultas que se ingressaram na EJA, após ter participado do PBA - Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo governo federal com o objetivo de acabar com o alto índice de analfabetismo no Brasil, nos estados e nos municípios.

Trata-se de um programa que está à disposição das assessorias e das Secretarias Municipais de Educação, e no município de Jangada - MT iniciou em 2012, para atender a realidade das pessoas na fase adulta que não se apropriavam da leitura e da escrita. O programa conseguiu montar varias turmas de alfabetizando durante esses três anos que se passaram. Fruto desse programa, hoje, o município de Jangada conta com novas turmas de alfabetização na sala de EJA – Educação de Jovens e Adultos que estão dando continuidade em seus estudos.

Como educadora participante desse programa, foi possível observar que os alfabetizando sentem-se privilegiados por estarem inseridos no contexto social do seu município e da sua comunidade. A participação efetiva dos alfabetizando mostra o quanto a falta de conhecimento pode levar as pessoas a serem excluídas pela sociedade e por si só se excluem. O grupo tem uma grande expectativa de concluir o ensino fundamental e médio, dar sua contribuição para melhorar a qualidade de vida da sua família e pelo bem estar das pessoas da comunidade.

■ 2 CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO PAULO FREIRE

A Educação de Jovens e Adultos, sob o olhar de Paulo Freire, é vista como um ato de transformação social, a partir da vivência, da realidade da comunidade de onde o aluno está inserido.

É uma educação participativa, de comprometimento com o coletivo, baseada nos conhecimentos comuns da comunidade, que incentiva o diálogo para uma formação cidadã e onde os participantes conhecem os seus direitos. Refere-se a uma educação não informal que tem como proposta de ensino a utilização do saber da comunidade, denominada por Paulo Freire (1987) de Educação Popular. Trata-se da aprendizagem a partir do conhecimento do aluno e o ensinamento, a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele.

Assim, a Educação Popular é uma teoria de conhecimento referenciada na realidade, com metodologias que incentivam à participação e ao emponderamento das pessoas participantes, por meio de uma base política que estimula as transformações sociais e direciona para o usufruto da liberdade, justiça, igualdade e felicidade.

Para Paulo Freire (1987), o conhecimento tradicional leva à marginalização dos oprimidos, das classes subalternas da sociedade desigual. Ao contrário, o conhecimento popular, leva a transformação e ao despertar político participativo, na busca de direitos, diferentemente da Educação dita formal.

Paulo Freire entendia “popular” como sinônimo de oprimido, aquele que vive sem as condições elementares para o exercício de sua cidadania e que está fora da posse e uso dos bens materiais produzidos socialmente.

Pensar em Educação Popular é pensar em Educação de Jovens e Adultos, é pensar no PROEJA- Programa de Educação de Jovens e Adultos, pois o professor dessa modalidade deve ser um educador que pode ser visto como “ponte”, que permite passar e que apoia. É um facilitador de aprendizagens, mas que centra a educação no educando, assumindo, apenas, o papel de motivador.

O PROEJA é uma modalidade de ensino que se destina a oferecer oportunidade de estudos para aquelas pessoas que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, considerando as condições de vida e de trabalho do aluno.

Trata-se de um Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio são programas diferentes do Ministério da Educação. Enquanto esta permite a articulação entre o ensino médio e a formação para o trabalho, o PROEJA, que

também prevê essa articulação, é voltado exclusivamente para trabalhadores jovens e adultos. Isso não quer dizer que ele seja pior ou que aprenda menos do que o Técnico do Ensino Médio Integrado. São profissionais iguais com os mesmos direitos e deveres de técnico, tão necessários para o desenvolvimento do nosso país.

■ 3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA/PROEJA COMO MODALIDADE DE ENSINO

A Constituição Federal de outubro de 1988 conferiu o direito à Educação Fundamental para Jovens e Adultos, que não tiveram acesso aos estudos quando crianças ou adolescentes. Direito esse que foi atribuído ao poder público para cumprimento, no prazo de 10 (dez) anos, para a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo. Foi um período em que os Municípios, os Estados e a Federação tinham a obrigação de investir 50% (cinquenta por cento) dos recursos destinados à Educação para o cumprimento dessa previsão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394, aprovada no final de 1996, no seu Art. 4º, reiterou os direitos constitucionais da população Jovem e Adulta ao Ensino Fundamental. No Art. 208 da Constituição Federal de 1988 constavam:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Porém, a Emenda 14, aprovada quase na mesma data, alterou a redação desse artigo para:

Art. 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização, do ensino médio gratuito.

Essa mudança constitucional, ainda que, aparentemente, sem intenção, deu margem a interpretações que descaracterizaram o direito público subjetivo, desobrigando os Jovens e Adultos da frequência escolar e dos poderes públicos da oferta universal de Ensino Fundamental gratuito para os que não tiveram a oportunidade de frequentar a Escola na época considerada “certa”.

Cabe considerar, ainda, que a Emenda 14 alterou o prazo disposto na Constituição, substituindo o compromisso decenal com a erradicação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental por um mecanismo de operacionalização do regime de cooperação entre as esferas de governo: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.

A modalidade de Ensino de Jovens e Adultos é, portanto, de responsabilidade da rede pública escolar para atendimento daqueles que não completaram a escolaridade em idade apropriada, regulamentada pelo artigo 37 da LDB N° 9 394/1996.

É um dos segmentos da Educação Básica que recebem repasse de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado pela Emenda Constitucional n.º 53/06, que tem por objetivo proporcionar a elevação escolar e uma nova distribuição dos investimentos em educação. Esse Fundo tem vigência de 14 (quatorze) anos a partir da Emenda Constitucional que o criou e substituiu o FUNDEF, que permaneceu até o final do ano de 2006. Enquanto o FUNDEF tinha o alcance apenas no Ensino Fundamental nas modalidades regular e especial, o FUNDEB tem como objetivo a garantia da Educação Básica para todos os brasileiros, da creche ao final do Ensino Médio, inclusive àqueles que não tiveram acesso à educação na idade considerada certa.

A modalidade PROEJA, proposta no ano de 2005 para ser executada, principalmente, pela Rede de Ensino Técnico, é também parte do integrado Ensino Médio/Ensino Técnico. Os cursos do PROEJA do CEFET-MT/IF-MT diferem dos cursos integrados, teoricamente, apenas pela faixa etária, pois, a idade mínima para o ingresso é de 18 anos. O aluno do PROEJA é adulto e há muito está fora da Escola, sendo que a maioria concluiu o Ensino Fundamental pela EJA.

A Educação de Jovens e Adultos, no processo de aprendizagem, em geral, pode ser definida, de forma sintética, como o modo como os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento.

Contudo, a complexidade desse processo dificilmente pode ser explicada apenas através de recortes do todo.

Por outro lado, qualquer definição está, invariavelmente, impregnada de pressupostos político-ideológicos, relacionados com a visão de homem, sociedade e saber. Nesse contexto, a Escola, no Brasil, foi criada para atender crianças e jovens e, para atender adultos, tem que preparar-se, reformular-se para permitir o acesso e, principalmente, a permanência. É preciso repensar essa Escola, onde transitam, muitas vezes, em períodos diferentes, crianças, jovens e adultos.

A Educação de Jovens e Adultos é, portanto, uma caminhada longa, que deve começar por um pequeno passo e esse primeiro passo é, sem dúvida, acreditar na educação de jovens e adultos. A educação do adulto deve ser formal e permanente, sem desconsiderar a educação informal e ocasional que o aluno possui, fruto da sua vivência em uma sociedade multicultural.

Assim sendo, as Instituições de Ensino devem propor os enfoques teóricos baseados na prática, respeitando-se as peculiaridades do grupo aprendiz e, se possível, individual, do aluno.

Desse modo, o Programa PROEJA pode daqui a alguns anos ter superado os fatores que, hoje, são considerados negativos pelos sujeitos pesquisados. Segundo o documento Base do MEC (BRASIL, 2006), "O PROEJA visa a implantação de um modelo de Educação Profissional que proporcione a diversificação de oferta e a definição de cursos de forma adequada à realidade social, à realidade do mundo do trabalho e às exigências da moderna tecnologia". Também "busca resgatar uma dívida social histórica" para os que, à época considerada certa, não tiveram oportunidade de frequentar a escola e hoje são os jovens e adultos excluídos do conhecimento e da participação econômica social do nosso país.

■ 4 A APRENDIZAGEM DE JOVENS E ADULTOS: PEDAGOGIA OU ANDRAGOGIA

Os adultos têm necessidade de saber por que eles precisam aprender algo, antes de se dispor a aprender. Na medida em que os adultos comprometem-se a aprender algo por conta própria, eles investem considerável energia investigando os benefícios que ganharão pela aprendizagem e as consequências negativas de não aprender.

Os adultos estão prontos para aprender aquelas coisas que precisam saber e capacitar-se para fazer, com o objetivo de resolver efetivamente as situações da vida real. Os mesmos se envolvem em uma atividade educacional com grande número de experiências, mas diferentes em qualidade daquelas da juventude. Por ter vivido mais tempo, ele acumula mais experiência do que na juventude. Mas também acumulou diferentes tipos de experiências. Essa diferença em quantidade e qualidade da experiência tem várias consequências na educação do adulto.

O indivíduo adulto, segundo Oliveira (2011, p. 20), quando colocado em uma situação em que se vê obrigado a fazer algo, se sente oprimido, acuado e isso não é, de forma alguma, uma maneira apropriada de se transmitir conhecimento.

No modelo andragógico de educação, o professor norteará o aluno a estudar com mais liberdade, porém, com responsabilidade. Isso porque, assim, ele será capaz de interpretar as situações em que vive baseado em sua própria experiência de vida.

Assim, o aluno age de maneira crítica, com liberdade de escolha e mais autonomia, sentindo-se capaz de questionar coisas simples como, por exemplo, uma medicação prescrita pelo médico, pois adquiriu conhecimento tanto por meio de sua própria vivência como por sua maturidade escolar.

A alfabetização e Letramento em uma sala de EJA é um desafio diário e a Andragogia surge para agregar conhecimento ao pedagogo, preparando-o para a realidade de uma sala EJA, que é bem diferente de uma do ensino regular, em que as faixas etárias são equitativas. Então, o que trabalhar em uma sala EJA? Que projetos poderiam interessar esse público?

Nesse modelo, o professor trabalha a autonomia do adulto, levando-o a conhecer outras formas de explicação, pois ao invés de uma aula em que os textos e monólogos estão sempre presentes, o professor revela, por meio de vídeos, fotografias, peças teatrais e outras atividades, aquilo que uma explicação em monólogo faria.

De acordo com Soares (2003), “letramento” e “letrar” são palavras encontradas em um dicionário do século passado (uma vez que são caracterizadas como antigas), mas ainda muito utilizadas na educação. De acordo com o autor, a palavra “letramento” veio da língua inglesa (literacy), originada do latim littera,

que quer dizer “letra”, acrescido do sufixo “-cy”, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Literacy ou letramento, então, é a condição que o grupo ou indivíduo adquire como consequência de ter se apropriado da leitura e da escrita, além de colocar em prática aquilo que aprende, trazendo resultados positivos e significativos para a sociedade como um todo, percebidos em vários âmbitos (subentendem - se, assim, que o domínio da escrita tem implicações sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas).

Na educação de uma sala de EJA, os conhecimentos prévios, que muitos já adquiriram em sua vida, facilitam o processo de ensino-aprendizagem, podendo resumir os monólogos ou transformá-los em diálogos.

As preferências e hábitos do adulto podem sofrer influência durante o seu período de alfabetização, uma vez que o mundo que ele conhecia antes, agora pode ser visto não apenas com os seus olhos, mas com suas interpretações e compreensões dos significados que cada texto, cada palavra que lê, faz sentido em seu viver. Embora também aconteça com a criança, para o adulto as compreensões fazem-se muito mais a partir da “leitura do mundo” devido à vivência maior desse adulto. Claro que, ao olharmos para a educação e a alfabetização de adultos, inicialmente, veremos a infantil, pois foi a que primeiro surgiu. Se, no entanto, não podemos transportá-la para a sala de aula, podemos revelar como surgiram algumas práticas pedagógicas de ensino sob outros olhares.

O método andragógico favorece e estimula o adulto a aprender e, este precisa saber o que está estudando, para que está estudando e se irá favorecer-lhe futuramente. Por isso, o professor precisa estar atento ao fato de que o adulto já tem uma bagagem de vida. Sabe-se que ele precisa apenas estar reforçando seus conhecimentos sendo, então, necessário, alguém que tenha um conhecimento a mais que ele.

Garcia (1999) traz as principais teorias de aprendizagens de adultos com objetivos educacionais, incluindo entre estas, a Andragogia, que são:

Condutista – Provocar uma mudança comportamental na direção desejada;

Cognitivista – Desenvolver a capacidade e competência para aprender melhor;

Humanista (Andragogia) - Conseguir ser autônomo, independente. Usar a aprendizagem social. Aprender novos papéis e condutas.

O professor tem que estar preparado para atender aos diversos níveis de dificuldades e/ou conhecimentos. Isso porque os alunos de EJA são sujeitos pensantes, autônomos e com sua própria cultura e conceito formados. O facilitador de aprendizagem, segundo o modelo da Andragogia, não é um ser ausente durante o processo de alfabetização do adulto e, sim, um agente norteador que leva o aluno a refletir e a se tornar um pesquisador autônomo, que motiva o aluno da EJA a levar adiante seus projetos, pois aprende a projetar seus sonhos transformando assim o fracasso escolar em contínua e eterna busca pelo conhecimento.

Assim, tanto a Pedagogia como a Andragogia podem contribuir, cada uma ao seu tempo e ao seu modo, com a alfabetização de adultos, respeitando os alunos e suas capacidades cognitivas, lançando constantes desafios para uma educação inclusiva.

Trata-se, com isso, de um verdadeiro e completo resgate social, não apenas no sentido de devolver ao aluno EJA o tempo perdido, mas no âmbito da transformação de sonhos em realidade, fixando seus ideais naquilo que a sociedade espera e quer de um cidadão, ou seja, um protagonista da sua própria história.

■ 5 RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO PELO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

É importante ressaltar que a experiência descrita visa incentivar os jovens e adultos a se inserir mais nas turmas de EJA para melhor buscar conhecimento e apropriar do mundo letrado na vida cotidiana. Além disso, buscar melhorias de qualidade de vida e formas de participar dos eventos e meios sociais do município e dos eventos escolares, fazendo melhor acompanhamento da vida educacional dos filhos. Por fim, buscar novas alternativas de trabalho e acompanhar a evolução dos meios de vivência às novas tecnologias.

Tendo participado do programa PBA (Programa Brasil alfabetizado) como coordenadora do processo, como uma educadora de EJA- educação de jovens e adultos, a experiência está sendo vivenciada desde os anos de 2012-2015, na Escola Estadual Luiza Soares Boabaid, situada no município de Jangada – MT, contando com a participação dos jovens e adultos da EJA 1º segmento, onde estão dando continuidade a sua alfabetização.

Cabe destacar que os estudantes são jovens e adultos provenientes do campo, o que lhes dá um perfil diferenciado de estudantes da cidade, visto que possuem as seguintes características, em geral: alfabetizando que trabalham o dia todo em serviço pesado como lavrador (a) rural, empregado em fazenda, lavador de caminhões, motorista de ônibus escolar, diarista, mães, pais, pescador, entre outros serviços. De modo geral, os mais jovens estão empregados nas pastelarias da cidade. São pessoas humildes, que apesar de suas lutas diárias não ser tão fácil, mostram muito interesse e sabem dar valor aos estudos, o quanto é importante ter uma profissão, ser assegurado num trabalho através de um concurso público, trabalhar com carteira assinada, ter uma estabilidade, um plano de saúde, ter seus direitos garantidos constitucionalmente para chegar a uma aposentadoria na vida futura.

A experiência vivida por esta educadora mostra que há aspectos que se diferenciaram entre o processo de alfabetização de jovens e adultos e o processo de alfabetização de crianças. Por exemplo: ensinar uma criança considerada em idade certa traz complicações ao professor que trabalha com salas lotadas. Diferentemente, na realidade do campo são salas multicicladas. Em relação às crianças, muitas se apresentam com comportamento problemático, sem vontade de aprender, e sem apoio nos estudos por parte da família, às vezes, sendo fruto de pais separados e já convivendo com outro grau de parentesco, como avós. Tal realidade pode se tornar na carreira do professor um trabalho frustrante, por não dar conta daquela criança dominando as habilidades e competências proposta para tal série ou ano em que está inserida.

Enfim, pretende-se mostrar que a alfabetização de jovens e adultos possui peculiaridades. Os alunos retornam para a escola em busca de conhecimento, porque isso se faz necessário para ser um cidadão, para um dia não ser mais induzido por outras pessoas, para saber fazer análises e críticas diante de assuntos postos na vida cotidiana. Ele sabe que participando da vida escolar pode estar se inserindo no convívio social da escola, da comunidade, da vida religiosa e cultural como um todo.

Ensinar um adulto a ler e escrever requer muito trabalho e dedicação de ambas as partes, do educador e do educando, pois apesar deles mostrarem interesse, o cansaço, o sono, a idade, a vista, a falta de saúde, filhos pequenos, o cônjuge quando não compreende a situação da (o) companheira (o), desgaste físico e psicológico, são todos presentes na sala de aula de alfabetização de EJA.

São situações específicas que se referem à alfabetização de jovens e adultos, o que às vezes torna a atividade do professor frustrante. A atuação precarizada na docência, com esse público alvo, pode ocorrer por razões sociais (por exemplo, falta de estrutura na escola) ou mesmo porque o professor não tem uma formação condizente.

Ao trabalhar as práticas pedagógicas em uma sala EJA, os professores devem estar atentos para não criar constrangimentos que levem o aluno a se sentir diminuído, por isso, essas práticas devem se adequar ao processo de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos.

É preciso levar em conta que eles viveram mais que as crianças e já “leram” muita coisa do mundo, o que aumenta a chance de sua bagagem estar repleta de saberes. Por exemplo, o professor de uma sala de EJA, acostumado com uma sala regular de alfabetização, precisa tomar cuidado para não utilizar, naquela, frases costumeiramente utilizadas nessa, pois pode confundir os alunos. Imagine um professor pedindo aos alunos de EJA que levem um “caderninho” na próxima aula; muito provavelmente eles levarão uma caderneta. Essa e outras situações podem ser evitadas ao se trabalhar a forma diminutiva e aumentativa das palavras, apresentando, por exemplo, uma lata de extrato grande e outra pequena, ou seja, uma lata e uma latinha.

Como já explicado, trabalhar com crianças é uma coisa, com adultos é outra. Então, em uma sala de EJA, pode ser negociado com os alunos trabalhar com música, poesias, poemas e pequenos trechos de livros de sua preferência. Contar histórias e ouvi-las pode ser outro caminho que o professor pode utilizar para motivar o aluno adulto a contar fatos de sua vida ou “casos” que aconteceram em tempos remotos, podendo até propor trazer uma pessoa da comunidade que saiba contar fatos ocorridos nela.

Segundo Alves (2003, p. 48), “o corpo aprende para viver. É isso que dá sentido ao conhecimento. O que se aprende são ferramentas, possibilidades de poder. O corpo não aprende por aprender. Aprender por aprender é estupidez.”

Ensinar ao aluno conteúdos por estarem no currículo ou em seu livro didático, sem que estes conteúdos tenham relação com a sua realidade, ou ainda que não venham acrescentar algo que lhe dará prazer ou fará alguma diferença em sua vida, torna-se insípido para o aluno, que, muitas vezes, prefere ficar conversando fora da escola até que termine tal disciplina por achar a aula sem graça ou chata.

Cabe ao professor estimular o aluno, e isso é um dos aspectos da Andragogia, que trabalha o conteúdo como algo que sirva para a vida do aluno, algo que lhe permitirá possibilidades de crescimento em seu meio. Cabe também a ele propor mudanças de atitude, estimulando-o a pensar o ambiente em que vive e suas formas de preservar ou melhorar a sua qualidade de vida.

Nesse sentido, ressalta Paulo Freire (2006, p. 30):

Por que não aproveitar a experiência que tem de viver os alunos em área da cidade descuidada pelo poder público para, por exemplo, discutir a poluição dos riachos e dos córregos e dos baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes.

Projetos que levem o aluno a pensar ludicamente podem ser trabalhados em sala de aula, pois existem diversas ferramentas que auxiliam o professor na construção do conhecimento, diferentes daqueles propostos didaticamente. Trabalhar o meio ambiente por meio de projetos pode, da mesma forma, ser uma alternativa. Mas outras formas de aprendizado estão contidas em ferramentas que podem ser utilizadas, como jogos do tipo bingo, quebra-cabeça, baralho de palavras ou sílabas, e outros, encontrados em lojas apropriadas ou no computador, que é outra ferramenta bastante útil no aprendizado.

■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da situação que estava posta na sala da EJA da Escola Luiza Soares Boabaid, com base na observação dos problemas citados pelos estudantes e na vivência desta educadora, concluímos que os mesmos convivem com angústias, dificuldades, porém, sem perder a esperança de aprender a ler e escrever. Observamos sua expectativa de que um dia possam romper com barreiras sociais, retirando a vendas dos olhos. Para eles, a educação pode fazer a diferença, mudar sua realidade. Com esse instrumento, eles veem uma oportunidade de lutar pelo bem estar da sua comunidade e fazer parte do contexto social, cultural e político do seu município.

O estudo mostrou o valor que os jovens e adultos do campo da sala de EJA atribuem à educação para melhor compreensão dos seus direitos, que um dia foi negado e, por isso, ficaram à mercê do mundo letrado.

A educação é uma forma de enfrentar as barreiras e contribuir com o processo ensino aprendizagem, no sentido de fazer esses estudantes permanecer e dar continuidade nos seus estudos. Isso me despertou o interesse em realizar a presente pesquisa em educação de jovens e adultos. A pesquisa bibliográfica, igualmente, contribuiu muito na realização deste trabalho, esclarecendo e afirmando que tudo é possível na vida do homem, e que o conhecimento poderá fazer a transformação da sua realidade.

■ 7 REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **Conversas sobre a educação**. Campinas, São Paulo: Versus, 2003.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Dpe. A, 2002.

CASSEB, Rita Francisca Gomes Bezerra. **O Proeja na visão dos professores da educação profissional do Centro**. Cuiabá-MT, p.151, 2009.

FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GARCIA, Carlos Marcel. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Portugal. Porto, 1999.

NOGUEIRA, Sonia Mairos. A Andragogia: que contributos para a prática educativa? **Linhas: Revistas do Programa de Mestrado em Educação e Cultura**. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 333-356, dez. 2004.

PICONEZ, Stela Conceição Bertholdo. **A Educação Escolar de EJA - Jovens e Adultos**. Campinas: Papirus, 2006.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: Uma perspectiva Social**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **Letramento: Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte. Autentica, 2003.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALGUMAS POSSIBILIDADES

MARIA MADALENA PINTO NASCENTE¹
ANA CLAUDIA PEREIRA RUBIO²

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir sobre como a Educação de Jovens e Adultos em consonância com os princípios da Economia Solidária pode transformar a realidade na EJA e dos educandos. Para tanto fizemos uma análise histórica sobre a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Economia Solidária. A metodologia utilizada na pesquisa foi a abordagem qualitativa de natureza documental. Buscamos em livros e artigos autores que abordam estas temáticas. Diante do exposto neste trabalho pode-se afirmar que a relação entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária está diretamente relacionada com o significativo desenvolvimento econômico, social e humano de uma forma mais ampla.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Pesquisa bibliográfica.

1 Aluna do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária da UFMT/MT.

2 Orientadora. Mestranda em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: anaclaudiarubio@yahoo.com.br.

■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo pauta-se nas reflexões sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na perspectiva da economia solidária no Brasil e no Estado de Mato Grosso.

Considerando que a educação é um direito de todo ser humano, independente da faixa etária, a Educação de Jovens e Adultos, abarcando esse princípio, tem a obrigação de disponibilizar a todo cidadão que deixou de frequentar a escola na idade certa, uma escola pública de qualidade, que valorize a participação social, o conhecimento popular e alternativas pedagógicas que promovam a emancipação de sujeitos críticos.

A Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos apresentam-se como duas categorias contemporâneas de análise que se unem pelas suas origens, intimamente associadas às resistências de grupos sociais às estruturas configuradas pelo sistema neoliberal. Os movimentos sociais constituíram o campo fértil de resistência e fortalecimento dessas categorias dentro do território brasileiro. Tais movimentos foram perseguidos durante vários momentos históricos por se consubstanciarem uma ameaça à hegemonia do Capitalismo.

Este trabalho objetivou fazer um levantamento histórico da Educação de Jovens e Adultos, em diálogo com a Economia Solidária. Através desse diálogo entre EJA e os princípios da Economia Solidária, é possível retomar a bandeira de transformação social, libertação e emancipação dos jovens e adultos.

Para tanto, este artigo foi desdobrado em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos a Educação de Jovens e Adultos, trazendo um pouco da história da EJA no Brasil e no Estado de Mato Grosso. No segundo capítulo tratamos sobre a Economia Solidária. E no terceiro capítulo temos uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos, pensada a partir da perspectiva da Economia Solidária e as melhorias que esta pode proporcionar a Educação de Jovens e Adultos.

Neste sentido, fez-se necessária uma revisão bibliográfica do tema proposto, auxiliando na escolha de um método mais apropriado e na autenticidade da pesquisa em livros, artigos e trabalhos de alguns pensadores da educação e outros, como Paul Singer, para entender o ensino da Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva da Economia Solidária, e que foram de fundamental importância na concretização deste trabalho.

■ 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos se regulariza a partir da Lei 9.394/96. Com isso, supera o antigo ensino supletivo e configura-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo que o anterior.

A Educação de Jovens e Adultos passa a ser vista como uma modalidade específica da Educação Básica, que atende aqueles sujeitos que tiveram a experiência educacional negada na infância ou na adolescência pelos mais diversos fatores. (MOLL, 2004).

Com o intuito de mostrar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, fez-se uma análise das últimas quatro décadas da ação do Estado no campo da EJA. Sendo:

Movimento Brasileiro de Alfabetização (Fundação Mobral), de 1967 a 1985, Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), de 1986 a 1990, e do Programa Brasil Alfabetizado, de 2003 até o momento. (SUZUKI, 2009).

O ponto de partida é a Fundação Mobral, que foi criado no período da ditadura militar para responder às necessidades do Estado autoritário. Este foi criado em 1967, mas só iniciou suas atividades em 1969, para funcionar como uma estrutura paralela e autônoma em relação ao Ministério da Educação. O projeto foi divulgado em âmbito nacional e o slogan da campanha que chamava a população para fazer parte do programa era: “Você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber” (FUNDAÇÃO MOBREAL).

O projeto recrutou alfabetizadores sem muitas exigências, repetindo, assim, a despreocupação com o fazer e saber docentes, onde qualquer um que soubesse ler e escrever também podia ensinar. “Qualquer um, de qualquer forma e ganhando qualquer coisa” (GALVÃO; SOARES, 2004).

Desta maneira, foram recrutadas pessoas que sabiam ler e escrever para ensinar quem não sabia ler ou escrever. Essas pessoas, muitas vezes, só

tinham este conhecimento, e na maioria das vezes, não tinha nenhum grau de escolaridade.

O Mobral foi extinto em 1985, surgindo em seu lugar a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto às Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares.

Com esse novo projeto de ensino, ocorrem mudanças significativas na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Farias (2006), “esse período foi marcado pelos conflitos entre Estado e Movimentos Sociais originados devido a atrasos no repasse dos recursos e na defesa da autonomia dos movimentos na condução dos processos pedagógicos”.

No ano de 1990, considerado o ano Internacional da Alfabetização, o Presidente Fernando Collor de Mello, ao invés de dar prioridade a Educação e continuar os trabalhos que já vinham sendo feitos, simplesmente aboliu a Fundação Educar, não criando nenhuma outra instância que assumisse suas funções.

Desta forma, a partir deste ano, o Governo ausenta-se como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Em 2002, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado e as Ações de continuidade da Educação de Jovens e Adultos.

Considerando a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, percebe-se que esta tem sido pautada por campanhas ou movimentos desenvolvidos, a partir da administração federal, com envolvimento de organizações da sociedade civil, visando à realização de propostas ambiciosas de eliminação do analfabetismo e formação de mão-de-obra, em curtos espaços de tempo.

2.2 Contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso

A partir da Resolução 137/1991, que estabelece normas gerais para o Ensino Supletivo no sistema de Educação de Mato Grosso, se inicia uma nova discussão quanto à oferta da educação de Jovens e Adultos. Conforme destaca o art. 2º, inciso I – “A Suplência visa suprir a escolarização regular de Ensino Fundamental para maiores de 14 anos, e a de Ensino Médio para maiores de 18 anos que não tenham seguido ou concluído na idade própria” (Conselho Estadual de

Educação do Estado de Mato Grosso – CEE/MT). Um novo modelo de EJA surge para atender aqueles que retornavam aos estudos em busca da escolarização. O candidato à matrícula do curso de suplência II deveria ter completado 16 anos até o início das aulas e ter 18 anos completos para cursar o ensino médio.

Conforme afirmam as orientações curriculares para a educação de jovens e adultos no Mato Grosso (CEE/MT), essa modalidade deve ser pensada além da escolarização de ensino fundamental e médio, mas impõe pensar a dimensão da Educação de Jovens e Adultos como educação continuada, para atingir as exigências das sociedades contemporâneas de aprender por toda a vida.

Em 2009, com a implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) no estado de Mato Grosso, a Secretaria de Estado de Educação, junto a profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, buscam uma política de Educação de Jovens e Adultos que assegure espaço para a diversidade de respostas a educandos, que não podem ser afastados do direito de aprender e de ter sucesso na busca renovada à escola.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos foi criado para oferecer formas diferenciadas de ensino que reconheçam as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos, regulamentados pela Resolução nº 180/2000/CEE/MT, onde os alunos que não podem frequentar a escola todos os dias (os vigilantes, motoristas e aqueles oriundos de exame supletivo) podem se matricular por disciplina, bem como por área de conhecimento, baseando-se no trabalho interdisciplinar, no trabalho coletivo e sociocultural, previsto na proposta pedagógica. Assim, faz-se a matrícula trimestral para favorecer o acesso e o término em menor tempo, de maneira que haja a superação da evasão escolar e possa garantir a conclusão das áreas de conhecimento sem prejuízo do período já cursado.

A existência do Programa de Educação de Jovens e Adultos, formulado em 2002, as práticas de EJA no sistema estadual de ensino e, mais recentemente, a implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS) na rede estadual, são razões suficientes para induzir a Secretaria de Educação a elaborar uma política pública de Educação de Jovens e Adultos.

Assim, cabe ao poder público assegurar o direito de todos à Educação como dever do Estado, e exigir mais do que ofertas de programas e projetos, mas uma política que expresse sentidos para uma política pública permanente.

Outra grande preocupação quanto a Educação de Jovens e Adultos no estado de Mato Grosso é quanto à organização de currículos adequados à especificidade dos educandos dessa modalidade de ensino.

Estes currículos precisam levar em conta a diversidade e a realidade local desses alunos, rompendo com práticas de aligeiramento dos conhecimentos, superando a visão compensatória dessas práticas com a redução do tempo e do direito à educação; e favorecendo sua permanência no processo e a qualidade dessa educação. (DOCUMENTO PREPARATÓRIO PARA VI CONFINTEA, 2008, p.56).

Nesse sentido, e em consonância com a legislação vigente, na perspectiva de assegurar o direito ao conhecimento historicamente acumulado, busca-se a definição de um currículo para Educação de Jovens e Adultos que respeite as orientações curriculares para esta modalidade de ensino. Uma nova tarefa se impõe aos gestores e profissionais da educação de Mato Grosso, que é repensar essa modalidade educacional, a fim de garantir um ensino de qualidade àqueles que foram excluídos do processo de escolarização e que retornam em busca desse direito.

2.3 A Educação de Jovens e Adultos na sala de aula

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos sofrem grande modificação e passam a envolver a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado. Assim, de acordo com Freire (1996), “o conceito de Educação de Jovens e Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e educadoras”.

Neste sentido, podemos dizer que os conteúdos trabalhados com a população atendida pela Educação de Jovens e Adultos precisam ter relação com o seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. Partindo dessa compreensão, muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

De acordo com Di Pierro, Jóia e Ribeiro (2001), “a Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito”. Para os indivíduos que participam dessa modalidade de ensino ter esse espaço que valoriza sua caminhada significa muito para seu processo de aprendizagem, pois possibilita ao mesmo compreender-se como sujeito de sua própria história.

O ensino na EJA deve partir do conhecimento que o aluno traz da vida, não deixando de lado sua caminhada e sua experiência, pois estas não podem ser renegadas pela escola, mas sim discutidas. Isso é observado na fala de Moll (2004), onde este afirma que “a educação popular ganha corpo num debate que desconstrói os saberes ditos acadêmicos, buscando ressignificá-los à luz dos saberes da vida cotidiana.”

Nos dias de hoje a alfabetização não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho. É também necessário que a escola desenvolva no aluno suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demanda um novo tipo de profissional, que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício da cidadania.

■ 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Além disso, a economia solidária preconiza o entendimento do trabalho como um meio de emancipação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho capitalistas.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Nesse sentido, compreende-se por economia solidária (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO) “o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.”

Assim, a Economia Solidária possui como características a cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Partindo destas características, podemos dizer que a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Fato esse que implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integridade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Além disso, a economia solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de economia solidária se projetam no espaço público, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável (MORAIS, 2014).

Neste sentido, vale ressaltar que a economia solidária não se confunde com o chamado terceiro setor, que substitui o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos.

A economia solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos.

3.1 Contexto histórico da Economia Solidária no Brasil

O movimento de economia solidária tem crescido de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. Seu crescimento no contexto brasileiro se deve a fatores variados, dentre os quais vale destacar a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural, resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista.

Tal resistência se manifesta, primeiramente, como luta pela sobrevivência, na conformação de um mercado informal crescente, onde brotam iniciativas de econo-

mia popular, tais como: a atuação de camelôs, flanelinhas, vendedores ambulantes, normalmente de caráter individual ou familiar. Com a articulação de diversos atores, essa resistência também se manifesta na forma de iniciativas associativas e solidárias voltadas também à reprodução da vida, mas que vão além disso, apontando para alternativas estruturais de organização da economia, baseada em valores como a ética, a equidade e a solidariedade e não mais no lucro e acúmulo indiscriminado.

Verifica-se no Brasil, durante a última década, a crescente organização da economia solidária como um movimento – ou seja, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito à sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, e orientando-se para a articulação nacional, a configuração de redes locais e o estabelecimento de uma plataforma comum, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Essa tendência dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração para reivindicar junto ao então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003.

Com o objetivo de fortalecer e divulgar a economia solidária no país o governo federal criou, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão governamental responsável pela implementação de políticas públicas integradas à geração de trabalho e renda para trabalhadores e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Simultaneamente à criação desta Secretaria, foi criado, na III Plenária Nacional de Economia Solidária, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), representando este movimento no país. A criação dessas duas instâncias, somada ao fortalecimento do campo da economia solidária no interior da dinâmica do Fórum Social Mundial, consolida a recente ampliação e estruturação desse movimento no Brasil.

A economia solidária tem recebido, nos últimos anos, investimentos consideráveis de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado no país, impulsionando as iniciativas de comercialização e empreendedorismo populares, a abertura dos bancos do povo e o surgimento de cooperativas ligadas a setores diversos, como economia criativa e a agricultura dos pequenos produtores.

De modo geral, a economia solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores iniciadas no século XIX, lutas que deixaram como legado o cooperativismo, movimento de resistência contra a exploração do trabalhador provocada pelo avanço dominante do capitalismo industrial. No Brasil, a economia solidária ressurgiu no final do século XX, como uma alternativa dos trabalhadores frente às novas formas de exclusão e exploração surgidas contemporaneamente no mundo do trabalho.

3.2 A Economia Solidária em Mato Grosso

O contexto de Economia Solidária vem se disseminando nos espaços rurais e urbanos através das cooperativas de produção e consumo, das associações de produtores e instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, entre outras formas de organização.

Neste sentido, influenciado pelo movimento cooperativo do sul do país, Mato Grosso viu surgir, nas duas últimas décadas, cooperativas de crédito, associações de produtores voltados para agricultura familiar, linhas de financiamento solidário para pequenos negócios, e incubadoras que trabalham na criação de empreendimentos coletivos. Entre estas incubadoras, está a ARCA Multincubadora, que funciona no campus da UFMT, em Cuiabá, instituição responsável pelo surgimento de várias cooperativas na baixada Cuiabana, como a Cooperativa dos Pescadores e Artesãos do Pai André e Bom Sucesso (Coorimbatá), entre outras.

O segmento de compostagem, reciclagem e reaproveitamento de resíduos sólidos também fez surgir em Cuiabá, e em outros municípios de Mato Grosso, uma série de empreendimentos ligados à economia solidária. Entre estes, se destaca a Cooperativa Conexão Verde Vitória (Coopervv), que trabalha com compostagem de resíduos orgânicos e geração de renda para famílias e moradores do bairro jardim Vitória. Atualmente, a Coopervv conta o apoio do Projeto Espaço Vitória: geração de renda e gerenciamento de resíduos, projeto patrocinado pela Petrobras, que incentiva atividades socioambientais ligados à economia solidária e inclusiva.

A economia solidária tem recebido, nos últimos anos, investimentos consideráveis de governos municipais e estaduais. O número de programas de economia solidária tem aumentado no estado, impulsionando as iniciativas de comercialização e empreendedorismo populares, a abertura dos bancos do povo

e o surgimento de cooperativas ligadas a setores diversos, como economia criativa e a agricultura dos pequenos produtores.

■ 4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADES

A Educação de Jovens e Adultos só existe porque existem excluídos, porque existem crianças cujo direito à educação foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram à mercê de ocupações informais ou ao subemprego, ou são os primeiros a serem demitidos por não possuírem qualificação e escolaridade compatíveis às necessidades das empresas em que estão inseridos.

O cenário do desemprego estrutural tem excluído principalmente esses sujeitos da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que isso acontece, essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir a estes sujeitos desempregados sustentabilidade e sobrevivência. Ou seja, os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário.

É neste contexto, que se origina e reforça a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, pois certamente, podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos e na educação em geral, que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista.

A crise do desemprego nos leva, portanto, a refletir sobre a existência de outros mundos do trabalho, além do assalariado. Do mesmo modo que outros processos de produção além do capitalista.

Assim, o trabalho cooperativo, inserido na Economia Solidária, vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, pois é gerido com a participação igualitária de todos os membros, que detêm o mesmo poder decisório e igualdade na apropriação dos resultados do trabalho.

Esse movimento pode revelar-se em uma ação caracterizada como contraditória às relações sociais evidenciadas na sociedade, ou como oposição à co-

operação subordinada, e está de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória.

Nesse sentido, uma educação que valoriza a palavra do educando e os seus saberes de vida e do trabalho como fundamentais no processo de formação integral e trabalha com o espírito de solidariedade e cooperação contribui para o que Tiriba (2004) reflete:

A possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo. E mais, são práticas que [...] expressam um fazer pedagógico comprometido com a crítica à concepção utilitarista da educação como fator de produção (TIRIBA; PICANÇO, 2004, p. 27).

Esse fato contribui, também, para romper com a lógica de que nascemos para vender a nossa força de trabalho assalariada, como se está fosse a única forma de trabalho existente, uma vez que na Economia Solidária convivem diversas formas de propriedade e de gestão, mas todas elas são vinculadas a não exploração do trabalho humano, à garantia de acesso por todos aos bens públicos que pertencem ao domínio coletivo, e a relações harmônicas com o meio ambiente.

A Economia Solidária promove as trocas solidárias com base na busca do ganho para o produtor e para o consumidor. Em outras palavras, ela transforma as trocas numa relação em que todos ganham. Para isso, ela propõe uma diversidade de modos de trocar bens e serviços, e não apenas o jogo do mercado. A Economia Solidária também promove “finanças solidárias”.

Nesse sentido, a economia solidária promove a educação não como fim em si. Mas, como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social.

Esse modelo educacional identifica-se pelas práticas conscientes da cooperação e da solidariedade no modo de ensinar e aprender e também nas relações entre educandos, entre esses e os educadores, e também entre educadores.

É uma educação centrada numa concepção não dogmática nem doutrinária do conhecimento, que se estriba na pesquisa e no diálogo como métodos

essenciais da construção do conhecimento. Essa educação integra de maneira dinâmica e complementar o ato de conhecer e o ato de trabalhar.

Paulo Freire (1996 p.10) acredita que “a economia solidária na educação tem como objetivo conscientizar as pessoas que vivem sob o sistema opressor, sobre essa opressão, fazendo com que elas se libertem”. Assim, o grande destaque para a superação da situação é trabalhar a educação como prática de liberdade, ao contrário da prática de dominação que produz o falso saber, ou seja, aquele incompleto ou sem senso crítico.

Refletindo sobre o contexto da Educação de Jovens e Adultos, a mesma deve ser problematizadora, onde a realidade do educando é inserida no contexto educativo, sendo valorizado o diálogo, a reflexão e a criatividade, de modo a construir a libertação.

Pensando na educação de jovens e adultos, Freire destaca ainda que:

A importância dos educadores assumirem uma postura revolucionária, passando a conscientizar as pessoas da ideologia opressora, motivando-as a transformar as realidades a partir da união e da organização, instaurando o aprendizado da pronúncia do mundo, onde o povo diz sua própria palavra e conseqüentemente age para seu próprio modo de produção com qualidade de vida, como anseia a economia solidária. (FREIRE, 1996, p. 10).

O modelo proposto por Freire pauta-se na possibilidade de se construir uma sociedade com pessoas que não se submetem à opressão, com uma educação mais humana e revolucionária, onde além de amor, humanidade e fé, haja também um senso crítico investigativo, reflexivo. Uma sociedade onde o educando seja sujeito do seu pensar, da sua história, comprometido com sua ação no mundo.

Nesse viés, como aponta Vivian (2007), “a aproximação entre educação de jovens e adultos e uma alternativa de geração de trabalho e renda reflete-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação”.

Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada.

■ 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto neste trabalho, percebe-se que é possível uma interação entre os princípios da Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos, e que, por meio dessa economia, é possível transformações da realidade dos educandos dessa modalidade educacional. Consequentemente, oferecendo a esses sujeitos melhores condições de vida e trabalho.

Mas para isso, será necessário adotar políticas públicas comprometidas com a formação humanizadora do cidadão, e não apenas com a preparação qualificadora que visa atender as demandas capitalistas. E, principalmente, oferecer uma alfabetização libertadora e consciente, como defende Paulo Freire, para que sejam sujeitos críticos reflexivos e tenham autonomia para reivindicar seus direitos.

Com isso, é possível perceber a formação de novas formas de reprodução, que não seja a capitalista, onde muitas mudanças serão necessárias, no âmbito nacional, estadual e municipal.

Precisamos de escolas com gestões verdadeiramente democráticas, que não se encham apenas de conteúdos, mas que tenham também uma função social. Precisamos de educadores com novas visões e pensamentos, que colaborem para a formação de sujeitos mais humanos e solidários, que busquem por uma nova sociedade, e lutem por uma educação igualitária e que defenda sempre o respeito ao próximo, mas principalmente precisamos estar amparados por políticas eficazes que pensem no bem comum, social. Assim, será possível uma nova sociedade.

■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens – adultos populares? **Revej@**: Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. I, 2007.

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.

DA ROCHA, J. M. **Economia Solidária**: discutindo uma nova ética nas relações de troca. Disponível em <<http://hermes.ucs.br/ccea/dece/jmrocha/Textos/Economia%20Solidaria.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO sobre Educação de Adultos, Julho de 1997.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, ano XXI, nº. 55, nov. 2001.

FARIAS, Adriana Medeiros. Alfabetização e educação popular no contexto das políticas públicas. In: Simpósio Estadual de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos, 1., 2006, Pinhão. **Anais...** Curitiba: SEED/PR, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Acesso em: 01 maio 2015

FÓRUM Matogrossense de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.expressomt.com.br>. Acesso em: 10 maio de 2015.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliane Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. **Alfabetização de jovens e adultos**: em uma perspectiva de letramento. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MATO Grosso. Secretaria de Educação. **O ensino supletivo**. Informe de pesquisa. Cuiabá: Seduc, 1998. Acesso em 30 de abril de 2015

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Disponível em: Portal mte.gov.br. Acesso em: 16 maio 2015.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 9-17.

MORAIS, LEANDRO PEREIRA. **Economia Social e Solidária e Cooperação Sul-sul e Triangular na América Latina e Caribe** - contribuições para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Campinas, 2014.

PROGRAMA Brasil Alfabetizado. Disponível em: <http://mec.gov.br/alfabetiza/default.htm>. Acesso em: 28 de abril de 2015

SINGER, Paul Israel. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SUZUKI, Juliana Telles Faria. **Tecnologias em educação**: pedagogia. São Paulo. Pearson Education do Brasil, 2009.

TIRIBA, Lia. Pedagogia da produção associada. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy. **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Santuário, 2004.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Disponível em <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

VIVIAN, D. A **Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária**. Disponível em <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/105.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2015.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

OS DESAFIOS DO ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA ARTICULAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

MARIA SEDENIR ZINI¹

CARMEN DE FÁTIMA FERREIRA MARINHO²

Resumo: Partindo da ideia de que a educação de jovens e adultos se constitui como uma modalidade importante, tendo em vista que os jovens e adultos que não tiveram oportunidade de ir à escola retornam ao ambiente escolar na tentativa de recuperar o tempo perdido, este estudo tem como objetivo discorrer sobre a trajetória e a importância da economia solidária em articulação com a educação na perspectiva da promoção de ressignificação de vidas. Acredita-se que o processo educativo na Educação de Jovens e Adultos envolve diferentes pessoas, que, em geral, são visualizadas por muitos como limitadas. O projeto desenvolvido na Escola Almira de Amorim Silva evidencia a possibilidade de promoção de uma educação de Jovens e Adultos desenvolvida mediante articulação com a economia solidária, uma possibilidade de ressignificação de vidas, conceitos e valores, de forma a fazer uma educação para a vida em suas diferentes perspectivas.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Retorno à Escolarização.

1 Pedagoga e docente na Escola Estadual Hélio Palma de Arruda.

2 Professora Orientadora.

■ 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo buscar compreender a importância da Educação na vida de jovens e adultos na perspectiva da inclusão de pessoas, que, por alguma razão, não conseguiram frequentar uma escola pela dificuldade desta não estar preparada para recebê-los. Hoje, já adultos, retornam ao estabelecimento de ensino, nem sempre preparado psicologicamente, em busca do tempo “perdido”, contudo, na expectativa de retomar o processo de escolarização.

Vale ressaltar que a concepção de educação defendida neste estudo é visualizada como um espaço de ação-reflexão, a partir da articulação entre o saber popular e o saber elaborado como espaço de luta pelos direitos civis, políticos, sociais e econômicos. Alfabetizar, portanto, não é uma questão exclusivamente pedagógica, mas, sim, social e política.

O que justifica uma oferta educativa para os jovens e adultos, em consonância com os preceitos da economia solidária, é que esta pressupõe uma forma de produção e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital. Além disso, envolvem as dimensões sociais, políticas, ecológicas e culturais. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável. Os pressupostos da Economia Solidária destacam-se em várias atividades econômicas e diversas localidades de Mato Grosso e localidades adjacentes.

A Escola Estadual Almira Amorim Silva, localizada no CPA III, desenvolve um projeto de ensino voltado para os jovens e adultos a partir da articulação com os preceitos da Economia Solidária, mesmo que em sua fase inicial, mediante estímulo de troca e produção de alguns produtos de confecção caseira e artesanal.

As atividades estão divididas em diferentes períodos, sendo que no matutino acontecem as de formação com oficina de português, matemática, ciências e conhecimentos gerais; no período vespertino, realizam-se as oficinas de confecção de materiais de limpeza, confecção de bolos, biscoitos.

Através da prática inclusiva de educação, toda a comunidade escolar é beneficiada: a escola, os docentes, e, principalmente os alunos, uma vez que

essa modalidade de ensino baseia-se na concepção de valorização dos direitos humanos, com base nas premissas de igualdade.

Pensar a educação na busca pela prática de inclusão significa ir em busca de capacitação para os educadores e de melhorias para as escolas. Para que tenhamos uma sociedade mais igualitária, também é preciso repensar e ressignificar a prática educativa desenvolvida na escola para a sociedade.

É importante mencionar que neste artigo a preocupação foi defender a ideia de que é possível que a inclusão aconteça independente do meio onde estão inseridos os jovens e adultos, e o grande desafio é fazer com que a inclusão deixe de ser uma dificuldade para o educador e passe a ser uma possibilidade viável em seu cotidiano educativo.

■ 2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao longo da história do Brasil, é possível constatar a emergência de políticas públicas de educação de jovens e adultos. Todas as políticas desenvolvidas historicamente, até então, estão focadas e destinadas, sobretudo aos processos de alfabetização.

Somente a partir da Lei nº 11.494/2007, que institui o FUNDEB, é estabelecido o reconhecimento e definição desta modalidade enquanto política pública de acesso e continuidade à escolarização básica.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, promulgadas em 10/05/2000, e elaborada pelo Conselho Nacional de Educação, supera a visão preconceituosa do analfabeto ou iletrado, tido como inculto ou “vocacionado” apenas para tarefas e funções “desqualificadas” nos segmentos de mercado, reconhecendo a sua pluralidade e diversidade cultural e regional, presente nos mais diferentes estratos sociais, portadores de uma rica cultura baseada na oralidade.

Tal documento evidencia as especificidades da Educação de Jovens e Adultos, a saber:

- tempo e espaço dos jovens e adultos;
- tratamento presencial dos conteúdos curriculares;
- importância em se distinguir as duas faixas etárias (jovens e adultos) consignadas nesta modalidade de educação;

- formulação de projetos pedagógicos próprios e específicos dos cursos noturnos regulares e os de EJA.

As Diretrizes ressaltam a EJA como direito, deslocando a ideia de compensação e substituindo-a pelas de reparação e equidade. Para a realização de exames, normatizam sua oferta para maiores de 15 anos para o ensino fundamental e maiores de 18 anos para o ensino médio (BRASIL, 2000).

O Plano orienta que na Educação de Jovens e Adultos deve fazer parte, no mínimo, a oferta de uma formação equivalente às oito séries do ensino fundamental, reconhecendo a necessária produção de materiais didáticos e técnicas pedagógicas apropriadas, além da especialização do seu corpo docente.

Diante do exposto, o tempo diferenciado no currículo do Ensino de Jovens e Adultos EJA em relação ao tempo do currículo na escola regular não significa tratar o conteúdo escolar de forma precarizada ou aligeirada e, sim, abordá-lo integralmente, levando-se em consideração que o adulto não é uma criança grande, e também que já tem clareza do por que e do para que estudar envolvendo todos na educação.

2.1 A inclusão no contexto da Educação de Jovens e Adultos

Partindo da ideia de que a educação consiste em um direito social garantido pela Constituição Federal no Brasil, o direito ao ensino deve ser dado a todos, não somente a alguns segmentos da sociedade. Contudo, na prática, o acesso a educação a todos, indistintamente, nem sempre acontece.

Muitas escolas, por inúmeras razões, que incluem a falta de formação docente para o atendimento de alunos que apresentam algum tipo de especificidade, não aceitam alunos com algum tipo de deficiência, negando a eles o direito ao estudo e a educação. Porém, aos poucos essa realidade vem mudando, uma vez que o governo brasileiro estabeleceu algumas metas e planos para conseguir uma educação inclusiva de qualidade.

Na visão de Freire (1982), o objetivo é comum: o de construir um conhecimento capaz de transformar uma realidade, operando mudanças de forma efetiva considerando as diferenças e as individualidades.

Na atualidade, mediante preceitos legais, existem no Brasil normas estabelecidas que visam a acessibilidade dentro das escolas como a construção de rampas, de elevadores, corrimãos e outros elementos facilitadores da vida dos deficientes físicos. As diretrizes também colocam o ensino de libras nos currículos dos cursos superiores, entre outras ações que visam impulsionar a inclusão escolar.

■ 3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

Trata-se de uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, mas, sim, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (TIRIBA, 2007).

3.1 Os Pressupostos da Economia Solidária

Compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. (TIRIBA, 2007).

Considerando a concepção posta por Tiriba (2007), a Economia Solidária possui as seguintes características:

Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.

Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

A dimensão de autogestão ocorre na medida em que os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e

interesses, etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

A dimensão Econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

Por sua vez, a solidariedade nos empreendimentos se expressa em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

3.2 O histórico da Economia Solidária

Em um contexto histórico, a Economia Solidária resgata as lutas históricas dos trabalhadores, tendo origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial.

No Brasil, ela ressurgiu no final do Século XX, como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

Segundo o FNDE (2015), no Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc.

Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores pú-

blicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

Em âmbito nacional, o Governo Federal, em 2003, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que está desenvolvendo o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

3.3 As Especificidades da Economia Solidária

Considerando as características da Economia Solidária, sua prática aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas.

Seus resultados econômicos, políticos e culturais devem, necessariamente ser compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

■ 4 A ESCOLA ALMIRA DE AMORIM SILVA

A Educação de Jovens e Adultos desenvolvida pelo CEJA Professora Almira Amorim e Silva, instituição lócus desta pesquisa, foi criado em 2008, mediante proposta do Governo Estadual de Mato Grosso, com o objetivo de centralizar todas as modalidades voltadas ao atendimento do Jovem e Adulto que manifestar o desejo de retomar seus estudos e, por meio dele, conquistar a cidadania.

Embora em 2008 tenha se dado a criação do CEJA Prof^a Almira de Amorim Silva, o atendimento para jovens e adultos na instituição, já ocorria. No ano de 1991, via Decreto nº 3.119/91, publicado no Diário Oficial de 14/02/1991, foi nomeado aquele espaço de Núcleo de Educação Permanente – NEP, com atendimento educacional à população do bairro Morada da Serra.

No ano de 1994, foi publicada no Diário Oficial, sob o Decreto nº 4.793 de 01/07/1994 a mudança do nome da escola para Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Professora Almira de Amorim Silva”, que foi autorizada para oferecer suplência para o Ensino Fundamental fase I e II e Ensino Médio, através da resolução 079/92/CEE/MT.

No ano de 2004, a escola passou a chamada de Escola Estadual “Professora Almira de Amorim Silva”, e foi autorizada, por meio da resolução nº 12/04/CEE/MT, a oferecer os cursos de Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Profª “Almira de Amorim Silva” recebeu a Autorização CEB nº 023/2009/CEE/MT e publicação em 19/02/2009 para ofertar Ensino Fundamental e Ensino Médio, de acordo com o decreto da criação dos Centros de EJA/CEJA’s do estado de Mato Grosso no Diário Oficial em Decreto nº 1.164/08.

O endereço de funcionamento continuou na Rua Luiz Geraldo da Silva, nº 898, bairro CPA II, até dezembro de 2011. No ano de 2012, mudou-se para o atual endereço na Rua 86, nº 35, bairro CPA III, seguindo determinação da Secretaria de Estado de Educação.

4.1 A escolha da Escola Almira de Amorim Silva como local de pesquisa

O desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade. Na visão de Santos (2004), se faz importante ter o direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos (SANTOS, 2004).

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual.

É através das relações sociais, na interação com outros indivíduos, que o homem interioriza as formas de funcionamento psicológico estabelecidas culturalmente. A cultura é um “palco de negociações”, onde todos os elementos são carregados de significação e os membros estão em constante recriação e reinterpretção de informações, conceitos e significados.

Nesta direção, mediante observação realizada junto à escola Almira de Amorim Silva, mais precisamente no que se refere ao desenvolvimento do projeto de EJA em articulação com a Economia Solidária, visualizamos o esforço da equipe da Escola Estadual Almira de Amorim Silva em desenvolver uma Educação para os Jovens e Adultos de forma problematizadora. Assim, nos propomos a utilizá-la como lócus de observação e realização do presente artigo.

4.2 O perfil dos alunos da EJA da Escola Almira de Amorim Silva

Tendo em vista que a escola se configura como um espaço de inclusão, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos, trabalhadores possam aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez.

Nesta direção, os sujeitos que procuram a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Almira de Amorim Silva, encontram dificuldade em conciliar o tempo do trabalho com o tempo da escola, pois, trata-se de lógicas temporais distintas em que uma é marcada pela imprevisibilidade, pelo tempo da sobrevivência, a outra pela inflexibilidade, o tempo do calendário, das aulas, dos bimestres, das provas.

A fim de conciliar o tempo de trabalho com o tempo de escola e de estudo, Gómez (2004), menciona que “é um tempo social, uma construção cultural e pedagógica e, portanto, deve ser flexível, singular e adaptado em função das características de cada contexto escolar”, o ano letivo nos Centros de EJA foi dividido em três trimestres por área de conhecimento.

Assim, o aluno pode fazer sua matrícula na modalidade presencial por disciplina ou por área de conhecimento. Permite-se, assim aos educandos percorrer trajetórias de aprendizagem não padronizadas. Visa-se, portanto, minimizar os efeitos negativos da evasão escolar, ao longo do ano letivo.

A prática educativa desenvolvida pelo CEJA Almira de Amorim Silva compreende que o tempo curricular do aluno não deve ser resumido às experiências de sala de aula. Os projetos pedagógicos e planos de curso organiza o tempo escolar com flexibilidade, de modo a promover, compreender e reconhecer todas essas experiências e oportunidades formativas.

Dessa forma, a escola tenta adequar à forma de organização do tempo escolar conforme as necessidades dos sujeitos da EJA. A estrutura organizacional da nossa escola foi pensada para atender jovens e adultos que trabalham, a fim de que o trabalhador não encontre dificuldade em frequentá-la. A escola deve acompanhar o ritmo de vida do aluno trabalhador a fim de que a evasão seja contida.

O perfil dos alunos do CEJA Almira de Amorim Silva refere-se a homens e mulheres de diferentes faixas etárias, que variam de 17 a 50 anos de idade. Estas pessoas encontram-se defasadas em idade série e em geral não possuem emprego fixo, a maioria vive de realização de “bico”, sendo, portanto, pessoas carentes e que visualizam a escola como um dos mecanismos de transformação de suas vidas.

4.3 O desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos e a articulação com a Economia Solidária na Escola Almira de Amorim Silva

Na Escola Estadual Almira de Amorim Silva, a fim de articular os conteúdos da Educação de Jovens e Adultos com os preceitos da Economia Solidária, a proposta de trabalho desenvolvida tem por base a realização e desenvolvimento de projetos, cuja prática sugere uma unificação entre os conteúdos das disciplinas. Os projetos são elaborados a fim de que o aluno, tenha acesso à conteúdos diversificados.

A prática pedagógica via projetos visa a trans e a interdisciplinaridade. Esse conceito, de prática interdisciplinar, faz com que se utilizem, no mesmo projeto, os conteúdos de diversas disciplinas, oferecendo aos alunos a possibilidade de busca e de contextualização das informações, que os ajudam a desenvolver o tema em estudo.

O aluno constrói seu conhecimento, faz conexões, relações entre os conteúdos de forma não fragmentada. A forma dinâmica e criativa de se trabalhar com

a metodologia de projeto de trabalho é poder iniciar com qualquer tema e este pode ser indicado pelo aluno por fazer parte de seu cotidiano (BEHRENS, 2006).

As ações pedagógicas desenvolvidas na Escola Almira de Amorim Silva possibilitam ao professor o desenvolvimento de:

- aulas expositivas e demonstrativas, buscando sempre relacionar o conteúdo ao seu cotidiano.;

- a preparação de aulas mediante uso de datashow, com utilização de recursos da informática, uma vez que a Internet é um canal muito importante, pois através de pesquisas acompanhadas pelo professor o aluno pode saber mais sobre atualidades dos números, curiosidades, jogos, desafios e etc.;

- o trabalho com vídeos: filmes, desenhos (como Walt Disney Productions), documentários, entrevistas;

- trabalhar com jogos que despertem o raciocínio lógico, tais como sudoku e quebra-cabeças;

- realizar olimpíadas internas de matemática;

- introduzir os temas transversais: ética, orientação sexual, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, excesso de consumo.

As disciplinas do currículo serão ministradas respeitando o ritmo e as limitações de cada aluno elevando suas potencialidades através do currículo funcional e adaptado.

Os conteúdos das áreas de conhecimento deverão estar articulados com as experiências de vida do aluno, problematizando temas relacionados à saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, cultura e linguagem, podendo ser ministrados de forma interdisciplinar e transdisciplinar, buscando maximizar as potencialidades sem ignorar as limitações que apresentam e suas necessidades especiais e respeitando o ritmo próprio de aprendizagem e desempenho de cada um.

Na mesma perspectiva, possibilita dentre outros procedimentos por parte do professor e da escola como um todo:

- encorajar, estimular e reforçar a comunicação, a participação, o sucesso a iniciativa e o desempenho do aluno;

- favorecer o processo comunicativo entre aluno-professor, aluno-aluno, alunos-adultos;

- despertar a motivação, a atenção e o interesse do aluno; desempenho do aluno;

- atuar para eliminar sentimentos de inferioridade, menos valia e fracasso;

- agrupar os alunos de uma maneira que facilite a realização de atividades em grupo e incentivo a comunicação e as relações interpessoais;

- apoiar o uso dos materiais de ensino-aprendizagem de uso comum;

- realizar Atividades de Vida Diária, Vida Prática;

- auxiliar no desenvolvimento da Coordenação Motora Funcional;

- auxiliar no desenvolvimento de Habilidades Funcionais Básicas;

- auxiliar no desenvolvimento de Habilidades Sociais Básicas. A Escola Almira de Amorim Silva recebe por parte do SEDUC- Secretaria de Estado de Educação, todo o material didático necessário para o desenvolvimento dos projetos, no que se refere tanto ao aspecto didático como de recursos humanos, o que possibilita o desenvolvimento da educação básica até o ensino médio na perspectiva da trimestralidade.

No que se refere à articulação dos conteúdos disciplinares com a Economia Solidária, a Escola Almira de Amorim Silva desenvolve ações que permitem ao aluno participar efetivamente não só de processos educativos como também de confecção e elaboração de produtos, tais como sabão, biscoitos, artesanatos etc., de forma problematizada, em que ao mesmo tempo em que tal processo é desenvolvido, o aluno aprende os conteúdos das diferentes disciplinas e aprende os processos de elaboração de materiais que podem ser comercializados e possa, assim, gerar renda, capaz de possibilitar o provimento do sustento próprio e desenvolver a integração social do aluno.

Outra prática desenvolvida pela escola é a realização de feiras solidárias em que os alunos podem vender os produtos produzidos na perspectiva coletiva, além de possibilitar a prática de troca de objetos, materiais e produtos entre os pares e todos os envolvidos na comunidade escolar.

Diante do exposto, fica evidente o esforço da Escola Almira de Amorim Silva em desenvolver os preceitos iniciais básicos da Economia Solidária com

os conteúdos da Educação de Jovens e Adultos, que consistem na elaboração de materiais na perspectiva coletiva e na realização de feiras comunitárias para a prática da comercialização dos materiais, produtos e objetos confeccionados, além da prática da troca.

Tal possibilidade promove o desenvolvimento não só do processo educativo, como possibilita também o desenvolvimento de ações de cidadania e desenvolvimento da razão de ser e estar no mundo, de forma a possibilitar ao aluno agir e transformar o espaço em que vive mediante pequenas ações (FREIRE, 1982).

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo principal evidenciar os desafios da Educação de Jovens e Adultos mediante a articulação dos conteúdos da Educação de Jovens e Adultos com os pressupostos da Economia Solidária, de forma a ultrapassar a mera alfabetização de jovens e adultos, na perspectiva da possibilidade da realização da inclusão de pessoas defasadas em idade série.

O artigo, cujo foco se deu com base na pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica mediante observações do desenvolvimento da prática educativa na Escola Almira de Amorim Silva, evidenciou que a Educação de Jovens e Adultos com foco na inclusão, envolve práticas e vivências de pessoas que foram excluídas do ambiente escolar, possuindo pouca ou nenhuma escolarização.

Os jovens e adultos pertencentes a esta modalidade de ensino apresentam algum tipo de limitação, mais lutam para superar suas condições precárias de vida que incluem a moradia, transporte, saúde, alimentação, emprego, etc. que são a raiz do problema social em nosso país. Fato é que as precárias condições de vida comprometem o processo de escolarização de jovens e adultos.

Assim, o programa de educação de jovens e adultos, desenvolvido pelo CEJA Almira de Amorim Silva, se preocupa com a avaliação de sua prática, sua metodologia, mas, sobretudo com o impacto causado na qualidade de vida dos discentes pertencentes à Educação de Jovens e Adultos que carece da educação plena para ser incluído na sociedade.

A Economia Solidária se apresenta como uma possibilidade viável de inclusão social e econômica destes homens e mulheres e se articulada aos conte-

údos escolares, conforme demonstra a prática desenvolvida pelo CEJA Almira de Amorim Silva.

■ 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.494/2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Paradigmas da Complexidade**: Metodologia de Projetos, Contratos Didáticos e Portfólios. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FNDE. **As Origens recentes da Economia Solidária no Brasil**. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economia-solidaria-nobrasil.htm>. Acesso em: 22 maio 2015.

GÓMEZ, Soto Encarna. Outros tempos para outra escola. **Revista Pátio**, Ano VIII, nº 30, Maio/jul. 2004. p.48-52.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da **Escola Almira de Amorim Silva**. SE-DUC-MT. 2015.

SANTOS. Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Conhecimento pruden-te para uma vida decente**: "Um discurso sobre as Ciências". Revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia(s) da produção associada. **Cad. CE-DES**, vol.27, no.71, p.85-98, abr. 2007.

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO EJA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

MARIA SILVANI GUIMARÃES ASSUNÇÃO¹
CARMEN DE FÁTIMA FERREIRA MARINHO²

Resumo: O presente estudo justifica-se pela necessidade de trabalhar a Educação de Jovens e Adultos de forma a realizar a valorização do indivíduo, como pessoa e como aluno. Os pressupostos teóricos sobre a prática e a compreensão quanto ao desenvolvimento dos alunos da EJA nos leva a compreender que o conhecimento adquirido por eles ao longo do tempo os acompanha, permanentemente. Os alunos que frequentam a sala da EJA superam obstáculos e dificuldades, graças ao anseio e força de vontade em adquirir o conhecimento letrado, uma vez que muitos buscam uma melhoria da qualidade de vida e acreditam que isso só se fará mediante processo educativo. Os esforços somados à vontade de sair da condição imposta pelo analfabetismo os estimulam a continuar o processo de escolarização. Neste sentido, a Economia Solidária consiste em uma possibilidade viável para auxiliar no processo de construção da cidadania de homens e mulheres marcados pelas muitas formas de adversidade da vida.

Palavras-Chave: Educação. Jovens e Adultos. Economia Solidária. Cidadania.

1 Orientanda.

2 Professora Orientadora.

■ 1 INTRODUÇÃO

A alfabetização ganha significado e interesse quando é bem trabalhada na sala de aula, uma vez que o ser humano, cidadãos com potencial para se dedicar às particularidades exigidas na vida em sociedade, mediante conceitos básicos de convívio, visualizam na EJA a possibilidade de superação da realidade posta.

Ressaltamos neste estudo a importância da ação pedagógica da Educação de Jovens e Adultos em diálogo com a Economia Solidária, frente à exclusão social e histórica daqueles que declaram não saber ler e escrever, que vivenciam o “estereótipo de analfabeto” marcado por desigualdade social e regional, de classe, raça, gênero, geração entre outras.

Mulheres e homens trabalhadores, marcados pela exclusão no processo de escolarização, que vivenciaram o baixo rendimento, o fracasso escolar e a reprovação – são, em geral, os excluídos da escola, compondo o quadro do analfabetismo neste país.

O texto também trata da possibilidade de lutar pelo direito coletivo de mulheres e homens terem acesso ao conhecimento sistematizado através da alfabetização. E que esta, ao dialogar com os princípios da Economia Solidária, retome a bandeira de transformação social, libertação e emancipação dos jovens e adultos populares.

A Economia Solidária é um termo que engloba diversas perspectivas que se aproximam da educação de jovens e adultos com uma intenção comum: a possibilidade de desenvolvimento mediante a participação.

Conforme Tiriba (1998, p. 189), muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, mediante a participação, como: “Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal, subterrânea, invisível, submersa [...]”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular e, sobretudo, de participação.

Iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

Nesta direção, Tiriba (1998), defende a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um

fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e trabalho.

A Economia Solidária, nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária, viável se desenvolvida em articulação com os conteúdos da educação de jovens e adultos.

A cooperação consiste na marca significativa da Economia Solidária e indica que todos os trabalhadores são responsáveis por tudo na empresa, participando tanto das sobras quanto dos prejuízos. Essa cooperação compreende que todos os seus envolvidos têm a mesma importância e que mesmo executando tarefas diferentes dentro do empreendimento solidário, conhecem os seus processos e trabalham em torno de um objetivo comum e em busca dos mesmos resultados.

Na perspectiva da Economia Solidária, como não há patrão e nem empregados, se desenvolve a autogestão, pois todos os envolvidos com a Economia Solidária possuem os mesmos direitos e todos são donos dos equipamentos e das ferramentas que utilizam em seu trabalho.

Assim sendo, este artigo busca apresentar a Economia Solidária como um mecanismo de construção da cidadania, mediante articulação com os conteúdos desenvolvidos na Educação de Jovens e Adultos, numa perspectiva crítica.

■ 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA consiste em uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio.

Importante se faz destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio, sendo que a EJA, nas diferentes Secre-

tarias Estaduais, pode ser ofertada por meio de cursos presenciais e a distância. Existem também os exames oficiais de certificação – ENCCEJA (Ensino Fundamental) e ENEM (Ensino Médio), ofertados pelo Ministério da Educação.

Da mesma maneira que as normas, leis, crenças, costumes, linguagem, valores morais e espirituais integram as práticas criadoras, os seres humanos são imaginadores do exercício que integram a cultura de uma sociedade. Assim, a educação, cultura, lazer e recreação ao constituem em direito e condição para que cada sujeito seja efetivamente produtor e coprodutor de sua vida.

A educação consiste em um elemento fundamental para o desenvolvimento intelectual, sociocultural e político de qualquer pessoa. Trabalhando com a educação de jovens e adultos, é possível nos depararmos com muitos obstáculos que precisam ser superados, tanto para o professor como para o aluno, que chegam ao ambiente escolar depois de uma longa jornada de trabalho, de atuação junto à família, entre outros, etc.

Neste sentido, se faz necessários termos suporte pedagógico para que a educação de jovens e adultos possa ser melhor trabalhada, mediante qualificação para os profissionais da área, de maneira frequente e via demonstrações de seus trabalhos registrados e divulgados em diferentes perspectivas.

Nesta direção, visualizamos a economia solidária como uma possibilidade de formação cidadã, se trabalhada em consonância com os conteúdos da educação de jovens e adultos.

2.1 O desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos para a cidadania

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 37 menciona que:

Art.: 37- A Educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Estudiosos como Gadotti e Romão (2001), afirmam que a história de muitos alunos com mais de 15 anos, analfabetos ou com escolaridade incompleta inscri-

tos nas salas de EJA no Brasil se assemelham e constata-se a triste forma como a educação é vista em nosso país, principalmente nas cidades do interior e nos estados em que as pessoas têm menor poder aquisitivo: pais analfabetos ou machistas, necessidade de trabalhar, inexistência de escolas, paternidade e maternidade precoces, falta de dinheiro, falta de transporte, comida e oportunidades.

Educar e alfabetizar não são coisas intrinsecamente neutras ou boas, pois sempre depende do contexto que se está inserido o contexto formativo.

A educação de jovens e adultos na atualidade não pode ser restringida ao ensino da leitura e da escrita apenas, mas deve se esforçar para oferecer uma escolarização ampla e com mais qualidade; não só preocupada em cumprir o calendário e sim em possibilitar o desenvolver plenamente os seres humanos.

■ 3 O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM ARTICULAÇÃO COM OS CONTEÚDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo o Portal do Trabalho e Emprego, a Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão (TIRIBA, 2004).

Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características:

- a) **Cooperação:** existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.
- b) **Autogestão:** os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seu diverso.
- c) Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui algumas características a serem impressas nos empreendimentos populares que são evidenciadas em diferentes dimensões, a saber: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadora graus e interesses, etc.
- d) Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.
- e) **Dimensão Econômica:** é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
- f) **Solidariedade:** Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

A economia solidária tem como centralidade a construção de novas relações econômicas e sociais que são construídas e reconstruídas cotidianamente pelos sujeitos que a constituem. Fundamenta-se na cooperação e autogestão no trabalho e em todas as instâncias de produção e reprodução da vida.

Portanto, o ponto de partida dos processos formativo/educativos é a prática solidária, compreendida como atividade humana que, contrapondo-se aos princípios da competição e do individualismo. Assim sendo, orienta-se na horizontalidade das relações entre os seres humanos, independente de suas condições socioeconômicas, considerando as desigualdades de gênero e raça étnia existentes e respeitando as diferenças de geração e religiosidade.

No Brasil, o crescimento da Economia Solidária como movimento, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas no que diz respeito a sua inserção nas cadeias produtivas e nas articulações do seu entorno, cada vez mais se orientando rumo a uma articulação nacional, configuração de redes locais e uma plataforma comum, dá um salto considerável a partir das várias edições do Fórum Social Mundial, espaço privilegiado onde diferentes atores, entidades, iniciativas e empreendimentos puderam construir uma integração, que desembocou na demanda ao então eleito presidente Lula, pela criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Na especificidade da EJA, afirmamos a necessidade de pensar a educação ao longo da vida nas dimensões:

- a) Social: que implica em aprender com a experiência dos outros sujeitos, de saber conviver com as diferenças, de contribuir para melhorar a sociedade, enfim, de educar monos para vivermos em grupo com respeito à diversidade.
- b) Pessoal: que nos coloca como um ser que se constrói ao longo da vida, na busca do desenvolvimento da nossa potencialidade, no desafio maravilhoso de crescer, de evoluir mais em todas as áreas, de tornarmos-nos pessoas mais livres, de aprender a conviver com as dificuldades, de aprender a conviver com as pessoas, com os animais, com o planeta e com o universo.
- c) Profissional: que se faz na oportunidade de desenvolvimento constante em relação ao trabalho e na lógica de uma qualificação profissional social.

A educação pensada com base no conceito ao “longo da vida” exige do educador um esforço para que este aprenda a relacionar as expectativas e con-

tradições trazidas pelos educandos, na construção de uma identidade coerente, que integre o profissional, o pessoal e o social.

Cabe a nós considerar também que a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam populações em situação de pobreza extrema influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto jovens quanto adultos enfrentam para se inserir em processos de escolarização.

A Economia Solidária, com seus valores e princípios, se apresenta como uma alternativa viável tanto social/econômica quanto educativa, por tratar de temas numa perspectiva de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente, e por proporcionar às pessoas uma vida melhor, onde se valoriza o ser humano, em detrimento do capital.

Nesse contexto, a Economia Solidária envolvida com a modalidade (EJA) contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida, difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educados da EJA, passando a considerar os sujeitos como plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos.

Isto exige uma organização curricular mais flexível e inovadora, colocando em diálogo saberes diversos (popular e erudito). Exigem-se, igualmente, estratégias formativas numa perspectiva intersetorial, articulando as políticas de desenvolvimento local, de trabalho e renda, participação, assistência social, saúde, cultura, meio ambiente, como nos aponta o educador Paulo Freire.

O papel da escola é propiciar um ambiente construtivo, acolhedor, onde direito e deveres são reconhecidos e respeitados por toda a comunidade escolar, contemplando a autonomia, a participação solidária e a pesquisa, como mais um instrumento de aquisição de novos conhecimentos.

É um espaço de práticas de relação entre os sujeitos, de produção de conhecimentos, de apropriação do saber sistematizado. Acima de tudo, é um espaço de diálogo, discussão, compreensão e ação para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável. Diante desse pressuposto, o currículo deve ultrapassar os limites disciplinares formalistas, para ir além, possibilitando a organização de tempos e espaços para a aquisição e construção de conhecimentos.

Em “À sombra desta Mangueira” Paulo Freire narra experiências vividas na infância, quando, no quintal da sua casa, embaixo de árvores frondosas, passava horas estudando, pensando, escrevendo – lugar onde aprendeu a ler e a escrever, riscando com gravetos no chão...

Essa história propõe um resgate do “ser humano” através da compreensão da realidade, “dando voz” aos sujeitos. Quando isto acontece, a escola é transformada em um espaço vivo de interações, aberta ao real, possibilitando que os educandos decidam, opinem, debatam e construam sua autonomia e seu compromisso com o social, formando-se como sujeitos culturais.

■ 4 O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA MEDIANTE ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Cidadania consiste no exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição.

O desenvolvimento da cidadania implica que os direitos e deveres sejam exercitados mediante ações de respeito e realização pessoal na vivência diária. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática, assim como é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação.

A cidadania pode ser dividida em duas categorias: cidadania formal e substantiva. A cidadania formal é referente à nacionalidade de um indivíduo e ao fato de pertencer a uma determinada nação. A cidadania substantiva é de um caráter mais amplo, estando relacionada com direitos sociais, políticos e civis. O sociólogo britânico T.H. Marshall afirmou que a cidadania só é plena se for dotada de direito civil, político e social.

Com o passar dos anos, a cidadania no Brasil sofreu uma evolução no sentido da conquista dos direitos políticos, sociais e civis. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, tendo em conta os milhões que vivem em situação de pobreza extrema, a taxa de desemprego, um baixo nível de alfabetização e a violência vivida na sociedade.

■ 5 A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A economia solidária vem no sentido de auxiliar os educandos da educação de jovens e adultos na construção de uma visão de mundo mais ampla, mediante a abertura de oportunidades, via construção de um futuro próspero para aqueles que se colocarem à disposição para a prática da cooperação. Nesse sentido, os cidadãos da educação de jovens e adultos que conhece os princípios da democracia se organizam em espaços sociais de luta, tais como os movimentos sociais.

Numa sociedade marcada pela desigualdade social, a distribuição da renda e dos benefícios sociais, consiste em uma possibilidade viável mediante participação efetiva no processo político que não é dado, mais construído mediante organização da sociedade civil em projetos alternativos de educação popular.

Nesta direção, educação de jovens e adultos de mãos dadas com a economia solidária, representa uma parceria viável, de construção de possibilidades de trabalho e de participação que pode ultrapassar o modelo capitalista de produção. Ou seja, tem por objetivo, sobretudo, suprir as necessidades imediatas da vida, tais como alimentação, moradia e vestuário, e não tem como foco a acumulação.

Tendo em vista a dinâmica e os objetivos da parceria entre os conteúdos da educação de jovens e adultos com a economia solidária, a participação consistirá sempre na metodologia de trabalho essencial e na forma de realização pessoal com vistas à construção de outro mundo.

■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre a importância da articulação entre a economia solidária e a Educação de Jovens e Adultos. A ideia defendida é que por meio dessa articulação seja possível a transformação na realidade dos educandos da Educação de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida e emprego para essas pessoas.

A realidade de vida dos alunos da Educação de Jovens e Adultos evidencia que estes têm muito a nos mostrar com sua vivência pessoal e o conhecimento prático que possuem.

Porém, se faz necessário implementar políticas públicas comprometidas com a formação do cidadão e não apenas com a preparação de mão de obra para atender a demanda do mercado.

Trata-se de um processo que precisa ir além da alfabetização, mediante possibilidade de pensamento e ação livre e consciente, como defende Paulo Freire, para que sejam sujeitos críticos reflexivos e tenham autonomia para reivindicar seus direitos.

■ 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

BRASIL. **Portal do Trabalho e Emprego**. Acesso em: 08 maio 2015.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). **Autonomia da educação**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.) **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 4ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

TIRIBA Lia. Ciência econômica e saber popular. Reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, L.; PICANÇO, I. **Trabalho e educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida - SP: Idéias e Livros, 2004.

QUEM SÃO OS JOVENS E ADULTOS DA EDUCAÇÃO PRISIONAL? ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DA PENITENCIÁRIA CENTRAL DE CUIABA/MT E A PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

MARIA APARECIDA DE SOUZA¹
ROSANGELA CARNEIRO GÓES²

Resumo: Este trabalho apresenta uma pesquisa sobre a análise do perfil e a participação dos alunos em privação de liberdade da Penitenciária Central Pascoal Ramos na modalidade de ensino EJA. Através da observação, pretende-se entender como ocorre a participação dos alunos em sala de aula, se compreende ou não os conteúdos e o que os mesmos buscam ao efetivarem suas matrículas. Sempre que há uma dúvida buscam realmente uma aprendizagem significativa ou uma remissão de pena, oportunidade de reduzir seu tempo na prisão. Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiram em observação participante e análise bibliográfica, a partir das leituras e pesquisas oral, com uma boa parcela desses estudantes. A maioria dos alunos, quando não conhecem o conteúdo debatido em sala de aula, tem receio de falar, de participar, por medo de errar. No entanto, a participação é uma necessidade no ato da aprendizagem, só sabemos se o aluno compreendeu o conteúdo através de sua manifestação positiva ou negativa. Constatou-se que a participação dos alunos no espaço de privação de liberdade ocorre de forma diferenciada. Ao serem questionados sobre as suas compreensões, a maioria dos alunos respondeu preferir ler jornais e revistas, as demais leituras foram menos citadas, mas é importante frisar que eles destacaram que sentem dificuldades de leitura e de compreensão. Alguns dos alunos em conversas informais alegaram que a maior dificuldade deles ainda é o medo, a falta de confiança em si próprio, uma marca que eles trazem consigo, principalmente por fazerem parte de, alunos em sistema prisional.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. EJA. Economia solidária.

- 1 Aluna do Curso de Especialização Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Economia Solidária – UFMT/ SEDUC. E-mail: adic_souza@hotmail.com.
- 2 Professora da Rede Municipal de Ensino de Cuiabá. Assessora Pedagógica do Projeto Redes de Centro de Formação Em Economia Solidária da Região Centro – Oeste / Eco/CUT. Mestre em Educação pela UFMT.

■ 1 INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Estado de Mato Grosso, em convênio com a Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso, ofertou o primeiro Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de Educação Básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso ou não de concluírem seus estudos no ensino fundamental ou médio na idade apropriada. É importante destacar a concepção ampliada de Educação de Jovens e Adultos, no sentido de não se limitar apenas à escolaridade, mas também a educação como direito humano fundamental para a contribuição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem, visto que não existe idade certa para aprender, ou ensinar algo, de modo que cada um desenvolve suas capacidades em ritmo próprio.

Através dessa oportunidade, foi possível realizar uma pesquisa para identificar, por meio de questionamentos com os alunos da EJA da Escola Estadual Nova Chance (Nelson Mandela), com sede em Cuiabá – MT. A sede encontra-se hoje localizada na E.E. Nilo Povoas, cedida para funcionamento da mesma. A escola oferece para a mesma 03 salas. Existe uma sala para direção e coordenação, sala da secretaria separada e um depósito de merenda e materiais didáticos e pedagógicos, junto à cozinha.

A Escola Estadual “Nova Chance” do sistema Prisional do Estado de Mato Grosso iniciou suas atividades em 2009, numa parceria da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

Foi criada pelo Decreto nº 1543/2008 com Autorização de funcionamento do Ensino Fundamental EJA-1º e 2º segmento e Ensino Médio EJA, conforme a Resolução nº 447/09, publicada em DOE de 27 de Novembro de 2009. O credenciamento se deu através do decreto 371/2009 publicado em DOE de 27 de Novembro de 2009. É mantida pelo Estado e administrada pela Secretaria de Estado de Educação, em consonância com as determinações legais emanadas do Conselho Estadual de Educação.

A Escola Estadual “Nova Chance” atende aos dispositivos da Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, o qual instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Na-

cional. Busca uma educação qualificada na intenção e com o objetivo de levar aos alunos(as) ao domínio do conhecimento sistematizado a fim de que possam interferir na sociedade como agentes transformadores.

A escola conta com profissionais qualificados para exercerem suas funções. O corpo docente é constituído de 106 professores interinos, um gestor efetivo, um secretário efetivo, um TAE, técnico efetivo, e quatro TAE, técnicos contratados, e um apoio com contrato. O corpo discente é constituído por 2.244 alunos, somados nos períodos matutino, vespertino e horário intermediário no noturno. As unidades encontram-se em 33 cidades nos Municípios do Estado de Mato Grosso, em 40 unidades distribuídas em penitenciárias, centros de ressocialização e cadeias públicas masculinas e femininas com 108 turmas.

Os reeducandos estão matriculados através do ensino presencial no sistema prisional, modalidade EJA. Através de pesquisa *in loco*, foi possível conhecer melhor o trajeto escolar desses jovens e adultos em privação de liberdade.

O presente artigo conta com a participação dos reeducandos, abordando um importante tema dentro do contexto escolar, também tratado como um desafio em sala de aula: seu retorno e permanência, seu retorno à sociedade e o índice de reincidência que os leva ao retorno a prisão. Assim, abordei, nessa perspectiva de análise, a participação dos alunos da EJA. Neste trabalho pesquisa essa temática na modalidade de ensino EJA, procurando desvendar como ocorre a participação dos alunos nas disciplinas. Procuro obviamente não comparar essa modalidade com os demais níveis de ensino, mas sim ir identificando as características próprias da participação e o perfil de cada um em sala de aula.

Considerando as dificuldades enfrentadas na qualidade da educação brasileira, este trabalho traz uma abordagem atual e de grande importância que, possivelmente, possa contribuir pelo estudo e pesquisa com reflexões importantes que contribuam com o ensino em outras unidades prisionais no Estado de Mato Grosso, ou similares, em outros lugares do país.

Dessa forma, busquei observar como se dar a participação dos alunos da EJA em sala de aula; caracterizar as formas de participação desses alunos em sala de aula, considerando os conteúdos tratados, o desenvolvimento tanto dos aspectos cognitivos como atitudinais que ajudem a formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, que venham promover os valores que visam o bem comum, ou seja um cidadão com autonomia para

exercer ações coerentes para mudanças necessárias a uma sociedade justa e igualitária; e analisar a participação de cada um na sala de aula, e o uso da aprendizagem para o seu dia a dia .

Nas últimas décadas, as políticas públicas brasileiras abriram debates sobre a questão da inclusão social de sujeitos que sofrem extrema vulnerabilidade, mas que, frequentemente, permanecem à margem de ações e programas, devido à sua invisibilidade social.

Este é o caso das pessoas com necessidades educacionais no sistema prisional brasileiro ou daquelas que, por diversas situações de exclusão (encarceramento, saúde, trabalho), demandam atendimento especial. Porém, passar da intenção ao ato efetivo de inclusão constitui, ainda, um desafio.

Ao incluir os jovens e adultos privados de liberdade, na EJA, a Educação, volta-se para o atendimento a um segmento da juventude que representa mais da metade de toda a população carcerária do país. A maioria desses jovens e também o adulto, não teve acesso à educação ou a outros direitos básicos de cidadania, não permanecendo na escola por razões variadas, familiares, razões econômicas, sociais, culturais ou políticas. A oferta de educação para esse público gera uma demanda não aceita pela sociedade.

É um direito de todas as pessoas encarceradas ou não à aprendizagem, proporcionando-lhes informações sobre os diferentes níveis de ensino e formação e um dever do estado, garantir-lhes acesso à educação específica e de qualidade.

Conhecer as características e as trajetórias desses alunos, que experimentam uma situação-limite de vulnerabilidade social, agravada pelo estigma a que são submetidos por conviverem em um ambiente de extrema marginalidade. A prisão deverá voltar-se a ressocialização de forma que saiam com uma bagagem significativa de aprendizagem. Aprendizagem essa que na atualidade os marca, tanto para o uso do bem, quanto para o mal na medida em que a falta de humanização nas prisões gera uma “escola da criminalidade”. A falta de espaço físico adequado para a educação dentro das unidades do sistema prisional, também se constitui em mais dos problemas encontrados para a execução das atividades escolares, pois, os espaços ocupados com atividades escolares são improvisados e inadequados. O cotidiano das unidades prisionais também depende muito da gestão/unidade prisional que pode facilitar e permitir que as aulas aconteçam ou dificultá-las.

A sociedade não compreende que o sujeito em privação de liberdade seja produto da iniquidade e das injustiças forjadas por ela própria. Esquece às vezes que esses jovens e adultos fazem parte da sociedade, são filhos e filhas, pais e mães, esposos e esposas, netos e outros, parte fundamental que compõem a sociedade brasileira. Entre os fatores que promovem as desigualdades podemos citar a exploração de mão de obra, más condições de trabalho e vida, formação social, ocorrendo, assim, um não cumprimento das leis estabelecidas pela sociedade.

A prisão é, nesta concepção, entendida como um lugar ruim e é para ser ruim e punir de uma forma cruel quem cometeu infrações ou atentado a sociedade civilizada. No imaginário social, o sujeito recluso não deve conviver com nenhuma manifestação de humanidade. A educação é vista como uma ameaça ao sistema precário e que, através dela, esses sujeitos poderão mudar sua posição social ou até mesmo vir a competir no mercado de trabalho de igual pra igual com os demais. Conhecedores, dos seus direitos, cobrem do Estado, esses mesmos direitos, passando desta forma de sujeitos cumpridores de seus deveres, a sujeitos cobradores de seus direitos. A concepção da sociedade é que os que estão encarcerados não tem direito a nada mais do que pagar pelo crime ou delito cometido.

A sociedade, ao menos parte dela, não se interessa em fazer um estudo e entender as causas que levaram alguns ou a maioria desses sujeitos a condição de privação da liberdade. Esquecem a condição deles de já nascerem em situação de privação de coisas básicas como casa, educação, saúde, emprego, segurança. E a sociedade tem medo de reconhecer a responsabilidade direta de cada ser humano na sociedade que produz preconceitos, rejeição de pessoas de outra classe social, ou de opções sexuais diferenciadas.

Toda a sociedade é também, responsável pela ação social coletiva. Na prática, o presídio ou as casas de detenção ou punição, durante muito tempo, foram, exclusivamente, um local onde o detento deveria cumprir a pena, sofrendo e assim reconhecer sua infração. Reforçado pelo pensar hegemônico da sociedade e, assim, excluído da participação social, do acesso aos bens produzidos e da distribuição da riqueza, entre outros, o mesmo seria rotulado para o resto da sua vida seria um condenado e massacrado.

Essas condições contribuem para a ampliação da violência e das contraversões. Fatos que tem levado muitos a condição de privação de liberdade, à

medida que vão buscar os meios de sobrevivência nem sempre de forma lícita. Esta situação de exclusão social, política e econômica empurra alguns sujeitos aos atos de delinquência e contraversão, como única alternativa de sobrevivência, haja vista que nem sempre tem possibilidades de fazer escolhas ou acompanhamentos da sociedade. Sociedade essa sendo a mesma que julga e condena, de acordo com a delinquência existente nela própria.

Importante ver o momento político que estamos passando, responsabilizando a violência aos jovens de dezesseis a dezoito anos, sem perceber que são os mais velhos que a produzem de forma mais cruel. Uma vez na prisão, o tempo ocioso e o mau tratamento recebido colaboram para desumanização dos apenados que ao invés de contribuir para sua recuperação. Às vezes, se torna um sujeito mais revoltado e com maior índice de reincidência ao deixar a prisão. As prisões, com o aval da sociedade, têm sido este lugar, desumano, frio, insalubre e deprimente que culturalmente reprime, em especial, os bons sentimentos. É, pois, o tempo todo uma condição que gera desespero nas pessoas, onde se convive com a insegurança, desconfiança, medo indiferença, para citar alguns dos fatores presentes no cotidiano desses sujeitos.

A realidade do sistema penitenciário aponta uma situação pela qual a sociedade em si, ou o seu representante o Estado, não se sente responsável, ou com nenhuma obrigação, pois transferem às pessoas a responsabilidade de estarem lá, por culpa própria. Estado e sociedade, incluindo os trabalhadores do Sistema Prisional, não compreendem que em ambiente hostil não se tem boas lições a aprender e/ou ensinar.

Neste contexto, a pessoa presa quando posta em liberdade, mesmo se pretensamente aprendesse a lição, em face do estigma e do preconceito, com efeito, tende a retornar à prisão. Ela ficará registrada como tendo estado na penitenciária, ninguém lhe dá emprego. Ela terá que buscar seu sustento de onde? Na sociedade, sobretudo, nas cidades tudo precisa ser pago. No processo de pesquisa junto a esses jovens e adultos sujeitos estudantes da EJA, busco compreender seu trajeto escolar até a atual situação real prisão, o que os mesmos esperam, ou até mesmo porque retornar a escola, depois de tanto tempo fora dela, ou qual a contribuição da mesma para sua vida social ao sair da prisão, se alguns ou a maioria tem a intenção de continuar sua vida escolar.

Os desafios para a inclusão desses sujeitos estudantes da EJA carecem de expressiva participação de diversas políticas públicas da área educacional no Brasil. Frequentemente, o único equipamento social existente é a escola, e alguns órgãos que ofertam cursos de qualificação ou ampliação de conhecimentos.

Uma característica frequente do (a) aluno (a) é sua baixa autoestima, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. A sua eventual passagem pela escola, muitas vezes, foi marcada pela exclusão e/ou pelo insucesso escolar. Com um desempenho pedagógico anterior comprometido, esse sujeito volta à sala de aula revelando uma autoimagem fragilizada, expressando sentimentos de insegurança e de desvalorização pessoal frente aos novos desafios que se impõem.

Em princípio, é a esse contexto que se destina, prioritariamente, a educação nos sistemas prisionais. Ainda é um desafio muito grande, uma tarefa que requer esforços não só dos governantes, mas também da sociedade de uma forma geral. Essa classe de jovens e adultos vive amontoadas em lugares apertados e insalubres, buscam viver de forma coletiva e efetuar também as tarefas coletivas. Busco compreender se nessa prática existe a Economia Solidária, visto que quase todas as atividades são executadas em conjunto.

■ 2 BREVE HISTÓRICO DA EJA E RESGATE DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil pode ser contada pelas suas diversas concepções pedagógicas e pelas políticas públicas que, ao longo dos anos, tiveram como objetivo aplicá-las na prática educativa.

As primeiras escolas brasileiras para adultos datam dos anos 1920. Foram criadas com o objetivo de formar mão de obra que atendesse aos imperativos da urbanização crescentes. Com a constituição de 1934, o ensino primário de adultos tornou-se dever do Estado, ao qual cabia assegurar um lugar para a educação desse segmento da população no sistema público.

Em meados do século passado, mais da metade da população brasileira era analfabeta. Para o enfrentamento desse quadro, o governo federal lançou, em 1947, a primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos. As metas da Campanha eram ambiciosas. Esperava-se alfabetizar os alunos em um tempo médio de três meses, por meio de uma cartilha que constituiu o primeiro material didático para adultos produzidos no país.

Apesar de sua importância histórica, devido, sobretudo, ao esforço inédito de promover a alfabetização em massa, a Campanha foi extinta no final dos anos 1950.

As críticas apontavam, entre outros aspectos, o fato de não levar em consideração a diversidade cultural brasileira e de suas propostas se mostrarem inadequadas ao público adulto, ao qual se destinava. Na época em que a Campanha foi concebida e posta em prática, o analfabetismo era visto como fator decorrente de uma suposta incapacidade do adulto, o que levaria a condição de pobreza. Nesse contexto, as propostas de alfabetização e escolarização de adultos respondiam a demanda de ampliação do contingente supostamente apto ao trabalho e a vida cívica.

A inversão da relação de causalidade entre analfabetismo e pobreza aconteceria com o trabalho do educador pernambucano Paulo Freire, a partir dos anos 1960. Seu método de alfabetização presumia que o professor estabelecesse um diálogo inicial com os alunos, a fim de conhecer sua realidade cultural e identificar os vocábulos que empregavam para expressá-la. O professor deveria então selecionar palavras a partir das quais seria realizado um exame crítico da realidade mais imediata dessas pessoas e o estudo da escrita e da leitura.

A ideia de que a leitura do mundo deveria preceder a leitura da palavra conferia um lugar central à ação educativa, à produção cultural e aos recursos expressivos de grupo sociais não letrados, até então marginalizados. Por meio desse exame crítico da realidade dos alunos, a educação se converteria em instrumento formador de consciência e contribuiria para transformar a estrutura social que produzia o analfabetismo.

A partir da obra de Paulo Freire, o analfabetismo passou a ser compreendido como consequência, e não como causa da pobreza e da desigualdade social.

Nesse sentido, “[...] mesmo quando se focalizam os processos de escolarização de jovens e adultos, o cânone da escola regular, com seus tempos e espaços rigidamente delimitados, imediatamente se apresenta como problemático.” (DI PIERRO, 2001, p.58).

Dos anos 1960 aos dias atuais, o modelo pedagógico freiriano tem inspirado professores e especialistas em Educação de Jovens das classes populares, orientada pelo ideal de transformação de sua condição de vida. A educação de Jovens e Adultos alinha-se a essa corrente, conhecida como Educação Popular.

O método Paulo Freire foi adotado no Plano Nacional de Alfabetização, lançado pelo governo federal em 1963. Seu propósito era promover a Alfabetização com o apoio de organizações sociais e da Igreja.

Entretanto, o plano foi precocemente interrompido pelo golpe militar de 1964 e pela repressão aos programas de Educação Popular. Em seu lugar, governo militar instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O campo da educação de adultos passou a construir, então, uma entre muitas ações voltadas à legitimação do regime. O propósito de conscientização das ações educativas foi abandonado, e os canais de participação social, fechados. Com isso, seu foco voltou a ser a formação de mão de obra que atendesse as demandas do mercado de trabalho - conforme Lira, Vanessa Freitas, em seu artigo "Concepções sobre a Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional na cidade de Cajazeiras PB: Enfoques na Economia Solidária" (2007).

Dessa forma: "A educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais: primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação voltada para mudança cultural e, por último, é uma educação em valores para atingir tanto a razão quanto a emoção." (Orientações curriculares das diversidades educacionais, 2012, p. 22).

No Brasil, a educação é um direito reconhecido e garantido em lei de caráter nacional. Garantir a educação sem distinção de raça, cor, sexo, ou condição social de cada ser humano, possibilita oportunidades igualitárias a todas as pessoas e, isso, é fundamental para o crescimento de um país e para a diminuição da desigualdade social e da criminalidade.

Muitas lutas foram conduzidas por uma concepção democrática para que o direito a educação fosse reconhecido, e isso não aconteceu da noite para o dia.

Alguns pontos da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) vigente desde então são muito importantes para o acesso à educação no Brasil, constando a "liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber" (art.3º), considerado, assim, a liberdade no ensino diferente do período da ditadura militar. Também se destaca o "ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria" (art.4º); assim, é dever do Estado garantir a educação pública àquelas pessoas que não tiveram acesso a educação quando crianças ou adolescentes, permitindo que todos tenham a oportunidade de estudar.

No Título III da LDB – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, observamos a garantia do ensino a todos os cidadãos por meios de programas como a EJA Educação de Jovens e Adultos, garantindo a educação aquelas pessoas que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade adequada.

Conforme já mencionado, essa modalidade de ensino busca dar maiores oportunidades e garantia da educação para todos. Nós devemos estar cientes de que os alunos dessa modalidade de ensino apresentam características particulares, não são mais crianças, são jovens e adultos que buscam alcançar o que no passado não foi possível, de variadas idades, com trajetórias de vida difíceis em sua maioria, outros não muito, porém, buscando certificar um conhecimento adquirido ao longo da sua vida social.

Assim, o ambiente escolar deve ser também um espaço de acolhimento, solidariedade, permitindo aos adultos uma participação ativa nas aulas. Dessa forma, sobre a permanência do aluno na escola, nos sistemas prisionais é visível notar essa diferença, onde o perfil do aluno é mais diferenciado, alguns buscam a remissão, outros não só a remissão, que é um fator interessante, mas visam ao conhecimento através da leitura e da escrita, vislumbrando uma mudança social, política e econômica. Vem em busca da educação por vários motivos, um deles é a remissão, outro fator importante e atrativo e o retorno à sociedade, com uma qualificação mais abrangente.

Desse modo, resalto a importância desse artigo, buscando analisar a participação dos alunos da EJA no contexto social, como uma ferramenta importante para entender a educação nessa modalidade, especialmente quando se trata do ambiente prisional, nessa perspectiva da participação em sala de aula.

Acredita-se que o aluno é capaz de construir conhecimentos e socializar o que já sabe, por conseguinte, torna-se mais seguro em participar das atividades em sala de aula, participativo e ativo. Nós que lutamos pelo direito à educação, sabemos que embora ela esteja garantida por lei, no Brasil, diferentemente de muitos países em desenvolvimento, ainda muito precisa ser feito, pois a educação é a ponte do ser humano para a conquista de outros direitos. Ainda temos que superar a ideologia de que a educação tem o objetivo único de formar profissionais para o mercado de trabalho, ou seja apenas com o objetivo econômico.

A educação deve ir muito além. Ou seja: além de formar mais pessoas críticas e conscientes de seus direitos e deveres, e do quanto pode ajudar, tam-

bém pessoalmente, para o crescimento da sociedade, através da participação de todas as pessoas no processo de humanização. Nos últimos anos, o governo tem dado prioridade a educação no Brasil criando várias leis e ações de atenção básica a educação. Apesar da grande oferta para o ensino fundamental e EJA ainda existe um número grande de pessoas fora da escola, especialmente nas regiões mais pobres do país como Norte e Nordeste, isso demonstra que a universalização da educação ainda não aconteceu.

O número de vagas nas escolas aumentou, mas não foi acompanhado pela melhoria na qualidade de ensino, como falta de qualificação para professores, salas superlotadas, baixos salários, ou seja, a escola não está preparada para receber esse aumento significativo de alunos. Antes, a população que estava na escola era outra, ou seja, mais elitizada, agora a realidade é outra com alunos pobres e com maiores dificuldades em todos os aspectos e a educação não está preparada para atender essa nova demanda o jovem e o adulto.

■ 3 METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA

Para a coleta de informações, foram elaborados questionários, com perguntas subjetivas e objetivas, que abordam dados quantitativos e qualitativos acerca da educação no sistema prisional. Tais perguntas foram feitas por meio de questionários que foram previamente agendados com os alunos. Assim, foi possível coletar dados e informações da realidade social estudada, isto é, de como ocorre a participação dos alunos na sala de aula.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiram em pesquisa e análise bibliográfica, a partir das leituras e fichamentos dos textos. A pesquisa empírica foi realizada entre os dias 11,12, e 13 de maio do corrente ano, na penitenciária Central Pascoal Ramos. Essa modalidade de ensino funciona em turmas no turno matutino, vespertino e noturno, com um total de 184 alunos. Foram aplicados questionários correspondentes a 10% dos alunos das turmas da EJA de todos os seguimentos e turnos, analisando as dificuldades e compreensão de cada um.

■ 4 PÚBLICO PESQUISADO

A pesquisa sobre perfil dos estudantes da EJA da penitenciária central de Cuiabá/MT (Pascoal Ramos) foi desenvolvida *in loco*, com alunos que compre-

endem que a educação é a única forma de transformar a sociedade e só pode ser realizada através da participação e do interesse de cada indivíduo, seja de forma coletiva ou individual. Dessa forma, procuraram desenvolver essas atividades com os princípios de trabalhos em equipe.

Em épocas mais recentes, o perfil dos alunos da EJA passa por um processo de rejuvenescimento, pois está absorvendo um contingente de alunos egressos do ensino regular. Esses sujeitos possuem ligações intrínsecas com a economia solidária, devido ao sistema de produção nos trabalhos desenvolvidos. Dentro da unidade, um dos desses trabalhos é um tipo confecção de tapetes e outras atividades coletivas de forma artesanal, uma forma de trabalho coletivo, assim destacando uma valorização do trabalho em equipe.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho possibilitou fazer uma abordagem qualitativa e quantitativa acerca da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional.

Cabe-nos considerar também que a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam populações em situação de pobreza extrema influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto jovens quanto adultos enfrentam para se inserir em processos de escolarização.

A Economia Solidária, com seus valores e princípios, se apresenta como uma alternativa viável tanto social/econômica quanto educativa, por tratar de temas numa perspectiva de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente. Entende-se que esta pode contribuir para superá-lo, proporcionando às pessoas uma vida melhor, onde se valoriza o ser humano, em detrimento do capital.

Nesse contexto, a Economia Solidária envolvida com a modalidade (EJA) contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida, difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educando da EJA, passando a considerá-los como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos.

Veja a resposta de dois alunos ao serem questionados os motivos que levaram a matricular na modalidade EJA:

“Eu estou estudando na EJA, para retornar aos estudos, e melhorar a qualificação, na reintegração na sociedade, obter um pouco mais de conhecimento e não sair da cadeia com a mesma visão que entrei, porque o governo pensa que só porque nós estamos presos, nós temos de ficar sem conhecimento.” (Aluno da EJA, PENITENCIARIA CENTRAL PASCOAL RAMOS).

“Me matriculei na EJA porque é uma grande oportunidade para que eu possa recuperar o tempo perdido, que causou uma pessoa necessitado em aprender. Fico grato e feliz pois assim sei que vou conseguir algo, não só pra mim mas para quem não acreditava em mim. E o outro motivo é a remissão de pena, facilita e ajuda o reeducando a verdadeiramente se ressocializar.” (Aluno da EJA, PENITENCIARIA CENTRAL PASCOAL RAMOS).

Considerar falas como estas, nas eventuais correções de rumo de políticas sociais voltadas aos jovens em situação de exclusão, pode significar trazer esses sujeitos a condição de interlocutores nas decisões que lhes dizem respeito, rompendo com a tradição de invisibilidade a que estão submetidos, condição de escravos de um sistema de exclusão social.

■ 6 REFERÊNCIAS

MEC – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PARECER CNE/CEB 11/2000 – HOMOLOGADO, p. 9. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf> Acesso em: 05 abr. 2015.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

PIERRO, Maria Clara Di. BRASIL-visões da educação de jovens e adultos no Brasil.

LIRA, Vanessa Freitas de. **Concepções sobre a Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional na cidade de Cajazeiras PB**: Enfoques na Economia Solidária (2007).

A EJA QUE TEMOS E A EJA QUE QUEREMOS! E O QUE A ECONOMIA SOLIDÁRIA TEM A VER COM ISSO?

MARILEIDE APARECIDA DOS SANTOS¹
JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT²

Resumo: O tema da pesquisa trata das relações da Educação de Jovens e Adultos com a Economia Solidária e como esta pode se apresentar como alternativa aos ditames do modo de produção capitalista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva do tipo relato de experiência, realizada com um aluno da EJA, que com o conhecimento de Economia Solidária que adquiriu, em algumas poucas aulas, resolveu ter seu “negocinho” próprio. Percebe-se que a Economia Solidária é realmente uma grande aliada para os sujeitos da EJA. Este aluno, apesar de não fazer parte de um grupo de Economia Solidária, foi nessa fonte que ele se inspirou para buscar outra fonte de renda e valorizar seus conhecimentos acumulados.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Educação-Trabalho.

1 Graduada em história pela UFMT. Especializanda em EJA-Economia Solidária UFMT. Atualmente trabalhando na Seduc-MT. E-mail: marileide.santos70@hotmail.com

2 Pós Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrun@hotmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

A educação de Jovens e adultos oferecida pelo estado de Mato Grosso, é reconhecidamente uma ferramenta de utilidade pública, para ressocialização dos indivíduos que por uma razão ou outra, estão ou estavam distanciados da educação escolar, no tempo considerado normal, ou idade cronológica para a educação.

Um grande número de jovens e adultos tem retornado à escola como um modo de redimensionar sua vida em meio à sociedade e ampliando suas potencialidades diante das novas exigências do emprego e do trabalho. Com efeito, busca um reposicionamento ressignificando seus saberes tácitos, aprendendo a ler e escrever e tendo a oportunidade de continuar estudando, com possibilidades de sonhar, descobrir novas perspectivas, através do aumento sistemático de escolaridade. Isso é extremamente importante para elevar a autoestima do cidadão e, quiçá compreender a lógica das relações já estabelecidas entre o capital e o trabalho, tencionando-as e apresentando iniciativas com vistas de criar possibilidades de redimensionar tais relações.

Os professores, que trazem em si a responsabilidade de guiar essa clientela pelo caminho do conhecimento formal, têm sido provados a cada dia a despertar e a manter o interesse do aluno da EJA, nesta aventura de descobrir novos rumos através do estudo formal.

Reconhecemos que a clientela da EJA é diversificada, cabendo a ressalva de que essa diversidade não está só atrelada com a faixa etária, mas, principalmente, com a singularidade que o adjetiva pelo endereço, vinculando-o ao lugar de onde o aluno vem (campo, urbano ou indígena), ou às adjetivações que fogem às demarcações de proveniência, e aí contam-se as especialidades, como baixa renda, entre outros.

Com efeito, o objetivo da pesquisa é investigar junto a um sujeito estudante da Educação de Jovens e Adultos, por meio de seu depoimento, aspectos relevantes conquistados com a escolarização da EJA no mundo do trabalho e de sua sociabilidade.

Buscamos fundamentar a pesquisa nos pressupostos de uma entrevista individual, elegendo como sujeito um aluno da EJA que tenha tido experiência com a ECOSOL para o qual nos relatou sua relação com esse processo educacional.

Para tanto, nos utilizamos de um roteiro com questões que abordaram as razões que concorreram para ele parar de estudar no tempo considerado adequado; quais foram as expectativas de retorno ao estudo depois de tanto tempo de afastamento; quais as razões que o levaram a retornar para a EJA; se os conteúdos apreendidos na EJA fazem sentido no mundo da vida e do trabalho; quais são os aspectos positivos e negativos em relação com a EJA; como concilia o tempo de trabalho e o tempo de estudo e o que tem a dizer sobre a Economia Solidária.

É válido, nesse sentido, considerar que:

Queremos privilegiar a entrevista semi estruturada porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.(TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Desse modo, interrogamos o estudante da EJA. Identificamos que tem 35 anos, que ficou sem estudar por conta de se sentir diminuído por “não ter estudado”; resolveu voltar a estudar e, atualmente, está cursando o primeiro segmento. Entrevistamos o estudante em sua residência e buscamos deixá-lo à vontade para dar suas respostas. Assim sendo, um breve estudo de caso foi realizado.

■ 2 E AÍ NOS DEPARAMOS COM O EJA QUE TEMOS...

Já é sabido que não se muda a realidade sem que saibamos de qual realidade se está falando, ou seja, conhecer a realidade como ela é, para então se espantar e a partir do posicionamento de atitude envidar esforços para que as mudanças ocorram. A mudança efetiva terá de ser preparada e as bases estruturantes para ela vir a ser o que ainda não é, poderá ser trilhada por um caminho: conhecer, experimentar e transformar.

Ainda que já tenhamos o reconhecimento de que os professores, em sua maioria, são profissionais compromissados que batalham no seu dia a dia para alcançar o objetivo da EJA, de resgatar sonhos e modificar a realidade objetiva dos educandos que retornam após anos de afastamento, cabe reiterar que a atitude do professor precisa ser efetiva, no sentido de que os estudantes se

apropriem do conhecimento e façam deste uma ferramenta que alavanque as suas vidas.

Para efeitos práticos, nesse sentido, ao conhecimento deve ser atribuída a dimensão atitudinal, ou seja, o estudante precisa se modificar para modificar a realidade do seu entorno.

Também precisamos ressaltar a política pública do governo do estado de Mato Grosso. Na política da EJA, vem investindo, redimensionando a oferta na rede estadual de educação, inclusive, tem se utilizado de espaços em prédios da rede particular de ensino, bem como na implantação de centros EJA.

Entendemos com Gramsci que o Estado precisa cuidar das coisas (aparelhamento da estrutura física das instituições educativas) e dos homens (investir na formação humana), mas que a visibilidade quase sempre incorre sobre o primeiro desses campos de intervenção, tendo em vista a visibilidade que essa esfera ganha pela sua objetividade explícita.

Nosso olhar e cuidado precisa, sim, focar as condições objetivas e subjetivas da formação humana, pelo fato desta nem sempre estar explicitada e poder ser mensurada pelos padrões da realidade objetiva e imediata.

Nesse sentido, Marx, em *Ideologia Alemã*, parece ainda estar vivo, quando alerta para o fato do cuidado que devemos assumir para não cair em ciladas ideológicas e discursivas.

A doutrina materialista que supõe que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e, em razão disso, os homens transformados são produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece-se de que são justamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. Por isso, essa doutrina chega, necessariamente, a dividir a sociedade em duas partes, uma das quais é posta acima da sociedade (por exemplo, em Robert Owen). (MARX; ENGELS, 1998, p. 100).

Nas diretrizes propostas pela política estadual para a EJA se vislumbra a educação ideal para os jovens e adultos, que buscam essa modalidade de ensino; digo ideal porque se todos os objetivos ali propostos forem alcançados, será para os educadores e educandos, um sonho realizado.

Nas orientações curriculares para educação de jovens e adultos do estado de Mato Grosso nos deparamos com as “concepções a serem superadas...”, mas voltamos a reiterar o que já explicitamos antes que para tal devemos nos munir do caminho de conhecer, experimentar e transformar. Diz-se dessa forma, pois quando se conhece a realidade, tendo sido inclusive partícipe de situações vividas em escolas, pode-se ter argumentos para criticar e, então, propor a transformação.

■ 3 COMO ESSA MODALIDADE DE ENSINO É VISTA

De acordo com as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais – MT (2010), é possível de se identificar três modos de representações e concepções sobre a EJA. Todas parecem estar marcadas pela ideia de “ação compensatória” que tem o intuito de atender aos que não se escolarizaram com reposição dos conteúdos.

Uma das concepções que ainda se tem sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no contexto da educação atual, pode ser comparada com o antigo curso supletivo, que se destina(va) a uma ação compensatória, para adultos que não se escolarizaram na “idade certa”. Por vezes, ainda apresentada com ações e conteúdos para sujeitos do universo infantil (crianças).

A outra concepção, ao se vincular a “alfabetização”, vem carregada de um modo de pensar a educação de adultos já pronta que circula na mídia, mesmo quando se refere à alfabetização de idosos no sentido amplo, como quando se refere ao analfabetismo como *doença ou mal a ser extirpado*.

A terceira, que também pode ser vista como uma concepção, reconhece a EJA como direito de todos, de cidadãos que o Estado deve garantir em qualquer tempo e idade. Porém, destaca que a EJA não tem sido reconhecida “por seu sentido de aprender por toda vida”.

No entanto, apesar desse paradoxo metodológico, como ação educativa, a EJA é reconhecida a partir do reducionismo em suas finalidades, como uma modalidade de educação escolar com função alfabetizadora para alunos, tardios, ou seja, alfabetização, como se o objetivo fosse único e exclusivamente de “ensinar” ler e escrever, como se a finalidade educativa da vida se resumisse a esse binômio.

As finalidades imediatas que se tem exaltado nas metas da EJA, muitas das vezes não se levando em conta a necessidade de em qualquer idade o direito a aprender, e considerar a lentidão dos sujeitos que retornam à escola, como está registrado nas orientações: “A EJA, também não tem sido reconhecida por seu sentido de aprender por toda a vida.” (ORIENTAÇÕES CURRICULARES DAS DIVERSIDADES EDUCACIONAIS, 2010, p. 176).

Todos têm o direito de aprender, adquirir conhecimento escolar, em qualquer tempo da vida, não só o ler e escrever. Hoje vemos exemplos de pessoas que ingressaram na EJA, na idade adulta, na adolescência, ou mesmo já idosos, conseguindo superar todos os obstáculos, concluíram, um curso técnico e mesmo uma faculdade. Tal condição implica, conforme as Orientações das Diversidades Curriculares Educacionais (2010), a necessidade de abarcar os conhecimentos não-formalizados por currículos escolares, como condição fundante para viver e compreender o mundo contemporâneo.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos oportuniza ao sujeito em qualquer tempo, a retomada de seus sonhos, seus objetivos de vida, ou, ainda, a reelaboração de uma nova agenda, tendo em vista os fatores condicionantes do entorno social, quer ligados ao mundo e/ou das necessidades do trabalho, quer do lazer e da agenda social.

Para alcançar a “EJA que queremos é necessário superar todos esses obstáculos que até aqui tem se apresentado” a partir do conhecer, experimentar e transformar.

No curso de pós-graduação *lato sensu*, denominado Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, como participante, temos nos deparado com experiências de professores na EJA. Pelos seus relatos de vida, podemos perceber o reconhecimento que eles têm das concepções sobre essa modalidade, que podem ser superadas. Percebemos o tamanho da dificuldade que é conseguir esse feito, porque com certeza não é só com o interesse e o esforço do professor e do aluno; há que existir mais interesse político, governamental, o que inclui verbas, e, aí está uma questão fundante: verbas, capital, dinheiro. Principalmente, como já salientamos com a III Tese sobre Feuerbach, deve-se investir na formação continuada dos educadores, pois, em não sendo assim, continuemos a ouvir discursos ideológicos “sobre a educação”, mas não “práticas efetivas com a educação”.

Curiosamente, a ideologia está impregnada nas paredes das escolas, na sua estrutura física, quando não nos livros didáticos. Com efeito, o investimento em salas próprias para a EJA é um desafio. Temos relatos de colegas professores que sentem seus alunos constrangidos por estudarem em salas de aulas decoradas com motivos infantis. É provado que o ambiente influencia no aprendizado, e o jovem e o adulto precisam se sentir acolhidos, pertencentes ao ambiente, sentir aquele ambiente como seu lugar, preparado para ele jovem ou adulto.

E nisso há outra questão: jovens e adultos possuem diversidade de idade e tempos de vida, experiências vividas. Muitas das vezes, isso se torna um problema em salas de EJA. Talvez fosse oportuno de se pensar em respeitar as diferentes velocidades com as quais cada faixa etária apreende os conteúdos, assim na mesma classe teríamos de tratar dos alunos que se encontram em diferentes níveis de entrada dispondo de algum capital cultural e, ao mesmo tempo de se considerar as velocidades com que se consegue reagir a um estímulo dos professores. Talvez fosse necessário, igualmente, destacar que a lentidão pode fazer uma aprendizagem ser significativa.

Quem é esse jovem? Varia de faixa etária, pode ter menos de vinte anos e compartilha o espaço com o “tiozinho”, de 55, 60 anos.... O jovem talvez ainda adolescente, é muito cheio de energia, não para de falar e quando quer, aprende muito rápido. Já o aluno de mais idade precisa de mais tempo, mais explicações, orientação, atenção, e o movimento do jovem atrapalha seu raciocínio. No entanto, há aqueles que gostam dessa interação e até colaboram com o aprendizado do outro.

É possível que essa mescla de diferentes faixas etárias e ritmos de aprendizagem se configure como mais um obstáculo para o bom andamento do trabalho do educador da EJA. Cabe aqui pedir maior oferta de salas de aula e profissionais educadores para melhor selecionar o aluno de acordo com a faixa etária? Ou, devemos ser competentes suficientemente e trabalhar com alunos com diferentes níveis de aprendizagem na mesma sala de aula?

As orientações curriculares para a educação de jovens e adultos reconhecem essa dificuldade, enfrentada arduamente pelo segmento no tópico: *Fragilidade do que se sabe sobre o atendimento a diversidade de sujeitos*. Assim, a necessidade de novas metodologias está escancarada no recorte que segue:

Desfocada dos sujeitos, a política da EJA frequentemente trata jovens e adultos como crianças da escola regular e ignora a diversidade de características identitárias que formam esses sujeitos. Essas características constituem singularidades pelo modo de ver e de pronunciar o mundo complexamente imbricados às expressões culturais, com universos particulares muito além dos lugares em que vivem [...]. (ORIENTAÇÕES CURRICULARES DAS DIVERSIDADES EDUCACIONAIS- ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 2010, p. 176).

Assim posto, o que podemos pensar é que a EJA, que ai está, sim, é uma grande aliada para o sujeito buscar novas oportunidades, realizar sonhos, desejos de instrução, de continuidades de projetos e realização de novos ideais, mas para tanto é preciso uma “força tarefa” entre professores e gestores do poder público para chegarmos a EJA que queremos...

Uma EJA com uma educação um ensino que “constrói” um sujeito autônomo moral e intelectualmente; afinal, não se constroem personalidades autônomas, com sujeitos submetidos a constrangimentos intelectuais, como se sabe acontecer com a pessoa que não alcançou a educação escolar em tempo próprio, como já foi citado anteriormente. O professor do EJA, na sua maioria, é um profissional comprometido e desejoso de alcançar esses objetivos, mas precisamos de mais...

Precisamos de um governo que se responsabilize pelo fortalecimento dessa modalidade de ensino, fazê-la reparadora, equalizadora e qualificadora, assegurando a emancipação de homens e mulheres que busquem nela “reascender a luz” do querer saber, que quase se apagou pelas lutas do cotidiano. Portanto, não só o aparente, mas também é mais que relevante, investir na formação inicial e continua de professores, é urgente! Um compromisso para que se faça justiça social, oportunizando uma educação de qualidade para todos ao longo da vida.

■ 4 ANÁLISE DOS DADOS

Como o objetivo da pesquisa foi investigar junto a um sujeito estudante da Educação de Jovens e Adultos, a partir do seu depoimento, alguns aspectos relevantes conquistados com a escolarização da EJA para o mundo do trabalho e de sua sociabilidade, o passo seguinte será o detalhamento dessa relação.

Antes de adentrar na exposição dos dados realizados pela recolha de um sujeito e para bem ilustrar a pesquisa, nós usamos de uma entrevista com um aluno da EJA. Percebemos em seus relatos o quanto o retorno aos bancos da escola é valorizado e o quanto isso é caro em sua vida presente e prospectiva.

As informações com as quais doravante teceremos nossa narrativa, são provenientes de um sujeito estudante da EJA do ensino noturno que tem 35 anos e, que depois de 22 anos fora da sala de aula sentiu necessidade de se aprimorar mais no ensino formal. José, como passamos a chamar nosso entrevistado, percebeu que precisava voltar a estudar. Havia parado aos treze anos de idade, cursando a quinta série do “ginásio”, como era denominado o sexto ano do ensino fundamental na década de oitenta. Ele respondeu que se sentia um analfabeto, trabalhando em meio às pessoas mais jovens, com grau de estudo mais elevado. Obteve estímulo dos próprios colegas e a família, as filhas que estão na faculdade, que insistiram. E, aí emerge o questionamento: ora, já que ele sentia a necessidade, por que não voltar a estudar?

Quando o inquirimos sobre o voltar a estudar o depoente destacou que não foi fácil, depois de uma exaustiva jornada de trabalho, ter que ir direto para a escola é duro, “quando se senta para estudar, aí que o cansaço vem”. Nesse momento, nossa percepção nos deu pistas de que não está sendo fácil, mas ele insiste.

Para José, alguns conteúdos, tem nexos com a realidade da vida, porque a sua professora busca relacionar o conteúdo com a vida prática. Então, sente que seu conhecimento do cotidiano é valorizado.

Nesse sentido, na EJA e sua relação com a Economia Solidária, não só ocorre a preocupação com a trajetória escolar, mas principalmente com as trajetórias pessoais e humanas, pois são homens, mulheres que vivem o cotidiano de trabalhadores brasileiros. Assim...

O que se destaca é que a educação democrática não se perde na variedade de formulações que intervenções pedagógicas exigem ao fazer a EJA, mas se consolida quando a dialogar sujeitos diversos, respeitados em seus saberes, fazeres e conhecimentos produzidos na prática social, com eles negociando as maneiras de passar pela escola, nessa “chance” renovada, com êxito aprendendo.

(ORIENTAÇÕES CURRICULARES DAS DIVERSIDADES EDUCACIONAIS- ORIENTAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 2010, p. 173).

Quando versou sobre os pontos negativos da EJA, o sujeito entrevistado ressaltou que para ele é a diversidade dos alunos, que apresentam diferentes graus de conhecimentos e diferentes idades. Em sua sala ele menciona o exemplo emblemático de colegas de dezesseis anos que ainda se comportam como “crianças”, não respeitando a autoridade da professora, atrapalhando o andamento da aula, dificultando o aprendizado dos demais alunos.

No entanto, quando perguntado para seu José, sobre os aspectos positivos da EJA, destacou que é voltar a aprender, poder trocar ideias com pessoas que têm objetivos em comum, estudar renova a esperança de um emprego melhor e uma melhora na vida. O curso da EJA, sendo à noite, possibilita a ele estudar, sem atrapalhar seu emprego; do contrário, não poderia estudar.

José vê com bons olhos a modalidade da EJA e pensa que ela é muito importante porque auxilia a pessoa a voltar à escola, mesmo já adultos, e facilita ao jovem continuar estudando.

No ímpeto de provocar o entrevistado, perguntamos qual seria a EJA que José sonha; em sua resposta, ele enfatiza que seria aquela que deveria ter os conteúdos ligados a sua realidade, da vida e do trabalho, bem como com horários que não atrapalhem o emprego. Quanto a sua aspiração de ter escolas com salas diferenciadas de acordo com as diferentes idades na EJA, parece se tratar de uma tendência na contra mão do que se desenha no contexto atual da Educação de Jovens e Adultos, pois a tendência à homogeneização dificilmente será fará prática corrente, tendo em vista que a sociedade é cada vez mais caracterizada pelas diversidades e não pela homogeneidade.

Os professores da escola trabalharam noções elementares de Economia Solidária, tendo em vista que até foi realizada uma feira solidária com trocas e vendas de produtos. Sobre essa experiência concreta e se referindo ao que nosso sujeito da pesquisa aprendeu sobre Economia Solidária, destacou que se trata de um bom projeto. No entanto, enfatiza que se tornasse realidade facilitaria muito a vida de muitos estudantes da EJA que não tem seu emprego, e que eles poderiam aproveitar os conhecimentos que aprenderam estabelecendo novas relações e provocações nos seus afazeres do mundo do trabalho.

Pudemos observar que o aluno, apesar de não estar em um grupo de ECO-SOL, se apropriou de seus conhecimentos e estabeleceu um novo modo de se viver as relações econômicas, virando o jogo a seu favor.

■ 5 CONSIDERAÇÕES

O exemplo de uma experiência bem sucedida de escolarização tardia que focamos na pesquisa evidencia que a EJA se configura como uma ferramenta poderosa para levar ao protagonismo e ao exercício de papéis centrais nas histórias de jovens e adultos que estiveram fora do processo de educação formal, em sua idade própria.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos, só pode se pautar em uma pedagogia crítica, pois ao considerar a educação como dever político, como espaço e tempo para emancipação do indivíduo e a sua formação crítico-reflexiva e autônoma e se utilizando dos conceitos de Economia Solidária, se torna ainda mais eficiente e acorre para as realidades cotidianas. Ou seja, rompe com a ordem exclusivista do capitalismo, fortalecendo os sujeitos da EJA em seus direitos, levando em conta as suas formas de vida, trabalho e todas as suas diversidades. Enfim, abarcando as informalidades como possíveis e respeitadas formas de manifestação do trabalho e de sobrevivência.

Sabe-se que diante dos jovens e adultos da escola contemporânea, o grande desafio apresentado aos educadores é o de relacionar e transformar o conhecimento gerado pelo senso comum em tecnológico formalizado, quiçá novamente em bom senso para ser usufruído nas relações cotidianas.

Certamente, trata-se de uma mudança paradigmática, portanto, a questão não será de imediato levada à legitimidade universal, pois é sabido ser necessário mudança de paradigmas e mentalidades e trazer essa “novidade” para a prática no cotidiano da educação, uma tarefa árdua que se dá no tempo da longa e lenta duração.

A aceitação da mudança da ordem do paradigma se dá de modo quase imperceptível, ou às cegas, vai nos conformando; mas a transformação das experiências vividas no dia a dia fazem-se em conhecimento, formando no cidadão da EJA um agente de sua transformação.

Contudo, é fundamental a atuação dos governos federais, estaduais e municipais, não só dos gestores das instituições escolares e do professor. De igual forma, o educador trabalhando em parceria para a construção coletiva das alternativas para a valorização e expansão da EJA, visando atender as especificidades dos alunos jovens e adultos.

Bom seria se pudéssemos ter bons exemplos de alunos da EJA bem sucedidos com a ECOSOL. Ainda não realizamos esse sonho, mas pelas nossas pesquisas, que sabemos não estão, ainda, prontas e acabadas, inclusive, porque nem um projeto é finalmente acabado. Mas essa pesquisa evidencia que a Economia Solidária pode ser uma grande aliada da EJA, na busca de incentivar seu alunado a permanecer no curso na sua integralização.

À escola cabe ir além, construindo com estes sujeitos novos caminhos, encontrando novas perspectivas para o trabalhador, com uma nova forma de economia, que dribla as amarras do capitalismo explorador, que estrangula o sujeito através da morte de seus sonhos, como se só restasse o sentido da exploração.

■ 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. As relações sócias na escola e a formação do trabalhador. In.: FERRETI, C. J.; SILVA JUNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.) **Trabalho formação e currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. p. 13- 41.

FREIRE, P. Educação de adultos: algumas reflexões. In.: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (orgs). **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática, proposta. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. p.15- 17.

GRAMSCI, A. **Maquiavel**. Notas sobre o Estado e a política. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000. (Cadernos do cárcere III).

LÜDKE, M. L. M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1996.

MARX, C.; ENGELS, F. **Ideologia alemã**: [Introdução de Jacob Gorender]: Tradução. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 19989. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações curriculares**. Diversidades Educacionais. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010, 308p.

SAMPAIO, M. N. Diferenças a praticas pedagógicas na EJA. XV ENDIPE- **Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/ ENDIPE, 2010. CP 2- 11.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.p. 13- 20.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas 1977.

O MAGNETISMO NO ENSINO DE FÍSICA: UMA ABORDAGEM DE EXPERIÊNCIA DE ECONOMIA SOLIDARIA NO CEJA LECÍNIO MONTEIRO-MT

MARILENE DE ALMEIDA OLIVEIRA¹
ROSE CLÉIA RAMOS DA SILVA²

Resumo: O objetivo deste artigo é descrever uma experiência pedagógica de ensino de Física sobre o fenômeno de atração e repulsão entre materiais ferromagnéticos no Magnetismo, denominado ímã, com os alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) Licínio Monteiro da Silva/MT. Para o desenvolvimento desta pesquisa acadêmica temos como base teórica os estudos de Paulo Freire (1997), Gaudêncio Frigotto (2005) e Paul Singer (2002) acrescidos da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Física (PCN+), pontualmente, as “Estratégias para Ação”. Tais orientações educacionais são oriundas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), que preconiza princípios de “investigação e compreensão”, e também dos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio (PCNEM), na adequação do Ensino de Física à realidade dos alunos. As referidas propostas estão conectadas ao contexto de minha formação profissional no curso de Pós-Graduação Lato Sensu Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, tendo com princípios norteadores: a autogestão, autonomia, compartilhamento e solidariedade da ECOSOL em contraponto ao trabalho capitalista alienante. O trabalho foi desenvolvido a partir da dificuldade dos alunos das turmas dos 2º e 3º anos do Ensino Médio, que fazem parte da última fase da Educação de Jovens e Adultos (EJA), sobre o conteúdo das propriedades do ímã. Procurou-se investigar o conhecimento prévio dos alunos, utilizando

1 Marilene de Almeida Oliveira. Graduada em licenciatura de Física pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1999). Área de atuação: coordenadora de área de conhecimentos de Ciências da Natureza e Matemática, no Centro Educacional de Jovens e Adultos Licínio Monteiro da Silva. Professora efetiva da Rede Pública.

2 Professora doutora do Instituto de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação da UFMT. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão e Financiamento da Educação Básica. Tem se dedicado a estudo de temas na área de gestão, financiamento da educação básica pública e controle social.

o recurso metodológico de questionário, e mapa conceitual, seguidos por uma oficina pedagógica, que viabilize a aprendizagem do conteúdo sobre Magnetismo, e sua relação com o cotidiano, principalmente, o princípio de autonomia, resultante da relação entre o trabalho como princípio educativo e da Economia Solidária.

Palavras-chave: Ensino de Física. Imã. Economia Solidária.

■ 1 INTRODUÇÃO

“Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1997, p. 25). Parafraseando essa afirmação do advogado de formação, mas educador por opção, Paulo Regis Neves Freire, que criou o método de Alfabetização de Adultos, no Brasil, e disseminado pelo mundo, apresentamos uma prática pedagógica desenvolvida com os alunos das turmas de 2º e 3º anos da EJA da Escola de Educação Básica Licínio Monteiro da Silva sobre o Magnetismo, com enfoque na utilização do imã. O objetivo é aproveitar o conhecimento prévio dos alunos sobre esse fenômeno, para trabalhar esse conteúdo do ensino de Física.

Segundo Krummenauer, Costa e Silveira (2010, p. 70), o ensino de Física na educação de Jovens e adultos (EJA) requer estratégias diferenciadas das utilizadas no ensino regular, pois além das características peculiares do estudante dessa modalidade, o período de tempo disponível é muito reduzido.

Na tentativa de contribuir no processo de aprendizagem do ensino de Física, amenizando o período de permanência reduzido dos alunos nas escolas, e a dificuldade de relacionar os conteúdos apreendidos em sala de aula à realidade cotidiana, vivenciadas no trimestre anterior junto aos alunos do 1º ano, propomos um estudo acerca do fenômeno do magnetismo. Essa prática pedagógica alia-se aos conhecimentos acerca do princípio da autonomia, proposta pela Economia Solidária e pelas Diretrizes norteadoras dos PCN+ de Física.

Esse estudo justifica-se pela dificuldade apresentada pelos alunos do 1º ano do Ensino Médio em relacionar os conteúdos de Física à sua realidade, correspondentes aos fenômenos naturais, como, por exemplo: a trajetória dos corpos, o cálculo da velocidade, a relação da temperatura com diversas escalas. Dentre estes, destacamos: o magnetismo, principalmente, o entendimento das forças de atração e repulsão entre os corpos.

Para complementar o conhecimento teórico sobre o conceito de magnetismo, e sua relação com o cotidiano dos alunos, acrescentamos à pesquisa do PCN+ de Física, o conceito de “Ensino e Pesquisa” associado ao estudo do meio, criado por Paulo Freire, na obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1997).

A relação da Educação de Jovens e Adultos EJA e o princípio da autonomia, percebido na relação do “Trabalho como Princípio Educativo”, são pensadas a partir das ideias de Gaudêncio Frigotto (2005), no estudo: “O trabalho como princípio educativo no projeto de Educação Integral dos Trabalhadores”, que relaciona a ação humana à transformação da natureza em meios de vida, apesar de viver numa sociedade capitalista, que pode gerar atributos negativos à Educação e ao Trabalho.

Nesta pesquisa, as ideias de Freire e Frigotto sobre a Educação de Jovens e Adultos o princípio educativo do trabalho ganham visibilidade, quando lidas a partir do conceito de Economia Solidária, de Paul Singer, que defende um possível modelo de produção coletiva a ser ensinada na educação formal, como no ensino médio da EJA.

Em termos metodológicos, primeiramente aplicamos um questionário aos alunos, composto de cinco perguntas, com a finalidade de verificar os conhecimentos prévios, a partir dos princípios de estratégia para a ação indicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino de Física (PCN+ de Física).

As referências teóricas antes citadas nos ajudaram a desenvolver outras metodologias, que acrescentamos ao questionário, como: mapa conceitual e oficina, que resultaram na participação quase que integral dos alunos do 2º e 3º anos da EJA.

Estes responderam aos questionamentos, que nos possibilitaram pensar a relação do conhecimento prévio ao conteúdo científico que trabalhamos em sala de aula, além de participarem da construção do mapa conceitual, apreendendo a história do magnetismo e sua função eletromagnética. E finalmente, levou à compreensão da utilização do ímã, como um material ornamental e comercial, realizada numa prática pedagógica dialógica.

■ 2 O MAGNETISMO E FUNDAMENTOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Para o desenvolvimento da prática pedagógica com os alunos da EJA da escola Licínio Monteiro da Silva sobre o conteúdo do magnetismo (ímã) e sua utilização no cotidiano, construímos um referencial teórico embasado nos estudos da “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire, “Trabalho como Princípio Educativo” de Gaudêncio Frigotto, e “Economia Solidária” de Paul Singer.

A ideia básica do método Paulo Freire de adequar o processo educativo às características do meio, possibilitou-nos pensar a realidade dos alunos da turma dos 2º e 3º anos do ensino médio da EJA, principalmente no que diz respeito à prática educativo-crítica ou progressista.

Paulo Freire assinala que na prática educativo-crítica ou progressista, o ato de ensinar “não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (1997, p. 25). Nessa perspectiva, corroboramos com a ideia do educador de que não “há docência sem discência”.

No momento em que me disponho a ouvir e refletir as problemáticas apresentadas pelos alunos com relação aos conteúdos do ensino de Física e sua utilização no seu dia a dia, partindo do pressuposto de que o conhecimento é uma construção formativa, coloco em prática as indicações de Freire sobre a Formação Docente, no que tange à relação do *formador e formado*. Ou seja, aceito que na minha experiência formativa, “o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o *objeto*, que ele é o sujeito que *me forma* e **eu**, o objeto por **ele formado**.” (FREIRE, 1997, p. 25, grifos do autor).

Nessa relação de docência e discência, os saberes dos educandos, sobretudo, os das classes populares, em relação aos conteúdos denominados de científicos, como o magnetismo, devem ser considerados.

Esses saberes, socialmente construídos a partir do conhecimento prévio dos alunos, podem gerar reflexões sobre sua realidade socioeconômica, como, por exemplo, a prática pedagógica desenvolvida com os alunos da EJA Licínio Monteiro acerca da utilização do ímã, que os fez despertar para o princípio da Autonomia e do Trabalho com Princípio Educativo, como compromisso histórico estabelecido entre a Educação de Jovens e Adultos EJA e Educação Popular.

Neste estudo, a ideia freireana de trabalho como princípio educativo que corresponde à prática social do homem relacionada às formas de produção e reprodução de sua existência no processo histórico, também pode ser pensada, guardadas às devidas proporções, a partir do conceito do “Trabalho como Princípio Educativo”, elaborado pelo educador Gaudêncio Frigotto.

Segundo Frigotto, “O trabalho como princípio educativo vincula-se à própria forma de ser dos seres humanos. Somos parte da natureza e dependemos dela para reproduzir a nossa vida. E é pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida.” (FRIGOTTO, 2005, p. 2).

O pensamento de Frigotto (2005) sobre trabalho com princípio educativo, que podemos utilizar para pensar a prática pedagógica que desenvolvemos com os alunos da EJA, aqui é pensada, a partir da “leitura” que o referido educador fez da ideia marxista sobre as relações de classe existentes no capitalismo. Expressando de maneira simples, existe uma dimensão educativa no trabalho, mesmo se este for desenvolvido nas relações negativas do capitalismo. Afinal, o trabalho é desenvolvido por seres humanos.

A dimensão educativa de trabalho, conforme Frigotto (2005, p.8), “tende a se aproximar dos alunos do ensino médio”, pois, nessa modalidade de ensino o conhecimento sistematizado proporciona a formação cultural e intelectual do estudante, permitindo a compreensão do significado da ciência, neste caso em particular, exemplificamos a experiência pedagógica do ensino de Física realizada com os alunos da EJA, e a percepção destes para o significado científico do magnetismo e o trabalho como princípio educativo.

A relação da EJA e o trabalho como princípio educativo, numa perspectiva de autonomia, aqui, é acrescida ao conceito de Economia Solidária, defendida pelo professor austríaco Paul Israel Singer, um dos autores dessa proposta econômica, que surgiu no Brasil, na década de 1980, como uma economia alternativa ao capitalismo.

De acordo, com as palavras de Singer, “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER, 2002, p. 10).

E ainda, segundo Lucas Azambuja:

A Economia Solidária, nasceu como uma proposta alternativa de trabalho e renda, a partir da crise do modelo fordista-taylorista de produção e desmanche de proteção social promovido pelo avanço das políticas neoliberais, que causaram prejuízos para a vida dos trabalhadores, principalmente os mais pobres. (AZAMBUJA, 2009, p. 286).

A articulação do princípio da autonomia da ECOSOL com a prática pedagógica do ensino de Física proposta aos alunos da EJA pode ser compreendida como uma possibilidade de educação formal imbricada ao trabalho como princípio educativo, voltado para a produção de trabalho e renda, numa perspectiva sustentável, democrática e de justiça social.

Vale também ressaltar que os pressupostos teóricos propostos neste item têm como contexto educativo, as políticas educacionais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999), acrescidas das Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN+ de Física (2002).

■ 3 O MAGNETISMO NO ENSINO DE FÍSICA

A pesquisa que desenvolvemos com as turmas de 2º e 3º anos do Ensino Médio, na modalidade EJA (área de Ciências da Natureza e Matemática), especificamente na disciplina de Física, aconteceu em decorrência das dificuldades de aprendizagem dos alunos referentes aos conteúdos de Física e sua relação com o cotidiano. Essas dificuldades já eram apresentadas pelos alunos que cursaram o 1º ano do Ensino Médio no trimestre anterior. Sabe-se que os conhecimentos que envolvem os estudos dos fenômenos naturais e tecnológicos, presente no dia a dia são de difícil compreensão imediata.

Nesse artigo partimos do conceito de eletromagnetismo³, entendido como a relação entre a eletricidade e o magnetismo. Este conceito da Física Geral é amplo, por isso, nosso foco de estudo recai sobre o fenômeno do magnetismo, que “é a denominação associada ao fenômeno ou conjunto de fenômenos relacionadas à atração ou repulsão observada entre determinados materiais, dentre estes, os ímãs ou materiais ferromagnéticos e condutores de corrente elétrica”⁴.

3 Segundo RESNICK, R; HALIDAY, D, o Eletromagnetismo é ciência que desenvolveu a relação entre o Magnetismo e a Eletricidade, estudada por Christian Oersted (1777 - 1867). 1984.

4 <http://pt.wikipedia.org/wiki/Magnetismo>. Acesso em: 23 de abril de 2015.

Este trabalho sobre o magnetismo no ensino de Física encontra respaldo teórico- metodológico, inicialmente, nas ideias do educador Paulo Freire, e nos princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino de Física (PCN+). Freire coloca que: [...]“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, (re) procurando. Ensino, porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago.” (FREIRE, 1997, p.32).

O PCN+ do Ensino Médio de Física, também nos ajuda perceber a pesquisa a partir da realidade dos alunos, quando indica as competências da disciplina:

A Física deve apresentar-se, portanto, como um conjunto de competências específicas que permitam perceber e lidar com os fenômenos naturais e tecnológicos, presentes tanto no cotidiano mais imediato quanto na compreensão do universo distante, a partir de princípios, leis e modelos por ela construídos. Isso implica, também, na introdução à linguagem própria da Física, que faz uso de conceitos e terminologia bem definidos, além de suas formas de expressão, que envolvem, muitas vezes, tabelas, gráficos ou relações matemáticas. Ao mesmo tempo, a Física deve vir a ser reconhecida como um processo cuja construção ocorreu ao longo da história da humanidade, impregnada de contribuições culturais, econômicas e sociais, que vem resultando no desenvolvimento de diferentes tecnologias e, por sua vez, por elas impulsionado. (BRASIL, MEC, 1999, p.2).

A partir da referida citação podemos refletir a proposta pedagógica que foi desenvolvida com os alunos do Ensino Médio do CEJA Licínio Monteiro da Silva, principalmente, se considerarmos a introdução de linguagem própria da Física, para a Transposição Didática⁵ de conteúdos que dependem da apreensão de leis, modelos para o entendimento dos fenômenos naturais.

A formação docente que nos permitiu o desenvolvimento da Transposição Didática do conteúdo sobre magnetismo para os alunos dos 2º e 3º anos da EJA somente foi possível com a realização do curso de Pós- Graduação *Lato*

5 O conceito de Transposição Didática, ou seja, como “saber a ensinar” utilizado neste artigo, foi pensado a partir da teoria de Transposição Didática criada por Yves Chevallard.1991. Sobre o assunto consultar o site <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0212105_04_cap_03.pdf>

Sensu Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso/SEDUC, entre os anos de 2014 e 2015, totalizando dezoito meses.

A partir das leituras, discussões e estudos realizados no referido curso, tivemos condições de pensar e desenvolver uma pesquisa com os alunos do ensino médio acerca da utilização do ímã, e a possível construção de objetos feitos por estes, alusivos à propriedade do magnetismo. Para o desenvolvimento deste estudo elegemos o princípio da autonomia, discutida na Economia Solidária para expor nossa experiência de ensino de Física do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Licínio Monteiro da Silva.

3.1 A realidade dos alunos dos 2º e 3º anos da EJA

O perfil dos alunos com o qual desenvolvemos a proposta da utilização do ímã para o ensino e aprendizagem do conteúdo de Física sobre magnetismo, quando se estuda o campo magnético que existe nos materiais denominados ímãs, apresentava-se de forma heterogênea, pois alguns alunos haviam deixado de cursar o ensino regular há décadas. Há de considerar as diferenças de idade que a turma apresentava, pois a faixa etária destes compreendia a idade média entre 25 a 55 anos.

Diante da situação pedagógica apresentada, surgiram diversas questões sobre a minha formação inicial, em Licenciatura de Física, que correspondiam às práticas do ensino de Física desenvolvidas com essas turmas. Vinham-me à cabeça questões no que se referem às seguintes problemáticas: Como trabalhar a disciplina de Física sem descaracterizar o eixo principal dos conteúdos? Como transformar para melhor o currículo escolar já existente, tornando-o mais acessível? Quais as experiências científicas fazem sentido em relação à realidade do aluno?

Na tentativa de responder a estas questões, de cunho formativo profissional, haveria de conectar a uma formação do ensino de Física que respondesse aos alunos da EJA Licínio Monteiro, relacionando a alguns dos princípios da Economia Solidária, como a autonomia cidadã. Assim, buscamos os aportes teóricos dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Física PCN+, principalmente o princípio das “Estratégias para a Ação”.

A metodologia utilizada para coleta de dados junto às turmas dos 2º e 3º anos da EJA pautou-se pelo uso de questionário, com perguntas estruturadas e fechadas.

Segundo Gil (1999, p.121), “a técnica do questionário pode ser entendida como uma investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, valores, interesses, expectativas etc”.

Vale afirmar que fazer opções por terminadas formas ou encaminhamentos de atividades não é tarefa simples, já que existe o reconhecimento do contexto escolar específico, suas características e prioridades, expressas nos projetos de professores, alunos e nos projetos pedagógicos das escolas. Como, por exemplo, apreendemos na leitura do PCN+ (2002, p.4), “que a utilização do conceito de fenômenos como Eletromagnetismo, para os jovens devem ser acompanhados de situações reais do seu cotidiano, de forma que os alunos possam fazer relações do que estudam com os desafios da vida.” Dá-se, assim, o real significado para os critérios da ação pedagógica, como “o que ensinar” em Física.

Essa relação pedagógica entre os projetos de professores e alunos será descrita neste artigo, conectando a realidade dos alunos e o uso do imã à ideia da Economia Solidária, que conforme aponta Paul Singer:

A Economia Solidária foi concebida como modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva. (SINGER, 2002, p.14).

Aliada aos princípios da economia solidária, principalmente a ideia defendida por Singer da relação de trabalho e educação, o educador Gaudêncio Frigotto também salienta a necessária dimensão pedagógica do trabalho sugerida pela Economia Solidária.

Segundo Frigotto, o trabalho funciona como um princípio educativo. Principalmente, para “a política de Educação de Jovens e Adultos EJA, que inclui o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo” (FRIGOTTO, 2005, p.10).

Na tentativa de abordar essa visão de trabalho como princípio educativo, a partir dos ideais da Política Pública de Educação de Jovens e Adultos, no to-

cante a “autonomia de sujeitos jovens e adultos nos processos de aprender e de se apropriar do mundo, do fazer, do conhecer e do agir” (MATO GROSSO, OCN, 2012, p.174), tratamos, a seguir, do percurso metodológico da utilização do imã com os alunos da EJA.

3.2 Questões sobre o magnetismo

No primeiro momento aplicamos um questionário aos alunos, o qual era composto de cinco perguntas, com a finalidade de verificar os conhecimentos prévios, para buscar algumas respostas que pudessem ser relacionadas ao princípio de estratégia para a ação indicado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para Ensino de Física (PCN+).

As referidas perguntas aos alunos da EJA compunham os seguintes questionamentos, conforme se observa no quadro 1:

Quadro 1: Questões elaboradas para os alunos

Item	Perguntas
1	Você conhece um imã?
2	Que tipo de imã você conhece?
3	O imã tem alguma utilidade no seu dia-a-dia?
4	Já observou a utilidade do imã no conteúdo de Física?
5	Qual a sua sugestão para o aprendizado desse conteúdo?

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2014.

Uma das respostas dos alunos nos chamou atenção! Quando perguntamos se já havia observado a utilidade do imã no conteúdo de Física? A resposta foi a seguinte: “Nunca estudei. Nunca observei, tenho dúvidas e curiosidade” (aluno do 2º ano do Ensino Médio).

Na tentativa de resolver essa problemática que envolvia o conhecimento sobre o magnetismo, apresentei o capítulo sobre esse tema, do livro didático dos autores Luz e Álvares (2005), intitulado “Física”, para o conhecimento em nível secundário. Ao mesmo tempo, realizei uma pesquisa teórica sobre o conceito de magnetismo, apoiando-me em Resnick e Halliday (1984), para desenvolver a Transposição Didática do conceito sobre magnetismo. Ao conceituar o eletromagnetismo, para o entendimento da propriedade do imã, os autores indicados acima utilizam as seguintes palavras:

O estudo do magnetismo remonta à observação de que certas “pedras” (isto é, a magnetita) encontradas na natureza eram capazes de atrair o ferro. Estas duas ciências [Eletricidade e Magnetismo] desenvolveram-se de forma bastante independente, uma da outra, até 1820, quando Hans Christian Oersted (1777-1851) observou uma conexão entre elas, a saber, o fato de que uma corrente elétrica pode afetar a agulha imantada de uma bússola (RESNICK; HALLIDAY, 1984, p.1).

A partir da referida citação de Resnick e Halliday construímos outra estratégia didática com os alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio, para que os mesmos entendessem os conceitos de eletromagnetismo, e sua coligação entre o magnetismo e a eletricidade, possibilitando, o entendimento do capítulo estudado na obra de Luz e Álvares (2005), denominada de mapa conceitual.

3.3 Mapa conceitual

O mapa conceitual é uma estratégia didática descrita por vários estudiosos da educação. Para este estudo, concordamos com a afirmação de Moreira (1997), ao escrever que:

De um modo geral, mapas conceituais, ou mapas de conceitos, são apenas diagramas indicando relações entre conceitos, ou entre palavras que usamos para representar conceito. Embora, normalmente tenham uma organização hierárquica e, muitas vezes, incluam setas, tais diagramas não devem ser confundidos com organogramas ou diagramas de fluxo, pois não implicam sequência, temporalidade ou direcionalidade, nem hierarquias organizacionais ou de poder. São diagramas de significados, de relações significativas; de hierarquias conceituais, se for o caso. Mapas conceituais também não devem ser confundidos com mapas mentais que são livres, associacionistas, não se ocupam de relações entre conceitos, incluem coisas que não são conceitos e não estão organizados hierarquicamente. Mapas conceituais não buscam classificar conceitos, mas sim relacioná-los e hierarquizá-los. (MOREIRA, 1997, p.1).

Concordamos com as ideias de Moreira (1997) sobre mapa conceitual, pontualmente no que diz respeito à afirmativa de que o mesmo refere-se às relações entre conceitos, ou entre palavras que usamos para representar conceitos.

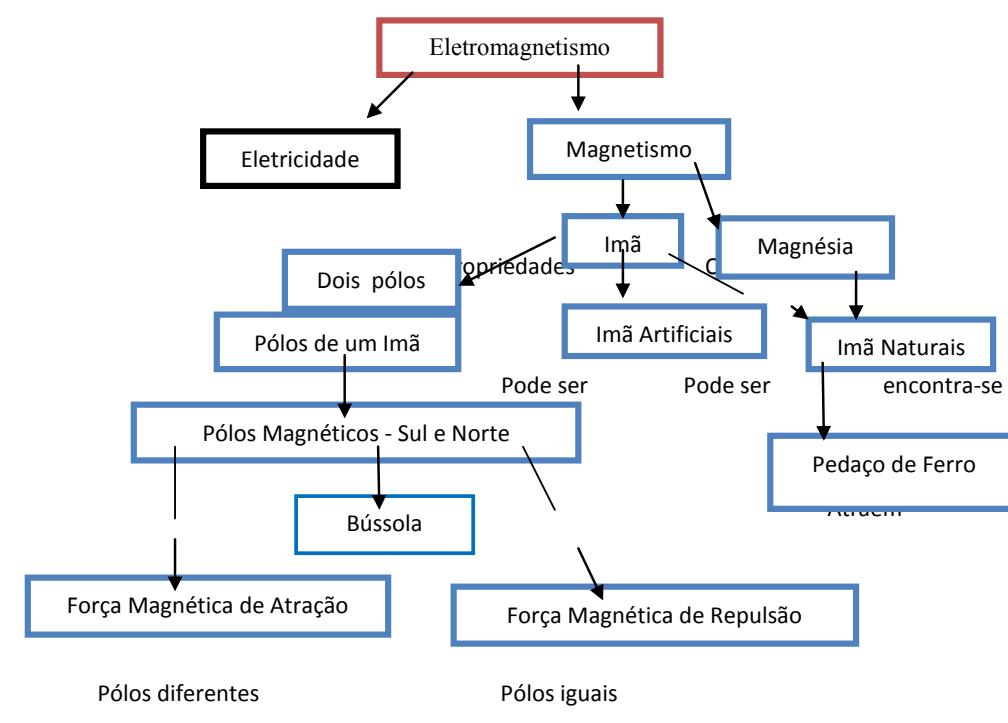
Nessa perspectiva daremos sequência à explicação do mapa conceitual construído junto com alunos da EJA, na ocasião da pesquisa, para explicar o conteúdo do magnetismo na disciplina de Física.

Dentre o conceito hierárquico da Física, primeiro estuda-se o eletromagnetismo, para entender o magnetismo. Nesse caso, o ímã é resultado da coligação do eletromagnetismo com o magnetismo.

Ao utilizar o princípio do PCN+ de Física, estratégias para a ação, descrevemos a origem do magnetismo, como sendo um material magnético encontrado na natureza, ou seja, o ímã. Estudamos a classificação do ímã, enquanto seu estado natural, chamado de “magnetita, pedra encontrada na região da Magnésia” (RESNICK; RALLIDAY, 1984, p.1). A seguir indicamos a outra possibilidade da estrutura do ímã, ou seja, sua estrutura artificial. Material que também pode ser utilizado de forma imantada, após o contato de sua forma natural com outro material magnético.

Como prática pedagógica de auxílio para a construção do mapa conceitual, utilizamos a informática, transcrevendo nossa produção manual. Os alunos realizaram uma pesquisa sobre a utilização dos efeitos do ímã, numa determinada matéria, como por exemplo: madeira, ferro e plástico, para que entendessem os fenômenos de força de tração e repulsão entre os materiais de composição ferromagnéticos, como podemos observar no mapa a seguir:

Figura 1: Mapa Conceitual: O Imã no Ensino de Física no CEJA Licínio M. da Silva



Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Essa atividade nos possibilitou desenvolver uma discussão com os alunos sobre a relação do conteúdo do magnetismo, ímã, e sua realidade cotidiana.

Foi realizada uma oficina pedagógica na qual foi aplicado o princípio da ECOSOL, aliada à responsabilidade social. Nesse trabalho, objetivou-se desenvolver habilidades e competências que pudessem ser úteis aos alunos, inclusive para intervirem na realidade em que vivem. Segundo orientações dos PCNs+ de Física.

Para o trabalho da oficina, que intitulamos: A construção do ímã de geladeira através da reciclagem, contamos com a participação da maioria dos alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio. Inicialmente, apresentamos aos alunos um roteiro para a construção de ímã, sugerindo alguns materiais convencionais e outros de origem reciclável. Dentre o convencional indicamos o uso do gesso, tinta para tecido, e entre os recicláveis foram indicados, o ímã encontrado na borracha de geladeira. Resultaram produções de vários formatos, com estilos de frutas, flores, bonecos e outros.

No desenvolvimento dessa tarefa, os alunos puderam relacionar o princípio da Física sobre o Magnetismo, oriundo da força de atração e repulsão, assim como: o princípio da autonomia e responsabilidade social, conforme nos ensinam os fundamentos da Economia Solidária.

■ 4 RESULTADOS OBTIDOS DO ESTUDO DE MAGNETISMO

Para exemplificar alguns dos resultados obtidos em relação ao conhecimento da Física pelos alunos em seu cotidiano, apresentamos uma resposta à pergunta que fizemos sobre o tipo de imã que conheciam. As respostas foram variadas, mas podemos observar que, mesmo a partir do conhecimento de senso comum, muitos alunos já tinham um conhecimento prévio sobre o fenômeno do campo eletromagnético, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 2: Respostas de alguns alunos sobre o imã

Pergunta: Que tipo de imã você conhece?
Resposta: “Auto-falante” (aluno 2º ano)
Resposta: “Bobina som de carro” (aluno 3º ano)
Resposta: “Imã de geladeira que é colocado na borracha da geladeira” (aluno 3º ano)

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2014.

Como podemos observar, faltava-lhes relacionar o saber prévio aos conhecimentos científicos, no que se refere ao campo eletromagnético, que é a relação do magnetismo com a corrente elétrica.

Por outro lado, o conhecimento prévio dos alunos a respeito da utilização do imã no cotidiano nos chamou atenção, conforme podemos observar na resposta a seguir, quando perguntamos: **O imã tem alguma utilidade no seu dia-a-dia?** O aluno nos respondeu com as seguintes palavras: “Sim, alguns imãs têm a função de segurar papel, utensílios de metais (moedas, parafusos, e até mesmo para segurar a potência de alguns autofalantes: som)” (aluno do 2º ano).

Além da percepção dos alunos referente ao fenômeno de atração e repulsão, representados por materiais como moedas e parafusos, eles também sinalizaram o conhecimento do campo eletromagnético, ao indicarem a potencialidade do imã no autofalante. Ainda sobre a mesma pergunta houve resposta com o seguinte teor: “Tem, pois junta coisas de ferro quando cai no chão” (aluno 2º ano).

Dentre as respostas das perguntas antes citadas também podemos indicar a relação dialógica estabelecida com a turma sobre o resultado da prática pedagógica, que envolveu a utilização do questionário, construção do mapa conceitual, e a oficina de imã de geladeira ao princípio da autonomia.

Este princípio chegou a ser considerado pelos pesquisados como um possível viés de comércio. A experiência revelou que o imã de geladeira serve para ornamentação, e também como princípio educativo. Nesse sentido, a ideia de comercializar o imã traz a relação do trabalho como uma ação pedagógica que se volta, principalmente, aos fundamentos da Economia Solidária e sua interface com a EJA.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho - O Magnetismo no Ensino de Física: uma abordagem de experiência de Economia Solidária no CEJA Licínio Monteiro - MT, realizada com os alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio, considerando o conhecimento prévio destes sobre a utilização do imã, constitui-se num trabalho que nos possibilitou indicar que a metodologia contextualizada a partir do enfoque de conteúdos relacionados ao cotidiano dos alunos, potencializa o interesse dos estudantes pela ciência e o valor pelo que aprendem.

A partir das respostas às perguntas relacionadas ao fenômeno de atração e repulsão entre materiais ferromagnéticos no Magnetismo (imã) podemos considerar que conseguimos desenvolver uma proposta pedagógica, a qual foi capaz de desenvolver nos alunos a relação entre o conhecimento prévio e o conhecimento científico, conforme apresentamos e analisamos os resultados no item metodologia.

Os alunos da EJA conseguiram perceber a relação existente entre o conteúdo de Física e a utilização desse aprendizado para sua realidade. Além disso, houve o desenvolvimento do princípio da autonomia. Constatamos, inclusive, que passaram a aliar o resultado da prática pedagógica ao princípio educativo do trabalho, pontualmente, na expectativa da construção do imã de geladeira.

Vale, ainda, acrescentarmos outro resultado positivo. Este recai sobre nossa formação continuada, que foi proporcionada pelo curso de “Pós-Graduação Lato Sensu Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária”, que significou

avanços no que tange à apreensão de conhecimentos sobre as políticas educacionais da EJA, e sua relação com a proposta de Estratégias para a Ação do PCN+ de Física, e também, o princípio de Autonomia da Economia Solidária.

■ 6 REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 282-317, jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação: Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino - Física: PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. MEC/SEMTEC, Brasília, 2002.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KRUMMENAUER, Wilson L. et al. Uma experiência de ensino de Física contextualizada para educação de jovens e adultos. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v.12, n.02, p.69-82, mai./ago.2010.

LUZ, Antonio; ÁLVARES, Beatriz. **Física**. São Paulo: Scipione, 2005.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Orientações Curriculares: Área de Ciências da Natureza e Matemática: Educação Básica**./ Mato Grosso – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá, 2012.

MOREIRA, M. A. **Mapas Conceituais e Aprendizagem Significativa**. Porto Alegre, 1997. <<http://moreira.if.ufrgs.br/mapasport.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **Mapas Conceituais e Diagramas V**. Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, Marilene Almeida. Alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio. **Mapa Conceitual**. CEJA Licínio Monteiro da Silva. Várzea Grande, 2014.

ROBERT, Resnick; HALLIDAY, David. **Física**. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos. Editora - LTDA, 1984.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE PARA MINIMIZAR A EVASÃO ESCOLAR: ANÁLISE NO CEJA ALMIRA AMORIM E SILVA

MARTA SANTANA DE OLIVEIRA¹

ANA CLAUDIA PEREIRA RUBIO²

Resumo: A evasão escolar no Brasil é um problema antigo que atinge todos os níveis de ensino, especialmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo como causa fatores sociais, políticos, culturais e pedagógicos. Considerando a Economia Solidária como um novo sistema de renda, pensou-se que talvez a inserção da mesma na prática pedagógica nas escolas de Educação de Jovens e Adultos pudesse minimizar a evasão escolar. A pesquisa tem como objetivo identificar se a inserção da Economia Solidária na prática escolar da EJA diminui a evasão. Assim, realizou-se a pesquisa no Centro de Educação de Jovens e Adultos Almira Amorim e Silva, onde analisaram-se as matrículas dos alunos matriculados nas turmas do 2º Segmento do 2º Ano do Ensino Fundamental para identificar se havia diferença no número de evasão em relação a turma que teve a prática da Economia solidária com as turmas que não tiveram essa prática. Foram, ainda, realizadas entrevista com a equipe diretiva e os professores da escola para verificar no discurso destes os motivos que levam a evasão, o que fazer para reverter a mesma, e se a economia solidária pode contribuir para a diminuição da evasão. Ao final, percebeu-se que a prática de Economia Solidária na turma analisada contribuiu para a permanência destes alunos na escola, tornando-os mais motivados e participativos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Evasão escolar.

1 Aluna do curso de Pós-graduação Lato Sensu em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária da UFMT/MT. Formada em Tecnólogo em Processamento de Dados, na UNIVAG/MT, com complementação pedagógica na UNITINS/TO. Exercendo a função de Técnico Administrativo Educacional na Escola CEJA Profª Almorim e Silva em Cuiabá/MT. E-mail: porto_marta@hotmail.com

2 Orientadora. Mestranda em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: anaclaudiarubio@yahoo.com.br.

■ 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) está inserida em um contexto político, econômico e social, em que as relações existentes entre educação e trabalho estão ligadas entre si.

O público dessa modalidade de ensino é composto por pessoas que por algum motivo, não conseguiram frequentar uma unidade escolar e, na atual conjuntura, o mundo do trabalho exige do trabalhador uma escolarização. Além disso, não é possível viver excluído do mundo onde a cultura letrada é que prevalece. Hoje, as pessoas procuram estudar também para se sentirem parte deste universo, onde o saber cultural e científico é imprescindível.

O histórico da EJA no Brasil inicia-se com a catequização dos indígenas e vai além da trajetória do próprio desenvolvimento da educação. Assim, em meados da década de 30, a educação de adultos começa a se consolidar em um sistema de educação elementar no país, devido às grandes transformações na sociedade brasileira. No contexto de EJA atual, se tem visto práticas inovadoras com a inserção da Economia Solidária no ambiente escolar. E talvez essa prática inovadora seja fator decisivo para resolver uma das preocupações mais questionadas dentro do ambiente escolar, principalmente da EJA, que é a evasão escolar. Neste sentido, têm sido feito inúmeros questionamentos, procurando encontrar as causas e as soluções para este problema.

Diante deste contexto, a pesquisa tem como objetivo identificar se a inserção da Economia Solidária na prática escolar no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Almira Amorim e Silva diminui a evasão escolar. A pesquisa surgiu da inquietação da pesquisadora sobre o grande número de alunos que se evadem desta escola a cada trimestre, uma vez que ela faz parte do quadro de funcionários da escola; e também pela necessidade em tentar compreender e problematizar essa temática.

A abordagem adota na pesquisa foi a qualitativa. Os instrumentos adotados para realizar a pesquisa foram: análise dos documentos da escola e entrevista com o corpo diretivo da escola e com os professores.

■ 2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

2.1 Educação de Jovens e Adultos no Brasil: contexto histórico

O processo de alfabetização no Brasil iniciou-se em 1525, quando os padres jesuítas começaram a ensinar aos povos indígenas o hábito da prática religiosa, através do catolicismo. Esse é o processo embrionário do ensino da alfabetização no Brasil.

Os jesuítas acreditavam que não seria possível doutrinar os índios sem que os mesmos tivessem conhecimento da leitura e da escrita. Até aqui, verifica-se a importância da alfabetização (catequização) na vida dos adultos para que as pessoas não-infantil, não só servissem para igreja, mas também para o trabalho. (SOUZA, 2007).

Após a expulsão dos jesuítas, ocorrida no século XVIII, o ensino estabelecido ficou desorganizado, com isso, veio à necessidade do Estado legislar sobre o ensino no Brasil. Assim, a constituição Imperial de 1824 reservava a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, mas a titularidade de cidadania era reservada somente às pessoas livres, saídas das elites que poderiam exercer funções ligadas à política e ao trabalho imperial.

No Brasil Império, houve a abertura de escolas no período noturno, para possibilitar o acesso dos alunos, porém era um ensino de pouca qualidade e de pouca duração, uma vez que nesse período, a educação escolar não deveria despertar no aluno a consciência crítica, já que isto poderia prejudicar o governo.

A educação básica de adultos, em 1930, era oferecida de modo gratuito e atendia setores sociais cada vez mais diversos. Nesse período, o governo federal estimulava o crescimento da educação, projetando diretrizes educacionais para todo o país. Nesse sentido, podemos dizer que a educação de adultos no Brasil é acompanhada de uma história que passou por grandes momentos de reflexões, tendo como idealização o ensino como um direito de todos (FREIRE, 2005).

A década de 40 foi um período significativo na Educação de Jovens e Adultos, pois ocorreram grandes mudanças políticas e pedagógicas, como a Regulação do Fundo Nacional do Ensino do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o surgimento das primeiras obras,

especificamente dedicadas ao ensino supletivo, lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Mas, segundo Gadotti (2003), “a educação de adultos estava sendo gerada como ampliação da escola formal, principalmente para zona rural - não sendo um ensino forçado - indo para escola as pessoas que almejavam vencer na vida”.

Com a finalização da ditadura de Vargas, em 1945, foi iniciada no Brasil uma grande transformação política, onde a sociedade passou por momentos de grandes crises. Houve momentos em que muitas críticas foram lançadas a cerca de adultos analfabetos, que por não saber ler nem escrever eram discriminados socialmente, levando muitas dessas pessoas a não acreditarem na busca de uma educação de qualidade. Mas a luta de muitos por uma educação de qualidade fez com que a Educação de Jovens e Adultos ganhasse destaque na sociedade.

No ano de 1947, através da campanha nacional do povo, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser reconhecida. Esta campanha buscava no primeiro momento, uma ação extensa que previa a alfabetização em três meses, para depois seguir uma etapa de ação, que era voltada para a capacitação profissional e para o desenvolvimento comunitário.

Em 1950, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos, tendo como “prioridade a educação de crianças e jovens, onde a educação ainda significa alteração em suas condições de vida” (SOUZA, 2007).

Durante o regime militar surge o MOBRAL³, que se expandiu por todo o território nacional, e ainda o surgimento de programas, como o Programa de Educação Total (PEI), que visava oportunizar a continuação do estudo pelos jovens, para os recém-analfabetos, bem como para os “chamados analfabetos funcionais - aquelas pessoas que não dominavam a leitura e a escrita” (RIBEIRO, 2001). Com a queda do regime militar, criou-se, então, a Fundação EDUCAR em substituição ao MOBRAL, que se perdurou até o ano de 1990, no governo Collor.

Nas décadas de 1980 e 1990, a educação, de forma geral, passou a ser tradicionalista, voltando-se para a busca de novas propostas de ensino, com intui-

3 Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”.

to de valorizar o aluno para um ensino de melhor qualidade. A década de 1990 não foi muito benéfica, pois faltaram políticas de governo apoiando à Educação de Adultos, chegando a contribuir para o fechamento da Fundação Educar, além de ocorrer um grande vazio político nessa modalidade educacional. Mas em compensação, alguns Estados e Municípios assumiram a responsabilidade de oferecer educação para os alunos da EJA.

No final de 1990 surge o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), no governo de Fernando Collor de Melo, tendo como finalidade a redução do índice de analfabetismo em 70% num período de cinco anos, mas o programa não durou nem um ano (MACHADO, 2005). Após 1997, os programas de alfabetização mais marcantes foram o Programa Alfabetização Solidária (PAS) e o Programa Brasil Alfabetizado, que contam com parcerias firmadas entre o governo e instituições públicas e privadas.

Em janeiro de 2003, foi anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do Governo Federal, criando, com isso, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, que tinha como meta erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula. Para cumprir essa meta foi lançado o programa Brasil Alfabetizado, em que o MEC contribuiria com os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que estes desenvolvessem ações de alfabetização.

2.2 O público alvo da Educação de Jovens e Adultos

As pessoas consideradas público alvo da Educação de Jovens e Adultos são aquelas que não tiveram acesso, por algum motivo, ao ensino regular na idade certa. Porém, são pessoas que têm um conhecimento adquirido pela vivência. Diante disso, o docente tem um papel fundamental no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA.

Atualmente, se tem percebido um aumento considerável no número de adolescentes que tem procurado essa modalidade de ensino. E isso vem ocorrendo devido a vários fatores, como: vulnerabilidade, trabalho, gravidez precoce, e até a facilidade que alguns encontram pelo fato de estarem competindo com pessoas mais velhas e que possui mais dificuldade no processo-aprendizagem.

Muitos desses alunos da EJA que voltam às salas de aula têm como expectativas recuperar o tempo perdido, nem sempre conseguem, por inúmeras adversidades que encontram no meio do percurso.

Com a mudança econômica, o crescimento social e o avanço tecnológico, as pessoas sentem-se na obrigação de procurar a escola na intenção de conseguir um emprego na cidade, manter-se atualizado, ou melhorar seu padrão de vida, pois, à medida que as pessoas vão ficando mais escolarizadas, o nível de vida melhora, e as mesmas ficam mais conscientes, críticas e exigentes. E, com isso, vão melhorar as condições de higiene, de alimentação, de saúde, de segurança e de satisfação pessoal. Enfim, a educação possibilita o desenvolvimento da sociedade. Segundo Fasheh (1999), “aprender a ler e a escrever pode ajudar uma pessoa a ser livre”.

Esse contexto faz com que as pessoas se sintam obrigadas a voltar à escola básica, como jovem, ou já depois de adultas, para aprender um pouco mais ou a fim de conseguir um diploma.

2.3 Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos

A evasão escolar no Brasil é um problema antigo e que vem crescendo cada vez mais e atingindo todos os níveis de ensino, principalmente a Educação de Jovens e Adultos. As causas dessa evasão são fatores sociais, políticos, culturais e pedagógicos.

A evasão escolar merece destaque, tendo em vista que é um problema nacional que prejudica principalmente as classes menos favorecidas, pois os jovens têm a necessidade de trabalhar para ajudar o sustento da família ou o seu próprio, ou ingressaram na criminalidade, no mundo das drogas e na violência. Por isso, cada vez mais vem crescendo o número de jovens que deixam a escola.

A evasão está associada a uma política imposta à força pelas elites, tendo um grande peso as intervenções do governo na mudança do sistema escolar, tudo isso está enraizado na história da educação. De acordo com Meneses:

A evasão escolar não está relacionada somente à escola, mas também à família, às políticas do governo e ao próprio aluno. Os conflitos familiares, a falta de qualidade do ensino e outros fatores também contribuem para a evasão escolar (MENESES, 2015, p. 01).

Neste contexto, os alunos deixam de acreditar que a escola possa contribuir para um futuro melhor, já que os conteúdos ministrados são precários, os valores não são formados e têm pouca preparação para o mundo do trabalho.

Há vários motivos que levam o aluno a deixar de frequentar a escola, entre eles estão: a necessidade de entrar no mercado de trabalho, a falta de interesse pela escola, dificuldades de aprendizado que podem acontecer no percurso escolar, doenças crônicas, deficiências no transporte escolar, falta de incentivo dos pais, mudanças de endereço e outros. Esses problemas podem ser minimizados com ações do poder público, mas também através de iniciativas dos próprios gestores escolares e suas equipes, que têm a responsabilidade de assegurar condições de ensino e aprendizagem aos seus alunos.

A evasão escolar não consiste em somente quando os alunos começam a estudar e depois não terminam, mas também quando os alunos se matriculam e não comparecem, o que contribui para aumentar o problema da distorção idade/série. A EJA no Brasil convive historicamente com um alto índice de evasão, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Dados (PNAD), em 2006, dos 8 milhões de alunos que se matricularam na EJA, apenas 42,7% chegaram a terminar o ano letivo. Segundo dados da PNAD de 2007, os motivos para este índice tão elevado estão relacionados a diversos fatores, como a impossibilidade em adequar os horários das aulas e o trabalho, até a metodologia, que não respeita as especificidades desses alunos.

Atualmente, não temos um culpado específico para a evasão, uma vez que surgem inúmeros fatores e atores envolvidos, direta e indiretamente nesse contexto. Diante do exposto, percebemos que a evasão escolar deve ser analisada através de muitos debates para enumerar as várias causas e as diversas soluções possíveis em diferentes vertentes. Assim, no presente artigo abordaremos a Economia Solidária como uma possibilidade para diminuir a evasão escolar no CEJA Almira Amorim e Silva.

■ 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária teve sua origem no século XIX a partir de muitas lutas de trabalhadores, sob a forma de cooperativismo, contra o avanço dominante do capitalismo industrial. No final do Século XX, ela ressurgiu como alternativa

dos trabalhadores frente às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

A Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem, aplicando a autogestão. Expandiu-se a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária, etc.

A criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária aconteceu a partir da articulação de vários fóruns locais e regionais. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e criadas novas organizações de abrangência nacional, em que os governos, municipais e estaduais, têm apoiado a economia com a criação de bancos do povo, além de capacitações e criação de centros populares de comercialização. Tudo isso com o intuito de promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária.

Em 2003, foi criado pelo governo federal, a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento com intuito de fortalecer e divulgar a Economia Solidária através de políticas conjuntas que visem o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

A implantação da Economia Solidária surge como impulso na efetivação da necessidade de implementar estratégias tidas como metas para fazer a interação entre o desenvolvimento local, em que se misturam a economia e a cultura, e relacioná-lo com o meio ambiente. Surge como alternativa às contradições do modo de produção capitalista, em especial a separação dos trabalhadores dos meios de produção e as consequências deste fato, como a submissão à exploração do trabalho assalariado, o desemprego, etc.

Mas o que tem direcionado a organização e gestão do trabalho nos empreendimentos populares e solidários é a autogestão, que significa a par-

ticipação de todos no processo de organização e produção do trabalho no empreendimento.

É necessário recuperar o saber acumulado dos trabalhadores, ressignificando os processos de trabalho que até então estavam nas mãos dos gerentes e, agora, sob outra ótica: a do trabalho coletivo, cooperado e solidário. Neste sentido, a autogestão pode ser um elemento fundamental na garantia total de autonomia nas decisões, como forma de organizar o trabalho sem patrões, tendo o controle da decisão, do planejamento e da execução.

■ 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido analisada nas últimas décadas, por estar relacionada diretamente ao trabalho, que é uma atividade fundamentalmente humana, relacionando, assim, as duas partes da existência humana, educação e trabalho.

Nesse sentido, a Economia Solidária (ECOSOL) está envolvida com a modalidade EJA no intuito de contribuir para a edificação de uma cultura do direito à educação no decorrer da vida, propagando informações, quebrando paradigmas, motivando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA.

A Economia Solidária é um projeto inovador no sentido de que é possível criar outra sociedade, no molde como nós desejamos. No entanto, não somos sonhadores para ficarmos meramente em discussão do que é bom - o que é da natureza humana. Se quisermos que esse programa tenha efetividade, precisamos conquistar as mentes e os corações dos nossos cidadãos, se não for de todos, que seja de muitos para que ela possa se transformar em prática (SINGER, 2002).

Quando ressaltamos os valores e princípios da Economia Solidária para sala de aula, estamos mudando ideias que entendem que a EJA é indispensável. Este conceito é causador de polêmicas, já que retira a visão da diversidade dos sujeitos de aprendizagem, buscando questionamentos que incomodam os educandos, tirando-os da zona de conforto.

Na Educação de Jovens e Adultos é preciso valorizar o conhecimento cultural e saberes do mundo desses sujeitos, incentivando-os a voltar à escola. E

a escola, ao oferecer um projeto educativo que esteja em consonância com a Economia Solidária, contribui para a qualificação cidadã de seus aprendizes, formando pessoas críticas, interventoras, autônomas e solidárias e que possam cumprir seu papel de transformar esse cenário globalizado.

Observa-se que na prática da Economia Solidária imposta pelo capitalismo nada existe de natural, pelo contrário, ela exige dos envolvidos a participação com um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição dos sujeitos.

Na visão de Paul Singer a Economia Solidária é mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social:

A construção da Economia Solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000 p. 138).

Para que se pratique Economia Solidária nos dias atuais, exige-se que as pessoas sejam reeducadas. Essa forma de reeducar deve ser coletiva e necessita de uma pedagogia que fale uma linguagem comum. A educação popular exige o senso comum, uma linguagem realizada pelas pessoas dentro de suas comunidades.

Neste sentido, Fischer (2002) afirma que “devemos colocar às necessidades humanas acima das necessidades do capital, preocupando-se com a produção e satisfação.” Nesse caso, a ação possibilita a geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho proporcionando a democratização da gestão de trabalho e do conhecimento sobre os segredos da produção, valorizando as relações de cooperação, distribuição de renda e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

A ECOSOL como suporte para a EJA procura fazer um elo para transformar a realidade dos alunos com mudanças inovadoras no modo de pensar e agir e

promovendo a interação entre educadores e discentes ganhando prestígio e força nos ambientes locais. Esses espaços constroem de maneira democrática práticas que tem como papel motivar as perspectivas de sustentabilidade social e ambiental para que tudo isso não se torne uma busca de sobrevivência.

■ 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1 Metodologia

Para a realização do presente trabalho optou-se em fazer pesquisa bibliográfica, considerada por Gil, (1991), “como aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”.

Para atingir o objetivo proposto, que é identificar as contribuições da Economia Solidária para diminuir a evasão escolar numa escola de EJA, fez-se, num primeiro momento, um levantamento bibliográfico para buscar teóricos que abordassem as temáticas: Educação de Jovens e Adultos, Evasão escolar, Economia Solidária, e a Economia Solidária no contexto da Educação de Jovens e Adultos.

Num segundo momento, foram analisados os relatórios de matrícula e evasão dos alunos no período de setembro a dezembro de 2014, referente ao 3º trimestre do ano de 2014 das turmas do 2º Segmento 2º Ano do Ensino Fundamental, para comparar o número de alunos evadidos da turma que realizou práticas de economia solidária em relação às turmas que não realizaram esta prática.

E o terceiro momento da pesquisa deu-se a partir da entrevista com a equipe gestora e uma professora da escola com intuito de alcançar os objetivos propostos.

A abordagem escolhida para a presente pesquisa foi a qualitativa, pois esta considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave e o processo e seu significado são os focos principais de abordagem (GIL, 1991).

5.2 O local da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no Centro de Educação de Jovens e Adultos Almira Amorim e Silva, que está em funcionamento desde 1985 no bairro Morada da Serra. Em 2008, passou a funcionar como Centro de EJA. Tendo a necessidade de um espaço maior, mudou-se em 2012 para outro prédio, situado na Rua 85, nº 36 do CPA III Setor I, também no bairro Morada da Serra.

O CEJA Almira Amorim conta atualmente com 86 funcionários, sendo 52 professores e 34 administrativos, sendo, destes, 54 contratos. Atende todas as modalidades da Educação de Jovens e Adultos, que vai da Alfabetização até o término do Ensino Médio. As séries são distribuídas em 1º Segmento 1º e 2º ano, 2º Segmento 1º e 2º Ano, estas referentes ao ensino fundamental. E no ensino médio, 1º e 2º ano. Todas as séries são ofertadas nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. A procura maior de matrícula é para o período noturno, mas sendo o período matutino também muito requisitado. O período matutino atende em sua maioria, jovens (entre 15 e 18 anos); já o período noturno é mais frequentado por pessoas acima de 25 anos.

A demanda no CEJA Almira é formada por alunos a partir dos 15 anos de idade, alunos deficientes (auditivos, visuais, mentais), haitianos, em medida socioeducativa, tendo, assim, uma grande diversidade. Esses alunos deixaram de frequentar a escola por motivos adversos, tendo seus direitos de acesso ao saber sistematizado negado em sua idade própria e, que hoje têm, através do Centro de Educação de Jovens e Adultos, a oportunidade de resgatar seus direitos de construir conhecimentos.

5.3 A amostra da pesquisa

As entrevistas foram realizadas com a diretora, coordenadora pedagógica e também com uma professora, as quais participaram no 3º trimestre de 2014 acompanhando a escola como um todo, e, nesse contexto, estão incluídas as turmas do 2º Segmento do 2º Ano do Ensino Fundamental (referente 8º e 9º ano). Essas turmas foram escolhidas para a realização deste trabalho, pois dentre estas turmas, está uma que trabalhou com práticas de Economia Solidária neste trimestre.

5.4 Resultados e discussões

A partir das análises feitas nos relatórios de matrícula e evasão dos alunos, no período de setembro a dezembro de 2014, referente ao 3º trimestre do ano de 2014 das turmas do 2º Segmento 2º Ano do Ensino Fundamental, observou-se que nas turmas onde não foram realizadas práticas de ECOSOL a evasão ficou acima de 45%, enquanto que na turma onde foram aplicadas as práticas, a evasão ficou em 27%.

A entrevista realizada junta ao corpo diretivo da escola e a professora teve os seguintes questionamentos: na sua visão, quais os motivos que levam os sujeitos da EJA dessa escola a se evadirem da sala de aula? O que fazer para reverter essa evasão? A ECOSOL tem diminuído a evasão escolar? Explique como.

Para a entrevistada 1, os motivos que levam a evasão são: falta de interesse do aluno; currículo que não atende à necessidade do aluno; metodologia adotada pelo professor; necessidade de trabalhar. Para reverter a evasão escolar na visão da entrevistada 1 deve ser feito alguns ajustes no ambiente escolar, como: organizar cronogramas de aulas ajustados a disponibilidade do aluno; criar uma estrutura para atender os filhos dos alunos; oferecer merenda de qualidade; incentivo para estudo.

Na visão da entrevistada 2, a evasão escolar está relacionada ao fracasso escolar, "escola não atrativa, situação social, desemprego, situações de riscos nos grupos de convivência, falta de segurança no entorno da escola, transporte escolar deficitário" (fala da entrevistada). Para reverter a evasão escolar a entrevistada 2 acredita que é necessário fazer parcerias público-privada para facilitar a inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho; deve ter mais rondas policiais no entorno da escola; melhoria do transporte coletivo, de modo que os horários dos ônibus sejam adequados ao horário de entrada e saída dos alunos.

Para a entrevistada 3, a evasão escolar acontece por diversos motivos, dentre eles: falta de estrutura; falta de qualificação dos docentes; falta de incentivo da família; baixa estima dos alunos; falta de recursos financeiros; problemas de saúde; atritos nos relacionamentos aluno x aluno, aluno x professor, aluno x funcionários. Para a entrevistada 3 algumas ações podem ajudar a diminuir a evasão escolar, tais como: a garantia de um currículo contextualizado, levando em consideração o mundo do trabalho e os saberes que os alunos trazem consigo; identificação do papel da educação na vida do indivíduo; oferta de uma

escola acolhedora, que apresente as condições necessárias para que este aluno sintasse motivado.

Em outro questionamento, foi levantado se a Economia Solidária pode contribuir para diminuir a evasão escolar e como isso ocorre. As respostas foram unânimes em concordar que sim, e apresentaram diversas sugestões de como isso pode ocorrer, tais como: oferecer oficinas que ensinem a fazer sabão, sabonete, panificação, resgatando a autoestima e propiciando ganhos que podem agregar valores financeiros ou até garantir o sustento da família; promover um ambiente saudável na comunidade, com união e preservação do meio-ambiente, propor uma nova forma de organização econômica, tendo como foco o ser humano e não apenas recursos financeiros.

Através da análise dos relatórios e da entrevista foi possível perceber que na escola CEJA Almira a Economia Solidária vem contribuindo na diminuição do número de evasão escolar.

■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o contexto social atual, uma escola que oferta Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária deve propiciar um ambiente construtivo, acolhedor, que contemple a autonomia, a participação solidária e a pesquisa, como mais um instrumento de aquisição de novos conhecimentos. Deve ser um espaço de práticas de relação entre os sujeitos, de produção de conhecimentos, de apropriação do saber sistematizado. Acima de tudo, deve ser um espaço de diálogo, discussão, compreensão e ação para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

Através da pesquisa foi possível perceber que o trabalho é realmente um dos motivos que levam os alunos a evadir da escola, bem como a ausência de um currículo contextualizado que leve em conta os saberes trazidos pelos alunos e a apresentação de conteúdos relevantes a sua vida. Isso vem de encontro aos motivos apresentados nas bibliografias estudadas onde o trabalho e a falta de interesse ocupam os dois maiores motivos que levam a evasão escolar, indo de encontro também com os dados do IBGE.

Também foi possível perceber por meio da pesquisa que a inclusão da Economia Solidária nas práticas da sala de aula trouxe uma diminuição na evasão,

pois melhorou a autoestima dos alunos; propiciou um ganho financeiro através da fabricação de produtos; e ainda agregou valores sociais, como socialização, solidariedade e preocupação com o meio ambiente, o que fez com que o aluno se interesse mais pelo espaço escolar e os saberes ali discutidos.

As causas da problemática da evasão escolar apresentadas na escola CEJA Almira nos permitem sugerir algumas mudanças que poderiam ser feitas para amenizar os problemas do abandono da escola e conter a evasão. Neste sentido, apontaríamos: a criação de cursos que capacitem o aluno na produção de produtos que agreguem valores, podendo desta forma o mesmo comercializá-los, ajudando na renda familiar, bem como fazer com que o aluno se interesse em gerir seu próprio negócio, melhorando sua qualidade de vida e almejando um futuro melhor; a adequação do currículo escolar ao público da EJA; cursos de formação de professores para atender esse público; solicitar junto à polícia que seja feita rondas nas proximidades da escola, principalmente no período noturno; criar espaços para que mães que tenham filhos e não tem com quem deixá-los, possam levá-los, entre outros.

Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária pode ser uma alternativa na luta pela diminuição da evasão, levando os alunos a se interessarem mais pelo espaço escolar e pela busca de saberes, já que propicia uma autonomia de saberes, um ganho financeiro e também a valorização do ser humano.

■ 7 REFERÊNCIAS

FASHEH, M. **Como erradicar o analfabetismo sem erradicar os analfabetos?** Tradução de Timothy Ireland. Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação nº26, p. 157-169. São Paulo. ANPED, 1999.

FISCHER. **Poderes Locais, desenvolvimento e gestão:** introdução a uma agenda. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo, 2005.

GADOTTI, M. **Educação de jovens e adultos:** um cenário possível para o Brasil. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

MACHADO, L. R. S. **Organização do currículo integrado:** desafios à elaboração e implementação. Reunião com gestores estaduais da educação profissional e do ensino médio. Brasília, 9 dez. 2005

MENESES, J.D. **A Problemática da Evasão Escolar e as Dificuldades da Escolarização.** Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evasao-escolar...da-escolarizacao-2761092.html>. Acesso em: 29 mar. 2015. portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm

_____. **PNAD 2006/2007.** Rio de Janeiro: IBGE.

RIBEIRO, V. M.. **Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil.** Disponível em: <<http://www.reescrevendoaeducacao.com.br/2006/pages.php?recid=28>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil.** São Paulo: Contexto.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos.** Curitiba: IBPEX, 2007

RAIMUNDA PEREIRA SOUZA¹ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS²

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de apresentar o trabalho pedagógico na educação de jovens e adultos, correlacionando com a economia solidária desenvolvida no Ceja Antônio Casagrande. É uma prática pedagógica, que instiga o estudante a buscar com segurança a condição de protagonista de sua própria história, através de descoberta ou redescoberta nas e com as experiências, a partir de um trabalho específico, realizado no Ceja todo início de período letivo. A metodologia utilizada neste trabalho foi a da pesquisa bibliográfica, assim como a da pesquisa-ação, em que juntamente com os sujeitos do Ceja Antonio Casagrande é construída uma proposta de aprendizado levando em conta os seus saberes e suas vivências, no sentido de que para a inserção social de milhões de jovens e adultos, há a condição primeira de uma escolarização básica obrigatória, pública gratuita e de qualidade, integrada ao trabalho, em uma ótica em que a construção de conhecimentos realizados, possibilitem ao estudante-trabalhador a condição de dirigente, e não a de dirigido.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Proposta Pedagógica da Problematização do Arco.

1 Raimunda Pereira Souza. Professora da Rede Estadual/MT, graduada em História – UNEMAT acadêmica do Curso de EJA E ECOSOL - E-mail: rpslua@gmail.com.

2 Antônio Marcos Passos de Mattos. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduado em Educação Física e Técnico em Desporto (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Pelotas - RS, Escola Superior de Educação Física – ESEF. Professor da Rede Estadual de Mato Grosso e do município de Cuiabá, Educador voluntário do Centro formação em Economia Solidária.

■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar os atores sociais da Educação de Jovens e Adultos - EJA, trabalhadores-estudantes, que formam e são formados ao longo da história, no seio das relações sociais de produção, marcados pela exclusão e pela 'marginalização' da maior parte da população. Buscamos evidenciar os eixos norteadores da modalidade EJA e os princípios da Economia Solidária, numa tentativa de estabelecer vínculos entre a educação e o trabalho, priorizando uma formação mais humana e comprometida com outra economia (que já acontece).

Os motivos pelos quais definimos por este tema foram: termos um conhecimento prévio das questões em foco através de práticas na sala de aula, convivência com alguns movimentos sociais, experiências de trabalho de Educação Popular e o próprio Curso da Especialização promovido pela UFMT, SEDUC e SECADI/MEC.

A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho³.

Este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. A Educação de Jovens e Adultos é um dos caminhos a ser considerado, para que o artigo da Constituição Federal seja cumprido e a maior parte da sociedade brasileira seja tratada com igualdade de direitos, antes negados. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (aprovada em 10/05/2000), a educação constitui um elo indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea.

Os sujeitos que constituem a educação de jovens e adultos são homens e mulheres, que sobrevivem, essencialmente, da força do seu próprio trabalho. Esses sujeitos estão sob o julgo das "demandas do processo de acumulação de capital sob as diferentes formas históricas de sociabilidade que assumir." (FRIGOTTO, 2003, p.30).

3 Conforme art.205. Retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional pelo Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Muitos dos sujeitos da EJA estão vivendo a condição de contratos temporários, ou na informalidade, e muitos outros compõem a faixa de desempregados deste país. A exigência de qualificação profissional é perversa, impõe a esses sujeitos a “culpa” de não conseguir uma colocação no mercado de trabalho por conta da falta de “qualificação”.

A exigência do mercado de trabalho, hoje, é a de que o funcionário possua o ensino médio ou o ensino fundamental completo ou até mesmo um curso de nível superior/especialização, para o qual o estudante somente terá acesso se concluir as etapas do ensino fundamental e médio. A escola passa a ter um papel de maior importância neste contexto, devido à formação da mão de obra para esse projeto societário, no sentido de conformar o trabalhador às novas configurações do mercado.

A educação para esses estudantes-trabalhadores significa a explicitação e a efetivação de um direito que lhes foi negado, seja por razão de distância, seja pela não oferta, por parte do poder público de escolas na idade apropriada. Outros até entraram, mas evadiram-se, uns por razões de sobrevivência, outros por não verem ali um sentido, um significado para si, o que sinaliza problemas em relação às condições internas desta oferta.

A Educação de Jovens e Adultos é uma reparação tardia do direito à educação, ou melhor, de sua negação a muitos segmentos da população, o qual foi uma constante ao longo da história deste país.

A EJA não é lugar de depósito de pessoas malsucedidas, ela tem uma identidade. O sujeito da EJA traz consigo uma leitura de mundo, que implica uma melhor aprendizagem das práticas relacionadas ao meio em que vive. Reconhecer este fato é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade que incorpore este estudante-trabalhador de maneira justa e igualitária, como o que é entendido por Freire (1997) na Educação de Jovens e Adultos, ou seja, de que é importante que o indivíduo seja visto e percebido como sujeito de sua aprendizagem, que a sua cultura seja valorizada e que exista, também, a apresentação de novas possibilidades.

Nas Orientações Curriculares de EJA/MT (2012), há uma atenção especial nessa discussão, a partir dos quatro eixos norteadores: o trabalho como princípio educativo, o direito de se aprender por toda a vida, ampliação das práticas de cidadania e a educação dialógica.

Amparado neste entendimento, o Ceja Antonio Casagrande desenvolve uma metodologia que é instrumento do educando e não apenas do educador e que identifica claramente o conteúdo de aprendizagem como processo de aprendizagem (BEISIEGEL, 2005).

Neste enfoque constata-se que a Economia Solidária se encontra interligada ao (des)envolvimento sustentável, visto que coloca o ser humano como sujeito das atividades econômicas e estabelece princípios de economia, de consumo consciente e ético.

A Economia Solidária junto a Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para a emancipação dos sujeitos, como, por exemplo, estudantes que vivem de subemprego, que estão desempregados, que subsistem do trabalho informal ou assolados pelo individualismo, egoísmo e consumismo.

■ 2 CONTEXTUALIZANDO EDUCAÇÃO

A história da educação brasileira é constituída de várias facetas, as quais são possíveis serem observadas. Marcas próprias, que identificam a época em que foram construídas. Uma dessas facetas, sem dúvida, reporta-se ao Brasil Colônia, com a educação a cargo da Companhia de Jesus, a tão conhecida educação jesuítica. E não é sem razão que é quase impossível se pensar uma história da educação brasileira sem colônia e colônia sem a Companhia de Jesus (considerada um Estado dentro do Estado português).

Estudar a educação brasileira, no seu primeiro século de colonização implica, sem sombra de dúvidas, em compreender a realidade da época do ponto de vista cultural, econômico, político e religioso. Para isso, se faz necessário ir às fontes que retratem de modo mais fiel possível aquele contexto social.

Um problema que se enfrenta, neste tipo de estudo histórico, é o das fontes de pesquisa. As fontes de primeira mão são poucas, porque, nesse período, as pessoas que se dedicavam a escrever eram os jesuítas ou tinham sido seus estudantes ou, mesmo os que não fossem, teriam sido influenciados por eles.

Não existia, na época, uma literatura propriamente brasileira, porque as obras eram escritas por portugueses, editadas em Portugal e lidas, em sua grande maioria, por portugueses que habitavam na colônia ou mamelucos alfabetizados pelos jesuítas.

Os autores descreviam o Brasil, com suas várias regiões, com sua organização social, os costumes, a religiosidade ou não, de sua população, as maravilhas da nova terra, etc., sendo, entre outros, os escritos desses autores que serviram de matéria prima para os estudos que realizaram.

Seguindo a referida discussão, percebe-se que no decorrer da formação do Brasil não existiam políticas voltadas para a educação em nenhuma especificidade ou modalidade, muito menos que atendesse o público de jovens e adultos. Tais políticas deveriam atender ou virem ao encontro, principalmente, aos processos de escolarização.

É importante dizer que o reconhecimento e a conquista para uma definição, de fato, são bem recentes, no que diz respeito a essa modalidade da educação, enquanto política pública, que possa garantir o acesso contínuo no processo a ser percorrido, desde as suas fases iniciais até as finais.

Dessa forma, no final do século XIX e início do século XX, num contexto de emergente desenvolvimento urbano industrial e sob forte influência da cultura europeia, são aprovados projetos de leis que enfatizam a obrigatoriedade da educação de adultos, objetivando aumentar o contingente eleitoral, principalmente no primeiro período republicano, e para atender aos interesses das elites.

Então, a escolarização passa a se tornar critério de ascensão social, referendada pela Lei Saraiva de 1882, incorporada, posteriormente, à Constituição Federal de 1891, em que se inviabilizará o voto ao analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que dominassem as técnicas de leitura e escrita.

■ 3 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Há anos que a Educação de jovens e adultos busca a escolarização com mais dignidade, com direitos, valorização e efetivo exercício da cidadania. A questão é a implantação de políticas que sejam pertinentes. Constatamos ações do estado após a elaboração de resoluções, que dão legitimidade a educação de jovens e adultos.

Por um longo período da história brasileira, a educação ficou relegada a um segundo plano, e recebendo a devida atenção somente quando serviu aos interesses políticos dos governantes, como vimos antes.

A educação de adultos se define no cenário da política educacional brasileira a partir da década de 1940, através da criação do Serviço de educação de Adultos e do desenvolvimento da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1997. Embora não tenha obtido sucesso, sendo extinta antes do final da década de 1950, a campanha fomentou a discussão teórica em torno da educação de adultos e do analfabetismo e suas consequências psicossociais, conforme assinala a Ação Educativa (1997).

É na década de 1960, no entanto, que ocorre a produção de um paradigma pedagógico próprio à educação de adultos, com o trabalho de Paulo Freire, que desenvolve uma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos.

A proposta de Freire se assenta nos princípios da educação popular, da qual ele foi um dos grandes inspiradores. Entre as dimensões fundamentais desse paradigma, cabe destacar a compreensão da educação como um ato político, como um ato de conhecimento e não como simples transferência de conhecimento. Como um ato dialógico no descobrimento rigoroso da razão de ser das coisas, segundo a noção de uma ciência aberta às demandas populares, destacando-se a importância do planejamento participativo e comunitário.

Contudo, o golpe militar aborta todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira, sob o pretexto de que as propostas eram “comunistas e subversivas”.

Surge, então, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que incorpora alguns dos métodos de Paulo Freire. Foi um projeto do governo militar brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967 a 1985, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, que abandonaram a escola, visando a pessoa a adquirir a leitura, escrita e cálculo, como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida na sociedade.

Criado e mantido pelo regime militar, durante anos, jovens e adultos frequentaram as aulas do Mobral, cujo objetivo era proporcionar alfabetização e letramento a pessoas acima da idade escolar convencional.

Porém, a recessão econômica iniciada nos anos 1980 inviabilizou a continuidade do Mobral, que demandava altos recursos. Aliada à recessão, acrescia-se o momento de redemocratização do País, considerando a alfabetização alienada que o Mobral promovia, contrária ao que o método de Freire se propunha realizar. A oferta carecia de outra face.

Em 1985, o Mobral foi extinto e criou-se o Projeto Fundação Educar. Essa fundação vigorou de 1985 a 1990, como substituto do Mobral, que recebeu apoio financeiro do MEC e maior apoio do governo e de organizações não governamentais.

A EJA, que perdura até os dias de hoje, é vista como uma forma de alfabetizar aquele que não teve a oportunidade de estudar na infância ou aqueles que por um motivo qualquer tiveram que abandonar a escola.

Hoje, se faz necessário a capacitação continuada em todas as fases da vida e não somente durante a infância e a juventude.

O público de maior número das escolas que ofertam a EJA são, fundamentalmente, jovens e adultos com uma faixa etária em média de 25 anos, tendo estudantes também de 15 anos e acima de 65 anos.

A diversidade de público não fica restrita somente a trabalhadores, que procuram uma formação para inserção no mercado de trabalho. Muitos retornam ao banco escolar em busca de cidadania, para adquirirem conhecimento e poder realizar atividades básicas e corriqueiras, como aqueles que possuem uma educação formal. Entre as atividades pretendidas estão as de fazer a leitura da bíblia, jornais, conta de energia, de água, bula de remédio. Também com vistas a utilizar os serviços de bancos, de correios, de qualquer outro estabelecimento comercial, sem a ajuda de terceiros.

E, ainda, o retorno à escola, muitas vezes, acontece pelo desejo de acompanhar melhor a dinâmica da evolução do mundo e o que nele existe, compreendendo realmente a maneira como acontece todo o processo educativo, dentro e fora do ambiente escolar e também em sua casa, no sindicato, na igreja, no mercado. A participação nestes ambientes carece de uma compreensão para os temas tratados, possibilitando, assim, aos estudantes participarem de forma significativa dos assuntos discutidos, ou em outras palavras, é o envolvimento com o conhecimento em todos os gêneros e níveis.

O Estado, através do decreto nº 1.123 de 28 de janeiro de 2008, implanta para EJA, os Centros de Educação de Jovens e Adultos – os Cejas, uma escola que atende esse público de forma diferenciada, que compreende a educação formal e informal integrada ao mundo do trabalho.

Os Cejas se organizam através de matrículas trimestrais, ofertadas por área do conhecimento, carga horária etapa (disciplinas) e exame online, para aqueles que não têm condições de frequentar as salas de aula, pois não conseguem conciliar os tempos de trabalho e de estudo. Toda oferta atende o que está disposto na legislação vigente LDB/9394/96, LC 049/98, 050/98 e 7040/98, Res.01/2000 CNE/CEB e Res.180/2000 CEE/MT e regras de funcionamento do Ceja, conhecidas como Regras de Organização Pedagógicas – ROPs.

■ 4 A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como já vimos, a história da EJA no Brasil nasceu do compromisso estabelecido entre a alfabetização e a educação popular.

Desse modo, a educação popular é entendida como uma educação para o povo, onde o governo, na década de 40, busca a formação da classe trabalhadora, através de diversos programas e campanhas de alfabetização e formação supletiva e técnica, impulsionada por uma ideia desenvolvimentista.

Esses programas tinham a preocupação de ensinar o “mínimo necessário” e rapidamente aos trabalhadores, a fim de estabelecer melhores condições materiais de vida nas comunidades mais “pobres”.

Neste cenário, a educação freiriana muito contribuiu para construção do conceito de Educação Popular. A principal contribuição é que o seu pensamento nasce da prática.

Para Paulo Freire a Educação Popular é prática dialógica e conscientização libertadora. É práxis transformadora! O educador popular se constitui não apenas por sua formação teórica, mas, principalmente, por suas práxis transformadoras (FREIRE, 1969).

A contribuição da Educação de Jovens e Adultos na formação do jovem e/ou adulto na formação em economia solidária está na busca de levar o aluno a ser um cidadão mais autônomo, com conhecimento mais técnico e social, combinando momentos de formação presenciais e formais, com momentos e vivência e práticas (oficinas).

Para isso, a escola tem que estar preparada, porque as necessidades com relação ao estudo, não são as mesmas nesse novo modelo de espaço e de mundo. Por-

tanto, com o aluno da EJA, é preciso ir além do aprender a ler escrever e fazer contas, pois o sujeito dessa modalidade, em sua maioria, faz parte de um grupo de pessoas que ao longo da vida, teve interrupção no itinerário da escolaridade formal. Essas interrupções podem ter sido ocasionadas por diversas circunstâncias, seja porque constituiu família e porque, entre estudar e trabalhar, foi necessário fazer a opção pelo trabalho, haja vista, que é através do trabalho que esse trabalhador-estudante, supre as suas necessidades econômicas imediatas e/ou de sua família.

Com o passar dos anos, o mercado de trabalho se tornou mais exigente com relação aos recursos humanos. Exige mão de obra qualificada, domínio das tecnologias tanto no ambiente de trabalho quanto fora dele e um trabalhador mais autônomo nas tomadas de decisões. Então, os atores sociais (trabalhadores-estudantes) atuantes nessas frentes, sentem a necessidade de retornarem à sala de aula e, dessa vez, não são mais estudantes passivos, no sentido de somente receber o aprendizado, mas são pessoas com anseios e necessidades diversas.

Hoje, ao retornarem à sala de aula, querem um ensino-aprendizagem significativo, que tenha sentido com o seu mundo externo e vice-versa, que seja mais atrativo, que lhes dê oportunidade de acesso aos bens socioculturais e financeiros, pois não basta mais saber fazer o que já fazem tão bem em seu cotidiano, que é a mão de obra sem especialidade.

O trabalhador-estudante já descobriu que muitas empresas remuneram melhor o trabalhador, de acordo com o grau escolaridade que possui, podendo até ser promovido.

Segundo Paiva (2004):

A organização do mundo produtivo, sem dúvida, vem mudando aceleradamente a cada dia. A conformação que temos hoje dos espaços de trabalho talvez fosse inimaginável há alguns anos. Se é fato que os sujeitos da EJA são potenciais trabalhadores, não é inteiramente correto afirmar que são trabalhadores. Tanto a expectativa de trabalho conforma o seu estar no mundo, quanto à relação que desenvolvem com o mundo do trabalho formal assume um novo conceito sobre o que é ser trabalhador. Para a lógica da EJA, essa condição é fundamental, pois é ela que pode definir caminhos teórico-metodológicos na escolha dos projetos, dos horários de curso, dos currículos a serem desenvolvidos.

Hoje, a EJA já não se constitui apenas de estudantes adultos. Amplia-se a cada ano o número de jovens na modalidade, o que conduz os seus profissionais a pensar propostas variadas de ensino, para atender as necessidades desses jovens, de aprender por toda a vida.

Parafraseando Paulo Freire, a educação de jovens e adultos deve assumir um caráter libertador, oferecendo ao educando ferramentas para refletir sobre a sociedade na qual está inserido. Hoje, mais que nunca, a educação e a aprendizagem dos adultos constituem a chave indispensável para liberar as forças criativas das pessoas, dos movimentos sociais e das nações, pois o mundo contemporâneo exige um aprender continuamente. A escola, neste sentido, assume a missão de (re)significar e valorizar o saber popular, dispensando ao jovem e adultos a atenção necessária e um tratamento específico, no plano pedagógico.

A Economia Solidária é uma forma diferente de (des)envolvimento⁴, destinado a promover pessoas e coletividades sociais, como sujeitos dos meios de produzir, distribuir, vender, comprar, trocar, consumir, poupar e financiar. Segundo Singer (2002), ela está caracterizada por práticas fundadas em relações de cooperação e solidariedade, inspiradas por valores culturais em vez da acumulação privada de riquezas.

A Economia Solidária surge de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento, que produz riquezas, gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Igualmente, as dimensões culturais, étnicas e ecológicas no qual a produção, a distribuição e a preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de emancipação. (SINGER, 2003, p.31).

Esta nova economia privilegia a autogestão, a valorização do trabalho humano, comunitário, a justiça social e o cuidado com a vida. Não tem patrão e nem empregado, todos são responsáveis pela produção, comercialização e pela troca. Um jeito humanizado de produzir, mais justo, voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra. Um jeito onde os valores da cooperação e da solidariedade, são de grande importância.

4 Segundo Boff (1999) “somos a própria Terra que, em seu processo de evolução, avançou, por meio do ser humano, a capacidade de sentir, de pensar, de amar e de preocupar-se consigo mesma”.

A economia solidária é o contraponto à ordem econômica e social vigente, que explora as pessoas dentro da relação capitalista de trabalho, transformando todas as relações em recursos e monitorizando, até mesmo, a natureza.

Segundo o Atlas da Economia Solidária do Brasil, elaborada pelo SENAES⁵, a Economia Solidária é definida como:

[...] uma forma de produção e distribuição de riquezas centrada na valorização do ser humano, e não no capital de base associativista e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, de modo auto gestor, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. (MTE,2006).

Como política pública, a Economia Solidária pode ser entendida como uma estratégia de reversão do contexto de crescente pobreza, exclusão socioeconômica e cultural e precarização do trabalho, sustentada em modos participativo, coletivos de geração de trabalho e renda associativa e solidária.

É uma organização sem qualquer tipo de exploração do outro, sem querer levar vantagem e tampouco agredir o meio ambiente. O que existe é cooperação, autogestão, colaboração e planejamento. É a união de todos por um fortalecimento firme e coeso.

Nesse novo jeito, a organização e o funcionamento da economia solidária são fundamentais, porque todos os associados não só trabalham de forma solidária, mas buscam outra qualidade de vida e de consumo, e isso requer cooperação, planejamento, criatividade entre os cidadãos que moram nos centros urbanos e os que moram na periferia do mundo.

Durante as aulas do Curso de Especialização *Latu Sensu* em EJA e Economia Solidária, foi possível perceber diversas possibilidades para pensarmos e repensarmos, cada vez com mais embasamento teórico metodológico, a nossa proposta de educação para jovens e adultos, intrinsecamente ligada ao trabalho solidário. A escolarização sem o trabalho e a organização coletiva e solidária não tem sentido ou razão de ser.

5 A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES - foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, fruto da proposição da sociedade civil e da decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Desta forma, podemos ver na Economia solidária possibilidades como: alternativa para o desemprego; retorno à vida comunal; estratégia de desenvolvimento (local); e uma outra maneira de estar no mundo.

Nessa perspectiva, é muito importante destacar os princípios da Economia Solidária, até porque são eles e por eles que é organizado o trabalho de um modo geral, baseado na solidariedade, como um projeto de transformação e aperfeiçoamento de outra economia, que já acontece, como:

Autogestão (relação com o outro); praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER apud CATTANI, 2003, p.26). É um aprender fazer, fazendo acontecer. Os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, suas decisões próprias de forma coletiva e participativa. **Cooperação**: existência de interesses e objetivos comuns, (SINGER, 2003) a união dos esforços e capacidades, competências e princípios, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária, envolvendo diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias, associações comunitárias e/ou grupos de produção, redes de produção, comercialização e consumo grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.), clubes de trocas e outros (reação com a necessidade. Existe também no capitalismo). **Dimensão econômica**: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos e a viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. É onde a emancipação dos sujeitos e o exercício da democracia dão sentido, tem valor coletivo. A sócio economia solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas. O trabalho coletivo não fica mais subordinado ao capital, está centrado por princípios como fundamento educativo organizador da coletividade, isto é: “o trabalho é um processo social que é emancipador”

(SINGER apud CATTANI, 2003, p. 28). **Solidariedade:** o caráter de solidariedade nos empreendimentos em diferentes dimensões, na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam ao envolvimento e melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um ambiente saudável, nas relações que se estabelecem com a comunidade local, na valorização da diversidade do saber local, na participação ativa dos processos formativos, na organizacionais, no vínculo com outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores. (SINGER apud CATTANI, 2003, p. 28).

Tendo em vista que a Economia Solidária está organizada em Cooperativas e Associações, observa-se que há necessidade dos seus participantes buscarem formação voltada para o desenvolvimento sustentável, por meio do conhecimento de autogestão.

A autogestão ou organização autogestionária é, também, uma reinvenção que nasce dentro do trabalho cooperado. Trata-se de um novo modelo de gerir e conduzir da melhor maneira suas vidas e de suas famílias, sem serem escravos do capitalismo, em todos os sentidos da palavra e das ações advindas do mesmo.

Ao pensar numa nova lógica de economia e desenvolvimento humano, há que se considerar a educação como base da formação dos sujeitos sociais, como afirma Sequeiros (2006).

A escola é o espaço, por excelência, da aprendizagem, da cidadania e não só do que está legitimado como saber pela classe dominante. "Todo o ato educativo tem uma intencionalidade política, que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte uma opção política, por um protótipo de ser humano." (ARROYO, 2008).

A Educação inserida no contexto da Economia Solidária é uma possibilidade de unir a teoria com a prática e vislumbrar a construção de novos sujeitos e sonhar com mudanças na sociedade. A Educação pode intervir na redução dos problemas presentes nas relações de trabalho, superando o individualismo, por valores de cooperação e construindo projeto político alternativo da economia.

■ 5 CEJA ANTONIO CASAGRANDE

O Ceja Antonio Casagrande está localizado a Rua Neftes, nº1000-E, no Jardim do Sul, em Tangará da Serra – MT, e oferece a Educação de Jovens e Adultos, que é uma modalidade de educação básica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9394/96 e da Lei Complementar nº 49/98 – MT. Está regulamentada pela resolução nº 03/2010 CNE/CEB e pelo Parecer nº 11/2000 CNE/CEB. A partir dessas referências legais, o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso normatizou essa modalidade, através da Resolução nº 180/2000.

Considerando a função da EJA, de ser uma escola reparadora, concedendo ao aluno o direito de estudar em uma escola de qualidade, de ser qualificadora, oferecendo novas oportunidades ao indivíduo, direcionando-o ao mundo do trabalho e na vida social e de ser equalizadora, com uma educação que permite o desenvolvimento de todo o potencial do estudante, é que se justifica reconhecer as especificidades dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos e dos diferentes tempos e espaços formativos.

O Ceja Antônio Casagrande, assim como os demais Centros, ofertam aos estudantes, matrículas organizadas trimestralmente, para o segundo segmento e ensino médio e matrícula anual para o primeiro segmento, bem como no ensino dos cursos profissionalizantes.

Nesta forma de oferta, a disposição da carga horária é a seguinte: aulas em sala, denominadas de turma de origem (TO), complementando a aprendizagem. De uma maneira diferenciada, são oferecidas as oficinas pedagógicas, os plantões para o acompanhamento das dificuldades pontuais e individuais e, ainda, a socialização com a comunidade escolar, numa culminância das atividades aos sábados, denominados sábados culturais.

O Ceja Antonio Casagrande, no seu Projeto Político Pedagógico - PPP, entende que atender os estudantes, que de alguma maneira foram excluídos ou impossibilitados do acesso à escola, é reconhecer o outro e, assim, conviver e compartilhar com suas diferenças. Por esse motivo, se torna inclusivo. Pensar os sujeitos da EJA é trabalhar com e na diversidade. É um espaço de aprendizado onde o estudante é o sujeito da história.

Além do público diversificado, o Ceja atende a estudantes com deficiências, fazendo um acompanhamento pontual e periódico na Sala de Recursos Multifuncionais, com atividades diferenciadas e acompanhadas por professora psicopedagoga. Considerando esse atendimento especial, o Ceja recebe estudantes oriundos da Associação de Pais e Estudantes Especiais (APAÉ), de Tangará da Serra.

No ano de 2014, o Centro matriculou quarenta e dois (42) estudantes com laudos com algum tipo de necessidade especial. Já no ano de 2015, até o momento, cinquenta (50) estudantes com laudo estão matriculados e sendo atendidos no Ceja. Esses estudantes, uma vez matriculados, recebem atendimento especial na Sala de Recursos, que está organizada e equipada com materiais didáticos para cada necessidade desses estudantes.

Tabela 1 – Matrículas no CEJA

MATRICULAS NO Ceja					
Ano	Total de Estudantes		Desistentes	Estudantes PNE	Desistentes
20	1	1300	367	42	0
20	1	1500	300	50	0

Fonte: Ceja Antonio Casagrande

Os dados coletados se referem somente ao ano de 2014 e ao início de 2015, pois foi somente a partir do ano de 2014 que se implantou a Sala de Recurso Multifuncional, quando a escola passou a receber estudantes com deficiências.

Como se pode ver na tabela 1, o número de desistência entre estudantes, em geral, é elevado. Isso se deve à transitoriedade dos estudantes-trabalhadores, que desistem de estudar por causa de trabalho e outros motivos, parte significativa deles, ligados à questão econômica.

A tabela referida mostra que isso não acontece com estudantes com deficiências, pois até o momento não há registros de aluno PNE desistente.

5.1. A pedagogia do Ceja Antonio Casagrande

A proposta pedagógica utilizada pelo Ceja Antonio Casagrande se pauta no método do arco, de Charles Marguerz, que se constitui de cinco etapas: observação da realidade, definição do problema, pontos-chave, teorização, hipóteses de

solução e aplicação à realidade, nos pressupostos teóricos de Paulo Freire, surgindo a teoria da problematização, em que os conteúdos programáticos são construídos a partir de temas geradores, a partir da definição do problema.

É levado em conta, que estes sujeitos trazem ao longo de suas vidas, saberes acumulados por experiências vividas no seu cotidiano. Então, é a partir da implantação desta forma de oferta diferenciada, que se busca, com a equipe pedagógica, formada por coordenadores e educadores, uma metodologia que atenda a esses estudantes.

Conforme enfoca Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia*:

Não há docência sem deiscência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina, aprende ao ensinar, e quem aprende, ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. (FREIRE, 2008, p.23).

Percebe-se que na prática pedagógica do educador, o aprender faz parte constante na construção do conhecimento, pois neste momento ele passa a ser o mediador ou um “educador problematizador” e, como diz Freire (2008, p.22), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua produção ou construção”.

Assim sendo, o educando é o sujeito ativo nesse processo.

Para se iniciar este estudo, o primeiro passo é realizar um diagnóstico sócio antropológico (pesquisa-questionário), realizado em todo início de trimestre, uma vez que o trimestre corresponde a um ano letivo⁶, que permite diagnosticar diversas situações da vida dos estudantes. É possível saber, por exemplo, se o aluno está empregado e trabalhando; qual a renda desse aluno; em quais meios de comunicação ele busca as informações e o conhecimento, entre outras.

O questionário sócio antropológico que apresentamos abaixo, no intuito de demonstrar como é trabalhada a proposta pedagógica da escola, foi realizado com uma turma de vinte e oito estudantes do período noturno.

⁶ A proposta majoritária e diferenciada do Ceja se orienta por sua organização trimestral e por área de conhecimento. Cada trimestre corresponde a oferta de uma área, onde se condensa toda as cargas horárias das disciplinas. Por exemplo, se o estudante está fazendo a área de humanas ele terá durante o trimestre apenas aulas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

A primeira pergunta se refere ao trabalho. Foi perguntado ao aluno se ele *trabalha e está empregado*:

1. Está empregado?

Sim	22	78,5%
Não	5	17,9%
Não respondeu	1	3,6%
Total	28	100,0%

O demonstrativo nos permite aferir que a maioria dos estudantes do Centro trabalha no período diurno, o que também prejudica solicitar um número maior de leituras e atividades extras, uma vez que tendo que trabalhar o dia todo, o aluno chega ao centro já bastante cansado e solicitar ao mesmo que desenvolva atividades extras, sobrecarregaria mais ainda o nosso estudante-trabalhador.

Desta forma, é importante a forma como vão ser administradas as aulas de conteúdo teórico que necessitam de atividades extras.

A segunda pergunta se refere à renda. Foi colocada uma questão nos seguintes termos: *Tendo por base o salário mínimo, qual seu rendimento mensal?*

2. Tendo por base o salário mínimo, qual seu rendimento mensal?

1 ou menos Salário mínimo	7	25,0%
2 Salários mínimos	16	57,0%
3 ou mais Salário mínimo	5	18,0%
Total	28	100,0%

De acordo com a exposição, podemos inferir que a renda mensal dos estudantes do Ceja é baixa, visto que 56% ganham dois salários mínimos. Portanto, trata-se de um estudante privado de muitas atividades de lazer, que demanda despesas financeiras, como cinema, teatro ou até mesmo aquisição de livros para seu enriquecimento cultural.

E a terceira e última pergunta extraída do questionário para análise refere-se a quais meios de comunicação ele busca as informações que ampliarão, ainda mais, os seus conhecimentos.

3. Qual é sua principal fonte de informação dos acontecimentos atuais?

Telejornal	12	43%
Internet	9	32%
Outras	7	7%
Total	28	100,0%

Observa-se pelas respostas dadas pelos estudantes que a televisão tem grande peso na vida deles. Ao se referir à busca de informação e/ou conhecimento, nota-se que 43% responderam que buscam conhecimento ou informações através dos telejornais. Uma situação que preocupa um grande número de educadores do Centro, uma vez que a televisão tem um papel informativo bastante direcionado. Também a internet tem grande influência na busca das informações, porque 32% responderam que procuram informação e conhecimento através da internet, mas nas atividades ligadas à pesquisa de informação ou localização de dados, percebe-se que muitos não conseguem acessar sites de informação. Somente 7% procuram outros meios para chegar às informações que necessitam.

Como vimos, o questionário sócio antropológico é de suma importância, pois é através dele que todos os professores do Ceja direcionam seus planejamentos, ou ementas de trabalho. São informações ímpares para toda a equipe pedagógica. Essa preocupação e dedicação são para que possa possibilitar um atendimento de qualidade aos estudantes da EJA do Centro de Educação de Jovens e Adultos Antonio Casagrande.

A partir dessa proposta pedagógica, após os resultados trazidos pelos diagnósticos, são dadas atividades de leituras, discussões, palestras e realizadas oficinas pedagógicas, organizadas através de um calendário que permite, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das atividades teóricas e práticas com ênfase à economia solidária, dentro do próprio contexto das aulas através da interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento. Dentro das atividades práticas as visitas a empreendimentos solidários, entre eles, o realizado pelo grupo Mandala Viva.

O Mandala Viva se organiza na comunidade de Progresso, distrito de Tangara da Serra, e trabalha com confecção e criatividade vários tipos de artesa-

natos. É formado por (quinze) 15 mulheres que produzem de acordo com suas habilidades produtos que variam com o gosto e a preferência específica de cada uma delas.

As associadas têm plena convicção do que querem, porque são elas as “donas dos seus próprios destinos”, ou seria de seus próprios negócios. São conscientes do que estão fazendo e como estão fazendo, diferentemente de quando eram comandadas por patrões, que só lhes interessavam os resultados finais do trabalho. No caso das artesãs do grupo Mandala Viva, não seria diferente. Ali, elas são gestoras ou autogestionárias no seu sentido literal da palavra, compreendendo e vivenciando essa prática, que dispensa a interferência estatal, com a administração e gerenciamento, baseados na democracia e na igualdade de direitos e responsabilidades.

A Economia Solidária junto à Educação de Jovens e Adultos pode contribuir para emancipação dos sujeitos, como, por exemplo, de estudantes que vivem de subemprego, que estão desempregados ou daqueles que subsistem do trabalho informal ou assolados pelo individualismo, egoísmo e consumismo.

■ 6 CONCLUSÃO

Considerando os esforços efetuados por todos os profissionais do Ceja Antonio Casagrande, na medida do possível, têm conseguido trabalhar de maneira que responda ou procure entender os estudantes de EJA do *Centro*.

Conforme mencionados do decorrer desse artigo, todos os esforços são empreendidos procurando dar oportunidade, para que os estudantes continuem buscando e conquistando seus espaços com mais segurança, sabendo realmente a direção a seguir, como e por que seguir.

As experiências de vida pessoal dos estudantes levadas para a escola podem ser convertidas em atividades, que vão ao encontro das novas alternativas pensadas, analisadas e realizadas, concretamente, na prática para o trabalho solidário, onde cada um e todos se beneficiam com a formação e multiplicam a formação para suas organizações em pequenos grupos de trabalho, buscando sempre mais qualidade vida e vida digna de cidadãos comprometidos e responsáveis para com a reconstrução da história.

■ 7 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: BARBOSA, Inês; PAIVA, Jane (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. Alfabetização e Cidadania. São Paulo: RAAB, n.11, abr. 2008.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@** - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

BEISEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Liber Livro, 2005.

BOFF, L. Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela Terra. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

_____. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jul. 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-200/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 03 jun. 2015.

_____. Conselho Nacional da Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer n.11, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. **Diário Oficial da União**, 9 de jun.2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br?secad.arquivo/pdf/eja/legislação/parecer_11_2000.pdf>

_____. **Normatização da Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino**. Parecer n. 93, 2000.

CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Versão digitalizada.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógicas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009 (Edição popular). <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/.pdf>. Acessado em: 6 jun. 2015.

MATTOS, Antônio Marcos. **Passos de Universidade Popular Comunitária: é possível uma outra educação** – Dissertação de Mestrado Antônio Marcos Passos de Mattos. Cuiabá: UFMT/IE, 2008.

SEDUC. **Orientações Curriculares Estadual para Educação de Jovens e Adultos**. MT, 2012.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: continuar... e aprender por toda a vida**. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Acesso em: 28 ago. 2014.

SANTOS, Josivaldo Constantino. **Série Sociedade Solidária**. Vol. 2. Cáceres- MT: editora UNEMAT, 2006.

SEQUEIROS, Leonardo. **Educar para a Solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado**. Petrópolis: Vozes, 2004. <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução portuguesa. Rio Tinto Edições ASA, 1996. www.unesco.org/education/pdf/15_62.pdf. Acesso em: 16 fev. 2015.

VENTURA, Flávio. **Por uma economia solidária na educação de jovens e adultos**. A lógica para a transformação, 2011. <http://sites.unifra.br/thaumazein>. Acesso em: 02 fev. 2015.

ZART, Laudemir Luiz. Dimensões Formativas para a construção de Práticas Sociais Relativas ao Cooperativismo Solidário. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e Sócio-Economia Solidária: interação universidade e movimentos sociais**.

REGINA CÉLIA DE MENEZES¹

Resumo: O estudo procura, a partir da Educação de Jovens e adultos, analisar compreensivamente o perfil dos alunos do EJA pertencentes ao CEJA Professora Almira Amorim e Silva, localizada na região da Morada da Serra no CPA III em Cuiabá, MT. A ideia que se procura fundamentar no decorrer deste artigo é a que a Educação de Jovens e Adultos em articulação com a Economia Solidária agrega o contexto da formação integral como uma possibilidade de formação humanista, crítica e cidadã, capaz de superar as muitas formas de adversidades impostas pela vida de homens e mulheres defasados em idade série que buscam a escola como uma possibilidade de ressignificação de vidas. A pesquisa pautou-se em pressupostos da abordagem qualitativa bibliográfica e documental e procurou fazer um diagnóstico da realidade da escola a partir de aplicação de questionários e observações realizadas junto às práticas desenvolvidas na escola com os alunos.

Palavras-chave: Educação. EJA. Perfil do aluno.

¹ Professora formada em Matemática. Trabalha no Centro de Jovens e Adultos Almira Amorim e Silva, desde 2008.

■ 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir o perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que frequentam os Centros de Jovens e Adultos (CEJA) em Cuiabá - MT. Como se trata de um tema abrangente, um recorte é necessário.

Dessa maneira, focalizo nos alunos que frequentam o CEJA Professora Almira Amorim e Silva, instituição na qual trabalho, na busca por traçar o perfil dos alunos que frequentam a EJA na instituição em questão.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof^a “Almira de Amorim Silva” foi criado no ano de 2008, por meio de uma proposta do Governo Estadual de Mato Grosso, com o intuito de centralizar em um mesmo espaço todas as modalidades voltadas ao atendimento do Jovem e Adulto que se interessar em retomar seus estudos e por meio dele conquistar a cidadania.

Apesar de no ano de 2008 o CEJA Prof^a Almira de Amorim Silva ter sido efetivamente criado, o atendimento para jovens e adultos nesta instituição tem um histórico bem mais antigo. No ano de 1991, por meio do decreto nº 3.119/91, publicado no Diário Oficial de 14/02/1991, denominado, naquele momento, como Núcleo de Educação Permanente – NEP, já prestava atendimento educacional à população do bairro Morada da Serra.

No ano de 1994, foi publicada no Diário Oficial, sob o decreto nº 4.793 de 01/07/1994 a alteração do nome da escola para Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Professora Almira de Amorim Silva”, que foi autorizada para oferecer suplênci-a para o Ensino Fundamental fase I e II e Ensino Médio, através da resolução 079/92/CEE/MT.

Somente no ano de 2004 a escola passou a denominar-se Escola Estadual “Professora Almira de Amorim Silva” e foi autorizada, por meio da resolução nº 12/04/CEE/MT, a oferecer os cursos de Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof^a “Almira de Amorim Silva” recebeu a Autorização CEB nº 023/2009/CEE/MT e publicação em 19/02/2009, para ofertar Ensino Fundamental e Ensino Médio, de acordo com o decreto da criação dos Centros de EJA/CEJA’s do estado de Mato Grosso no Diário Oficial em Decreto nº1164/08 – anexo.

O endereço de funcionamento perdurou na Rua Luiz Geraldo da Silva, nº 898, bairro CPA II até dezembro de 2011 e no ano de 2012, mudou-se para o atual endereço, na Rua 86, nº 35, bairro CPA III, seguindo determinação da Secretaria de Estado de Educação.²

Ao indagarmos como é o aluno que frequenta as salas de aula do CEJA Prof.^a Almira é preciso buscar não somente aportes teóricos sobre a EJA, mas também, uma reflexão sobre o contexto em que este aluno se encontra. Esta é uma problemática que permeia todo o trabalho que discorro.

Este artigo procura proporcionar a realização de novos questionamentos quanto ao perfil do aluno do EJA, suas reais necessidades, sua história de vida, seus anseios e possibilitar novas discussões com a comunidade escolar, visando uma melhoria das práticas pedagógicas realizadas nos CEJAS (Centro de Educação Jovens e Adultos).

Para cumprir com o objetivo proposto, a metodologia adotada foi, primeiramente, de uma pesquisa bibliográfica, via pesquisa participante, mediante observações realizadas junto aos alunos em sala de aula.

O artigo é composto em um primeiro momento de uma explanação teórica sobre a educação de jovens e adultos de especialistas da área, seguido de uma análise das observações realizadas em sala de aula para traçar o perfil dos alunos do EJA (Escola de Jovens e Adultos) e por último as considerações finais.

Os pontos observados levaram a perceber que o perfil dos alunos dos CEJAS (Centro Educacional de Jovens e Adultos) deve ser mais problematizado, para que haja mais estudos dessa perspectiva e mais compreensão do que realmente os alunos da EJA (Escola de Jovens e Adultos) buscam nas escolas e centros de educação.

■ 2 O PERFIL DOS ALUNOS DO EJA

Nos dias atuais, a Educação de Jovens e Adultos se configura de forma diferente do período de 1988, ano da Nova Constituição do Brasil. Nessa época, a Escola de Jovens e Adultos (EJA) era direcionada, prioritariamente, para a alfabetização dos adultos.

2 Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos Prof.^a “Almira de Amorim Silva”.

Hoje, com a garantia de acesso e permanência afirmada pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB – que é a lei orgânica e geral da educação brasileira, a EJA atinge não somente a alfabetização, mas também o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

O aluno da EJA (Escola de Jovens e Adultos) apresenta um conjunto de características que envolvem seu retorno à escola como sendo a via possível para se alcançar postos mais elevados no mercado de trabalho ou, ainda, para as mulheres uma oportunidade de vivenciarem uma atividade produtiva diferente das realizadas no interior do próprio lar.

No CEJA Almira Amorim e Silva trabalhamos com foco na inclusão com jovens, idosos, deficientes, dependentes químicos na perspectiva sócia educativo, mulheres/mães, estrangeiros, trabalhadores, desempregados, aposentados, que lá estão para recuperar o tempo perdido, consigam um melhor emprego ou uma melhor aposentadoria através do estudo.

Temos alguns alunos que frequentam o curso por ordem judicial, além daqueles que lá vão apenas para realizar uma forma de socialização. Neste sentido, o professor, mesmo não tendo em sua formação acadêmica orientações para trabalhar com toda essa diversidade, tenta elaborar um planejamento que esteja voltado para a realidade do aluno e que busque atender toda essa demanda.

Partindo do pressuposto de que o professor é um mediador de conhecimento, quando resolvi fazer essa especialização achei que ia encontrar o caminho para solucionar os meus problemas, mas o que vi é que meus colegas também estão meio desorientados. Diante das dúvidas e incertezas, perpassadas pela percepção de que se fazia necessário desenvolver um trabalho pedagógico capaz de serem significativos na vida de jovens, adultos, homens e mulheres marcadas pelas muitas formas de adversidades impostas pela vida.

Uma luz foram os trabalhos envolvendo a economia solidária, que nos foram apresentados durante as oficinas pedagógicas, como meio de se conseguir um aumento na renda familiar, através da fabricação do sabão caseiro, sabonete glicerinado e biscoitos. Ensinamos o passo a passo para a elaboração dos produtos e sua possível comercialização, assim como a prática da partilha.

Conseguimos visualizar que através da economia solidária podíamos também motivar a permanência dos alunos na escola, diminuindo, assim, a evasão escolar.

Podemos afirmar, portanto, que a Economia Solidária pode mudar a condição de vida ou até mesmo a sobrevivência de famílias, e desta maneira, demonstrarmos aos nossos alunos novas possibilidades e ideias para produção de artesanatos ou objetos que possam ser utilizados pela comunidade em que vivem, evidenciando, assim, que a economia solidária pode ser uma maneira possível para a inserção no mercado de trabalho. Como escrito em um provérbio africano: a crença de que é possível transformar o mundo.

É inegável que os alunos da EJA trazem consigo experiências e uma visão de mundo construída e influenciada pelos “traços culturais de origem e por sua vivencia social, familiar e profissional.” (BRASIL, 2006, p. 05). Os conhecimentos adquiridos por eles são conhecimentos relacionados ao ver e ao fazer, pois eles vão relacionando suas experiências e construindo conhecimento a partir do que essas experiências de vida vão lhe causando, um saber sensível e um saber cotidiano. “Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da Terra.”³

O saber sensível está relacionado ao saber do corpo, sustentado pelos cinco sentidos. O saber cotidiano é um saber reflexivo, um saber “da vida vivida” fora da escola. Ele “origina-se da produção de soluções que foram criadas pelos seres humanos para os inúmeros desafios que enfrentam na vida e caracterizam-se como um saber aprendido e consolidado em modos de pensar originados do dia-a-dia.” (BRASIL, 2006, p. 07).

A partir da perspectiva de que os jovens e adultos pertencentes à Escola de Jovens e Adultos (EJA) se constituem um ser humano perpassado da experiência, do desejo de ser mais e do sonho, podemos afirmar e visualizá-los, na Escola de Jovens e Adultos (EJA), como jovens e/ou adultos que entram na escola com certo conhecimento, e que estes trazem para seu aprendizado não os saberes científicos, mais outros saberes igualmente importantes e que o professor deve valorizar e respeitar.

3 Provérbio africano.

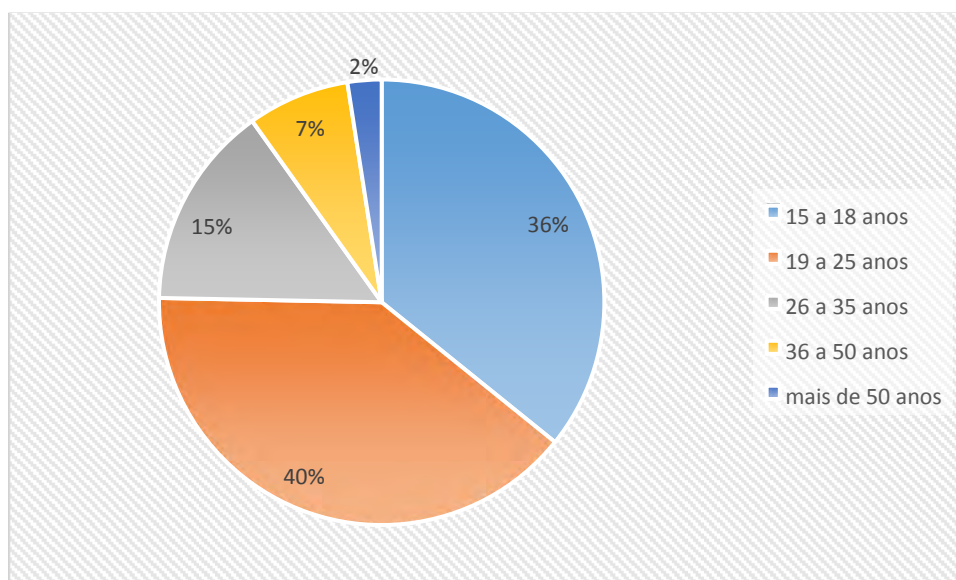
■ 3 ANÁLISE COMPREENSIVA DO PERFIL DOS ALUNOS DO CEJA PROF.^a ALMIRA AMORIM E SILVA

Por meio da aplicação de um questionário fechado, podemos fazer uma análise das salas de aula do CEJA Prof.^a Almira Amorim e Silva.

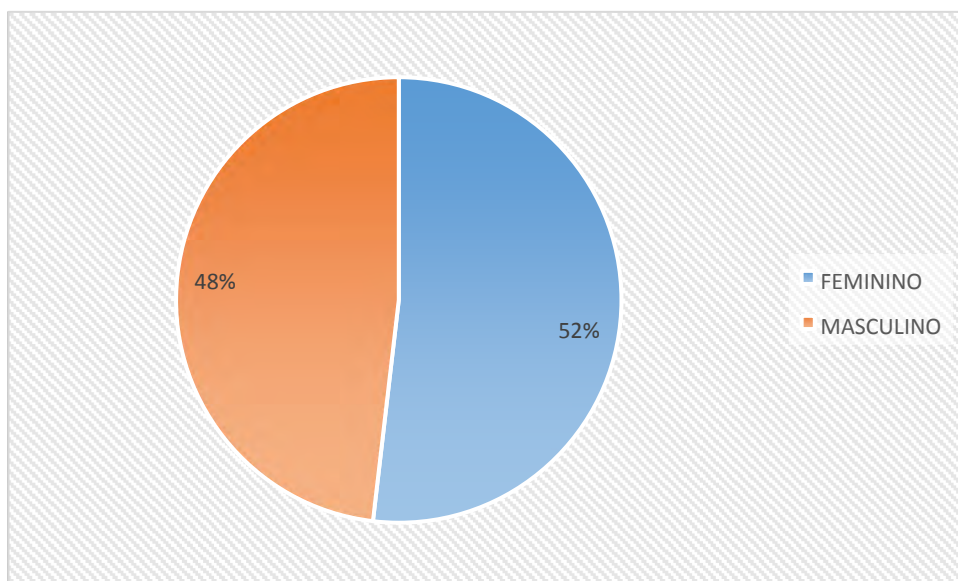
No total, foram 81 alunos dos três períodos em que a escola atende (matutino, vespertino e noturno) que responderam o questionário. As perguntas foram elaboradas, a fim de identificarmos a idade, sexo, origem de nascimento desses alunos, além de perguntas voltadas para sabermos que tipo de escola e ensino é considerado por eles ideal.

No gráfico seguinte, podemos observar que 40% total dos alunos têm entre 19 e 25 anos de idade.

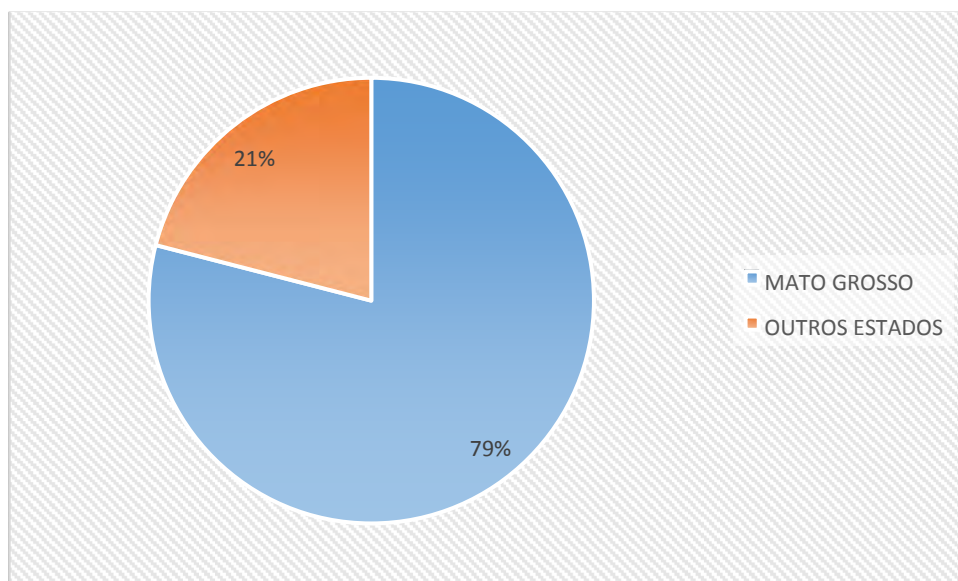
Gráfico 1 – Dados quanto à idade dos estudantes



Sobre o sexo dos alunos, mostrado no gráfico 2, a maioria dos alunos que responderam, é do sexo feminino, mas com pouca diferença entre o masculino, que é de 48%.

Gráfico 2 – Dados quanto ao gênero

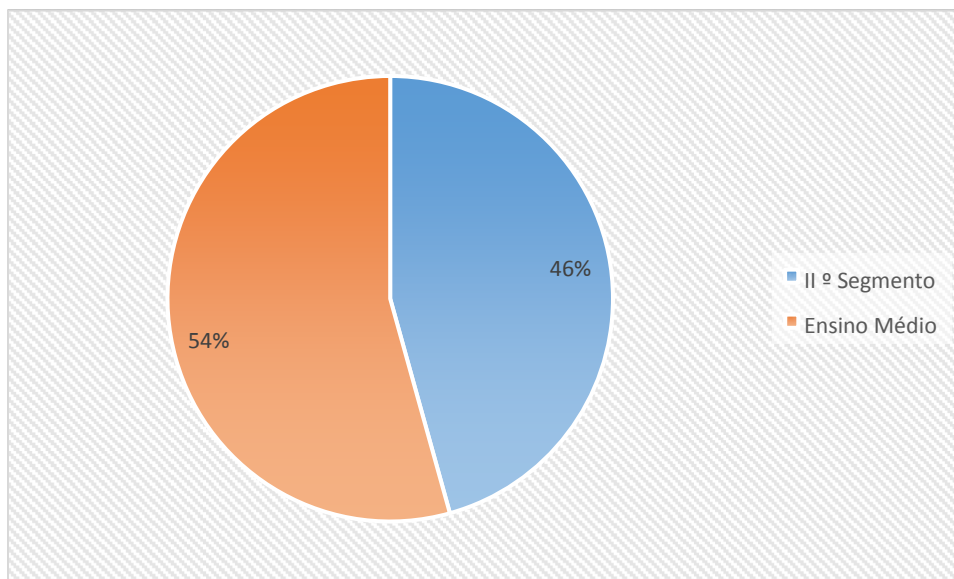
Em outra questão, perguntamos se haviam nascido no Estado de Mato Grosso ou em outro Estado, a maioria, 79% é natural de MT, como mostrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Dados quanto à origem

O questionário foi aplicado com algumas turmas nos três períodos ofertados no CEJA Almira Amorim e Silva. Por isso, perguntamos que nível de ensino eles estavam cursando.

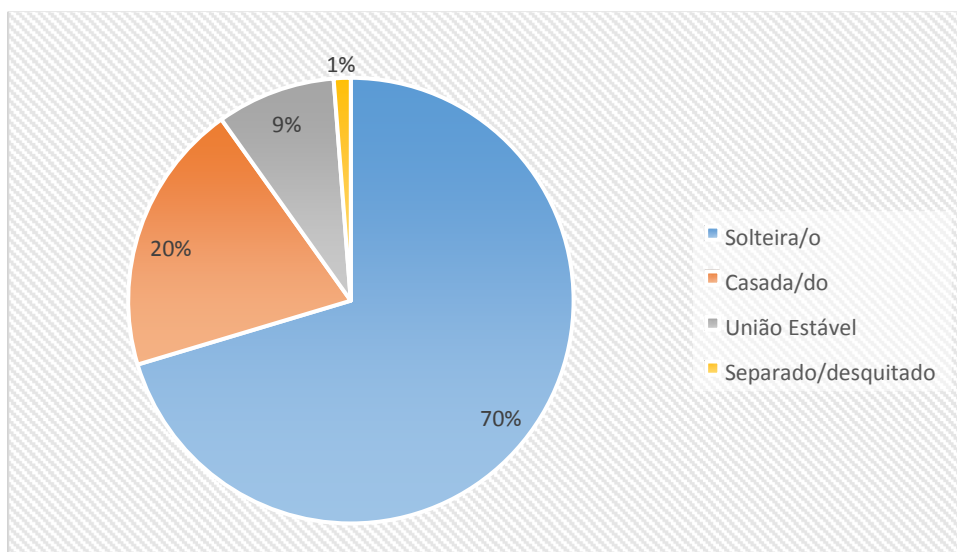
No gráfico 4 é possível analisar que 54%, dos questionados, cursam o Ensino Médio e 46% estão cursando o IIº Segmento que é proporcional a 7ª/8ª série (cursadas simultaneamente) e a 9ª série.

Gráfico 4 – Dados quanto ao curso/série em andamento

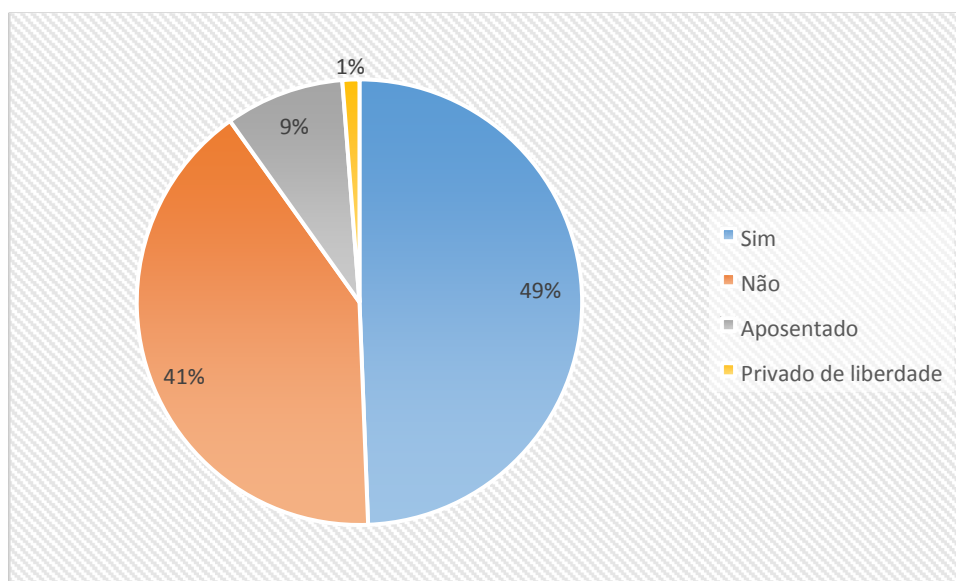


Com relação ao estado civil dos alunos, a maioria, 70%, são solteiros (as) e 16% são casados (as), como mostra o gráfico 5.

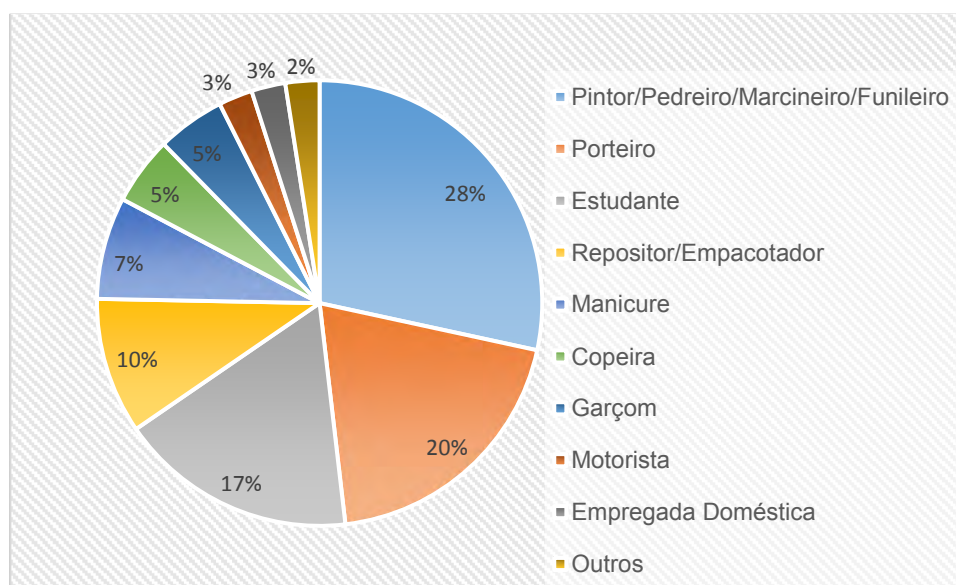
Gráfico 5 – Dados quanto ao estado civil



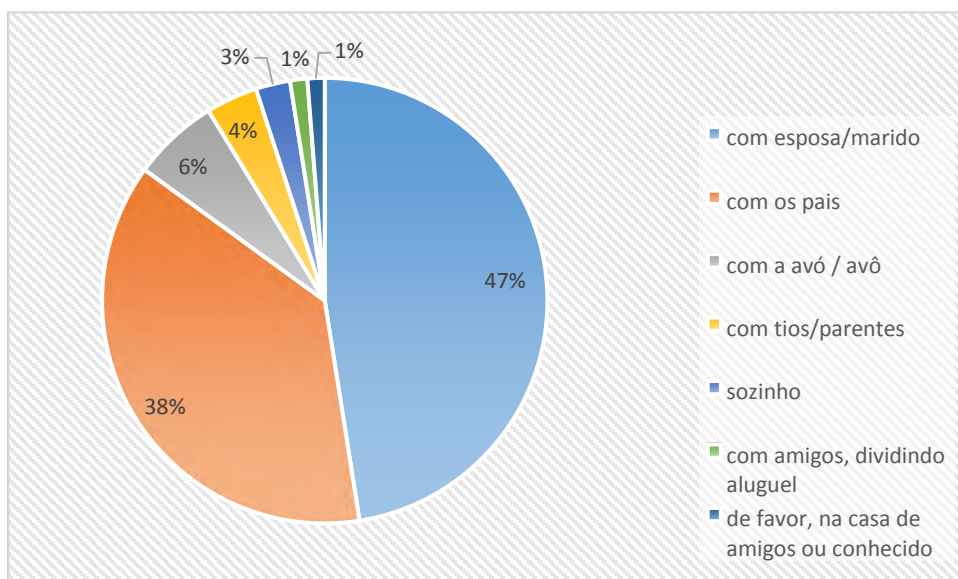
Abaixo, no gráfico 6, é mostrado que 49% dos alunos estão trabalhando e 41% não estão trabalhando no momento.

Gráfico 6 – Dados quanto ao trabalho

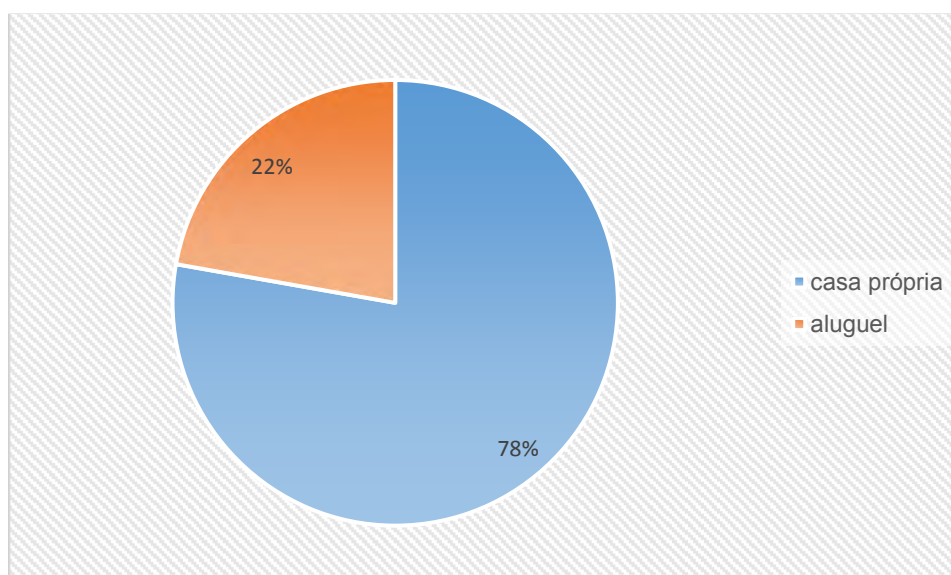
Com relação à profissão que exerce atualmente, no gráfico 7, 28% desempenha alguma função relacionada à construção como pintor, pedreiro, marceneiro ou funileiro. 20% trabalham como porteiro e 14% se dedicam, atualmente, apenas aos estudos.

Gráfico 7 – Dados quanto à atividade profissional

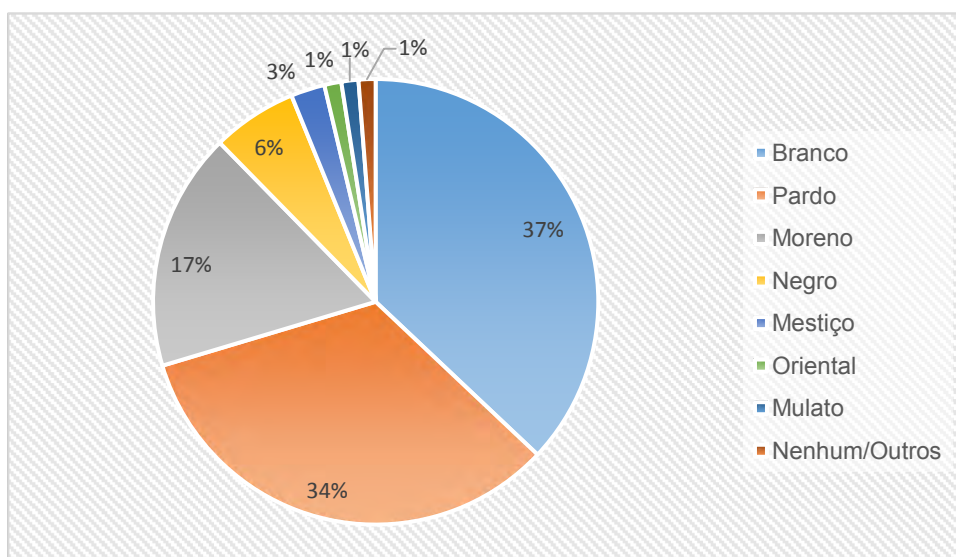
Ao perguntarmos com quem os alunos moram atualmente, no gráfico 8, identificou-se que a maioria, 47%, mora com a esposa/marido e 38% moram com os pais. Confirma-se que a maioria dos alunos são casados.

Gráfico 8 – Dados quanto à moradia

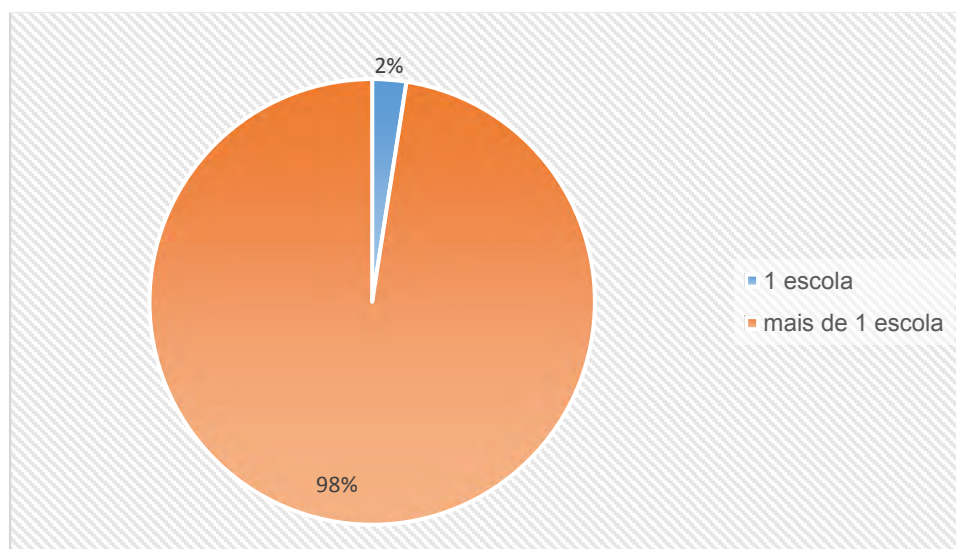
Ainda em relação à moradia, perguntamos que condição pessoal, de moradia, eles se encontravam no momento. A maioria, 78% residem em casa própria e 22% em casa de aluguel.

Gráfico 9 – Condição da moradia

Em uma questão, mostrada no gráfico a seguir, foi perguntado como o aluno se define etnicamente (racialmente). A maioria, 30%, se define “brancos”, 27% se definem como “pardos” e 14% como “morenos”.

Gráfico 10 – Dados quanto à definição da cor/raça

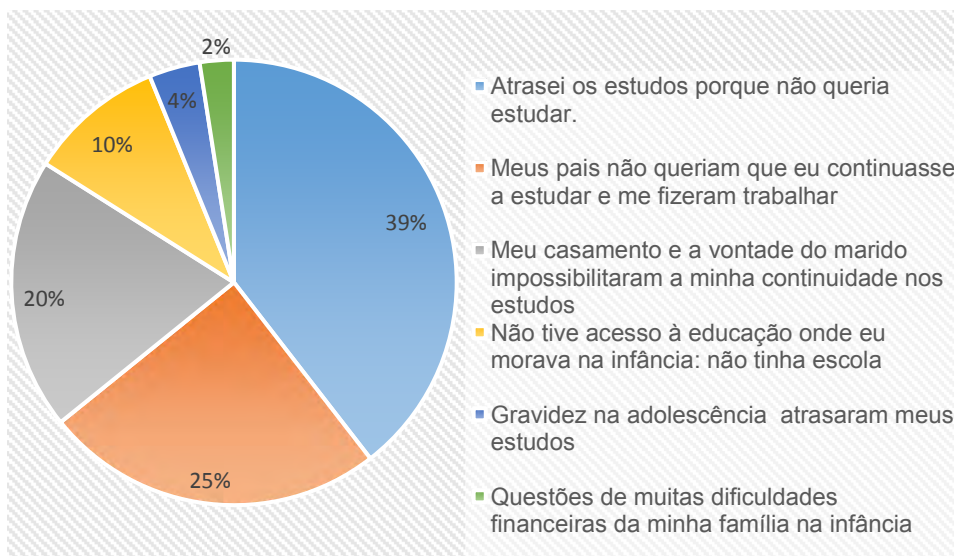
No gráfico 11, ao perguntarmos quantas escolas o aluno já havia frequentado, contando com a atual, 98% responderam que já haviam estudado em mais de uma escola. Essa resposta pode ser colocada como uma característica da Educação de Jovens Alunos, pois são alunos que passaram por várias escolas de ensino regular e por motivos diversos abandonaram e agora procuram concluir seus estudos.

Gráfico 11 – Frequência de escolas

Para confirmarmos a pergunta anterior, mostramos no gráfico 12 os motivos que fizeram os alunos estudarem no EJA. Assim, 39% declararam ter abandonado os estudos simplesmente porque não queriam estudar quando tinham a

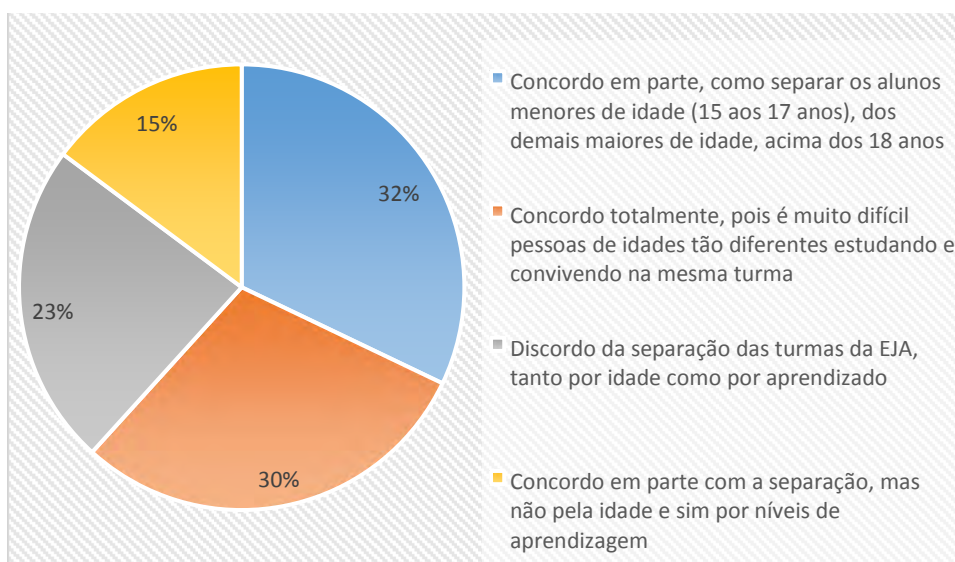
idade certa; 25% porque seus pais não queriam que eles continuassem a estudar e sim a trabalhar; 20% por causa do casamento e a vontade do marido.

Gráfico 12 – Dados quanto ao motivo de frequentar a EJA



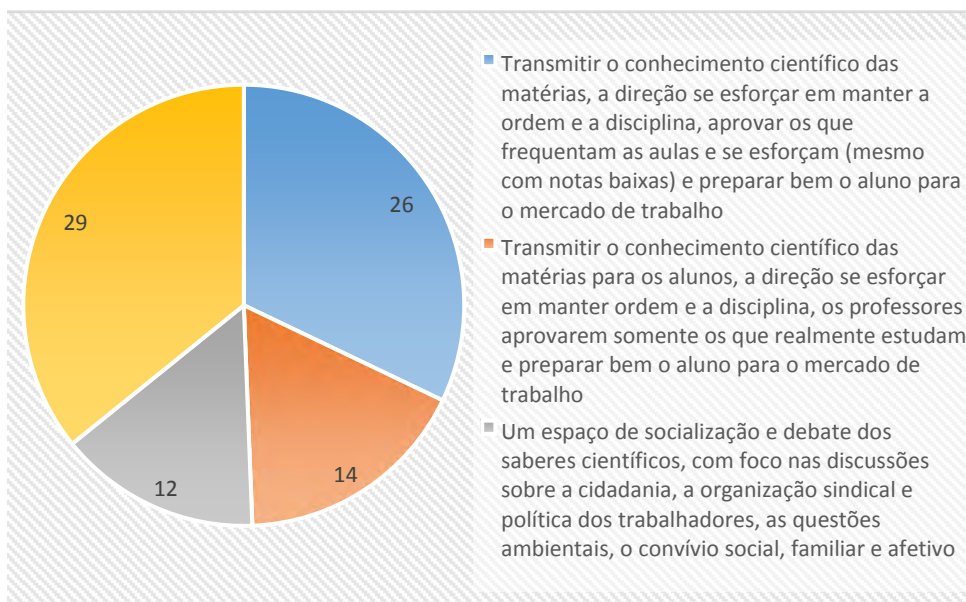
Nas perguntas relacionadas à escola ideal e o ensino que os estudantes preferem, perguntamos a eles se a EJA passasse a ser, de agora em diante, em turmas separadas de “Jovens” (de um lado) e “Adultos” (de outro), qual posição eles tomariam. Verificamos, no gráfico 13, que 32% concordam em parte com a separação dos alunos “jovens” e dos alunos “adultos”, 30% concordam totalmente com a separação, 23% discordam da separação e 13% concordam com a separação, mas não por idade, mas sim por níveis de aprendizagem.

Gráfico 13 – Dados quanto ao funcionamento da EJA



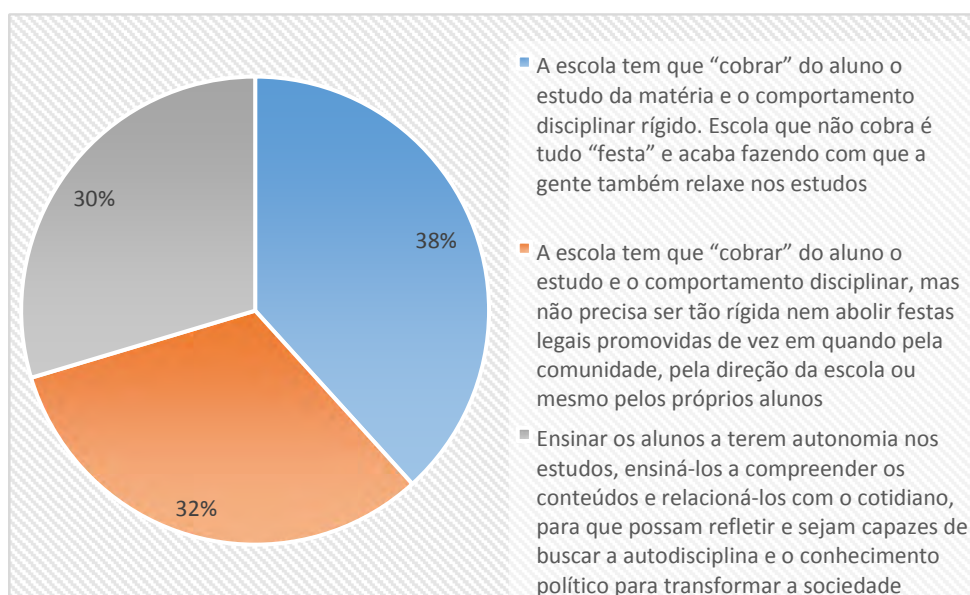
Sobre o foco principal que eles achavam que uma escola pública deveria ter, a maioria, 29%, não responderam, 26% acham que deveria ser a transmissão do conhecimento científico das matérias, a direção manter a ordem e a disciplina, aprovar os alunos que frequentam e se esforçam (mesmo com notas baixas) e prepara-los bem para o mercado de trabalho.

Gráfico 14 – Dados quanto ao foco da escola



Sobre a forma de trabalho que eles acham mais adequada, para a escola e para os professores, o gráfico 15 ilustra que 38% acham que a escola tem que “cobrar” do aluno o estudo da matéria e o comportamento disciplinar rígido, pois quando não é cobrado fazem com que os alunos relaxem nos estudos. Por sua vez, 32% acham que a escola deve “cobrar” deles o estudo e o comportamento disciplinar, mas não precisa ser rígida nem abolir festas promovidas pela comunidade, pela direção da escola ou mesmo pelos próprios alunos. E 30% acham que a escola deve ensina-los a terem autonomia nos estudos, a compreender os conteúdos e relacioná-los com o cotidiano, para que possam refletir e sejam capazes de buscar a autodisciplina e o conhecimento político para transformar a sociedade.

Gráfico 15 – Dados sobre a “escola adequada”



Assim, pode-se observar que os alunos possuem características bastante diferenciadas, principalmente, se levarmos em conta aqueles em diferentes períodos, a saber: matutino, vespertino e noturno.

Eles se diferenciam tanto na idade como nas experiências de vida e na bagagem cultural.

No período matutino e vespertino, encontramos pessoas mais jovens, que em sua maioria não possuem algum tipo de emprego, não constituem família e não levam os estudos muito a sério e muitas vezes se encontram em situações de risco. Estes alunos veem a escola como uma fuga ou desculpa para não assumirem responsabilidades em casa e, muitas vezes, são assistidos pela justiça.

Para grande parte dos jovens, a escola parece se mostrar distante do interesse e necessidades. O cotidiano escolar é relatado como enfadonho, os jovens parecem dizer que os professores pouco acrescentariam a sua formação.

A escola é percebida como “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Aqui, a noção de “culpa” se inverte. O professor aparece como o culpado pelas mazelas relatadas pelos jovens no cotidiano escolar. Tem-se tornado comum também que governos e “especialistas” em educação enxerguem no professor a origem da crise de qualidade e do “desempenho da escola”.

No período noturno, verificamos que são pessoas mais velhas, trabalhadores, com família constituída. A escola, para esses alunos, é uma oportunidade

de conseguir melhores empregos, uma aposentadoria mais bem renumerada e, principalmente, buscam aprendizagem e/ou o desenvolvimento pessoal; muitas vezes, esses alunos não conseguem nem identificar o destino de um ônibus.

Outro fato que chama a atenção é a grande frequência de pessoas com necessidades especiais, principalmente, no período matutino, que na maioria das vezes buscam na escola um local de socialização.

Assim, quando se trata de alunos cuja necessidade especial é de ordem mental, estes, recebem em contra turno apoio pedagógico da sala de recurso. Quando se trata de necessidades de ordem auditiva, a aprendizagem é desenvolvida mediante ajuda do intérprete, que o acompanha na sala de aula. Os alunos com deficiência visual, também recebem ajuda da sala de recurso e orientações pedagógicas.

■ 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal de uma escola é propiciar aos alunos acesso aos conhecimentos, saberes vivências e experiências escolares de cada componente curricular de maneira integrada, respeitando suas individualidades e particularidades, garantindo, assim, o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento humano inerente a cada sujeito.

A maior dificuldade é o confronto entre a formação do professor, que não teve orientações de como trabalhar com essa diversidade e o medo de atender em uma única sala alunos cegos, surdos, deficientes intelectuais, aprender a trabalhar no cooperativismo, ou seja, ouvir o outro que pode ser o colega e o próprio aluno.

O professor tem que estar aberto a mudanças e ao novo, e sempre ter em mente que o mundo não para, está em constantes mudanças.

Há de ressaltar, ainda, que o professor tem que ter em mente que precisa possibilitar ao aluno apropriar-se dos conhecimentos científicos, compreendendo a sociedade em que vive do ponto de vista da formação de um cidadão autônomo capaz de tomar decisões e participar de uma sociedade democrática. Quando estamos com nossos alunos não podemos esquecer que o primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. Podemos dizer que o homem se distingue de outros animais

pelo uso de objetos como ferramentas para a transformação da matéria-prima. A isto podemos denominar **trabalho**.

A indisciplina costuma ser o principal problema apontado, assim como o conflito entre as gerações, que se manifesta na crítica à “falta de respeito” com os professores, nas relações agressivas entre os jovens, na agressão verbal e física, na “irresponsabilidade” diante dos compromissos escolares e na “dispersão”, devido ao uso de celulares ou outros aparelhos eletrônicos, mesmo na sala de aula.

A diversidade e a pluralidade buscam compreender e interpretar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Essas diretrizes é que dão respaldo para a construção do redesenho curricular e da reescrita do Projeto Político Pedagógico, fundamentando-se no princípio da gestão democrática da escola, que pode ser identificado nos marcos regulatórios das Diretrizes Bases Ensino Nacional, que são: componentes curriculares e disciplinares e a questão das diversidades dos alunos.

Ao observar os alunos verificou-se que a procura pela escola parte de necessidades particulares. Os alunos buscam se integrar não só à sociedade letrada, mas os jovens e adultos buscam na escola, sem dúvida, mais do que conteúdos prontos para serem reproduzidos. Como cidadãos e trabalhadores, esses alunos querem se sentir sujeitos ativos, participativos e crescer cultural, social e economicamente.

Nessa linha, o ensino não implica em apenas comunicação, mas sim, também, intercomunicação, segundo trocas de conhecimentos entre alunos e professores.

O professor tem que aprender a aceitar o novo. Ele enfrenta situações adversas em sala, competições com internet e outros meios de comunicação, e tem que saber utilizar estes recursos a seu favor.

O mesmo tem que estar preparado para dominar todas as situações em sala de aula, evitando se envolver emocionalmente com os alunos, sendo imparcial. Deve sempre manter um diálogo com os alunos, tentando mantê-lo atento às necessidades que a sociedade exige dele hoje.

Na escola lócus desta pesquisa, e local onde trabalho, o CEJA ALMIRA AMORIM SILVA, que fica no CPA III, é um lugar cheio de problemas, mas já esta-

mos achando uma luz no fundo do túnel, já temos alunos na faculdade, temos alunos que passaram em vários concursos públicos, inclusive no da Polícia Civil.

O mundo de carências das populações periféricas, revela a violência do sistema que as cria. No fundo, geradas nas carências impostas e apresentadas como algo natural, para estas populações a vida, quase sempre, é o que há a partir do que sobra. No fundo, geradas nas carências imposta se apresentadas como algo natural, para estas populações a vida, quase sempre, é o que há a partir do que sobra. De vez em quando, porém, o sonho ultrapassa os limites do que sobra. Os corpos cansam, mas no coração e nas noites as pessoas praticam, a seu modo, os sonhos de uma existência em que a vida não seja apenas o que há a partir do que sobra. (FREIRE apud COLETIVO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, 2005, p. 02).

Experimentar formas solidárias de trabalho não exclui a luta contra o sistema, ao contrário, ajuda a construir as bases sobre as quais se funde uma nova forma de sociabilidade humana, um jeito de ver e fazer a luta social, que integre trabalho autogestionário e educação popular na perspectiva da formação de homens e mulheres integrais, multidimensionais.

A diversidade e a pluralidade buscam compreender e interpretar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, e essas diretrizes é que dão respaldo para a construção do redesenho curricular e da reescrita do Projeto Político Pedagógico (PPP), fundamentado no princípio da gestão democrática da escola, que pode ser identificado nos marcos regulatórios da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), a lei orgânica e geral da educação brasileira.

Na LDB ficam evidenciados os componentes curriculares e disciplinares. A questão das diversidades dos alunos se define a partir da pluralidade, de onde podemos organizar nosso trabalho pedagógico. Já o planejamento é construído a partir da realidade do aluno.

Devemos atender ou pelo menos aproximarmo-nos da realidade do cotidiano do aluno. Podemos observar, em nossa escola, que chegam alunos do Brasil inteiro e do exterior. Na construção do Projeto Político Pedagógico se observa a realidade da escola nos três turnos, levando em consideração os sujeitos dentro desta diversidade e pluralidade.

O plano de trabalho do corpo docente deve estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e este não pode desviar sua atenção das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

■ 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos:** Alunas e Alunos da EJA. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2006.

_____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** 6ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

LIMA, Erisevelton Silva [et. al.]. **Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio.** Formação de professores do ensino médio, Etapa II – Caderno I. Ministério da Educação. Secretária de Formação Básica. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2014.

PPP do Centro de Educação de Jovens e Adultos Profª “Almira de Amorim Silva” Caderno nº2 do SIMEC COLETIVO DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (org). **O trabalho humano:** das sociedades comunais ao modo de produção feudal. Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária. Caderno da série “História Social do Trabalho”. 2ª ed. Curitiba: Movimento Popular CEFURIA, 2005.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RENATA DA SILVA FONSECA¹

ILZA NUNES DA CUNHA POLINI²

Resumo: Este trabalho tem como tema a reflexão sobre a possível contribuição da Economia Solidária (Ecosol) na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Seu objetivo é de colaborar para a discussão de políticas públicas de implementação da Ecosol no currículo da EJA. Para alcançar este objetivo foi realizado um breve levantamento teórico da história da Economia Solidária na Europa e a sua inserção pelo Brasil. A partir de um trabalho feito com uma turma do 2º ano do Ensino Médio do Centro de Jovens e Adultos Licínio Monteiro da Várzea Grande, expusemos a percepção dos alunos sobre a Economia Solidária e apresentamos algumas das propostas que existem em nosso país para o ensino da Economia Solidária.

Palavras-chave: Economia Solidária. EJA. Educação Libertadora.

1 Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária do Instituto de Educação da UFMT e professora da rede estadual de educação de Mato Grosso.

2 Mestre em Educação pela UFMT- Cuiabá na Linha dos Movimentos Sociais e Educação, professora da Rede Estadual e Municipal de SINOP-MT. ilzapolini@hotmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

O sistema econômico predominante, atualmente, em nossa sociedade, é o capitalista. Neste modelo, as atividades são orientadas para gerar riquezas, que são apoderadas pelos detentores dos meios de produção, pequena parcela da população possuidora do capital, bens, recursos e conhecimentos.

Neste sistema econômico, quem não possui bens e recursos precisa vender sua força de trabalho em troca de um salário. Entretanto, mesmo remunerada, grande parte dos trabalhadores/as não consegue satisfazer suas necessidades fundamentais: alimentação, segurança, moradia, saúde, educação, lazer entre outras.

Toda riqueza produzida neste sistema econômico encontra-se concentrada nas mãos de uma minoria detentora de poder que promove a manutenção da desigualdade social existente, que, aliás, é característica marcante deste modelo econômico.

Na etapa de (des)envolvimento do capitalismo que presenciamos hoje, observamos “a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”³ (ANTUNES, 2008, p. 47), onde muitos vivenciam a barbárie do desemprego e acabam buscando qualquer forma de trabalho.

Neste contexto, observa-se que muitos trabalhadores buscam os bancos das escolas, retomando seus estudos com o intuito de se qualificarem e se adequarem às exigências do “mercado de trabalho”.

O retorno à sala de aula também demonstra a confiança, que ainda persiste, no interior da população excluída no poder transformador da educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino da Educação Básica destinada às pessoas que não conseguiram estudar na idade adequada⁴ ao seu desenvolvimento pelos mais diversos motivos e, por isso, não participaram do processo de escolarização ou foram excluídos dele.

3 Atualmente, houve um aumento na discussão sobre o impacto negativo da terceirização sob os direitos trabalhistas, por parte dos sindicatos dos trabalhadores de nosso país. Com a aprovação do Projeto de Lei 4330, que regula o contrato de prestação de serviço e as relações de trabalho decorrentes, quando o prestador for sociedade empresária que contrate empregados ou subcontrate outra empresa para a execução do serviço.

4 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – artigo 208. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Iniciamos este trabalho com um breve levantamento da história da Economia Solidária, apresentando sua origem na Europa e sua disseminação pelo Brasil.

Posteriormente, apresentamos algumas propostas que existem em nosso país para o ensino da Ecosol na Educação de Jovens e Adultos, e por último, relatamos a percepção de um grupo de alunos da EJA sobre a Economia Solidária.

■ 2 AS ORIGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Alguns estudos publicados por Bez e Carneiro (2006) e Bertucci (s.d.), que têm a economia solidária como tema, apontam que as características presentes neste modelo econômico já podiam ser observadas há cerca de 150 anos atrás no continente europeu com a denominação de “economia social”.

Os adeptos de tal forma de organização econômica já nesse primeiro momento possuíam uma visão crítica com relação aos fundamentos do capitalismo.

O cooperativismo (surgido na Inglaterra no século XIX) em suas origens, quando ainda não se orientava por princípios e práticas típicas do capitalismo, também pode ser considerado como uma das influências da Economia Solidária.

As “Aldeias Cooperativas” propostas por Robert Owen eram uma alternativa àqueles que não tinham meios de subsistência, “onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes” (BARBOZA, *et. al.* 2010, p. 27). Essa proposta encontrou seguidores, que “desenvolveram várias outras cooperativas, como de habitação e de produção de vários produtos e abriram várias filiais da cooperativa de consumo” (*Ibdem*).

Perante a ineficiência das administrações, fruto da carência parcial dos poderes públicos e do recuo do Estado de Bem-Estar Social face à escalada liberal, algumas empresas sociais começaram a despontar no cenário mundial. Elas representam uma resposta ao aumento da pobreza e desemprego, principalmente a partir da década de 1980 na Europa. (MOTCHANE, 2001).

Podemos observar que a Economia Solidária é fruto de diversas situações que existiram no decorrer da história da humanidade, entretanto, de acordo com Paul Singer (2001), ela foi criada por operários no início do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, que eram decorrentes da disseminação das máquinas e dos motores a vapor no início do século XIX.

Surgido no seio do sistema capitalista, esse modelo econômico representa a resistência dos trabalhadores a um modo de produção que visa a acumulação material e a exacerbação do poder.

Na tentativa de recuperar o trabalho e a autonomia econômica, os trabalhadores da época criaram cooperativas cuja estruturação, obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, contidos na ideologia socialista.

Segundo Singer (2001), essa modalidade econômica surgirá no Brasil em decorrência de uma grande crise ocorrida em 1981/83, quando inúmeras indústrias espalhadas pelo país pediram concordata e entraram em processo falimentar (de falência). É nesta época que ocorre a formação de cooperativas que iriam assumir essas indústrias.

Ainda segundo o autor, é preciso ressaltar que todas as cooperativas criadas naquele tempo continuam em operação.

O fechamento de empresas e a demissão de numerosos trabalhadores prosseguem durante os anos 80 e 90 [...]. Pouco a pouco se desenvolve uma tecnologia para aproveitar as oportunidades [...] de arrendar ou adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empregadores e assim preservar seus postos de trabalho. O sindicato [...] promove a formação de uma associação de empregados da firma em vias de desaparecer que depois dá lugar eventualmente a uma cooperativa. (SINGER, 2001, p. 07).

Singer (2001) afirma ainda que dentre as alternativas convencionais da época, diante de tal situação, estava a de criar outra empresa capitalista, controlada por trabalhadores mais antigos e melhor remunerados, detentores dos maiores créditos trabalhistas.

Outra alternativa seria a de levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária e convencê-los a se unirem em uma empresa onde todos são equitativamente donos com o intuito de transformar o patrimônio sucateado em um empreendimento rentável.

A discussão sobre a Ecosol avançou, segundo Singer (2001), nos sindicatos do ABC paulista e também na CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Seu avanço, no contexto brasileiro, se deve a fatores variados como: a resistência de trabalhadores e trabalhadoras à crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural decorrentes dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista.

Observa-se em nosso país, no decorrer da última década, a consolidação da Ecosol enquanto um movimento, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas, e orientando-se para a articulação nacional. Conquistando uma institucionalização com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES.

■ 3 O ENSINO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA EJA

Paul Singer (2005, p.17) defende uma reeducação coletiva, levando os indivíduos a perceberem “que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece”.

É preciso, no entanto, que a educação de jovens e adultos seja reinventada e acompanhada de abordagens metodológicas que tratem como um todo o cidadão migrante e o nativo, o sertanejo e o cidadão no espaço e no tempo pois, todos são trabalhadores/as e se encontram na mesma posição frente ao capital, a de excluídos, segundo Bonilha (2012).

De acordo com o Singer (*ibidem*, p. 19), a “Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática.” A partir daí, sendo a solidariedade “cotidiana, embebida num relacionamento social e econômico especialmente construído para isso.” (*idem*, p. 20).

O que é ensinado na escola precisa fazer sentido para o aluno. E isso é possível quando a realidade, no qual está inserido, passa ser o objeto de estudo. Precisamos seguir o pensamento dos autores, como Paulo Freire, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, entre outros, que pregam uma educação transformadora com capacidade emancipatória. Infelizmente, vemos cada vez mais pessoas deixarem seus estudos de lado em busca de “emprego”, por necessidade de um retorno imediato e concreto para o sustento de suas vidas.

Hoje, a proposta empresarial para a formação profissional é a de atender a sua demanda: formar seletivamente um reduzido número de quadros com a marca da competitividade. Fala-se até em cidadania, mas como um conceito formal, alheio ao modo de exclusão social que a competitividade individualista promove. (PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO PARA CIDADÃOS TRABALHADORES, 1996, p.3 *apud* BONILHA, 2015, p.10).

As Diretrizes Políticas Metodológicas Para Educação em Economia Solidária⁵, recomendadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), apontam para a necessidade de que “a educação contribua para o fortalecimento da economia solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória.”

Para isso acontecer, recomenda que se inclua “os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares em todos os níveis de ensino”, e em especial, na Educação de Jovens e Adultos.

As Orientações Curriculares para as Diversidades Educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso também propõem introduzir a temática da Economia Solidária no currículo da Educação de Jovens e Adultos, utilizando-a “não só como estratégia, mas também como práxis pedagógica, cujo objetivo é de aproximar, tanto quando possível o mundo do trabalho e educação.” (MATO GROSSO, 2010).

O processo de ensino-aprendizagem não pode e nem deve estar alheio à realidade que o cerca. É preciso que cada vez mais que o conhecimento adquirido na escola faça sentido para o aluno e permita que ele compreenda que o aprendizado cria alternativas de transformação que são palpáveis e possíveis.

Na EJA essa capacidade transformadora da educação precisa ser apresentada ao aluno mais rapidamente que em outras modalidades de ensino, pois seu público precisa perceber o quanto antes que o tempo dispendido em sala de aula não é em vão e compensa todo seu esforço de estar ali naquele momento.

Por ser um público exigente e diferenciado, com um tempo escasso para o estudo, deve-se utilizar da melhor forma possível o momento em que está na

5 Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia solidária. Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012.

escola, pois o estudante da EJA, quando sai de casa para estudar, procura preencher uma lacuna existente em sua vida (atenção, interação social, valorização enquanto cidadão) e em sua formação profissional.

■ 4 A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DA EJA SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

No decorrer da pós-graduação, nos foi solicitado que realizássemos um trabalho em sala de aula com alunos da EJA para levantar a percepção dos mesmos a respeito da Economia Solidária. Para realizar essa tarefa escolhemos uma turma (do período noturno) do último ano ensino médio do Centro de Educação de Jovens e Adultos Licínio Monteiro da Silva, situado na cidade de Várzea Grande⁶.

Trabalhamos, como foi citado anteriormente, com uma turma do 2º ano do Ensino Médio. Optamos por não identificar os entrevistados para dar maior liberdade dos mesmos se expressarem sobre a temática abordada.

Em sala de aula foi realizada, num primeiro momento, uma conversa sobre o sistema capitalista onde foi recordado as características desse modelo econômico, para então darmos início à explicação da gênese do Movimento da Economia Solidária.

Ao abordar o tema proposto observamos algumas reações por parte dos alunos: o espanto, as dúvidas e a incredulidade. O espanto deveu-se por eles, a maioria, não conhecerem e nem terem ouvido falar, até então, sobre a Economia Solidária.

Havia dúvidas, como: Quem ganha mais? Como todos irão cuidar dos negócios? O que é autogestão? Ela funciona? Esse tipo de Movimento é verdadeiro? Por que profissionais como os médicos não desenvolvem esse tipo de atitude? Isso funciona em nosso país?

6 Por se tratar de um estudo em fase inicial, não temos a pretensão de realizar afirmações conclusivas sobre os dados obtidos, pois não se trata de uma amostra que permite esse feito. Preocupamo-nos “menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão.” (MINAYO, 1998, p. 102). Compartilhando o pensamento de que o critério de validade é a autenticidade das opiniões dos entrevistados, “o que importa é a qualidade das informações, não o número de entrevistados que compartilha a informação.” (RICHARDSON, 1999, p. 99).

Enfim, muitas foram as dúvidas que surgiram por parte dos estudantes.

Alguns alunos trataram o assunto em tom jocoso, como se a Economia Solidária fosse algo fantasioso e estivéssemos sonhando e perdendo nosso tempo, pois, de acordo com eles, esse tipo de economia não daria certo em nosso país onde cada um só pensa em si próprio.

Foi apresentado um vídeo⁷ em sala para que os alunos pudessem observar empreendimentos econômicos solidários que obtiveram êxito no Brasil. No entanto, não foi o suficiente para convencê-los de que esse modelo de economia não só é possível, como já existe e produz bons resultados em muitas localidades, Brasil e mundo a fora.

Para observarmos a percepção dos alunos sobre a temática foi aplicado um questionário para eles que continham as seguintes perguntas:

- Nos dias atuais é preciso buscar uma nova forma de se organizar economicamente? Por quê?

- Uma vida diferente da que nós levamos hoje em dia é possível?

- Em sua opinião, por que o Movimento da Economia Solidária não é predominante nos dias atuais, mesmo sendo favorável à população como um todo?

- Baseado naquilo que foi trabalhado em sala, explique a diferença existente entre o capitalismo e o Movimento da Economia Solidária?

- Quando a autogestão econômica é possível? Por quê?

A partir das respostas obtidas buscamos compreender qual a percepção obtida pelos alunos a respeito do tema apresentado. Ao serem questionados se concordariam que há a necessidade de existir uma forma diferente, da atual, de organização econômica, eles responderam:

Sim, porque o capitalismo predominante é muito desigual e os trabalhadores são explorados no geral enquanto os patrões ficam cada vez mais ricos. É preciso encontrar formas mais igualitárias de uma sociedade se organizar. (A)

Sim, pois nos dias de hoje vivemos aprisionados pelo capitalismo. (B)

7 Economia solidária: outra economia acontece.

É preciso, porque futuramente podemos buscar outra qualidade de vida. (C)

Os entrevistados afirmaram que seria necessária uma organização econômica mais igualitária. Percebem que os trabalhadores no modo de produção capitalista são explorados, e apesar de trabalharem muito, não conseguem prover de forma digna seu próprio sustento ou o de sua família.

A respeito da possibilidade da existência de uma nova vida, diferente a que presenciamos atualmente, disseram que:

Sim, graças à Economia Solidária e a inclusão das pessoas em cooperativas e programas autossustentáveis, que geram renda para seus colaboradores. (A)

Não, pois no mundo em que vivemos todos pensamos em nós mesmos. (B)

Sim, porque existem outras formas de economia. Um exemplo é a Economia Solidária. (C)

Sim, porque se o ser humano deixar de lado o egoísmo e se organizar e pensar mais no próximo. (D)

A maioria dos estudantes expressou que seria possível outra forma de organização econômica, em que as pessoas se relacionariam de maneira diferente entre si e com o resultado do trabalho. Eles percebem que na sociedade capitalista predomina um sentimento egoísta onde algumas pessoas se beneficiam com o trabalho de muitos, mas pouco importando com a vida que essa parcela substancial da população leva.

O discurso que predomina em nossa sociedade legitima a forma como ela se constitui: se você tem bens é porque trabalhou muito para obtê-los.

No entanto, sabemos que embora uma vasta parcela da população trabalhe incessantemente, ela não é detentora de nenhum bem ou pouco consegue adquirir.

As opiniões sobre o motivo do não predomínio da Economia Solidária como modelo de organização econômica foram:

Porque os capitalistas são maioria e visam o próprio lucro impedindo que o movimento predomine. (A)

Não existe interesse nem do governo, nem dos mais poderosos economicamente de haver uma distribuição de renda mais justa. De outro lado as pessoas que são exploradas não sabem como fazer para se libertar do capitalismo. (B)

Porque o capitalismo é dominante e reprime essa nova ideia de Economia Solidária. (C)

Os obstáculos para a implementação da Economia Solidária são observados pelos entrevistados: os capitalistas teriam o “poder” de impedir esse movimento, reprimindo a “ideia” de outra organização econômica.

Observa-se nos alunos uma capacidade de ver além daquilo que está posto em nossa sociedade e isso precisa ser desenvolvido e trabalhado em sala de aula. O aluno jovem e adulto, assim como as crianças na educação infantil, precisam ser instigados cada vez mais a expor seus pensamentos diante das situações que vivem, assim como sabiamente sugeria Paulo Freire durante sua caminhada.

É preciso trazer para dentro da escola (e discutir incansavelmente) aquilo que está posto do lado de fora como se fosse uma verdade absoluta e irrevogável. O aluno precisa sentir que a educação não é algo isolado do seu cotidiano, mas sim a ferramenta transformadora capaz de criar possibilidades que permitam a transformação da realidade que ele vive.

As respostas obtidas com relação à diferença entre o capitalismo e a economia solidária foram:

O capitalismo passa uma ideia que um só é beneficiado com o lucro e a ideia do Movimento da Economia Solidária passa que não só um, mas todos participam do lucro⁸. (A)

Este movimento constitui o fundamento de um novo jeito de viver, de se relacionar, de produzir, de comercializar, de consumir etc. (B)

⁸ Na Economia Solidária o lucro é denominado de “sobras” e pode ser reinvestido no empreendimento em questão ou dividido entre seus participantes. Entretanto, nem só de lucro são compostas as organizações da economia solidária. Quando ocorre qualquer tipo de perda ou despesa também é feita a divisão entre os participantes dos empreendimentos solidários.

A empresa capitalista pertence aos investidores, já o capitalismo solidário todos venha a ser todos iguais, lucros iguais e trabalho. (C)

Os estudantes percebem que existem diferenças entre essas formas de organização econômica, entendem que são princípios distintos e que por isso, as relações entre os indivíduos que fazem parte de ambas são diferentes.

A capacidade que o estudante possui de observar o mundo precisa ser trazida para dentro da sala de aula e debatida, tendo como base, teóricos que possibilitam ao aluno um debate diferente do costumeiro.

É preciso apresentar ao aluno teorias capazes de torna-lo cada vez mais questionador.

Sobre a possibilidade da autogestão econômica disseram que:

Ela é possível através do conhecimento, busca pelo ideal da Economia Solidária tais como: cursos e aprendizados. (A)

Ela ocorre quando as pessoas se unem e trabalham em coletividade. Os trabalhadores têm que estudar e aprender todas as funções da cadeia produtiva. (B)

A autogestão é possível quando obtemos o conhecimento necessário. (C)

Para alcançar a autogestão todos afirmaram a necessidade do aprendizado para obter o conhecimento necessário para sua realização. Podemos perceber no aluno a capacidade de visualizar o poder transformador do conhecimento, são pessoas que observam que a mudança pode ocorrer sempre que estiver atrelada a educação.

É necessário que essa visão muito presente no aluno jovem e adulto seja trazida para o debate dentro de sala de aula, pois estamos lidando com cidadãos que, conscientes/praticantes ou não de seus direitos, atribuem à educação a capacidade de modificar seu pensamento e com isso sua realidade.

Apresentar e conceituar aos alunos essa modalidade econômica que, embora não seja nova, ainda é pouco conhecida pela maioria da população, é de suma importância, devido o fato de serem trabalhadores inseridos em um sistema que os cerceiam e impedem de possuírem uma visão econômica diferenciada daquela que vivenciam na sociedade.

Assim, trabalhar a temática da Economia Solidária com os alunos, principalmente, nos CEJAS, é fundamental para possibilitar um novo rumo em suas vidas.

A maioria dos alunos percebe a necessidade de uma nova forma de organização econômica, enxergando a exploração, a desigualdade e a acumulação de riqueza de uma classe específica no capitalismo, e conseguem avistar a possibilidade de uma nova vida, diferente da que presenciamos com o atual modo de produção, mais justa, sem egoísmo e solidária.

A mudança do cenário econômico atual seria possível com o desenvolvimento da Economia Solidária em nossa sociedade, no entanto, tal movimento encontra repressão dos “mais poderosos economicamente”, que impedem que esse modelo econômico se desenvolva. O desconhecimento “das pessoas que são exploradas” é outro empecilho para essa nova modalidade de modo de produção.

Perceberam também a diferença entre o capitalismo e a economia solidária, entendendo que os principais beneficiados com este outro modelo econômico são os trabalhadores.

Mas, para que a autogestão (fundamental nessa nova modalidade) aconteça é necessário o conhecimento sobre a organização da Economia Solidária e a capacidade de desenvolver um sentimento altruísta.

Percebemos que o desafio pedagógico de reeducação do “modo competitivo para o modo cooperativo” é grande e encontra muita resistência e obstáculos que são colocados pela classe dominante economicamente que se beneficia com o modo de produção capitalista.

Dessa forma, o currículo da EJA precisa ser redesenhado para atender as necessidades mais urgentes de seus alunos que têm como ocupação principal garantir o seu próprio sustento e o de seus entes. A educação teórica e técnica não pode e nem deve ser deixada de lado ela só deve estar atrelada às prioridades que atendam aos urgentes anseios de nossos alunos.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Singer (2001), uma sociedade que levasse o individualismo e a competição às últimas consequências pereceria em pouco tempo, pois é necessário e indispensável à reprodução de qualquer tipo de sociedade que alguma forma de solidariedade ou interação desinteressada e altruísta exista.

A solidariedade entre os pobres, segundo Singer (*ibidem*), substitui os seguros faltantes. Entre os pobres a competição é menor que em outros estratos da sociedade, mesmo porque faltam recursos para premiar os vencedores.

A infindável carência de tudo o que dá qualidade de vida torna o repartir um comportamento, antes de mais nada, que seja racional.

Podemos observar que a Economia Solidária surge não só por meio da insatisfação dos trabalhadores(as) que procuram sempre uma alternativa para se livrarem do jugo da exploração que incide sobre eles, mas também pela própria necessidade que a sociedade tem de manter-se.

Sendo assim, a educação tem papel importante para que alcancemos essa meta, no entanto, é preciso que essa educação tenha a intenção e a capacidade de modificar pensamentos e atitudes e não apenas, reproduzir um estilo de vida e sociedade.

E isso só tornar-se-á possível por meio de um ato pedagógico transformador e libertador, capaz de superar as barreiras e a resistência que se encontram pelo caminho.

Segundo Zart (2013), construir uma sociedade solidária é uma opção política, cultural e educacional de sujeitos sociais coletivamente organizados, que, ao mesmo tempo em que se opõem à exclusão social, à exploração no trabalho, à dominação na política, se organizam para construir processos de cooperação e de igualdade social, cultural e econômica.

A resistência do trabalhador é uma força que os acompanha e permite que possam se unir em prol de um bem comum - que é a vivência digna, justa e igualitária - permitindo sua sobrevivência dentro de uma sociedade que os repele em todo momento.

A educação capaz de alterar as bases nas quais nossa sociedade foi assentada precisa ser reformada para comportar as necessidades que os alunos possuem.

■ 6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

BAQUERO, Rute. Verbete Educação de Adultos. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

BARBOZA, Daiani *et. al.* Origens da Economia Solidária. In: SCHMIDT, Armênio Bello; LIMA, Sara de Oliveira Silva; SECHIM, Wanessa Zavarese (Coords.). **Economia solidária**: caderno pedagógico educandas e educandos. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. p. 26-28.

BEZ, Antônio Carlos; CARNEIRO, Gisele. **Que mundo estamos construindo?** Economia Popular Solidária. Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Básica. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/files/2012/08/cartilha5.pdf>> Acesso em: 7 ago. 2014.

BONILHA, Isabel Mayer. **Economia Solidária**: uma alternativa inovadora para os impactos da globalização na formação dos professores e no currículo da educação de jovens e adultos. São Paulo, Universidade Federal do ABC, 2012. Disponível em <<http://proex.ufabc.edu.br/ejaecosol/economia-solidaria-uma-alternativa-inovadora-para-os-impactos-da-globalizacao-na-formacao-dos-professores-e-no-curriculo-da-educacao-de-jovens-e-adultos>> Acesso em: 16 abr. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Recomendação Nº 08**, de 04 de julho de 2012. Recomenda Termo de Referência contendo princípios e diretrizes político-metodológicas para orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em economia solidária desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: outra economia acontece. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=alnVg0qFrnc>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. In: JAGUARIBE, Helio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1967. P. 123-132.

MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais**. Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010.

MINAYO, Maria C. de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MOTACHANE, Jean-Loup. Economia Social e Economia Solidária: álibi ou Alternativa ao Neoliberalismo. In: **Economia Solidária**, v. 2, 2010. Disponível em: http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-703_pt.html. Acesso em: 8 ago. 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p.13-20.

_____. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Sociedade e Estado**, 2001. v. 16, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 2 abr. 2015.

_____. A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: **Economia Solidária**, 2001. v. 2, Disponível em: <http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-703_pt.html> Acesso em: 8 ago. 2014.

ZART, Laudemir Luiz. **Socioeconomia solidária**. Cáceres: UNEMAT Editora, 2013.

FEIRA DE TROCAS: UMA EXPERIÊNCIA NA EJA DA COMUNIDADE DE AGUAÇU- CUIABÁ/MT

ZANIA DE FATIMA ALVES DE SOUSA¹
ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS²

Resumo: Este trabalho foi desenvolvido a partir de estudos e observações da realidade encontrada e vivenciada pelos estudantes da EJA, diante de práticas solidárias, porém, de poucos conhecimentos acerca da Economia Solidária. O artigo pretende tornar evidente, através de uma abordagem qualitativa e observação assistemática participante, que existem caminhos para que a educação possa contribuir de forma efetiva ao fortalecimento dessa economia; como as feiras de trocas. Os temas tratados nas aulas teóricas para o 1º segmento da EJA, Economia Solidária e Feira de Trocas, acabaram por influenciar todo o período noturno da escola Udeney, demonstrando que outra economia acontece e pode dar certo com a contribuição da escola.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Feira de Trocas - Distrito de Aguaçu (Cuiabá/MT).

1 Zania de Fatima Alves de Sousa, Pedagoga e discente do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e ECOSOL/UFMT; Professora da Rede Municipal de Educação do Município de Cuiabá/MT, atuando em classe de EJA-1º segmento. zaniadefatima@hotmail.com

2 Antônio Marcos Passos de Mattos, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2006), graduado em Educação Física e Técnico em Desporto pela Universidade Federal de Pelotas - RS, Escola Superior de Educação Física – ESEF. Professor da Rede Estadual de Mato Grosso e do município de Cuiabá, Educador voluntário do Centro formação em Economia Solidária. ampmattos@gmail.com

■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo cumpre determinação exigida para a conclusão do Curso de Especialização de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária na Universidade Federal de Mato Grosso. O tema abordado surgiu das aulas dos módulos: Práticas em Economia Solidária e EJA e o Mundo do Trabalho, através de leituras diversas e discussões referentes aos tipos de empreendimentos econômicos solidários.

O interesse em focar a Economia Solidária – ECOSOL – e, especificamente, as Feiras de Troca teve origem nas observações do cotidiano dos alunos da EMREB Udeney Gonçalves de Amorim, ou seja, a partir da relação de solidariedade existente entre eles na comunidade escolar interna e externa. Apesar de essa relação ser visível, há certa fragilidade nas atitudes dos educandos em levar adiante formações organizadas de grupos voltadas para a ECOSOL. Esses sujeitos precisam acreditar que é possível trazer melhorias as suas vidas, por intermédio de um conhecimento sólido.

A preocupação posta neste artigo é de que forma a Educação e ou conteúdos e atitudes pedagógicas podem contribuir para o fortalecimento da Economia Solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória.

A intervenção pedagógica foi realizada na escola Prof.^a Udeney Gonçalves de Amorim, localizada no Distrito de Aguaçu-Cuiabá/MT, com alunos da EJA, 1º segmento. A pesquisa se deu através de abordagem qualitativa, com pesquisas bibliográficas e de campo, com observação assistemática e participante e entrevistas não estruturadas, sendo a pesquisadora, professora da turma da EJA – 1º segmento em 2013/2014/2015 e membro da comunidade. O processo ocorreu de forma satisfatória de acordo com todos os envolvidos.

Esta pesquisa aborda a identidade dos “sujeitos da EJA”, considerando o perfil da turma do 1º segmento, a qual participou de forma direta dessa intervenção pedagógica. Será feita uma abordagem dos conceitos de economia solidária a fim de mostrá-la como um novo modo de (bem) viver coletivamente, pois que este agir coletivo possibilita a transformação social.

O clube (ou feira) de trocas é uma das atividades da economia solidária. Nele ou nela, é resgatada a ideia de **escambo**. As trocas envolvem produtos, serviços e saberes, mas, em geral, não há movimentação financeira. Valoriza-

-se, assim, o valor de uso, não o valor de troca dos itens trocados. Da mesma forma, não se encoraja a acumulação de bens ou serviços. As trocas têm como característica a solidariedade, uma vez que nenhum dos participantes busca tirar vantagem pessoal ou sair ganhando nas trocas envolvidas. O importante é que todos saiam satisfeitos das feiras.

A realização da Feira de Trocas na EMREB Udeney não só marcou o encerramento de uma pesquisa, assim como, tem a ambição de ser o início de uma nova prática educativa na EJA nesta unidade escolar.

Esta pesquisa buscou subsídios teóricos nas teorias de Paulo Freire, cuja compreensão da realidade, ainda nos anos 60, reconheceu o analfabetismo como uma questão não só pedagógica, mas, também, social e política, sendo necessária uma transformação da sociedade em todos os aspectos, sobretudo, econômico. Outro importante teórico para o embasamento deste trabalho foi Moacir Gadotti (2009), que acredita que a Economia Solidária seja uma práxis pedagógica.

É necessário ressaltar que muitos pensadores que escreveram sobre Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária puderam deixar sua contribuição na construção das ideias deste artigo. Tampouco é possível falar em Economia Solidária sem mencionar Paul Singer. As cartilhas de Economia Solidária foram primordiais, como base de sustentação teórica e prática para as aulas e a realização da Feira de Trocas.

Este artigo está dividido em quatro partes, iniciando pelo perfil dos principais “sujeitos” da EJA, isto é, os seus alunos, quem são essas pessoas que retornam aos bancos escolares? Quais são suas expectativas em relação à escola? Imediatamente, aborda a Economia Solidária como uma forma de superação da situação em que esse sujeito se encontra. No decorrer, apresenta o clube ou as feiras de troca como um mecanismo de ação, ou seja, como instrumento pedagógico de intervenção nessa realidade. Por último, descreve a realização de uma experiência de Feira de Troca na EJA da Escola Municipal de Cuiabá, Udeney Gonçalves de Amorim, encerrando com alguns comentários a respeito dessa experiência.

■ 2 O QUE É A EJA?

De acordo com a Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), a Educação de Jovens e Adultos passou a ser uma modalidade de educação básica nas etapas de Ensino Fundamental e Médio, que tem como fundamento não só alfabetizar os jovens e adultos, assim como oportunizar a elevação de escolarização, proporcionando a eles uma educação que possa desenvolver seu sistema crítico e inseri-los no contexto social atual, ou seja:

A Educação de Jovens e Adultos é uma Modalidade de Educação Básica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N.º 9394/96, Lei Complementar N.º 49/98 – MT e está regulamentada pelo Parecer N.º 11/2000 CNE/CEB. No Estado de Mato Grosso, a partir dessas referências legais, o Conselho Estadual de Educação normatizou o tema, através da Resolução N.º 180/2000. Cumprindo as disposições dessa Resolução, a Secretaria de Estado de Educação, instituiu através da Portaria N.º 204/2000, uma Comissão Interinstitucional para elaborar um Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino. (FÓRUM PERMANENTE DE DEBATES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, 2009, p.01).

Vivemos em uma sociedade em constante mudança. Isso faz com que a vida ou a sociedade demande mais de todos. São as determinações da globalização, seus avanços tecnológicos e, das mudanças no mundo do trabalho, especialmente, a precarização das relações de trabalho, o que exige mais das pessoas e daqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade considerada como a mais adequada, segundo certo ponto de vista teórico, haja vista a EJA adotar a concepção de que a educação acontece ao longo da vida.

No entanto, vivemos em uma sociedade cuja escolarização formal é essencial, sendo assim, estas pessoas precisaram voltar à rede de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos se propõe a atender a um público o qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pela falta de oferta e/ou escolas ou mesmo de acesso, seja pelas inadequações do sistema de ensino ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis. Sabe-se que o papel do professor é de fundamental importância no processo de ingres-

so e reingresso do educando as turmas de Educação de Jovens e Adultos. Ele deve ser capaz de identificar o potencial de cada estudante.

É preciso que a sociedade compreenda que os educandos de EJA vivenciam problemas como, por exemplo, preconceito, vergonha, discriminação, críticas, dentre tantos outros e que tais questões são vivenciadas, tanto no cotidiano familiar quanto na vida em comunidade, o que inclui a escola. Eles têm traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos muito diferentes. Por si só uma diversidade dentro da diversidade. São pessoas que vivem no e do mundo do trabalho, com responsabilidades sociais e familiares, com valores éticos e morais construídos a partir da experiência, das relações estabelecidas, do ambiente e da realidade cultural em que estão imersos. Pertencem a uma classe social, são pessoas com baixo poder aquisitivo, que consomem de modo geral, apenas o básico à sobrevivência. Isso, quando consomem.

O lazer se restringe praticamente aos encontros com as famílias ou os eventos da comunidade. A televisão é apontada como outra das principais fontes de lazer e de informação. Quase sempre seus pais têm ou tiveram uma escolarização inferior a sua. O retorno à escola provém de um desejo em não ficar mendigando favores alheios como, por exemplo, para “tomar” um ônibus, ler uma bula ou a bíblia, dentre outros.

As tarefas de ensinar a ler, escrever e contar ampliou-se muito. O cidadão do mundo precisa, além dessas habilidades, ser capaz de construir seu próprio conhecimento e buscá-lo ao longo da vida, adaptar-se a novas situações. E para garantir esse desafio, a escola precisa incorporar uma nova linguagem. (FÓRUM PERMANENTE DE DEBATES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FPDEJA, 2009, p. 20).

É imprescindível lembrar que Paulo Freire induziu os educandos e, também os educadores à conscientização, contextualização e problematização social, econômica e educacional dos povos oprimidos.

A leitura do universo que os cerca e sua compreensão envolvia duas características intrínsecas. Em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1987), Freire des-

pertou nos educandos a criticidade diante da realidade local. A educação, em especial a do oprimido, é um ato político. Para ele, a educação burguesa é uma educação de mercado, em que os estudantes e as estudantes são recebedores de informações prontas e acabadas, que não podem interferir na realidade social vigente e, claro, transformar a sociedade e o poder econômico hegemônico do capitalismo neoliberal, isto é,

[...] na concepção “bancária” [...] o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. (FREIRE, 1987, p. 71).

Traduzindo o pensamento freiriano³, se o sujeito não tem autoestima ou se ela é baixa, dificilmente ele aprende. Sua capacidade de aprendizagem está ligada ao interesse de seu projeto de vida, isto é, o sujeito só aprende, quando aquilo que em tese lhe ensinam, faz parte de seu projeto de vida.

Dessa forma a escola é prazerosa e nesse prazer o sujeito aprende. Diz, ainda, que o educador é um profissional do sentido, pois ele é o organizador do trabalho da aprendizagem. Freire critica o sistema burocrático, quando se refere ao mesmo como freio das ideias na escola, quando não permite a construção da liberdade.

Sonia Kruppa reforçando a ideia de Freire discorre que:

Uma das explicações para o freio conservador da escola está em seu isolamento da realidade. Envoltos pela rotina e fechada em muros, a escola não tem sensibilidade para o movimento da vida, distante dos problemas e das alternativas que a população cria para sobreviver. (2005, p. 22).

Nesta lógica, Paulo Freire defende a ideia de que o conhecimento depende do contexto histórico, epistemológico, está ligado ao dialógico. No diálogo

3 Apresentação de Paulo Freire [Filme-vídeo], conduzido por Moacir Gadotti. Roteiro e Direção ASPIS. Imagens e Som Regis Horta. Edição Luiz Albuquerque. Produção Paulo de Camargo. Atta Mídia e Educação. Instituto Paulo Freire. (56,15 min.).

se constrói e se muda o mundo. A educação é política e a solidariedade é uma condição de sobrevivência. O ser humano possui uma capacidade muito grande de destruir o planeta, nesse modo de produção capitalista. Freire acredita na educação como forma de mudar as pessoas e estas sim, transformarem o mundo no qual estão inseridas.

■ 3 A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA

Para Gadotti:

A economia solidária, mais do que um modo de produção, é um modo de vida. O espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos. Os ganhos não são só materiais. São também não materiais. O espírito da economia solidária é empoderar as pessoas pela dissolução do poder nelas, em todos e todas. Por isso, a educação é essencial para o avanço da economia solidária. Empoderar não é “ter mais” poder individual, mas reinventar o poder, conquistar mais autonomia, “ser mais”, como dizia Paulo Freire. (GADOTTI, 2009, p.42).

Pensando dessa forma, é justo incorporar essa prática social na Educação de Jovens e Adultos, visto ser esse um grande desafio.

A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à educação transformadora e a democracia econômica [...]. (GADOTTI, 2009, p. 24; 25).

A economia solidária inserida a EJA vai ao encontro a uma perspectiva de sociedade mais humanizada e solidária. Apresenta subsídios e alternativas para combater o aumento da pobreza e, com isso, também, mobilizar a sociedade. Nesta lógica, a economia solidária surge com o objetivo de contribuir e atribuir esperanças aos seres humanos e, sendo assim, integrá-los socialmente em um mundo onde as relações sociais sejam mais humanizadas e solidárias, dentro das possibilidades desta.

Em todo o processo concernente a uma economia humanitária, o que se vê, é que há uma contribuição para a educação de jovens e adultos, pois tem como objetivo a distribuição da riqueza por meio de uma economia que busca valorizar o ser humano e não o capital. Uma economia que tem como base o apreço, isto é, a consideração pelo outro, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio alienante e assalariado das relações do trabalho capitalista, com uma variedade multicultural e social envolvendo as dimensões econômicas, políticas e ecológicas.

Ao projetar a economia solidária no espaço público, constrói-se um local social justo e fraterno, que tem por princípio a emancipação dos trabalhadores e educandos da EJA como sujeitos históricos, plenos de direito.

De acordo com Singer (2005, p. 17),

Os que se formam em um meio em que prevalece a Economia Solidária vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. Que a desigualdade é ruim e injusta e que ela só pode ser abolida pela prática da solidariedade entre os homens.

A economia solidária vem apresentando indicadores positivos e melhoras significativas no combate à pobreza e os esforços da comunidade possibilitam

expressivas compensações. Superar a miséria e o desemprego por meio da economia solidária entre os educandos e as educandas da EJA, é, ao mesmo tempo, conceder autonomia a essa população. O desenvolvimento local integrado e sustentável com apoio de políticas públicas, econômicas e debates ao redor do tema com diversas organizações sociais, são subsídios que contribuem potencialmente e ativamente com o movimento popular democrático.

Outro fator importante desta pesquisa, diz respeito ao fato de se tratar de uma escola rural, ou melhor, uma escola do campo, essa prática também, se apresenta como alternativa de atrair a comunidade, para que esta se mantenha no campo.

Assim como o capitalismo, a Economia Solidária possui alguns princípios⁴, no entanto, antagônicos. A **autogestão**⁵ é um dos princípios centrais dessa economia. Este conceito está relacionado à participação, responsabilidade, igualdade, decisões coletivas, ausência de hierarquia, ausência de patrões. A autogestão é um grande desafio, porque exige comunicação, empoderamento, fraternidade, humildade, poder de decisão e liberdade responsável. Outros princípios não menos importantes são:

- **Democracia:** a Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.
- **Cooperação:** ao invés de forçar a competição; convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
- **Centralidade do ser humano:** as pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir satisfação plena das necessidades de todos e de todas.
- **Valorização da diversidade:** reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.

4 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Economia Solidária**. Coleção Cadernos Pedagógicos. ProJovem Campo – Saberes da Terra, Brasília DF, 2010, p.53,54.

5 De acordo com Bordenave (1983), um dos maiores estudiosos sobre participação na América Latina, a autogestão pode ser entendida como o mais alto grau de participação.

- **Emancipação:** a economia solidária emancipa, liberta.
- **Valorização do saber local** da cultura do saber local e da tecnologia popular.
- **Valorização da aprendizagem** e da formação permanentes.
- **Justiça social** na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem viver das coletividades e da justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.
- **Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras:** os empreendimentos solidários, além de se preocupar com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função com a qualidade de vida, da felicidade, das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas (desenvolvimento ecologicamente sustentável socialmente justo e economicamente dinâmico).

A prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas.

Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros. (SINGER, 2005, p.16).

Ainda dentro dessa prática, de acordo com a Recomendação nº 08 de 04 de julho de 2012, p.5, é preciso dar atenção especial a “[...] formação continuada direcionada aos profissionais da educação [...] sobre economia solidária, para que possam ser desenvolvidos conteúdos e atitudes pedagógicas coerentes com a autogestão.”

E é nesse contexto que aparece o clube ou feiras de trocas, como uma ferramenta pedagógica a ser inserida na Educação de Jovens e Adultos. Afinal, para aprender é preciso praticar. Como diz Singer (2005, p.16): “O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática [...]”

■ 4 CLUBES OU FEIRAS DE TROCAS – UMA FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EJA

O clube e ou a feira de troca pode ser um instrumento pedagógico importante no desenvolvimento de habilidades e competências como: organização, cálculos matemáticos, poder de argumentação, oralidade entre outros. É um espaço de confraternização, onde as pessoas se conhecem, cultivam amizade e praticam a solidariedade. Não existe uma maneira única para se realizar as trocas nas Feiras de Economia Solidária.

Os clubes de troca começaram em meados de 1995, na Argentina e Canadá, em resposta ao crescente desemprego e à queda da atividade econômica provocada por recessões de mercado. Esses clubes ou feiras, como se preferir chamá-los, se baseiam em princípios da Economia Solidária: substituir o lucro, a acumulação e a competição pela solidariedade e pela cooperação, valorizar o trabalho, o saber e a criatividade das pessoas e não o dinheiro e sua propriedade. Buscar uma ligação de respeito entre o ser humano e a natureza.

O primeiro clube de troca no Brasil foi inaugurado em 1998, em São Paulo. Em 1999, teve início à experiência no Rio de Janeiro, seguida a de Porto Alegre e de várias outras cidades brasileiras⁶.

Os clubes de troca são iniciativas solidárias, os quais possibilitam a interação das pessoas e a coletividade, no sentido de construir uma alternativa para o capitalismo, que é a economia hegemônica em nossa sociedade e tende a delimitar a força de compra das pessoas. Sua proposta parte da busca de resposta à falta de dinheiro oficial.

Um dos grandes objetivos dos clubes de troca é o de constituir um mercado complementar ao oficial, capaz de ajudar a viabilização do comércio de

6 CARNEIRO, Gisele. BEZ, Antônio Carlos. **Clubes de troca: rompendo o silêncio, construindo outra história.** (Metodologia e sistematização de experiências coletivas populares; v. 2.) Cartilha 2 - Curitiba, PR: CEFURIA, 2011. p.15.

produtos, feitos por pessoas ou grupos e facilitar o acesso da comunidade em geral a esses produtos e serviços. Tende a resgatar princípios primitivos da moeda, tornando-a um instrumento facilitador, em resposta às necessidades da população que a utiliza. O espaço da feira não é um local de competição, mas sim de colaboração entre os produtores/consumidores, ou seja, espaço de solidariedade.

O clube abre espaço para que as pessoas se desenvolvam como sujeitos, valorizando seus conhecimentos e seu trabalho. Além disso, é um ambiente pedagógico, pois permite a todos ensinarem e aprenderem juntos. É um local de construção coletiva onde todos são convidados a ajudar na organização, dar sugestões, criticar e agir. Um espaço democrático, como o que se quer conquistar em sala de aula.

Para que a feira de trocas aconteça, são necessárias reuniões com os grupos para a tomada de decisões com relação à escolha do coordenador, da moeda social, do local, dos eventos culturais, da divulgação e das regras que serão utilizadas na feira.

Existem duas formas de troca. A direta, que ocorre entre as pessoas trocando produtos por produtos e a indireta, troca de produtos por moeda social. A moeda social é geralmente o instrumento de mediação próprio dos clubes de trocas. Ela circula dentro da feira e é uma facilitadora para as trocas que acontecem de forma indireta. Só tem validade durante o evento, assim não pode ser guardada, isto é, acumulada, como acontece no capitalismo.

Nas feiras de trocas indiretas existe uma espécie de banco chamado por Ecobanco:

É o mecanismo que permite criar uma moeda alternativa a partir da seguinte operação: produtores interessados em participar das trocas solidárias depositam uma parte da sua produção no banco e recebem, no ato, a quantidade correspondente de moeda social, segundo uma tabela de valores pré-fixados. Trata-se do mecanismo gerador do “efeito dinheiro”, sem ganhos para terceiros. Em vez de “ecobanqueiros”, que obtém grandes benefícios e acumulam dinheiro, intervém aqui, um grupo promotor ou equipe operativa responsável por uma gestão transparente e equitativa. (CARTILHA 2 SÉRIE: FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.

PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO ÀS FEIRAS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA. 2006. P.06)

Esses produtos, quando depositados pelos participantes, formam o lastro do Ecobanco. Servem como garantia de que todos poderão trocar suas moedas sociais.

Nas feiras de troca é possível trocar produtos, e, também, conhecimentos. Podem-se trocar verduras da horta, sabão caseiro, bolos, salgados, roupas e calçados em bom estado e limpas, artesanatos, livros, utensílios que não use, cortes de cabelo, aulas de línguas, serviços de cuidar de crianças ou idosos, assim como de eletricitista, encanador, pedreiro, etc.

Diferente do capitalismo, que determina o valor através da lei da oferta e da procura, sempre em busca da mais-valia, no clube de trocas o valor de cada objeto é dado pelo grupo, levando em conta o preço justo, determinado pelos produtores e participantes da comissão da feira. Entende-se como preço justo o valor do produto ou serviço, concebido a partir do diálogo, da transparência e da efetiva participação de todas as pessoas envolvidas na sua composição que resulte em distribuição justa do ganho na cadeia produtiva.

Não há normas rígidas de funcionamento de um clube de troca. Cada grupo se organiza da forma como preferir. O que não se pode abrir mão é dos princípios da economia solidária, como a autogestão, a partilha, igualdade, solidariedade, cooperação, dentre outros.

A metodologia do clube de trocas depende das experiências desenvolvidas pelas pessoas dos grupos.

Por exemplo, os clubes de troca da Rede Pinhão em Curitiba⁷, seguem sete passos:

1. Acolhida – é dar as boas-vindas, acolher, receber bem as pessoas, solicitar que elas se apresentem. É necessário um caderno para anotar os nomes, endereços e outras informações que se fizerem necessárias.

2. Mística ou dinâmica – mística significa mistério e serve pra fortalecer, dar esperança aos participantes, ao passo que as dinâmicas servem pra interação e ou diversão dos componentes do grupo.

⁷ CARNEIRO, Gisele; Bez Antônio. **Cartilha Clubes de troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história / Curitiba, PR : CEFURIA, 2011, p. 35-49.

3. Pauta – são os assuntos a serem conversados e encaminhamentos a fazer.

4. Apresentação dos produtos - Este é o momento em que as pessoas vão apresentar ao grupo as produções que levaram para as trocas. Cada participante mostra, fala e valoriza o que foi produzido pelas próprias mãos.

5. Trocas – este é o momento para fazer as trocas solidárias dos produtos e ou serviços. Pode-se usar ou não a moeda social.

6. Avaliação - é o momento de dizer o que foi bom e o que não foi bom no encontro todo. Se houve erros, é preciso dizer de forma fraternal, quais foram estes, pois somente dessa maneira haverá o crescimento do grupo. É preciso que cada pessoa tenha coragem e compromisso com o projeto de economia solidária e, no momento da avaliação, diga o que achou errado durante o encontro.

7. Encerramento – fica por conta da criatividade da coordenação, pode ser um agradecimento, abraço, oração ou uma palavra que expresse os sentimentos de cada participante.

As vantagens do clube e ou feira de trocas são as mesmas regidas pela Economia Solidária. Nela, tem-se a produção coletiva, a comercialização justa e o consumo ético. O clube de trocas é um espaço fundamental para realizar a comercialização justa, pois elimina os intermediários desnecessários entre o produtor e o consumidor. Estes compradores/vendedores de mercadorias atuam de forma especulativa, aumentando ou diminuindo o valor dos produtos de acordo com a lei de oferta e procura. Desta forma, sem intermediários, é possível determinar o valor de um produto através do trabalho que foi investido nele, nas necessidades dos trabalhadores e na manutenção do meio ambiente no intuito de distribuir as riquezas geradas, por conseguinte, caminhando em direção contrária a economia capitalista, que visa o lucro e a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas.

■ 5 DA TEORIA À PRÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA EM FEIRA DE TROCAS NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA UDENEY GONÇALVES DE AMORIM

As aulas teóricas aconteceram no período de 01/04/2015 à 20/04/2015. No primeiro momento foi questionado o tema: “O que é A Economia Solidária?” As respostas foram tímidas, conforme os educandos iam falando a professora escrevia no quadro, porém, foram proveitosas no sentido de dar início ao assunto.

No segundo dia, foi apresentado um vídeo sobre economia solidária baixado *do you tube*⁸. Os educandos puderam perceber de maneira um pouco mais ampla, o que é a economia solidária.

Posteriormente, foi apresentado outro vídeo, também baixado *do you tube*⁹, sobre a História das Coisas. Este vídeo conta a origem e o destino final dos produtos adquiridos pelas pessoas, ou seja, como o capitalismo influencia a vida dos seres humanos desde o nascimento. Foi possível mostrar, nitidamente, aos educandos, a diferença entre a economia solidária e o capitalismo.

Nesse período da intervenção, também foi ministrado uma palestra para todos os educandos da escola, no período noturno, para alunos da EJA do 1º e 2º segmentos e Ensino Médio, cujo tema era a Economia Solidária e a Feira de Trocas. Os palestrantes foram dois professores do Ensino Médio, falando sobre Economia Solidária e a estudante do curso de especialização EJA e ECOSOL, ou seja, a professora da turma, cuja intervenção pedagógica estava sendo feita.

Após duas semanas de aulas teóricas participativas, na turma da EJA do 1º segmento sobre a temática economia solidária, com grande destaque no clube ou feira de trocas, considerando se tratar da experiência que seria posta em curso, foi realizado a feira de trocas na EMREB Udeney com o intuito de verificar *in loco* o conhecimento adquirido.

Foi formada uma comissão composta pelos professores do período no-

8 **Filme Economia Solidária wmv.** Produção Filmes Cosmovo. Apoio: Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. Uma realização: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. (12 min.) Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=RLb-QUFEWQc>> Acesso em: 10 abr. 2015.

9 **A História das Coisas (versão brasileira).** Direção de Fábio Gavi; Locução: Nina Garcia; Adaptação de texto: Denise Zepter; Dublado nos Estudos Gavi New Tracle. Versão Brasileira realizada pela comunidade de Permacultura (ORKUT - BR) (21 min.). Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=7qFIGMSnNjw>> Acesso em: 11 abr. 2015.

turno, para divisão das tarefas referentes ao evento. As inscrições da feira foram feitas com dois dias de antecedência. Houve inscrições de 47 pessoas para troca de produtos, dentre alunos e professores, mais a participação/interação de 30 educandos. Os produtos foram diversificados: doces (mamão, caju, leite, abóbora, tipo beijinho, pudim, goiaba), biscoitos de maisena e de polvilho, bolos (cenoura, chocolate), frutas (limão, banana, mamão, tangerina, cajá, coco verde, maracujá), tortas salgadas, mudas de plantas, frango assado, galinha (viva), miúdo de boi (bucha, tripa), queijo, leite, ovos, produtos de limpeza (sabão caseiro, detergente, amaciante), peixe frito, peixe cru, farinha de mandioca, artesanato (pulseiras, tapetes), milho em espigas, paçoca de carne seca, caldo de cana, veneno caseiro para horta, bucha vegetal, amendoim in natura, mandioca, maxixe, quiabo, jiló, abóbora e cana.

Houve uma dinâmica de abertura do evento feita com balões, cuja mensagem se baseava no desejo/sonho de realização de cada participante, ou seja, para que os sonhos se tornem realidade é preciso trabalhar no coletivo.

Apesar das orientações, ocorreu uma demora na troca dos produtos pela moeda social denominada de lambari. As trocas foram feitas de forma direta e indireta, o que significa dizer, produto por produto, ou indireta, produto pela moeda social. Infelizmente, não foi possível a realização de atividades voltadas para a cultura, conforme programação, em virtude do atraso do animador.

Quanto à avaliação da 1ª Feira de Trocas em Economia Solidária realizada na Escola Udeney Gonçalves de Amorim, foi feita por escrito, sendo que cada participante preencheu uma ficha com os pontos negativos, positivos e sugestões.

Entre os pontos negativos: poucos produtos, espaço inadequado e a demora na troca dos produtos pela moeda social. Entre os pontos positivos: a união/interação com outras pessoas, variedades de produtos, troca de produtos por outros, conhecimento dos produtos da região. Como principais sugestões: que haja outras feiras como essa; que haja trocas também de roupas e sapatos; que haja maior informação sobre feiras de trocas e o uso da moeda social; que o evento seja marcado com maior antecedência.

■ 6 CONSIDERAÇÕES

Segundo as reflexões de Singer:

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados. (SINGER, 2005, p.19).

Pensando como um ato pedagógico, essa intervenção na EJA foi bastante proveitosa e enriquecedora, porém, deixou claro que somente duas semanas não são suficientes, para implantar uma feira de Economia Solidária permanente e uma moeda social.

Todos os educandos puderam participar de aulas teóricas e práticas sobre assuntos, que muitas vezes, não eram tratados com os mesmos, ou quando muito, tratados de maneira superficial.

Essa experiência foi o marco inicial para implantação da economia solidária junto aos educandos da EJA da EMREB Udeney Gonçalves de Amorim.

O fato de se ter desenvolvido esse trabalho, dentro da escola, com os alunos da Educação de Jovens e Adultos, é o grande diferencial para um trabalho de qualidade. É partindo deles, que se pode chegar à sociedade como um todo, pois os alunos são também pais e avós, que repassam os conhecimentos aos filhos e netos. São pertencentes a diversos grupos religiosos, que também podem ser envolvidos em um projeto maior, ampliando, assim, o nível de propagação da ideia. São consumidores, que estão no dia a dia com os comerciantes e podem, também, divulgar todos os conhecimentos para e com os demais.

Para que isso ocorra, a comunidade escolar deve estar unida e ter seus objetivos bem claros e definidos, de modo que o conhecimento, realmente, ultrapasse as barreiras da escola.

Esse é, sem dúvida, o grande objetivo deste trabalho a partir de agora, envolver os alunos de tal maneira, que estes sintam a necessidade de levar adiante esta experiência ou prática (social), para além dos muros da escola a economia solidária, que vem se apresentando como um caminho rico de possibilidades, em condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à grande parte da população trabalhadora, às margens da riqueza social. Economia que se pauta por princípios reconhecidos na valorização social do trabalho humano, na busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e nos valores da cooperação e da solidariedade.

■ 7 REFERÊNCIAS

Apresentação de Paulo Freire [Filme-vídeo], conduzido por Moacir Gadotti. Roteiro e Direção ASPIS. Imagens e Som Regis Horta. Edição Luiz Albuquerque. Produção Paulo de Camargo. Atta Mídia e Educação. Instituto Paulo Freire. (56,15 min.).

A História das Coisas (versão brasileira). Direção de Fábio Gavi; Locução: Nina Garcia; Adaptação de texto: Denise Zepter; Dublado nos Estudos Gavi New Trade. Versão Brasileira realizada pela comunidade de Permacultura (ORKUT - BR) (21 min.). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>> Acesso em: 11 abr. 2015.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antônio Carlos. **Clubes de troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história. - (Metodologia e sistematização de experiências coletivas populares; v. 2.) Cartilha 2 - 2. ed. rev. - Curitiba, PR : Editora Popular: CEFURIA, 160 p.: il.; 21 cm. 2011.

Filme Economia Solidária wmv. Produção Filmes Cosmovo. Apoio: Fundação Banco do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego. Uma realização: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, SENAES – Secretária Nacional de Economia Solidária. (12 min.) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RLb-QUFEWQc>> Acesso em: 10 abr. 2015.

FÓRUM PERMANENTE DE DEBATES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ESTADO DE MATO GROSSO. p. 01,20. Disponível em:

<<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/SiteAssets/Paginas/Educa%C3%A7%C3%A3o-de-Jovens-e-Adultos/Hist%C3%B3rico%20e%20da%20EJA%20em%20MT.pdf>> Acesso em: 29 abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 22.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária Como Práxis Pedagógica**. São Paulo: Ed. e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009, p. 24,25,42. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/2801/FPF_PTPF_12_045.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da teoria do capital humano. In: _____. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005. p.20.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Economia Solidária**. Coleção Cadernos Pedagógicos. ProJovem Campo – Saberes da Terra. Brasília DF, 2010, p.53,54.

MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO. SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária**-Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012, p. 05.

PROGRAMA NACIONAL DE FOMENTO ÀS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **A Troca é o Princípio da Vida**. Cartilha 2 – Série Feiras de Economia Solidária. 2006.

SINGER, Paul. A Economia Solidária Como Ato Pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep/MEC, p.15-20, 2005.

A ECOSOL COMO ALTERNATIVA PARA A SUPERAÇÃO DA DEFICIÊNCIA NA OFERTA CURRICULAR DA EJA

GABRIELA FERREIRA SANTANA¹

MARCOS MACEDO FERNANDES CARON²

Resumo: Este artigo tem como foco refletir alguns aspectos da Educação de Jovens e Adultos no que tange à relação entre os seus componentes curriculares e o mundo do trabalho. Trazendo o debate da inserção da Economia Solidária como uma alternativa de diretriz pedagógica no processo de aprendizagem dos educandos desta modalidade, incorporamos aqui os seus principais ideais - como a luta por uma sociedade igualitária, de inclusão e em prol dos direitos básicos do cidadão - na perspectiva de reflexão sobre o tema abordado. Além disso, trazemos também, como complemento do nosso referencial teórico, dados pontuais de uma pesquisa direcionada a alunos da EJA, elaborada e orientada pelo professor Marcos Caron e que contou com ampla participação e auxílio dos cursistas da especialização na sua execução de campo. Assim, apesar da pesquisa revelar, por parte dos alunos da EJA, algumas perspectivas educacionais e de vida diferenciadas - quando não contraditórias - em relação a algumas de nossas previsões iniciais, partilhamos ainda da tese de que, em que pese os avanços dos debates educacionais na última década, os alunos da EJA ainda convivem a nosso ver com currículos pouco atraentes às suas perspectivas pessoais e profissionais.

Palavras-chave: EJA. Economia Solidária. Trabalho. Componentes curriculares.

1 Graduada em Geografia (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Mato.

2 Marcos Macedo Fernandes Caron, orientador. Doutor e Mestre em Educação pela UnB (2010/1996), licenciado em Geografia pela UnB (1984). Professor do Instituto de Educação/UFMT desde 2002, onde leciona as disciplinas: Metodologia do Ensino de Geografia; Organização e Fundamentos do Ensino Básico. Participa também da equipe de orientação e coordenação do Estágio Supervisionado Prática de Ensino; - Professor colaborador no mestrado do IE, Pesquisador do: Grupo dos Movimentos Sociais em Educação; (GPMSE - IE - UFMT) - Áreas de interesse e atuação; Dinâmica dos Movimentos Sociais; Educação Popular; Educação Socialista; Políticas Públicas em Educação; Estado e Educação; Espaço Sócio-geográfico e Educação; Prática e Ensino da Geografia.

■ 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da Educação de Jovens e Adultos e sua deficiência na oferta curricular, trazendo a Economia Solidária como alternativa para a superação desse problema. Ele está dividido em 5 partes no seu desenvolvimento.

A primeira parte discute a EJA como a complementação da escolaridade das classes trabalhadoras, surgindo para reparar o histórico problema de uma parcela da população que não completou seus estudos no tempo considerado regular.

Já a segunda parte traz um panorama geral das Diretrizes Curriculares Nacionais e as especificações que ela dá com relação à Educação de Jovens e Adultos, focando nas diferentes necessidades dos estudantes desta modalidade, além do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) e como ele foi criado com o intuito de atender a demanda de educação profissional técnica de nível médio para jovens e adultos que buscam não somente concluir seus estudos, mas também terem oportunidade de aprimoramento na educação profissional.

Na terceira parte discute-se sobre a figura mais presente nas salas de aula da EJA: o aluno trabalhador, onde, por meio de gráficos, percebemos uma grande parcela de estudantes mais velhos e que se encontram desempenhando alguma atividade remunerada. A quarta parte debate sobre a proposta de inserção da Economia Solidária nos componentes curriculares da Educação de Jovens e Adultos e como ela pode se tornar em uma importante aliada na formação dos estudantes, focando no diálogo educação-trabalho.

A metodologia do artigo baseou-se na pesquisa bibliográfica, sobretudo em publicações sobre Economia Solidária, artigos de EJA e legislações vigentes (leis, decretos e diretrizes). Além do referencial, trabalhou-se também com uma pesquisa elaborada e orientada pelo professor Marcos Macedo Caron³, executada posteriormente pelos cursistas como atividade de campo, utilizando-se de entrevistas com seus próprios alunos das turmas regulares da EJA na rede mu-

3 Professor do Instituto de Educação da UFMT, o qual ministrou no curso de especialização a disciplina “A EJA na diversidade Social Contemporânea”, 2014.

nicipal de Cuiabá, as quais totalizaram 165 entrevistados. Os objetivos do artigo consistem em mostrar a Economia Solidária como uma opção para superar a deficiência no currículo da EJA, reconhecendo a importância de se discutir o trabalho dentro de uma sala de aula com jovens e adultos.

■ 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO COMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLARIDADE DAS CLASSES TRABALHADORAS

A Educação de Jovens e Adultos foi criada a partir de um problema histórico brasileiro: a falta ou incompleta escolarização de uma significativa parte da população nos níveis de ensino da chamada Educação Básica, que compreende o Ensino Fundamental e Médio. Ela foi pensada para aquele cidadão que por inúmeros motivos não concluiu seus estudos ou nem chegou a ser alfabetizado, e encontra a possibilidade de ingressar na escola mesmo já estando em uma idade avançada. Como nos mostra o Artigo 208 da Constituição Federal, no seu inciso I, é dever do Estado garantir:

A educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. (BRASIL, Constituição Federal, artigo 208, inciso I).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação há também um espaço destinado à EJA no seu artigo 4º (inciso VII), onde diz que esse direito será efetivado mediante a garantia de:

oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, Ministério da Educação, 1996, artigo 4º, inciso VII)

O artigo 37 (parágrafos 1º e 2º) reforça a ideia de acesso e continuidade aos estudos especificando que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (BRASIL, Ministério da Educação, 1996, artigo 37, parágrafos 1º e 2º).

Como há uma diversidade muito grande no perfil desses estudantes, o projeto político e pedagógico e o regimento da escola que oferta a EJA necessitam focar em um:

[...] modelo pedagógico próprio para essa modalidade de ensino assegurando a identificação e o reconhecimento das formas de aprender dos adolescentes, jovens e adultos e a valorização de seus conhecimentos e experiências; a distribuição dos componentes curriculares de modo a proporcionar um patamar igualitário de formação, bem como a sua disposição adequada nos tempos e espaços educativos em face das necessidades específicas dos estudantes. (BRASIL, MEC, 2013: p. 127).

A EJA acaba se mostrando como uma espécie de reparação aos excluídos socialmente, analfabetos e marginalizados, e com ela que essa dívida histórico-cultural começa a ser descontada para transformar a realidade de milhares de brasileiros.

Paulo Freire, o grande precursor da Educação Popular e de Jovens e Adultos, sempre preocupou-se em ir além da perspectiva pedagógica. Seu discurso possibilita a reflexão dos sujeitos sobre a desumanização que sofrem. A educação não é apenas ensino, no sentido de competência, mas sim é uma saída para humanizar, libertar os oprimidos. A escola nunca deve esquecer seu papel nesse processo. Como o autor diz, é importante:

[...] enfatizar esta obviedade – a da relação entre desumanização e humanização, bem como o fato de que ambas demandam a ação dos homens sobre a realidade, ora para mantê-la, ora para modificá-la, para que evitemos as ilusões idealistas, entre elas a

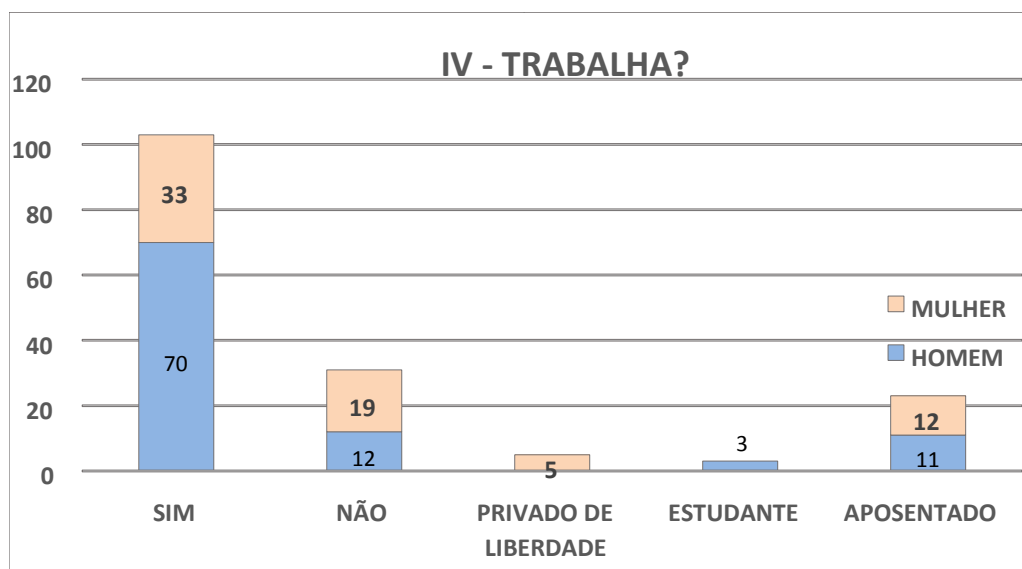
que sonha com a humanização dos homens sem a transformação necessária do mundo em que eles se encontram oprimidos e proibidos de ser. Uma tal ilusão, que satisfaz os interesses de todos quantos têm condições favoráveis de vida, revela facilmente a ideologia que se concretiza em formas assistencialistas de ação em que os proibidos de ser são convidados a esperar com paciência por dias melhores que, mesmo tardando, não faltarão... (FREIRE, 1984, p. 79).

Uma significativa parte dos alunos da Educação de Jovens e Adultos são pessoas que já trazem um conhecimento acumulado de décadas de vida e trabalho. São pessoas que voltam para a sala de aula ou entram pela primeira vez, na qual sua ocupação principal não é estudar. Por isso a necessidade da EJA em casar o trabalho e a educação. Para que se atinja tal objetivo, essa modalidade precisa ser estruturada diferente do sistema escolar tradicional. Ela tem que ser pensada para atender as condições de vida e trabalho de pessoas que tem como ocupação principal o trabalho. Segundo Arruda (2005):

É preciso partir da realidade do jovem e adulto trabalhador, o fato de que é hoje um trabalhador, lutando para construir um caminho ou para ajudar sua família na tarefa de produzir e reproduzir a vida. O ponto de partida é, portanto, o trabalhador concreto – se é homem ou mulher, jovem, maduro ou idoso, sua condição de vida e trabalho, sua história e seu saber acumulado, suas aspirações e seus anseios, seu universo de relações interpessoais, comunitárias e sociais. (ARRUDA, 2005, p. 32).

Na pesquisa realizada pelos cursistas de EJA e ECOSOL (turma do município de Cuiabá) constata-se uma forte presença do “aluno trabalhador”. Em um universo de 165 entrevistados, 104 alunos, ou seja, mais da metade, declararam estar desempenhando algum tipo de labor, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Perfil profissional dos alunos da EJA pesquisados.



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo professor Marcos Caron) no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária” da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

■ 3 AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS E O PROEJA

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) são normas que foram criadas pelo Conselho Nacional de Educação a fim de orientar o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino, fundamentada em propostas pedagógicas que visam o desenvolvimento da Educação no Brasil. Há as diretrizes gerais e também as específicas para cada modalidade de ensino. Segundo as DCN, os cursos de EJA:

[...] devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço. para que seja: rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos; provido suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas; valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes; desenvolvida a agregação de competências para o

trabalho; promovida a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho; realizada sistematicamente a formação continuada destinada especificamente aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, Ministério da Educação: 2013, p. 41).

As diretrizes curriculares complementam o artigo 37 da Constituição Federal quando especifica que os jovens e adultos, preferencialmente, tenham a oportunidade de ter acesso à Educação Básica articulada com a Educação Profissional.

O PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) foi instituído pelo Governo Federal em 2005, pelo primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, onde fica estabelecido que

O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional: I formação inicial e continuada de trabalhadores; e II -educação profissional técnica de nível médio. § 2o Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados: I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores. II -ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante. Parágrafo único. As áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos serão, preferencialmente, as que maior sintonia guardarem com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento das estratégias de desenvolvimento socioeconômico e cultural. (BRASIL, Decreto 5.840, 2006).

Como podemos observar, ele alia direitos fundamentais de jovens e adultos, educação e trabalho. Além de fundamentar o conceito de educação continuada e valorização das experiências do indivíduo.

É de se reconhecer os esforços e avanços contidos nos últimos anos na educação do Brasil, sobretudo no início da década passada. O PROEJA é um grande exemplo disso. O governo tem buscado corrigir a deficiência histórica na oferta de vagas para essa modalidade de ensino. O programa foi pensado para atender à demanda de educação profissional técnica de nível médio para

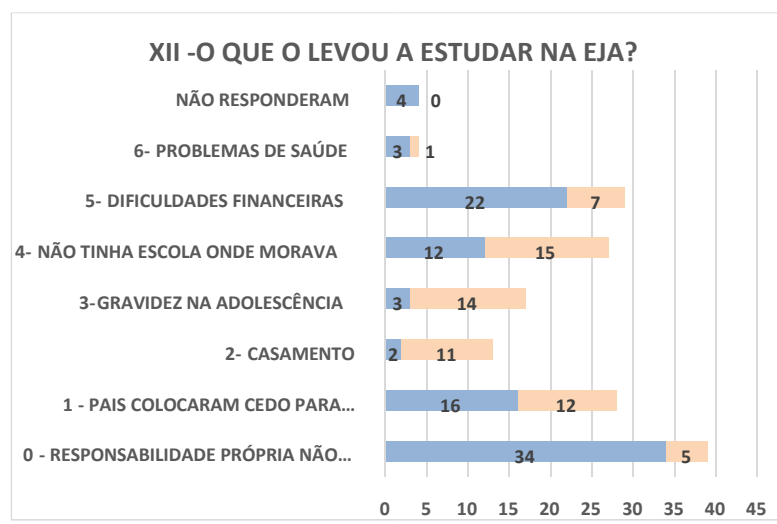
jovens e adultos que além de buscarem concluir seus estudos, almejam formação para se inserirem no mundo do trabalho.

■ 4 O ALUNO TRABALHADOR: PRESENÇA MARCANTE E DOMINANTE NA EJA

A Educação de Jovens e Adultos tem relação direta com o trabalho, pois ele se mostra como o maior motivo para a volta (ou primeira vez) à sala de aula. Em contrapartida, é também uma das principais causas para o abandono dos estudos. Muitos são obrigados a retomarem ou começarem os estudos no Ensino Fundamental ou Médio por necessidades relacionadas aos seus trabalhos. Seja por exigência de seu patrão, seja para aumentar seu salário, ou até mesmo para conseguir ler um manual de instrução.

Porém, ao contrário de um certo “*pensamento crítico generalizado*” sobre o sistema educacional brasileiro, ou seja, de que “*o Estado é o principal responsável pelo atraso nos estudos desses educandos*” (geralmente sob o argumento de que o Estado “*não oferece vagas o suficiente ou que não há escolas para todos*”), o resultado da pesquisa realizada surpreenderia, certamente, os maiores críticos que compartilham desta visão.

Gráfico 2 – Causas da interrupção dos estudos regulares e o consequente retorno à escola nos relatos dos alunos pesquisados:

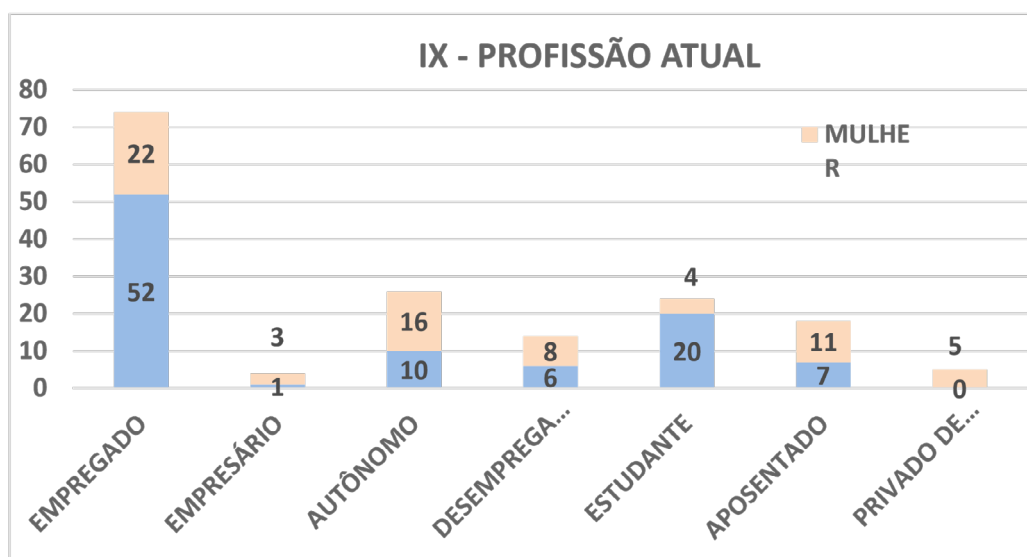


Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo professor Marcos Caron) no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária” da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

De acordo com o gráfico 2, a maior parte dos entrevistados declarou ser ele mesmo o responsável por não ter concluído os estudos em tempo regular. São aqueles alunos que tiveram oportunidades de acesso à Educação, mas que por escolha própria abandonaram as salas de aula. O número é ainda maior entre os homens: 34 se responsabilizaram pelo atraso nos seus estudos, enquanto somente 5 mulheres optaram por essa alternativa. Respostas de cunho familiar se mostraram mais presentes no universo feminino, como gravidez na adolescência e casamento.

Motivos como os pais colocarem cedo para trabalhar, dificuldades financeiras e casamento/gravidez apresentaram números significativos, reforçando a ideia da grande presença do “proletariado” na EJA. São alunos das classes populares, onde o trabalho se faz presente em suas vidas desde crianças, quando optam ou são obrigados a abandonarem a escola para ajudar na renda familiar. Como demonstrado no gráfico 1, o número de alunos que declararam não estarem trabalhando são de 31, os que responderam estarem somente estudando foram 3 e os aposentados somaram 23. Segundo dados observados pelo gráfico 3, a superioridade dos alunos que se declaram como trabalhadores é evidente em um universo de 165 pesquisados. Do total, 74 afirmaram serem empregados, 4 disseram serem empresários, 26 atuam como autônomos, 14 encontram-se desempregados, 24 são estudantes, 18 já aposentaram-se e 5 estão privadas de liberdade.

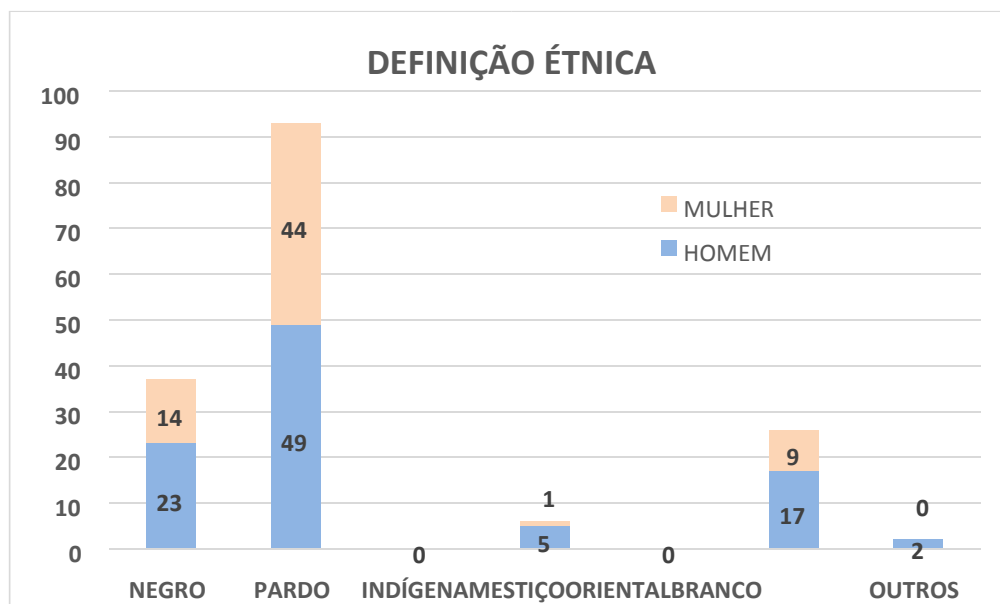
Gráfico 3 – Perfil profissional dos alunos pesquisados:



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo professor Marcos Caron) no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária” da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

A figura do aluno trabalhador, das classes mais baixas e de etnia declarada como negra ou parda (exemplificado pelo gráfico 4), mostra-se presente em sua maioria na pesquisa realizada. Isso demonstra a evolução ocorrida na sociedade brasileira nas últimas décadas, quando o brasileiro começa a se enxergar e se assumir como um descendente da africanidade e deixar para trás preconceitos étnicos enraizados ao longo dos séculos.

Gráfico 4 – Autodefinição étnica dos alunos pesquisados.



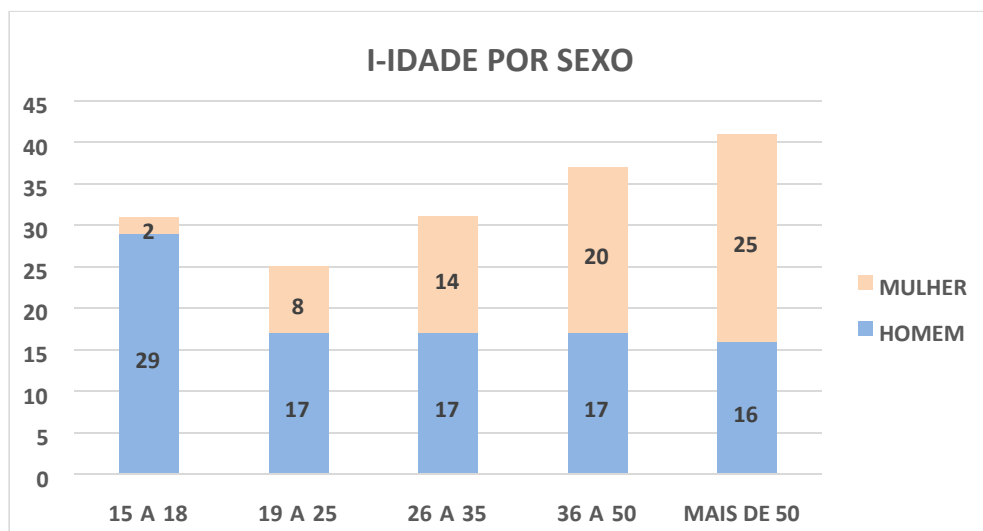
Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo professor Marcos Caron) no curso da "Especialização em EJA e Economia Solidária" da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina "EJA na Diversidade Social Contemporânea"

Em contrapartida, encontramos neste universo de pesquisa um significativo número de alunos jovens (como vemos no gráfico 5), que ainda moram na casa dos pais, não trabalham e cursam a EJA por estarem "defasados" nos estudos. Por este motivo, não devemos pensar que encontraremos somente a representação clássica do aluno trabalhador, ou seja, negro/pardo, das classes populares e mais velho.

Apesar disso, não há dúvidas que ainda temos uma superioridade no número de alunos que tem mais que 25 anos. No universo de 165 pesquisados, 109 possuem 26 anos para cima, aumentando a proporção de mulheres mais velhas e mantendo a de homens. Isso se deve ao fato de que, tradicionalmente, a mulher precisa se ocupar primeiramente com a família e o casamento. Muitas

delas precisam esperar os filhos atingirem uma idade que possam ser independentes, ou até mesmo saírem de casa, para poderem retomar seus estudos.

GRÁFICO 5 – Perfil de gênero e faixa etária dos alunos pesquisados:



Fonte: Pesquisa realizada pelos cursistas (orientados pelo professor Marcos Caron) no curso da “Especialização em EJA e Economia Solidária” da Universidade Federal de Mato Grosso (turma do município), na disciplina “EJA na Diversidade Social Contemporânea”

■ 5 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM COMPONENTE CURRICULAR NA EJA

A Economia Solidária tem se mostrado nos últimos anos como uma interessante alternativa para a geração de renda para os trabalhadores excluídos socialmente. A produção, venda, compra e troca são feitas baseadas em princípios de comércio justo, coletividade, cooperação, autogestão, ética, respeito aos direitos humanos e solidariedade. A autogestão se desenvolve a partir do momento que todos os integrantes do empreendimento são, ao mesmo tempo, trabalhadores e donos e tomam as decisões de forma democrática. É um processo que instaura novas relações de produção com crescimento econômico, justiça social e igualdade na distribuição de renda, lutando contra a opressão de interesses individuais e competições. Compreende diversas práticas econômicas organizadas em cooperativas, associações, clubes de troca etc. Sempre se preocupando também com o desenvolvimento sustentável. Ela é fruto da luta histórica dos trabalhadores frente à exploração capitalista.

A Ecosol está baseada no Comércio Justo e Solidário, que é:

uma nova forma de comercializar, uma prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários. (PISTELLI e MASCARENHAS, 2011, p. 9).

As relações comerciais entre produtores, comerciantes e consumidores são mais democráticas, sempre buscando um preço justo ao produtor e ao consumidor, onde todos são responsáveis na construção dessas novas relações, cultivam a confiança mútua e mantêm a transparência das informações.

Para Singer, a Economia Solidária:

foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. (SINGER, 2005: p. 14)

O trabalhador é responsável pelo que ocorre com a “empresa”, participando tanto das sobras quanto dos prejuízos e, para isso, a união entre os trabalhadores é essencial. Como não há um patrão ou empregado, ou seja, não existe hierarquia, conflitos podem prejudicar e até mesmo destruir o empreendimento.

A Ecosol está intimamente ligada à Educação de Jovens e Adultos quando nós partimos do pressuposto de que é uma atividade econômica representada por trabalhadores típicos das classes populares (tais como o proletariado, os empregados do setor de serviço, autônomos, donas de casa), assim como a maioria dos alunos da EJA na pesquisa realizada. A Economia Solidária se mostra como uma alternativa para se trabalhar na modalidade da EJA, pois esse vínculo pode ser utilizado para aproximar o estudante da sua realidade cotidiana.

A Ecosol poderia ser incluída como disciplina nos componentes curriculares, não excluindo o fato de que as disciplinas obrigatórias do Ensino Regular

também são importantes para a construção do conhecimento. O problema está em achar que elas isoladas são o bastante para que o processo de aprendizagem se consolide. Ela complementaria o ensino, assim como daria oportunidade de renda extra aos estudantes, sendo desta forma mais um estímulo que evitaria a evasão escola na EJA. De acordo com Arruda (2005):

A Economia Solidária desconstrói esse conceito de trabalho e promove o trabalho humano como ser, saber, criar e fazer, ou como toda ação transformadora do mundo da natureza em mundo humano, ou ainda como toda ação em que, ao transformar o mundo, o ser humano constrói a si mesmo. Tal conceito implica a emancipação do trabalho em relação à sua prisão mercantil – no sistema do capital, o trabalho assalariado – e à sua vinculação com a mera sobrevivência material. (ARRUDA, 2005: p. 34).

Para o estudante jovem e adulto, essa matriz curricular transposta da educação regular pode muitas vezes tornar-se pouco atrativa para fazê-lo permanecer em sala de aula. A ausência de uma pedagogia pensada diretamente para essa modalidade reflete na grande evasão de alunos vivenciada pelos educadores, além da pouca flexibilidade na carga horária. Muitos alunos sentem-se desmotivados por ter que enfrentar uma sala de aula 5 dias na semana e 4 horas por dia.

Segundo Tiriba e Fischer (2012):

as experiências para além dos muros da escola constituem-se como instâncias de aprendizagem e, ao mesmo tempo, como fundamento da educação de jovens e adultos uma vez que é no cotidiano dos processos de produção da existência humana, nas diversas instâncias das relações sociais, que os saberes vão se tecendo. (TIRIBA; FISCHER, 2012, p. 19).

A Economia Solidária pode vir a ser uma interessante saída para aproximar a educação do trabalho, pois as experiências vivenciadas fora de sala de aula pelos alunos no que diz respeito ao seu modo de sobrevivência e de fonte de renda se mostram importantes na construção de sua aprendizagem. Não se pode ignorar as atividades que eles desempenham fora da escola. Com a proposta de se trabalhar com a Economia Solidária (que prima pela Educação Popular), há a

possibilidade de articulação e diálogo com suas condições de trabalho e enfrentamento às injustiças sociais. Por meio dela podemos vislumbrar um caminho construído pelos alunos/trabalhadores para diminuir o desemprego, a pobreza e a precarização do trabalho. (TIRIBA; FISCHER, 2012).

■ 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, ao longo das décadas, tem enfrentado o grande problema da desigualdade social e exclusão das classes populares, o que acabou impactando o sistema educacional. Vemos que os alunos por variados motivos (como vontade própria, trabalho e filhos) não concluíram seus estudos em tempo hábil.

Apesar dos contundentes esforços na última década por parte do Estado, com a criação de programas, diretrizes e normas voltados especificamente para alunos jovens e adultos, além de aumento nos investimentos nesta modalidade de ensino, a lógica de que o aluno da EJA está “atrasado nos estudos” ainda não foi revertida.

A pesquisa executada em trabalho de campo pelos cursistas merece atenção, pois nos mostra um panorama com os perfis dos alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos do município de Cuiabá.

Como vimos, esses educandos são, na sua maioria, de idade mais elevada e trabalhadores e das classes populares. A Economia Solidária se apresenta como alternativa para uma maior inclusão dos estudantes jovens e adultos ao universo escolar, discutindo sobre o significado e importância do trabalho para o ser humano na construção da cidadania e dignidade, através de preceitos como cooperação, solidariedade, igualdade e justiça. Ela seria uma interessante adição aos componentes curriculares da EJA, juntamente com disciplinas que tenham foco com o trabalho, como por exemplo: orientação profissional, cultura do trabalho, “empreendedorismo” etc. Diante disso, a contribuição que ela poderia proporcionar a esta modalidade seria em oferecer um arcabouço aos estudantes que necessitam de uma formação que vai além do ensino básico, focando na educação para aprimorar sua prática profissional.

■ 7 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. SECAD - Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade, Economia solidária**: caderno do professor. Coleção Cadernos de EJA. São Paulo: Unitrabalho - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Brasília, DF: 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PISTELLI, Renata de Salles S. e MASCARENHAS, Thais Silva. **Organização de grupos de consumo responsável** / Instituto Kairós. São Paulo: O Instituto, 2011. (Caminhos para práticas de consumo responsável).

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. 104p.

TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno (coord.). Cadernos EjaEcosol. **O trabalho associado e autogestionário na Educação de Jovens e Adultos**. Niterói, RJ: Incubadora de Empreendimentos da Economia Solidária – IEES / Universidade Federal Fluminense, 2012.

EDUCAÇÃO E TRABALHO: A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

SAMYA KARLA LOPES DE OLIVEIRA¹

ILZA NUNES DA CUNHA POLINI²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar possíveis relações existentes entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e economia solidária (ECO-SOL) no âmbito educacional. Para isso foi realizado um levantamento bibliográfico na qual observamos, por intermédio dos autores pesquisados, que a EJA e a economia solidária tiveram ao longo dos tempos relações intensas, pois, à medida que ocorrem alterações no meio produtivo, conseqüentemente ocorrem mudanças no processo educativo, devido às transformações nas relações de produção e de trabalho, bem como, novas maneiras de educar. Também foram realizadas entrevistas com duas professoras que trabalham em um Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) que destacam a importância de um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Economia Solidária. Educação e Trabalho.

1 Especialista em Coordenação Pedagógica, UFMT 2013; Licenciada em Pedagogia para Educação Infantil, UFMT 2010; Licenciada e bacharel em Ciências Sociais, UNIRONDON 2005.

2 Mestre em Educação pela UFMT- Cuiabá, Professora da Rede Estadual e Municipal em Sinop, MT. E-mail: ilzapolini@hotmail.com.

■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar possíveis relações existentes entre educação de jovens e adultos e economia solidária no âmbito educacional. Na revisão bibliográfica observamos que a Educação de Jovens e Adultos e a economia solidária tiveram, ao longo dos tempos, relações intensas, pois, à medida que ocorrem alterações no meio produtivo, conseqüentemente ocorrem mudanças no processo educativo, devido às transformações nas relações de produção e de trabalho, bem como, novas maneiras de educar.

Assim sendo, os aspectos de opressão do modelo econômico vigente provocaram o surgimento de uma nova economia que vem se desenvolvendo e se consolidando no decorrer da história mais recente da humanidade, a economia solidária, que tem possibilitado a muitas pessoas, relações sociais alternativas baseadas em princípios como: autogestão, união, solidariedade, valorizando o trabalho humano e a preservação do meio ambiente.

A Educação de Jovens e Adultos tem em comum com a economia solidária o acolhimento das pessoas que não tiveram oportunidades, referente ao estudo ou, mesmo, condições de trabalho. No caso da EJA, a oportunidades dessas pessoas terem uma educação básica de qualidade e, no caso da Economia Solidária, a oportunidade de pessoas escolarizadas ou não, de comercializar produtos e serviços por intermédio dos empreendimentos solidários. (VIVIAN, 2012 p. 9).

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico; em seguida entrevistamos, aplicando um questionário de perguntas semiestruturada, duas professoras – uma com 31 anos, outra de 61 anos – que trabalham num CEJA, respectivamente atuando na área de Ciências da Natureza e Matemática.

Assim, o presente trabalho está organizado da seguinte forma: a primeira sessão descreve a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, buscando períodos marcantes da EJA. O segundo tópico apresenta, ainda que de forma breve, o surgimento da economia solidária no Brasil, bem como, a mesma, enquanto práxis pedagógica que, para além do trabalho propriamente dito, permeia (ou deve permear) as relações que se constroem no processo. Neste momento, trabalhamos com as entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa e com os autores que nos auxiliam na compreensão do da relação da EJA e economia solidária. No terceiro e último item, entrelaça-

mos a Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Economia Solidária, observando como uma e outra se relacionam, entrecruzam; e, quais as possíveis contribuições para a sociedade.

■ 2 BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O estudo da trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos pressupõe buscar alguns acontecimentos marcantes, começando pelo Brasil, durante o processo de colonização, após a chegada dos padres jesuítas, em 1549, que se voltou para a catequização e “instrução” de adultos e adolescentes, tanto de nativos quanto de colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social. Após a expulsão dos jesuítas, 1759 pelo Marquês de Pombal ocorreu uma desorganização do ensino. Somente no Império o ensino voltou a ser ordenado. (ARANHA, 2006).

Entretanto, com a saída dos jesuítas do Brasil (1759), a educação de adultos fica sob a responsabilidade do Império, quer a organização quer o emprego na educação. Dessa forma, a identidade da educação brasileira foi sendo marcada pelo elitismo que, então, restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica) eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. (STRELHOW, 2010, p. 51).

Em 1910, conforme dados do IBGE, “o direito a ler e escrever era negado a quase 11 milhões e meio de pessoas com mais de 15 anos”. Assim, alguns grupos sociais mobilizaram-se para organizar campanhas de alfabetização, chamadas de “Ligas”. Já no ano de 1920, com a crescente industrialização e a urbanização em todo o mundo, surge a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento, levando assim um grupo de intelectuais brasileiros a se interessar pela educação, vista como elemento central para remodelar o país. (BESERRA; BARRETO, 2014, p. 167).

Este grupo de intelectuais via no sistema estatal de ensino, livre e aberto, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais que se transformou em um movimento chamado Escola Nova que ganhou força nos anos 1930, principalmente após a divulgação, em 1932, do Manifesto da Escola Nova. Documen-

to esse que pregava a universalização da escola pública, laica e gratuita que foi assinado por intelectuais como Anísio Teixeira e a poetisa Cecília Meireles, entre outros. (CARON 2010).

Na década de 1930, a educação de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil, evoluindo com a Campanha Nacional de Massa, nos anos de 1940, recebendo a atenção do governo. A Campanha se extinguiu antes do final da década, devido às deficiências administrativas, financeira e também pedagógica.

Ressaltando a trajetória da EJA, a década de 1930 caracterizou-se, no Brasil, pela perda da hegemonia pelos latifundiários cafeicultores e pela emergência da burguesia industrial brasileira. A estruturação do Brasil urbano-industrial e o projeto liberal-industrializante, sobrepondo-se às elites rurais, desenharam, de forma gradual, uma nova configuração da acumulação capitalista no País, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia (MENDONÇA, 1985, p. 13).

A nova situação, implantada a partir dos anos 1930, veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, surgindo nesse processo novas exigências também no que tange à educação.

De acordo com o recenseamento de 1940, 55% da população brasileira maior de dezoito anos era analfabeta. Assim, Ribeiro (2001, p. 20) salienta que o analfabetismo era concebido como causa e não efeito da situação econômica, social e cultural do país.

Essa concepção legitimava a visão do adulto analfabeto como incapaz e marginal, identificado, psicológica e socialmente, com a criança. Justificando a propositura de campanhas de combate ao analfabetismo por meio das quais se acreditava poder resolver o problema dos atrasos nacionais e marginalidade, colocando o país nos trilhos do progresso.

Em decorrência, inaugura-se um período marcado pelo surgimento de propostas para a educação da classe trabalhadora. Foi a partir da década de 1940 que o espaço específico da educação de jovens e adultos se delineou:

[...] as ideias, as leis e as iniciativas que se consolidam configuraram uma situação inteiramente nova. Até então, registravam-se alguns esforços locais, mas na década de 40, cogita-se uma educação para todos os adolescentes e adultos analfabetos do país. (BEISIEGEL, 1982, p.1 77).

Nesta ocasião, a Organização das Nações Unidas (UNESCO), criada em 1945, passa a atuar com o objetivo de estimular a realização de programas nacionais de educação de adultos analfabetos nas regiões mais atrasadas do mundo. Estes programas tinham como objetivo promover o desenvolvimento de comunidades, em que a alfabetização era apontada como necessária para o desenvolvimento humano. (VENTURA, 2001).

Neste sentido, para fortalecer a crença do homem alfabetizado, valorizando a capacidade de transformar sua própria história, surge na década de 1960, o método de alfabetização de adultos e conscientização de Paulo Freire, que inspirou os principais programas de alfabetização do país, tendo sido aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. (BESSERRA; BARRETO, 2014).

Assim, ao olhar para história da EJA no Brasil podemos perceber que está muito ligada ao sistema desenvolvido na década de 60. Este teve sua primeira aplicação na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. E, com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido e praticado por diversos grupos de cultura popular.

Para Freire (2006, p. 15) "O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras". Percebe-se que os conteúdos trabalhados com a população atendida na EJA precisam ter relação com seu cotidiano, pois o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com diferentes trajetórias, histórias e experiências de vida. Logo:

A prática educativa, reconhecendo-se como prática política, se recusa a deixar-se aprisionar na estreiteza burocrática de procedimentos escolarizantes. Lidando com o processo de conhecer,

a prática educativa é tão interessada em possibilitar o ensino de conteúdos às pessoas quanto em sua conscientização (FREIRE, 2006, p. 16).

Essa proposta foi interrompida com o Golpe Militar (1964) e seus promotores foram duramente reprimidos, reaparecendo no ano de 1967, com o governo assumindo o controle dos Programas de Alfabetização de Adultos, tornando-os assistencialistas e conservadores. Nesse período lançou o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização (MATO GROSSO, 2008).

Na década de 1980, a sociedade brasileira viveu importantes transformações sócio-políticas com o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização, através da campanha nacional para as eleições diretas. (MATO GROSSO, 2008).

Em 1985, o MOBREAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR. A redemocratização possibilitou a ampliação das atividades da EJA. Estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos. (MATO GROSSO, 2008).

A Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

Na década de 1990, a fundação Educar foi extinta, e um grande vazio se formou na Educação de Jovens e Adultos, pois, nesse período alguns estados e municípios assumiram a responsabilidade de oferecer programas de Educação de Jovens e Adultos.

Ainda em 1990, a Conferência Mundial de Educação para Todos, que aconteceu em Jomtiem, na Tailândia, estabeleceu Diretrizes Planetárias para a Educação de Crianças, Jovens e Adultos. Já no ano 1997 realizou-se em Hamburgo, na Alemanha, a V Conferência Internacional de Educação de Jovens, promovida pela UNESCO, que representou um importante marco, à medida que estabeleceu a vinculação da educação de adultos ao desenvolvimento sustentável e equitativo da humanidade.

Atribuindo assim, à educação de jovens e adultos o objetivo de desenvolver a autonomia e o sentido de responsabilidade das pessoas e comunidades para enriquecimento dos seus conhecimentos e melhorias em suas qualifica-

ções técnicas ou profissionais ou a reorientação de vida, de modo a satisfazer suas próprias necessidades e as da sociedade.

Neste sentido, destaca que a educação de adultos compreende a educação formal e a educação permanente, a educação não-formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes numa sociedade educativa multicultural, em que são reconhecidas as abordagens teóricas e as baseadas na prática. (Art. 3º da Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, versão portuguesa).

Já, em 2000, sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 — Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica – que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução CNE/CEB nº 01/2000.

Neste contexto, Mato Grosso, homologa a Resolução CEE/MT nº 180/2000 – Conselho Estadual de Mato Grosso – que aprovou o Programa de EJA para as escolas do Estado, a partir de 2002, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, no esforço para universalizar o acesso e a permanência, regularizar o fluxo e respeitar a nova concepção da Educação de Jovens e Adultos. Incentivou, simultaneamente, a implementação de políticas públicas para que a função qualificadora passasse a preponderar, superando a função reparadora e equalizadora da Educação de Jovens e Adultos.

Para atingir essa finalidade, é imprescindível que as escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos se apropriem de uma identidade como expressão de uma cultura própria considerando as necessidades e potencialidades de seu alunado.

De acordo com as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais (2010), os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS) – espaços de referência para estudantes jovens e adultos – foram aprovados pelo Decreto Estadual 1.123, de 28 de Janeiro de 2008, sendo admitida, pelo art. 4º, a oferta do modo de atendimento por área de conhecimento, por disciplina.

Na perspectiva da criação de uma identidade própria, a partir de 2008, foram implantados CEJAS, em Mato Grosso, com a finalidade de proporcionar aos jovens e adultos a oportunidade de concluir a educação básica. Atualmente, existem 25 CEJAS em 21 municípios.

Em Cuiabá, são quatro CEJA, entre eles o CEJA Almira de Amorim localizado na região do Centro Político Administrativo (CPA). São espaços plurais de atendimento que compreende a educação formal e informal, voltados à integração dos jovens e adultos ao mundo do trabalho ao longo da vida, com as seguintes ofertas: por área de conhecimento, por disciplina e o exame supletivo, formas que oportunizam os sujeitos a realizarem seus estudos dentro de suas possibilidades, atendendo nos três turnos.

Os CEJAS surgem com a intenção de superar a visão compensatória e de alijramento que a educação brasileira por várias décadas atribuiu à EJA. Nessa organização pedagógica, destacam-se as matrizes curriculares por área de conhecimento, organizadas trimestralmente, oportunizando atividades diferenciadas e interdisciplinares, tais como: oficinas pedagógicas, plantões, aulas teóricas e momentos culturais, com um calendário escolar específico que respeita as diversidades inerentes a essa modalidade educacional. (MATO GROSSO, 2008).

Assim sendo, a proposta pedagógica dos CEJAS considera as especificidades locais e regionais no contexto mato-grossense de educação para atender aos estudantes da modalidade EJA, na perspectiva de uma educação de qualidade com flexibilidade de espaços e tempos de aprendizagem dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

Mesmo, sendo uma política educacional com tempos e espaços flexíveis a modalidade EJA, ainda não consegue garantir a permanência do público que são, em alguns CEJAS, estudantes trabalhadores que necessitam abandonar os estudos para trabalhar com pouco ou nenhum estudo, ficam limitados a ocupações informais ou ao subemprego ou são os primeiros a serem demitidos quando as empresas querem cortar custos.

Neste sentido, acreditamos que a proposta da Economia Solidária vem ao encontro das necessidades e anseios destes Jovens, adultos e idosos que podem encontrar na perspectiva do trabalho solidário, coletivo e colaborativo, as possibilidades de trabalho e renda e, conseqüentemente, manutenção da sua vida e de seus familiares.

■ 3 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária surge no Brasil, como resposta à grande crise que atingiu a América Latina, resultado do choque do petróleo, oportunidade em que os países não produtores de petróleo ficaram com dívidas enormes e tiveram que comprar petróleo a preços cinco vezes maiores em relação ao que pagavam antes da crise. E o Brasil foi um dos que mais se endividou. Quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo de falência. (SINGER, 2005).

Apesar do nome ter sido criado no Brasil, a economia solidária é um movimento que ocorre no mundo todo e diz respeito à produção, consumo e distribuição de riqueza com foco na valorização do ser humano. Sobre isso, Singer destaca:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Pensar em economia solidária é enfatizar não apenas a geração de renda mais sim os conceitos de justiça, igualdade, sustentabilidade, solidariedade entre outras virtudes extremamente necessárias para a formação humana. (SINGER, 2002, p. 10-11).

Prosseguindo com o raciocínio do professor Paul Singer, no Brasil o cooperativismo – e juntamente com ele o cooperativismo solidário, isto é, a Economia Solidária – teria surgido com mais clareza e importância a partir de 1980, período em que o país vivenciou um momento de muitas demissões e fechamento de fábricas, ou seja, de grande mudança nos números e condições da empregabilidade. (SINGER, 2005).

Assim pensou-se em Economia Solidária como um modo de produção ou uma alternativa para se contrapor ao capitalismo. E ainda apoiado nessas ideias, Singer destaca:

Em que cada trabalhador é responsável pelo que ocorre com a empresa, participando plenamente tanto das sobras quanto dos prejuízos. Se as sobras são significativas, parte delas será investida no empreendimento, valorizando a propriedade do conjunto dos

sócios; outra parte poderá ser repartida entre eles ou colocada em um fundo de reserva. É a assembleia dos sócios que decide o que deve ser feito com as sobras ou como devem ser cobertos os prejuízos, se houver... Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma encarrega-se de uma parte diferente do trabalho, via de regra, produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando o trabalho por inteiro. (2005, p. 14-15).

Entretanto, conforme a economia política sustentada por Adam Smith, quanto maior o número de pessoas envolvidas na divisão social do trabalho, tanto maior seria o fruto dos esforços de todos. Porém a Economia Solidária vai além muito disso, ela propõe que todos os que se dedicam à mesma linha de mercadorias – alimentos, vestuário, veículos, produtos químicos, serviços de educação, de entretenimento, etc. – também cooperem entre si e que os resultados do trabalho de todos sejam distribuídos de acordo com regras de justiça aceitas por todos ou pela maioria dos cooperadores. Reafirmando isso Singer diz:

Ao mesmo tempo (como todos cooperam entre si), os preteridos aprenderão dos afortunados como corresponder melhor aos desejos dos consumidores. Pois, se não for assim, a sociedade polarizar-se-á entre ganhadores e perdedores, levando à formação de nova sociedade de classes (ou à volta da velha). (2005, p. 16).

Ademais, de acordo Gadotti (2009, p. 15), a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção, distribuição e representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados.

■ 4 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA

Um dos grandes desafios na Economia Solidária é promover a práxis pedagógica, pois se opõe à cultura do Capitalismo. Segundo Singer:

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Mas, as pessoas que passam do capitalismo à Economia Solidária foram educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento com familiares, amigos, companheiros de lutas, isso é, com pessoas às quais estão ligadas por laços de afetividade e confiança. (2005, p. 15).

Neste sentido, a educação é essencial para a economia solidária, para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Principalmente os professores que estão atuando na EJA, pois segundo as Orientações Curriculares (MATO GROSSO, 2010) uma das principais causas da evasão desta modalidade é o trabalho. Seja enquanto atividade econômica assalariada ou não, porém sabemos que este mesmo trabalho também tem contribuído para o retorno à escola.

■ 5 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A EJA nasce no cenário brasileiro da união entre alfabetização e educação popular, compreendida como uma educação para o povo. Setores da igreja católica, da Universidade e organizações de estudantes participaram destas iniciativas de formação e foram responsáveis por alterar a lógica do “mínimo necessário” para uma Educação Popular com letra maiúscula, ou seja, uma concepção pedagógica politicamente assumida, que propõe desvelar as relações sociais de opressão ao longo do processo de aprendizagem. (BRANDÃO, 2002, p. 12).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica destinada ao atendimento a pessoas jovens, adultas e idosas da classe trabalhadora que, ao longo da sua história, não iniciaram ou mesmo interromperam sua trajetória escolar em algum ou em diferentes momentos de sua vida.

Assim, o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Educação, cria os CEJAS, com uma proposta pedagógica organizada por área de conhecimento em que considera as especificidades locais e regionais no contexto mato-grossense, com flexibilidade de espaços e tempos de aprendizagem dos

sujeitos da educação de jovens e adultos. De acordo com as Orientações Curriculares:

Sua estrutura pedagógica apresenta várias formas de atendimento, favorecendo múltiplas possibilidades de acompanhamento e intervenção pedagógica junto aos educandos, tais como: aulas na turma de origem, atendimento individualizado em plantões de professores, oficinas pedagógicas e aulas culturais. (MATO GROSSO, 2010, p. 215).

Quando se pensa nestas ações progressistas que embasam o desenvolvimento educacional na EJA percebe-se que muitas delas se guiam por aquilo que Oliveira (2003) descreve como fundamental: a escola como espaço, por excelência, da aprendizagem da cidadania e não somente do que está legitimado como saber pela classe dominante.

A intenção de auxiliar na constituição da cidadania, do trabalho coletivo, da transformação da realidade, da conscientização, demonstra o direcionamento ideológico e político desta forma de ensino. Sobre isso, as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso - SEDUC/MT destaca:

O trabalho pedagógico em Economia Solidária pode constituir um interessante instrumento para ajudar as dificuldades que os professores e professoras encontram para realizar o trabalho pedagógico por área de conhecimento, uma vez que a formação inicial ainda é disciplinar, pois a organização pedagógica para efetivar esta prática exige trabalho e planejamento coletivo. (MATO GROSSO, 2010, p. 233).

Portanto, a aproximação entre a EJA e uma alternativa de geração de trabalho e renda reflete-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação. Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada. (VIVIAN, 2007, p. 9).

E essa relação se traduz como um movimento que colabora na formação humana do sujeito, pois uma educação que procura desenvolver a autonomia intelectual, moral e social é uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

Para Arruda (2005), a EJA é coisa de países pobres ou empobrecidos. Ela existe porque existem excluídos, porque existem crianças cujo direito à educação foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou ao subemprego, ou são os primeiros a serem demitidos quando as empresas querem cortar custos.

Para a garantia do direito dos Jovens e Adultos à Educação Básica, o currículo deverá ser pautado numa pedagogia crítica, que considera a educação como dever político, como espaço e tempo propício à emancipação dos educandos e à formação da consciência crítico-reflexivo e autônoma, que acelera a ruptura de dominação das elites conservadoras e amplia os direitos humanos, libertários dos cidadãos trabalhadores.

A construção de um currículo significativo, com assuntos concernentes ao mundo do trabalho na EJA, pelo viés da economia solidária, rompe com o marco do sistema capitalista e ainda busca fortalecer os sujeitos de direito. E quando se menciona a construção de um currículo significativo, logo vem à tona formação do professor que atua na EJA, o qual não está preparado para tal exercício.

Ao vincularmos a educação de jovens e adultos com a economia solidária, podemos observar que o trabalho é o princípio educativo e o fim educativo deste processo, porém, a EJA por si só não irá reintegrar o jovem e o adulto que não obtiveram uma educação em idade regular no mercado de trabalho.

A ECOSOL, que é uma economia diferenciada, com seus princípios de autogestão, cooperativismo, união, solidariedade, tendo como foco o ser humano e não o lucro pode trazer, para o processo educativo, sentidos mais amplos, articulados com as relações da ordem social, econômica, política e cultural, que fazem parte da nossa realidade social brasileira.

■ 6 ANALISANDO OS RESULTADOS

Como forma de identificar possíveis relações entre a EJA e a ECOSOL, no âmbito educacional, foram realizadas revisão bibliográfica e entrevistas com duas professoras, utilizando roteiro de perguntas semiestruturadas. As professoras serão identificadas com as letras A e B, uma forma de manter em sigilo suas identidades.

Inicialmente, foi abordado o seguinte questionamento: Como educar na perspectiva de praticar a economia solidária. Na concepção da professora A:

A EJA tem o trabalho como princípio educativo e a ECOSOL visa, também, a valorização do ser humano e seu saber. Percebi que essa economia poderia, sim, ser uma alternativa para meus alunos. Fiz um levantamento na sala de aula sobre o que as senhoras sabiam fazer (era uma turma com muitas mulheres senhoras) e, então, uma aluna disse que sabia fazer sabonete. Pedi a ela que me ensinasse, e assim aconteceu. Pesquisei sobre as transformações que ocorrem durante o processo de confecção e então surge uma aula de química diferenciada e com a possibilidade de buscar renda, através das feiras de trocas. Os princípios da ECOSOL passaram a ser trabalhado em outras áreas do conhecimento e através de projetos que ainda acontecem.

Já Professora B diz:

Mostrando ao aluno que ele pode resolver problema de ajuste financeiro, inclusão e até mesmo ressocialização. (60 anos 2015).

Os relatos, acima, das professoras apresentam, em comum, a importância do professor conhecer a realidade de seus alunos e ainda que seu planejamento deve ser voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

Sobre isso Barcelos afirma:

[...] que uma importante vantagem de partir da realidade dos educandos no processo educativo consiste em oferecer aos alunos

oportunidade de se tornarem sujeitos do próprio conhecimento e da atuação na sociedade. Com isso, rompe-se com a ideia de que alguém faz o outro aprender, ou seja, em sala de aula, o professor é o que tem conhecimento, enquanto os alunos estão lá para receber esse conhecimento pronto. (2010, p.53).

De acordo com a Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais (2010, p. 228), dialogar com a Economia Solidária nos Currículos da EJA tem um caráter emancipatório. E, mesmo quando se entende a Economia Solidária apenas numa concepção restrita de geração e renda, ela pode contribuir para que o estudante trabalhador permaneça na escola e conclua seus estudos.

Desta forma, percebemos que segundo os relatos, acima, das professoras, o verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. E apoiado nas ideias de Gadotti destacamos:

Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros. A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. (2009, p. 35).

No intuito de demonstrar a importância da prática, as entrevistadas relataram as experiências vivenciadas na EJA. A professora A disse:

Trabalhar na EJA é desafiador. Aqui aprendi a importância de lecionar levando em consideração a prática diária do meu aluno, percebi o quanto ele se sente valorizado, quando o professor dá a devida importância ao conhecimento de vida que possui, sempre busco aliar essas vivências com o conhecimento científico/teórico, até que os mesmo entendam o porquê precisam aprender tal conteúdo. Muitas vezes, não é fácil o processo de inclusão, já que temos alunos especiais (surdo, cego, mentais, etc.), menores assistidos, idosos, jovens e adultos trabalhadores, imigrantes [...]. Mas, busco, ao máximo, contemplá-los com materiais individualizados, para tentar proporcionar-lhes a aprendizagem.

A professora B continua:

O que mais me deixou aflita foi trabalhar com os deficientes de visão e audição, ensinar matemática nessas condições é um desafio, mas conseguimos vencer os obstáculos com relativa facilidade.

Neste sentido, observamos o quanto é importante que a formação de professores esteja presente nas escolas e que ainda continua sendo uma das principais problemáticas que preocupa estudiosos. Sobre isso Gadotti ressalta:

Se esta frase fosse significativa para uma quantidade significativa da sociedade brasileira, talvez a pedagogia da autonomia fosse de fato aplicada nas escolas em todos os níveis de ensino, da creche à pós-graduação universitária. Ou teríamos uma nova geração muito mais propensa a se engajar na economia solidária, como modo de vida coerente com a sua vivência escolar. (2009, p. 15).

A educação do século XXI passa por várias exigências em relação ao ensino, principalmente em relação ao mundo do trabalho, exigindo dos jovens e adultos competências a serem desenvolvidas como: pensar e criar soluções, o que significa dizer que a escola deve ser considerada como lugar de transformação, que por meio dela, o cidadão constrói o seu direito à cidadania.

A Economia Solidária é produzida tanto por convicção intelectual como por afeto pelo próximo, com o qual se coopera. A hipótese aqui é que todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive.

Sendo assim, os espaços escolares podem e devem promover aos seus alunos e à comunidade a divulgação deste modo diferente de produção que para além da produção de bens intenciona a reprodução ampliada da vida, a valorização do ser humano.

■ 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve como objetivo identificar possíveis relações existentes entre educação de jovens e adultos e economia solidária, no âmbito educacional.

Durante levantamento bibliográfico foi observado nos estudos dos autores pesquisados, uma aproximação entre a EJA e a economia solidária como uma alternativa de geração de trabalho e renda, uma possibilidade capaz de construir novas bases para a educação.

Além disso, as entrevistas realizadas com as professoras apresentaram um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeita os tempos de aprendizagem de cada aluno.

O processo de aprendizado pode compreender, também, o aprender ser solidária, responsável, participativa a “ter paciência” e até a superar desconfianças. O aprender faz sentido ao sujeito pela sua história, pelas suas expectativas, suas referências, suas relações com os outros e pode levar os indivíduos a reverem como enxergam a imagem de si mesmos.

Estas ações sinalizam um avanço no que diz respeito ao reconhecimento da educação como meio de transformação pessoal e social e de entender o educando como alguém que está em constante busca, que anseia e sonha com dias melhores. A economia solidária aliada à EJA pode auxiliar homens e mulheres excluídos do sistema capitalista, ou por escolha, a encontrar outras formas de produção da vida, que resulta na valorização do ser humano.

■ 8 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

ARRUDA, Marcos. Redes, educação e economia solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. In: KRUPPA, Sonia Maria Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 31-40.

BARCELOS, Valdo. **Formação de Professores para Educação de Jovens e Adultos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BARRETO, Maribel Oliveira; BESERRA, Valeska. **Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos**. Disponível em <<http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014.doc>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BREVE HISTÓRIA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010

BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular**: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Ática, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários á pratica educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.

ORIENTAÇÕES CURRICULARES: DIVERSIDADES EDUCACIONAIS. Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2010.

RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Educação de Jovens e adultos**: novos leitores novas leituras. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil-ALB; São Paulo: Ação Educativa, 2001. (Coleção Leituras do Brasil).

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Disponível em: <<http://uab.ufac.br/moodle/pluginfile.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO. **Histórico da EJA**. Disponível em <<http://www.seduc.mt.gov.br/ejaHistórico/.doc>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

VIVIAN, D. **A Educação de jovens e adultos e a economia solidária**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/105.pdf>. Acesso em: 13 dez. de 2014.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigo-01.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

A ARTICULAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS DA EJA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESCOLA ESTADUAL ALMIRA DE AMORIM E SILVA: A PRÁTICA DO CLUBE DE TROCA COMO ELEMENTO EDUCATIVO

SEBASTIANA FRANCISCA CORRÊA¹

CARMEN DE FÁTIMA FERREIRA MARINHO²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de educação transformadora, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos através articulação da Economia Solidária com os conteúdos da EJA. Uma possibilidade de contrapor-se ao modelo de economia capitalista e desumana, que contribui para uma sociedade desigual, que gera o desemprego e a pobreza, causando a decadência humana. A Economia Solidária é formada por grupos de pessoas através de cooperativas e/ou associações. Junto com a educação, a Economia Solidária torna-se a principal ferramenta para redução das desigualdades, sendo, assim, um meio de transformação social. A EJA, portanto, tem como finalidade atender aqueles que por um longo período da vida e por diversas razões deixaram de estudar. Assim sendo, relatamos uma experiência positiva de as atividades desenvolvidas, tendo como base a Economia Solidária, via prática do Clube de trocas, realizada na E. E. CEJA Professora Almira de Amorim e Silva, localizada em Cuiabá/MT.

Palavras-chaves: Economia Solidária. Educação de Jovens Adultos. Transformação Social. Clube de Troca.

1 Graduada em licenciatura e bacharelado em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Orientanda.

2 Professora Orientadora. Mestre em educação pela UFMT. Docente do ensino superior na Universidade de Cuiabá. E-mail: cffmarinho@hotmail.com.

■ 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma proposta de educação transformadora através da articulação da Economia Solidária com os conteúdos da EJA, de forma a contrapor o modelo de economia capitalista desumana e que contribui para uma sociedade desigual, que nega a geração de renda e o desenvolvimento socioeconômico daqueles menos favorecidos. A Economia Solidária acontece através de cooperativas e/ou associações e é primordial no combate à desigualdade e à negligência do saber para toda a vida.

A educação, na perspectiva da solidariedade como um princípio, torna-se a principal ferramenta para redução das desigualdades, se constituindo um meio de transformação social. A EJA, portanto, tem como finalidade atender pessoas que por inúmeras razões deixaram de estudar em idade regular.

Neste sentido, relata-se, no presente artigo uma experiência positiva, realizada na E. E. CEJA Professora Almira de Amorim e Silva, localizada na Rua 86, nº 35, Setor 1 CPA III, em Cuiabá – MT. Os trabalhos desenvolvidos, tendo como base a Economia Solidária na perspectiva do Clube de Trocas, tiveram em vista que a maioria dos alunos deixa a escola, pois precisam trabalhar para manter o sustento de suas famílias. Assim nossa compreensão é a de que, quando é dado ao aluno oportunidade de geração de renda, dentro da própria unidade escolar, tal possibilidade fará com que ele se comprometa com seus estudos, sem se preocupar com a realização do trabalho temporário ou informal. Trata-se, pois, de uma forma de evitar a evasão escolar,

Para tanto, o presente artigo encontra-se dividido em quatro partes, sendo que a primeira discute o conceito e os princípios da Economia Solidária, seus objetivos e benefícios; a segunda parte apresenta alguns aspectos da educação libertadora no Brasil; a terceira parte trata da Educação de Jovens e Adultos e as dificuldades e perspectivas desta e, por fim, na quarta e última parte, relata-se a experiência vivida na E. E. CEJA Professora Almira de Amorim e Silva, mediante realização do Clube de Trocas.

■ 2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária começa a surgir no mundo com o avanço do capitalismo na sua forma mais cruel e desumana (SINGER, 2010). Com a falência de

grandes empresas, indústrias, os operários viram seu sustento, seu trabalho se extinguindo, e perceberam a necessidade de se unirem para não deixar ir por terra anos de lutas. Segundo Paul Singer (2010), a prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. A economia Solidária exige, dos indivíduos que participam dela, um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição.

Dessa forma, começam a aparecer as cooperativas, as associações como meio de revitalizar, reestruturar pequenas ou grandes empresas. Nesta direção, os trabalhadores deixam de ser assalariados para tornar-se um associado ou cooperado da antiga firma.

Singer (2010) afirma ainda que, no plano econômico, cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos outros. Com o surgimento da Economia Solidária seus participantes passam a pôr em prática os princípios dessa economia que tem como base a:

- a) Autogestão, em que os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
- b) Cooperação, em que, em vez de forçar a competição, convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa;
- c) Democracia: a Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica subordinado ao capital;
- d) Centralidade do ser humano, em que as pessoas são mais importantes que o lucro;
- e) Valorização da diversidade, mediante o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e da valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual;
- f) Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular;
- g) Emancipação mediante prática da Economia Solidária que emancipa e liberta;
- h) Valorização da aprendizagem e da formação permanente;
- i) Justiça social na produção, comercialização, consumo, financia-

mento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades;

- j) Cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.

Através desses princípios, inúmeros projetos sociais, cooperativas, associações, criação de banco comunitário surgem pelo Brasil inteiro como a Rede “Justa Trama” no Ceará – CE, Rede “Abelha” (Grupo Colmeias) do Nordeste e tantos outros espalhados pelo país. (Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social, 2007, p 20, 26 e 28).

Dentre esses princípios básicos da Economia Solidária, pode-se dizer que *outra economia acontece!* Que é possível valorizar o ser humano na busca de sua dignidade social, política e econômica. Paul Singer (2010) ressalta que a Economia Solidária é produzida tanto por convicção intelectual como pelo afeto pelo próximo, com o qual se coopera.

■ 3 ALGUNS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA NO BRASIL

A educação libertadora no Brasil tem como referência as ideias de Paulo Freire, uma vez que as reflexões do autor sobre a educação objetivaram a criação de uma pedagogia crítico-educativa. Na visão do autor, a pedagogia libertadora consiste em:

Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1968, p. 34).

A educação, pensada sob a perspectiva de Freire, tem necessariamente um caráter libertador e não domesticador, comum no modelo tradicional da educação. Seria uma práxis educativa cuja finalidade é libertar o homem de toda situação de opressão, à qual se encontra sujeitado, através da libertação de sua consciência, tornando-o um sujeito crítico e reflexivo, capaz de transformar sua realidade e inserir-se na sociedade de forma efetiva.

A educação libertadora proposta por Paulo Freire (1968) possui uma face crítica e educativa, que deverá materializar-se mediante a emancipação do ho-

mem diante da opressão, pois, a educação possui como tarefa, nesta perspectiva, demonstrar sua preocupação diante da realidade vivida pelo educando, propondo intervenção prática no ambiente cotidiano escolar, de forma dinâmica e transformadora, considerando, a todo instante, a realidade concreta, singular e peculiar de cada educando.

Nesta direção, o foco central da educação libertadora de Freire é o combate acirrado à dominação e opressão dos “desprivilegiados”. Esses podem ser entendidos como os “marginalizados” da sociedade capitalista.

A crença de Freire residia na possibilidade de mudança do ser humano, enquanto sujeito inacabado, e na conscientização deste sobre sua situação de exploração e dominação, diante dos seguimentos mais altos da sociedade.

Nesta perspectiva, na busca por construir uma educação libertadora, Freire enfatiza que é preciso que se compreenda a educação como um processo de formação humana.

Desta forma, Freire (2000) afirma que ensinar não é somente transmitir conhecimento e sim proporcionar que o aluno aprenda de dentro para fora. Assim, ao se tratar da Educação de Jovens e Adultos, deve-se levar em consideração a sua história de vida, sua ideologia, seu conhecimento empírico, a bagagem que esse educando leva para o centro de educação. por ora destinado a ele. A EJA precisa tratar seu aluno como pessoa capaz de, dentro de suas possibilidades, aproveitar as experiências que carrega consigo, em geral muito ricas. A formação escolar só vai trazer a ele o benefício da leitura e da escrita se essa experiência for construída de forma positiva.

Uma educação libertadora, segundo Paulo Freire (1967), deve ser desvestida da roupagem alienada e alienante a fim de que seja uma força de mudança e de libertação (p.36).

O ser humano deve ter suas próprias ideias, seu pensamento no mais absoluto da preservação. Assim, impor a ele ideias é deixá-lo na iminência da ignorância. Paulo Freire (1967) afirma que expulsar esta sombra pela conscientização é uma das tarefas fundamentais de uma educação realmente libertadora e por isto respeitadora do homem, como pessoa (p. 37). Escolarizar um adulto através da educação é dar asas para que ele alcance novos vós, é devolver a ele a dignidade e a esperança.

■ 4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - DIFICULDADES E PERSPECTIVAS

A história da Educação de Jovens e adultos no Brasil não é um processo recente, sempre existiu preocupação governamental em alfabetizar a grande maioria da população brasileira, maior de quinze anos, que não sabia ler e escrever.

Na perspectiva das dificuldades, Vivian (2007) argumenta que a EJA como modalidade escolar contempla uma dívida social com os sujeitos que não tiveram acesso à educação na idade própria, apresentando um caminho que se articula na tentativa da inclusão social, econômica e cultural.

Como possibilidade de perspectivas, a parceria entre Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária tem como objetivo combater o desemprego, reestruturar a vida social e econômico do cidadão, retirar pessoas da informalidade, do trabalho escravo, dando ao indivíduo a oportunidade de retomar os estudos e, ao mesmo tempo, garantir o sustento de sua família. Essa parceria passou a ser possível devido ao avanço do capitalismo globalizado, avanço tecnológicos, fragilidade empregatícia e, até mesmo, desestruturação familiar, pois a mulher tem se tornado cada vez mais arrimo de família.

Vivian (2007) menciona que é perceptível em todo país o crescente número de mulheres agindo tanto no segmento da Economia Solidária como na Educação de Jovens e Adultos. Em todo Brasil é crescente o número de projetos desenvolvidos por elas para garantir renda, liberdade, autoestima, dignidade e bem-estar.

Para Vivian (2007), a partir de todas essas mudanças, é perceptível o aumento do desemprego no que se refere ao seu volume e diversidade na sua forma, além de atingir de forma desigual os indivíduos, mediante suas características de sexo, escolarização, idade, raça...

Fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem que ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. (Singer, 2005, p 16).

Para Paul Singer (2005), a pedagogia que perpassa a Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como fazem os jogos competitivos, embora a Economia Solidária nada tenha a ver com o estilo de competição. Fato é que tanto em competir como em cooperar, o sujeito se sente feliz. Menciona Singer (2005) que, no primeiro caso, a felicidade só é completa se o sujeito vence e consegue demonstrar sua superioridade sobre os demais. Na última possibilidade, a felicidade é vivenciada toda vez que se coopera, independentemente do resultado, uma vez que ocorre aí o processo de ajuda mútua.

Com base nessa parceria é que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Economia Solidária (ECOSOL) no ano de 2013, mediante ação da Secretaria Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso, através da Gerência da EJA, implantou na E. E. CEJA Professora Almira de Amorim e Silva a semente da Economia Solidária para que, através dela, os alunos desse centro de educação pudessem ter uma renda, evitando assim a evasão escolar que se configura como um dos maiores problemas na história do EJA.

Diante da implantação do projeto, a Área de Ciências Humanas Sociais e suas Tecnologias foi buscar formação e conhecimento para poder repassar aos alunos e toda comunidade escolar um outro tipo de economia, capaz de se sobrepôr ao modelo de economia capitalista que gera desemprego, falência, entre outras formas de degradações possibilitadas pelo capitalismo.

■ 5 RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO CLUBE DE TROCAS

Na perspectiva da Economia Solidária uma inovação recente são os clubes de troca. Segundo Singer (2010),

Eles foram inventados mais ou menos ao mesmo tempo no Canadá e na Argentina, em meados da década de 1980. São em ambos os casos, respostas ao desemprego e à queda da atividade econômica provocada por recessões. Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços,

mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. Em outras palavras, a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho. Estas situações são muito comuns em localidades atingidas por grande perda de empregos. (SINGER, 2010, p. 105-106).

A visão, segundo Singer (2010), é a de que com a criação de moeda própria, o clube de troca gera um mercado que não existia, sendo que tal mercado gera vantagens para todos: tanto para os que estavam desempregados que passam a trabalhar e os outros que conseguem satisfazer suas necessidades. Socialmente, também há vantagens porque as pessoas que há muito tempo estavam fora do mercado de trabalho, deixam de viver o isolamento, melhorando, inclusive, os relacionamentos familiares.

Conforme Singer (2010), nos clubes de troca passam a existir metodologias próprias para o processo de giro de mercadorias, sendo que as experiências positivas são aproveitadas e as negativas descartadas, abrindo espaço para novas tentativas de ações interessantes ao atendimento das reais necessidades dos cooperados ou participantes do Clube de trocas.

Na medida da necessidade, os grupos de trocas podem criar sistemas de intercâmbio entre si e, até mesmo, uma moeda própria, cujo valor não possui lastro para além do Clube, mas que tem a capacidade de gerar meios econômicos aos participantes do grupo de troca.

Dessa maneira,

as moedas sociais emitida em uma comunidade tanto podem ser trocadas por produtos e serviços dessa comunidade, quanto por produtos e serviços oferecidos por grupos de troca em qualquer lugar no mundo. Mas os intercâmbios ficam restritos apenas aos grupos de trocas. (MANCE, 2008, p. 173, 174).

Na perspectiva pedagógica, se faz importante evidenciar a Economia Solidária como alternativa viável e emergente ao sistema capitalista de produção, mediante a possibilidade de desenvolvimento de habilidades e competências, como organização, cálculos matemáticos, poder de argumentação e oralidade, entre outros.

Além disso, o clube de trocas proporciona novos caminhos para sanar “a ameaça que nos atinge, a da negação de nós mesmos como seres humanos submetidos à ‘fereza’ da ética do mercado”. (FREIRE, 1996, p. 128-129).

Dentre estas desigualdades, a que mais nos atinge a dimensão escolar é a questão do desemprego, que desencadeia tantas outras situações que ficam evidentes no cotidiano da Educação de Jovens e Adultos.

E como o grande motivo de, a cada dia, mais jovens e adultos procurarem a EJA é a questão profissional, alimentada com a intenção de (re)colocação no mercado de trabalho, percebe-se que esta se caracteriza como um lugar privilegiado para uma outra educação, capaz de possibilitar um outro mundo.

Acentuam-se os problemas quando levamos em consideração que jovens em liberdade assistida são inseridos nesta modalidade escolar, como uma nova chance de vida. Além disso, é essencial recordar que nossa cultura é, ainda, predominantemente machista e as mulheres, portanto, enfrentam grandes desafios familiares e sociais para estudar.

Seria possível citar várias situações que mostram que a EJA está se evidenciando como o espaço de resolução de questões que a educação formal não dá conta, como a inclusão em todos os seus aspectos.

Contudo, é ainda importante citar que a estrutura e importância que a EJA tem na rede de educação, seja ela municipal ou estadual, é secundária se comparada com a educação formal, apesar de estarmos buscando caminhos de torná-la tão importante quanto a educação regular.

Estes motivos e muitos outros justificam a necessidade emergente de refletirmos alternativas pedagógicas que contribuam com a instituição de um novo modo de organização social e a Economia Solidária, em articulação com os conteúdos da EJA, se constitui em uma possibilidade viável de resignificação da oferta de EJA.

Neste sentido, a EJA se destaca enquanto uma possibilidade para novas experiências, justamente por ter como discentes pessoas que já não estão inseridas no modo de organização social vigente.

O clube de trocas pode auxiliar na reflexão sobre a prática mais valorizada na sociedade atual: o consumo. Considerando que a troca solidária privilegia a utilidade e não o status, esta interessa, sobretudo àqueles que não têm condi-

ções financeiras para o consumismo imposto e por isso, muitas vezes, se veem motivados a consumir a qualquer custo, o que leva à baixa autoestima, criminalidade, prostituição, etc.

Assim, o clube de trocas pode servir como um elemento pedagógico de interessantes proporções, justamente por atacar o coração do sistema capitalista de produção, observando ainda que, ao participar do clube de troca, o educando estará exercitando vários pontos importantíssimos para seu desenvolvimento educacional, pessoal e social.

Atualmente, diante da realidade de uma sociedade capitalista, em que nos últimos tempos, a mídia não tem medido esforços para induzir a população a uma “onda” de consumismo desenfreado, acreditamos ser importante oferecer aos alunos da EJA outras formas de pensar e adquirir seus bens de consumo.

Para isso, acreditamos na possibilidade de criação de novos espaços de conhecimento, discussões e vivências de outra forma de sociedade, mediante prática da Economia Solidária em articulação com a educação.

Percebe-se que o termo e significado de Economia Solidária são pouco conhecidos para a população na comunidade escolar, tanto para os alunos quanto para os professores.

A educação em Economia Solidária em parte, implica na construção de novas relações entre as pessoas e também com a natureza, onde o Homem é parte integrante dessa natureza.

Esse tipo de educação ou formação tem como perspectiva o trabalho e a criação, nos quais os sujeitos constroem sua autonomia na relação com o trabalho, mediante diferentes formas de produção. Nessas situações, o sujeito tem o controle da produção, administração, distribuição, troca e consumo dos bens produzidos a partir de seu trabalho.

Conforme citado no documento *Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária*, “os processos educativos promovem a construção coletiva de conhecimento e de novas práticas sociais”, promovendo, assim, a redescoberta do sentido do fazer, estimulando a criação de novos valores e resignificando valores e práticas sociais.

A educação deve ser concebida por meio da ação dialógica e problematizadora, conforme sempre defendeu Paulo Freire. E a autoridade do educador

transforma-se em prática pedagógica libertadora, respeitando o outro na sua diversidade.

As discussões sobre Economia Solidária que pretendemos desenvolver com os alunos da EJA possibilita trabalhar os conteúdos, a metodologia e seus princípios.

A experiência desenvolvida no CEJA Professora Almira de Amorim e Silva em Trabalhar a ECOSOL em articulação com a EJA é uma das formas de evitar a evasão escolar, tendo em vista que a maioria dos alunos deixa a escola, pois estes precisam trabalhar para manter o sustento de suas famílias.

Quando é dada ao aluno oportunidade de geração de renda, dentro da unidade escolar, tal perspectiva faz com que ele se comprometa mais com seus estudos, sem se preocupar em procurar um trabalho temporário ou informal.

Ao receber a proposta para trabalhar a ECOSOL, mediante a perspectiva da interdisciplinaridade na unidade escolar, os professores da área de Humanas foram orientados a desenvolver um dia de troca na forma direta³. Assim sendo, foi organizado um dia de Troca Direta ou/e Clube de Trocas.

Através dos princípios da ECOSOL foi que o CEJA Almira de Amorim e Silva desenvolveu em 2013 a experiência da troca. Esse dia foi realizado pela Área de Ciências Humanas Sociais e suas Tecnologias nos três períodos de ensino, de forma a poder contribuir com os alunos do Lar Cristão, através da realização de doações.

Para tanto, foi implantada no Centro de Educação de Jovens e Adultos: E. E. Professora Almira de Amorim e Silva a prática da Economia Solidária, como forma de aumentar a renda dos alunos e também sensibilizá-los de que outro sistema de economia acontece e que pode favorecer muitas pessoas e com isso diminuir a evasão escolar, uma vez que, a experiência proporcionaria o suprimento de algumas das necessidades materiais básicas que envolvem os alunos, tais como o provimento de roupas, calçados, utilidades domésticas, livros, artesanatos e materiais de limpeza.

A introdução da Economia Solidária no CEJA Almira Amorim aconteceu em quatro momentos:

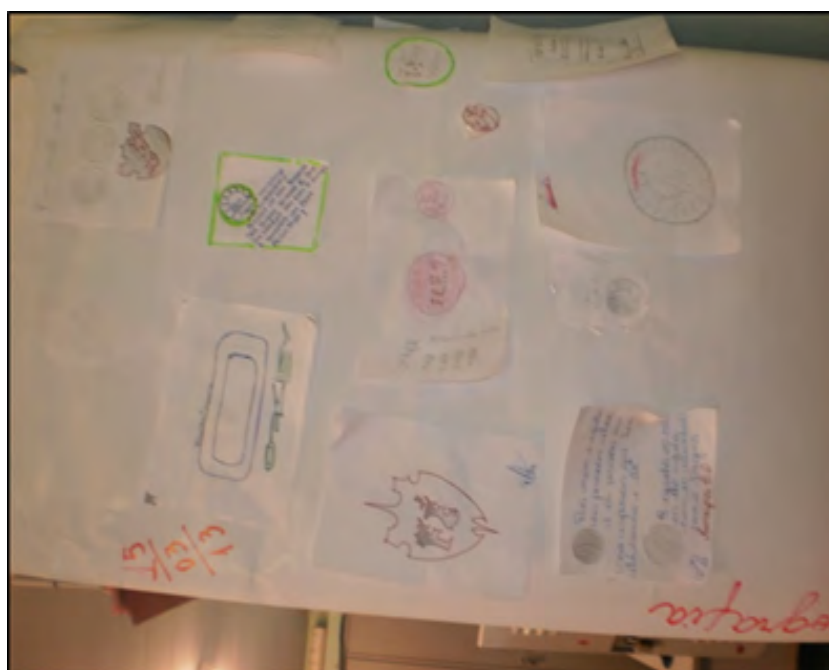
Primeiro: a escolha do CEJA Almira para implantar a Economia Solidária;

3 A troca na perspectiva da forma direta não inclui o uso de moeda.

Segundo: os professores e coordenadores da Área de Ciências Humanas Sociais e suas Tecnologias, mediante realização de uma oficina, tiveram orientação dos profissionais da Secretaria Estadual de Educação, sob a supervisão da gerência da EJA, sobre como funciona e como organizar a confecção da moeda, caso a troca fosse de forma indireta;

Terceiro: Os professores, em sala de aula, introduziram o conteúdo, falando de como acontece a Economia Solidária, fizeram as moedas, organizaram amostra de uma pequena troca em sala de aula para que os alunos pudessem compreender o processo.

Foto1 – Painel de Sugestões de Moedas.



Fonte: Corrêa, 2013.

No Centro de Educação de Jovens e Adultos nos deparamos com jovens nas mais variadas situações e, durante a realização do evento, eles souberam se comportar muito bem, participaram, escreveram o que sentiam na vivência da dinâmica executada pelos professores.

Foto 2 – Alunos Participando da dinâmica.



Fonte: Correa, 2013.

Quarto: os professores, coordenadores e alunos se organizaram para que ocorresse “O dia da Troca” e esse dia aconteceu 21 de março de 2013, nos três períodos. A realização desse evento fez com que os alunos tivessem noção da dimensão do que é a Economia Solidária e de como é possível adquirir bens, serviços e outros produtos sem precisar de moeda convencional. A mesa tinha produtos bem variados para a troca.

Foto: 3 – Mesa com Produtos para Troca.



Fonte: Corrêa, 2013.

O CEJA Almira tem salas anexas no Lar Cristão, que atende a alunos em situação de risco, dependentes, pessoas com todo tipo de necessidades. Nesse dia os alunos contribuíram com roupas, calçados, alimentos, acessórios, amenizando assim a situação dos colegas.

Foto 4 – Doações para o Lar Cristão.



Fonte: Corrêa, 2013

No encerramento da Troca, foi realizado por professores e alunos um momento de partilha, em que cada um trouxe algum tipo de alimento para ser partilhado; nesse momento foi cantada a música de Zé Vicente “Quem disse que não somos nada”.

Foto 5 – Momento de Partilha.



Fonte: Corrêa, 2013.

A música de Zé Vicente retrata bem os princípios da ECOSOL. O evento só foi realizado graças à colaboração de todos. E eles só puderam estar envolvidos no processo porque estavam num centro de Educação de Jovens e Adultos.

■ 6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

É possível perceber que a Economia Solidária consiste em uma parceria viável para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, contudo, para que dê certo, faz-se necessário o envolvimento de toda a escola, a fim de que o projeto possa ser concretizado de forma positiva.

Não é possível desenvolver os preceitos da Economia Solidária de forma isolada. Ela só será desenvolvida de forma satisfatória, se articulada aos conteúdos, cujos significados fazem sentido à vida dos atores sociais envolvidos no processo educativo, mediante um conjunto de ações para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural de um grupo de pessoas.

No desenvolvimento das ações de articulação entre a Economia Solidária e os conteúdos da EJA, no dia a dia da prática pedagógica escolar, a gestão deve se envolver, se comprometer junto com todos para que a Economia Solidária não se torne uma atividade isolada, beneficiando apenas um determinado grupo da unidade escolar.

Diante dos princípios da Economia Solidária é possível identificar que ela deverá ocorrer de forma corporativa e não competitiva, já que ela só se torna satisfatória quando atinge o maior grupo de pessoas de forma igualitária. Neste sentido, para que haja o desenvolvimento da Economia Solidária diante das perspectivas exigidas para os discentes pertencentes à EJA, a prática deve ser perpassada pelo aspecto educativo e pelo aspecto atitudinal de valorização do outro como semelhante.

A experiência vivenciada no CEJA Almira de Amorim e Silva demonstra que é possível a viabilidade da realização constante do Clube de troca, evitando, assim, a evasão escolar de alunos, pois a troca possibilita o suprimento de parte de suas necessidades materiais diárias.

■ 7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Economia solidária, outra economia acontece**: cartilha da campanha nacional de mobilização social. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática libertadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. Educação de Adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2006. p. 15-17.

MANCINI, Euclides André. **Constelações Solidárias**. Passo Fundo: IFIBE, 2008.

SINGER, Paul. A Economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, Sonia Maria Portella. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. p. 13-20.

_____. Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

VIVIAN, Danise. A educação de jovens e adultos e a economia solidária. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/105.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2015.

A PERSPECTIVA DO ALUNO DA EJA SOBRE A EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA CEZINA ANTONIA BOTELHO NO MUNICÍPIO DE ACORIZAL/MT

SILMARA CORREA TAQUES¹

MARIA DAS GRAÇAS MARTINS DA SILVA²

Resumo: A educação é de extrema importância para formação do indivíduo, contudo no Brasil muitas crianças e adolescentes são obrigados a deixar a escola para trabalhar e ajudar a família. E quando chegam na fase adulta, veem necessidade de voltar às salas de aulas, por motivos diversos. Com base nestes pressupostos, o presente estudo tem como objetivo verificar as perspectivas dos alunos em relação à educação de jovens e adultos da Escola Cezina Antônia Botelho Município de Acorizal/MT. Para o desenvolvimento deste estudo fez-se uso tanto da pesquisa bibliográfica como da aplicação de um questionário, para saber quais as perspectivas dos alunos da EJA. Os resultados mostraram que os estudantes voltaram para a escola a fim de aprender a ler e escrever e assim obter trabalho na região em que vivem e com perspectiva de continuar os estudos e até mesmo alcançar o ensino superior. Ao final do presente trabalho, sugere-se novas pesquisas sobre a EJA, em especial que tenham como foco a evasão nessa modalidade de ensino e, conclui-se que os alunos da EJA na escola estudada estão satisfeitos com os métodos aplicados no processo de ensino aprendizagem, e consideram a língua portuguesa a disciplina mais interessante, visto que todos desejavam aprender a ler e escrever.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Ler e escrever.

1 Professora da rede estadual de educação de Mato Grosso. E-mail: silmara_taques@hotmail.com.

2 Professora da UFMT. Doutora em Educação.

■ 1 INTRODUÇÃO

A luta contra o analfabetismo no Brasil vem de longa data. Diversas reformas foram realizadas na estrutura do ensino brasileiro, a fim de promover melhorias. Em muitos municípios brasileiros, a educação se apresenta em péssimas condições, tanto relacionadas à infraestrutura, como desvalorização dos profissionais, violência escolar, entre outros problemas.

A alfabetização, desde a década de 1980, tem sido encarada de uma maneira específica. Por exemplo, passou a ser vista como um processo que vai além da simples codificação e decodificação, visto que é algo necessário para a vida social. Deve-se considerar o contexto, a situação para a qual a escrita foi aplicada, compreender os comportamentos e práticas executadas no campo da leitura e da escrita e o seu uso nas práticas sociais.

Entende-se que a alfabetização deve ser significativa, articulando, integrando e ressaltando a função social da leitura e da escrita com textos, livros e materiais diversificados que existem, de fato, no cotidiano da sociedade e que propiciem a reflexão e o raciocínio. Ou seja, não basta ofertar textos e se manter em métodos antigos, mas deve-se buscar a integração das diversas formas da linguagem, do texto, das imagens, os avanços tecnológicos que influenciam diretamente o processo de ensino aprendizagem, inclusive da própria alfabetização, com o surgimento de novos signos, novos códigos para serem aprendidos, decodificados, interpretados e, assim, construídos novos saberes, possibilitando a crítica e a transformação do mundo no entorno.

Enfim, devem-se considerar as mudanças historicamente construídas das quais somos sujeitos ativos.

Apesar das reformas na educação brasileira, dos investimentos na educação, ainda há no Brasil um elevado índice de analfabetismo, em um país que está em desenvolvimento e crescimento acelerado.

Diante desses pressupostos, considerou-se oportuno desenvolver um estudo a respeito da educação jovens e adultos, que pode contribuir para diminuir os índices de analfabetos do país.

Assim, o presente estudo tem por objetivo verificar as perspectivas dos alunos da educação de jovens e adultos da Escola Cezina Antônio Botelho Educação do Campo Município de Acorizal – MT, em relação a como a educação contribui para sua trajetória de vida.

A alfabetização é o princípio do processo de ensino-aprendizagem, através do qual se insere o indivíduo no mundo da palavra escrita, da significação da leitura, ou seja, alfabetizar é mediatizar o conhecimento ao ser, contudo, essa mediação pode ser formadora ou não de cidadão crítico, pois dependerá da metodologia e da pedagogia utilizada no processo de ensino-aprendizagem. Como se sabe, a história de nossa educação demonstra que muitas das pedagogias desenvolvidas nas escolas tinham o interesse maior de atender às necessidades da classe dominante (SOARES, 2003; SHEIBEL; LEHENBAUHER, 2006).

Dessa maneira, pode-se dizer que o presente estudo se justifica pelo fato de que há hoje, no país, inúmeros jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de ingressar na escola no período adequado, embora a lei garanta a todos o acesso à escola.

O Brasil ainda é um país de muitos jovens e adultos analfabetos, que por motivos financeiros são levados a abandonar a escola na infância para ingressar no mercado de trabalho. Quando mais velhos, sentem a necessidade de saber ler e escrever, e, portanto, buscam a escola como meio para solucionar a deficiência.

Para desenvolver esse estudo, como procedimento metodológico, utilizou-se pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica, especificadas em seção posterior.

A escola é uma instituição social que tem uma das funções políticas mais importantes num país: a de favorecer e promover a aquisição da língua escrita e da leitura aos seus cidadãos, por isso, deve ter clareza de sua função social e dos mecanismos necessários para a realização de sua tarefa (FREIRE, 1989; FREIRE; NOGUEIRA, 2002). Portanto, cabe à escola a incorporação dos indivíduos com suas expectativas de construir conhecimento que os levem a entender as relações do homem com o mundo físico, social e cultural.

A escola deve, ainda, desvelar esses conhecimentos, de forma participativa, na relação dialética e curiosa diante da possibilidade de saber mais. Não compete à escola ditar ao aluno o que deve ser aprendido, sem ouvi-lo e sem respeitar sua identidade cultural, seus saberes e suas linguagens. À escola é conferida a tarefa de oportunizar a superação do senso comum, no sentido de atingir o conhecimento científico. Para tal, é fundamental que alfabetize o aluno e que promova esta ação considerando-os inseridos, social e culturalmente, no espaço em que vivem (SHEIBEL, LEHENBAUHER, 2006). Daí, a utilização da EJA para incorporar jovens e adultos que hoje retornam à escola para se alfabetizar.

■ 2 EJA: COMPREENDENDO SUAS CARACTERÍSTICAS

Muitos continuam não tendo acesso à escrita e leitura; outros têm iniciação de tal modo precária nestes recursos, que são mesmo incapazes de fazer uso rotineiro e funcional da escrita e da leitura no dia a dia.

Em relação à educação de jovens e adultos, nos últimos anos, os sistemas de ensino desenvolveram esforços a fim de propiciar um atendimento mais aberto a adolescentes e jovens, tanto no que se refere ao acesso à escolaridade obrigatória quanto em iniciativas de caráter preventivo a fim de diminuir a distorção idade/ano (SME/SP, 2010).

O Brasil, apesar do seu crescimento e desenvolvimento, ainda apresenta um número significativo de analfabetos. No estado de São Paulo, por exemplo, há cerca de 1,9 milhão de analfabetos, sendo que a maior parte está entre os habitantes das regiões mais pobres e interioranas nas quais avultam taxas que atingem mais os grupos afro-brasileiros. Muitos dos indivíduos que povoam estas cifras são os candidatos aos cursos e exames do ainda conhecido como ensino supletivo (SME/SP, 2010).

A EJA representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à e nem domínio da escrita e da leitura como bens sociais, na escola ou fora dela e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Veja-se:

[...] um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, [...], se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. (SOARES, 2003, p. 24).

Em conformidade com esta citação, o analfabeto não pode sofrer discriminação, ser considerado inapto para atuar no mercado de trabalho, pois, apresenta habilidades e competências que podem ser desenvolvidas mesmo sem se ter “qualificação” específica.

Segundo Ferreiro (2003), muitos desses jovens e adultos de todas as regiões do país desenvolveram uma rica cultura baseada na oralidade da qual nos dão prova, entre muitas outras, a literatura de cordel, o teatro popular, o canção regional, os registros de memória da cultura afro-brasileira e indígena.

De todo modo, para analfabetos e para iletrados, o que está em causa é a restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade. Direito esse assegurado inclusive pela Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos de 1997, da qual o Brasil é signatário, conforme consta:

[...] a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessária a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades [...]. O desafio é oferecer-lhes esse direito [...] A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além, de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida. (SESI/UNESCO, 1999).

Pode-se dizer que a educação, ao participar de todas as dimensões sociais, permite a consolidação de um espaço democrático de conhecimento e de postura, pode auxiliar na eliminação das discriminações e abrir espaço para outras modalidades mais amplas de liberdade. No entanto, a real universalização do ensino (fundamental e médio) é necessária, para que todos tenham acesso ao conhecimento, pois a ignorância faz crescer o medo e impossibilita o exercício pleno da cidadania.

A igualdade e a liberdade tornam-se, pois, os pressupostos fundamentais do direito à educação, sobretudo nas sociedades politicamente democráticas e socialmente desejosa de uma melhor redistribuição das riquezas entre os grupos sociais e entre os indivíduos que a compõem e a expressam (SOARES, 2003).

Aqueles que se virem privados do saber básico e das atualizações requeridas podem se ver excluídos das antigas e novas oportunidades do mercado de trabalho. Se as múltiplas modalidades de trabalho informal, se o subemprego, se o desemprego estrutural, se as mudanças no processo de produção e o aumento do setor de serviços geram uma grande instabilidade e insegurança para todos os que estão na vida ativa, quanto mais para os que se veem desprovidos de bens tão básicos como a escrita e a leitura (PEDRONI, 2009).

A EJA responde também ao pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano em seu itinerário escolar e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos.

Lembra-se que a construção do conhecimento sobre a língua escrita é um processo ativo, o indivíduo não aprenderá a ler sozinho, sem ajuda alguma. Mas, a maioria já entra na escola com algumas hipóteses sobre a leitura/escrita. Portanto, todo o processo requer conhecer todos os fatos que cerceiam o cotidiano do indivíduo em formação, em particular na EJA, desta maneira os procedimentos serão adaptados às necessidades do mesmo. Somente assim construirá os conhecimentos a respeito da língua escrita e a própria natureza e complexidade que a mesma oferece.

Vale lembrar que no início dos anos 1990 começam a surgir os ciclos básicos de alfabetização, proposta que se consolidou com a posterior organização do ensino fundamental em ciclos, a ampliação do tempo para a alfabetização, significando que a esta cabe não apenas ensinar a ler e a escrever, mas também desenvolver habilidades de uso social da leitura e da escrita e gosto pelo convívio com material escrito. Ao mesmo tempo, e como consequência, vai-se modificando a metodologia da alfabetização, passando a defender-se que essa se dê não por meio das tradicionais cartilhas, voltadas exclusivamente para a mecânica da leitura e da escrita, mas pelo convívio do alfabetizando com o material escrito que circula na sociedade, em diferentes gêneros e diferentes portadores. Como consequência, enfatiza-se, cada vez mais, a importância das bibliotecas públicas e escolares, do acesso ao livro, aos jornais, às revistas, da multiplicação de eventos que levem o alfabetizando à participação em práticas reais e não apenas escolares de leitura.

Essa nova concepção de aprendizagem da leitura e da escrita é que faz surgir no vocabulário educacional o termo letramento, criado para designar o estado ou condição de um indivíduo que não só sabe ler e escrever – não só é alfabetizado – mas também sabe (e tem prazer em) exercer as práticas sociais de leitura e de escrita que circulam na sociedade em que vive; é letrado (SOARES, 2003; PEDRONI, 2009).

É importante que o alfabetizando perceba o uso social da escrita e não a veja apenas como algo escolar, a partir de textos desligados da realidade, visando, apenas, à decifração de sinais. O leitor se formará a partir das próprias concepções que a criança tem a respeito do que são e para que servem a leitura e a

escrita, facilitadas ou não pelo modo como a escola as insere no domínio deste novo conhecimento.

■ 3 A APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS E SUA PERCEPÇÃO

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se as seguintes estratégias:

- a) Pesquisa bibliográfica, a partir dos descritores: educação de jovens e adultos alunos da EJA; ensino; aprendizagem; meio rural. Pesquisou-se em bibliotecas físicas e virtuais, a fim de levantar fontes que abordam a temática estudada, publicada entre o período de 2009 a 2015.
- b) Aplicação de um questionário realizados com dez alunos da EJA do 2º segmento, 1º ano ensino fundamental da Escola Cezi-na Antônia Botelho no município de Acorizal, MT. O critério de inclusão para a seleção da amostra foi: estar estudando na EJA do 2º segmento, 1º ano ensino fundamental da Escola Cezina Antônia Botelho no município de Acorizal/MT.

Trata-se de um estudo descritivo que, conforme Minayo (2010), descreve as características, propriedades ou relações existentes no grupo ou da realidade em que foi realizada a pesquisa. Observa, registra, analisa, descreve e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir com precisão a frequência em que um fenômeno ocorre e sua relação com os outros fatores, o que permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação.

Os dados foram organizados, lidos e relidos, para que se possa classificá-los de forma sistemática, e assim proceder à análise e interpretação dos mesmos. Na análise dos dados usa-se como referência a abordagem qualitativa que, de acordo com Minayo (2010, p.21), responde:

[...] a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui

como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre, o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

O resultado está apresentado de forma qualitativa, pois a interpretação dos resultados significativos da pesquisa corresponde à parte mais importante do relatório. Nesta fase se apresenta os resultados, para confirmar ou a refutar as hipóteses. Estas se darão segundo a relevância dos dados. Quando os dados são irrelevantes, inconclusivos, insuficientes, não se pode nem confirmar nem refutar a hipótese e tal fato deve ser apontado, agora não apenas sob o ângulo da análise estatística, mas também correlacionado com a hipótese enunciada (MARCONI, 2008).

Ainda se fez a fundamentação teórica dos pontos relevantes, fazendo a correlação com os fundamentos de autores e estudiosos sobre do tema em questão (MARCONI, 2008; MINAYO, 2010).

■ 4 RESULTADOS DA PESQUISA: OS DEPOIMENTOS DOS SUJEITOS DA EJA

Acorizal é um município brasileiro no Estado de Mato Grosso, com população estimada de 6.078 habitantes. Às margens do Rio Cuiabá, ponto onde se realiza festival municipal e torneio estadual de pesca. Ponto estratégico para o Marechal Rondon quando da instalação de posto telegráfico, Acorizal rememorou os 100 anos da morte deste desbravador. Possui área de 844,1 km² (PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, 2014).

Município criado pela Lei nº 691, de 12 de dezembro de 1953, de autoria do deputado estadual Lenine Póvoas, localizado na Mesorregião 130, Microrregião 533 - Rosário Oeste, Centro-Sul de MT. A primeira denominação do município de Acorizal foi Brotas. Em 25 de agosto de 1833, através de Lei Provincial, foi criado o Distrito Paroquial de Nossa Senhora das Brotas, subordinado à Freguesia de Nossa Senhora do Livramento. Um desenvolvimento, se bem que incipiente, chegou a dar destaque comercial a Brotas. Como na região se desenvolvia bem a cana, vários engenhos produziam a rapadura, o açúcar e aguardente, que eram comercializados em Cuiabá. Em 26 de outubro de 1938, através do

Decreto-Lei Estadual nº 208, que definiu nova Divisão Territorial do Estado de Mato Grosso, o termo Brotas foi substituído por Acorizal, em referência à quantidade de palmeira acori existente na região, assim como ao curso d'água que leva esta mesma denominação. Acorizal é uma das cidades que guarda a forma cultural original mato-grossense (PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, 2014).

A Escola Estadual Professora Cezina Antônia Botelho localiza-se no Distrito Baús no município de Acorizal – MT. Foi criada em 1988 a partir do decreto n. 592/88, depois de várias lutas da comunidade para que a educação do campo alcançasse a população rural. Em 1992, foi implantado o Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 2003 implantou-se a leturação e letramento e no ano de 2009 o Brasil Alfabetizado. Desde 2006, a Educação de Jovens e Adultos vem atendendo à comunidade.

Em 2011, foram elaboradas as políticas públicas educacionais através do Projeto Político Pedagógico (PPP), que passou a ser executado em 2012, com acréscimo do ensino médio e nível fundamental no ano de 2013. As bases legais da educação asseguram a construção das políticas e educação do campo, no entanto trata-se de uma política, há muito a ser feito ainda, pois os avanços são visíveis.

Os questionários foram aplicados no dia 23 de abril de 2015, das 18 às 21 h, aos alunos da EJA do 2º segmento 1º ano ensino fundamental da Escola Cezina Antônia Botelho no município de Acorizal – MT. Dentre 14 alunos matriculados e frequentadores, apenas 10 participaram da pesquisa. Como base nos dados coletados por meio dos questionários, pode-se ter uma noção das perspectivas destes alunos.

A fim de manter o sigilo dos alunos que participaram da pesquisa respondendo ao questionário os mesmos receberam a denominação: A1, A2, A3 A10. A faixa etária dos alunos que participaram da pesquisa varia entre 37 e 50 anos.

No primeiro questionamento, procurou-se saber quais fatores impossibilitaram os mesmos a frequentar a escola no período adequado e quais os levaram a retornar à sala de aula. Conforme os questionários respondidos, a maioria disse que precisou trabalhar para ajudar na renda familiar, como bem se observa:

[...] Na época aqui só tinha até a 4ª série, parei de estudar e logo me casei, tive filhos. Comecei a trabalhar e via a necessidade de retornar aos estudos (A1).

[...] precisei trabalhar para ajudar a família. Porque minha profissão de pescador, eu precisava aprender ler (A4).

[...] porque precisei trabalhar para aprender mais (A7).

[...] Pela distância da minha casa à escola. Porque dependia do estudo para trabalhar (A10).

A evasão escolar ainda é problema corriqueiro no país. Dentre os fatores que contribuem para a prevalência desse fato está a má distribuição de renda, desemprego, trabalho infantil. Neste sentido, Cinti (2014) fez o seguinte alerta: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação divulgou que o trabalho infantil, fracasso escolar, desigualdade social, baixa renda são fatores que ainda contribuem de maneira significativa com a evasão escolar entre crianças e adolescentes no Brasil.

Kiddo (2014) salienta que a necessidade de trocar os estudos pelo trabalho, a distorção de idade e série, a falta de acesso e o desinteresse são os principais motivos para que 25,3% das crianças e adolescentes abandonem a escola. A estatística da Organização das Nações Unidas torna o Brasil o terceiro em taxa de evasão escolar entre os 100 países com maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). No relatório, o PNUD sugere que o país adote ‘políticas educacionais ambiciosas’.

Os alunos ainda disseram que voltaram à escola para aprender a ler e escrever corretamente. Neste contexto, Ferreira (2010) diz que os alunos da EJA precisam dominar a leitura e escrita para sua inserção no mundo do trabalho e na sociedade letrada. Além disso, essa modalidade é direito do cidadão e necessária para participação plena como cidadão na sociedade, o que exige domínio das práticas sociais da leitura e da escrita. Portanto, a escola tem a obrigação de proporcionar o desenvolvimento do letramento de cada indivíduo, “promovendo, efetivamente, o uso da leitura e da escrita envolvidas nas práticas sociais, ou seja, promovendo o letramento dentro do ambiente escolar, pois o educando depara-se constantemente com o uso delas na vida fora da escola”. Afinal é a escola que prepara o indivíduo para vida em sociedade.

De acordo com Esteves (2012, p. 15), “os jovens e adultos que voltam ou começam a frequentar a escola, geralmente é com o objetivo de aprender a ler e escrever, ou seja, ser alfabetizados”.

No segundo questionamento, os participantes falaram sobre quando começaram a frequentar a EJA e qual das disciplinas mais os agradam. Foram obtidas as seguintes respostas

Em 2013, português, geografia, arte, para aprender (A2).

Em 2014, português, porque é mais fácil de ler e entender (A3).

Comecei em 2013, português e matemática, história, artes. Porque é interessante (A6)

Em 2014, português, porque nos auxilia e nos ensina a falar e escrever correto (A7).

Percebe-se que os alunos colocam a língua portuguesa como a disciplina de maior interesse, complementando a resposta anterior, quando disseram que voltaram a frequentar a escola para aprender a ler e escrever.

O ato de ler e escrever é de extrema importância para o homem, pois o domínio da palavra o faz livre, além disso permite-lhe registrar sua história, sua cultura, suas emoções, a sua maneira de ver o mundo. A própria história humana está dividida em antes e depois da escrita. Mas, aprender ler e escrever vai além da decodificação de símbolos, segundo Freire é preciso ter consciência de que a escrita tem por função registrar fatos criados e vividos pelo homem. A escrita registra os significados dos homens.

Abdala (2011) salienta que escola é um ambiente no qual se busca o desenvolvimento de um grande número de competências. As habilidades de construção da escrita e da leitura não poderiam ser excluídas das informações e das competências a serem trabalhadas no processo de ensino-aprendizagem.

A EJA repara uma dívida social àqueles que não puderam ter acesso à escola e conseqüentemente não aprenderam a escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela; enfim, a função da EJA é reparadora, equalizadora, qualificadora (SME/SP, 2010).

Na sequência procurou-se saber dos participantes se a maneira como as aulas são dadas, em especial da disciplina em que têm mais interesse, lhes agrada, e se gostariam que algo fosse mudado na aula ou na escola. Vejamos o que responderam:

Sim, as aulas estão boas (A1).

Gosto da forma como os professores ensinam, está bom (A4).

Sim, não está ótima (A7).

Sim, mas seria de grande aproveitamento se tivesse aula prática (A10).

No último questionamento, solicitou-se aos alunos quais mudanças foram sentidas por eles depois que passaram a frequentar as aulas da EJA, tanto na maneira das pessoas os tratar como quanto a autopercepção. E ainda, procurou-se saber quais as perspectivas depois que terminarem a EJA. Vejamos as respostas:

As pessoas me incentivaram a estudar, para aprender mais. Senti feliz em aprender, desejo continuar a estudar (A1).

Não, não, só para adquirir conhecimento (A6).

Sim, me senti mais preparada para algum desafio da sociedade. Espero ainda concluir uma faculdade (A8).

Não, continua a mesma coisa, senti e tive novos conhecimentos, espero continuar meu estudo para adquirir mais conhecimentos (A9).

Os participantes não sugeriram nenhuma mudança; disseram que gostam das aulas e da forma como a professora ministra as suas aulas.

Vale ressaltar que o processo de ensino aprendizagem, mesmo quando se faz o uso da mesma pedagogia, se dá de maneira diversa para cada indivíduo, inclusive o processo de aprender a ler e escrever varia, pois as dificuldades dos alunos são diferentes. Então, quando se faz uso de um único método, tais dificuldades podem aumentar.

As pessoas passaram a ter acesso a diversos tipos de textos e precisam estar preparadas para lidar com cada um deles. Apesar de existirem formas dinâmicas de textos para muitos assuntos do dia-a-dia, como as notícias, é necessário preparar-se para gêneros não tão recorrentes, mas nem por isso menos importante (SCUSSEL, 2009).

Nos dias de hoje, somos bombardeados por uma gama de informações. A escrita nos envolve por meio da televisão, da Internet, dos anúncios publicitários, tanto em forma de palavra como por meio de imagens. Ou seja, os alunos precisam ir além da decodificação de símbolos; precisam ser letrados, para entenderem e interpretar as diversas formas de leituras que lhe são apresentadas.

Para Sheibel e Lehenbauher (2006, p. 112), o letramento não está acessível a todos os educadores, e complementam:

Acredita-se na proposta de letramento na Educação de Jovens e Adultos por considerar que o sujeito letrado modifica-se cognitivamente, linguística, social e culturalmente. Ou seja, a utilização e o resultado da ação das práticas sociais da leitura e da escrita que os transformam, mudando significativamente sua condição de vida.

Quanto às perspectivas futuras dos os alunos que participaram da pesquisa, há uma unanimidade em dar continuidade aos estudos. Oliveira (2009) exalta que a educação é um instrumento que possibilita aos indivíduos procurar melhores condições de vida, pois capacita os que a ela se propõem para uma competição com mais recursos no mercado de trabalho, bem como possibilita que as pessoas reconheçam seus direitos e os façam valer.

Segundo Freire e Nogueira (2002) a educação, no sentido pleno, busca desenvolver a tomada de consciência, atitudes críticas consideradas relevantes para que o indivíduo aprenda a escolher e decidir, libertando-o ao invés de submetê-lo e adaptá-lo como ainda faz a educação em diversos países espalhados pelo mundo.

Os alunos participantes retomaram os estudos em busca de aprender a ler e escrever para ter uma colocação no mercado de trabalho, se sentirem capazes.

■ 5 CONCLUSÃO

Historicamente, a educação visa ensinar e capacitar o indivíduo para que viva em sociedade, saiba executar uma função trabalhista. Mas, o processo de ensino aprendizagem, em especial para aqueles que tiveram de deixar a sala de aula ainda criança ou na adolescência, para trabalhar e compor a renda da família, possui um valor imensurável. Permite, ao indivíduo, ver o mundo em seu entorno de outra maneira, sem necessitar do outro, pois pode ler e interpretar as diversas formas de leitura que lhe são apresentadas.

A EJA resgata a cidadania do indivíduo, pois faz o mesmo descobrir o mundo. Ao ler e escrever, o indivíduo fica em posição de igualdade com os outros membros da sociedade, visto que a leitura e escrita possibilitam aos mesmos ampliar seus horizontes de aprendizagem, tornando-se homens conscientes, críticos e transformadores.

A educação, tanto na EJA como nas outras formas de ensino, tem como função primordial desvendar os olhos dos alunos, tornando-os cômicos, críticos e transformadores de sua própria realidade. Assim sendo, quando se educa jovens e adultos inclui-se os mesmos na sociedade, tornando-os capazes de buscar e assegurar seus direitos.

A EJA deve ser encarada como um mecanismo de mudança social e pessoal. Apesar da complexidade e desafios que a envolvem, os professores devem oportunizar, aos alunos da EJA, práticas educacionais condizentes com a realidade dos mesmos, garantindo seu acesso à educação e mantendo o aluno no processo até que alcance o fim do mesmo. Hoje, a evasão na EJA vem crescendo aceleradamente, devido a fatores diversos, entre os quais a influência do trabalho e as práticas pedagógicas, por vezes monótonas, aplicadas nas salas de aulas, inclusive da EJA. Acredita-se ser relevante a continuidade de novos estudos a respeito da EJA, inclusive sobre a evasão, pois as pesquisas fornecem percepções reais e desta forma é possível se planejar para melhorar a educação na EJA.

■ 6 REFERÊNCIAS

ABDALA, N. Concepções de leitura e de escrita. **Articulistas**. Santa Catarina, 2011. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_artigo.asp?artigo=artigo0069>. Acesso em: 10 maio 2015.

CINTI, M. da C. D. A evasão escolar: causas e soluções. **JusBrasil**, 2014. Disponível em: <<http://conceicaocinti.jusbrasil.com.br/artigos/121943359/a-evasao-escolar-causas-e-solucoes>> Acesso em: 10 maio 2015.

ESTEVES, M. M. T. **A alfabetização e o letramento na educação de jovens e adultos**. Piauí: Universidade Federal do Piauí, 2012. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/1212eee0f0b15545ebbb586217370e7f_2025.pdf>. Acesso em: 10 maio 2015.

FERREIRA, L. A importância do letramento para a educação de jovens e adultos. **Artigonal**, 2010. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-importancia-do-letramento-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-1762440.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989 (Coleção polêmicas do nosso tempo, 4).

_____. NOGUEIRA, A. **Que fazer**: teoria e prática em educação popular. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

KIDDO, Y. Trabalho infantil e desinteresse levam à evasão escolar. **Promenino**: cidade, escola aprendiz, 2014. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/noticias/reportagens/trabalho-infantil-e-desinteresse-levam-a-evasao-escolar>>. Acesso em: 10 maio 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, M. P. **EJA uma perspectiva educacional sobre jovens e adultos.** 2008. Disponível em: <<http://educacaoeinclusao.blogspot.com.br/2008/11/eja-uma-perspectiva-educacional-sobre.html>>. Acesso em: 10 maio 2015.

PEDRONI, Jandir Luís. **Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos – EJA** - Estudo de caso – Escola Estadual de Ensino Fundamental Carlos Barbosa - Município de Carlos Barbosa. Bento Gonçalves, 2009.

REVISTA NOVA ESCOLA. Emília Ferreiro e a alfabetização. 2003. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/emilia-ferreiro/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SCUSSEL, M. **O ensino da leitura na EJA:** reflexões políticas, teóricas e didático-pedagógicas. Criciúma: UNESC, 2009. Disponível em: <<http://www.bib.unesc.net/biblioteca/sumario/00003F/00003FDF.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2015.

SESI/UNESCO. **Declaração de Hamburgo:** agenda para o futuro. Conferência Internacional sobre a educação de adultos (V. 1997, Hamburgo, Alemanha). Brasília, 1999.

SHEIBEL, Maria Fani e LEHENBAUHER, Silvana. **Reflexões sobre a educação de jovens e adultos – EJA.** Porto Alegre: Pallotti, 2006.

SME/SP – Secretaria Municipal de Educação do Estado de São Paulo. **Caderno de orientações didáticas para EJA - Língua Portuguesa:** etapas complementar e final. São Paulo: Diretoria de Orientação Técnica, SME / DOT, 2010. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Projetos/BibliPed/Documentos/publicacoes/orienta_port_portal.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SOARES, M. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

O ENSINO INTERDISCIPLINAR ATRAVES DA EXPERIMENTAÇÃO DA QUÍMICA DO SABÃO CASEIRO NO CEJA ALMIRA DE AMORIM

AMÉLIA CRISTINA VOLF¹

ROSANGELA CARNEIRO GOES²

Resumo: O artigo descreve relatos de experiências vivenciadas na produção do “Sabão Caseiro”, realizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos Profª Escola Almira de Amorim e Silva, nos anos de 2012 a 2015, em Cuiabá-MT, pelos alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Foi desenvolvido um projeto interdisciplinar, na área de Ciências da Natureza, a partir da produção de sabão caseiro com o objetivo sustentável e com os princípios da Economia Solidária. Esse projeto foi pensado desde a seleção de receitas e adequação destas ao currículo escolar, passando pela captação de recurso, produção e venda, até a destinação das sobras (de acordo com os princípios da Economia Solidária). A metodologia utilizada compreende três fases. Primeiro realizamos a revisão bibliográfica sobre o tema trabalhado, o que proporcionou o embasamento científico; em segundo, passamos a fase experimental: os alunos confeccionaram o sabão; em terceiro, trabalhamos a partir dos resultados alcançados, onde os alunos expõem, para comunidade escolar, o produto final. Trata-se, portanto de uma proposta inovadora e possível de ser executada em qualquer turma de Educação de Jovens e Adultos, pois além de ser extremamente conectado aos eixos norteadores da EJA, é uma atividade autossustentável e que capacita os alunos para novas possibilidades de fonte de renda.

Palavras-chave: Sabão Caseiro. Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos (EJA).

1 Professora de Ciências Biológica e Especialista em Gestão Ambiental – contato: melia_volf@hotmail.com.

2 Professora efetiva da SME, Mestre em Educação.

■ 1 INTRODUÇÃO

O professor é sempre uma referência para os alunos. E, principalmente, na área científica, é muito importante desenvolver posturas e valores, coerentes entre os seres humanos, o meio ambiente e o conhecimento. Levar conhecimento às pessoas que não tiveram oportunidade de acesso ao processo de ensino-aprendizagem é um dom do ofício dos profissionais da EJA. Produtos de limpeza naturais, ecológicos e limpos constituem quase numa obrigação para nós, que vivemos em um meio ambiente poluído. Produzir e consumir os produtos caseiros, além de ajudar na conservação de nosso planeta e desenvolver um referencial da economia solidaria dentro da escola, pode também auxiliar no orçamento familiar. Ou seja, mesmo se você não acredite que vivemos em tempos difíceis para a natureza, ainda assim, vale a pena fazer produtos naturais caseiros pelos benefícios econômicos que eles trazem. Sendo assim, o presente trabalho objetiva a reutilização do óleo doméstico por estudantes e donas de casa da Escola Ceja Almira com o intuito de minimizar os efeitos danosos do mesmo e, principalmente, fazer um alerta quanto à responsabilidade que cada cidadão possui com seu habitat.

Este trabalho tem por objetivo, estabelecer uma breve discussão do destino final dado ao óleo de cozinha usado, buscando a otimização dos serviços e a proposição de um modelo que envolva os aluno e comunidade escolar. Sabemos que o óleo de cozinha, quando descartado de forma inadequada, causa grandes prejuízos ambientais e econômicos.

Atualmente, o lixo pode ser considerado um dos maiores problemas enfrentados pela população mundial. Assim, medidas para sanar os males do lixo, como por exemplo, a reciclagem tem surgido por meio de diversos projetos e programas. Tendo base nesses aspectos o propósito final será a conscientização da população quanto à reciclagem e reutilização desse subproduto; além de propiciar alternativas de geração de renda e inclusão social.

A reciclagem é uma forma muito atrativa de gerenciamento de resíduos, pois transforma o lixo em insumos, com diversas vantagens econômicas, sociais e ambientais. Inúmeras experiências têm mostrado que a reciclagem pode contribuir para a economia dos recursos naturais, além de possibilitar melhoria no bem-estar da comunidade. Muitos estabelecimentos comerciais (restaurantes, bares, lanchonetes, pastelarias, hotéis etc.), residências e escolas jogam o óleo de cozinha usado na rede de esgoto, causando danos ao meio ambiente.

O óleo de cozinha é altamente prejudicial ao meio ambiente e quando jogado na pia, em geral, vai direto para a rede de esgoto causando entupimentos, o que aumenta o custo de tratamento do esgoto, pois para limpar esse óleo excedente é necessário o aumento de produtos químicos tóxicos. Nos locais onde a rede de esgoto é deficiente, invariavelmente, esse óleo acaba indo parar nos cursos d'água (rios, córregos, lagos etc.) Em meio aos materiais que concebem poluição ambiental e merece cuidado, estão os óleos vegetais de frituras (SILVA; PUGET, 2010³). Este, quando descartado em lugares inadequados é altamente maléfico e pode gerar sérios impactos para o meio ambiente e para a população (PITTA JUNIOR et al.⁴). Quando esse óleo é jogado diretamente no solo causa impermeabilização, contribuindo para enchentes, ou entra em decomposição, soltando gás metano durante esse processo, causando mau cheiro, além de agravar o efeito estufa⁵. Muitos bares, restaurantes, hotéis e residências ainda têm jogado o óleo utilizado na cozinha na rede de esgoto, desconhecendo os prejuízos que isso causa. Não jogar óleo em fontes de água, na rede de esgoto ou no solo é uma questão de cidadania e por isso deve ser incentivada.

Conforme Miranda (2007)⁶:

Os principais gases do efeito estufa são pela ordem de contribuição: CO₂(60%), CH₄ (15% a 20%), N₂O (6%), O₃, HFCs, PFCs e SF₆. A preocupação atual é com alterações no efeito estufa e não com o efeito estufa propriamente dito.

A pesquisa será voltada à comunidade escolar, onde esse trabalho poderá ser realizado e continuado nas próprias residências. E o material final poderá ser tanto para consumo próprio quanto para comercialização. O método de pesquisa elaborado foi através de pesquisa bibliográfica, análise exploratória e pesquisa de campo, e devolução dos resultados a comunidade escolar. Procuran-

3 SILVA, B. G.; PUGET, F. P. Sabão de sódio glicerinado: produção com óleo residual de fritura. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, n.11; 2010, p. 27.

4 PITTA JUNIOR, O. S. R.; NETO, M. S. N.; SACOMANO, J. B.; LIMA, J. L. A. Reciclagem de óleo de cozinha usado: uma contribuição para aumentar a produtividade do processo. In: KEY ELEMENTS FOR A SUSTAINABLE WORLD: ENERGY, WATER AND CLIMATE CHANGE, 2,

5 É um fenômeno natural de aquecimento térmico da Terra. É imprescindível para manter a temperatura do planeta em condições ideais de sobrevivência.

6 MIRANDA, E. E. Sustentabilidade na escola 1: o nascimento de um conceito. **Carta na Escola**, São Paulo, n. 19, p. 28-29, set. 2007, p. 24.

do minimizar o impacto do descarte de óleo vegetal utilizado em cozinhas na preparação de alimentos, concomitantemente observando os alunos do ensino médio do CEJA Almira de Amorim Silva, percebe-se a disposição dos mesmos em dar praticidade às aulas de química, uma área de ciências da natureza. Juntamente com praticidade das aulas da área de ciências da natureza, adotamos esse processo de aprendizagem como sendo a ponte de ligação entre a teoria vista em sala de aula, referente à disciplina de química, e sua aplicação na prática no cotidiano do aluno, através da fabricação do sabão.

■ 2 METODOLOGIA

O presente estudo apresenta uma pesquisa qualitativa, pois a subjetividade do sujeito e das aplicações de resultados não é dissociada do mundo real, de modo que seus resultados não podem ser expressos em números.

A fonte direta de coletas de dados foi ambiente escolar, a partir da observação da prática pedagógica, logo, não foram utilizados, métodos estatísticos, e, a descrição do processo de realização da atividade escolar foi o foco fundamental da abordagem.

Foram sujeitos dessa pesquisa 80 alunos de Ensino Fundamental e Médio do Centro de Educação de Jovens e Adultos prof^a Almira de Amorim e Silva, durante cada trimestre, com idades entre 15 e 75 anos, bem como três professoras.

O método de pesquisa partiu da observação participante, que aconteceu durante o período de realização do projeto pedagógico na escola, entre os anos de 2012 a 2014 e, cuja descrição foi associada a relatos de alunos, professores, bem como da equipe gestora da escola.

■ 3 O CEJA ALMIRA

Segundo o PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola CEJA Almira de Amorim Silva ⁷, este Centro foi criado no ano de 2008. Ao tratar de sua história deve-se descrever uma trajetória que começa no ano de 1991, quando, através do decreto nº 3.119/91, publicado no diário oficial de 14/02/1991, foi criado o Núcleo de Permanente-NEP. Em 1994, sob o decreto nº 4.793 de 01/07/1994,

7 Projeto Político Pedagógico da escola CEJA Almira de Amorim Silva.

publicado no diário oficial na mesma data, o nome da escola foi alterada para Escola Estadual de 1º e 2º graus “Professora Almira de Amorim Silva”. Foi autorizada a oferecer suplência para o ensino fundamental fase I e II e ensino médio através da resolução nº079/92/CEE/MT. Em 2004, a escola passou a denominar-se Escola Estadual “*Professora Almira de Amorim Silva*” e foi autorizada, através da resolução nº12/04/CEE/MT, a oferecer os cursos: Ensino Fundamental e Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Em 2009, o Centro de Educação de Jovens “Almira de Amorim Silva” recebe autorização, CEE nº 023/2009CEE/MT, publicada no Diário Oficial. 19/02/2009, para ofertar o Ensino Fundamental e Médio, de acordo com o decreto de criação dos CEJAS no Estado do Mato Grosso.

Ao definir os objetivos gerais acerca do que deve ser ensinado a jovens e adultos, tanto no ensino fundamental quanto no médio, baseando-nos nos propósitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os que quais indicam capacidades relativas aos aspectos cognitivos, afetivos, físicos, éticos e estéticos, de atuação e de inserção social, de forma a expressar a formação básica necessária para os exercícios da cidadania, nortear a seleção de conteúdos e as abordagens didáticas. Entendemos que o mundo atual exige das pessoas capacidades que se relacionam em diferentes dimensões da vida: trabalho, família, participação social e política, lazer e cultura.

A relevância desse trabalho se dá pelo fato da matéria prima utilizada para a confecção do sabão, ser algo que até então seria um efluente danoso para o meio ambiente. Isto é, o óleo vegetal já utilizado. Nesse contexto, este trabalho atende toda uma teoria ensinada em sala de aula por parte das disciplinas que compõe a área de ciências da natureza. Ou seja, o tema meio ambiente e sua conservação é uma extensão dessa área como um todo.

A cada litro de óleo jogado pelo ralo ou direto no solo até um milhão de litros de água, cerca de mil caixas d’água de mil litros cada uma, podem estar sendo poluídos, desencadeando, assim, toda uma problemática que envolve o tema água, e as implicações disso para o abastecimento das grandes cidades. Em última análise, este trabalho possibilitará a aquisição de renda para os alunos. Uma vez que ao aprender o processo de fabricação de sabão, estes poderão comercializá-los, tornando-se assim uma fonte de renda que agregada ao vencimento do mês de alguns alunos, ou até mesmo a única fonte de renda. Além disso, esta pratica prove os seguintes objetivos:

- Produzir sabão caseiro, no interior da escola, a partir de resto de óleo e gorduras provenientes da preparação de alimentos.
- Compreender que os conhecimentos que advêm da química, podem ser aplicados com o intuito de fazer uma ligação entre a sala de aula e o cotidiano do aluno dando significância e pertinência a este conteúdo.

Consideramos o que dispõe o Artigo 22 do Capítulo II da LDB 9394-96, ou seja:

Art.22 – A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a escola é o lugar de desenvolvermos o espírito crítico nos alunos, preparando-os para a vida em sociedade, exercendo sua cidadania.

Pensando nisso, o ambiente escolar, articulado com a realidade em que vivem os seus alunos, é essencial para o processo de ensino-aprendizagem, sendo assim, o meio ambiente é uma temática que envolve o mundo dos alunos, a partir de suas necessidades diárias quanto qualidade de vida, como saúde, entretenimento, garantia de permanência do meio ambiente, lazer etc.

E o ensino de química é parte integrante do currículo escolar. Contudo, esta disciplina, trabalhada isoladamente ou em conjunto com as demais da área de disciplina da área do conhecimento, tem sido um grande desafio para educadores e educandos.⁸

Uma boa opção para a diminuição dos problemas ambientais provocados óleo de cozinha é a diminuição do seu uso. Opção inviável devido à fritura ser uma das formas mais rápidas de preparo dos alimentos. Além de serem muito saborosas. Outra opção é a reciclagem do óleo de cozinha através da produção de sabão caseiro. Uma forma ótima de aproveitamento do óleo de cozinha como matéria prima para um verdadeiro processo de reciclagem⁹.

8 SANTOS, A. O; SILVA, R. P.; ANDRADE, D.; LIMA, J. P. M. Dificuldades e Motivações de aprendizagem em Química de alunos do ensino médio Investigadas em ações do (PIBID/UFS/Química) Revista Ciência Plenas, v. 9, n. 7, p. 1-6. São Cristóvão-SE, 2013.

9 FERNANDES, P. C. A. Produção de sabão líquido a partir de óleo alimentar usado. 2009. 52f. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia química). Departamento de Engenharia Química, Faculdade

Ao ser contratada pela escola em 2012, o coordenador de área me apresentou a proposta do CEJA e me informou que a escola trabalhava por projetos. Ele me disse, ainda, que, considerando que eu estava atribuída em duas disciplinas na mesma turma, que um projeto interdisciplinar seria adequado para essa turma.

Foi aí que tive a ideia de realizar um projeto que envolvesse a produção de sabão e que associasse essa atividade aos seguintes conteúdos:

Química: reações químicas, reações de saponificação, mistura de soluções e dissoluções, Funções orgânicas, Propriedades físicas da glicerina, Polaridade das substâncias, nomenclatura e isomeria dos compostos orgânicos, conceitos ácido – base e suas reações. Na química geral: conceito de eletro negatividade associado à polaridade dos compostos químicos, tensão superficial da água, forças intermoleculares. Na química orgânica: caracterização dos compostos orgânicos e algumas reações dessas substâncias e hidrocarbonetos e Cálculos matemáticos. Nesse processo, os alunos poderão expressar a concentração de uma solução, escolhendo e utilizando a unidade mais adequada. Diluição e aumento de concentração. Os alunos ficaram informados sobre as dificuldades de executar os cálculos necessários para prever como uma solução deve ser diluída a fim de obter uma nova solução desconcentração desejada. Diminuição de concentração e neutralização. Ali, os alunos poderão compreender e identificar as suas dificuldades. Reação química e as formulas de todos os elementos químicos. Nesse ponto, os alunos poderão conhecer que muitas reações químicas estão presentes em nossa vida cotidianos.

O aprendizado da Química no Ensino Médio tem o propósito de fazer com que os alunos compreendam de forma abrangente e integrada as transformações químicas que ocorrem no mundo físico e assim possam julgá-las e tomar decisões. Isso se justifica pelo fato de que o ser humano tem a necessidade em conhecer e entender o mundo a sua volta, sendo a Química uma das disciplinas responsável em conduzir o indivíduo para compreender os fenômenos ocorridos no mundo natural. (PCN's, 2000).

Em ações do PIBID/UFS/Química, “a realização de oficinas temáticas, em acordo com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, é iden-

tificada como proposta de superação do ensino de Química com ênfase no modelo transmissão - recepção, a partir de ações que buscam desenvolver nos alunos o senso crítico e a cidadania, partindo de temas químicos sociais como instrumentos para a construção do conhecimento químico em sala de aula”.

Em Biologia, trabalhamos os conceitos básicos de Ecologia, onde os alunos puderam conhecer os seus fundamentos e justificar a importância dos estudos ecológicos para o bem estar atual e futuro da humanidade. Em Ecossistema, puderam reconhecer que o funcionamento de um ecossistema resulta da interação entre seus componentes bióticos e abióticos. Em Poluição ambiental e reciclagem, além de conhecer as principais formas de poluição do solo, podem discutir maneiras de minimizar seus efeitos sobre o ambiente natural.

Ao conhecer a turma, percebi que muitos alunos apresentavam a auto-estima baixa e que estavam desmotivados. Quando o projeto foi apresentado para eles, houve muita resistência. Eles argumentaram que a utilização da soda seria perigosa para a saúde, e que estavam preocupados com o ENEM, de modo que esse trabalho ocuparia o tempo da aula e atrapalharia o desempenho deles na prova.

Mesmo diante dessa rejeição por parte dos alunos, encarei o desafio e insisti com o projeto. O primeiro passo foi dividi-los em grupos para que realizassem a pesquisa de receitas de sabão. Os grupos trouxeram o trabalho deles que resultou em 12 receitas diferentes, das quais foi selecionada uma única, através de votação e tendo como critério o menor custo de produção.

Uma vez escolhida a receita, começamos a desenvolver a parte teórica tal qual descrita acima. E, à medida que os conteúdos eram trabalhados em sala de aula, os alunos, que estavam preocupados com o ENEM, ficaram mais envolvidos com o projeto, pois, eles perceberam que com a conexão do conteúdo teórico e à produção do sabão, eles estavam aprendendo química e biologia de uma forma significativa, e, conseqüentemente, estavam compreendendo melhor os conteúdos. De algum modo, o professor deixa de ensinar no sentido tradicional, para investigar junto com seus alunos. Assume o papel de ensinante, sem deixar de ser aprendiz.¹⁰

10 CUNHA, Márcia Borin da; REZZADORI, Cristiane B. Dal Bosco. Revista Varia Scientia. Artigos & Ensaios – Produção de material didático: uma proposta para química ambiental na escola: 2005, v. 05, n. 09, p. 177-188

Começamos os preparativos para iniciar a prática. Entre os procedimentos de reciclagem do óleo destaca-se a fabricação de sabão, por ser um processo simples, barato e viável¹¹, além de gerar melhoria na qualidade de vida da população por trazer benefícios sociais e ambientais. O sabão produzido a partir do óleo é degradado mais depressa do que o próprio óleo. Sua fabricação carece apenas de cuidados fundamentais para a ocorrência do processo, uma vez que, há riscos na manipulação dos componentes químicos utilizados na sua produção. Este processo de produção ainda se destaca como uma das formas mais adequadas e menos nocivas para o meio ambiente.¹²

Nesse ponto, tivemos o investimento inicial para comprar o material e a destinação que daríamos às sobras da venda. Os alunos optaram por dividir o valor do investimento para todos e, com a sobra, realizar um café da manhã com alimentos saudáveis no final do trimestre.

Finalmente, fomos para a prática. As tarefas foram divididas em grupos, de modo que alguns alunos atuaram na produção do sabão, outros na organização dos ingredientes, outros na embalagem e rótulos, outros ainda, na venda. Houve apresentação na partes teóricas dos conteúdos e do sabão para a comunidade escolar, durante o dia todo, onde os alunos puderam expor todos os conteúdos teóricos e práticos, relacionando ao sabão. A administração das sobras era feita coletivamente, e havia uma comissão de alunos responsável por guardar o dinheiro e acompanhar o gasto.

O ponto alto do projeto foi uma exposição dos trabalhos para a comunidade, funcionários da Seduc, com divulgação na TV. Nessa ocasião, o produto foi vendido e os alunos sentiram-se valorizados, o que motivou outros alunos a fazer parte do projeto.

O óleo de cozinha usado a partir do seu reaproveitamento poderá produzir bens de valores, gerando renda e minimizando os impactos adversos. De forma muito simples e barata, pode-se obter a fabricação do sabão caseiro, aliado indispensável das donas de casa nos afazeres domésticos.

De acordo com o depoimento de uma aluna:

11 SILVA, B. G.; PUGET, F. P., Op. Cit., p. 31 12 Ibidem

“O projeto que fizemos aqui na escola Ceja Almira com a participação alunos, que assim cada um designado a função. Separamos as seguintes funções: alguns alunos ajudaram a fabricar o sabão, outros ajudaram a embalar, outros a pregar a embalagem. O aluno teve sua participação de alguma forma todos cooperaram. Este é um projeto qual tem um grande incentivo porque muitas pessoas aprenderam a confeccionar o sabão, e assim ajudou muitas pessoas com a renda, e até para nós alunos que com o dinheiro adquirido ajudou outros projetos, e a confeccionar ainda mais. Assim, cada aluno ficou designado a saber cada produto do sabão. E também o dinheiro foi usado para fazer um almoço para nós alunos. Nas disciplinas de biologia e química nós alunos estudamos cada item do sabão utilizando formas de química de cada elemento e preservando o meio ambiente. Com este projeto da fabricação do sabão tenho adquirido uma renda extra, pois tenho vendido para meus amigos e parentes.”¹²

A relevância desse trabalho se dá pelo fato da matéria prima utilizada para a confecção do sabão, ser algo que até então seria um efluente danoso para o meio ambiente. Isto é, o óleo vegetal.¹³

Nesse contexto, este trabalho atende toda uma teoria ensinada em sala de aula por parte das disciplinas que compõe a área de ciências da natureza. Ou seja, o tema meio ambiente e sua conservação é uma extensão dessa área como um todo. “Por varias vezes comprei esse sabão, percebi que e de boa qualidade, acredito que projeto dessa natureza deve ser implantado na escola, pois vem a contribuir para fins lucrativos e poder estar realizando um trabalho importante sobre a educação ambiental.”¹⁴

Segundo outro depoimento:

“É muito importante lembrar o passando, no ano de 2012, participei, aliás, estava concluindo o ensino médio, aqui na escola Ceja Almira sendo aluna da professora Amélia, aprendi coisas que carregue comigo até hoje. Exclusive, reunimos todos, e sobre a li-

12 OLIVEIRA, Marielle Tortorelli, aluna do ensino médio da CEJA Almira de 2013, na área de exata.

13 SILVA, B. G.; PUGET, F. P., Op. Cit., p. 31

14 SANTOS, Vânia Oliveira de Alcântara Neves da Professora da sala multifuncional do CEJA Almira.

derança da professora fizemos até sabão em liquido, sabão em barra, foi ótimo. Que aulas gostosas, química e biologia. Até semana passada, fiz sabão, com a receita dessa época. Foi realmente maravilhoso, e não me esqueço dela professora que muito me expirei nela. Foi muito bem organizado, dividimos em equipes de quatro pessoas, para engarrafar, outras equipes para fazer e mexer o sabão, trabalhos, com afinco, e houve equipe de venda, o resultado foi excelente, com o dinheiro, fizemos almoço e foi muito bem aceito, pois tivemos visitas do pessoal da secretaria, e ficamos felizes com o nosso trabalho e sucesso.”¹⁵

A cada litro de óleo, jogado pelo ralo ou direto no solo, até um milhão de litros de água (cerca de mil caixas d’água de mil litros cada uma) podem estar sendo poluídos, desencadeando, assim, toda uma problemática que envolve o tema água, e as implicações disso para o abastecimento das grandes cidades¹⁶.

Em última análise, este trabalho possibilitará a aquisição de renda para os alunos, uma vez que ao aprender o processo de fabricação de sabão, estes poderão comercializá-los, tornando-se assim uma fonte de renda que agregará ao vencimento do mês de alguns alunos, ou até mesmo a única fonte de renda.

O processo tem por base o que dispõe o Artigo 22 do Capítulo II da LDB 9394-96:

Art.22 – A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Como podemos observar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a escola é o lugar de desenvolvermos um espírito crítico nos alunos, preparando-os para a vida em sociedade, exercendo sua cidadania.

Pensando nisso, o ambiente escolar, articulado com a realidade em que vivem os seus alunos, é essencial para o processo de ensino-aprendizagem. Sen-

¹⁵ RIBEIRO, Valdilene Tereza, aluna do ensino médio da CEJA Almira de 2012, na área de exata.

¹⁶ FERNANDES, P. C. A. Produção de sabão líquido a partir de óleo alimentar usado. 2009. 52f. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia química). Departamento de Engenharia Química, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009.

do assim, o meio ambiente é uma temática que envolve o mundo dos alunos, a partir de suas necessidades diárias e qualidade de vida, como saúde, entretenimento, garantia de permanência do meio ambiente, lazer etc.

A Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, através de artigo 2º define: “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

A Educação Ambiental busca abrir os nossos olhos, mostrando que o ser humano é apenas mais uma parte do meio ambiente em que vive. Ela se contrapõe às ideias antropocêntricas, que fazem com que o homem se coloque egoisticamente como o centro do universo, esquecendo, muitas vezes, da importância dos demais componentes da natureza.

A Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e as comunidades adquirem consciência do seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, a experiência e também a determinação que os capacita para atuar, individual e coletivamente, na resolução dos problemas ambientais presentes e futuros.¹⁷

Esta prática atende também o princípio da educação em economia solidária expresso na resolução nº8 do CNES, segundo a qual a elaboração de planos de economia solidária, sobretudo no que se refere ao tema desta conferência, deve necessariamente incorporar as Diretrizes Políticas Metodológicas da Resolução nº 08 do CNES, as quais orientam como base e ponto de partida para a construção de políticas de educação em economia solidária¹⁸:

- Utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes;
- Desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequa-

17 AGÊNCIA BRASIL. 2010. Reciclar óleo de cozinha pode contribuir para diminuir aquecimento global. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/> acessado em outubro de 2014

18 Diretrizes Políticas Metodológicas da Resolução nº 08 do CNES Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão Brasília/DF Abril/2014.

das de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadores e trabalhadoras;

- Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos atos formativos autogestionários. A orientação pedagógico-metodológica da formação em economia solidária valoriza os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária como sujeitos dotados de saberes e identidades socialmente construídas, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e a diversidade cultural, étnica, social, regional, geracional e de gênero;
- Valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em ECOSOL. Significa o reconhecimento dos saberes e concepções dos sujeitos formadores e educadores em ECOSOL das suas iniciativas de organização e de formação e das concepções que lhes dão substância. Articula as experiências formativas construídas com e sob os princípios da Economia Solidária na perspectiva da educação popular buscando convergências das iniciativas das organizações e movimentos sociais, das universidades, dos centros de estudos e pesquisas, dos empreendimentos econômicos solidários e dos órgãos públicos;
- Afirmação da gestão participativa dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas;
- Resgate e valorização dos acúmulos da “pedagogia da alternância” que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/educação dos/as trabalhadores/as com assessoria técnica. Trata-se de tomar os momentos de reflexão e pesquisa sobre os processos coletivos de gestão e organização do processo de produção da vida material e social como ingredientes para os momentos de experimentação no local de trabalho, ao mesmo tempo em que o cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários converte-se em condições para novos processos de debate e reflexão; Essa estratégia amplia a abrangência dos processos formativos alcançando uma quantidade cada vez maior de trabalhadores (as) da economia solidária. As expe-

rimentações e vivências possibilitam questionamentos e o enriquecimento dos debates coletivos nos momentos formativos presenciais;

- Devem considerar a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais populares;

Devem contribuir para constituição e fortalecimento da rede nacional de formadores em Economia Solidária podendo articular com outros formadores envolvidos com a temática da Economia Solidária.

Na construção das políticas públicas, as referências acima precisam dialogar com princípios e temas do percurso formativo, sistematização de experiências, públicos prioritários e referências para as políticas de formação em Economia Solidária, conforme a Recomendação nº 08, de 04 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Economia Solidária.

Baseando-se nisso, propomos ações de Educação Ambiental a serem realizadas em todas as Escolas públicas e privadas do município para desenvolver a consciência ambiental, estimulando alunos, professores e demais funcionários da Escola a trazerem de casa o óleo usado para que seja reciclado.

A economia solidária é uma forma de organização econômica a partir do trabalho coletivo, um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Na economia solidária não existe patrão e empregado, todos decidem em conjuntos e se beneficiam igualmente. Também é percebida como uma forma de inclusão social. A raiz da economia solidária se encontra nas ações e nas lutas de trabalhadores, movimentos populares, grupos engajados nas universidades e nas igrejas, que se organizaram a partir da necessidade de mudança, da percepção de que as coisas como estavam não poderiam continuar. Hoje, em todo o Brasil, são milhares de empreendimentos que trabalham com diferentes tipos de produtos a oferta de serviços, organizados por jovens e adultos, homens e mulheres do campo e das cidades. Empreendimentos de economia solidária são as diversas formas concretas de manifestações da economia solidária, ou seja, grupos de pessoas que produzem e comercializam seus produtos com base nos princípios de economia solidária¹⁹.

19 TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221-224.

A informalidade não é mais transitória, como era considerada ao toma-la como excedente de mão-de-obra que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de colchão amortecedor, que acolhia a mão-de-obra excedente, com a função de reduzir o custo do trabalho e da reprodução social para o capital.²⁰

O princípio geral da autogestão é que “todos os que trabalham são donos do empreendimento e todos os que são donos trabalham no empreendimento”. Esses empreendimentos são os princípios protagonistas e público-alvo do fórum Brasileiro de economia solidária.²¹ Como exemplos de empreendimentos de economia solidária, podemos citar: associações, cooperativas de consumo, clubes de trocas, redes, complexos cooperativos; agricultores que se juntam, trocam ideias e crescem, passando a produzir mais e melhor; grupos de costureiras, bordadeiras, doceiras, que produzem com capricho tudo o que fazem que sejam criações próprias; cooperativas de catadores (também chamados de coletores de materiais recicláveis), que se juntaram para coletar, reciclar e transformar o lixo; pessoas e grupos que, em vez de vender, trocam entre si o que produzem; trabalhador de fabricas falidas que formam novas empresas solidaria, e juntos, em igualdade de condições, são responsáveis pela recuperação, administração e funcionamento dessas empresas renovadas²². Amigos e vizinhos, colegas de trabalho, que se organizam para fazer compras solidárias, que beneficiam tanto quem consome e quanto que produz; comunidades que usam moeda social em seus clubes de trocas; bancos solidários, emprestando dinheiro sem juros, ou juros baixíssimos, para financiar outros empreendimentos solidários; cadeia de produção solidaria, em que um grupo que coopera produzindo, vende a outro grupo, que coopera comprando.

20 BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e de resignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007, p. 45

21 TIRIBA, Op. Cit., p. 45

22 CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

■ 4 ECONOMIA SOLIDARIA - CEJA ALMIRA AMORIM E SILVA

Algumas ideias sustentam nosso referencial, tais quais:

- A economia solidária, há alguns anos, tem dado suporte aos trabalhos escolares do CEJA Almira Amorim e Silva, isto porque nossos alunos são também motivadores e fomentadores destas atividades, já que são cidadãos participativos na economia do nosso estado.
- A economia solidária tem como maior objetivo mostrar ao estudante a importância do trabalho coletivo sem visar apenas o lucro por si só, bem como a junção e colaboração mútua com a participação de todos os envolvidos, dividindo saberes e sobras. É válido ressaltar que ao se tratar do CEJA Almira, onde a matriz curricular é dividida por área de conhecimento, neste projeto maior, as áreas se unem interdisciplinarmente, pois não há conhecimento isolado e todos os tocantes científicos são necessários para o desenvolvimento integral do cognitivo do aluno.
- No contexto da economia solidária temos que observar e valorizar aquilo que temos, para sempre respeitar o meio ambiente, pois tudo que se reaproveita não são desperdiçados, poupando o planeta da destruição de suas importantíssimas reservas naturais, nesse sentido não comprometendo as futuras gerações.
- A economia solidária vem dando suporte às atividades pedagógicas, isto porque, nossos alunos são também motivadores e fomentadores desta atividade, já que são cidadãos participativos na economia do nosso estado e possuem saberes populares, que contribui com este tipo de economia.

Esta economia foi introduzida no currículo no ano de 2009, logo após a criação deste Ceja.

■ 5 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir do princípio de Economia Solidária, apresenta-se como resultado do projeto realizado na escola, a concepção de que a cooperação mútua entre os grupos de pessoas pode ser uma alternativa ao modelo de economia posta

pelo capitalismo, como se pode observar no relato da professora Vânia Oliveira de Alcântara Neves dos Santos:

“O projeto do sabão realizado pela professora Amélia esta sendo de grande importância na escola será Almira de Amorim e Silva, por se tratar de uma escola onde de jovens e adultos, pessoas que trabalham e que muitas vezes estão desempregados e acabam necessitando de alguma renda para sua sobrevivência, portanto a produção do sabão, realizado pelos alunos, juntamente com a professora é uma forma de esses alunos obterem lucros na sua venda.”²³

Outro aspecto importante observado, é que se trata de um projeto autossustentável, de modo que a escola não precisa empenhar recursos financeiros para execução do mesmo. Como constatado no relato da ex-diretora da escola, em cuja gestão o projeto começou, “o projeto é autossustentável e autofinanciável. Os alunos produzem o sabão e com a venda desse na escola, compram mais matéria prima e produzem mais. É possível realizar esse projeto com muito pouco investimento inicial”.²⁴.

Não se pode deixar de mencionar que a sustentabilidade do projeto dá-se, também quanto ao meio ambiente, pois parte da retirada de material que seria descartado, para transformá-lo em outro produto de consumo, e em renda para um grupo de pessoas.

Sem dúvida, as vantagens sociais unem-se as ambientais e econômicas, uma vez que a gestão ambiental além de combater os impactos ambientais decorrentes do descarte incorreto de óleos residuais de fritura, contribui para o incremento salarial de famílias de baixa renda, os catadores de lixo, que passariam a ser também coletores de óleo. Conseqüentemente, a sociedade, como um todo, seria beneficiada.²⁵

23 SANTOS, Vânia Oliveira de Alcântara Neves da Professora da sala multifuncional do CEJA Almira.

24 ARAUJO, Fernanda Oliveira da Silva, Coordenadora pedagógica do CEJA Almira.

25 FERNANDES, P. C. A. Produção de sabão líquido a partir de óleo alimentar usado. 2009. 52f. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia química). Departamento de Engenharia Química, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009.

Quanto à aplicabilidade do projeto aos sujeitos envolvidos cabe mencionar que é adequado, pois além de ter como pano de fundo o trabalho como princípio educativo, faz uma importante reflexão sobre o homem como agente transformador da economia, e do meio ambiente, de forma conectada com os conteúdos programáticos da área.

“Consta-se que o projeto atende bem às necessidades da educação de jovens e adultos, pois traz o conteúdo escolar da área de ciências da natureza de uma forma contextualizada e conectada com a sustentabilidade econômica e ambiental. O projeto além de ensinar os alunos a produzirem um produto que serve para o consumo próprio, ou para venda, também apresenta para eles possibilidades de aproveitamento de materiais que seriam descartados no meio ambiente.”²⁶

Constata-se, portanto, que alunos podem estudar e entender todo conteúdo de química relacionado à fabricação de sabão caseiro, bem como a necessidade e importância da reutilização dos rejeitos, e, fazer a relação entre o conteúdo programático e a sua prática diária. Assim, eles podem ser multiplicadores dos princípios de economia solidária e sustentabilidade ambiental, em qualquer lugar, como pode ser observado no relato de uma das alunas envolvidas no projeto,

“Bom como começar falar de Biologia é uma das matérias importante para se aprender sobre o nosso corpo humano e de outros seres vivos. Com as aulas de biologia aprendi a fazer, quer dizer estou aprendendo a fazer sabão líquido aprendemos com a nossa professora Amélia. Um sabão de ingredientes simples porem muito eficazes que limpa e tira manchas. Para mim foi mais uma nova experiência em aprender com biologia e que não só aprendemos fórmulas com química e a física adorei ter vivido esses momentos e que também foram importantes ate para a escola que passamos a comercializar entre alunos, professores entre outros.”²⁷

26 Araujo, Fernanda Oliveira da Silva, Coordenadora pedagógica do CEJA Almira.

27 Assunção, Daiane Aires de aluna do ensino médio da CEJA Almira de 2014, na área de exata.

Trata-se, portanto de um projeto aplicável, autossustentável e adequado a Educação de Jovens e Adultos, cujos resultados, embora subjetivos, tendem a provocar uma reflexão sobre o papel de cada um enquanto agente transformador do meio em que vivemos, e, conseqüentemente, estimular uma mudança de postura individual e coletiva a ponto de influenciar o movimento desses sujeitos em direção à transformação da sociedade.

■ 6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. 2010. Reciclar óleo de cozinha pode contribuir para diminuir aquecimento global. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/>> Acessado em: mar. 2015.

AMBIENTE BRASIL. 2010. Programas e Projetos. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?Base=resíduos/index.php3&conteúdo=/resíduos/programas.html>>. Acessado em: mar. 2015.

AMBIENTE BRASIL. 2010. Reciclagem. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?Base=resíduos/index.php3&conteúdo=/resíduos/reciclar.html>> Acessado em: abr. 2015.

BAIRD, Colin. Química Ambiental; trad. Maria Angeles Lobo Recio; Luiz Carlos Marques Carrera. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002. BIODIESELBR. 2010. Reciclagem de óleo de cozinha. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/noticias/biodiesel/reciclagem-oleo-cozinha-10-07-07.htm>> Acessado em: abr. 2015.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e de resignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional Lei nº9394/96 Comentada e Interpretada, Artigo por Artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Média e Tecnologia (Semtec). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC/Semtec, 2000.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, n 9394/96. Brasília, 20 dez. 1996.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b.

CUNHA, Márcia Borin da; REZZADORI, Cristiane B. Dal Bosco. **Revista Varia Scientia**. Artigos & Ensaios – Produção de material didático: uma proposta para química ambiental na escola: 2005 v.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental**: princípios e práticas. São Paulo, Editora Gaia, 1992.

DIAS, M.A.R.; SALERA JÚNIOR, Giovanni. 2008. Coleta Seletiva. *Jornal Mesa de Bar News*, Gurupi - Estado do Tocantins, v. 271, p. 04, 01 ago. 2008. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/1080888> FUNDAÇÃO AMI – Assistência Médica Internacional. 2010. Reciclagem de óleos alimentares usados. Disponível em: <http://www.ami.org.pt/default.asp?id=p1p490p338> Acessado em: jan 2015.

FERNANDES, P. C. A. **Produção de sabão líquido a partir de óleo alimentar usado**. 2009. 52f. Dissertação (Mestrado Integrado em Engenharia química). Departamento de Engenharia Química, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACEDO, Jorge Antônio Barros. **Introdução a Química Ambiental**: Química & Meio Ambiente & Sociedade. Ed. Jorge Macedo, 2006.

MIRANDA, E. E. **Sustentabilidade na escola 1**: o nascimento de um conceito. *Carta na Escola*, São Paulo, n. 19, p. 28-29, set. 2007 a.

MORTIMER, E. F.; Machado, A. H. **Química para o ensino médio**: volume único. São Paulo, Scipione, 2002.

PERUZZO, F. M.; CANTO, E. L. **Química na abordagem do cotidiano**. 4. Ed - São Paulo: Editora Moderna, 2006.

PPP (Projeto Político Pedagógico da escola CEJA Almira de Amorim Silva). Cuicabá de 2014.

PITTA JUNIOR, O. S. R.; NETO, M. S. N.; SACOMANO, J. B.; LIMA, J. L. A. **Reciclagem de óleo de cozinha usado: uma contribuição para aumentar a produtividade do processo**. In: KEY ELEMENTS FOR A SUSTAINABLE WORLD: ENERGY, WATER AND CLIMATE CHANGE, 2, 2009. São Paulo.

Internacional Workshop, 2009.

SANTOS, A. O; SILVA, R. P; ANDRADE, D.; LIMA, J. P. M. Dificuldades e Motivações de aprendizagem em Química de alunos do ensino médio investigadas em ações do (PIBID/UFS/Química). **Revista Ciência Plenas**, v. 9, n. 7, p. 1-6. São Cristóvão-SE, 2013.

SANTOS, M E. V. M. **Pedagógicos para o século XXI**: suas raízes em forças de mudança de natureza científica, tecnológica e social: Livros Horizontes. Lisboa, 1999.

SILVA, B. G.; PUGET, F. P. Sabão de sódio glicerinado: produção com óleo residual de fritura. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, n.11, 2010.

TIRIBA, L. A Economia Popular Solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p. 221-224.

EXPERIÊNCIAS COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONFECÇÃO DE SABONETES GLICERINADOS: UM OLHAR SOBRE O CEJA ALMIRA DE AMORIM E SILVA

MICHELE DE JESUS FIGUEIREDO

Resumo: O texto tem como objetivo refletir acerca de uma experiência pedagógica a partir de um projeto escolar em educação de jovens e adultos. Este projeto visava, principalmente, uma reflexão acerca do aprendizado prático dos conteúdos da base comum, nas disciplinas de ciências (ensino fundamental), biologia, química, física e matemática (ensino médio), ligando os conceitos químicos, biológicos, matemáticos e científicos aos conceitos de economia solidária, como: saberes populares, valorização do saber local, comércio justo, valorização do meio ambiente, socialização, inclusão e trabalho coletivo. Para a presente pesquisa foram colhidos depoimentos dos participantes do projeto. Conclui-se que a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária estão alinhadas e se fazem presente no processo de aprendizagem dos educandos jovens e adultos, pois perpassam pelos processos de inclusão social dos sujeitos que por diversos motivos deixaram de estudar no tempo e na idade devida.

Palavras-chave: Economia solidária. Educação de jovens e adultos. Inclusão social.

■ 1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que a aprendizagem se dá através de uma construção de novas perspectivas de mudanças social, cultural e científica, a Educação de Jovens e Adultos se dá, de igual modo, através desses processos de construção, porém, atrelados aos saberes populares das vivências que seus sujeitos trazem para a sala de aula.

Ao longo da história, percebe-se um intenso movimento e muitas conquistas relativamente significativas até os dias de hoje, dentro da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Com a colonização do Brasil, surgiram as primeiras escolas voltadas à alfabetização das crianças de classe média e alta, entretanto, não se percebia, ainda, a necessidade da escolarização para os adultos ora trabalhadores e das classes baixas. Esse período foi marcado pelo ensino dos jesuítas (período colonial) e possuía como critério não só a transmissão dos ensinamentos de cunho científico e as aprendizagens escolares, mas a fim de disseminar a fé cristã. Com a chegada da família Real ao Brasil, esse método de ensino é substituído então, pelo período de regência do Marquês de Pombal, onde as escolas passaram a ser organizadas de acordo com os interesses do estado.

Após a Independência do Brasil, surgiram as primeiras leis, através da primeira Constituição Brasileira, em que aparece assegurada a educação primária gratuita a todos os cidadãos do país, no entanto, ainda não contemplava as classes mais pobres.

Ao longo da história, foram criadas novas Constituições que asseguravam a oferta da educação básica para todos, porém, "ainda" era uma educação para poucos, pois se acreditava que sem educação haveria facilidade na manipulação das massas mais pobres pela política e pelos governos, evitando, assim, a propagação do conhecimento crítico entre essa população, portanto, o foco do governo era apenas o ensino profissionalizante, que capacitava jovens e adultos trabalhadores a fim de fortalecê-los como mão de obra e força de trabalho para as indústrias. Isso ocorre até meados do século passado, com destaque para o trabalho realizado por Paulo Freire, que implantou uma visão de educação democrática e libertadora, passando a considerar não apenas o conhecimento teórico-científico, mas também todo o conhecimento vivenciado pelos educandos jovens e adultos ao longo de suas vidas.

A história da EJA no Brasil é mais recente. Começou a aparecer e a ser conhecida como modalidade de ensino no começo do processo de industrialização, quando surge então, a necessidade de melhorar a qualidade de trabalho e qualificar os funcionários das indústrias, contudo, no início eram caracterizadas pelo ensino noturno, com a finalidade de alfabetizar os alunos/trabalhadores. A EJA passa a ser considerada oficialmente no Brasil através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 5692/71, onde aparece um capítulo que trata em específico da EJA. Surgem, então, os Centros de Estudos Supletivos (CES), que tinham sua orientação na educação tecnicista, conforme a situação política instalada na época.

A EJA está totalmente ligada aos conceitos fundamentais que norteiam a Economia Solidária, pois ambos têm o trabalho e a educação como princípio educativo e a valorização dos sujeitos.

Segundo as Diretrizes Políticas Metodológicas para Educação em Economia Solidária (Recomendação nº. 08, de 04 de Julho de 2012), a Resolução 74 define que:

A educação em economia solidária é uma “construção social” que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política. A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade. Do mesmo modo, a formação e a assessoria técnica são processos inerentes à educação em economia solidária e, portanto, compartilham dessa mesma concepção.

Entende-se que o processo de aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos perpassa pelos fundamentos do trabalho como princípio educativo, contudo, a economia solidária apresenta o trabalho como uma alternativa de geração de renda e inclusão social, produzindo assim um processo de construção social do indivíduo.

A Economia Solidária (ECOSOL) surge como uma alternativa de geração de trabalho e renda que se dá de forma inovada e diversificada de práticas econômicas e sociais, que estão organizadas em forma de cooperativas, associações, clubes de trocas, autogestionárias, realizado consumo solidário, comércio justo e empreendimentos sócio ambientais. Possui como característica principal a cooperação, que envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc.

Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Na autogestão, os participantes das organizações exercitam as práticas participativas nos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. A dimensão econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, comercialização e consumo.

Por fim, tem um caráter solidário, que é expresso na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Hoje, esse tipo de economia é praticado por diversas dimensões da sociedade, entretanto, se dá em parcela maior entre a população mais excluída e vulnerável, assim como se percebe no perfil dos alunos que estão na Educação de Jovens e Adultos, que em algum momento de suas vidas foram excluídos do direito a escolarização na idade apropriada, mas que agora buscam na escola, além do conhecimento científico e de aprendizagem, novas alternativas de emprego e renda. Aprendem através dos processos de socialização, novas formas de organização coletiva, lutando por sua emancipação, econômica e social.

Segundo a Resolução nº. 08, do Conselho Nacional de Economia Solidária: “[...] é necessário que a educação contribuía para o fortalecimento da economia solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória.”

Para que essa emancipação ocorra de fato, de forma cada vez mais fortalecida, é necessário alinhar os processos educativos e de aprendizagem, integrando-os às oportunidades de elevação de escolaridade e/ou outras iniciativas que contribuam para a formação política e cidadã dos indivíduos.

Sabemos que a economia que hoje está posta (capitalista) suprime outro tipo de economia. Apesar do significativo crescimento da economia solidária, esta ainda é insuficiente, seu avanço é pouco reconhecida pelas camadas populares, compostas pelos trabalhadores que, em sua maioria, são alunos da EJA. Ainda não conseguiu impactar de maneira mais abrangente na cultura e na economia individualista e competitiva.

Diante dessas dificuldades e da necessidade de expansão dessa “nova” economia como alternativa de renda e inclusão social, durante a Conferência Nacional de Economia Solidária, foi aprovado um conjunto de resoluções, cuja finalidade é a de garantir a propagação dessa economia de acontece de forma solidária.

A Resolução 72 define que:

É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal. Também se deve garantir a oferta de educação qualificada e adequada para trabalhadores (as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida. Destaque especial para a inserção da economia solidária nos processos de Educação de Jovens e Adultos e de educação no campo, quilombola e indígena, possibilitando e incentivando o uso de ferramentas e práticas para esse público nos meios rural e urbano, respeitando as diversidades regionais.

Segundo a Resolução 73:

Os empreendimentos econômicos solidários devem ser empoderados para acessar as políticas públicas, o que requer a formação sistemática dos trabalhadores e de seus familiares, além dos aspectos técnicos, nas práticas educacionais. Desta forma, além de permitir melhor resultado na produção, a educação ampliada aos familiares dissemina o conceito de economia solidária mesmo antes da implantação das políticas públicas.

A economia solidária deve fazer parte do currículo na Educação de Jovens e Adultos, para que assim, possa se fazer conhecida pelas classes mais populares, que estão nas escolas em EJA e para que essas práticas realmente façam parte do cotidiano escolar e participem dos processos de aprendizagem, surgindo aí uma ferramenta ou uma alternativa para geração de renda das famílias. Cabe à educação facilitar o diálogo entre a economia solidária e o educando e facilitar essa relação.

O princípio do trabalho como processo de construção do conhecimento e de relações sociais é reconhecido pela economia solidária e contribuirá com ações político-pedagógicas inovadas e solidárias que agem de forma emancipatória e cooperativista, o que contribuirá com a transformação dos sujeitos e da sociedade.

Segundo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos econômicos, civis e políticos, deve ainda proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade, respeitando e valorizando as diferenças.”

Diante disso, entende-se que a educação deve favorecer o acesso dos educandos ao conhecimento, além de conduzi-los a saberes que ora lhes fora negado. A educação é a ferramenta que as classes mais populares tem na luta pelo crescimento e o desenvolvimento humano, para tanto, cabe ao fazer pedagógico impulsioná-los para a busca de maiores conhecimentos, aprimorando os seus saberes populares, atrelados aos saberes científicos, políticos, civis e pedagógicos.

Ainda segundo a própria LDB: “A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir

e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo-emocionais, sócio-emocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional.”

A escola é um espaço de construção da identidade do sujeito e, como tal, tem o dever de prover não só a aprendizagem, mas também a socialização desse sujeito, favorecendo o pleno exercício da cidadania, atendendo as diversidades e as pluralidades dos mesmos. A escola também é um espaço de convívio, por isso, os processos educativos devem pautar-se na flexibilidade não só do currículo, mas também quanto ao tempo e espaço, rompendo paradigmas, como a simetria, ora apresentada na educação para crianças, levando em consideração a individualidade de cada jovem e adultos, conforme assegura a LDB: “dar suporte e atenção individual às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas; valorizar a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes; desenvolver a agregação de competências para o trabalho; promover a motivação e orientação permanente dos estudantes, visando à maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho.”

O Estado de Mato Grosso, entendendo a necessidade da construção de centros especializados em atendimentos que contemplem a escolarização de jovens e adultos, cria então o CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos), implantado nas principais cidades do estado de Mato Grosso no ano de 2009, pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/MT), em conjunto com os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino, com a intenção de buscar iniciativas de políticas públicas em EJA, cuja finalidade é de assegurar espaço para a diversidade de respostas para os sujeitos que foram afastados de seus direitos à escolarização na idade apropriada, mas que, segundo lei vigente no país, não poderão ser afastados de seus direitos de aprender e ter acesso a uma busca renovada à escola.

O sujeito da EJA tem sido acusado de abandono, de desistência e, com isso, de causar a evasão escolar. Essa descontinuidade se dá por diversos estigmas sociais, que acabam por contribuir para o desinteresse pela escola, entre eles, o desemprego ou a busca de novos empregos para manter a família, onde,

consequentemente, os estudos ficam em segundo plano, deixando de ser prioridade. Muitos dos estudantes que hoje estão no CEJA Almira de Amorim e Silva, são trabalhadores empregados, desempregados ou os que atuam no trabalho informal. O trabalho faz com que a opção seja afastar-se da escola, pela incompatibilidade de horários e de deslocamento até a escola.

Diante dessa situação, os educadores e gestores do Ceja Almira de Amorim e Silva percebem a economia solidária como uma alternativa para atrair esses trabalhadores, através do desenvolvimento de trabalhos coletivos atrelados ao conhecimento científico.

Conforme o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da educação – LDB, “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Como pode se observar na LDB, a escola é o lugar de desenvolvermos um espírito crítico nos alunos, preparando-os para a vida em sociedade, exercendo sua cidadania. Entretanto, o ambiente escolar, articulado com a realidade em que vivem os seus alunos, é essencial para o processo de ensino-aprendizagem, sendo assim, o meio ambiente é uma temática que envolve o mundo dos alunos, a partir de suas necessidades diárias quanto qualidade de vida, como: saúde, entretenimento, garantia de permanência do meio ambiente, lazer etc.

Entendendo isso, esse trabalho objetivou refletir acerca dos direitos do cidadão, trabalhador formal, informal, desempregados e suas condições socioeconômicas, além de oferecer a economia solidária (Ecosol), como ferramenta para amenizar os anseios dos alunos do Ceja Almira, no que tange às questões de renda familiar, criando benefícios rentáveis, atrelando-os ao conhecimento científico e as práticas solidárias.

■ 2 DESENVOLVIMENTO

Levando em consideração que a escola é um espaço de convivência, aprendizado e troca de saberes e percebendo que os estudantes são trabalhadores, desempregados ou empregados no trabalho informal, que ora precisam escolher entre o trabalho/manutenção da família e a sala de aula, a equipe escolar decide aliar-se aos princípios da economia solidária, já que a EJA possui um

currículo flexível e voltado para as necessidades dos educandos, valorizando o conhecimento empírico desses sujeitos.

Um dos princípios da economia solidária permeia pela valorização do trabalho como fonte de aprendizagem permanente. Assim entendendo, alguns educadores do Ceja Almira começam a direcionar suas aulas com conteúdos teóricos para as oficinas pedagógicas com aulas práticas, a fim de apropriar-se dos saberes empíricos dos educandos e agregá-los aos saberes teórico-científicos, com a criação de projetos que contemplem essas necessidades. Desse modo, é criado o projeto intitulado: *“Sabonete Glicerinado e Economia Solidária”*, de minha autoria, em conjunto com a área de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias, em que aplicamos a ciência e observamos os processos e transformações químicas que ocorrem durante a confecção do sabonete glicerinado, levando também em consideração os conceitos de sustentabilidade, defesa do meio ambiente e economia solidária.

Este projeto teve como objetivo principal uma reflexão acerca do aprendizado prático dos conteúdos da base comum, nas disciplinas de ciências (ensino fundamental), biologia, química, física e matemática (ensino médio), ligando os conceitos químicos, biológicos, matemáticos e científicos aos conceitos de economia solidária, saberes populares, valorização do saber local, comércio justo e valorização do meio ambiente, exercendo a socialização, inclusão e o trabalho coletivo.

Para a realização e o sucesso desse projeto foram necessários utilizar-se de metodologias diferenciadas, que estão em consonância com os conteúdos didáticos e associados a prática diária dos alunos, constatamos o sucesso dessa experiência. Esses conceitos compreendem assuntos ligados a higiene pessoal, saúde individual e coletiva; utilização de substâncias não nocivas ao meio ambiente e sustentabilidade; a estética do produto; reações químicas, processo de mistura de substâncias; mudanças dos estados físicos da matéria e temperatura; cálculos de custo/sobras/benefícios (preço justo); análise sobre as problemáticas da sociedade em relação ao desemprego e o trabalho informal; análise sobre a produção caseira, suas particularidades e sua importância para a sociedade, sempre refletindo acerca dos direitos do cidadão, do trabalhador informal e suas condições socioeconômicas, tudo dentro de um cronograma específico.

Na primeira etapa, houve apresentação dos conteúdos interdisciplinares, da disciplina de ciências da natureza (química, física, biologia, ciências e matemática), incluindo temas ambientais, de saúde individual/coletiva e de sustentabilidade. Na disciplina de matemática e suas tecnologias, praticou-se os cálculos de custo /benefício (porcentagem), razões e proporções, entre outros.

Na segunda fase, abordamos esses conceitos teóricos, com a utilização de recursos pedagógicos didáticos, aulas expositivas, aplicação de experiências científicas e reações químicas.

Na terceira etapa deste trabalho, coube a confecção dos sabonetes glicerinados, dentro da própria unidade escolar, onde observou-se a reflexão feita pelos alunos, com intervenção do professor, acerca das variantes encontradas entre a geração de renda através do trabalho informal e o papel do indivíduo dentro de uma sociedade capitalista, mas agindo de forma solidária no meio. Nesta fase, os alunos relataram suas observações, e seus registros fotográficos.

Na quarta e penúltima etapa, os alunos receberam uma palestra sobre economia solidária e sua aplicação no cotidiano escolar, no âmbito do Ceja Almira, ministrada pela professora mediadora.

Na última etapa, houve a exposição dos resultados, ou seja, o produto final – sabonetes glicerinados – através de uma mesa de trocas compartilhadas (feira de trocas solidárias), onde colocaram em prática os conceitos da economia solidária. Ao final, foi realizada uma pesquisa, sobre as diferentes realidades socioeconômicas dos alunos do Ceja Almira e como este projeto contribuiu para inseri-los no meio, gerando renda de forma sustentável. Vale ressaltar que essas etapas se deram nos três trimestres letivos, conforme estrutura dos centros de EJA.

Este projeto também se deu em uma das turmas anexas do Ceja Almira, o Lar Cristão, instituição que presta serviços de saúde pública e recuperação de jovens e adultos dependentes químicos.

Ao fim destas etapas, finalizado o projeto, é nítido o entrosamento dos alunos que participaram mais efetivamente, pois empreenderam de forma solidária e coletiva, lapidando suas relações interpessoais. É perceptível e notório também a compreensão ampliada dos conceitos relativos a disciplina apresentada. Fica evidenciado que um conteúdo aliado a atividades voltadas para a

prática diária do educando produz um maior interesse do mesmo pela escola, pois percebem uma relação direta entre o que aprendem na escola com suas vivências, fomentando assim a aquisição do conhecimento e da aprendizagem.

Isso pode ser demonstrado pelos depoimentos dos alunos participantes do projeto, a seguir expostos.

Inicialmente, o depoimento da dona Mara Lucia – aluna do 2º ano ensino médio.

“Eu praticamente não tive oportunidade de estudar porque desde a minha infância foi difícil. Fui adotada aos 07 anos de idade e desde então minha vida foi trabalhar (lavar, passar, cuidar de criança e de doente) e nada de estudo. Fui entrar pela primeira vez na escola com 9 anos. Eu não passei do 1º ano primário, aí com 30 anos eu fiz o exame supletivo onde fui alfabetizada. O interesse em voltar a estudar foi porque todas as vezes que eu ia procurar um emprego, sempre me exigiam o ensino médio completo, aí eu pude ver a necessidade de estudar. Eu vejo a escola como um lugar onde os professores são interessados e os alunos só não aprendem se não quiser. Pra mim, os estudos são importantes para adquirir conhecimento, arrumar um emprego melhor, fazer um concurso público, pensar num futuro melhor para mim. A experiência de estudar no Ceja Almira me fez perceber que a escola é muito boa, os professores são todos capacitados, além de tudo, os coordenadores, professores, diretor e funcionários em geral para mim são todos importantes. Teve um período da minha vida que eu estava com Hanseníase e fazia tratamento no CER-MAC - Centro Estadual de Referência em Média e Alta Complexidade de MT e lá me foi sugerido que procurasse um curso que auxiliasse no fortalecimento muscular, como por exemplo, trabalhos manuais, para não perder a sensibilidade das mãos e dos braços. Então procurei esse curso para aprender a fazer sabonete glicerinado. Minha intenção era também melhorar minha renda. Aprendi a fabricar os sabonetes, sais de banho e aromatizantes de ambiente e comecei a fabricar para vender.

Quando cheguei na 7ª/8ª série (2º segmento do 2º ano do ensino fundamental), no Ceja Almira, a professora perguntou na sala quem sabia fazer trabalhos manuais e eu disse que sabia fazer os

sabonetes. Eu ensinei a professora Michele, depois ensinamos “juntas” os outros colegas. Para mim é um motivo de muita alegria ensinar a professora a fazer o sabonete, eu dividi o meu conhecimento com ela. Gostei de ensinar as outras pessoas, porque um dia eu também precisei da ajuda de alguém e eu tive a oportunidade em minha vida. Eu me senti feliz por ensinar minha professora. A cada coisa que eu posso ensinar, eu me sinto realizada, pra mim é uma grande satisfação, porque tudo que eu aprendo de bom eu gosto de passar para outras pessoas. A cada aluno, aluna, professores que aprendiam, ficava mais feliz. Eu acredito que se todos nós que aprendemos um artesanato e colocar em prática as coisas, seria bem melhor e satisfatório, mas tem gente que enterra seus talentos debaixo da terra e cruzam os braços e nada faz. Para mim é muita alegria ensinar o que já sei, porque valorizar o trabalho dos outros é muito bom. Uns criticam, outros valorizam. Eu fiquei muito feliz em ver as pessoas contentes em aprender e também pude passar para elas. Participar desse projeto foi muito gratificante porque eu aprendi o que é economia solidária, entendi que podemos aprender algo sem precisar ter gasto visando ganhos e trabalhar em conjunto e dividir entre as pessoas (Trabalho Coletivo). O meu coração se alegra muito em tudo, e tudo o que eu aprendo gosto de passar para frente. Eu fico muito feliz em ver as pessoas contentes com o que aprendeu. Eu também fico feliz em ver a alegria das pessoas com o que eu ensinei a elas.”

Nesse depoimento, fica evidente o entusiasmo dos sujeitos que percebem a escola como um espaço onde ele pode transmitir ou compartilhar suas vivências e seus conhecimentos.

A seguir, temos o depoimento da professora Regina Célia de Meneses:

“Eu participei do projeto do sabonete glicerinado, em que vivenciei o entusiasmo dos alunos, tanto os do Ceja Almira, quanto o das alunas que estão no sistema de internação para tratamento de desintoxicação, do Lar Cristão (sala anexa), que percebem nestas oficinas não apenas como um meio para sair da rotina ociosa do tratamento, mas também como uma provável fonte de renda e ganho depois que acabar o período de tratamento contra a dependência química e voltar para a sociedade.”

O entusiasmo das alunas foi contagiante, mostrou a nós professores que por mais dificuldades que o aluno apresente, quando a aula proposta pelo professor é dirigida de forma diferenciada, consegue vencer as barreiras do conhecimento e social.

Projetos desse âmbito proporcionam uma troca de saberes que perpassam pela dimensão científica e vai até a valorização do saber popular, principalmente, quando os mesmos estão atrelados ao trabalho intelectual e o trabalho manual. Um dos princípios da economia solidária é de que se valorize as diversas formas de trabalho humano, contudo, a escola pode abranger tal princípio, através da introdução dos ciclos de cultura, associados aos saberes populares desses alunos.

Para Paul Singer (2005, p. 19), “A Economia Solidária, nesse momento de sua história no Brasil, está sendo ensinada por educadores ou incubadores a praticantes, sua maioria jovens e inexperientes [...] a efetividade desse ensino decorre provavelmente da estreita conexão entre seus fundamentos teóricos e sua aplicação prática”.

A economia solidária se faz presente no processo de aprendizagem quando está em conectividade com fundamentação teoria e prática. Talvez isso explique o fato da educação de jovens e adultos estar se alinhando a economia solidária, pois se percebe hoje uma intensa relação entre ambos.

Os educadores tem se atentado para tal vinculação entre os processos de aprendizagem e a economia solidária, contudo, ainda há muito a caminhar, e alguns educadores de EJA já reconhecem essa relação. Portanto, outros ainda não e sabemos que essa nova economia só será efetivada por completo, quando todos os educadores entenderem e praticarem essa familiaridade entre ambos os processos.

Para Singer (2005):

O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. [...] Fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição.

Diante disso, é tangível perceber que a prática solidária pode fazer parte do âmbito escolar, pois é o lugar onde se dá as diversas formas de conhecimento coletivo. No chão da escola, é possível acontecer essa reeducação, basta que os educadores que lá estão entendam essa necessidade.

Ainda segundo o texto de Paul Singer (2005, p. 19):

Devemos a Paulo Freire esta formulação lapidar: “Ninguém ensina nada a ninguém; aprendemos juntos.” Isso se aplica inteiramente à Economia Solidária, enquanto ato pedagógico. Docentes e discentes são igualmente inexperientes. Os primeiros possuem conhecimentos teóricos, os segundos o saber que se adquire por tentativa e erro na prática. Nessa interação, produz-se um autoaprendizado mútuo.

A educação de jovens e adultos permite uma intensa troca de saberes entre educandos e educadores e esse aprendizado mútuo está inserido como ato pedagógico e é no chão da escola o lugar onde essa troca acontece constantemente.

■ 3 CONCLUSÃO

Ao analisar o comportamento dos alunos e refletir sobre a didática utilizada na educação de jovens e adultos, fica evidente a importância que o sujeito dá a escola, na medida em que percebe e reconhece a mesma como um espaço de desenvolvimento da criticidade, compreendendo o chão da escola como um lugar onde há possibilidade de compartilhar seus anseios e suas vivências, fazendo da escola um espaço de socialização, conscientização e convívio coletivo.

A economia solidária tem em seus princípios fundamentos básicos para subsidiar ao educador uma intensa troca de saberes com os sujeitos, entretanto, cabe ao educador fazer uma conexão entre o saber teórico com a prática diária do aluno, levando em consideração esses conceitos econômicos e solidários através de um currículo flexível.

É perceptível observar que a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária estão alinhadas e se fazem presente no processo de aprendizagem dos educandos jovens e adultos, pois perpassam pelos processos de inclusão social dos sujeitos que por diversos motivos deixaram de estudar no tempo e na idade devida, mas que agora retornam a escola e buscam na mesma suprir seus anseios e necessidades.

■ 4 REFERÊNCIAS

As origens recentes da economia solidária no Brasil. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/as-origens-recentes-da-economiasolidaria-no-brasil.htm>> Acesso em 16 abr. 2015.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 5692/71. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 30 fev. 2015.

Carta de Princípios de Economia Solidária. Fórum brasileiro de Economia Solidária. <http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60> Acesso em: 16 abr. 2015.

Fórum brasileiro de economia solidária. Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>> Acesso em: 16 abr. 2015.

Histórico da Eja no Brasil. Disponível em: <<http://pedagogiaaopedaletra.com/historico-da-eja-no-brasil/>> Acesso em: 16 abr.2015.

Histórico da EJA em Mato Grosso. Disponível em: <www.seduc.mt.gov.br> Acesso em: 07ago. 2014.

Recomendação n. 08, de 04 de Julho de 2012. Princípios e diretrizes político-metodológicos para orientar os planos, programas e ações de formação e assessoria técnica em economia solidária desenvolvidos no âmbito do Plano Plurianual (PPA 2012-2015) do Governo Federal.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. Brasília: Inep/MEC - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 13-20.

WEISSMANN, H. **Didática das Ciências Naturais: Contribuições e Reflexões**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1998.

OS LIVROS DIDÁTICOS DE MATEMÁTICA: SEUS CONTEÚDOS E ORIENTAÇÃO PARA A FORMAÇÃO HUMANA, A CIDADANIA E OS MUNDOS DO TRABALHO

ROZELIA DO VALE ALENCAR YANAGUI¹

JOSÉ TARCÍSIO GRUNENVALDT²

Resumo: Os livros didáticos são considerados um elo entre professor/aluno/mundo do trabalho. Destacam-se atualmente por apresentar históricos diferenciados no que diz respeito ao conteúdo, pois estes deveriam estar intrinsecamente interligados com o mundo do trabalho, ou seja, na Economia Solidária e na EJA. Subsidiados nesta problematização, foi elaborado estudo no que tange à temática da Economia Solidária e EJA, além de estudos relevantes ao livro didático, enfocando uma análise comparativa dos conteúdos de matemática e suas habilidades para com o mundo do trabalho, pois é fato que nossos discentes querem estudar algo que se relaciona com a realidade, e não assuntos que não dizem respeito a nenhuma profissão específica. Diante destes termos, o texto analisa alguns livros didáticos a fim de verificar esta precisão e interligação entre conteúdos de matemática e o mundo laboral.

Palavras-chave: Livro didático. EJA-Economia Solidária. Mundos do trabalho.

1 Bacharel em Ciências Contábeis – UNIMAR com Habilitação em Matemática – UNIC. Possui Licenciatura em Pedagogia. Pós – Graduação: Educação Infantil com Ênfase em Educação Especial. Pós - Graduação: Metodologia do ensino da Matemática. UNIC. Pós - Graduação: Educação Integral – UFMT. Pós-Graduação: Coordenação Pedagógica – UFMT. Pós-Graduada: Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Economia Solidária – UFMT. Mestre em Ciências da Educação (UNIGRAN-PY). Atualmente, atua como coordenadora do Programa Mais Educação na Escola Dr. Leônidas Antero de Matos.

2 Pós Doutor em Educação Física – Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jotagrun@hotmail.com.

■ 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo verificar se os livros didáticos da matemática da EJA e sua orientação para a formação humana no mundo do trabalho encontram-se em consonância com a Economia Solidária, tendo como ato pedagógico a capacidade de promover uma junção entre a educação e o trabalho.

Diante do cenário histórico, nos primórdios da civilização, a produção da existência da humanidade e a educação eram comunais, realizadas por todos e para todos, sendo todos responsáveis, configurando-se, assim, indícios do uso da economia solidária.

Na antiguidade, com o surgimento da propriedade privada, acontece uma ruptura nessa maneira de encarar o processo educativo a qual todos têm direito. Com a privatização da terra dividem-se os homens em duas classes: os proprietários das terras e a classe trabalhadora. Nesse período, o modo de produção era marcado pelo trabalho escravo, e quem era da classe dominante não precisava trabalhar. É a partir daí que surge uma educação diferenciada.

Na Antiguidade, tanto grega como romana, configura-se esse fenômeno que contrapõe, de um lado, uma aristocracia que detém a propriedade privada da terra; e, de outro lado, os escravos. Daí a caracterização do modo de produção antigo como modo de produção escravista. O trabalho é realizado predominantemente pelos escravos. Ora, essa divisão dos homens em classes irá provocar uma divisão também na educação. Introduce-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais. A primeira, centrada nas atividades intelectuais, na arte da palavra e nos exercícios físicos de caráter lúdico ou militar. E a segunda, assimilada ao próprio processo de trabalho. (SAVIANI, 2007 p 155).

A Economia Solidária surgiu na Inglaterra no século XIX, e teve como principal antecessor o cooperativismo operário. Caracterizada por uma economia

diferenciada, a Economia Solidária propõe uma valorização do ser humano e de seu trabalho, preocupação com o coletivo e o meio ambiente.

A Economia Solidária, tal qual a vivemos hoje, na passagem ao século XXI, em numerosos países, tem como antecedente principal o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência contra a revolução industrial, ao longo do século XIX e XX. Ele foi concebido e praticado por Robert Owen (1771– 1859). (SINGER, 2003).

Podemos considerar que a economia solidária, realmente é uma economia diferente, que acontece para transformar o mundo do trabalho, ou seja, isso significa a valorização do trabalho humano através da mobilização da sociedade civil coletivamente e organizada para que as oportunidades proporcionem às pessoas que sofrem com o sistema capitalista, que de modo geral ficaram desempregados, sendo que muitos deles não sabem ler, nem escrever e alguns são os ditos analfabetos funcionais.

A junção Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos é benéfica para essas pessoas porque, além de unir as comunidades, consegue desenvolver racionalidades mais solidárias nos indivíduos para que, assim, possam desempenhar um trabalho eficiente em seus empreendimentos. Essas comunidades têm como princípio mostrar os seus meios de sobrevivência de forma artesanal. Além de produzirem os seus produtos nas cooperativas ou associações, eles aprendem a desenvolver dentro de si o espírito do cooperativismo e não do individualismo, despertando nesses grupos a preservação do meio ambiente, desenvolvendo a sustentabilidade, e encontrando meios de diminuir a exclusão social que acontece nas classes populares em torno do nosso país.

Nesse sentido, Paul Singer é emblemático:

A Economia Solidária é um passo decisivo, “para além” desse aprendizado pela vivência, pois ela propõe a solidariedade não só como imposição da necessidade mas como opção consciente de outro modo de produção. (SINGER, 2005, p. 20).

É nesse sentido que devemos reforçar a ideia de Singer que a Economia Solidária é um “ato pedagógico em si mesmo”, justamente pelo fato de ela propor

uma nova prática social, mas que é imperativo dar-se um novo entendimento à nova prática. Assim, dito dessa forma, parece redundante, mas é justamente para se evitar que fiquemos apenas no âmbito do ético normativo, ou do “dever ser”.

Nesses termos, o texto tem por **objetivo geral**:

Investigar nos livros didáticos de matemática da EJA e sua orientação para a formação humana e para os mundos do trabalho.

E como objetivos específicos definem-se:

- Verificar se os conteúdos propostos nos livros didáticos de matemática trazem contribuições para com as exigências do mundo do trabalho.

- Verificar se os conteúdos da matemática nos livros didáticos da EJA e sua relação com a economia e o trabalho vão além da teoria.

A partir daí, apresenta-se como **problema de pesquisa** o que segue:

Considera-se que ao longo da humanidade os homens não eram completamente egoístas e produziam seus bens duráveis e de consumo em cooperação com outros sujeitos com os quais os homens se relacionavam, para que possamos tirar elementos importantes em nosso processo de escolarização e aprendizagem. Nesse sentido, a pesquisa procura verificar evidências de conteúdos que estimulem os estudantes a fazerem uso do conhecimento adquirido na EJA junto ao mundo do trabalho. Para tanto, nosso problema é: os conteúdos de matemática apresentados nos livros didáticos da EJA abordam as questões do mundo do trabalho e da Economia Solidária?

■ 2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária

A concepção de EJA, na perspectiva de uma educação continuada ao longo da vida, foi enfatizada no Art. 3º da Declaração de Hamburgo, fruto da V CONFINTEA – Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, realizada em 1997, ao afirmar que:

A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas adultas pela

sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade.

A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos (IRELAND; MACHADO; PAIVA, 2004, p. 42).

A EJA é entendida aqui, então, tanto como modalidade de ensino como estratégia de formação continuada. Outro aspecto importante é lembrar que, para além do princípio do direito à escolaridade, e conseqüentemente, o aumento dos anos de estudo, caminhamos também para agregar à educação uma concepção de aprendizagem ao longo da vida, sem idade “certa” para aprender, princípio esse referendado pela Declaração de Hamburgo (1997) na qual está exposta que os objetivos da educação de jovens e adultos, vistos como um processo de longo prazo desenvolve a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promovendo a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentem os desafios que se deparam ao longo da vida. (Declaração de Hamburgo, 1997).

A vinculação entre educação e trabalho torna-se, assim, uma referência primordial. No que diz respeito à educação profissional, a LDB esclarece que: A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (BRASIL, 1996, Art. 39).

Isto significa que não se pode tratar a formação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos últimos anos, tem sido alvo de reflexões/ações que colocam em xeque concepções e abordagens mecanicistas e utilitárias, até então dominantes nos cursos, projetos, mutirões em torno da alfabetização de jovens e adultos.

A Economia Solidária, com seus valores e princípios, se apresentam como uma alternativa viável tanto social/econômica quanto educativa, por tratar de temas numa perspectiva de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente. Assim, a Economia Solidária como atitude, pode ser levantada como uma possibilidade alternativa e que esta pode proporcionar às pessoas uma vida melhor, onde se valoriza o ser humano em detrimento do capital.

Nesse contexto, a Economia Solidária envolvida com a modalidade (EJA) contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida difundindo informações, desmontando preconceitos, mobilizando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois coloca no cerne da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os educandos da EJA, passando a considerá-los como sujeitos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes percursos e projetos formativos.

Isto exige uma organização escolar e curricular mais flexível e inovadora, colocando em diálogo saberes diversos (popular e erudito), dotada de estratégias formativas numa perspectiva intersetorial, articulando-as junto às políticas de desenvolvimento local, de trabalho e renda, participação, assistência social, saúde, cultura, meio ambiente.

Paul Singer, em seu livro *Introdução à Economia Solidária*, ressalta que esta é uma nova organização econômica que visa não apenas o lucro, mas a valorização do ser humano “inteiro” respeitando toda a sua complexidade.

A Economia Solidária é um projeto revolucionário, é um projeto para outra sociedade, e isto nos permite formulá-la como nós desejamos. No entanto, nós não somos utopistas no mau sentido da palavra, ou seja, nós não ficamos numa discussão pura do que é bom: o que é a natureza humana? Nós queremos também fazer com que essa concepção, esse programa, tenha viabilidade de conquistar as mentes e os corações dos nossos outros cidadãos, senão todos, muitos para que ela possa se transformar em prática (SINGER, 2002).

Ao trazer os valores e princípios da Economia Solidária para sala de aula, quebramos o paradigma compensatório que cerceia o entendimento da EJA enquanto educação ao longo da vida. Este paradigma é problemático, porque ofusca a visão da diversidade dos sujeitos de aprendizagem, fazendo com que perguntemos sempre o que os educandos não sabem, ao invés de nos instigar

a pesquisar quais são suas trajetórias de vida, quais suas bagagens culturais e saberes, quais seus projetos de futuro e suas motivações para retomar estudos.

Promover o diálogo entre as aprendizagens escolares e a vida não significa restringir a formação dos jovens e adultos aos conhecimentos instrumentais necessários à participação dos sujeitos no mundo do trabalho e nas práticas culturais da sociedade urbana letrada. Mas é reafirmar a ação transformadora da educação apontada por Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da autonomia*, ou seja, trazer a Economia Solidária como tema gerador de discussões reflexivas aos educandos da EJA vem reafirmar que a escola pode e deve transcender a experiência imediata, promovendo a reflexão crítica dos contextos mais amplos, auxiliando os sujeitos a (re)construírem a consciência social e de si, e a (re) formularem projetos pessoais e coletivos de futuro.

A EJA, durante o processo educativo, mantendo diálogo com a Economia Solidária, pode contribuir para a qualificação cidadã de seus educandos, formando sujeitos críticos, interventores, autônomos e solidários, e que realmente possam cumprir seu papel transformador nesse cenário global.

A Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico: é necessário que esteja ligado a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral. Paul Singer entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social.

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente [...]. (SINGER, 2002, p 28).

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural, pelo contrário, ela exige dos sujeitos que participam dela com um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição. Fica

claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva e exige uma pedagogia que “fale a língua dos sujeitos”. A educação popular possui este linguajar, porque é feita por e pelos sujeitos dentro de suas comunidades!

A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde (VIEIRA, 2004).

Então, quando o ser humano nasce ele convive e aprende diversas coisas no meio em que vive, no momento em que ele é inserido em uma escola, ele se liberta de vários costumes que traz quando vem de casa, e então com o passar do tempo ele vai se conscientizando de como deve reagir no mundo.

A educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania (MARX apud MANACORDA, 1991, p.27).

Marx (apud MANACORDA, 1991), defensor dos ideais da liberdade do homem do saber coletivo e ideológico, diante de sua visão afirma que: “a educação formal é indispensável na vida do homem, e prioridade para todos os cidadãos, desde a infância até a vida adulta”. (1991, p. 27).

A Educação de Jovens e Adultos não pode ser uma sobrecarga que os alunos devem carregar; precisa, sim, ser um apoio e um incentivo para melhoria de suas vidas. Para tanto, é função do educador, buscar formas de intervenção e transformação da realidade, problematizando-a, através de uma relação de diálogo constante com o educando.

Devemos salientar que na sala de aula, o importante não é depositar conteúdos, mas despertar uma nova relação com a experiência vivida. Portanto, antes de qualquer coisa, é preciso conhecer o aluno, reconhecê-lo como indivíduo no contexto social, com seus problemas, seus medos, suas necessidades, valorizando seu saber, sua cultura, sua oralidade, seus desejos, seus sonhos, possibilitando uma aprendizagem integradora, abrangente, não compartimentalizada, e nem tampouco fragmentada.

Sabe-se que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do docente, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional. Deste modo, o professor estará auxiliando de maneira mais efetiva o processo de reingresso dos alunos às turmas de EJA.

Em vista disso, essa análise remete à noção de que mudar é preciso, no entanto, deve ser um processo moldado pela transformação, que no caso do ensino, traduz-se pela aquisição de um processo mais interiorizado: a aprendizagem. Logo, eis a pergunta-chave: o que o professor poderia levar de inovador para a sala de aula, além de se manifestar portador de um título de graduação superior? Sobre isso, está a afirmação de que: É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor grau na formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que hoje em dia tem a educação (ZABALLA, 1998, p. 29).

O foco do trabalho pedagógico do professor faz toda diferença, ele deve preocupar-se com os alunos, para poder tirá-los do lugar comum, independentemente de políticas públicas e programas.

Porém, atualmente, a EJA exige uma discussão mais ampla no que diz respeito à sua verdadeira função, que, segundo Paiva (1973), é:

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. (PAIVA, 1973, p.16).

Visa atender prioritariamente, à classe trabalhadora, portanto, a EJA não pode ser pensada de forma desarticulada do mundo do trabalho. É preciso compreender que a inserção por uma educação formal está diretamente relacionada com a mudança do perfil de mercado de trabalho. E essa relação entre organização social e a escolaridade nunca foi tão forte, pois atualmente a em-

pregabilidade só é garantida, mediante a comprovação da escolaridade. Dentro dessa perspectiva, é notório que o retorno dessa população à escola não significa apenas uma busca para ampliação de conhecimentos para conseguir emprego ou uma posição favorável, mas acima de tudo, para se manter no trabalho atual.

As reflexões sobre a relação entre Educação Regular - EJA no que diz respeito ao conteúdo do ensino foram assinalando outros elementos a serem aprofundados e remetendo a aspectos metodológicos.

Refletindo sobre a relação regular - EJA, Saviani ensaiou uma formulação: quanto ao conteúdo, não querendo comparar, mas há diferença entre o regular e o supletivo.

A equivalência é necessária, não porque o aluno poderá pretender prosseguir os estudos (ou pelo menos não só por isso), mas porque é preciso que se lhe permita – e já com muito atraso! – o acesso aos conhecimentos básicos necessários à sua participação social mais efetiva. Essa equivalência, porém, não estará necessariamente (e na maioria dos casos nem é possível mesmo que esteja) na relação série/termo, mas na garantia do básico em relação ao conjunto de conhecimentos que o ensino regular transmite às crianças e adolescentes. Na organização do conteúdo de cada componente curricular, alguns itens se revelarão indispensáveis e exigirão um tratamento mais detalhado, enquanto outros talvez possam ser tratados com menos detalhes ou até mesmo dispensados. Se no ensino regular é possível trabalhar o básico com alguns acessórios, no supletivo quase sempre será necessário abrir mão dos acessórios, e, não raro, extrair o básico do básico, para que o essencial seja trabalhado... E bem trabalhado (SAVIANI, 1985, p 58).

Logo, a definição do currículo se faz desde um conjunto de critérios e concepções do que seja conhecimento escolar relevante, os quais pautam a seleção dos conteúdos, sua forma de organização e exposição, a dinâmica das aulas, constituindo um ambiente propício à incorporação de conceito e valores que permitam o exercício sistemático de análise da realidade e a problematização da vida concreta.

Fazer política é disputar poder e, fazendo uma analogia, fazer currículo, é sinônimo disso; portanto, o professor deve estar profundamente envolvido e consciente da dimensão de seu trabalho.

A matemática como matéria da área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, faz parte da grade curricular do Ensino Médio/EJA, sendo esta de suma importância para formação do caráter social e educacional do aluno. Porém, a matemática não deve ser vista pelos alunos como uma disciplina cheia de regras e teorias decorativas que poderão reprovar, mas como uma ferramenta construtora do conhecimento.

Cabe aos educadores da EJA mostrar a importância da matemática, o quanto esta disciplina é útil para a sociedade moderna, e será utilizada em qualquer lugar. Na prática de sala de aula, o ensino deve compreender dados informativos, os quais serão interpretados e analisados a partir de situações cotidianas, contribuindo para a autoconfiança do estudante. As aulas de Matemática devem envolver os temas transversais: saúde, meio ambiente, orientação sexual, ética, relacionando-os com o ensino interdisciplinar, ou seja, em trabalho interativo com outras disciplinas como Biologia, Física, Química, Geografia, Contabilidade e etc.

Nesse sentido, os PCN orientam que nessa nova compreensão do ensino médio e da educação básica, a organização do aprendizado não seria conduzida de forma solitária pelo professor de cada disciplina, pois as escolhas pedagógicas feitas numa disciplina não seriam independentes do tratamento dado às demais, uma vez que é uma ação de cunho interdisciplinar que articula o trabalho das disciplinas, no sentido de promover competências (BRASIL, 2006, p. 10)

Um currículo de Matemática para EJA deve considerar a autonomia em Matemática na formação dos estudantes, o que, segundo Coriat (1997), significa:

- Desenvolver ou fomentar a capacidade para enunciar, compreender e confrontar perguntas matemáticas significativas;
- Desenvolver ou fomentar a capacidade de avaliar e usar métodos de raciocínio matemáticos, atualmente aceitos como meios de obter conclusões;
- Usar a linguagem matemática;
- Aceitar, sem renunciar a discussão dos enunciados que a comunidade matemática considera atualmente como bem estabelecidos.

Desta maneira, o professor de Matemática possibilita na prática de sala de aula uma visão educativa mais ampla, ao propor a matemática como uma atividade social articulada às práticas rotineiras de seus alunos, quando relacionam as atividades econômicas ao pensamento social. Vale a pena ressaltar a

importância da leitura e da escrita nas aulas de matemática, pois o aluno precisa ter a capacidade de ler os problemas e interpretá-los para que a sua resolução esteja correta.

Para D'Ambrosio (2002), no momento atual, não sabemos o que será do futuro deles, conforme a realidade em que estarão convivendo. Mesmo assim, podemos de alguma forma contribuir, ensinando a eles viver no mundo com menos obstáculos. Nos dias de hoje, estamos convivendo com várias mudanças, nunca antes presenciadas em toda a história. Isso pode ser observado com muita frequência nos meios de informações através das tecnologias, em toda a economia do mundo, através de produção industrial e agrícola e por vários itens que são constantes no dia-a-dia, feitos pelos governantes que tornam decisões importantes para melhorar toda uma sociedade.

A matemática se impôs com forte presença em todas as áreas de conhecimento e em todas as ações do mundo moderno. Sua presença no futuro será certamente intensificada, mas não na forma praticada hoje. Será, sem dúvida, parte integrante dos instrumentos comunicativos, analíticos e materiais. A aquisição dinâmica da matemática integrada nos saberes e fazeres do futuro depende de oferecer aos alunos experiências enriquecedoras. Cabe ao professor do futuro idealizar, organizar e facilitar essas experiências (D'AMBROSIO, 2002).

Portanto, a matemática está relacionada em todos os meios de conhecimento, com uma necessidade cada vez maior de ter um saber, que no futuro será modificado para contribuir num determinado saber e fazer à matemática como um conhecimento enriquecedor.

Para isso acontecer vai depender que o educador do futuro esteja preparado para estar fazendo modificações no ensinar da matemática de forma contextualizada, deixando de lado as contas artificiais, e fazendo com que estes problemas matemáticos tenham relação com que o aluno precisa no seu cotidiano.

2.2 O livro didático e o tratamento de conteúdos

O livro didático é um elo entre professor-aluno, sendo de suma importância quando nos deparamos, principalmente, com atividades relativas ao cotidiano do mundo do trabalho da Economia Solidária e EJA.

Guy Brousseau (2009), eminente matemático francês, defende a ideia de que os professores precisam de cursos em que aprendam o saber matemático e como ensiná-lo. É isso que confere legitimidade à atuação profissional. Um docente sem esse conhecimento é como um médico que não entende de Biologia - um xamã. Infelizmente, os professores não costumam ter acesso a isso na Universidade: até hoje, aprendem um texto e uma maneira de recitá-lo, como se fazer um problema fosse dar uma demonstração dele. Não é disso que se trata: fazer Matemática é reconstituir um problema, reinventá-lo de alguma maneira, colocando os alunos em condição de reconhecê-lo, saber como funciona e resolvê-lo. Em nem todas as ocasiões conseguir realizar isso é fácil. Mas, para ensinar melhor, os professores também podem aprender.

A atividade de resolver problemas está presente na vida das pessoas, exigindo soluções que muitas vezes requerem diferentes estratégias de enfrentamento. O aprendizado de estratégias auxilia o aluno a enfrentar novas situações em outras áreas do conhecimento. Sendo assim, é de suma importância que os professores compreendam como trabalhar esta metodologia, a fim de desenvolver no aluno a capacidade de resolver situações desafiadoras, interagir entre os pares, desenvolver a comunicação, a criatividade e o senso crítico.

Por sua vez, os PCN's de Matemática sugerem que na resolução de problemas, deve-se possibilitar aos alunos mobilizar conhecimentos e desenvolver a capacidade para gerenciar as informações que estão ao seu alcance. Assim, os alunos terão oportunidade de ampliar seus conhecimentos acerca de conceitos e procedimentos matemáticos bem como ampliar a visão que têm dos problemas, da Matemática, do mundo em geral e desenvolver sua autoconfiança.

Em uma incursão sobre o livro didático, Arruda e Moretti (2002) fazem uma análise da relação entre o livro didático de Matemática e as diferentes concepções de cidadania, citando o fato de que nestes livros, podem vir dois tipos de exercícios, aqueles que conduzem à cidadania ativa e aqueles que levam à cidadania passiva. Essa visão passa a ser analisada por seus modelos, suas analogias e suas transposições didáticas, de um texto científico para um texto educacional.

Deste modo, um conteúdo do conhecimento, tendo sido designado como saber a ensinar, sofre, então, um conjunto de transformações adaptativas que vão torná-lo apto a tomar lugar entre os objetos de ensino. O trabalho que, de um objeto de saber a ensinar faz um objeto de ensino, é chamado transposição didática (CHEVALLARD, 1991).

■ 3 METODOLOGIA

Com base na problematização deste artigo, analisamos dois livros didáticos do EJA do 6º ano, sendo estes escolhidos devido ao fato de serem os do único ano encontrado na biblioteca da EE Dr. Leônidas Antero de Matos, sendo os livros do EJA:

*EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-COLEÇÃO TEMPO DE APRENDER. 6º ANO –EDITORA IBEP.

*EJA MODERNA- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EDITORA MODERNA.

O primeiro livro é composto de 02 unidades e 05 capítulos, enquanto o segundo contém 02 unidades e quatro capítulos.

Daremos prosseguimento à pesquisa elencada pela problematização deste artigo, que é: os conteúdos abordados atualmente têm alguma significação para o mundo do trabalho no que tange na EJA e Economia Solidária?

Para tal, no caminho metodológico optou-se pela pesquisa bibliográfica, de acordo com os pressupostos teóricos enfocados por Trivinos (1987). As hipóteses pertencem ao campo de estudos experimentais indicando prováveis soluções, elaborando uma possível verdade, e um resultado provável, com apoio da teoria enfatizada neste artigo, onde devemos esclarecer a problematização.

Baseados nesta hipótese, levantaremos uma coleta de dados dos conteúdos matemáticos pesquisados nos livros da EJA com editoras diferentes, verificando quais destes atendem à integralização entre conteúdos matemáticos e Economia Solidária.

Existem duas dificuldades para se definir o que entendemos por pesquisa qualitativa. Uma delas diz respeito à abrangência do conceito de especificidade de sua ação, aos limites destes campos de investigações.

Este obstáculo que se apresenta para atingir uma noção mais ou menos clara deste tipo de pesquisa não é fácil de ultrapassar.

■ 4 ANÁLISE DOS DADOS

A observação é feita analisando duas vertentes: uma para destacar os aspectos positivos e quando esta apresenta a integralização dos fatos conteúdos/

Economia Solidária/Eja, a outra para destacar os aspectos negativos, ou quando esta não apresentar nenhuma destas interações.

Dados Comparativos de Livros Didáticos

Editora	Conteúdo	Observação
Moderna	Geometria	+
IBEP	Geometria	-
Moderna	Fração	+
IBEP	Fração	-

Nota: Quadro montado pela autora.

4.1 O que dizem os livros didáticos

Os conteúdos estão dispostos da seguinte maneira. O primeiro livro apresentado é da Editora Moderna, com a denominação de *EJA Moderna*, ganhando materialidade por 04 (quatro) capítulos, sendo estes subdivididos em: números naturais e operações, geometria, frações, números decimais e medidas, observando que todas as suas atividades são voltadas para a realidade, aplicados no cotidiano de uma cozinheira (quando falamos de fração), na área da construção civil (quando nos referimos a medidas e cálculos de área), além de inúmeras atividades relacionados ao comércio.

O segundo livro didático é da Editora IBEP, com a denominação *Tempo de aprender*. Está disposto com 05 (cinco) capítulos, sendo que o primeiro capítulo é intitulado como números: histórias, usos e significados, não possuindo nenhuma relação com o mundo real da EJA e nem tampouco com a Economia Solidária, sendo considerado conteúdo impróprio para a realidade a qual aspiramos. No segundo e terceiro capítulo trabalha-se de maneira distanciada, onde inicialmente há um contexto totalmente alheio aos propósitos por eles elencados. No quarto capítulo temos um avanço, pois nele são elucidadas várias atividades compatíveis com o que queremos, de modo que teoria e prática andem de mãos dadas, fazendo-se a integralização entre os conteúdos; no quinto capítulo dispomos de um conteúdo importante para a Economia Solidária, porém, é pobre quando o leitor tenta associar seus princípios aos fatos do mundo do trabalho até mesmo quando o aluno tentar desenvolver suas habilidades.

Deve-se destacar que o livro didático, por si só, não será a tábua da salvação dos problemas da dimensão demasiada propedêutica dos conteúdos matemáticos.

Entendemos, na esteira de Brousseau, que nenhum professor pode garantir que todos os seus alunos vão aprender e compreender Matemática. O que ele pode e deve garantir são as condições didáticas necessárias para que os estudantes aprendam. Defendo que o fundamental é entrar na cultura matemática, ou seja, a linguagem e o jeito de fazer a disciplina. Isso deve ser feito à moda dos matemáticos, que utilizam essa ciência para expressar uma forma de pensar e não apenas uma recitação, como ocorre na escola, por meio da repetição de conteúdos que os alunos não entendem.

■ 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, refletimos sobre a educação de jovens e adultos no cenário educacional brasileiro, mostrando através de uma perspectiva histórico-cultural mudanças nesta modalidade de ensino nos últimos anos. Além disso, analisamos questões imbricadas no processo educativo da EJA, tais como os conteúdos e seus saberes da matemática em sala de aula, o currículo da educação de jovens e adultos, e por fim, os saberes e os fazeres de quem ensina.

Quando se analisa estas instâncias da EJA quer-se reforçar, mais uma vez, o caráter político da educação. Mas, também, de alguma forma, ressaltar a possibilidade do diálogo entre as diferentes concepções de entendimentos sobre a temática, principalmente, no que tange ao currículo.

Ressalta-se aqui um campo da educação que é cunhado por lutas históricas ainda em andamento, que se fazem necessárias para uma real democracia do ensino básico, público e de qualidade. Por isso, todas as dimensões, que foram abordadas neste artigo, são questões que se fazem presentes no dia a dia da escola, do seu alunado e reflexões necessárias sobre a educação de jovens e adultos: perspectivas, desafios e possibilidades. São inquietações presentes do contexto escolar que necessitam do diálogo com tantos outros sujeitos que participam desta prática, tais como, professores, alunos, funcionários, teóricos, políticos e pesquisadores.

Evocando, novamente, a epígrafe central deste artigo, exposta na introdução, se fazem necessárias novas questões, novas dúvidas, novas inquietações subjacentes para a prática educativa em educação de jovens e adultos, onde o cuidado no preenchimento de uma ficha cadastral desencadeia uma resposta

positiva ou negativa, daí a importância dos números neste primeiro momento. Diante da aplicação metodológica enfatizada neste artigo, a forma de como trabalhar a EJA de forma conciliatória com a realidade.

O material submetido à análise pela pesquisa evidenciou que os livros, quando estes são enviados para as escolas, se distanciam do cotidiano do mundo do trabalho. Ocorre uma dificuldade enorme de os nossos discentes relacionarem a importância da matemática para seu mundo laboral, prova esta que deveremos enfrentar e subsidiar material que se interponha com a realidade a fim de evitar evasões, problema este encontrado em todas as Unidades de EJA.

■ 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Claudemir; BARROS, Claudia Graziano Paes de; LUPINETTI, Marina Sandron; MORETTO, Milena; VERIDIANO, Maria Cecília da Silva; MIGUEL, José Carlos. **EJA Moderna: Educação de Jovens e Adultos/organizadora**. Editora responsável: Virginia Aoki 1. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

ARRUDA, J. P.; MORETTI, M. T. Cidadania e matemática: um olhar sobre os livros didáticos para as séries iniciais do ensino fundamental. **Contrapontos**, Itajaí, v. 2, n.6, p. 423-438, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1996.

BRASIL. Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 de Julho de 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>> Acesso em 06 mar. 2015.

BROUSSEAU, G. A cultura matemática é um instrumento para cidadania. **Nova Escola**, n. 228, dez., 2009.

CHEVALLARD, Ys. **La transposición didáctica: del saber sabio al saber enseñado**. Tradução de Claudia Gilman. Buenos Aires: Aique Grupo Editor S.A., 1991.

D'AMBROSIO, U. **Etnomatemática: Elo entre as tradições e modernidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DECLARAÇÃO DE HAMBURGO SOBRE EDUCAÇÃO DE ADULTOS. Agenda para o futuro da educação de Adultos. **V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos V CONFINTEA**. Julho 1997: Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/gepeja/arquivos/VConfintea.pdf>>

IRELAND, Timothy; MACHADO, Maria Margarida; PAIVA, Jane (orgs.). Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA. In: **Educação de Jovens e Adultos**. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos). p. 41-49.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1991.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

SAVIANI N. **Reflexões e Perspectivas do Ensino Supletivo Municipal**. São Paulo: PMSP/SME/DEPLAN/DOT, 1985.

_____. **Reflexões e Perspectivas do Ensino Supletivo Municipal**. São Paulo: PMSP/SME/DEPLAN/DOT, 2007.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo, SP: Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Cícero de Oliveira; PACHI, Clarice Gameiro da Fonseca; SILVA, Edimar Araújo; SANTOS, Joyce Marins Araújo; PIFAIA, Clarinda Mercadante de Lima; ABE, Mirtes Iamani; SOUSA, Grasiel e Silva de. **EJA 6º ano** – volume 1 – 2. ed. São Paulo: IBEP, 2009. (Coleção Tempo de Aprender).

TRIVIÑOS, A. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed Atlas, 1987.

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. 2004, v.I. Universidade de Brasília. Centro de Educação a Distância - CEAD.

ZABALLA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

■ 7 ANEXOS





Exposição;

